ADRIANO LUIZ DUARTE

CULTURA POPULAR E CULTURA POLÍTICA NO APÓS-GUERRA: REDEMOCRATIZAÇÃO, POPULISMO E DESENVOLVIMENTISMO NO BAIRRO DA MOOCA, 1942-1973.

Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de história do Instituto de filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob orientação do Prof. Dr. Michael M. Hall.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela comissão julgadora em 27/08/2002

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Michael M. Hall – Orientador

Prof. Dr. Cláudio H. M. Batalha

Profª Drª. Teresa Pires do Rio Caldeira

Profª Drª. Maria Célia Paoli

Profª Drª. Bela Feldman-Bianco

Suplência:

Prof. Dr. Ítalo Arnaldo Tronca

Prof. Dr. Paulo Roberto Ribeiro Fontes

Campinas
Julho de 2002

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE BC
Nº CHAMADA T/UNICAMP
D85c
V ____ EX ____
TOMBO BC/ 50945
PROC 16.837/02
C ____ DX
PREÇO R$ 11,00
DATA 26/09/02
Nº CPD ____

CM00174288-2

IB ID 259075

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Duarte, Adriano Luiz

D85c Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no Bairro da Mooca, 1942-1973 / Adriano Luiz Duarte. - - Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Orientador: Michael M. Hall.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Movimentos sociais. 2. Urbanização - São Paulo (SP). 3. Cultura popular - Aspectos políticos. 4. Cultura popular - Aspectos sociais. 5. Comunidade - Aspectos sociais. 6. Comunidade - Aspectos políticos. 5. Bairros - Aspectos sociais. 6. Bairro da Mooca (São Paulo, SP) - História. I. Hall, Michael M. (Michael McDonald), 1941- II.Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

RESUMO

Esta tese investiga, a partir do estudo do bairro paulistano da Mooca, entre os anos de 1942 e 1973, os caminhos pelos quais se teceram as redes de sociabilidade que permitiram, não apenas a continuidade de muitas práticas coletivas de mobilização e associação anteriores à guerra, mas a sua contínua sofisticação e recriação nas décadas seguintes. Assim, o trabalho está centrado na construção cotidiana dos laços associativos e nas relações comunitárias que eles produziram; tomando-os como os eixos da contínua formação da classe trabalhadora, tanto nos locais de trabalho quanto, principalmente, nas relações de vizinhança. Iniciando com a constituição dos Comitês Democráticos e Populares, passando pelos clubes de futebol, pelas organizações étnico-culturais, pelos clubes de dança etc., a discussão avança até a formação das Sociedades Amigos de Bairro, mostrando como as múltiplas experiências sociais forjadas no entrelaçamento dessas variadas redes de sociabilidade se articularam, de maneira sofisticada, e deram a forma e o conteúdo tanto para as ações políticas e as práticas sindicais, quanto para muitas das organizações de bairro que marcaram a Mooca naquelas décadas. Acompanhando a trajetória do PCB e da UDN, bem como de líderes políticos como Jânio Quadros e Adhemar de Barros, este trabalho salienta que os arranjos partidários são compreendidos apenas quando são percebidos na sua estreita relação com as diversas organizações de bairro e com os movimentos sociais que elas produziram. Portanto, os significados que as classes populares atribuíram à democracia, ao populismo e ao desenvolvimentismo estão profundamente ligados às suas múltiplas experiências de demandas urbanas. A tese pretende mostrar que, com as suas contínuas mobilizações e suas lutas por serviços públicos, as classes populares articularam uma linguagem de direitos que norteou tanto suas ações políticas quanto suas experiências comunitárias, fazendo-as e refazendo-as a cada novo confronto.

ABSTRACT

This thesis investigates the influence of different types of working class political actions and experiences in organizations such as trade unions, political parties, and neighborhood associations in the development of a social and political awareness within the neighborhood of Mooca, in the eastern part of the city of São Paulo, between 1942 and 1973. The work consists of the study of the emergence of the network of popular organizations, composed of football clubs, ethnic-cultural organizations, entertainment clubs, neighborhood associations, and *comitês democráticos e populares,* that shaped the political and union practices of that area. This thesis also discusses the special relationship established by important political parties, such as Partido Comunista do Brasil (PCB) and União Democrática Nacional (UDN), as well as *populista* leaders, such as Jânio Quadros and Adhemar de Barros, with this network of organizations. The study focuses on the importance of both the above-mentioned network and the community in the making of the working class. It concludes that the meaning of democracy as defined by the working class is strictly linked to the groups' urban demands and the features of their everyday life, such as household chores, leisure and religion.

300245326

AGRADECIMENTOS

Durante muito tempo acreditei que, em algum momento, finalmente eu me sentiria um historiador pronto e acabado. Pensei que esse momento seria ao final do curso de graduação, não foi; pensei então que seria com o final do mestrado, não foi; só me restava a chance do doutorado, mas também não foi ai. A ilusória perseguição dessa condição de "pronto e acabado" me colocou diante de uma parábola: um homem fazendo uma inusitada viagem por terras exóticas, longínquas e inexploradas resolveu presentear um velho e bom amigo com uma espécie rara de ave, cuja plumagem exuberante, colorida e exótica lhe causara enorme e profunda impressão. Empacotou o majestoso pássaro e o remeteu para o amigo. Regressando da viagem, ele perguntou, ansioso, o que o amigo havia achado da ave, e ele muito satisfeito, respondeu prontamente: "uma delícia!". Ou seja, há muitas maneiras diferentes de se apreciar as coisas, uma delas se ocupa com os fins e, talvez, os meios sejam pouco relevantes; outra, mais sutil, se concentra nos meios, pois reconhece que o encantamento das coisas do mundo estaria exatamente na sua duração, no seu transcurso.

Portanto, aquele historiador "pronto e acabado" não se encontra no final da viagem, nem em qualquer uma de suas paradas, pois o que importa, de fato, é o percurso, as terras exóticas do caminho, e a caminhada em si mesma. E a viagem que deu origem a esse trabalho foi longa, cheia de curvas, veredas, montanhas e planícies, mas deliciosamente saboreado a cada passo. Principalmente porque pude contar com o auxílio de guias experientes e sábios: em primeiro lugar, Michael Hall, meu *Dersu Uzalá*, que evitou que eu caísse em alguns precipícios ou ficasse atolado em areias movediças. Em segundo lugar, os membros da banca do exame de qualificação, Cláudio Batalha e Maria Célia Paoli, foram decisivos para a travessia das últimas pontes do caminho. Por fim, as reuniões da linha de pesquisa *História Social da Cultura*, que freqüentei por um semestre, muito contribuíram para dar a forma final ao tema da pesquisa, por isso sou grato também a esses guias: Sílvia Lara, Sidney Chalhoub, Robert Slenes, Maria Clementina e, especialmente, ao saudoso professor Alcir Lenharo que me incentivou a tomar a Unicamp como ponto de partida dessa jornada.

Além desses guias foi fundamental ter contado com generosos e inestimáveis companheiros de viagem, com os quais, certamente, aprendi mais do que ensinei: João Tristan Vargas, desde os tempos da graduação, tem sido um interlocutor fundamental, tanto para a história quanto para a política. Com Paulo Fontes dividi as preocupações sobre como estudar um *bairro,* e as coisas que aprendi não estão aqui ou ali, mas em toda parte do trabalho. Paulo Meksenas esteve sempre pronto para discutir e incentivar o trânsito permanente, e sempre difícil, entre história e sociologia. Beatriz Mamigoniam tem sido uma interlocutora para todas as horas e para todas as coisas. Lúcia Parra foi

de inestimável ajuda no pântano dos arquivos do DOPS. Fátima Moura foi importante nos arquivos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a presença de ambas tornou o trabalho menos árduo.

Os amigos de sempre, próximos ou distantes, têm um papel fundamental na manutenção do equilíbrio do viajante: Nanami Sato, Roberto Melero, Margareth Jimbo, Cláudia Mogadouro, Adelaide Gonçalves, Margareth Perucci, Rosane Silveira, Carla Hansen, Beatriz Kushinir, Lusiane Borges, Liane Nagel. Um agradecimento especial ao saudoso Rui Bianchi do Nascimento que me ensinou que nenhum obstáculo é intransponível.

Agradeço especialmente os moradores e trabalhadores da Mooca que me emprestaram as suas histórias, especialmente ao Sr. João Louzada, Antônio Paulo Fracasse, Pedro Teodósio, Inácio Picasso, João Bezerra dos Santos, Julius Mekesenas, Alfredo Castanha e a todos os outros, esperando que o resultado deste trabalho faça justiça à rica história de lutas com que eles me brindaram. Sou também muito grato ao Adriano Diogo, que me colocou em contato com os alguns dos "velhos" militantes. Agradeço aos diretores e antigos integrantes do Círculo Operário de Vila Prudente e da Mooca Newton Zadra, José Nórcia, Luiz Brambila e Orlando Gennaro por me permitirem acesso às atas das suas reuniões e aos livros de paróquia do Pe. Damião Kleverkamp. Aos militantes de SABs, Isidoro Del Vecchio, Eduardo Rosmaninho. Manuel Pitta e Rubens Martinez de La Rosa, tantas vezes criticados à esquerda e à direita, sou muito grato. Em todos os arquivos em que trabalhei sempre fui bem atendido, a despeito da sua precariedade material, pois a alma desse bom atendimento é o espírito público de quem neles trabalha.

Agradeço aos professores do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, que me proporcionaram o tempo e a tranqüilidade necessários para a realização do trabalho.

Como sempre, a família esteve presente em toda parte, fornecendo os suportes logísticos e o acolhimento imprescindível nos momentos mais difíceis, por isso são fundamentais: Dora, Virgínia e Newton. Mas há, também, agradecimentos que são difíceis de serem feitos porque o apoio é difuso, disseminado, ininterrupto e, exatamente por isso, incomensurável. Assim, qualquer palavra é insuficiente para exprimi-lo, resta, Ana Elisa, o meu muito obrigado.

"È difícil que se dê crédito ao narrador quando só se descrevem impressões. No entanto, não se pode descrever de outra forma a infelicidade de uma condição humana. A infelicidade é feita apenas de impressões. As circunstâncias materiais da vida, enquanto se consegue quase que no limite das forças, viver dentro delas, não são as únicas a explicarem a infelicidade, pois circunstâncias equivalentes, dependendo de outros sentimentos, poderiam tornar felizes as pessoas. São os sentimentos dependentes das circunstâncias de uma vida que tornam as pessoas felizes ou infelizes, mas esses sentimentos não são arbitrários, não são impostos ou apagados por sugestão, não podem ser mudados a não ser por uma transformação radical das próprias circunstâncias. Para muda-las, é preciso primeiro conhece-las. Nada mais difícil de conhecer do que a infelicidade; ela é sempre um mistério".Simone Weil.

"Ser historiador é um privilégio. Não para o desfrute pessoal de quem estuda história, que vai ser sempre visto como suspeita num país indisposto a acertar as contas com o passado. Mas por poder trazer de volta à cena e dar expressão a tudo e todos que foram relegados, excluídos, ou silenciados. É isso que justifica nosso ofício. É um trabalho árduo, mas, pelo componente de justiça, quanto mais zelosamente cumprido, maior a satisfação que dá." Sérgio Buarque de Holanda

"A tradição dos oprimidos, nos ensina que o 'estado de exceção' em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade". Walter Benjamim.

SUMÁRIO

Apresentação 1

Capítulo I
DO ESTADO DE GUERRA AO DIA DE SÃO BARTOLOMEU
Os modos da imobilização popular 9
O surgimento dos comitês democráticos 21
A busca por um lugar no mundo 28
O sistema de transporte: o carnaval do expresso tartaruga 40
A criação da CMTC e o aumento das tarifas 46
O dia de são Bartolomeu 53
Nem massa nem ralé: na rua por direitos 62

Capítulo II
O BAIRRO DA MOOCA: TRABALHO, MORADIA E LAZER
O lugar, os pedaços e os recortes 77
Do Estado de Guerra aos tempos de paz 85
Dos tempos de paz ao retorno do "estado de exceção" 93
O bairro é uma festa 99

Capítulo III
REPRESENTAÇÃO E NEGOCIAÇÃO: AS SABS E OS CÍRCULOS
As Sociedades Amigos de Bairro 109
A contínua negociação da autonomia 127
Círculos Operários Cristãos: a disputa pelo bairro 134
Os Círculos e as idéias de progresso e desenvolvimento 150

Capítulo IV
VIDA COMUNITÁRIA E VIDA POLÍTICA
Adhemarismo e pessepismo 159
Entre o público e o privado: os inspetores-de-quarteirão 169
Jânio Quadros e o janismo 174
A UDN e o PTB 186
Populismo e pacto trabalhista 189

Capítulo V
DO BAIRRO PLURAL AO BAIRRRO SINGULAR
Os iguais e os Outros 201
Entre nacionais e estrangeiros 213
As várias faces do progresso 224

Considerações finais 237
Bibliografia 247
Anexos 263

APRESENTAÇÃO

> "Você, o pesquisador, preenche uma papeleta, e no fim chega uma caixa à sua mesa, nos arquivos. Você desamarra a fita, abre a caixa e retira um de talvez uma dúzia de dossiês. Em cada dossiê, encontrará talvez uma dúzia ou mais de cartas, mas essa dúzia de cartas, que ocupa uma pequena parte dessa caixa, está tão longe de representar a totalidade do assunto que você começa a imaginar como é que lhe poderá fazer jus, porque há tantas caixas mais, não apenas dúzias, mas centenas, milhares, alongando-se, parece, ao infinito. (...) Você poderia passar uma vida inteira trabalhando em meio a caixas e nunca chegar ao fim. Mas, de algum modo, dessas caixas você tem de escrever história. Como? O processo, a meu ver, é misterioso, mas uma coisa, ao menos, é certa: ele é arbitrário. Seu livro irá mencionar somente uma pequena fração dos documentos que consultou. E essa fração não passa de uma porção ínfima de tudo quanto poderia consultar, houvesse mundo e tempo suficientes."[1]

Esse trabalho tem duas motivações iniciais, a primeira, de ordem intelectual, é responder a algumas inquietações que outros trabalhos anteriores apenas enunciaram. Assim, o objetivo é compreender como as experiências individuais e fragmentárias de exclusão social, política e econômica, dos anos do Estado Novo, se encontraram e configuraram uma *experiência comum* das classes populares após 1945. Como essas experiências de exclusão atravessaram períodos autoritários e se reconfiguraram em condições democráticas? Por onde se teceram as redes de sociabilidade que permitiram não apenas a continuidade de certas práticas coletivas de mobilização e, mas a sofisticação que muitas delas apresentaram nos anos do após-guerra? Para articular uma resposta a essas questões, este trabalho pretende estudar os fenômenos sociais que marcaram a face do após segunda guerra no Brasil – redemocratização, populismo e desenvolvimentismo – tendo como pano de fundo o bairro da Mooca, na zona leste da cidade de São Paulo.

A segunda motivação é de ordem política e surgiu de uma constatação no final dos anos 70. Aqueles foram anos de clivagem tanto na história do bairro da Mooca, quanto da cidade e do país. No meio de trabalhadores fabris em que eu vivia, aqueles anos foram de esperança e otimismo, mas, para meu espanto, aquela euforia cívica não era compartilhada por todos. As greves, que se espalharam pela cidade, e a emergência de *novos personagens* eram vividos por muitos dos meus próprios vizinhos com medo e angústia. Esse duplo modo de perceber a ebulição política daqueles anos foi responsável por redimensionar os alinhamentos político-sociais no bairro, de modo que se produziu uma oposição visceral – da parte de pessoas que até então, eu supunha, estavam do "nosso lado" – a tudo o que se referia a movimentos coletivos, reivindicatórios, greves, sindicatos, abaixo-assinados, comícios, reuniões políticas etc. No conjunto, essas manifestações eram tachadas como bagunça, baderna e confusão. A partir daquele momento, compreendi que se operara uma fratura definitiva naquelas "familiares relações de vizinhança". Num primeiro momento, atribuir essas

---

1 - Darton, Robert. O poder das bibliotecas. Conferência na biblioteca pública de Nova York em 1999. In: *Folha de São Paulo*. Trad. José Marcos Macedo. Caderno Mais, 15 de abril de 2001. p. 7.

clivagens à experiência deletéria da ditadura militar parecia adequado. Era comum nos argumentos dos velhos militantes anarquistas, comunistas e socialistas que a "Mooca vermelha" dera lugar à "Mooca de direita" porque a ditadura havia liquidado as organizações democráticas e populares. Naquele momento era fácil atribuir ao opositor mais evidente e imediato todas as causas do mal. Entretanto, alguns anos depois, e diante da permanência de práticas autoritárias e de exclusão social, que no meu imaginário deveriam desaparecer com o fim da ditadura, é que "essa verdade" foi se tornando cada vez mais insatisfatória. Com a volta do processo eleitoral, com as liberdades de organização política e partidária e com a retomada de uma série de organizações populares do bairro, ficava evidente que, para se compreender aquelas transformações, era necessário atentar para as experiências populares e a sua relação com a representação política, em seu sentido mais amplo. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender como o "mais forte reduto comunista do após-guerra" emergiu, na década de 80, como a "mancha negra" nos mapas eleitorais da direita paulistana.

A configuração de uma identidade partilhada – seja como identidade popular, seja como identidade operária – é um longo processo de auto-aprendizado e de autoconstrução, que acontece em diversos cenários simultaneamente: no chão da fábrica, na vida sindical, nos bairros periféricos, enfim, nos embates em que se confrontam divergentes e antagônicas visões do mundo, percepções de justiça e noções de direitos. Ao longo dos anos foi ficando cada vez mais evidente que é o conjunto das experiências locais que, de fato, forja a nossa consciência histórica. Mas a consciência que se configurava ali, nas ruas do bairro da Mooca nas décadas de 70 e 80 era, como bem observou Jerry White, uma *consciência superficial*, pois não era claro para nós *como* e *por quê* se havia produzido aquela fratura, nem tampouco que nós mesmos éramos seus agentes; era uma *consciência superficial* também porque a mudança parecia ter começado a partir do que conhecíamos. A nossa própria vida cotidiana parecia ser o ponto de partida daquelas transformações: "o processo de mudança que nossa consciência histórica local reconhece está carregado de transcendência para nós mesmos".[2]

Portanto, a superação dessa *consciência superficial* implicava, necessariamente, refletir sobre a imensa realidade além dos limites do bairro, dos limites físicos e, principalmente, dos limites temporais da nossa própria experiência. Não se trata, contudo, de um estudo sobre uma

2 - "A consciência do passado é uma experiência viva no nível local, de modo que raramente se dá em alguma outra esfera. Ela se impõe a cada dia de nossa vida pela força das mudanças materias que se produzem na vizinhança: ruas e edifícios que estavam ali há um ano, cinco anos, dez anos, mas que já desapareceram; a mudança nas funções que cumprem os edifícios e lugares, o mercado de rua é agora um estacionamento, o cinema, um armazém, a fábrica, um descampado, a mudança que se produz nas pessoas que nos rodeiam, a chegada e a partida de nossos vizinhos e nossas famílias e nossos amigos. A mudança não significa nada se não se compara com o que havia antes, e essas comparações com as coisas que nos cercam fazem parte dos processos mentais cotidanos de todos nós, ao reconhecer exatamente onde estamos". White, Jerry. "Más allá de la autobiografia". In: Samuel, Raphael (ed) *Historia popular y teoria socialsita.* Trad. Jordi Beltrán. Barcelona. Crítica, 1984. pp. 129-130.

categoria específica de trabalhadores, nem de um ramo industrial, nem do movimento sindical; o que este trabalho pretende é articular algumas sugestões para um estudo de bairro.

No imediato após-guerra os embates políticos na cidade de São Paulo deram aos bairros periféricos uma visibilidade que nunca haviam alcançado, de modo que foi, a partir das suas condições gerais, que se constituíram práticas de reivindicações e organizações populares que os colocaram, ao mesmo tempo, no cerne das questões políticas e no âmago das discussões sociais e econômicas. Portanto, foi a partir de suas condições específicas que se consolidou uma contraposição entre diferentes modelos de cidade e, principalmente, de relações entre os moradores e os poderes públicos.

Pensar *o bairro* é, antes de qualquer coisa, pensar as suas relações com a cidade e, para isso, é necessário inseri-lo na dinâmica dos conflitos e das disputas que a constituem como cidade. Entretanto, não se pode reduzir os acontecimentos do bairro a uma mera representação ou expressão direta das conjunturas nacionais - quer econômicas quer políticas - sob pena de se perder as múltiplas articulações locais que caracterizam o bairro como uma singularidade. Por outro lado, o bairro é a referência urbana mais próxima e imediata das condições reais e concretas da vida das classes populares, talvez por isso, ele tenha um significado decisivo na sua auto-representação e no seu modo de inserção no espaço da cidade. É, principalmente, talvez exclusivamente, nesse nível local e específico que um conjunto de ações aparentemente desconexas, desarticuladas e fragmentárias adquire significação política; é aí que os resultados das ações coletivas "são mais palpáveis e os riscos da organização menores". Possivelmente, isso explique que a importância atribuída aos temas locais, pelas classes populares, seja a mola propulsora para o surgimento das organizações de bairro, uma vez que "é frente aos problemas do bairro que os trabalhadores se mostram mais homogeneamente dispostos a apresentar soluções, o contrário se dá na política nacional..."[3]

Mas o bairro é, na realidade, um detalhe administrativo muitas vezes acidental e contingente; seus limites quase nunca são precisos e comumente se alteram ao longo do tempo, e a sua extensão é de tal modo fluida que, em geral, ele não corresponde às unidades territoriais de outra natureza, como as religiosas, políticas ou sociais, que ao longo do tempo o englobam e o separam. Seria possível, então, pensar o bairro como uma *comunidade*? Qualquer discussão sobre comunidade deve começar pelo reconhecimento do que seja uma sociedade capitalista industrial, na qual há sempre a dificuldade em se falar de comunidade quando existe uma intensa mobilidade

---

3 - Esses comentários se referem a um bairro semi-rural e à atuação de um grupo de bóias-frias, mas creio que seja adequado também para pensarmos o bairro da Mooca no após-guerra. Cf. Martinez-alier, Verena E Boito JR., Armando. "1974: enxada e voto". In: Cardoso, F. Henrique, Lamounier, Bolívar *Os partidos e as eleições no Brasil.* 2ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978. pp. 251 e segs.

espacial, quando não há permanência da propriedade da terra e quando o trabalho e a família estão separados geograficamente. Assim, comunidade é um termo ambíguo que tanto pode apontar para uma identidade "natural" assentada numa experiência comum, onde se enfatizam a solidariedade, a assistência e a ajuda mútua, quanto indicar o conflito e a fragmentação. Em ambos os casos, a linguagem de classe aplicada à comunidade pode mascarar seus dissensos internos e nos distanciar das "senhas da comunidade"[4]; ou seja, tomar um bairro, na moderna sociedade capitalista, como exemplo de comunidade só agrava o problema. Entretanto, é preciso considerar que os interesses locais podem se configurar num interesse comum, de tal modo que certas relações sociais e políticas podem atravessar as relações de classe e dar uma coesão inesperada à "comunidade local" em contraposição os interesses externos. Neste trabalho, o bairro só será tomado como uma comunidade quando os seus moradores assim o definirem, sem esquecer que, quando fazem isso, revelam tanto as suas coesões internas quanto as suas fissuras e contradições, de maneira que bairro e comunidade são *invenções* coletivamente partilhadas e historicamente construídas.

O bairro, evidentemente, não constitui uma unidade homogênea. Ele é atravessado por diferenciações de ordem sexual, etária, racial, regional, nacional e cultural, de modo que as experiências de vida coletiva que ele enceta são vivenciadas de diferentes maneiras. Essa multiplicidade é decisiva para a sua compreensão enquanto objeto de estudo, mas o fundamental é tentar compreender como essa realidade heterogênea foi capaz, muitas vezes, de produzir experiências comuns que, sem apagar as diferenças internas, foram capazes de criar, em certas circunstâncias, um sentido de comunidade e uma unidade pela qual, ainda hoje, muitos se reconhecem como Moquenses.

As reivindicações por equipamentos urbanos e serviços públicos nas décadas de 40, 50 e 60 remetem aos mecanismos de divisão social no espaço urbano, e é disso que se trata quando as condições dos bairros periféricos são colocadas no centro do debate. Esses dispositivos, contudo, não se reduzem aos embates entre a lógica do capital e a lógica do trabalho. De fato, nas relações sociais da cidade, existem tramas muito complexas e sutis no modo como se configuraram as representações das classes populares, seja no mundo político, seja entre as próprias classes populares.

A utilização do conceito *classes populares* parece-me útil, na medida em que desloca o foco da atenção do espaço fabril para as ruas, os clubes, bares e centros esportivos dos bairros da cidade. Há quem faça objeção ao seu uso, porque essa noção abrangeria atores políticos muito variados e suas organizações coletivas seriam atravessadas continuamente pela tensão entre

---

4 - Crew, David F. "Class and Community. Local Research on Working-class History in four countries". In: Tenfeld, Klaus. (org) *Arbeiter und Arbeiterhenvegang* im Verglich. Historiche Zeitschift, Sonderhefte, Vol. 15, 1986. Para uma discussão sobre as possibilidades de tomar o bairro como objeto da história ver anexo I.

diferentes projetos políticos.[5] Mas é exatamente essa multiplicidade de projetos e suas tensões que emprestam força à utilização desse conceito no imediato após-guerra.

Em diferentes momentos e enfatizando diferentes aspectos, o após-guerra foi qualificado como *redemocratização*, como *desenvolvimentismo*, como *república populista* ou *democracia populista* - todas, adjetivações produzidas de um certo ponto de vista sobre o período. A questão que este trabalho procura investigar é como as classes populares, objeto desse estudo, se relacionaram com essas diferentes maneiras de conceber o após-guerra e como as qualificaram nas suas experiências e ações coletivas. Assim, o que se ele pretende tematizar é não apenas o conjunto das demandas populares oriundas dos bairros e os modos como se instituíram essas demandas, mas, principalmente, a criação de canais regulares e coletivamente reconhecidos para expressá-las, levando-se em consideração que as organizações populares operavam nesse exíguo espaço de um regime que se constituía como uma democracia legal, no mesmo movimento em que destituia os direitos de cidadania, ao circunscrever os limites do jogo político excluindo dele certos elementos.

O grande desafio do após-guerra, para as camadas populares, foi lidar com um regime "democrático" que conservava muitos dos sinais e resíduos do Estado Novo e, ao mesmo tempo, estabelecer um conjunto de reivindicações e demandas que as legitimasse como agentes e interlocutores, ao mesmo tempo em que validavam essas reivindicações, instaurando um campo de direitos. Seu espaço de atuação era muito estreito: de um lado, os canais institucionais, os sindicatos e os partidos; de outro, as organizações de bairro, geralmente efêmeras. Por isso, este trabalho é também um esforço, tanto teórico quanto empírico, na tentativa de desvendar as conexões e os laços entre os "mundos do trabalho" e os movimentos urbanos surgidos nos bairros periféricos da cidade de São Paulo nos trinta anos posteriores ao fim da guerra. Seu ponto de partida é a suposição de que, a partir destas conexões, é que se compreende os diferentes e antagônicos significados do que se denominou *redemocratização*, *desenvolvimentismo* e *populismo*.

No primeiro Capítulo discute-se como o "Estado de Guerra" criou as condições políticas e sociais para que se levassem ao paroxismo os traços de exceção do Estado Novo. Desde o início, as políticas de mobilização sustentadas pela necessidade da guerra representaram estratégias decisivas no controle, contenção e diciplinarização das classes populares, dentro e fora dos locais de trabalho. De maneira que os anos do Estado de Guerra foram moldados mais decisivamente pelos conflitos de classe e pelos embates políticos e sociais dele decorrentes do que por influência das condições oriundas da própria guerra. É nesse contexto que se compreendem as condições sobre as quais se

5 - "A dificuldade desta concepção é que, como ator político, as classes populares apresentam uma multiplicidade de atitudes e comportamentos mesmo nos momentos mais decisivos ou dramáticos, como no período eleitoral, em que são solicitados a 'falar' e fazer escolhas (...) suas organizações quer sejam elas reivindicatórias ou recreativas (...) são igualmente cortadas por tensões entre 'projetos' políticos muito distintos". Zaluar, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza.* 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994. p. 34.

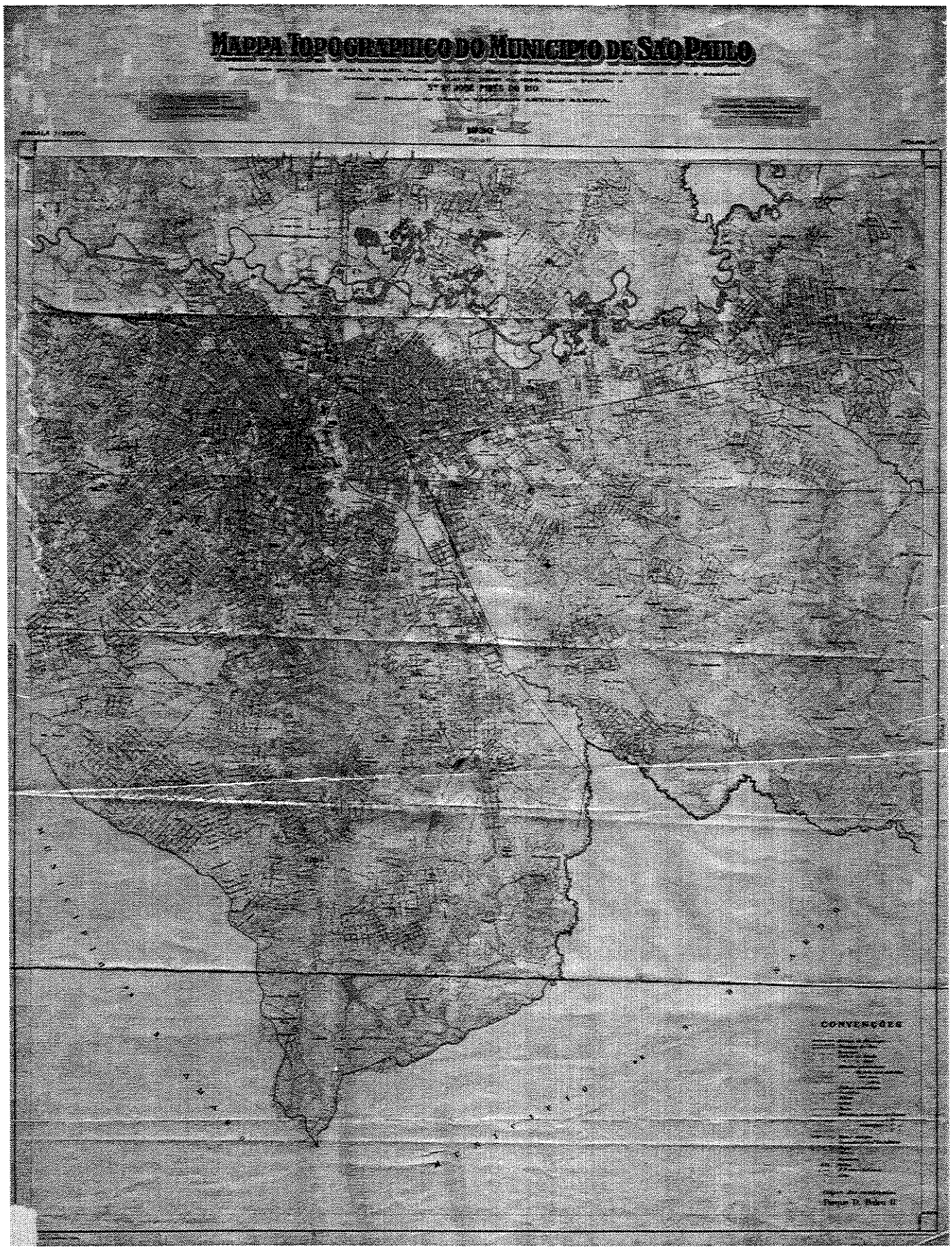
montou a chamada redemocratização e seus múltiplos e contraditórios significados, decisivos para as definições do teatro político dos anos seguintes.

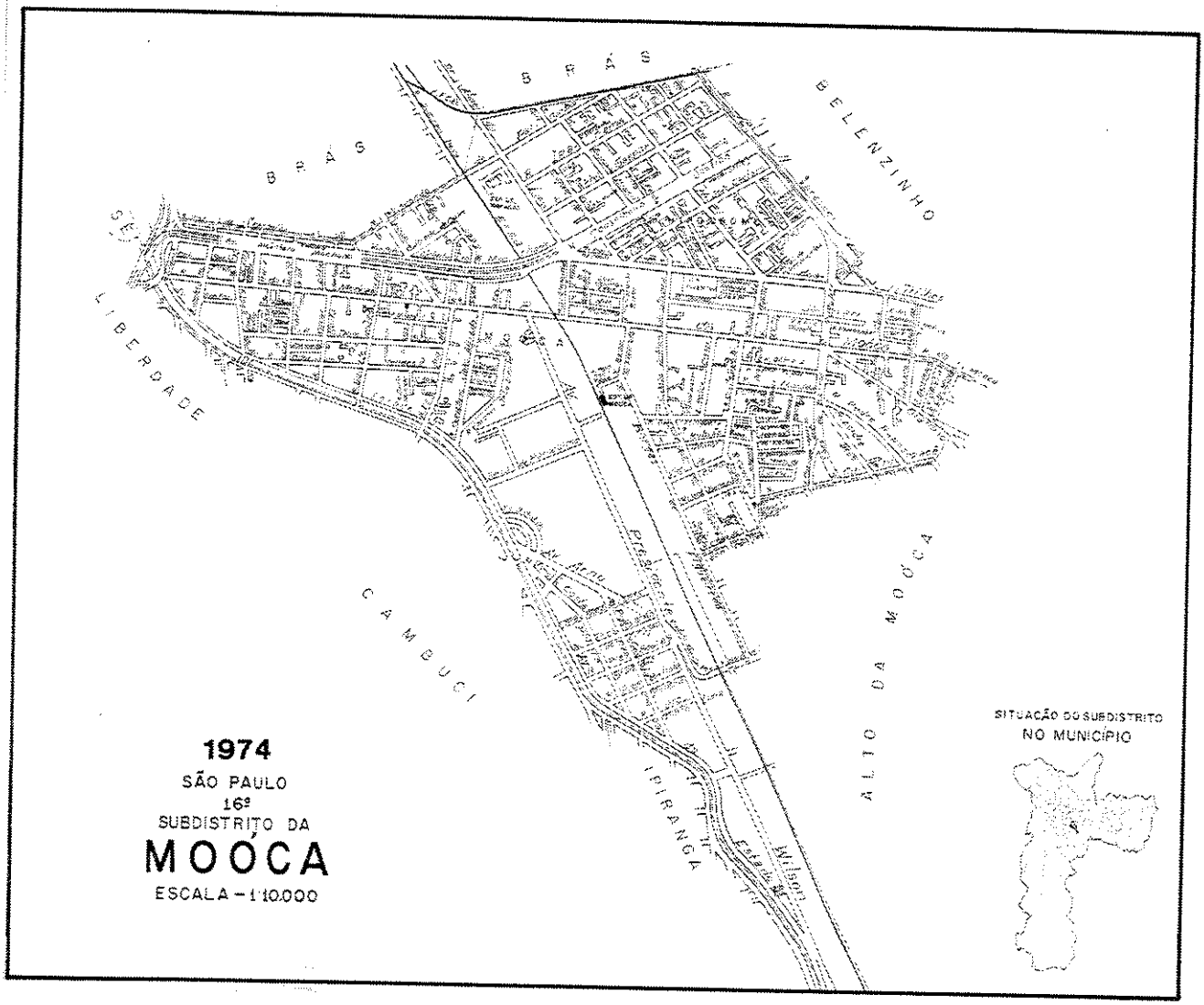
O segundo Capítulo faz uma apresentação do bairro da Mooca, das condições de trabalho às organizações das festas, mostrando as conexões entre os mundos do trabalho e as condições específicas dos moradores do bairro, enfatizando que ambas são vividas como facetas de uma condição comum. Mais do que aspectos distintos entre as experiências vividas no espaço fabril e as demandas oriundas das condições específicas dos moradores do bairro, há um intercâmbio e uma influência mútua que transforma ambos em espaços da ação popular.

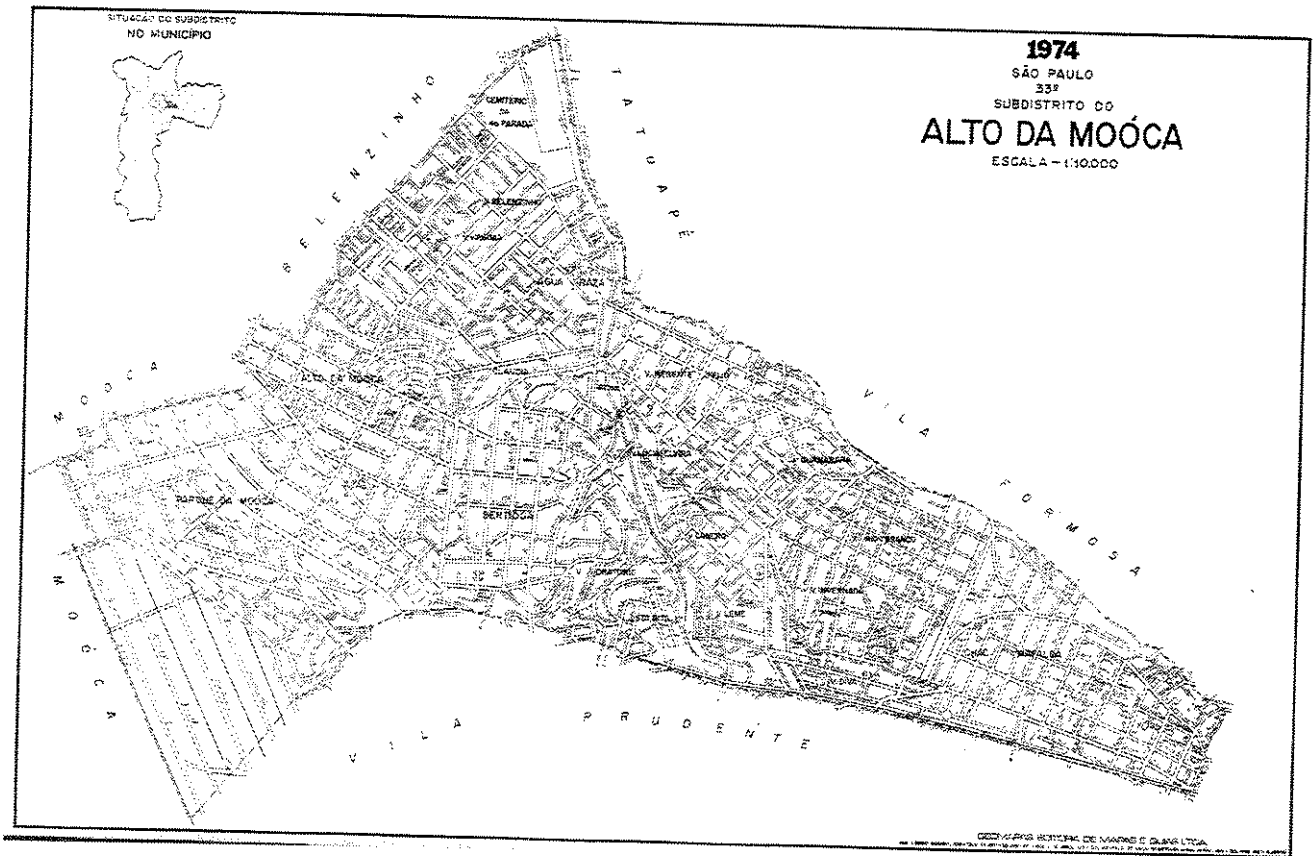
No terceiro Capítulo se apresenta a trajetória das Sociedades Amigos de Bairro e dos Círculos Operários Cristãos como desdobramentos das experiências das organizações populares desde os fins da década de 30. Acompanhando as ações e intervenções das duas organizações percebe-se que grupos de esquerda ou de direita, comunistas ou anticomunistas, tiveram estratégias similares de atuação e, por isso, muitas vezes se confundiam e misturavam não apenas aos olhos do público a que se dirigiam, mas, surpreendentemente, ao seus próprios olhos.

O quarto Capítulo acompanha especificamente a política partidária e eleitoral, dando maior atenção às trajetórias de Adhemar de Barros e Jânio Quadros e suas múltiplas vinculações com as organizações do bairro. Essas complexas relações conduziram a uma discussão sobre o populismo e o pacto trabalhista como estratégia de negociação tanto das classes populares para a obtenção de melhorias para o bairro quanto dos políticos para a obtenção de votos.

O último Capítulo aborda as relações étnicas no bairro desde o imediato após-guerra quando a Mooca era percebida por seus moradores como um bairro compósito, dividido entre comunidades de portugueses, italianos, espanhóis e hungareses até a sua autodefinição como um bairro "tipicamente italiano". Essa mudança alterou significativamente as clivagens culturais locais - tanto quanto foi resultado delas - cujos efeitos foram decisivos sobre os aspectos políticos, sobre a autopercepção dos moradores e sobre o modo como representam e descrevem o bairro.


MAPPA TOPOGRAPHICO DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO
CONVENÇÕES


BRÁS
BRÁS
BELENZINHO
LIBERDADE
CAMBUCI
ALTO DA MOÓCA
IPIRANGA
Wilson
1974
SÃO PAULO
16º
SUBDISTRITO DA
MOÓCA
ESCALA – 1:10.000
SITUAÇÃO DO SUBDISTRITO
NO MUNICÍPIO


SITUAÇÃO DO SUBDISTRITO
NO MUNICÍPIO
1974
SÃO PAULO
33º
SUBDISTRITO DO
ALTO DA MOÓCA
ESCALA – 1:10.000
BELENZINHO
TATUAPÉ
MOÓCA
VILA FORMOSA
VILA PRUDENTE

DO ESTADO DE GUERRA AO DIA DE SÃO BARTOLOMEU

> "Produzir! Produzir mais e melhor! É a palavra de ordem. A guerra exige esforços sobre-humanos nas trincheiras, nas oficinas, na agricultura, nas ciências, nas artes, que todos são igualmente campos de batalha indispensáveis à consecução final da vitória (...) A primeira coisa de que nos lembramos quando é preciso aumentar a produção é de diminuir o descanso do trabalhador, suprimindo-lhes as férias e ditando-lhe o tempo de trabalho diário (...). Temos de trabalhar redobrado de esforços e de fé..."[1]

Os modos da imobilização popular.

Com a decretação do Estado de Guerra, em de 31 de agosto de 1942, a situação geral das classes populares foi progressivamente se deteriorando, criaram-se então as condições legais que justificaram a suspensão de vários dispositivos da legislação trabalhista e da Constituição Federal, principalmente aqueles relacionados aos direitos civis e sociais. No mesmo dia da declaração do Estado de Guerra, o decreto-lei n° 4.639 autorizou a extensão da jornada de trabalho normal para dez horas, nas empresas de serviços públicos e naquelas classificadas como de defesa nacional[2]

Desde o início do ano já vinha sendo pavimentando o caminho para a ampliação de "políticas de exceção", estabelecendo-se a prioridade absoluta para as exigências da segurança nacional em relação às capacidades de produção industrial, pecuária e agrícola. O decreto n° 4.479, de 15 de julho, no seu artigo 1°, transferia a execução das leis de proteção ao trabalho e todas as atribuições que cabiam às delegacias regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio diretamente para as mãos do interventor do estado de São Paulo, por intermédio do Departamento Estadual do Trabalho[3], esvaziando-se, assim, as possibilidades de contestação jurídica das medidas impostas pelo esforço de guerra.

Fechando o cerco e tentando eliminar quaisquer possibilidades de contestação coletiva, o decreto-lei n° 4.673, de 31 de agosto, definiu que os sindicatos teriam a função de colaborar permanentemente com os poderes públicos, enquanto durasse a guerra, fosse no desenvolvimento da consciência cívica nacional, pela realização de conferências para os respectivos associados e

---

1 - *Boletim do Ministério do Trabalho Industria e Comércio*, n° 105, maio de 1943.

2 - "ocorrendo *necessidade imperiosa*, poderá a duração do trabalho exceder do limite fixado nesta lei, seja para fazer face a *motivo de força maior*, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis. Nas empresas de serviços públicos, ou que interessem à produção e à defesa nacional, mediante prévia autorização do MTIC, poderá ser facultado o trabalho contínuo". BMTIC, n° 98, outubro de 1942. (Grifos meus). Como definir exatamente o que seria "necessidade imperiosa" ou "motivo de força maior", a não ser a partir das próprias alegações e exigências da direção das empresas?

3 - BMTIC, n° 96, agosto de 1942. Esta curiosa medida pode sugerir que os canais oficiais instituídos pela justiça do trabalho podiam levar a ganhos efetivos, mesmo que limitados, por parte dos trabalhadores, mesmo num regime de exceção. Para um esclarecimento dessa questão ver: Pacheco, Jairo Queiroz. *Guerra na fábrica: cotidiano operário fabril durante a segunda guerra – o caso de Juiz de Fora – MG.* São Paulo. FFLCH/USP, 1996. Dissertação de mestrado.

pela celebração dos episódios gloriosos da pátria; fosse nos planos de mobilização econômica, coligindo e arquivando informações com o *devido sigilo*, a fim de serem utilizadas pelas autoridades competentes. Assim, os sindicatos ficavam obrigados a envidar esforços para criar no espírito dos associados uma mentalidade de devotamento à pátria "pela consideração de que os esforços consagrados ao trabalho assíduo e eficiente resultarão na maior defesa da nacionalidade". O mesmo decreto estabelecia ainda que tanto as assembléias quanto as reuniões dos conselhos de representantes sindicais seriam permitidas apenas mediante uma petição às autoridades "em que constasse, de modo explícito, os fins da referida convocação." Além disso, as organizações sindicais não poderiam se vincular a qualquer movimento de caráter cívico "sem o prévio consentimento das autoridades competentes do MTIC." Os Sindicatos de empregados e empregadores ficavam obrigados a manter uma "articulação recíproca" com o objetivo de solucionar, rápida e satisfatoriamente, todos os dissídios decorrentes do contrato coletivo da trabalho. Por fim, os trabalhadores dos países com os quais o Brasil estava em Estado de Guerra ficavam proibidos de comparecer às assembléias.[4]

Em outubro, o decreto-lei n° 4.868 estabeleceu a suspensão do direto a férias nas indústrias consideradas essenciais à segurança nacional, as férias poderiam ser sumariamente adiadas ou convertidas em indenização, de acordo com as necessidades das empresas. Em 16 de setembro, através do decreto n° 10.451, instaurou-se a *mobilização geral*. Todas as medidas econômicas, militares, científicas, de propaganda e de trabalho necessárias à defesa nacional, passaram a ter livre curso.[5] Celebração patriótica, por um lado, e delação, por outro, eram os mecanismos através das quais se buscava, mais do que o silêncio, a anuência das classes populares em relação ao Estado de Guerra; e vigilância e controle foram os dispositivos de ocultação das inúmeras divisões sociais internas e da crescente opressão a que estavam submetidos os trabalhadores da cidade e do campo.

Todos os recursos econômicos existentes no território nacional, independente de sua origem, caráter, subordinação ou propriedade ficavam mobilizados, principalmente o trabalho humano. A desobediência às ordens da *coordenação de mobilização econômica* ou a simples

---

4 - BMTIC, n° 98, outubro de 1942. (Grifos meus). No caso específico dos estrangeiros, súditos dos países com os quais o Brasil estava em Estado de Guerra, o decreto-lei n° 4.838, de 31 de agosto, atribuía aos empregadores o direito de rescindir os contratos de trabalho, mediante à autorização do MTIC. Porém, "preventivamente" o trabalhador poderia ser suspenso.

5 - "Com a guerra chega, portanto, o momento de iniludível gravidade para a produção. Aos trabalhadores toca o dever do esforço, da renúncia, da colaboração sem limites, da fé, da vontade de vencer, e as inequívocas demonstrações de solidariedade, que o governo tem recebido das classes trabalhadoras, traduzem a segurança dessa disposição de ânimos que nunca faltou aos brasileiros nas horas amargas. Aos dirigentes, fica a responsabilidade de aproveitar até os mínimos detalhes os fatores capazes de aumentar a produção. E esses só se conseguem organizandose cientificamente o trabalho sobre base biológica". Idem. Ibidem.

criação de embaraços à sua ação seriam punidas com a reclusão de 1 a 3 anos e multa de até 100:000$000. O julgamento de tais casos ficava subordinado ao *Tribunal de Segurança Nacional.*

Em outubro, o decreto n° 4.766 estabeleceu com precisão cirúrgica o alcance e os atributos do Tribunal de Segurança Nacional, durante a vigência do Estado de Guerra, definindo como crimes a *revolta* e *a rebelião*, sujeitas à pena de morte, no grau máximo, e à reclusão por vinte anos, no grau mínimo. *Desertar em tempo de guerra*, reclusão de 1 a 4 anos. *Dar asilo, transporte ou contratar desertor*, reclusão de 3 a 6 meses. *Proferir calúnia, injúria ou desrespeito contra a nação*, o governo, o regime, as instituições ou contra qualquer agente do poder público, reclusão de um a seis anos. *Fomentar a indisciplina, rebelião ou desordem*, reclusão de seis meses a um ano. *Insurgir-se contra a lei*, a ordem ou decisão destinada a atender o interesse nacional, por palavra ou ato, reclusão de seis meses a um ano. *Participar da suspensão ou abandono coletivo de trabalho* em centro industrial, a serviço da construção ou da fabricação destinada a atender às necessidades da defesa nacional, praticando violência contra a pessoa ou coisa, reclusão de dois a seis anos. *Abandonar ou estimular* o abandono da lavoura, *suspender ou restringir atividades de fábrica, usina, ou qualquer estabelecimento de produção*, prejudicar o bem-estar da população ou a economia nacional, reclusão de 4 a 10 anos.[6]

Ficou a cargo do Ministério da Guerra definir quais seriam os estabelecimentos fabris de interesse militar e, portanto, necessários à indústria bélica nacional. Nestes casos, os trabalhadores seriam *reservistas com destino especial,* para os quais ficava estabelecido que prestariam serviço apenas no estabelecimento ao qual foram destinados, até segunda ordem. Quando faltassem ao trabalho por mais de oito dias consecutivos, sem justa causa, seriam considerados desertores e, como tal, julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional. Em caso de ausência por mais de 24 horas e menos de oito dias consecutivos, seriam punidos com multa de três dias de salário para cada dia de falta sem motivo justificado. Se fossem estrangeiros ficavam excluídos os crimes de deserção, transformados sumariamente em atos de sabotagem.[7]

As necessidades da guerra legitimavam a mobilização de todos os recursos disponíveis e o controle estrito da força de trabalho, e ambas baseavam-se em cálculos bastante precisos da relação necessária entre os contingentes deslocados nas frentes de batalha e os chamados reservistas especiais,

---

6 - Desertor era "todo aquele que, convocado em ato de mobilização total ou parcial, deixar de apresentarse, sem motivo justificado, no ponto de concentração ou centro de mobilização, dentro do prazo marcado". Para caracterizar o abandono de trabalho era necessária a participação de três empregados. BMTIC, nº 99, novembro de 1942. (Grifos meus).

"É sabido que um exército em guerra exige hoje uma retaguarda industrial, em relação que varia de 5 a 20 industriários para cada soldado na frente de batalha. (...) com a população atual o Brasil poderia alistar facilmente mais de 6 milhões de homens (15%) mas, então esse exército requereria uma retaguarda suporte de 30 milhões de homens empregados na indústria. Digamos, para facilitar o cálculo, que tenhamos de mobilizar apenas 1 milhão de soldados; nesse caso, teremos necessidade de 5 milhões de trabalhadores industriais, no mínimo. Ora, atualmente, nosso contingente industrial é bem menor, cerca de um quarto daquele total. Portanto, em benefício da eficiência da própria frente de batalha, não seria possível admitir-se um desfalque muito acentuado em nossa mão-de-obra industrial."[8]

Foi em nome da unidade política, em nome da nação, em nome da família brasileira e, principalmente, em torno da idéia do inimigo comum, que se buscou o consenso, a harmonia e a obediência. O Estado de Guerra levou ao paroxismo os princípios estadonovistas.

As exigências para o financiamento do Estado de Guerra e as restrições internacionais ao crédito e à circulação de mercadorias pressionavam os índices de custo de vida. Além das restrições aos direitos políticos, civis e sociais, a inflação agravava as já difíceis condições de vida, como mostra a tabela abaixo:

Relação das despesas entre operários e contínuos da prefeitura de São Paulo tendo os meses de junho de cada ano como referência e a base média dos preços de 1939=100.[9]

	Ano					
Itens de Despesa	1939	1940	1941	1942	1943	1944
Alimentação	101,5%	106,8%	127,2%	135,9%	146,4%	199,6%
Habitação	100,0%	100,0%	100,9%	101,2%	103,6%	103,6%
Vestuário	100,1%	106,3%	121,7%	142,8%	177,3%	210,7%
Combustível	97,7%	11,2%	107,1%	172,1%	196,6%	109,6%
Assistência Médico-dentária	99,9%	106,3%	117,1%	134,0%	137,3%	182,6%
Fumo	100,0%	100,0%	119,0%	119,0%	100,0%	160,0%
Artigos de limpeza	101,7%	96,8%	105,1%	128,0%	208,2%	232,7%
Móveis	100,0%	111,0%	118,0%	124,0%	160,0%	246,0%
Transporte	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	104,2%
Despesas diversas	99,2%	104,6%	105,0%	117,6%	117,8%	117,8%
Total	100,8%	105,4%	117,6%	131,2%	146,6%	187,8%

A pesquisa apontou que o custo de vida subiu 88% em cinco anos, e concluiu que a alimentação consumia 54,12% das receitas totais de uma família operária; 15,33% eram gastas na habitação; 10,56% no vestuário. Os 5,99%, contidos no item "despesas diversas" incluíam os gastos com recreação e educação, que consumia 0,52% da receita familiar. O aumento médio com alimentação, nesse qüinqüênio, foi da ordem de 100%; com vestuário foi de 111%; com artigos de limpeza doméstica 133%; e com combustível - basicamente querosene para a

7 - BMTIC, n° 100, dezembro, de 1942.
8 - Azevedo, Aldo. M. de. "Economia e Guerra". BMTIC, n° 100, dezembro de 1942. pp. 131-138.
9 - Araújo, Oscar Egídio de. "Pesquisa entre motoristas, operários e contínuos da prefeitura de São Paulo". *Revista do Arquivo Municipal*. Maio/junho de 1947. pp. 7 e segs.

iluminação e carvão para a preparação dos alimentos, para aquecer a água do banho e para passar roupa - foi de 210%.[10]

Diante da disparada dos preços e da falta generalizada de produtos essenciais, o governo reagiu com duas medidas complementares: estabeleceu como preços máximos permissíveis os preços vigentes em 1° de dezembro de 1942; e reajustou, nas capitais dos estados, no Distrito Federal e no território do Acre, em 25%, os valores do salário mínimo; e em 30%, nas demais localidades do país.[11] A situação era bastante difícil, principalmente se levarmos em conta as observações do insuspeito Roberto Simonsen que apontam uma queda, entre os anos de 1935 e 1938, de 12,8% no valor médio dos salários em relação ao aumento do custo de vida no país.

Além disso, é preciso considerar o desrespeito ao decreto do salário mínimo, que foi continuamente burlado, "só sendo residual o desrespeito a ele quando o valor real dos salários fixados tornou-se irrisório". Tudo indica que entre 1935 e 1942 houve uma contínua e geral deterioração dos salários dos trabalhadores urbanos, mesmo porque esses anos foram marcados por uma forte repressão a qualquer movimento reivindicatório, sendo muito difícil que os trabalhadores mantivessem seu nível de remuneração salarial; e o "Estado não foi apenas conivente, mas eficaz promotor dessa situação".[12]

Respondendo a ineficiência dos "reajustes" concedidos em 1942, o governo instituiu, no mês de maio de 1943, o *salário adicional para a indústria.* Na capital do estado de São Paulo, onde o salário mínimo em vigor era de Cr$ 275,00, o salário adicional foi de Cr$ 10,00, em Campinas, de Cr$ 5,00. Entretanto, no seu artigo 6° o decreto estabelecia que se o empregador tivesse "reais prejuízos", devidamente comprovados, estaria, *temporariamente*, dispensado do seu pagamento a juízo do serviço de estatística da previdência e do trabalho. A duração da dispensa não poderia exceder a um ano, mas persistindo as causas que a determinaram, poderia ser renovada indeterminadamente.[13]

---

10 - A conclusão da pesquisa não podia ser outra: "Podemos afirmar, após ligeiras considerações, que o nível de vida da classe operária de São Paulo, ao que se assemelha de motoristas, operários, contínuos e serventes da prefeitura, é baixo e que o seu custo duplicou nestes últimos anos". Idem. p. 12.

11 - Portaria n° 36, de 8/1/43. BMTIC, n° 102, fevereiro, 1943.

12 - Alem, Sílvio. *Os Trabalhadores e a 'Redemocratização': 1942/1948.* Campinas, IFCH/UNICAMP. Dissertação de mestrado, 1981. Respectivamente, p. 237 e pp. 6 - 9. Há uma longa controvérsia sobre o significado do decreto-lei n° 2.162, que estabeleceu o salário mínimo. Verificar: Oliveira, Francisco. "A economia brasileira: crítica à razão dualista", *Estudos Cebrap*, n° 2, outubro 1972. Vianna, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil.* 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p. 239. Almeida, Maria Hermínia de. *Estado da Classe Trabalhadora no Brasil 1930/1945.* São Paulo. FFLCH/USP, 1978. Tese de doutoramento. p. 163.

13 - Por outro lado, a entrada do Brasil na guerra justificou uma série de medidas que afetaram ainda mais a já debilitada remuneração dos trabalhadores: o desconto de 3% sobre os salários e as comissões destinados à subscrição de guerra. O desconto de 0,5% dos salários destinados à legião brasileira de assistência, a título de *contribuição especial.* Além dos 4% já descontados como contribuição ao IAPS, "as contribuições praticamente dobraram a cifra deduzida dos salários, sem que isso significasse alguma retribuição econômica real ou fictícia, do tipo que as taxas de previdência possibilitavam". Alem, Sílvio. Os Trabalhadores e a 'Redemocratização'. op. cit. p. 6.

Em novembro de 1943, o governo federal alterou o salário mínimo. Na cidade de São Paulo, ele passou de Cr$ 275,00 para Cr$ 360,00. No mesmo dia foi alterado o salário adicional para a indústria, que passou de Cr$ 10,00 para Cr$ 30,00. Alguns dias depois, o governo criou o *salário compensação*: "a que teria direito, pelo mesmo serviço prestado, todo trabalhador adulto (...) que perceba remuneração cujo valor se ache compreendido entre o salário mínimo - como limite inferior e o dobro do salário mínimo em vigor na respectiva zona ou região - como limite superior". O salário adicional seria incluído no cálculo para o salário compensação. Este acréscimo somente perduraria enquanto durasse o Estado de Guerra. Segundo Sílvio Alem, as médias do salário compensação variaram entre Cr$ 50,00 e Cr$ 60,00.[14]

Não é fácil avaliar o impacto de medidas como *salário adicional* e *salário compensação*. Do ponto de vista monetário ele deve ter sido realmente muito pequeno. Esses "acréscimos" representavam apenas uma parcial reposição das perdas, num momento em que o custo de vida subia rápida e vertiginosamente. Acrescente-se a isso o fato de que se o empregador comprovasse prejuízos ou dificuldades ao serviço de estatística da previdência e trabalho - o que, diga-se de passagem, não era muito difícil -, seria indefinidamente dispensado do seu pagamento. Portanto, o impacto dessas medidas foi muito mais simbólico, ideológico e propagandístico, o que não é pouco. Talvez elas servissem para criar a impressão de que o governo estava atento à disparada dos preços e à crescente inflação.

Em setembro de 1943, o governo suspendeu os dissídios coletivos. Enquanto durasse o Estado de Guerra eles só poderiam ser suscitados depois de uma audiência prévia com o ministro do trabalho, indústria e comércio. Criou-se também uma comissão de alto nível - *Comissão Técnica de Orientação Sindical* - diretamente subordinada ao ministério, cuja função seria promover e desenvolver o espírito sindical; divulgar a orientação do governo no tocante à vida e ao funcionamento dos sindicatos; organizar cursos de preparação e orientação para os futuros administradores sindicais, e de especialização para os administradores sindicais em exercício; prestar aos sindicatos toda a colaboração que fosse necessária. Por fim, proibiram-se as atividades e a fundação de qualquer entidade, por pessoa física ou jurídica, com o objetivo de assistência, orientação cívica ou social, propaganda ou doutrina educacional dos trabalhadores.[15]

A situação se agravou ainda mais quando, em maio 1944, a convite do comitê têxtil do *Combined Production and Resources Board* formou-se uma comissão de empresários do ramo

---

14 - Decretos n° 5977, n° 5.978 e n° 5979, respectivamente. BMTIC, n° 112, dezembro de 1943. Segundo Sílvio Alem, somente com este reajuste se alcançou alguma recomposição salarial, até então corroída pelo desrespeito aos tabelamentos e pelo crescente câmbio negro. Alem, Sílvio. op. cit. p. 10.

15 - BMTIC, n° 110, outubro de 1943. n° 102, fevereiro de 1943. n° 106, maio de 1943, respectivamente.

têxtil que foi a Washington negociar o rateio das cotas de tecido de exportação que caberiam ao Brasil. Segundo o acordo, o Brasil forneceria a *United Nations Relief and Rehabilitatin Administration* e ao *Conseil Français d'Approvisionnement* um total de 137.100.000 metros de tecidos.[16] Como conseqüência, o setor têxtil, principalmente o algodoeiro, foi declarado *indústria mobilizada*. Tanto os estabelecimentos de produção de fios naturais quanto sintéticos, tecelagens, malharias e acabamentos passaram a obedecer a determinações militares e, em muitas deles, oficias das forças armadas determinavam o ritmo e a cadência do trabalho.[17]

A *Comissão Executiva Têxtil*, encarregada de fiscalizar o cumprimento da legislação de exceção, poderia transferir qualquer trabalhador de um estabelecimento para outro, de acordo com as necessidades do esforço de guerra. Além disso, nenhum empregado dos ramos industriais mobilizados poderia mudar de emprego sem a prévia autorização do órgão competente no MTIC, sob pena da acusação de deserção; e nenhum empregador poderia admitir qualquer trabalhador sem o atestado liberatório concedido pela comissão. Essa mesma comissão autorizou o trabalho noturno para mulheres e menores de dezesseis anos, com duração de oito horas; o prolongamento das jornadas diárias, para todos os trabalhadores, para dez horas; turnos dobrados e a suspensão do direito de férias.

A comissão executiva têxtil era composta por oito delegados sindicais e cinco representantes do governo (Ministério do Trabalho, Ministério da Fazenda, Ministério das Relações Exteriores, Coordenadoria de Mobilização Econômica, Carteira de Exportações do Banco do Brasil). Os oito delegados sindicais eram todos indicados pelos sindicatos patronais, de São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal e demais estados do norte e nordeste. Na prática, a comissão suspendia o que ainda restava da legislação social e trabalhista ao transferir sua vigilância e execução para as mãos dos próprios empresários têxteis, que passavam a contar com os meios coercitivos legais, além dos extralegais, para a manutenção da ordem. Os resultados foram realmente impressionantes: em 1940 a produção total de tecidos foi de 840.168.000 metros; em 1943, chegou a 1.414.336.000 metros; em 1945, mais de 1 bilhão e meio de metros de tecidos. Esse *boom* foi sustentado pela legislação de exceção, por uma produção intensiva e ininterrupta e por um fornecimento contínuo de mão-de-obra trabalhando no limite das suas forças e operando máquinas antiquadas.

Em 1945, o MTIC realizou um inquérito sobre o funcionamento das indústrias têxteis que abrangeu 94,2% das cardas; 78% dos fusos; e 94,25% dos teares do país. As sessões de

---

16 - Stein, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil 1850/1950.* Trad. Jaime Larry Benchimol. Rio de Janeiro. Campus, 1979. p. 167.
17 - Decreto-lei n° 6.688. BMTIC, n° 120, agosto de 1944.

cardar funcionavam em média 14:55 horas por dia; as seções de fiação 15:30 horas; e as seções de tecelagem 12:20 horas, embora em alguns estados os números fossem ainda mais elevados.[18] Segundo *O Observador Econômico Financeiro,* a indústria têxtil brasileira ganhou, nestes anos de guerra, mais de 1 bilhão de cruzeiros, embora existissem ainda em pleno funcionamento máquinas de 1870, e a idade média dos aparelhos utilizados na fiação e tecelagem fosse estimada em 30 anos.[19]

Todas as medidas de exceção eram justificadas pelas exigências da guerra, mas mesmo entre os seus supostos beneficiados havia quem duvidasse dessa justificativa, como se pode ler no memorando da Embaixada Americana no Rio de Janeiro:

> "Alguns acreditam que os líderes da indústria têxtil tenham ficado insatisfeitos por muito tempo por causa das vantagens dadas aos trabalhadores através das regulamentações incluídas na consolidação das leis trabalhistas e que *eles procuravam uma desculpa para anular a execução dessas leis na prática ou, se não, em princípio.* É evidente que a "lei de mobilização" deu à indústria têxtil controle autocrático sobre sua força de trabalho e que essa indústria recorreu a esse controle para *responder à pressão que podia existir de baixo para cima para conseguir uma revisão na escala de vencimentos.* A Comissão Brasil Têxtil que se reuniu com o CPBR, em Washington, em junho daquele ano, afirmou, categoricamente, que a crescente produção de têxteis para exportação em nome da UNRRA só podia ser realizada se concessões do governo brasileiro a respeito das leis existentes de trabalho fossem asseguradas. *É duvidoso que os compromissos de exportação justificassem o caráter extremo dessa medida.* Os pedidos da UNRRA somaram menos de 10% da produção nacional têxtil em 1943. O crescimento total previsto nas exportações somou menos que 20%. *Um aumento de 25% no tempo de trabalho podia ter sido obtido através de processos normais, dentro da lei existente.* Baseado nos fatos mostrados ao público, *só se pode concluir que se considerava mais simples e mais vantajoso impor a colaboração da classe operária através da lei,* do que assegurá-la através da negociação e cooperação".[20]

O Estado de Guerra além de ser um instrumento eficiente para estancar as pressões vindas de baixo e evitar quaisquer revisões nas escalas de vencimentos forneceu as condições políticas necessárias para a suspensão dos diretos civis e sociais. Se as "conquistas sociais", durante todo o Estado Novo, haviam sido mais legais que reais, o Estado de Guerra evidenciou que esse campo legal era uma em arena de disputas. E a própria decretação da CLT, feita com toda pompa e circunstância, teve um significado imediato apenas ideológico e simbólico, no entanto, poderoso.

Em outubro de 1944, contestando as estatísticas oficias, dezoito sindicatos da capital e da grande São Paulo, elaboraram um relatório dirigido ao presidente Vargas, no qual apontavam um aumento no custo de vida de 120% entre 1939 e 1943, ao passo que os salários sofreram majoração de apenas 10%. "Tudo sobe de preço diariamente enquanto os salários dos que ganham pouco continuam eternamente abaixo da elevação vertiginosa do custo de vida."

---

18 - Stein, Stanley. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil op. cit. p. 168.

19 - *O Observador Econômico Financeiro,* nº 113, junho de 1945, p. 6. (Grifos meus). Apesar dos ganhos astronômicos não havia a preocupação com o reequipamento e a modernização do maquinário da indústria, porque a lógica da sua lucratividade estava centrada na super-exploração da mão-de-obra.

Denunciavam, principalmente, os açambarcadores, os atacadistas e os intermediários em geral, de cuja ganância se produzia a "quinta-coluna". Mas o principal alvo da ira dos sindicatos foram os empresários:

> "Não é segredo de ninguém a existência de lucros fabulosos encafuados nas burras dos industrias (...) que forçam a alta diária dos gêneros de primeira necessidade. O trabalhador se equipara ao soldado mobilizado que combate nos campos de batalha. Assim como o soldado tem a prioridade exigida pela sua própria condição de defensor da Pátria, o trabalhador que fornece ao nosso combatente os instrumentos de sua atividade, *deve ter direitos semelhantes*. Não é justo que os sacrifícios exigidos pelo esforço de guerra recaiam somente numa parte da população que é a dos trabalhadores menos favorecidos pela fortuna".[21]

Na sua percepção a falta de produtos era, claramente, resultado do lucro excessivo e criminoso dos industriais. Não satisfeitos com a denúncia, fizeram uma proposta radical: a criação de comissões sindicais com poder de fiscalizar e prender todos os intermediários e especuladores de qualquer setor e, desse modo, "exterminar o mercado negro e todas as modalidades amorais de comércio". A difícil situação não escapou à atenção do Cônsul americano em São Paulo que, escrevendo para a Embaixada no Rio de Janeiro, descreveu com contundência o estado de pauperização:

> "Milhares de trabalhadores vivem nos subúrbios (...) para chegar ao trabalho têm que levantar muito cedo, viajando horas em ônibus lotados, lentos e imundos. Com respeito ao transporte urbano, a situação é a bem conhecida falta de ônibus e lotação (...) O problema da habitação para o trabalhador, haja vista a escassez geral e os preços altos do material de construção parece ser insolúvel presentemente, ou até que o fim da guerra normalize os preços destes materiais e faça o preço da terra voltar a seus níveis normais (...) quando o trabalhador fica doente é abandonado à sua sorte (...) aqueles que não estão gravemente doentes são usualmente tratados pelos médicos das próprias companhias. Porém, só as grandes empresas são capazes de lhes proporcionar estes serviços (...) a irritação da classe trabalhadora será provavelmente maior que a do momento,quando ela verificar que os problemas com que se defronta não estão sendo resolvidos (...) observações nos distritos industriais indicam que os trabalhadores estão realmente enfraquecidos pela fome, e a subnutrição é difundida. Os lugares onde se pode comer barato estão servindo carne em condições que somente com pimenta, ingerida liberalmente, pode ser consumida, até mesmo pelo mais faminto dos homens".[22]

A suspensão da legislação de exceção foi lenta e gradual. Somente em dezembro de 1945 o decreto-lei n° 8.363 estabeleceu que "a volta à normalidade há de corresponder à *extinção*

---

20 - Memorando da Embaixada Americana no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado.22/09/1944. U.S.N.A. 832.665/9-2244. Apud. Alem, Sílvio Frank. Os Trabalhadores e a Redemocratização. op. cit. pp. 13-14. (Grifos meus).

21 - *Correio Paulistano*, 7/10/1944. p. 2 e 12. (Grifos meus). As estatísticas oficiais levavam em conta apenas os preços tabelados e reconhecia um aumento do custo de vida da ordem de 10% ao ano. Conferir BMTIC, nº 107, junho de 1943; n°129, maio de 1945; n°139, março de 1946. Roney Cytrynowicz conclui que a falta de gêneros de primeira necessidade foi mais uma estratégia para maximizar os lucros do que uma dificuldade real de abastecimento. Cf. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a segunda guerra mundial.* São Paulo. Geração/Edusp, 2000. Principalmente capitulo 10.

22 - O governo Federal assinara um convênio com a indústria, em 1943, para a produção de tecidos populares. No primeiro semestre de 1944, foram produzidos 23,4 milhões de metros destes tecidos. O Cônsul conclui: "O trabalhador anda maltrapilho embora gaste 11% de seu salário com roupas. Infortunadamente, estes produtos têm sido usados para especulação, a despeito da população pobre. Há rumores que existem especialistas nesta especulação. Se tivessem sido neutralizados, os trabalhadores teriam sido capazes de comprar aos preços do convênio". Do cônsul geral dos EUA em São Paulo ao encarregado de negócios interino da Embaixada no Rio de Janeiro, 28/02/45. USNA 832. 504/2- 2845. Apud. Alem, Silvio. Os Trabalhadores e a Redemocratização. op. cit. p.56.

progressiva dos dispositivos de exceção, (...) a execução de compromissos de natureza especial, contraídos no estrangeiro, aconselha que perdure a mobilização da indústria têxtil".[23] A manutenção da legislação de exceção dependia, em grande medida, da habilidade dos empresários em argumentar com as necessidades de "cumprir contratos estabelecidos no exterior", de modo que as "condições especiais de produção", embora deixassem de ser a regra, mantiveram-se com uma constante excepcionalidade ao longo de 1945 e de 1946.

O ano de 1945 iniciou-se com uma dupla constatação: de um lado, as paupérrimas condições de vida em que estavam mergulhados os trabalhadores; de outro, a necessidade de conter a explosão reivindicatória que se iniciava. Não foi outro o teor do discurso de Segadas Viana, diretor do Departamento Nacional do Trabalho, aos membros do sindicato dos trabalhadores nas empresas de carris urbanos em fins de 1945:

> "...todos compreendemos que é preciso uma nova concepção de direitos e deveres, cada vez menores aqueles em face da coletividade, cada vez mais graves estes para com essa coletividade (...) Notais que nossa massa trabalhadora, tradicionalmente, ordeira e disciplinada tem sido sacudida, em alguns pontos do país, por acontecimentos estranhos e que necessitam ser examinados para que se apurem as razões que os provocam (...) Não, o trabalhador consciente não recorre à greve. Ele tem consciência trabalhista, ele conhece seusdeveres e seus direitos, ele sabe que há na legislação medidas próprias para assegurar tais direitos e que existe uma justiça própria compreensiva, onde são juizes companheiros seus (...) sem ordem não há progresso e sem progresso não pode haver direito social (...) Se problemas tiverdes, entregai seu estudo aos vossos companheiros que elegestes para diretores de vosso sindicato e eles irão expô-los à justiça do trabalho, que é a vossa justiça".[24]

Três questões são fundamentais nesse discurso e anunciam o modo como o poder público e os empresários lidavam com a onda reivindicatória do após-guerra: 1) a orientação de que os sindicatos seriam os únicos canais institucionais para a ação dos trabalhadores, o que remeteria os conflitos sociais para a arena da legislação em vigor, ainda que legislação de exceção; 2) a explicitação da necessidade de limitar os direitos individuais - e nesse "universo individual" cabe a coletividade de trabalhadores - em detrimento dos direitos coletivos, entendidos aqui abstratamente como *a nação*; ou, dito de outro modo, Segadas Viana justificava a manutenção da legislação de exceção, mesmo em tempos de paz, em nome do cumprimento dos acordos internacionais; 3) o reconhecimento de uma relação direta entre a crescente pauperização das condições de vida e a onda de reivindicações iniciada ainda em 1944.

---

23 - BMTIC, n° 137, janeiro de 1946. (Grifos meus).

24 - BMTIC, n° 129, maio de 1945. Na cerimônia de posse da 1ª diretoria da Confederação Nacional do Comércio o presidente eleito, João Daudt de Oliveira, ponderou que "...o pauperismo nacional chegou a extremo alarmante. É preciso proclamarmos corajosamente, sem falsos melindres e fugindo ao exagero que *a pobreza, o baixo padrão de vida, a queda de vitalidade de nosso povo, agravada pelas conseqüências da guerra, atingiram a um grau sem precedentes*". Oliveira, João Daudt. "O pauperismo nacional". *BMTIC*, n° 138, fevereiro de 1946. (Grifos meus). A "pobreza extrema" expressa nos "baixos índices de consumo alimentar" e as estatísticas vergonhosas e "impublicáveis" não estão nas denúncias da oposição, mas nas hostes do próprio governo.

Talvez não se tivesse visto na história do país uma situação tão disseminada de penúria como nos anos em que vigorou o Estado de Guerra. A *Carta da Paz Social*, elaborada por um conjunto de empresários paulistas e cariocas, foi ao âmago da questão: "(...) *não só por motivo de solidariedade social e mais de conveniência econômica* deve ser o mais rapidamente possível aumentado o poder aquisitivo da população".[25] Não se tratava de uma opção assistencial ou humanitária; era, isto sim, uma questão de mercado: era preciso, urgentemente, aumentar o poder aquisitivo das classes populares sob pena de uma séria convulsão social e do imediato estrangulamento do processo produtivo.

O "caminho da paz" proposto pelos empresários era dividido em três frentes. Aos empregadores caberia promover a racionalização do trabalho, a melhoria dos equipamentos e o aumento da produtividade. Dos empregados esperava-se que reduzissem a instabilidade no emprego e a falta de assiduidade no trabalho, que mantivessem um clima de cordialidade com os patrões, que zelassem pela conservação das empresas e de seus equipamentos, que cooperassem com a disciplina no trabalho freqüentando cursos no Senai/Senac e, principalmente, resolvessem seus conflitos trabalhistas através das comissões mistas sindicais, evitando "meios estranhos" aos sindicatos oficiais. Ao Estado competia combater a inflação eliminando as barreiras à produção e ao comércio, reduzindo os impostos sobre os produtos alimentícios, abolindo os impostos e as taxas que incidissem sobre a locação e aquisição de imóveis para trabalhadores, modificando o atual sistema administrativo dos institutos de previdência social, de modo a assegurar a participação dos seus contribuintes e, principalmente, "*assegurando os direitos e garantias da atual legislação do trabalho*", mantendo a autonomia sindical para a escolha das diretorias, mas assegurado legalmente, a possibilidade da destituição de dirigentes sindicais dentro de uma fiscalização contínua. Sobre as perdas salariais acumuladas na última década e as péssimas condições de trabalho, total silêncio.

A questão mais importante era garantir a canalização dos emergentes conflitos sociais para os "ajustados e previsíveis" canais da legislação social em vigor. Mesmo que os empresários, eventualmente, perdessem algumas disputas no campo da justiça do trabalho insistiam que essa deveria ser a ***única*** arena legítima para a negociação dos conflitos, talvez porque tivessem um claro controle sobre os mecanismos do seu funcionamento, e a sua manutenção dos sindicatos de trabalhadores dentro dos limites da ordem e da legislação vigente instituíssem um campo relativamente maleável para a solução dos conflitos. Nesse ponto há uma

25 - BMTIC, n° 139, março de 1946. (Grifos meus).

marcante coincidência entre as ações do poder público e as demandas dos empresários na condução dos conflitos trabalhistas nos anos do após-guerra.

Antes mesmo da posse do presidente Dutra, iniciou-se a contra-ofensiva para a contenção da onda de greves. O decreto-lei n° 8.739, de 19 de janeiro de 1946, extinguiu a *comissão de enquadramento sindical*, a comissão de imposto sindical - prevista na CLT - e a *comissão técnica de orientação sindical*, e transferiu as suas atribuições para a recém-criada *Comissão Nacional de Sindicalização*, cujas funções seriam estimular a harmonia entre as classes e promover a justiça social, contribuindo para a maior aproximação entre empregados e empregadores, introduzindo práticas conciliatórias que evitassem ou reduzissem a ocorrência de dissídios. As resoluções da *comissão* tinham por objetivo colocar um fim aos litígios e recursos referentes à organização sindical, e também decidir sobre a aplicação do imposto sindical e sobre o enquadramento de todas as suas das atividades.[26] A CNS contornava e evitava vários dispositivos da CLT, sempre com o objetivo de tornar o campo legal a única arena para a negociação dos conflitos.

Eurico Gaspar Dutra assumiu a presidência da República em fevereiro de 1946, em março foi dado o mais duro golpe nos sindicatos de trabalhadores, o decreto-lei n° 9.070 que, na prática, proibia as greves e todas as manifestações públicas não autorizadas. Ao mesmo tempo, o governo Dutra dirigiu seus esforços para conter os efeitos do aumento dos preços. Em abril, foi criada a *Comissão Central de Preços* cujo objetivo era evitar a elevação do custo de vida, tabelando os preços máximos dos serviços e produtos essenciais.[27] O governo tentou conter a espiral inflacionária por meio da liberação das importações, mas, ao mesmo tempo em que esta política conteve, por curto espaço de tempo, os bruscos aumentos de preços, promoveu-se a famosa queima das reservas cambiais acumuladas com a guerra. Nos anos de 1947 e 1948 a taxa de inflação esteve contida nos índices de 5% ao ano. A partir de 1949, entretanto, o governo alterou sua política econômica e adotou um controle seletivo das importações, estimulando um novo surto de expansão industrial, estabelecendo cotas de importação que priorizavam as matérias-primas e os bens de capital em detrimento dos produtos manufaturados. Esta contenção das importações coincidiu com uma nova perda no controle dos preços dos produtos básicos e o retorno do aumento no custo de vida.

---

26 - BMTIC, n° 139, março de 1946. (Grifos meus).

27 - Segundo apurou a 'Federal Bulletin' em junho de 1945, o índice de inflação no Brasil, durante os anos de 1939 a 1944, havia sido de 70%. Respectivamente BMTIC, n° 141, maio de 1946. n° 143, julho de 1946. n° 146, outubro de 1946.

Este novo surto inflacionário – entre 1949 e 1952 – iria, mais uma vez, favorecer os empresários, cujas mercadorias eram postas à venda a preços sempre ascendentes, ao mesmo tempo em que adquiriam matérias-primas e bens de capital a preços constantes e subsidiados. Segundo Celso Furtado, a capitalização dos industriais foi uma constante nos dois períodos: os preços médios dos produtos importados cresceram 7% nos anos 1945/1950, enquanto os produtos manufaturados, na venda interna, cresceram na ordem de 54%.[28] Ao mesmo tempo, a inflação crescia rapidamente tendo chegado, em 1950, a 11% ao ano e, em 1952, atingiu 21%, de acordo com os índices oficiais.

Os empresários têxteis continuavam reagindo negativamente a quaisquer tentativas de aumento coletivo dos salários. O Dr. Vicente de Paula Galiez, secretário geral do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, proferiu, em nome dos industriais têxteis do Brasil, perante a Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembléia Constituinte, que discutia a possibilidade de aumento geral dos salários, um discurso emblemático:

> "...a solução do problema do trabalhador não se encontra no aumento da massa de papel-moeda que ele venha a receber, como pagamento de seu trabalho e sim na possibilidade técnica de se aumentar o valor desse trabalho, através de máquinas aperfeiçoadas, que permitam a multiplicação desses valores e portanto permitam ao trabalhador brasileiro a afirmação de sua expressão verdadeira, no sentido econômico".[29]

A "expressão verdadeira" do trabalhador brasileiro, segundo o líder empresarial, estava na possibilidade do aumento da produtividade, fosse com a aquisição de novas máquinas, fosse com a extensão das jornadas de trabalho, ou com ambas. Fora desse quadro não haveria a possibilidade de se cogitar qualquer aumento real de salários.

O surgimento dos Comitês Democráticos.

> "...e o povo não deixará de ter razão, quando grita contra os buracos das ruas, a sujeira acumulada nas vias públicas, a falta de jardins ou de parques infantis, de bibliotecas em bairros ou ambulatórios e outros melhoramentos (...) Neste sentido, cabe um papel fundamental aos comitês populares democráticos, nos quais o povo está organizado para debater seus problemas, os problemas da cidade, as questões relacionadas com o progresso e as reformas urbanas. Em cada rua, em cada bairro, existe um problema a ser solucionado pelo poder municipal".[30]

Em abril de 1945, o presidente Vargas assinou o decreto de anistia a todos que tivessem cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934. Um mês depois, realizou-se no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, o primeiro grande comício legal do PCB. No discurso de Luiz Carlos Prestes foi apresentada a linha de ação dos comunistas e esboçado um diagnóstico das

---

28 - Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Brasília. Ed. UNB, 1963. pp. 267 e segs. Sobre os índices de inflação no período ver anexo II.

29 - *O Observador Econômico Financeiro*, n° 124, maio, 1946, pp. 119 e segs.

dificuldades enfrentadas pela população. O objetivo imediato da intervenção era a preparação para as eleições, cuja organização deveria ser feita por local de trabalho ou moradia; isso colocaria o partido mais próximo da situação real da população. A questão era como realizar essa aproximação, dentro do espírito de união nacional:

> "...pela organização do povo em organismos que lhe sejam próprios, em amplos comitês ou comissões em locais de trabalho, nas ruas e bairros, em comitês democráticos que unidos, pouco a pouco, de baixo para cima, constituirão, num futuro mais ou menos próximo, as organizações de cidade, região e estado, até a grande união nacional, aliança de todas as forças, correntes, grupos e partidos políticos que aceitam o programa mínimo de unificação nacional. Esses comitês populares deverão ser amplos, de nenhuma cor partidária, e receber no seu seio a todos os sinceros democratas, patriotas e progressistas que realmente lutam pela união nacional, pela ordem e tranqüilidade, pelas reivindicações econômicas mais imediatas e por eleições livres e honestas".[31]

A fórmula organizatória resultou da suposição da inexistência ou ineficiência de canais institucionais que servissem de expressão aos anseios populares. É exatamente para ocupar esta lacuna que surgiram os *comitês democráticos e populares*. Seu objetivo inicial parece ter sido o de estabelecer um vínculo do partido - seja através do bairro, seja através do local de trabalho – com os potenciais eleitores:

> "É evidente desde logo que tais organismos populares escolherão como seus candidatos aos cargos eletivos os homens que lhes inspirem confiança, que lhes pareçam capazes de defender aquele programa e de participar ativamente da solução dos grandes e graves problemas nacionais do momento".[32]

Nada indica que os comitês democráticos fossem pensados como estratégia organizatória de longo prazo, sua finalidade parece ter sido somente a de fornecer um contato direto e imediato e um quadro abrangente das condições específicas dos bairros da cidade - e dos locais de trabalho - e, a partir daí, permitir a elaboração de uma plataforma eleitoral que tematizasse a especificidade das condições de vida das classes populares.

---

30 - *Hoje*. 6/10/1945, p. 3.

31 - Vinhas, Moisés. *O partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974*. São Paulo. Hucitec, 1982. pp. 102 e 106. O primeiro comício do PCB em São Paulo, depois da anistia, em junho de 1945, foi assistido pelo metalúrgico Alfredo Castanha: "Então convidaram o povo para ir lá. Cortaram bonde, não funcionava, não tinha eletricidade, as luzes da rua, faltou eletricidade, de propósito. Coisa, que um espetáculo nunca visto. Isso eu lembro bem; o povo na rua, de todas as ruas de São Paulo, de todas as ruas, a rua maciça de gente, com vela na mão, a pé, até o Pacaembu. O Pacaembu encheu e outro tanto ficou fora, não entrava, então falou umpoeta... Salvador Campos, ele tinha apelido, o pseudônimo... puxa vida!... (não lembra), falou primeiro ele, fez um discurso colossal. Ele era chileno, parece... Depois quando ele acabou de falar; agora o Brasil vai falar, vai falar... pela... o Cavaleiroda Esperança, o Brasil, o Brasil vai falar por sua boca. Aí falou o Prestes. Olha, o bombardeio que vi... nunca... iluminava o céu. Outra, outra, quando ele entrou de carro, não dava para entrar ninguém. Muita gente não vai acreditar, levantaram o carro,carregando à pé, ele em cima, carregaram ele à pé até no palanque". Entrevista com Alfredo Castanha, concedida ao autor em 6 de maio de 1999.

32 - "O que queremos é chegar através da União Nacional, à verdadeira democracia, antes e acima de tudo a uma Assembléia Nacional Constituinte, de que participem os legítimos representantes do povo, assembléia democrática que efetivamente apoiada pelo povo organizado em seus partidos políticos e*comitês populares democráticos*, possa, livre e soberanamente, discutir e votar a Carta Constitucional que almejamos, a Lei Fundamental que permita o progresso da Pátria e nos assegure, a todos nós, e para sempre, os grandes, sagrados e inalienáveis direitos do homem e do cidadão, a par dos direitos que todos devemos ter ao trabalho, à saúde, à instrução e cultura, ao bem-estar, assim como ao socorro e ajuda na doença, na invalidez e na velhice." Vinhas, Moisés O partidão: a luta por um partido de massas. op. cit. pp. 106 e 107.

Sílvio Alem argumenta que o rápido crescimento do PCB no após-guerra pode ser atribuído ao prestígio gozado pela URSS no final do conflito; à consideração pessoal de Prestes e dos comunistas presos, que teria crescido em proporção direta ao aumento das simpatias pela URSS após a invasão alemã, e a ausência de uma organização de esquerda que pudesse concorrer com os comunistas.[33] O metalúrgico Alfredo Castanha, que nunca foi membro do PCB, embora tenha sido um fiel eleitor do partido e membro do CDP da Mooca de baixo, acrescentou outra razão para o sucesso do partido no após-guerra:

> "Por que a luta do PCB era em favor do trabalhador. Tudo que era bom para o trabalhadorera bom pra ele [o partido] Tudo que era bom... Contra a exploração, a miséria, contra a doença, falta de escola..."[34]

Foi desse ponto de vista que o também metalúrgico e imigrante lituano Julius Meksenas explicou a popularidade do PCB no após-guerra:

> "...o governo se impressionou com a presença das comunidades dos centros democráticos, que tinha uma influência enorme em tudo, de serviços que eles exigiam lá, da doutrinação, de tudo lá, e o volume... E a atuação desses centros democráticos é que possibilitou o Partido de ter essa votação. Se não fossem eles..."[35]

Na percepção de Julius Meksenas, o sucesso do PCB no após-guerra se devia à sua inserção nos bairros através dos comitês democráticos, e não o contrário. Por isso, talvez não seja tão surpreendente o rápido crescimento do PCB nos meses posteriores à anistia. Os comitês se espalharam rapidamente e, em poucos meses, quase todos os bairros da cidade organizaram o seu. Em outubro de 1945, já existiam 31 comitês em funcionamento na capital, 28 em Santos, e vários outros em processo de organização. Seu funcionamento variava de bairro para bairro, assim como suas estratégias foram se alterando ao longo do tempo. A experiência do comitê de Vila Mariana foi descrita pelo jornalista por Noé Gertel:

> "Foi uma forma de organização da massa, quer dizer o partido, como partido era muito difícil se ligar às massas. Então se criou o CDP que era uma frente. Comitê democrático no país inteiro. Uma forma de unir os bairros, de unir o povo em torno das reivindicações específicas do bairro, mas também de politizar... O comitê reunia, no bairro, todo mundo e tomava a iniciativa que bem entendesse para organizar esse comitê e atrair o povo. O comitê democrático de Vila Mariana, por exemplo, que era dirigido pela mulher doCatulo Branco, tinha escola de corte e costura, tinha escola de alfabetização, tinha várias coisas, acho que tinha até uma creche. Cada comitê organizava as coisas que bem entendesse para reunir o povo e, é evidente, que havia também conferências políticas, recrutamento para o partido, era um dos canais que nós tínhamos para chegar até o povo. As atividades do comitê eram muito intensas. (...) Isso pipocou no Brasil inteiro, São Paulo,

---

33 - "(...) um elemento deve ser aqui situado e desenvolvido. Malgrado suas análises estratégicas e táticas, suas palavras de ordem e todo o oportunismo, o PCB conseguiu concretizar fórmulas organizatórias, demonstrando, ao menos, durante algum tempo, extrema competência mobilizadora". Alem, Sílvio.Os Trabalhadores e a Redemocratização. op. cit. p. 187. Contudo, há quem sugira que, mesmo antes do comício de São Januário, já existiam espalhados pela cidade órgãos semelhantes aos comitês, e que, portanto, a direção do PCB aproveitou a experiência já consolidada. "Note que digo prestigiar, porque a verdade é que, ao ser pronunciado o discurso de São Januário já existiam nesta capital vários daqueles órgãos de opinião pública."*Diretrizes*, 16 de junho de 1945, p. 4

34 - Entrevista com Alfredo Castanha, concedida ao autor em 6 de maio de 1999.

35 - Entrevista com Julius Meksenas, concedida ao autor em 15 de abril de 1999.

Bahia... Tinha comitê democrático a dar com pau. Aqui em São Paulo eram muito grandes as atividades dos comitês".[36]

Os tópicos gerais da ação dos comitês eram a promoção e o desenvolvimento político - cultural dos moradores do bairro, a criação de um jornal semanal que seria porta -voz e tribuna dos problemas locais; o estimulo a campanhas de reivindicação em favor do bairro e de sua população; o debate dos programas dos partidos políticos, a discussão sobre os candidatos para os legislativos municipal, estadual e federal; o intercâmbio entre os comitês e as demais organizações locais; o debate e o esclarecimento sobre problemas econômicos e sociais do Brasil. Um panfleto do CDP do Jardim Paulista, Itaim e Vila Nova Conceição, arquivado no DOPS nos dá uma idéia dos meios e da amplitude de sua ação:

"Os amigos do Jardim Paulista e bairros adjacentes convocam uma reunião que esperam seja o mais concorrida possível, abrangendo tanto quanto possível todos os moradores, para tratar democraticamente de assuntos e reivindicações de seus bairros e de um modo geral dos interesses populares, tais como: água, luz, esgoto, calçamento, higiene, escolas para crianças e alfabetização de adultos, centro de saúde, etc".[37]

Em outubro de 1945, o comitê democrático da Penha, mudou -se para rua Pe. Benedito Camargo, 333, e na festa de inauguração da nova sede, o discurso do secretário, Euclides de Oliveira, enumerou os pontos em torno dos quais se organizava o comitê: apoiar e defender o progresso do bairro; estimular as medidas que combatessem a exploração contra a economia popular, principalmente no que concerne ao açambarcamento, ao câmbio negro, à burla do tabelamento de gêneros de primeira necessidade; organizar de um posto médico inteiramente gratuito e uma biblioteca pública. O CDP deveria se constituir no "instrumento pacífico para a solução dos inúmeros problemas do bairro".[38]

Embora a questão eleitoral fosse o motor inicial dos comitês, o bairro emergia como a sua tematização central, tanto que os comitês de bairro foram mais numerosos e ativos que os comitês de local de trabalho; assim, o crescimento e desenvolvimento dos comitês esteve diretamente ligado à sua capacidade de expressar e de dar visibilidade aos anseios e às reivindicações dos moradores da periferia. Os temas que norteavam sua organização e mobilização traziam à tona uma longa experiência de carências que chamava a atenção para as deficiências específicas dos bairros da cidade. Isto não significa que as preocupações de política geral estivessem em segundo plano, muito pelo contrário. Mas certamente eram os temas do

---

36 - Entrevista com Noé Gertel, concedida ao autor em 27 de agosto de 1999.

37 - Em Vila Monumento circulou um panfleto semelhante: "Ao exemplo do que se está processando em todos os bairros desta capital (...) para reivindicações de melhorias e outras necessidades mais imediatas e mais sentidas do bairro. Para procurar facilitar ao povo os meios mais rápidos para proporcionar-lhe cultura (...) Sem distinção de classe, nacionalidade, credo religioso ou facção política, comparecer à sede do Esporte Clube Vila Monumento..." Arquivos do DOPS, dossiê 20-Z-56.

38 - *Hoje*, 30/10/45, p. 4.

cotidiano dos bairros que mobilizavam os moradores. Por isso, os comitês parecem, de fato, ter oscilado entre uma atuação política mais geral, de acordo com a sua inspiração inicial, e a constatação e denúncia do verdadeiro estado de calamidade em que se encontravam os bairros periféricos das cidades. Essa dupla orientação não escapou às lideranças do PCB.

> "Nem sempre temos compreendido a natureza desses organismos, e, por isso mesmo, não são poucos os que agrupam apenas membros e simpatizantes do partido, subestimando a mobilização dos moradores locais (...). Os que levantam reivindicações gerais e debatem *alta política* têm pouco apoio popular. Mas aqueles que lutam pelas coisas mínimas, sentidas por todos, crescem rapidamente".[39]

Talvez seja correto atribuir aos comitês e à sua estreita ligação com os temas e problemas locais dos bairros, parte do sucesso do PCB nos anos 40. Exatamente por conta dessa estreita ligação, desde o início, os comitês foram "monitorados" pelos órgãos de segurança pública, e o modo como foram percebidos é revelador dos dilemas enfrentados pelas organizações populares no após-guerra: "...criados em quase todos os bairros da capital e mesmo do interior do estado, nada mais são do que entidades que mascaradas de democráticas e beneficentes têm a precípua finalidade de atrair maior número de simpatizantes para o credo moscovita." O relatório dos agentes do DOPS prosseguia sugerindo que os comitês representavam um "fenômeno novo e interessante" que revelava "a inteligência do *modus operandi* desses grupos". A novidade estava em promover reuniões "de interesse geral e de fins beneficentes ao bairro e ao povo". Por isso, os comitês atraíam "todas as classes sociais, dominando, porém, a classe proletária, gente boa e simples que na grande maioria, ia se deixando empolgar por uma pseudo-assistência jurídica e social, reivindicações proletárias, conselhos paternais e outros serviços de menor importância, inclusive promessas de uma vida muito mais suave e feliz". O relatório terminava com a constatação de que muitos "burgueses progressistas" (sic) haviam sido atraídos aos comitês, não apenas fornecendo ajuda financeira, mas com uma presença ativa "convencidos de que praticavam atos de humanidade, quando na verdade estavam trabalhando para a Rússia Soviética".[40] Ou seja, o grande perigo dos comitês, do ponto de vista dos órgãos de segurança pública, estava no fato de, ao colocar os bairros no centro do debate, reunir classes sociais distintas, abrindo o leque da uma composição social heterogênea que dificultaria a clara identificação daqueles tradicionalmente vistos como perigosos, os trabalhadores pobres.

Os comitês se espalharam por todo o país e, inicialmente, tiveram o mérito de aglutinar as forças de oposição ao Estado Novo. Em 29 de maio de 1945, reuniram-se, no escritório da União Democrática Nacional em São Paulo, as principais lideranças de esquerda da cidade e,

---

39 - Pomar, Pedro. *Os comunistas no movimento de massa.* Informe ao 'Pleno da Vitória'. Rio de Janeiro, 1945. p. 47. Apud. Alem, Sílvio Frank. op. cit. p. 218.

depois de duas horas de reunião, tomaram três decisões: convocar uma reunião para a qual seriam consultadas as lideranças comunistas, com o objetivo de unificar as ações da oposição; escolher uma comissão – João Mangabeira, Hercolino Cascardo, Astrogildo Pereira e Castro Rabelo – para elaborar um programa mínimo que seria apresentado ao brigadeiro Eduardo Gomes para inclusão nas suas propostas como candidato à presidência da república; apoiar, *incondicionalmente*, os CDPs e estimular a participação de todos os opositores do regime nos comitês dos seus respectivos bairros.[41]

Os comitês eram uma novidade em termos de organização popular, seja por colocarem os bairros e seus problemas, até então invisíveis, no centro das discussões, seja por trazerem para o debate público pessoas que não estavam familiarizadas com essas práticas de organização e reivindicação. A descrição, feita por Benjamim Cabello, de sua experiência como membro de um comitê carioca enumera essas potencialidades:

> "Meu comitê é residencial. Nele estão inscritos professores, comerciantes, operários, estudantes, intelectuais, comerciários etc. Gente de ambos os sexos, todas as cores e, como é óbvio de todas as confissões religiosas. A diretoria é composta de um diretor de colégio, católico praticante, como presidente; os dois vicepresidentes são também professores; o 1° secretário é um jovem operário e o 2°, um estudante; os dois tesoureiros, comerciantes. De todos ao que eu saiba até aqui, só o presidente é arregimentado partidariamente: pertence à UDN. As diferentes comissões em que se divide o meu comitê estão em plena ação e as tarefas de que se incumbem são *todas específicas de um bairro residencial.* Cito, entre outras, as seguintes: organização de uma biblioteca popular e de cursos noturnos para alfabetização de adultos; organização de uma creche para os filhos das mulheres que trabalham; organização de um escritório para alistamento eleitoral de quem quer que o deseje; levantamento das múltiplas necessidades materiais do bairro, *através de um inquérito de casa em casa, de família em família...*"[42]

Ainda em 1945, o PCB lançou a proposta de realização de um congresso dos comitês. Segundo Sílvio Alem, por conta de medidas como estas, os comitês foram se transformando, ao longo de 1946, em organismos para-partidários. Principalmente depois da criação da *Comissão Organizadora de Democratização e Reivindicações Populares*, cujo objetivo era coordenar e disciplinar a ação e organização dos comitês.[43] Parece evidente que o objetivo da comissão, bem como do congresso dos comitês, era direcionar as suas ações para os temas da "grande política", talvez porque, no dia-a-dia dos bairros, sua ação deslizasse para as questões concretas da localidade, deixando de lado os temas da política, propriamente dita. Por isso, foram freqüentes, ao longo de 1946, as chamadas no *Hoje* alertando para o papel político-partidário dos comitês:

---

40 - Arquivos do DOPS. Prontuário n° 2.431, vol. 10.

41 - Na reunião também estavam presentes, além dos citados, Domingos Velasco, Hermes Lima, Evandro Lins, Osório Borba, Marinho Rego, Castro Afilhado, Moreira Lima, entre outros. *Diretrizes*, 30 de maio de 1945, p. 3. (Grifos meus)

42 - Benjamim Soares Cabello. *Diretrizes*, 16 de junho de 1945, p. 4. (Grifos meus).

43 - "Assim está distribuindo amplamente a todos os comitês democráticos da capital e dos subúrbios as seguintes sugestões: tirar volantes com frases bem sugestivas. Promover comícios e sabatina até mesmo nas casas dos membros dos comitês, em torno da necessidade urgente de uma ampla união do povo brasileiro para solucionar os gravíssimos

"[eles são] antes de tudo e sobretudo um organismo do povo. Sua função não poderá portanto estar adstrita exclusivamente às *atividades de um clube cultural ou recreativo, onde se reúnem diariamente seus associados e convivas para meia hora de cavaco...*"[44]

É possível sugerir, portanto, que nem sempre os comitês atuaram como esperava e como planejava a direção do PCB. Além disso, a linguagem e a agenda da Comissão Organizadora distanciava os comitês das imediatas questões dos bairros periféricos, ao colocar como centrais discussões mais abstratas de ordem política geral. Talvez seja possível sugerir que os CDPs, ao contrário do que sugere Sílvio Alem, estivessem ganhando "vida própria", concentrando -se nos problemas mais concretos e específicos dos bairros e o papel da Comissão Organi zadora fosse trazê-los para dentro das questões eminentemente partidárias. Num certo sentido, os comitês democráticos parecem ter expressado a própria ambigüidade do Partido Comunista do Brasil que, no após-guerra, não pode ser tomado como um bloco monolít ico dentro do qual ações e discursos se articulariam de forma harmônica. É conveniente tomar a sugestão de Marco Aurélio Garcia da existência de dois PCs. De um lado, o partido da "ordem e da tranqüilidade", da "constituinte com Getúlio". De outro, o "partido das ruas, das praças, das festas populares, dos bairros operários, das fábricas que, enquanto organização partidária, foi praticamente o único a exercer forte sedução sobre a classe trabalhadora e a juventude".[45] Dentro do PCB, de modo geral, os comitês foram tomados apenas como meios de mobilização popular e não como movimentos capazes de estabelecer práticas inovadoras que pudessem enraizar instituições democráticas. Paradoxalmente, a curta duração dos comitês se deve à própria atuação do partido.

Entretanto, ao que parece, o sucesso eleitoral dos candidatos do PCB, especialmente nas eleições para a Câmara Municipal de 1947, estiveram estreitamente conectados à sua vinculação com os comitês democráticos e, principalmente, à sua inserção nas discussões sobre as condições dos bairros periféricos. Por exemplo, em novembro de 1947, um repórter do jornal *Hoje* descreveu um comício do candidato a vereador pelo PST do Alto da Mooca, o pedreiro Luiz João:

"Observou-se a necessidade da prolongação da linha de bondes Taquari, n° 12, de forma a que sirva às populações da Vilas Oratório, Bertioga e Celeste, pela volta à circulação do ônibus n° 27, bem como pelo prolongamento do itinerário do ônibus n° 16 até o parque da Mooca. O Alto da Mooca pede calçamento para suas ruas principais, todas elas destituídas de sarjetas e passeios, transformando-se em verdadeiros lamaçais em dia de chuva. Necessitamos também de uma agência do correios e telégrafos e de um posto policial. Sem transporte suficiente, sem agência de correio e telégrafo e sem policiamento eficaz o alto da Mooca com sua grande população obreira assemelha-se a uma dessas abandonadas vilas do interior. As crianças do Alto da Mooca pedem um parque infantil.

---

problemas de ordem econômica e política que atingem o Brasil (...) Promover uma grande campanha para divulgar e vender o jornal democrático popular, que é o Hoje, nos bairros e nos locais de trabalho..." Alem, Sílvio. op. cit. p. 219.

44 - Por "organismo do povo", pode-se ler: do partido. *Hoje*, 25/09/46. p. 5. (Grifos meus).

45 - A sugestão de Marco Aurélio está In: Costa, Hélio da. *Em Busca da Memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo, Scritta, 1995. p. 6.

O povo necessita de hospitais, as gestantes pobres de maternidade e postos de assistência médica, um mercado popular a fim de eliminar a especulação (...) pela construção de um estádio distrital no Alto da Mooca, atendendo, assim, a um velho anseio daquela juventude ansiosa de possuir a sua praça de esporte..."[46]

O candidato Luiz João foi eleito vereador pelo Partido Social Trabalhista do Alto da Mooca, porque expressou de forma clara a sua ligação com os problemas reais enfrentados pela população do bairro. A Mooca, naquela primeira eleição para a Câmara Mun icipal, no após-guerra, apresentou quatro candidatos: Afonso Liguori, morador da rua dos Trilhos; Faustina Bonimani, moradora da rua João Caetano; Antônio Donoso Vidal, morador da rua Placidina e Luiz João, morador da rua G, Vila Oratório. Dos quatro candi datos, apenas Faustina Bonimani - que fez sua campanha centrada nos trabalhadores da indústria têxtil e não nos comitês - não foi eleita. O vizinho bairro do Belém elegeu outros três vereadores, todos ligados aos CDPs e às nascentes sociedades amigos de ba irro: Armando Pastrelli, Benedito Jofre e Orlando Piotto. Também neste caso, o que garantiu suas respectivas eleições parece ter sido o estreito vínculo estabelecido com os problemas reais e concretos da população, por meio dos comitês.

A busca por um lugar no mundo.

"As últimas chuvas têm provocado enchentes nos diversos bairros desta capital, por sinal há muito tempo abandonados pelos poderes públicos no que se refere à sua melhoria. O povo, que mora em bairros sem calçamento, sem esgoto, sem iluminação, sem transporte, vai sofrendo, suportando uma situação que parece não ter mais fim. Não é apenas uma rua ou outra que se encontra nessa situação. São muitas".[47]

Em Vila Formosa, "um bairro pobre sem serviço de água, luz, esgoto ou ônibus", com uma população estimada em 3.500 moradores, "duas mil pessoas se reuniram em praça pública para a festa inaugural do comitê democrático", foi um acontecimento na vida do bairro. João Roque, membro do comitê, ao tomar a palavra anunciou que aquela organização nascia pa ra reivindicar os mais "sentidos direitos dos cidadãos do bairro esquecidos naquele fim de mundo" que precisavam levantar às 3 horas da manhã para chegar à cidade na hora do trabalho, uma vez que nem serviço de ônibus possui o bairro.[48] A sensação de estar no "fim de mundo" era partilhada pelos moradores dos bairros periféricos da capital; não havia nenhuma novidade nessa situação de desamparo e de ausência do poder público. O que se alterou com o fim da guerra foi a invisibilidade desse estado de abandono. O debate político que emergiu com a chamada

46 - *Hoje*, 8/11/1947, p. 2. Todos os eleitos, conforme se lê em seus prontuários nos arquivos do DOPS, tiveram atuação destacada nos comitês democráticos e populares e na formação subseqüente das sociedades amigos de bairro. Do total de eleitores da Mooca nesse ano, os candidatos ligados aos comitês democráticos tiveram, 1/4 do total de votos do bairro. Tribunal Regional Eleitoral, caixa 3247.
47 - *Hoje*, 8/02/46, p. 7.
48 - *Hoje*, 27/11/45, p. 4.

redemocratização trouxe à tona uma multiplicidade de vozes que tematizaram os *direitos dos cidadãos dos bairros* esquecidos naqueles fins de mundo.

A linguagem dos direitos começou a ser seguidamente pronunciada nos comitês democráticos e nos bairros e passou a fazer parte do vocabulário corrente das classes populares. Ela dava forma e sentido às experiências populares de exclusão social - no trabalho, na moradia, no transporte, na educação, no lazer etc. - gestadas nos anos do Estado Novo, produzindo uma agenda política e social centrada nas demandas dos moradores dos bairros. Assim a existência dos comitês democráticos encenava publicamente a condição dos bairros periféricos da capital e, com isso, trazia à luz as condições sociais da população pobre da cidade no imediato após-guerra. A descrição das mazelas dos bairros de norte a sul, leste a oeste da cidade, punham em questão o modelo de cidade que estava se construindo, e desvendavam o que foi a "redemocratização" do ponto de vista dos "cidadãos esquecidos naquele fim de mundo". Os comitês deram visibilidade a uma situação bastante complexa, que colocava as mais simples e imediatas demandas populares na agenda da "grande política".

Em 1946, Vila Matilde era um dos distritos mais antigos da capital, situado ao lado da estrada de ferro Central do Brasil, tinha uma população estimada em mais de 18 mil habitantes. Os moradores, na sua maioria trabalhadores da indústria e do comércio, sentiam-se no mais completo abandono, convivendo com ruas esburacadas, iluminação deficiente, falta de transporte, de escola (anualmente cerca de 50% das crianças do bairro ficavam sem matrícula escolar). A atuação do comitê não se limitou à simples denúncia dos problemas de abandono e carências do bairro. Ele foi não apenas o vetor da percepção pública desses problemas, mas também da sua solução. Por iniciativa do comitê, os moradores de Vila Matilde resolveram dar início à construção de uma escada defronte à estação ferroviária. Na primeira parte projetaram 26 degraus, com um patamar de oito metros; na segunda parte 24 degraus e outro patamar. A planta foi feita por um dos pedreiros do comitê,

> "o engenheiro da estrada, de acordo com o que havia prometido, enviou grande quantidade de pedra (...) falta agora cimento, areia, ferro e outros materiais preciosos. (...) para a obtenção da madeira necessária para a conexão das caixas a fim de ser armado o concreto, será iniciada a campanha das tábuas".[49]

Os comitês foram, antes de tudo, meios de educação para a ação política, de transformação cultural, instrumentos de civilização e de exercício cotidiano da cidadania, mas nem sempre de acordo com os preceitos estabelecidos pela direção do PCB. Nos comitês se debatiam todos os problemas de um determinado bairro, eles funcionavam "como pequenos

parlamentos" e, por isso, se tornaram instrumentos para a aprendizagem cotidiana do exercício da democracia, o que expandia muito o seu alcance:

> "...porque os problemas são muitos, mas são simples. É o problema da casa, da saúde, da higiene, da carestia de vida, mas postos nestes termos que só os realmente necessitados sabem ler. A pessoa chega e lança a sua tese: falta água na rua tal, que é que se vai fazer? Eu sou foguista de bordo: quando estou em terra não tenho onde ficar: e então? Está dando muita dor de barriga na praia do pinto é preciso uma medida das autoridades, etc. etc. E isso deve interessar a todo mundo, as donas de casa, por exemplo, têm um sem número de pontos a acertar, que poderiam ser concentrados nessas pequenas assembléias (...). Não há nada que impeça as donas de casa de se reunirem eventualmente para tratar das suas reivindicações próprias. Do mesmo modo as empregadas".[50]

O crescimento rápido e desordenado da cidade, e o planejado descaso do poder público se somavam na configuração das condições de vida urbana e, para enfrentá-los, os comitês de bairro tornavam públicas as suas reivindicações. A simples divulgação das carências e das dificuldades vivenciadas nos bairros periféricos transformou-se num poderoso recurso de mobilização "num mundo habituado a explorar em silêncio".[51] O principal acesso à Casa Verde era uma estreita e antiga ponte sobre o Tietê, na qual só transitava um veículo de cada vez. O bairro não tinha rede de esgoto nem água encanada, apenas os poços cavados nos quintais, faltavam transportes coletivos, já que os bondes eram insuficientes para servir toda a população de 20 mil moradores. Diante dessas mazelas, o comitê democrático local reuniu-se com os clubes de futebol, com os partidos políticos e as outras associações locais e selecionaram as oito exigências mais candentes para os moradores: a volta do Bonde 41, via Santa Efigênia; posto médico gratuito, com creche e lactário; curso de alfabetização noturno, para adultos, nos próprios grupos escolares; rede de águas e esgotos; ajardinamento e iluminação da "praça centenário"; conservação e apedregulhamento das principais ruas que ligam Casa Verde, Cachoeirinha, Vila Espanhola, Parque Peruche etc.; ligação da Casa Verde com os bairros adjacentes por intermédio de linhas de ônibus; iluminação de todas as ruas principais do bairro e adjacências.[52] Redigiram um abaixo-assinado e encaminharam cópias à prefeitura, ao serviço de águas, a *Light*, ao serviço de esgotos e ao *Hoje*. Também neste caso, o comitê democrático foi além da simples denúncia das mazelas e da iniciativa de reunir as organizações do bairro em torno de um conjunto definido e claro de reivindicações e implantou um curso de alfabetização de adultos na sua própria sede

---

49 - *Hoje*, 16 /03/46, p. 5. Apesar da iniciativa dos moradores e do apoio do engenheiro da companhia, a direção da estrada de ferro proibiu a continuidade dos trabalhos, embora todo o material já tivesse sido coletado.

50 - O colunista continua: "...e numa fase de democratização poucas coisas há tão úteis. O comitê de bairro é, à sua maneira, um pequeno parlamento. Nele pode ser aprendida, e talvez com mais facilidade, a democracia genuína que ignora problemas de raça e de classe e aconselha a todos o aperto de mão fraterno diante da necessidade premente. E é de se ver a harmonia e espírito de concusão com que são debatidas as questões, em núcleos assim... Vinícius de Morais, autor da coluna 'A cidade'. *Diretrizes*, 9 de junho de 1945, p. 3.

51 - Castels, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhança em Madrid.* Trad. Glória Rodriguez. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980. p. 81.

52 - *Hoje*, 16/03/46, pp.8-9.

que, no início de 1946, contava com 50 alunos. Parece razoável supor que os comitês representavam, para os moradores dos bairros, mais um dos canais não apenas para a reivindicação de melhorias específicas, mas para a efetiva conquista das melhorias urbanas que os bairros necessitavam.

Outro exemplo de mobilização e reivindicação foi a caravana de moradores do Ipiranga que se dirigiu à sede do jornal *Hoje,* em março de 1946. Inicialmente, os moradores reclamaram da condução e, como solução, propuseram que a *Light* colocasse reboques nos bondes, o que, em parte, desafogaria as conduções lotadas. Cobraram o estabelecimento de assistência médica e dentária no bairro, e a criação de creches nas fábricas. Além disso, criticaram as cotas de 100 gramas do racionamento do pão; afinal, com essas quantidades "não dará nem para encher as covas dos dentes".[53] É certo que o espaço aberto pelo jornal, denunciando as mazelas do bairro, era também uma forma de agregar novos membros ao comitê e assim atrair simpatias ao Partido Comunista. Neste sentido, os tópicos levantados pela "caravana do Ipiranga" - e por outras - eram minuciosamente estudados e preparados, tanto como denúncia quanto como efeito de propaganda. Os temas do bairro eram, ao mesmo tempo, meios de denúncia e instrumentos de recrutamento para o partido. O jornal *Hoje*, portanto, era a face mais evidente e pública da atuação, dos projetos e das ambigüidades do PCB. Há, evidentemente, um aspecto autopromocional e positivador na divulgação das ações dos CDPs, que possivelmente foram pintadas com maior força, pujança e coerência do que tiveram na prática. Por isso, todo cuidado é pouco na manipulação de uma fonte tão "comprometida" como essa.[54] Nó entanto, se as suas páginas revelam a vida dos comitês, elas revelam também as lacunas, as fissuras, as contradições e as distâncias entre as suas práticas e a realidade da organização partidária. Contudo, e é isso o que importa, o *Hoje* foi o primeiro jornal a abrir espaço para a discussão das condições de vida nos bairros da periferia e, ao fazê-lo, revelou os caminhos e descaminhos das organizações populares no após-guerra. A despeito das "armadilhas" que se multiplicam em suas páginas foi nelas que, pela primeira vez no após-guerra, se deu voz - a despeito dos muitos filtros - às organizações populares e não apenas aos comitês democráticos.

Os temas da mobilização popular, saneamento, iluminação, educação, lazer, saúde pública, pavimentação, creches, hospitais, transporte, ocupavam lugar central nas matérias

---

53 - *Hoje*, 17/06/46, p. 9. A ida ao jornal foi resultado de uma deliberação da assembléia geral do comitê, com a emissão prévia de volantes por todo o bairro, em que se discutiram as questões mais importantes a serem denunciadas ao jornal.

54 - Mas qual outra fonte do historiador é desprovida desses perigos? Sobre as possibilidades e os riscos na utilização de jornais como fonte historiográfica ver: Capelato, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista*

veiculadas pelo *Hoje*. Havia dois canais básicos para a averiguação dos problemas: o contato direto e contínuo estabelecido pelo jornal com os CDPs, inclusive através da coluna diária intitulada "A vida dos comitês", onde se noticiavam as atividades dos grupos dispersos pela cidade, e "os comandos do Hoje", assim descritos por Noé Gertel:

> "Essa foi uma idéia de um saudoso colega chamado Ibiapaba Martins, que era repórter e crítico de arte do *Correio Paulistano*. Era uma coisa sensacional, era um caminhão com faixa: *jornal Hoje*, botavam duas ou três mesinhas no caminhão, com máquinas de escrever, dois ou três repórteres e anunciávamos no *Hoje*: 'amanhã vamos estar no bairro tal...' E aquilo passava à noite circulando pelo bairro, avisando. No dia seguinte, na hora marcada estava "assim de gente" para subir no caminhão e falar com os repórteres. Daquilo surgiam então as principais necessidades do bairro, os principais problemas do bairro. Aí, no dia seguinte, vendia jornal naquela área brutalmente, todo mundo queria ver".[55]

A chegada dos "Comandos do Hoje" tornou-se um acontecimento nos bairros da periferia. Os repórteres desciam dos caminhões e circulavam pelas ruas entrevistando os transeuntes sobre os mais variados temas. Mas a senha para o início do diálogo era a pergunta: Quais os problemas do seu bairro?

Em fevereiro de 1946, os "Comandos do Hoje" estiveram em Itaquera e o primeiro item mencionado pelos moradores foi a iluminação elétrica: "Desejam que as ruas esburacadas sejam iluminadas à noite (...) que esse progresso torne Itaquera uma cidade fortemente industrializada e elevado o seu padrão de vida." O segundo tema mais mencionado nas ruas de Itaquera foi a necessidade de um hospital e de um parque infantil. Mais do que apontar as carências, os moradores propunham até os lugares de instalação do hospital, na chácara Sudam e do parque infantil, na quadra do Esporte Clube Amor e Glória.[56] Como acontecera na Casa Verde, a organização do comitê de Itaquera esteve estreitamente ligada aos clubes de futebol e às organizações populares já existentes: clubes de bailes, grupos de seresta, associações étnicas etc. Foi por meio dessas alianças locais que os comitês alcançaram maior inserção na vida cotidiana dos bairros.

Outro bairro visitado pelos "Comandos do Hoje" foi a Freguesia do Ó. Os moradores conduziram os repórteres pelas ruas "empoeiradas, sem calçamento e sem iluminação". Ao mostrar o bairro diziam: "Aqui tem tudo o que é mal e nada de bom, tem poeira e lama ao mesmo tempo". Faltava condução, iluminação, água, escolas e postos médicos. "Tudo isso precisa ser feito com urgência, pois a vida aqui está insuportável. Além do mais os *habitantes têm direto de exigir tudo isso*, pois com trabalho e impostos eles contribuem para o enriquecimento dos cofres

---

1920-1945. São Paulo. Brasiliense. 1989. E Capelato, Maria Helena e Prado, Maria Ligia. *O bravo matutino, imprensa e ideologia: o jornal o Estado de São Paulo*. São Paulo. Alfa-Omega, 1980.

55 - Entrevista com Noé Gertel, concedida ao autor em 27 de agosto de 1999.

56 - Aliás, as reuniões do comitê democrático de Itaquera aconteciam na sede do Esporte Clube Amor e Glória. *Hoje*, 2/03/46, pp. 8-9.

públicos".[57] As demandas pela inclusão social e pelo *direito à cidade* apareciam estreitamente ligadas à questão da melhoria nas condições dos bairros periféricos, era aí que as classes populares jogavam as fichas da questão da redemocratização, do progresso e do desenvolvimento.

Conduzido pelas ruas de Vila Independência, o repórter do "Comando do Hoje" desceu a rua 2 de junho, único meio de acesso ao bairro, por onde transitavam os bondes da linha Fábrica. No final da rua existia uma pequena ponte de madeira - construída pelos próprios moradores - único meio de comunicação daquela vila com o centro da cidade. Depois de atravessar a ponte o repórter encontrou, na rua Morumbi, o morador Áureo Ribeiro, que contou:

> "- Já se registraram diversos casos de tifo e outras tantas febres, provenientes do descaso com que a prefeitura vem tratando o nosso bairro. Nunca, por essas ruas, passou o lixeiro, nunca por aqui veio um fiscal da higiene e nunca ninguém deu importância a esse mau cheiro, a essa lama, e às inundações que se processam em Vila Independência quando as chuvas aumentam. (...) não temos luz em nossas ruas, água em nossas casas e esgotos para nossas privadas. (...) nossos filhos não recebem a menor assistência..."

Manoel Hernandes, também morador do bairro, expressou, de forma lapidar, os sentimentos dos moradores da periferia: "- *Este bairro se encontra fora do mundo...*".[58] O que este conjunto de reivindicações, denúncias e mobilizações coletivas encenavam era a busca de um lugar no mundo, do direito aos benefícios da redemocratização e do progresso. O seu pressuposto era a constatação de que estes bairros periféricos e seus moradores "não fazem parte da cidade" e, ao serem excluídos dos seus limites, simbólicos e reais, eram excluídos também do mundo. "*Estamos complemente afastados da civilização*", foi o que disse Raimundo Guimarães, morador de Vila Prudente, ao repórter do *Hoje*.[59] Os moradores dos bairros periféricos percebiam a estreita relação e o desequilíbrio entre o rápido crescimento da cidade e a ausência de serviços públicos. Novos bairros surgiam sem esgoto, sem calçamento, sem escolas, sem transportes, sem serviço de coleta de lixo, de correios, de telefones; afastados da civilização, fora do mundo.

O verão paulistano trazia consigo dificuldades bem específicas: chuvas, enchentes, mosquitos, lama e mais buracos nas ruas. Nas enchentes de 1947, os "Comandos do Hoje" fizeram uma visita aos bairros do Bom Retiro e Casa Verde e ouviram diversos moradores. Mariana Ribeiro, residente à rua dos Americanos, 88, contou:

> "- Estamos passando uma vida apertada, pois nem de casa podemos sair, porque temos de rolar dessas pontes de tábuas, ou morrer afogados rolando de uma dessas canoas que os senhores estão vendo. Muitos moradores já foram embora do bairro, porque têm criança pequena e têm medo que alguma morra nas lagoas que têm mais de três metros de profundidade (...). E o mau cheiro é como o Sr. está sentindo, temos medo é que comece a dar tifo por aqui".

---

57 - *Hoje*, 17/09/46, p. 6. (Grifos meus).
58 - *Hoje*, 9/04/47, p. 6. (Grifos meus).
59 - *Hoje*, 8/05/47, p. 6. (Grifos meus).

Osvaldo da Silva Jr., morador à rua Cruzeiro, 704, acrescentou: "- Estamos passando um grande aperto. Como se não bastassem filas, a falta de transporte, de pão, de remédios, agora mais essa de não poder sair de casa... Se houvesse um escoadouro isso não estaria acontecendo. O pior é que todo ano essa inundação se repete". Cândida Alves, moradora da rua Otília, 17, também interveio na conversa e deu sua opinião: "- Isso até parece a 'Veneza dos pobres'. Essas pontes de tábuas foram feitas pelos moradores que precisam ir trabalhar, nem que seja molhado mesmo". Por fim, falou a Sra. Teresa Abranches, moradora da rua General Flores, 580: "Já haviam feito um abaixo-assinado ao prefeito, pedindo providências a respeito, mas que até o momento não tinham tido resposta nem havia sido tomada qualquer providência sobre o assunto". Ao final da conversa, os moradores pediram ao repórter que lançasse, pelo jornal, um apelo às autoridades em nome das donas de casa do bairro, porque "*todos pagavam em dia seus impostos, mas não tinham esgotos e recebiam em troca apenas miséria*".[60]

Ano após ano, o problema das enchentes se repetia, sempre nos mesmos bairros. No Tatuapé, os moradores já haviam feito dezenas de memoriais, principalmente os moradores da rua Ibicaba, que servia de acesso à Vila Carrão e estava sempre inundada e cheia de "lagoas". Em fevereiro de 1946, a situação adquiriu ares de comédia pastelão: a rua ficou intransitável por quinze dias. O bairro ficou sem água potável e nenhuma providência foi tomada pela prefeitura até que, num domingo, um carro da coleta de lixo ficou atolado, interrompendo o serviço e o trânsito. Para os moradores, aquela situação tragicômica teve seu lado de vingança. Afinal, era a própria prefeitura que atolava ali, nas poças do Tatuapé e, paradoxalmente, essa era a maneira de trazer visibilidade para a situação do bairro. Depois de seis horas atolado, o caminhão de lixo seguiu seu itinerário. Foi nesse clima que se popularizou o versinho:

> "Eta São Paulo! Terra de Santa Cruz! De dia falta água! De noite falta luz! São Paulo sem condução. Terra de esculhambação. Só se fala em conserto em véspera de eleição. Tudo isto vai acabar. E será o povo quem vai mudar![61]

O aspecto mais inusitado da atuação dos CDPs foi a sua ação assistencial, aí se percebe claramente a competição, mas também os nexos, entre os comunistas e os grupos ligados às igrejas locais. É por meio dessa faceta assistencial que se evidencia também que a disputa pelas consciências dos moradores não estava restrita aos aspectos político-partidários. Quase todos os mais de cem comitês existentes na capital mantinham alguma espécie de curso regular em suas sedes. Os mais comuns eram os cursos de alfabetização de adultos e de corte e costura. Mas

60 - *Hoje*, 10/03/47, p. 6. (Grifos meus).

havia outros: o comitê de Santana mantinha cursos de química industrial, contabilidade e serviços de escritório. Em Santa Efigênia havia três cursos simultâneos: inglês comercial, inglês prático e taquigrafia. No Brás, português, economia doméstica e história do Brasil. Ainda havia cursos para marceneiros, pedreiros, eletricistas etc. Eram comuns também as palestras e conferências que giravam em torno dos mais variados assuntos, dos problemas de saneamento básico à engenharia de tráfego; da eletrificação rural às obras contra as enchentes. Os departamentos juvenis dos CDPs desenvolviam diversas atividades esportivas e artísticas, sendo que as mais agregadoras eram o futebol, o boxe, os bailes e os corais.

Momento importante de mobilização coletiva nos bairros foram as festas de Natal de 1945 e 1946. Os membros dos comitês saíam a campo arrecadando com os comerciantes, empresários e com os moradores em geral, tudo o que fosse possível: brinquedos, roupas, sapatos, móveis, utensílios domésticos, material esportivo, alimentos etc. Geralmente, fechava-se uma rua ou praça e a programação durava todo o dia: músicos, artistas de circo, torneios esportivos com diversos prêmios, distribuição de sanduíches, sorvete e doces. Os membros dos comitês da Mooca entraram em contato com os lojistas da região e, durante os festejos, distribuíram vales para a retirada de brinquedos, calçados e roupas em lojas do bairro e do centro da cidade. Também prepararam uma mesa de doces e bebidas para as mais de 300 pessoas que compareceram.

O assistencialismo podia ir ainda mais longe. Na avenida do Estado, na margem esquerda do Tamanduateí, morava o jornaleiro Antônio Lima Santana, num único cômodo com seis filhos e a mulher. Na casa havia cinco camas, uma pequena mesa, um guarda-roupa e um fogão. Antônio vendia jornais na esquina da rua Pedro Vicente com Av. Tiradentes. Enfrentando uma "temporada de má sorte" caiu doente e ficou alguns meses de cama. A senhoria o pressionava diariamente com a cobrança dos aluguéis atrasados e o ameaçava com o despejo. A notícia da situação de Antônio chegou ao comitê de Ponte Grande/Ponte Pequena, que providenciou assistência médica e um advogado para o jornaleiro.[62] Dificilmente as ações assistenciais desenvolvidas pelos comitês podem ser reduzidas a um mero efeito de propaganda. Elas contêm um significado mais amplo. No contato diário com a difícil realidade dos bairros este foi um dos

---

61 - Estes versos foram citados como uma espécie de mote dos comitês democráticos.Cf. Bonduki, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo. Estação liberdade, 1998. p. 299.

62 - Vaz Gonçalves era mecânico na Cia. Paulista de Aniagens onde recebia um salário que lhe permitia sustentar a família, mulher e três filhos. Doente, Vaz foi aposentado pelo instituto dos industriários e passou a receber apenas Cr$ 240,00 mensais, que mal cobriam as suas próprias despesas com a doença. Tomando conhecimento da situação o comitê democrático do Moinho Velho promoveu, em sua sede, dois festivais cuja renda foi revertida inteiramente à

aspectos que mais se destacou nas suas ações, e foi esse conjunto de práticas que tornaram conhecidos os comitês e popularizou tanto seus integrantes como seus métodos.

Em Vila Anastácio, menos de dois meses depois de instalado, o comitê democrático criou um ambulatório médico gratuito e uma farmácia. Embora pequeno e desaparelhado, o ambulatório atendia os moradores por duas horas, diariamente. Em agosto, diante do crescimento das consultas, ele passou a funcionar em dois períodos, das 10:00 às 12:00 e das 17:00 às 21:00 horas. O ambulatório funcionava então com três médicos e todo o serviço era gratuito e voluntário.[63] Mesmo funcionado precariamente, o posto médico e a farmácia tiveram um impacto enorme no bairro.

Outra prática desenvolvida dentro dos comitês e diretamente ligada ao seu aspecto assistencial foi a tentativa de organização das *cooperativas de consumo*, resultado direto da elevação dos preços e do desabastecimento dos anos da guerra. Em Vila Deodoro, por exemplo, a diretoria do comitê democrático entrou em entendimentos com a direção da cooperativa de consumo dos trabalhadores sindicalizados de São Paulo para que fosse instalado ali no bairro um posto de distribuição. Juntamente com esta iniciativa o comitê promoveu uma série de conferências, a cargo de Edgar Leuenroth, sobre o tema "Força e solidariedade popular".[64]

As cooperativas de consumo vinham ao encontro das imensas dificuldades para obter os alimentos básicos a preços razoáveis, as filas se repetiam a quaisquer horas do dia nos estabelecimentos fornecedores. Além da queda no poder aquisitivo enfrentavam-se a falta de produtos e o recrudescimento do mercado negro, como relatou a tecelã Ione Castanha, moradora do bairro da Mooca:

> "Nós levantávamos de madrugada pra ficar na fila do pão, e quando a gente não conseguia pão (...) a gente desmanchava o macarrão na água e fazia pão. Fazia pão com o macarrão. Faltava tudo, tudo, tudo, tudo. Muita dificuldade, como a gente sempre acostumou a ser correta nos pagamentos, então onde a gente comprava, eles fiavam. Era muito comum a caderneta. O padeiro vinha trazer o pão em casa".[65]

---

família de Vaz, num total de Cr$ 760,00. Na Água Branca o comitê local arrecadou Cr$ 200,00 para as despesas com o funeral do morador Pedro Bela Lopes, e o entregou à família, na rua Spartaco, 621. *Hoje*, 13/10/45, p. 8.

63 - O comitê de Pinheiros também criou um ambulatório médico que funcionou por quase um ano.*Hoje*, 18/02/46, p. 6.

64 - *Hoje*, 13/02/46, p. 4. Em abril de 1946, em Casa Verde, uma "assembléia geral dos moradores e associados" discutiu as medidas necessárias para a instalação de uma cooperativa de consumo no bairro. Esse tema aglutinou mais gente do que até então havia conseguido o comitê. A reunião teve que ser feita na sede do *Clube Recreativo Vasco da Gama*, já que a sede do comitê foi pequena para tamanha afluência de público. No bairro da Liberdade, o comitê democrático fazia compras no atacado e depois oferecia os produtos na sua sede na rua da Glória, 234, a preços tabelados. Outra importante atividade rotineira dos comitês da Mooca foi a instalação dos *jornais falados*: um sistema de alto-falantes voltado para as ruas e praças próximas à sede, no horário nobre, geralmente das 19 às 21 horas, transmitia aos moradores as notícias diárias, do bairro, da cidade, e do país. Por conta desses jornais as ruas próximas aos comitês se tornaram pontos de referência da discussão dos problemas políticos da cidade.*Hoje*, 7/06/46, p. 4.

65 - Entrevista com Ione Castanho, concedida ao autor em 8 de janeiro de 1999.

Mesmo para as famílias com melhores condições econômicas as dificuldades eram grandes, como conta o Sr. Isidoro Del Vecchio:

> "No período da guerra e mesmo depois, vou me restringir ao bairro da Mooca, evidentemente é... Nos deparamos com racionamento, passou a faltar trigo, porque o trigo era importado. Eu me lembro que, na rua João Antônio de Oliveira, um dos nossos vizinhos... Ele comprava macarrão e do macarrão ele fazia o pão, desmanchava na água e fazia o pão, porque macarrão não faltava, porque também não era qualquer um que podia comprar macarrão. Porque a base da alimentação nessa camada de operários (...) em matéria de alimentação, não eram grandes, porque a base da alimentação eu nunca soube que houvesse faltado: era o arroz, o feijão, eram alguns legumes, batata. Em matéria de carne nunca faltava a tal carne de segunda".[66]

No bairro da Mooca, popularizou-se um *jingle* que expressava, com muito humor, a confluência da queda do poder aquisitivo com a falta dos gêneros de primeira necessidade e o conseqüente mercado negro:

> "Pão, pão, pão, queremos pão, mandioca não.
> E a fila na padaria cada vez aumenta mais,
> Pão, pão, pão, mandioca não".[67]

As cooperativas de consumo estavam conectadas à onda de greves de 1944/1946. De um lado, assistia-se a uma inflação corrosiva dos salários e a uma alta generalizada do custo de vida, que não eram acompanhadas por reposições salariais equivalentes. De outro, a abundância no fornecimento da mão-de-obra facilitava a superexploração com longas e extenuantes jornadas. A justaposição desses dois elementos produziu o fenômeno da *pauperização*, que marcou as experiências populares no após-guerra. Portanto, a condição de vida nos bairros periféricos estava intrinsecamente ligada às condições de trabalho, estabelecendo-se uma inextricável continuidade entre as experiências de exclusão no cotidiano do bairro e aquelas do mundo do trabalho. Pauperização e espoliação urbana[68] parecem ser fenômenos complementares e promotores de uma perversa exclusão do acesso aos benefícios urbanos, por um lado, e de uma sutil política de contenção dos movimentos reivindicatórios, por outro. A espoliação urbana e a exploração capitalista estão inextricavelmente ligadas, porque tanto a precariedade quanto a inexistência dos serviços de consumo decorrem da subsunção da noção de direitos à lógica da acumulação de capitais.[69]

---

66 - Entrevista com Isidoro Del Vecchio, concedida ao autor em 12 de maio de 2000.

67 - Entrevista com Rubens Martinez de La Rosa, concedida ao autor em 17 de dezembro de 1999.

68 - "a somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumocoletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho". Tanto a noção de*pauperização* como a de *espoliação urbana* estou tomando emprestadas de Kowarick, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 59. Embora o autor, ao elaborar tais conceitos, estivesse pensando na realidade brasileira dos anos 1970, penso que ambos são operacionais também na realidade do após-guerra.

69 - "(...) trabalhadores assalariados e autônomos ou desempregados são também moradores espoliados, e, sobretudo porque é a dinâmica da criação e apropriação do excedente econômico que gera esses dois aspectos interligados da reprodução dos trabalhadores". Kowarick, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo. Editora 34, 2000. pp. 22-23.

Por outro lado, a memória dos envolvidos sugere também outro nexo entre a vida do bairro e o mundo do trabalho. Nas suas lembranças, as condições de trabalho se definem pela junção da "exploração de classe" e da "opressão de classe". A primeira se define pela busca do lucro, a segunda pelas condições de trabalho, seja nas prolongadas jornadas, seja nas condições específicas da sua realização.[70] Se a exploração é uma condição inescapável na sociedade capitalista, a opressão é inversamente proporcional à organização fabril e à capacidade de mobilização dos trabalhadores. Portanto, a diminuição da opressão fabril está diretamente conectada à conquista de direitos negociados no chão das fábricas. Nas organizações dos bairros ocorre algo similar, de um lado as múltiplas limitações no fornecimento dos serviços coletivos, obedecendo à lógica da acumulação e da especulação, configurando a negação de direitos; de outro, os abaixo-assinados, os memoriais, as caravanas a jornais etc. reconfigurando esses direitos denegados e criando obstáculos à especulação imobiliária e à acumulação capitalista e, no limite, questionando a exploração de classe.

A conexão entre as condições fabris e os movimentos de bairro está dada pela demanda pelos direitos que emerge no após-guerra. Separar os embates que se processaram no mundo do trabalho, daquelas que ocorreram no âmbito dos bairros, só tem sentido se for uma distinção para efeitos analíticos, nada mais do que isso. Também não faz sentido estabelecer alguma antecedência ou hierarquia de um em relação ao outro, supondo que algum deles seja mais importante na determinação de uma consciência crítica. Afinal, o conjunto de conflitos - fabris e urbanas - tanto podia se desdobrar em resultados parciais e isolados, quanto levar a um processo de confronto social, agudo e radical. Nenhuma dessas tramas estava previamente determinada. Como se constituiu esta ou aquela alternativa, a partir dos significados que os diferentes sujeitos sociais atribuíram ao processo, cabe ao trabalho da investigação responder. Entretanto, as condições de trabalhador e morador não são intercambiáveis, cada uma delas mantém a sua especificidade. Mas elas se encontram, tanto nas reivindicações do mundo do trabalho, quanto nas demandas urbanas dos bairros da periferia. Mas foi como decorrência das dificuldades, teóricas e práticas, em lidar com esses complexos nexos, que se disseminou, ao longo dos anos 60 e 70, a idéia de que a categoria morador teria sido capaz de dissolver os comportamentos de classe, ao longo dos anos 40 e 50, e sobrepor a condição de morador à de trabalhador. Nesta senda, argumentava-se que:

> "(...) em regra os trabalhadores estiveram ausentes da vida política, ao nível das reivindicações urbanas (...) não foi hábito dos sindicatos (...) inscrever em seus programas questões ligadas à problemática urbana (...) [e] não se pode

70 - Weil, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Trad. Terezinha Langlada. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979. p. 114.

afirmar que as sociedades amigos de bairro sejam representativas dos trabalhadores. *Elas representam muito mais o morador, uma categoria social que a cidade criou e cuja ação, na fase de metropolização de São Paulo, atenua, senão dissolve o comportamento de classe.* [de modo que] a maioria dos habitantes de São Paulo manteve-se politicamente à margem da vida municipal".[71]

Ao contrário do que se supôs, em vários momentos, as organizações de trabalhadores e de moradores conseguiram superar, na prática, as suas fronteiras e foram capazes de unificar, a partir de experiências muito sofisticadas, as reivindicações das fábricas e dos bairros sem, contudo, subsumir uma condição à outra.[72] Não há, certamente, um nexo natural ou mecânico entre as condições de *opressão* e *exploração* de trabalhadores e moradores e a emergência de organizações populares no imediato após-guerra. Essas organizações não podem ser deduzidas daquelas condições específicas, por isso, os movimentos de bairro devem ser compreendidos no contexto político da conjuntura inaugurada com a chamada "redemocratização", mais do que pelas dificuldades econômicas do após-guerra. O que os movimentos de bairro expressam com suas organizações e práticas é um ideal coletivista corporificado na possibilidade de tomar nas próprias mãos o seu destino e construir o seu futuro.[73]

O que a conexão entre o mundo do trabalho e as demandas de bairro trazem à tona, além de uma consciência comum da exclusão, é a idéia de que a cultura das classes populares está assentada numa concreta interconexão entre as esferas do trabalho, do lazer, da moradia e da família, conexão que deve ser interpretada como uma vinculação inextricável entre condições materiais, opções políticas e práticas culturais, de maneira que, apenas para grup os minoritários, as questões do mundo do trabalho são sentidas separadamente das preocupações do mundo privado da família ou das relações coletivas do bairro.

Cultura é um conceito extremamente complexo, que carrega as ambigüidades e contradições de uma longa disputa em torno dos seus significados. Nos limites desse trabalho, cultura é tomada como um "processo social constitutivo" que cria "modos de vida específicos e diferentes".[74] Sendo um processo social, cultura é um *problema*, não um problema meramente analítico, mas um problema histórico, cujos contornos se definem num tempo específico e num lugar específico. Assim, cultura é um processo humano que, historicamente, reúne e engloba, ao

---

71 - Cardoso, Fernando H. (at al) *Cultura e participação na cidade de São Paulo*. São Paulo. Cebrap, 1973. pp. 12 e 13.

72 Para um exemplo dessas "sofisticadas conexões" ver: Fontes Paulo. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*. Campinas. IFCH/UNICAMP, 2002. Tese de doutoramento.

73 - Alba Zaluar, referindo-se às organizações carnavalescas do conjunto habitacional "Cidade de Deus" no Rio de Janeiro dos anos 1980, aponta para uma via semelhante: "O seu ideal coletivista e o seu sonho de união, expresso nos próprios nomes dados às agremiações (...) é constitutivo de suas práticas na medida em que, por causa desse sonho, acaba efetivamente reunindo os vizinhos..." Zaluar, Alba. *A máquina e a revolta: as representações populares e o significado da pobreza*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994. p. 189.

74 - Williams, Raymond. *Marxismo e literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro. Zahar editores, 1979. p, 25.

mesmo tempo, um sistema de significados e valores, seus modos de vida correspondentes e as artes que esses modos de vida produzem. Por isso, como sugere Williams, cultura é "experiência ordinária"[75], que todo homem vive e que produz ao viver. A cultura não é o excepcional, é o que todos os homens partilham e constroem coletivamente. Ou, como argumentou E. P. Thompson, partindo das sugestões de Williams, "cultura é um modo de luta"[76], que produz (tanto quanto resulta) um sentido um sentido partilhado e idéias coletivas de desenvolvimento social e de solidariedade. Desse modo, a cultura popular, expressa nos comitês democráticos, é o conjunto - tanto material, quanto imaterial - dos produtos dessa partilha, como as instituições coletivas onde se constroem e exercitam essa solidariedade: os sindicatos, os partidos políticos, as organizações de bairro, clubes de futebol, associações étnicas.[77] É a partir dessa cultura popular que se compreende o elo entre o binômio exploração/opressão, de um lado, e espoliação urbana, de outro. O que importa para a investigação é compreender como, nas suas ações cotidianas, as classes populares *experimentaram* e *viveram* estas ligações.

Certamente um momento crucial na expressão dessas percepções que conectavam as complexidades no mundo do trabalho e as dificuldades da vida do bairro ocorreu em agosto de 1947 quando o sentimento de injustiça e de exclusão resultantes das experiências imediatas do após-guerra se materializaram no quebra-quebra dos ônibus e bondes na capital. Esse verdadeiro motim urbano não representou uma ruptura na ordem social, nem parece ter sido motivado por uma ação política predeterminada. Mas foi, entretanto, uma ruptura na ordem da vida das pessoas comuns e da própria cidade, e um momento de visibilidade dos campos de força que demarcaram politicamente os anos do após-guerra.

O sistema de transporte: o carnaval do expresso tartaruga.

> "Agora que o problema da falta de casas atingiu o que se pode dizer ser seu clímax, as autoridades municipais de São Paulo e Rio de Janeiro, depois de demorados estudos chegaram a uma conclusão: a crise de habitação pode ser solucionada, em reduzido espaço de tempo, recorrendo-se à construção, em massa, de casas de madeira (...) Tudo estaria resolvido, não fora a situação atual

---

75 - Williams, R. *Resources of hope*. Ed. Robin Gable. London. Verso, 1989. Apud. Cevasco, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo. Paz e Terra. 2001. p. 43.

76 - Thompson, E. P. The long revolution. *New Left Review*. Londres. N° 9/10, 1961. Apud. Cevasco, Maria Elisa. op. cit. p. 46.

77 - A noção de "consciência da exclusão" foi retirada das estimulantes e instigantes sugestões de Lúcio Kowarick. Cf. Escritos urbanos. op. cit. p. 37. A idéia de que as práticas e instituições coletivas são a herança cultural comum da classe trabalhadora foi inspirada em Raymond Williams. Cf. *Cultura e sociedade*. Trad. Leônidas Hegenberg, Octanny da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1969. Principalmente a conclusão. Para uma leitura instigante da sua obra de Williams centrada na noção de cultura ver: Cevasco, Maria Elisa *Para ler Raymond Williams*. São Paulo. Paz e Terra. 2001.

> dos nossos sistemas de transporte, considerado por muitos o maior obstáculo e quase o único fator a entravar o plano das municipalidades carioca e paulista".[78]

De todos os complexos problemas urbanos enfrentados pelas classes populares no após - guerra, possivelmente o mais agudo era o dos transportes coletivos. Nenhum bairro e nenhuma vila estavam livres dos transtornos causados pela ausência ou pela precariedade dos serviços públicos de transporte. Inúmeros foram os memoriais, abaixo-assinados, petições e cartas dirigidas aos poderes públicos municipal, estadual e federal, mas o problema apenas se agravava.

No Jabaquara, por exemplo, havia uma linha de bondes e outra de ônibus e, depois da guerra, a linha de bondes foi desativada e o número de carros da empresa de ônibus diminuiu, por isso, "a qualquer hora que se passe no largo da Sé, lá está uma extensa fila à espera de condução, chova ou faça sol".[79] À tarde, no retorno do trabalho, a situação era ainda pior, pois os moradores chegavam a esperar "duas ou três horas" sem que aparecesse um único carro. Do outro lado da cidade, Tucuruvi, Vila Mazei, Parada Inglesa, Vila Talarico, Tremenbé, Vila D. Pedro II e Vila Gustavo enfrentavam problemas similares, todos eram servidos pela empresa de ônibus Cantareira. O número de veículos era irrisório tendo em vista o tamanho dos bairros, e os milhares de moradores eram obrigados a fazer longas caminhadas a pé. Essa situação era agravada pela total ausência de iluminação pública nas suas ruas; em Vila D. Pedro II, por exemplo, não havia luz nem nas casas, no Tremenbé ainda não havia chegado o serviço de coleta de lixo e nenhum dos bairros era servido por serviços de correio.

Estes problemas específicos estavam diretamente relacionados à deficiência dos transportes. A especulação imobiliária havia reservado as áreas mais próximas ao centro da cidade para uma valorização futura; assim, loteavam-se áreas cada vez mais distantes que cresciam sem qualquer planejamento e sem nenhuma infra-estrutura. A abertura de novas ruas, muitas vezes, era feita pelos próprios moradores que iam chegando e se instalando, grande parte desses arruamentos não era reconhecida oficialmente, e por isso, não podia ser beneficiada com o serviço de correios, coleta de lixo, pavimentação, iluminação ou qualquer outra benfeitoria pública. A cidade real se edificava muito mais rapidamente que a cidade legal, mas é preciso ressaltar que a cidade ilegal não era a face oculta da legalidade, ao contrário, era a sua condição.[80]

---

78 - *Hoje*, 6/01/46, p. 24.

79 - *Hoje*, 20/10/45, p. 14. O comitê democrático do bairro encabeçou um memorial, dirigido ao prefeito, pedindo solução urgente para o problema.

80 - Sobre a relação entre cidade legal e cidade ilegal ver: Grostein, Dora Marta. *A Cidade Clandestina: os ritos e os mitos*. São Paulo. FAU/USP, 1987. Tese de doutoramento. E também, Oliveira, Francisco. "A economia brasileira: crítica da razão dualista". *Estudos Cebrap*. n° 2, outubro 1972.

O problema dos transportes públicos era uma espécie de feixe onde se encontravam e se aguçavam boa parte das mazelas da cidade, porque ele antecedia as condições para a solução de muitas das demandas urbanas. No sistema de transporte residia uma das condições principais para a solução dos problemas de iluminação pública (e privada), para a instalação de postos de saúde, escolas, creches, correios, coleta de lixo etc. Destarte, a situação de morador, de trabalhador e a sua condição de cidadão, estavam profundamente conectadas à possibilidade do acesso ao sistema público de transportes. Essa problemática situação estava no âmago da discussão acerca do *direito à cidade.* Ou seja, é impossível pensar a cidade de São Paulo e seus embates políticos, sociais e econômicos no após-guerra, sem levar em consideração os significados, simbólicos ou reais, que tiveram para seus habitantes os problemas envolvidos no sistema público e privado de transportes coletivos.

O racionamento de gasolina e óleo diesel, nos anos da guerra, e a utilização dos lentos veículos movidos a gasogênio deram à cidade um aspecto bucólico, porém, terminada a guerra o problema recrudesceu:

> "Nem todos os apitos do mundo nem a maior boa vontade dos guardas-civis serão capazes de solucionar o problema do trânsito que se agravou tanto nesses últimos meses. (...) Hoje, quem passa à tarde pelo Viaduto do Chá, vê a invasão dos automóveis, e acaba acreditando que aquele logradouro foi transformado numa imensa garagem pública. Ali, como em qualquer outro lugar da cidade não se encontra um lugarzinho sequer para encostar uma simples bicicleta - e os guardinhas foram mais uma vez mobilizados para a grande e difícil tarefa de encaixar os carros dentro da cidade, que já se tornou pequena e insuficiente diante do número excessivo de veículos. Quando a noite vai chegando e as luzes se acendem, ela reflete uma fila enorme de carros, dos mais variados tipos, que vão se movendo aos poucos, numa fila enorme que vai como uma cobra coleando pelas ruas e avenidas".[81]

Esta era a outra face das complexas condições de circulação pela cidade. De um lado, os bairros distantes e inacessíveis a ambulâncias, carros coletores de lixo, correios etc; de outro, o crescente caos urbano nas áreas centrais e a visível aceleração do ritmo do movimento da cidade explodindo numa confusão total. Esse paradoxo talvez seja um dos primeiros sinais da opção pelo transporte particular, em detrimento do público.

O estabelecimento de linhas regulares de ônibus e bondes para os bairros periféricos estava subordinado à questão da pavimentação e da instalação de condições mínimas de infra-estrutura para a circulação dos coletivos, ou da eletrificação para a chegada dos bondes. Com ruas esburacadas e intransitáveis não haveria transporte, sem transporte não haveria direito à cidade e sem esse direito não haveria cidadãos. Isto foi percebido com clareza nas reivindicações dos CDPs e das sociedades amigos de bairro pela cidade afora.

Bairros como Vila Mazzei e Vila Nilo "estavam completamente esquecidas por parte da prefeitura, porque suas ruas estavam esburacadas e a estrada que as liga à capital encontrava-se

em péssimo estado de conservação". O Ipiranga, por sua vez, tinha "as ruas esburacadas sem passeio público, completamente às escuras, sem uma lâmpada para avisar contra os buracos das ruas". No Bom Retiro, "o calçamento de várias ruas do bairro se acha em precárias condições..."[82] Para chegar à cidade, a maioria dos moradores tinha que se servir das lotações feitas em caminhões abertos, uma frágil armação de madeira em cada um dos quatro cantos da carroceria sustentava uma teia de cordas em que os "passageiros" se apoiavam para enfrentar os solavancos da viagem. O caminhão era, geralmente, o único veículo automotor que entrava em muitos bairros, principalmente em dias de chuva e era o único meio de transporte capaz de substituir as ambulâncias.

O ditado popular: *quem espera sempre alcança* não estava no horizonte dos usuários dos serviços públicos de transporte, ou o ditado estava errado ou os ônibus iam mal das rodas. Cerca de 200 pessoas ficaram três horas na fila da linha parada inglesa, no dia 23 de janeiro de 1946, e nenhum ônibus apareceu; no mesmo dia, na linha Santana, a fila tinha 90 pessoas, pois os ônibus para o bairro saíam a cada meia hora. Além da demora e das ruas esburacadas, os passageiros ainda tinham que suportar, como descreveu um usuário, "os bancos partidos, as vidraças quebradas, as cortinas rasgadas, óleo e graxa para todo canto - e gente apinhada como num carnaval uns sobre os outros. Era assim o expresso tartaruga, o ônibus balança, cai de um lado e vai para o outro e a cada 'chacoalhação' é uma nuvem de poeira que invade o carro".[83] E quando chovia, nem os "calhambeques" das empresas de transporte se submetiam ao perigo de trafegar em certos bairros. Assim, as pessoas que se dirigiam ao centro da cidade deveriam sempre contar com a perspectiva das longas filas, de uma espera infindável e, talvez, de voltar para casa a pé.

Exatamente por conta dessas condições gerais, a reivindicação mais freqüente formulada pelos CDPs e pelas sociedades amigos de bairro estava relacionada aos transportes. Reivindicava-se o aumento no número de ônibus, a extensão das linhas e o seu retorno aos antigos itinerários, pedia-se uma ligação com um bairro contíguo, e a melhoria do estado geral dos coletivos. Entretanto, a demanda mais comum era, pura e simplesmente, a criação de linhas de ônibus ou de bondes para os bairros que cresciam mais rápido que os arruamentos oficiais. Assim, quanto mais recente o loteamento, mais sério eram os problemas com transportes.

Em 1945, São Paulo possuia, aproximadamente, 550 bondes e 220 km de trilhos, dos quais 1/3 estavam imprestáveis, porque há vários anos a *Light and Power* - concessionária do

---

81 - *Hoje*, 30/10/45, p. 6.
82 - *Hoje*, respectivamente, 28/01/46 e 21 e 24/10/45 pp. 6, 4 e 4. O problema se repetia em quase todos os bairros da cidade.
83 - *Hoje*, 24/01/45, p. 5.

serviço - se desinteressara dele. Levando-se em conta a necessidade da construção de subestações, eletrificação, instalação de dormentes etc., estimava-se que, apenas para pôr em funcionamento com plena capacidade os serviços já existentes, seriam necessários, aproximadamente, Cr$ 1 bilhão. A *Light* vinha, há anos, tentando se livrar da obrigação de fornecer esse serviço na capital e deixara de investir na sua manutenção. Em junho de 1941, através do decreto-lei n° 3.366, deixou de ser compulsório para, a *Light,* a manutenção do serviço de bondes, e, assim, o pouco de investimento que havia até aquele momento, apenas em manutenção, desapareceu completamente. O decreto, de fato, tinha o objetivo de tentar neutralizar as seguidas pressões da companhia, que ameaçava com o constante risco de paralisação dos serviços, com vistas a forçar a transferência de vários dos seus encargos à prefeitura, por um preço que lhe fosse conveniente. Mas o tiro saiu pela culatra, a qualidade dos serviços despencou e a negociação do seu espólio se tornou iminente; embora já se soubesse que a compra do rebotalho da *Light* não seria a solução para os problemas de transporte da cidade.

A discussão passou a girar em torno de várias propostas: empresa pública ou concessão privada, monopólio ou liberdade de exploração? Uma questão, ao menos, parecia consensual: o serviço de bondes não seria uma alternativa viável para a rápida expansão urbana. Caberia ao sistema de ônibus acompanhar o crescimento da cidade. O tema dos transportes urbanos constituía-se, portanto, num dos maiores problemas técnicos, financeiros e políticos do após-guerra, na cidade de São Paulo, pois afetava diretamente a vida cotidiana de cada um dos habitantes da cidade.

Para a maioria dos usuários o problema dos transportes era uma evidente questão de poder econômico, e da conseqüente negação dos direitos. E, para se chegar a essa conclusão, não era necessária qualquer doutrina, partido ou cartilha política, bastava circular pela cidade e constatar onde se formavam e o quanto duravam as filas; bastava comparar a qualidade dos ônibus que serviam aos diferentes bairros e a duração dos trajetos. Diante dessas evidências, os moradores do Tucuruvi e Vila Mazzei fizeram dois abaixo-assinados e entregaram uma cópia na prefeitura e outra na sede do jornal *Hoje*. Argumentavam que a linha de ônibus Santana havia alterado duas vezes o seu ponto final, que originalmente ficava junto à chácara Baruel, cerca de 100 metros do final da linha do bonde, mas "os proprietários dessa chácara, incomodados com a existência das filas, conseguiram da diretoria de trânsito a transferência do mesmo para a rua Voluntários da Pátria". A mudança deixou o ponto 500 metros mais distante, porém, na esquina da rua Voluntários da Pátria com a rua Francisca, morava um major da força policial, que

também se sentiu incomodado com o novo ponto de ônibus, e, mais uma vez, a extensa fila foi mudada de lugar, a outros 500 metros adiante.[84]

Na Vila Zelina, os moradores, por intermédio do CDP, também organizaram um abaixo-assinado, com mais de 250 nomes, e encaminharam uma cópia ao proprietário da empresa paulista e outra ao Diretor do Serviço de Trânsito:

> "Os abaixo-assinados moradores de Vila Zelina vêm mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria requerer que se digne ordenar à empresa de ônibus Mooca, para que a mesma transfira o ponto de ônibus Vila Zelina, nº 93 para o local anterior, isto é, em frente ao escritório de terrenos de Vila Zelina, isto porque no local em que é o ponto final atualmente, diante de uma padaria, formam-se numerosas filas, incomodando e prejudicando os moradores do citado bairro".

A resposta do empresário foi singela: ele não modificaria em absoluto o local do ponto final da citada linha e que, se quisesse, "poderia comprar a Vila Zelina inteira".[85] Desprezo e arrogância compunham o modo como as empresas privadas de transporte e o poder público tratavam os usuários dos serviços de transporte.

Em pior situação estava o Bairro da Vila Maria. Localizado a aproximadamente 6 Km, da Praça da Sé, não havia nenhuma linha de ônibus ou bonde que levasse os moradores até a avenida Guilherme Cotching, principal rua do bairro. Não havia uma única rua calçada em Vila Maria, nem luz elétrica, só poeira e terra quando fazia sol, e poças d'água e lama quando chovia. No verão, as águas, que não chegavam por meio dos canos, invadiam as casas a alagavam os campos. Mesmo os caminhões, único veículo que ousava entrar no bairro, atolavam com facilidade. As empresas de ônibus se desinteressavam em explorar a linha, alegando que as quebras de veículos não compensariam financeiramente os parcos ganhos. Do outro lado do rio Tietê, a Vila Prudente levava uma pequena vantagem, pois havia uma linha de bondes da *Light* e, além disso, os ônibus que ligavam a Capital a São Caetano do Sul cortavam o bairro. Mas a falta de luz, de água e as ruas esburacadas eram iguais às de Vila Maria. Diferente era a grande quantidade de cortiços e porões ocupados pelos trabalhadores menos qualificados das empresas da Mooca, do Belém e do Ipiranga. Para eles a situação era ainda pior, como contou D. Eunice Longo: "aí aqueles bondes abertos com todo mundo empilhado, né! A gente andava uns três pontos só pra pegar o bonde, era meia hora a pé. Você tinha que andar meia hora, pra andar quinze minutos de bonde".[86]

As dificuldades com o sistema de transportes contribuíam, diretamente, para o aumento do custo de vida, e aqueles que enfrentavam maiores dificuldades com a locomoção pela cidade

---

84 - *Hoje*, 7/06/46, p. 4.
85 - *Hoje*, 14/09/46, p.7.

eram também os que pagavam os efeitos da carestia. A reportagem do *Hoje* percorreu um trecho da Av. Domingos de Morais, artéria por onde circulavam 80% dos veículos que partiam e chegavam a Vila Mariana, Bosque da Saúde, Saúde e Jabaquara. Os trilhos da *Light* estavam eternamente em conserto, o que dificultava o fluxo e atrasava as viagens. No meio do caminho, entrevistaram o quitandeiro do n° 704, Adelino Silva, que denunciou que o gasto extra com os carretos era repassado às mercadorias:

> "- Para os que moram em bairros distantes como esses, sem dúvida que o problema do transporte é o mais sério. Com esse tempo de chuva o abastecimento torna-se quase que impossível nessas redondezas. Ninguém quer se arriscar a vir onde moramos, porque as ruas são péssimas, sem calçamento. Por isso, quando recebemos mercadorias, pagamos preços caros devido aos carretos".[87]

Atrasos infindáveis, ônibus lotados e escangalhados, percursos longuíssimos, ora pela escassez dos ônibus, ora pelo seu péssimo estado de conservação, ora pelo estado deplorável das ruas esburacadas, filas quilométricas... Empurra-empurra... Aperto... E muitas outras humilhações diárias. Esse era o retrato das condições de transporte na cidade de São Paulo no imediato após-guerra.

A criação da Companhia Municipal dos Transportes Coletivos e o aumento das tarifas.

> "Foram afinal unificados os transportes coletivos em São Paulo. Acredita-se agora, graças a isso, será mais fácil para o povo encaminhar as suas reivindicações e sugerir melhorias, e mais fácil também atendê-las quando justas. Não mais depende o nosso tráfego de uma infinidade de empresas concessionárias arbitrárias e caprichosas que durante longos anos, dominaram e exploraram os coletivos, com evidente desprezo pelo bem-estar do público e nunca incomodadas pela inoperância da municipalidade".[88]

Na terça-feira, 1° de julho de 1947, a CMTC iniciou suas atividades. Depois de longos debates, ela foi criada como uma empresa pública que administraria as concessões privadas para a operação do transporte coletivo na cidade. Ela administraria, inicialmente, as linhas que não interessassem à iniciativa privada e estabeleceria as regras para a operação e criação das novas linhas. Embora fosse ansiosamente esperada, a CMTC já nasceu sob o signo de severas críticas e foi saudada com muitas ressalvas e desconfianças.[89]

---

86 - Entrevista com Eunice Longo, realizada em 1989, pela equipe de memória e história oral– DIM/DPH, prefeitura do Município de São Paulo.
87 - *Hoje*, 3/01/47, p. 6.
88 - *Folha da Manhã*, 3/07/47, p. 3.
89 - "Teríamos satisfação particular em saudá-la da maneira mais simpática possível, se ela viesse realmente concretizar um melhoramento sensível na situação até agora dominante em São Paulo nesse setor. Porque, desgraçadamente, chegamos a extremos de completa desorganização em matéria de transporte coletivo...".Editorial do *Correio Paulistano*, 1/07/47.

Suspeitava-se que, como havia sido criada, a CMTC não iria solucionar os problemas de transporte urbano da cidade. Três eram as razões para a descrença geral. A primeira porque a CMTC havia sido formada pela aquisição do espólio das antigas concessionárias, em geral carros velhos, ultrapassados ou mesmo quebrados e, muitas vezes, sem condições de uso, isso porque, desde que se iniciara a discussão para a criação da companhia municipal, nenhuma companhia privada investiu um tostão sequer nos ônibus e bondes em circulação. Além disso, a CMTC havia adquirido um pacote de "novos" carros vindos dos EUA, quase todos fora de uso e muito velhos, necessitando de reparos tais, que alguns ficariam meses estacionados nas novas oficinas. Como se não bastasse, acrescentavam-se às suas críticas gerais o fato de a CMTC ter sido criada como monopólio público, o que cerceava a livre concorrência, a iniciativa privada e a competição no mercado. A segunda era o fato de que mal havia sido criada e a CMTC, já no seu primeiro dia de funcionamento, antes de qualquer outra medida, anunciou uma majoração nos valores das passagens de ônibus e bondes, que havia sido negada, seguidamente, às empresas privadas no mês que antecedeu à sua criação. O aumento, embora variasse de linha para linha, chegava a ser de 150% para os bondes e 100%, em média, para os ônibus. A recém-criada empresa alegava que o aumento era uma estratégia para nivelar as tarifas excessivamente díspares. Portanto, com a criação da CMTC, a única novidade concreta foi o aumento do preço das passagens de ônibus e bondes.[90]

A notícia do aumento no preço das passagens estourou como uma verdadeira bomba em todos os cantos da cidade, principalmente porque durante a recente campanha eleitoral, o candidato eleito, Adhemar de Barros, havia, enfaticamente, prometido a diminuição do custo de vida e especialmente no preço das passagens de ônibus e bondes. Entretanto, a CMTC havia pagado, pelo sucateado acervo de bondes da *Light,* Cr$ 60 milhões e ainda havia incorporado todas as dívidas anteriores da empresa, ou seja, ela nasceu deficitária. O aumento das passagens tinha o claro objetivo de amortizar o peso dessa dívida. Por outro lado, não era possível aumentar no curto prazo o fornecimento de energia elétrica para incrementar as linhas de bondes. Portanto, a única maneira de evitar protestos e hostilidade será exibir previamente a eficiência e o conforto dos "novos" carros que adquiriu nos EUA, a CMTC corria contra o tempo.[91]

---

90 - "Uma charge do jornal *Folha da Manhã*, no mês de julho, ilustra bem o clima naqueles dias. Dois operários, possivelmente funcionários da futura CMTC, ambos trajando macacão, o primeiro segurando uma lata de tinta e um pincel, o outro um martelo, estão diante de um bonde em frangalhos, velho e todo arrebentado, segue-se o seguinte diálogo: "- Os *novos* bondes trafegarão até dezembro! Diz o primeiro. - De que ano?" Responde o segundo. O diálogo explicita bem a generalizada atmosfera de descrédito e desconfiança em relação à recém-criada CMTC. *Folha da manhã*, 3/07/47, p. 3.

91 - *Correio Paulistano*, 2/07/47, p. 4.

A Assembléia Constituinte Estadual, reunida naqueles meses, estava atenta ao assunto. Os deputados, mesmo os governistas, subiam diariamente à tribuna e liam dezenas de cartas e telegramas enviados pelos usuários dos transportes coletivos da cidade, em que criticavam os elevadíssimos gastos com propaganda feitos pela nova empresa, os altíssimos salários de seus novos diretores e, principalmente, a pressa com que a CMTC anunciara o aumento das tarifas, antes mesmo de oferecer qualquer melhoria nos serviços.

A CMTC, por sua vez, apresentava três argumentos para justificar o rápido aumento no preço das passagens: com gráficos bastante complexos ela apontava uma queda no número de passageiros transportados pelos bondes; as vultosas despesas com o aumento do material rodante; e, por fim, argumentava que a majoração das tarifas seria menor que o aumento do custo de vida.[92] Entretanto, o ponto central do memorial assinado pelo superintende da CMTC, que apontava a queda no número de usuários transportados, cometia alguns "equívocos": 1) Os dados da CMTC, que apontavam declínio no número de usuários, referiam-se aos anos de 1941/1946, abrangendo, portanto, todo o período de racionamento de gasolina, isto é, refletiam um período anormal em termos de parâmetro. Tomando-se o primeiro quadrimestre de 1947, havia, ao contrário, aumento no número de usuários de ambos os sistemas. 2) O material rodante representava, na verdade, aumento de capital e de patrimônio; ou seja, a modernização do sistema estaria sendo paga pelos próprios usuários, isso porque a CMTC projetava que a melhoria dos serviços lhe seria extremamente onerosa. Tomando-se um número X de passageiros por carro/quilômetro e, aumentando-se o total de carros, diminuía-se o índice X, conseqüentemente, o custo da unidade carro/quilômetro seria menor. Assim, não seria possível, do ponto de vista empresarial, introduzir uma modernização para ter queda de rendimento. 3) Segundo a CMTC, o índice de aumento seria de 2,62%, enquanto o custo de vida, no período de 1939 1947 teria sido 2,92% (é impossível saber onde o memorial do superintende da CMTC encontrou esses índices de custo de vida). Contudo, esse índice, na verdade, escamoteava o fato de que, com a unificação dos preços das tarifas, como propunha a CMTC, o aumento para o usuário das linhas Jardim América, por exemplo, seria de 30%, mas para os usuários do Pari, Santana, Mooca, Belém e Tatuapé e outros bairros periféricos, ficaria entre 100 e 150%.

Portanto, o cerne da questão estava na discussão acerca da remuneração do capital investido na nova empresa. Estabeleceu-se que esse retorno seria de 8%, enquanto, de modo geral, as empresas privadas obtinham 7%. Portanto, o que o aumento das passagens punha em

92 - Numa longa carta o engenheiro F. D. Homem de Melo, usuário dos sistemas de transportes públicos, refutou todos os argumentos da CMTC. Os comentários a seguir foram inspirados nessa carta. Cf. *O Estado de São Paulo*, 4/07/47, p. 2.

discussão era o caráter de serviço público da nova empresa. A despeito de ela ter sido constituída como monopólio municipal, essa excessiva margem de lucro era a evidência dos planos futuros de que a empresa se autofinanciasse para não haver mais nenhum deslocamento de recursos municipais para o sistema de transportes. Enfim, os investimentos para criar e colocar em operação a CMTC iriam sair do bolso dos usuários imediatos e diretos do sistema.

As manifestações de desagrado em relação ao aumento já vinham ocorrendo há alguns dias. No domingo, 30 de junho, o governador compareceu ao estádio do Pacaembu, onde se enfrentavam Palmeiras e Portuguesa. Chegou quase no meio do jogo, e quando se aproximava da tribuna de honra sua presença foi anunciada pelos alto-falantes do estádio. A reação foi imediata:

> "Dos milhares de pessoas que estavam nas arquibancadas e poltronas, apenas umas bateram palmas... Foi uma recepção fria... Nas gerais, entretanto, a chegada do governador deu margem a que o povo irrompesse em ruidosa manifestação de desagrado: 'abaixo o aumento dos bondes e dos ônibus' foi o grito que partiu da boca de milhares de populares..."[93]

As vaias ao governador e as manifestações de descontentamento, não há dúvida, partiam da população mais pobre da cidade, aquela que iria pagar pelos aumentos na tarifa de ônibus e bondes e pela criação da CMTC. Ao mesmo tempo, as redações dos jornais foram inundadas de cartas, telefonemas e mensagens contrárias ao aumento.[94] Outro agravante foi que a criação da CMTC não significava que todas as empresas passariam imediatamente para o controle público. Diversas linhas que faziam seus pontos finais na Praça da Sé continuariam a ser exploradas pelas respectivas concessionárias privadas. As linhas Parque da Mooca, Vila Bertioga, Alto da Mooca, Alto do Ipiranga eram algumas delas. Curiosamente, notava-se que nestas linhas, cujo controle não passou de imediato para a CMTC, os carros eram quase todos novos e apresentavam condições gerais bastante razoáveis, o que escancarava a "prosperidade por parte das concessionárias. Caso contrário, se dessem prejuízo, como alardeiam os técnicos da CMTC para justificar o aumento de tarifa, os responsáveis por estas linhas se desinteressariam do serviço e tratariam de passar adiante o abacaxi".[95]

---

93 - *Hoje*, 1/07/47, p. 4.

94 - Do Jabaquara, por exemplo, escreveu o Sr. Mário Miranda Rosa, presidente da Sociedade Amigos da Cidade Comerciária, em nome dos moradores do bairro, contra a cobrança de Cr$ 1,00 pelas passagens do ônibus Avenida. Junto à carta, o Sr. Mário anexou uma cópia do telegrama enviado à Superintendência da CMTC, protestando contra o que ele acreditava ser "uma forma indevida de aumento da passagem" e solicitando que todas as linhas do mesmo bairro tivessem os mesmos preços. Outra carta protestava por causa da espera de 45 minutos pelos ônibus da linha Água Rasa, e lamentava o aumento das tarifas. Várias outras protestavam contraas enormes filas e a falta de ônibus em todas as linhas da periferia, que deveriam ser resolvidas antes do aumento das tarifas. E algumas protestavam contra a apreensão das cartas de motoristas e a perseguição aos condutores de autolotação, sob a alegação de que faziam concorrência com a CMTC. *O Estado de São Paulo*, 3/07/47, p. 7.

95 - *Correio Paulistano*, 3/07/47, p. 2.

Isso tornava evidente que explorar as linhas de ônibus podia ser um ótimo negócio, os empresários do setor de transportes estavam muito bem e, para agravar mais ainda a revolta popular contra os aumentos das tarifas, ficava notório que apenas as linhas deficitárias foram encampadas pela CMTC. Além disso, muitas dessas empresas não encampadas haviam conseguido renovar as suas frotas, mantendo as tarifas inalteradas, o que mostrava não apenas a existência de lucros, mas a possibilidade de investimentos reais. Por fim, várias empresas que operavam mais de uma linha haviam vendido à CMTC as sucatas e deslocado os ônibus em bom estado para as linhas não encampadas. As reações ao aumento das tarifas anunciado pela CMTC foram tantos e partiram de tantos lugares diferentes que o governador Adhemar de Barros, depois de entendimentos com o prefeito Cristiano Stockler das Neves e com a direção da CMTC, resolveu adiá-lo *sine die*.

Mesmo com a suspensão do aumento, os ânimos não serenaram e o clima que se disseminava pela cidade era de indignação e revolta. No mês de maio, os motoristas, motorneiros e cobradores de ônibus, que reivindicavam o pagamento das folgas, de acordo com dispositivo constitucional, iniciaram uma operação na qual os ônibus seriam paralisados vários domingos consecutivos. Rapidamente, o movimento se espalhou e agravou ainda mais a já difícil situação dos usuários, porém, sem surpresa, a operação "marcha lenta" contou com o apoio da população. Usando a movimentação dos trabalhadores como álibi, no dia 18 de junho, o governador voltou à carga, anunciando para uma data futura - breve, mas indefinida - o aumento das passagens. No dia seguinte, o prefeito Stokler das Neves manifestou seu apoio ao governador e anunciou que os ônibus circulares não serviriam mais ao centro da cidade. As autolotações se aproveitaram da situação triplicaram o preço, passaram a cobrar Cr$ 1,50 por um serviço que antes custava Cr$ 0,50. Um mês depois, o governo recuou e em 18 de julho os ônibus circulares voltaram ao preço de Cr$ 0,50, enquanto o aumento geral de preços das tarifas continuava engavetado. As ações do governo - tanto municipal, quanto estadual - eram desencontradas e hesitantes. As pressões, através de cartas, memoriais e abaixo-assinados se multiplicavam, os comitês democráticos e as sociedades amigos de bairro constantemente pautavam o tema do aumento das tarifas nas suas reuniões.

No dia 4 de julho, ocorreu o ato mais provocativo. A CMTC anunciou que pretendia, em comemoração à promulgação da Constituição Estadual, anunciada para o dia 9 de julho, substituir toda a frota de ônibus que servia ao Jardim América, compreendendo as linha n° 40 e n° 41. Para isso, havia comprado dez novos ônibus, os modernissimos *Coach-GM*, com

capacidade para 40 passageiros sentados e 30 em pé. Os antigos ônibus da linha Jardim América seriam deslocados para servir a outros bairros, todas da periferia.

Era um verdadeiro acinte e um desrespeito à população, além de uma grande inabilidade política, um bairro nobre, como o Jardim América, onde os únicos que usavam ônibus eram, em geral, os empregados domésticos do bairro, recebeu dez ônibus novos e se deslocaram os velhos e escangalhados para as linhas populares e superlotadas.. Por vários dias, os novíssimos *Coach-GM* ficaram enfileirados no Parque do Anhangabaú reluzindo jocosamente. A cerimônia de entrega dos novos ônibus foi cercada de pompa e circunstância às dez horas da manhã do dia 9, houve uma singela cerimônia na qual os convidados seguiram em dois ônibus, fazendo o percurso da linha. O itinerário do n° 40 saía do Parque do Anhangabaú e seguia pela Av. 9 de julho, depois Av. Brasil até a esquina com a Av. Rebouças. Já o n° 41 sai pelo Parque do Anhangabaú, seguia pela Av. 9 de julho, rua Estados Unidos, Av. Alcântara Machado, Av. Brasil até a esquina com a Av. Rebouças. Em ambos os itinerários o preço da passagem era de Cr$ 1,00.

Em seguida, todos os convidados foram levados ao Esplanada Hotel onde a direção da *General Motors* ofereceu um lauto coquetel. Em seu discurso, o superintendente da CMTC, João Gonçalves da Foz, justificou os novos ônibus na linha Jardim América, com um cinismo atroz, "[eles circulariam pelo bairro] devido à excelente pavimentação das ruas que servem ao seu itinerário. (...) os antigos ônibus daquela linha, em n° de 16, depois de reparados serão distribuídos por várias zonas da capital, principalmente, as em que é mais densa a população operária".[96]

Era a total inversão dos valores. O que determinava a operação da linha era a excelente condição da pavimentação de um dos bairros mais nobres da cidade e não a necessidade gerada pelo adensamento populacional. Era e expressão mais cabal de um infausto círculo vicioso em que os privilégios atraíam mais privilégios, enquanto as carências engendravam novas carências. Acrescente-se a isso a exagerada indenização concedida a *Light* e às empresas de ônibus, pela transferência de suas frotas obsoletas e os altos juros concedidos ao capital da nova empresa. De tudo isso, a população ficou muito bem informada, e "a maioria alimentou a suposição de que este aumento outra coisa não visava senão beneficiar os acionistas das companhias encampadas".[97] O clima para a revolta estava pronto.

---

96 - *O Estado de São Paulo*, 15/07/47, p.7.
97 - *Correio Paulistano*, 12/07/47, p. 12. E *O Estado de São Paulo*, 2/08/47, p. 4, respectivamente.

No dia 31 de julho, veio a gota d'água, a prefeitura voltou à carga e anunciou para o dia seguinte o tão controvertido aumento das tarifas de ônibus e bondes. As reações na imprensa foram imediatas:

> "Uma das medidas mais antipáticas que jamais o poder público *arremessou contra o povo*, acaba de ser efetuada, com o menosprezo da assembléia, da imprensa e da população mesma, que manifestaram, sem qualquer reserva o seu repúdio (...), mas o prefeito Cristiano Stokler das Neves não está para branduras e ficou no que ameaçava. Aumento de 150% nas passagens de bondes e ônibus, sem que nada assegure melhora de coisa alguma, a não ser diversas máquinas vistosas para os bairros residenciais. Os bondes, apenas mais sujos, continuam trafegando com centenas de populares dependurados nos estribos".[98]

Os ânimos estavam realmente à flor da pele; os jornais denunciavam diariamente o descontentamento da população e preveniam que coisas desagradáveis poderiam acontecer. É bem possível que o governador Adhemar de Barros e o prefeito Stokler das Neves, então nomeado pelo governador, acreditassem que o apoio dos comunistas na última eleição fosse capaz de barrar qualquer ação mais contundente dos sindicatos ou das associações de moradores. Não foi ao que aconteceu.

No mesmo dia 31, a sessão da assembléia legislativa foi toda voltada para a discussão do aumento das passagens. Havia entre os deputados o consenso de que aquela era uma questão momentosa. Durante os trabalhos, alguns deputados chegaram a pedir a demissão do prefeito Stokler das Neves e ameaçaram sustar o aumento com mandatos de segurança. No dia seguinte, dia 1° de agosto, a questão continuou ocupando a assembléia por todo o dia. As discussões iniciadas pela manhã se estenderam até o início da noite. Com exceção da bancada governista, que fez uma defesa muito tímida do aumento, as críticas foram em termos ríspidos e contundentes. Ao final da sessão, foi aprovada uma moção, cujos votos contrários foram apenas três, dos 43 presentes:

> "A assembléia legislativa coerente com o ponto de vista anteriormente manifestado, vem protestar contra o aumento das passagens de ônibus e bondes... Esta assembléia assim procede porque não se justifica no atual momento de carestia mais esta majoração das despesas que irá recair principalmente sobre as camadas populares".[99]

No mesmo dia em que anunciava o aumento do preço das passagens, a CMTC prometia, para breve, o início da circulação de mais 300 ônibus. Diante da auspiciosa notícia, diversos leitores enviaram ao jornal *O Estado de São Paulo* centenas de sugestões de novas linhas para os bairros que ainda não eram servidos por ônibus. Em geral, nestas cartas, os leitores eram minuciosos e propunham os trajetos completos, de ida e volta, inclusive demarcando os pontos obrigatórios de parada, escolhendo as ruas mais transitáveis, as menos esburacadas, optando

---

98 - *Correio Paulistano*, 31/07/47, p. 2. (Grifos meus).

99 - *Correio Paulistano*, 1/08/47, p. 5. Na prática, o aumento representava, para um passageiro que fizesse quatro viagens diárias, um acréscimo de Cr$ 1,20 por dia, ou seja, Cr$ 30,00 por mês, considerando 25 dias úteis. Mas o aumento não era uniforme: numa linha podia ser de apenas Cr$ 0,10 e em outra podia chegar a Cr$ 0,50.

pelas artérias centrais dos bairros e pelas ligações não apenas do centro ao bairro, mas de bairro a bairro, ou seja, os usuários do sistema estavam muito atentos ao que acontecia.

O dia de São Bartolomeu.

> "De resto os membros dessas classes têm geralmente dos transportes públicos uma experiência desagradável. O homem que tem que se deslocar a uma certa distância para ir para o trabalho, fá-lo num comboio cheio a transbordar de outros operários como ele; ou vai ao futebol ao domingo num elétrico igualmente cheio a transbordar. Quando a mulher vai às compras à cidade, fá-lo quando muitas outras mulheres da vizinhança o podem fazer também – ao sábado à tarde; para ir à praia, a família mete-se num comboio que vai, nesses dias de feriado ou início e fim de férias, completamente cheio. O homem das classes proletárias só tem a oportunidade de viajar confortavelmente nos transportes públicos quando está desempregado por doença, e às horas em que todos os outros estão no trabalho".[100]

Na manhã do dia 1° de agosto, os repórteres do Correio Paulistano dirigiram-se ao centro da cidade para verificar como a população recebia o aumento. No ponto de ônibus da linha Mooca, o repórter ouviu dos usuários que, após a encampação pela CMTC, o serviço havia piorado; antes havia ônibus em quantidade suficiente e relativamente novos. Depois da encampação, os ônibus novos foram substituídos por ônibus velhos e havia poucos carros em serviço. Contudo, as maiores reclamações aconteciam nos pontos de bonde. Um entrevistado, na Praça João Mendes, ponderou ao repórter: "- Que se aumentem os ônibus dentro de uma base razoável, mas que se poupem os que se servem dos bondes, que não podem arcar com o aumento de 150% resolvido pelos gabinetes (...) os que se servem dos bondes é por não podem usar outra condução melhor e mais rápida, como mais segura, e precisam se sujeitar aos rigores de uma viagem de bonde. Seus recursos não dão para tomar um ônibus ou lotação. Tem que ser no bonde mesmo, ou então a pé". Outro entrevistado, usuário da linha do Alto do Pari, João Infante, disse ao repórter: "- Caso as autoridades competentes não tomem as devidas providências contra esse tubarão, procuraremos remediar a situação a nosso modo. Positivamente isso é um abuso. Se a CMTC tinha suas razões para elevar o preço das passagens, não creio que essa empresa tenha as mesmas justificativas, uma vez que, com estas latas velhas, desconfortáveis e desmanteladas ela

100 - Hoggart, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora.* Lisboa. Ed. Presença, 1973. p. 77.

já explorou o povo como quis, e o povo nunca teve direito de reclamar. Se reclamava, pelo menos nunca era ouvido. Agora também já é demais..."[101]

O bonde era o transporte mais comum da cidade, o mais barato e o mais antigo, mas também o mais restrito. Os ônibus transportavam, no município, em 1947, cerca de 35% da população, os 65% restantes cabiam ainda aos bondes e lotações. O bonde ainda era o meio de transporte mais importante na locomoção pela cidade, embora os bairros mais distantes dependessem cada vez mais dos ônibus. Tão importantes quanto mal conservados, os bondes, de modo geral, estavam em péssimo estado de conservação, dado o abandono da *Light* nos últimos anos, essa situação tornava o aumento das tarifas ainda mais injusta.[102] Para os usuários, as péssimas condições dos bondes, a insuficiência no número de ônibus disponíveis e, talvez o pior problema de todos, a pura e simples ausência de qualquer meio de transporte público em vários bairros da cidade era sentido como um claro desrespeito, uma total ausência de direitos, em muitos casos, inclusive do direito de reclamar. O problema não era exatamente o aumento da passagem em si, mas a forma como ele foi efetuado, o momento em que ele foi autorizado e a evidente utilização de dois pesos e duas medidas para tratar os bairros periféricos e os bairros nobres da cidade.

Até as 11:00 horas da manhã, não houve qualquer ocorrência. É difícil precisar, mas os incidentes "que abalaram fundamente a vida da cidade, alterando-lhe por completo o aspecto de todo dia irromperam"[103], possivelmente, no Largo São Francisco. Populares revoltados com o aumento, armados de paus e pedras, começaram a incendiar os ônibus e os bondes estacionados nas ruas próximas. Dispersados no Largo São Francisco, um grupo desceu para a avenida Brigadeiro Luiz Antônio e outro seguiu para a Praça João Mendes, incendiando e quebrando os ônibus e bondes que encontravam. Defronte ao Palácio da Justiça, vários bondes foram atacados, depredados, tombados e incendiados, os bombeiros não puderam apagar os focos de incêndio porque eram ameaçados de linchamento pela população. A depredação e os ataques se espalharam, e seguiram em direção ao bairro da liberdade, todos os ônibus e bondes que se encontravam pelo caminho foram também incendiados e destruídos.

Ao mesmo tempo, surgiu na Praça da Sé outro foco da rebelião ateando fogo nos bondes ali estacionados. A cada minuto, aglomerava-se mais gente na praça que, nesta altura, já estava

---

101 - *Correio Paulistano*, 1/08/47, p. 2; e *Folha da Manhã*, 1/08/47, p. 10. No caso da linha 4ª parada, a passagem havia passado de Cr$ 0,80 para Cr$ 1,00. Na linha da Vila Mariana, a passagem passou de Cr$ 0,60 para Cr$ 1,00. O plano da CMTC era igualar os preços das passagens, supostamente muito díspares, independente dos trajetos. Os bondes passaram de Cr$ 0,25 para Cr$ 0,50.

102 - Stiel, Waldemar Corrêa. *História dos transportes coletivos em São Paulo*. McGraw-Hill/EDUSP. São Paulo, 1978. p. 33.

apinhada de cavalarianos. Na Praça do Patriarca, uma multidão ateou fogo nos ônibus e bondes e também impediu que os bombeiros se aproximassem para debelar o incêndio. As ruas próximas estavam repletas de vidros, almofadas, cortinas, chapéus, guarda-chuvas, bancos de madeira arrancadas dos bondes e postes de sinalização de parada de veículos. Nada que se relacionasse com os ônibus e os bondes ficava intacto, os que chegavam na galeria Prestes Maia, naquela hora de almoço, eram completamente incendiados.

> "Nem em 1924, quando a cidade ficou um mês sob o peso de uma revolução aqui deflagrada, nem em 1930, quando o PRP abandonou a administração e o policiamento da capital, muitos dias antes que aqui chegassem as tropas revolucionárias vitoriosas vindas do sul, se viu São Paulo tão completamente abandonada e indefesa ante os promotores e executores das mais espantosas violências e do mais desenfreado vandalismo..."[104]

No vale do Anhangabaú, os populares invadiram os fundos da sede da prefeitura e tiraram de lá fichários, mesas e cadeiras que foram arrastados para o meio da rua e rapidamente se transformaram numa imensa fogueira. Um oficial da cavalaria foi cercado pela multidão e derrubado do cavalo. Assustados com o ímpeto do ataque, os cavalarianos não ousaram arremeter contra a população e foram encurralados pela aglomeração, os soldados da força pública engatilharam os mosquetões e a correria e o pânico foram gerais, o que aumentou ainda mais a confusão nos arredores. De repente, do meio da multidão, surgiu um cidadão que, caminhando lentamente. abriu a camisa e gritou para os soldados: "- Atire, atire e mate um cidadão brasileiro!". Os soldados recuaram, mas para dispersar a multidão dispararam diversos morteiros e bombas. cujas, "fumaças negras cobriam toda a extensão do vale". Uma multidão passou toda a tarde defronte à prefeitura "numa tentativa de fazer com que o prefeito aparecesse numa das janelas da municipalidade (...) numa atitude típica de 'ajustar contas'. Nem a chuva, nem a atitude expectante dos cavalarianos dissuadiu o povo".[105]

Mas naquele prédio funcionava também a sede provisória da CMTC, que a despeito de estar guardada pela policia, foi invadida e depredada, os móveis arrastados para a rua alimentavam outras fogueiras. Na rua Líbero Badaró, embora os cavalarianos da força policial guardassem tanto o acesso pela Praça do Patriarca, quanto pela avenida São João, uma multidão atingiu a frente do prédio da prefeitura, atirando pedras e estilhaçando as vidraças. Na esquina das ruas Libero Badaró com Miguel Costa, as pedras conseguiram atingir os quadros da parede do gabinete do prefeito e quebraram os telefones da sua mesa de trabalho. Também foram atingidas as salas do chefe de gabinete e de diversos assessores técnicos. O major Teles Marcondes. da força policial, foi apeado do cavalo e apedrejado pela multidão, quando tentava

---

103 - *O Estado de São Paulo*, 2/08/47, p. 4.
104 - Idem. ibidem.

prender um dos populares. Duas caminhonetes oficiais foram tombadas e incendiadas, e o próprio carro oficial do prefeito Stokler das Neves foi apedrejado, e só não foi incendiado porque a polícia conseguiu resgatá-lo da multidão. O secretário dos negócios jurídicos, Paulo Lauro, não teve seu carro queimado e depredado porque um contínuo da prefeitura teve a sagacidade de retirar as placas brancas do carro que, assim, passou tranqüilamente pela multidão. Os funcionários da prefeitura não conseguiam sair do prédio e a polícia não conseguia entrar. Espertamente, no momento em que o ataque era mais intenso, os funcionários municipais hastearam a bandeira do Brasil numa das sacadas do edifício, para apaziguar a multidão. Um operário têxtil presente no local descreveu o conflito:

> "Estava na praça Clóvis Bevilacqua quando vi a cavalaria da força pública avançar sobre o povo, batendo com seus "espadins". Logo depois, me abriguei próximo à entrada de um edifício e pude ver alguns manifestantes que jogavam bolinhas de gude no asfalto. Quando os cavalos caíam, o povo se aproximava dos soldados tomandolhes os "espadins", aí era a vez dos policiais saírem correndo".[106]

Também o prédio da *Light* foi atingido por pedras e paus. Todas as vidraças da sua parte frontal foram estilhaçadas. Na esquina da rua da Figueira com avenida Rangel Pestana, a multidão invadiu um posto de gasolina e saqueou o suficiente para atear fogo aos ônibus e bondes. Mas o posto não foi depredado, nem tampouco roubado. Na rua da Consolação, na esquina com alameda Santos, um ônibus foi incendiado e o motorista, assustado, disparou um tiro de revólver contra a multidão e atingiu um menor de idade. Se não fosse a rápida atuação da força pública a multidão o teria linchado. Mas nenhum outro motorista ou motorneiro foi molestado. A conduta da multidão em geral se repetia: os populares cercavam os ônibus ou bondes e exigiam que os condutores abandonassem seus postos e que todos os usuários descessem, em seguida o incendiavam, sem ferir qualquer pessoa.

Segundo informações do jornal *O Estado de São Paulo*, as depredações e os ataques da população se espalharam por todos os bairros da cidade, mencionam-se ocorrências de ataques sistemáticos no terminal de bondes de Vila Mariana, Penha, Brás e Santo Amaro. Preocupadas, as guarnições da segunda região militar entraram imediatamente em prontidão. O governador Adhemar de Barros alarmado com as dimensões da revolta popular, teria telefonado ao presidente Dutra, no palácio do Catete, afirmando que somente o exército seria capaz de conter a

---

105 - *Correio Paulistano*, 2/08/47, p. 2.

106 - Entrevista com Julius Meksenas, realizada em 21 de fevereiro de 1999. Citado In: Meksenas, Paulo. Cidadania e comunicação popular: experiência no campo da educação. São Paulo. FFLCH/USP, 1999. Tese de doutoramento. pp 150/151.

rebelião popular e restabelecer a ordem. O presidente Dutra teria negado a intervenção do exército, alegando que o assunto era de exclusiva competência do governo do Estado.[107]

Os acontecimentos de 1° de agosto foram um de ritual de protesto, cujo objetivo foi expiar as longas filas, as intermináveis viagens, os caminhões inseguros, a falta de ônibus e bondes, as ruas esburacadas e sem pavimentação, a elevação dos preços das tarifas e, principalmente, a distinção no tratamento entre bairros periféricos e bairros centrais; enfim, a ausência de direitos de cidadania.

As ações dos populares contra os ônibus e bondes foram interpretadas, na época, como uma resultante direta de uma longa seqüência de desatinos políticos e administrativos que produziram "decepção e descrédito". Mas, certamente, não produziram desorientação na ação popular. É possível encontrar uma evidente coerência nas ações de "um dos mais graves e lamentáveis episódios da história de São Paulo". Primeiramente, atacavam-se os bondes que, dada a sua limitada mobilidade, eram mais facilmente apedrejados, tombados, depredados e incendiados. Os ônibus eram os segundos alvos na escolha dos ataques e, dada a sua maior mobilidade, podiam escapar mais facilmente dos incêndios, mas não dos apedrejamentos. Aparentemente os ataques foram indiscriminados contra todas as linhas de ônibus e bondes. Mas os carros oficiais, tanto da prefeitura quanto do governo do Estado, foram a terceira escolha na hierarquia dos ataques. Também eram incendiados e tombados onde quer que fossem encontrados.[108] Logo que tiveram início as ações, o comércio foi imediatamente fechado em todo o centro da cidade. Mas não há qualquer informação sobre ataques a lojas ou mesmo ao comércio de ambulantes, somente as bancas de frutas e de alimentos promovidas pelo governo do Estado, conhecidas como as *tendas do Adhemar*, eram generalizadamente atacadas e incendiadas, principalmente no Largo da Bandeira. Não há também qualquer menção nos jornais de que tenha havido algum ataque a qualquer veículo particular. No alto da galeria Prestes Maia, onde havia um automóvel para ser sorteado, ônibus e bondes ardiam à sua volta, mas o carro não sofreu nem um arranhão, assim como os carros que atravessavam a manifestação e tinham a sua passagem liberada sem nada sofrer, desde que não fossem carros oficias. Os ataques foram seletivos e calculados.

Durante todo o dia caiu uma fina garoa, mas por volta das 16 horas despencou uma forte chuva que ajudou a apagar alguns dos focos de incêndio. Na assembléia legislativa, o dia 1°

---

107 - *O Estado de São Paulo*, 1 e 3/08/47, pp. 5 e 4.

108 - "Multidões ululantes cercavam os pontos capitais da cidade, enormes fogueiras fumegantes, enquanto refregas com a cavalaria policial verificavam-se aqui e ali, principalmente quando se dispôs a defender a sede da prefeitura municipal". *Correio Paulistano*, 2/08/47, p. 2.

também foi tumultuado. Em meio à intensa troca de acusações, entre situação e oposição, duas comissões foram criadas: uma para procurar o governador, propondo a suspensão imediata do aumento; e outra, com o mesmo objetivo, foi procurar o prefeito. Nenhum dos dois foi encontrado durante as manifestações. Às 17:00 horas, quando o clima já começava a se acalmar, o prefeito Stokler da Neves apareceu no edifício da biblioteca municipal, onde estivera "trancado junto com o diretor Sérgio Milliet". O governador Adhemar de Barros passou todo o dia em Bauru para os festejos do 51° aniversário da cidade, e quando soube dos acontecimentos lamentou o ocorrido, dizendo-se convencido da "premeditação do movimento".[109]

A troca de acusações e as tentativas de encontrar culpados começaram no dia seguinte, e a surpresa dos acontecimentos foi tão grande que as acusações foram desencontradas e contraditórias. *O Diário de São Paulo*, em editorial, responsabilizou explicitamente os Getulistas, justificando que: "um bando de lenço amarrado à cabeça e calças arregaçadas até o joelho, apareceu subitamente berrando: Getúlio! Getúlio! Getúlio!", enquanto ateava fogo aos veículos. No mesmo dia, em outra página, o jornal apontava outros culpados: "Tivemos ontem uma demonstração rotunda do clima que os comunistas querem insuflar no Brasil, em sua tarefa daninha, rumo à anarquia desmanteladora das instituições democráticas, que constitui o objetivo máximo de sua nefasta atuação". O Cel. Flodoardo Maia, secretário de Segurança Pública, admitiu, em nota oficial, que as arruaças foram premeditadas e tiveram como seus incitadores "elementos desclassificados". A nota oficial do governador, que só saiu cinco dias depois do motim, atribuía os acontecimentos do dia primeiro, genericamente, a "adversários políticos e agitadores profissionais".[110]

Somente um ano mais tarde - já no contexto de ilegalidade do PCB - é que o governador Adhemar de Barros acusou formalmente os comunistas pelos atos. A hipótese de ação comunista planejada não se sustenta, porque o partido era contrário a este tipo de intervenção, tendo aderido à linha da *ordem e tranqüilidade*. O próprio PCB teria sido pego de surpresa.[111] Isso sem contar que, na época, o partido ainda era eleitoralmente aliado do governador Adhemar de Barros. Os sessenta e quatro inquéritos policiais que resultaram do quebra-quebra não apresentaram evidência algum dessa ligação.

Ao mesmo tempo, a imprensa manifestava o seu assombro pela ação comedida e contemporizadora da polícia na repressão ao quebra-quebra. A insinuação geral é de teria havido

---

109 - *Diário de São Paulo*, 2/08/47, p. 8.
110 - *Diário de São Paulo*, 2/08/47, p. 8. E editorial e p. 4.
111 - Moisés, José Álvaro. "Protesto urbano e política: o quebra-quebra de 1947". In: *Cidade, Povo e Poder*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. p. 58.

omissão ou, o que era pior, simpatia da força pública em relação aos manifestantes. De qualquer modo, parece haver indícios de que a reação comedida da polícia possa ter facilitado a audácia dos manifestantes, alguns populares chegaram a carregar um comandante de destacamento, um segundo tenente, retirando-o ileso do local onde fazia sua vigilância para, só depois, incendiar os ônibus que ali estavam.[112] Os números dos estragos são desencontrados, a *Folha da Manhã*, informou que foram danificados 100 ônibus, 30 reboques e 240 bondes, e completamente destruídos 25 bondes e ônibus. O *Estado de São Paulo* noticiou 15 ônibus totalmente queimados, 30 danificados, de 80 a 100 ligeiramente danificados; 400 bondes avariados, 5 totalmente queimados e 150 grandemente afetados.[113]

No dia 2, a CMTC informou que dos seus 600 ônibus, 16 haviam sido completamente incendiados e destruídos; 78 haviam sido danificados de tal modo que sua recuperação levaria algumas semanas. Com os bondes a situação foi bem pior: 242 foram depredados, 29 reboques danificados, 5 bondes completamente queimados. No total, foram 370 coletivos destruídos, cinqüenta pessoas foram detidas e levadas para interrogatório na sede da Delegacia de Ordem Política e Social. A lista dos feridos apresentava: 3 militares, 1 operário, 1 motorista, 2 estudantes, 1 telegrafista, 1 comerciário e 18 pessoas sem profissão definida.

No sábado, dia 2 de agosto, a cidade amanheceu calma. Cavalarianos circulavam pelo centro em pequenos grupos. Soldados da força policial ocupavam as entradas de todas os prédios públicos da cidade, e os principais terminais de ônibus e bondes na Praça da Sé, Praça do Patriarca, Largo São Francisco, Praça João Mendes. A garagem de bondes na Vila Mariana também amanheceu guardada por praças da força pública. O final de semana foi calmo. Na segunda-feira, dia 4, a CMTC ainda exigia garantias da Secretaria de Segurança Pública para colocar os ônibus e bondes nas ruas. Às 23 h, o superintendente geral da CMTC, João Gonçalves da Foz, reafirmou, após receber um telegrama do governador Adhemar de Barros, a manutenção do aumento no preço das passagens e anunciou tempos mais difíceis ainda para a população paulistana, já que metade da frota de bondes da cidade ficaria fora de uso por tempo indeterminado. O balaço final, depois do quebra-quebra, é que cidade tinha, em condições de tráfego, apenas 380 dos seus 600 ônibus, e 200 do total de 550 bondes. Excepcionalmente, caminhões particulares de aluguel, que já trafegavam comumente pelos bairros periféricos, tiveram permissão para chegar até o centro da cidade.[114]

---

112 - *Correio Paulistano*, 2/08/47, p. 2.
113 - *Folha da Manhã*, 2/08/47, p. 5. *O Estado de São Paulo*, 5/08/47, p.. 1.
114 - *Diário de São Paulo*, 2 e 3/08/47, p. 8.

A Federação das Indústrias de São Paulo orientou seus associados a providenciar caminhões próprios para buscar e levar os trabalhadores das suas fábricas e usinas. Além disso, alteram os horários de entrada e saída das fábricas, tentando evitar o caos dos transportes públicos no horário do *rush*, e apelaram para que todos os industriais, sem exceção, "mobilizassem seus recursos de transporte - caminhões, furgões, ônibus, carros de passeio etc. - e contribuíssem para o reajustamento provisório de horários". Essa mobilização se justificava porque, como disse Armando de Arruda Pereira, presidente da FIESP, o tráfego coletivo estava estrangulado pelos depredadores da "noite de São Bartolomeu dos nossos veículos de transporte coletivo".[115]

O temor de que os acontecimentos do dia primeiro voltassem a se repetir era muito grande. Na quarta-feira, dia 6, o secretário de Segurança Pública "resolvendo intensificar o serviço de vigilância nesta cidade resolveu criar, a título experimental, a *polícia dos amigos da cidade.*[116] A idéia era selecionar cidadãos "idôneos e capazes" para colaborar no trabalho de polícia preventiva e repressiva. O delegado titular de cada circunscrição escolheria, pessoalmente, os "policiais amigos da cidade", que receberiam uma carteira de identidade policial. No dia 11, o secretário depôs a uma comissão da Assembléia Legislativa, sobre suas acusações de envolvimento partidário nas ações do dia 1°, sua única observação foi que os deputados oposicionistas Arnaldo Borghi e Anymondi Falconi, ambos do PTB, foram vistos nas imediações do Vale do Anhangabaú no dia do conflito. Sem provas do seu envolvimento a discussão foi encerrada. O barulho do quebra-quebra repercutiu longe. Em Washington, o governo americano emitiu uma nota tentando eximir as empresas estrangeiras pelo estrago do dia 1°, e aproveitou para sugerir a redução nos preços das passagens:

> "Os meios governamentais americanos acompanharam com atenção a situação provocada com as desordens que se verificaram no estado de São Paulo em conseqüência do aumento nos serviços de transporte coletivo. (...) os especialistas econômicos, entretanto, conhecedores da situação no Brasil salientam que o aumento no preço dos transportes foi decidido ao mesmo tempo pelas companhias estrangeiras e por outras, as quais contam em parte com capitais brasileiros. Esses meios opinam que o Brasil, caso obtivesse o importante empréstimo- que pedirá dentro em breve ao banco internacional - estaria em condições, principalmente no estado de São Paulo, de melhorar o sistema de transporte e eventualmente normalizar seus serviços, restabelecendo os antigos preços".[117]

Em outubro, em plena campanha eleitoral para a câmara municipal e vice-governatura, Adhemar de Barros, em reunião no palácio dos Campos Elísios, anunciou a possível redução nas tarifas dos transportes e exigiu que, em dois dias, a CMTC se pronunciasse a respeito. No dia seguinte, 22 de outubro, os jornais anunciavam a redução no preço das passagens do bonde, que

115 - *Folha da Manhã*, 4/08/47, p. 3.
116 - *Correio Paulistano*, 6/08/47, p. 5. Para essa função foram destacados basicamente os subdelegados e os inspetores-de-quarteirão.

passavam a custar Cr$ 040.[118] Essa redução baixou em Cr$ 0,10 o preço dos bondes antes dos eventos de 1° de agosto. Além do evidente oportunismo eleitoral da medida, ela denotava também o reconhecimento cabal das péssimas condições dos transportes e da impropriedade do aumento.

Os dias que se seguiram ao quebra-quebra foram de tentativas para se entender o que, afinal, havia acontecido. Embora houvesse um "clima no ar", apontado por quase todos os órgãos de imprensa, as dimensões dos acontecimentos do dia 1° surpreenderam até mesmo os mais pessimistas. O colunista J. Pitombo, do *Correio Paulistano*, escreveu um dia depois do motim:

> "O povo é magnânimo e paciente, só perde a tramontana e se convulsiona nos movimentos de profundas e generalizadas inquietações, quando a consciência coletiva exige uma alteração decisiva de valores sociais. As perturbações da ordem, como as de ontem são obras da multidão que não só não tem uma consciência homogênea, como age no impulso de paixões exacerbadas e sem finalidade doutrinária (...) alguma coisa de mais grave e fermentadíssima deve haver no íntimo das massas. Uma simples elevação, nas passagens de bondes, não basta para explicar o desvairamento das atitudes agressivas, violentas e destruidoras de ontem. Compete ao governo tomar nota de todo o acontecido e chegar à conclusão de que medidas muito oportunas e prudentes devem ser tomadas para que o contágio da inquietação aguda, não tome um caráter generalizado, transformando-se numa comoção específica que costuma ter o nome de movimento revolucionário".[119]

O comentário impressionista do colunista surtiu rápido efeito. No dia 5, os deputados Mota Bicudo (PSD) e Conceição Santamaria (PSP) apresentaram na assembléia uma moção propondo que 50% dos ônibus novos que estavam servindo à linha Jardim América fossem retirados desse circuito e passassem a servir nos bairros da Penha, Quarta-Parada, Mooca e Alto da Mooca. Na mesma proposta, os deputados sugeriam urgentes estudos sobre as linhas residenciais nos bairros do Pacaembu e Jokey Clube, para "verificar a possibilidade da sua retirada", considerando tratar-se "de uma zona citadina cujos moradores, em sua grande maioria, possuem automóveis particulares..."[120] Com estas medidas, os deputados reconheciam que os motins do dia 1° expressavam um evidente conflito de classe, não apenas uma simples revolta contra o aumento do preço das passagens.

Os aumentos das passagens de ônibus nas empresas não encampadas pela CMTC - que depois dos acontecimentos de 1° de agosto passou, jocosamente, a ser chamada: *CUSTA MAIS TRINTA CENTAVOS* - provocaram uma revolta maior até que o aumento da empresa oficial. No dia 5 de agosto, 20 moradores do Alto do Pari, que embarcaram no ônibus n° 14, se recusaram a pagar o valor majorado da passagem, e obrigaram o motorista a conduzi-los até a rua do Carmo, 35, sede do jornal *Folha da Noite*. O motorista conduziu o ônibus até a garagem do Pari e o

---

117 - *Diário de São Paulo*, 3/08/47, p. 2.
118 - *Correio Paulistano*, 21/10/47, p. 2.
119 - *Correio Paulistano*, 2/08/47, p. 3.
120 - *Diário de São Paulo*, 6/8/47, p. 8.

abandonou, juntamente com o cobrador. Diante dos protestos dos moradores, que se recusaram a descer do ônibus e ameaçaram incendiá-lo, outro motorista tomou a direção do coletivo e o levou à sede da delegacia de Ordem Política e Social. Surpreendentemente, o delegado de plantão afirmou que o aumento pretendido pela empresa Alto do Pari era ilegal, já que ela não possuía nenhuma autorização oficial da prefeitura para tal o aumento. O proprietário da empresa contra-argumentou, que havia seguido com os moradores, alegou ter recebido a autorização verbal do engenheiro Emílio Cordes, chefe da subdivisão de transportes da prefeitura. Sob os aplausos da multidão a passagem voltou ao preço antigo, Cr$ 0,60. Essa vitória foi muito comemorada, e o ato de tomar o ônibus e conduzi-lo à sede do jornal, que parece ter sido planejado nas associações de bairro locais, abriu um precedente, e fez com que as empresas do Parque da Mooca, Alto da Mooca, Vila Bertioga e Belém, que não haviam sido encampadas pela CMTC, recuassem dos aumentos já autorizados e também voltassem aos preços antigos.

Nem massa nem ralé: na rua por direitos.

> "Os motins são geralmente uma resposta racional, que não acontece entre os indefesos ou sem esperança, mas entre aqueles grupos que se sentem com um pouco de poder para tomar os víveres de que precisam quando os preços vão às alturas, os empregos desaparecem e eles vêem o seu suprimento de alimentos básicos ser exportado".[121]

O historiador George Rudé propõe seis questões para se compreender as ações da uma multidão: o que realmente aconteceu; que proporções tinha, como agiu; quais eram os alvos e as vítimas; quais as finalidades, os motivos e as idéias subjacentes à sua ação; qual a eficiência das forças de repressão; quais as conseqüências dos fatos e sua significação histórica. Ciente das dificuldades em responder a todas estas indagações ele acrescenta que o historiador deve fazer uso das provas que puder encontrar, a despeito das suas prováveis imperfeições, e com elas responder, ao menos em parte, esse conjunto de questões.[122]

As tentativas de se compreender o quebra-quebra de 1° de agosto, bem como as suas implicações posteriores, começaram imediatamente. A mais elaborada interpretação contemporânea sugeria que:

> "Em dado momento o *tumulto* perdeu seu aspecto de protesto violento *contra um ato lesivo aos interesses populares*, para assumir o caráter da mais desenfreada desordem. Então, a *massa despida de qualquer sentimento humano* desandou em excessos os mais reprováveis, destruindo lâmpadas de iluminação, e árvores, e automóveis

121 - Thompson, E.P. Economia moral revisitada. In: *Costumes em Comum*. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo, Cia. das Letras. 1998, p. 207.
122 - Rudé, George. *A multidão na história*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro. Campus, 1991.

oficiais em diversos pontos (...) a *turba* agitada arrancou vários postes que assinalavam o ponto de embarque das linhas, as janelas e portões da prefeitura".[123]

O que chama a atenção nessa interpretação é o fato de que um tumulto, iniciado por razões econômicas, "atos lesivos aos interesses populares ", perdeu seu caráter de protesto popular ao se transformar em desenfreada desordem. Ou seja, ao deixar de visar apenas o legítimo e aceitável aspecto econômico, os agentes do tumulto perderam seus sentimentos humanos e se transformaram em *massa*. Portanto, não seriam mais populares anônimos num protesto econômico - o simples tumulto - mas um bando sem ordem, sem governo, sem sentimentos humanos - a massa - cuja baderna, sem propósitos claros, transformou-a em turba.

Desdobrando esse argumento, os acontecimentos de 1° de agosto não podiam ser explicados simplesmente por fatores econômicos, políticos ou mesmo sociais: "Não menos necessária é a averiguação das raízes psicológicas das atitudes das pessoas que tomaram parte nos eventos ainda que com uma certa ingenuidade sem qualquer intenção malévola..." A chave para a compreensão do evento estaria na psicologia das massas e no comportamento das multidões, afinal,

"o bonde e o ônibus não são somente meios de transporte, mas também *símbolos* das dificuldades cotidianas e do mal-estar geral. As calamidades de cada dia, a *sensação de não ser atendido pelos superiores, a impressão de ser indefeso, inerme e indefeso diante desse estado de coisas*, os profundamente arraigados sentimentos de revolta e destruição, a sedução que o fogo exerce sobre os homens, todos esses e muitos outros fatores contribuíram para possibilitar a extensão das ocorrências..."[124]

É difícil pensar nos transportes coletivos como símbolos das "dificuldades cotidianas", das carências, das calamidades, da condição social de desamparo perante o poder público, da revolta pela negação dos direitos e, ao mesmo tempo, não reconhecer que tudo isso é profundamente político. Remeter o quebra-quebra para o campo da psicologia comportamental das multidões acaba por despolitizar o conflito, evitando-se o enfrentamento das reais condições de exclusão social que o produziram e a necessidade de soluções condizentes. Evidentemente os transportes coletivos simbolizavam e expressavam as difíceis condições de vida nas periferias da cidade de São Paulo; e as pessoas que experimentavam essa condição, cotidianamente a percebiam como desdobramento da condição política de não serem reconhecidos como cidadãos numa sociedade supostamente democrática, mas profundamente hierarquizada.

Para os analistas contemporâneos os acontecimentos de 1° de agosto não tiveram qualquer propósito político, nem tampouco foram promovidos pela ação de qualquer grupo organizado. Portanto, a multidão envolvida no quebra-quebra só pode ser percebida como

---

123 - *O Estado de São Paulo*, 2/08/47, p. 4. (Grifos meus).
124 - *O Estado de São Paulo*, 3/08/47, p. 2. (Grifos meus).

irracional, instável e destrutiva, cujos atos eram a manifestação de um total primitivismo e inferioridade intelectual. Por isso, os sujeitos envolvidos no motim foram representados como a ralé e a escória da cidade, igualados aos criminosos comuns.[125]

Em fins da década de 70, o sociólogo José Álvaro Moisés revisitou os eventos de agosto. Nessa ocasião, seu objetivo era investigar as formas de participação popular na "democracia populista" do após-guerra. Foi com esse pressuposto que os acontecimentos de 1° de agosto evidenciaram o paradoxo característico da democracia brasileira do período de 1945 a 1964: de um lado, a dependência imposta às classes populares e aos sindicatos em relação ao Estado; de outro, a existência de uma variada gama de tentativas de participação política e social dessas mesmas classes populares, dependentes e submissas. Com o fim da guerra, teriam emergido formas "inesperadas e espontâneas" de manifestação popular, que não foram compreendidas nem pelas forças políticas de esquerda nem pelas da direita, nem tampouco pelos próprios agentes sociais, que naquele momento eram portadores de uma estrutural incapacidade para compreender o que as suas próprias ações representavam do ponto de vista político e social. Deixadas a si mesmas, sem uma direção política eficiente, as manifestações populares ficaram acéfalas e fracassaram. Por isso estavam fadadas a ser, no máximo, "explosão espontânea de cólera popular". Somente através da política populista, materializada alguns anos depois, as ações das classes populares adquiriram algum significado.[126]

Tanto na interpretação contemporânea, quanto na sociologia da década de 70, os eventos de agosto aparecem como *explosão espontânea da cólera popular* e, por isso, não apresentam qualquer "resposta racional, que não acontece entre os inferiores e sem esperança", nas disposições de enfrentamento da força pública, no ataque aos símbolos da prefeitura, na destruição das "tendas do Adhemar". As explicações se remetem ou à psicologia das massas criminosas ou à defesa elementar da economia popular. Só há uma vaga referência à política, no motim, quando as massas identificam seus oponentes no ataque à prefeitura e, principalmente,

---

125 - *O Estado de São Paulo*, 5/08/47, p. 4. O jornal também não perdeu a oportunidade para alfinetar o governo Adhemar, ao qual fazia oposição: "Para assinalar ainda a sua incapacidade, mandou o governo para a imprensa declarações de uma insensatez espantosa. Nessas declarações atribuiu o movimento subversivo a elementos reacionários empenhados em dificultar a ação do governador. Toda a gente viu, entretanto, que o movimento teve caráter nitidamente popular e que, se foi aproveitando pelos adversários do governo, não foi, porém, preparado, organizado e desencadeado por eles". *O Estado de São Paulo*, 3/8/1947, p.2.

126 - Moisés, José Álvaro. Protesto urbano e política. op. cit. Neste e em outros trabalhos o objetivo central do autor parece ser um ajuste de contas com a insuficiência dos partidos, principalmente o PCB, na direção política das organizações populares, por isso sua ênfase nos temas do espontaneísmo e da direção política.Sobre motins populares na década de 70, mantendo essa mesma perspectiva, ver: Martinez-Alier, Verena e Moisés, José Álvaro. A revolta dos suburbanos ou: patrão, o trem atrasou. In: *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977. Esse mesmo texto teve uma versão em inglês, com ênfases sutilmente diferentes, mas bastante significativas. Martinez-Alier, Verena e Moisés, José Álvaro. Urban transport and popular violence: the case of Brazil. *Past & Present*. N° 86, February 1980.

nas reações do poder público, na repressão policial, e na tentativa de encaminhar a solução das demandas populares.

Entretanto, é possível colocar o problema de outro modo. Os eventos de 1° de agosto são um aberto desafio à arrogância, ao autoritarismo e ao desprezo pelas demandas populares, manifestado cotidianamente, desde a "redemocratização" e, principalmente, depois da criação da CMTC. O quebra-quebra mostrou a percepção popular de um profundo antagonismo social, no qual os transportes coletivos apareciam como um privilégio e como a materialização cotidiana de que a cidade estava profundamente cindida entre ricos e pobres, privilegiados e sem direitos. O 1° de agosto, não foi apenas um protesto contra um precário e insuficiente sistema de transportes e o eventual aumento no preço das passagens, foi o momento no qual o conflito de classes tomou a forma de uma manifestação direta e aberta contra um dos símbolos da exclusão social, o sistema de transporte. Mas foi também, embora de forma difusa, uma manifestação contra as condições de moradia, contra a deficiência no atendimento da saúde pública, contra a ausência de escolas, contra as péssimas condições de salubridade urbana, os péssimos salários etc., porque essas carências eram experimentadas como um *continuum*. Se esse conflito aberto emergiu relacionado ao tema dos transportes públicos é porque, naquele momento, para ele confluíam todas as demandas urbanas de uma população que se percebia apartada. A nítida conotação de classe desse evento não está apenas na composição social dos amotinados, ou na seletividade calculada dos seus atos, nem mesmo nos alvos - simbólicos e reais - dos seus ataques, mas em todos os antecedentes que fomentaram o clima de hostilidade, arrogância e ostentação em torno da criação da CMTC.

Nos acontecimentos de agosto também se evidencia uma clara percepção popular de como deveria agir o governo, como um agente da justiça social. O governo, tanto municipal quanto estadual, era percebido como o vetor para a garantia dos serviços públicos e para a manutenção de um nível mínimo de consumo e de qualidade de vida. Enfim, caberia a ele proteger os pobres. Mas essa "proteção" não era gratuita, não era uma simples benevolência, mas uma obrigação, a retribuição que se deve ao voto recebido. Afinal, junto com a eleição os políticos ganham uma dívida que deve ser saldada na promoção do bem-estar e da justiça aos pobres.[127] O não cumprimento dessa retribuição foi o estopim da revolta. Tanto o governo municipal quanto o estadual eram percebidos como instâncias acima e apartada dos conflitos cotidianos, exatamente por isso, seu papel deveria ser o de minimizar e suplantar as injustiças

127 - Essa percepção instrumental da política, onde o voto deve ser retribuído com a proteção, está sugerida em: Martinez-Allier, Verena e Boito Jr. Armando. "1974: enxada e voto". In: Cardoso, F. H. e Lamounier, Bolívar. *Os partidos e as eleições no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978, p. 250.

sociais e os desmandos cometidos contra os excluídos.[128] No fundo, o que o episódio de agosto encena é a aspiração popular por um tratamento digno, respeitoso e que reconhecesse a justeza das suas demandas e de seus direitos. Exatamente por isso, o motim de agosto não representam um recorte arbitrário nos acontecimentos da vida social. Ele se configura, de fato, como uma espécie de adensamento de conflitos latentes, um momento de impasse nas profundas contradições sociais que, geralmente ocultas, não puderam mais ser contidas pela teatralidade da política. Neste caso específico, as tensões oriundas de uma profunda exclusão social e da *ausência de reciprocidade moral* se expressaram no contra-teatro do ataque aos ônibus e bondes e no assalto à sede do poder público municipal e aos símbolos do governo estadual.[129]

A violência durante o motim não pode ser reduzida à quantidade de ônibus e bondes queimados, nem, tampouco, ao número de feridos, a questão essencial é que em nenhum momento houve uma violência descontrolada, algo como uma multidão ensandecida. O que impressiona nesse motim é a seletividade dos alvos da violência, possível apenas porque o antagonista estava claramente definido e identificado. Neste caso, a encenação da violência, com toda a sua atipicidade, exprimiu os sentimentos populares em relação à política, na forma como se configurava no após-guerra. Por isso, o motim de agosto deve ser pensado num duplo aspecto: a manifestação de uma enorme decepção política – pela não realização das promessas de prosperidade e justiça que o fim da guerra comportava – que pôs fim aos termos da euforia cívico-política inaugurada no após-guerra. E também como um modo de exigir a restituição dessas promessas, uma maneira pela qual os excluídos dos direitos de cidadania exigiram respeito, reconhecimento e deferência, num momento supostamente democrático. Ou seja, o 1° de agosto articula e mescla, de forma complexa, uma gama contraditória de interesses políticos, conflitos de classe e esperanças populares. O quebra-quebra, embora não tivesse uma organização prévia, deslegitimou não apenas as autoridades políticas constituídas, mas também a agenda política que vinha sendo construída no após-guerra, agenda na qual as classes populares não eram considerados atores ou agentes, mas meros expectadores.

A questão central, portanto, diz respeito aos termos nos quais seria formulada a discussão sobre os direitos de cidadania, qual seria a configuração desses direitos no período "democrático" após o Estado Novo, e qual seria o seu alcance. Afinal, nestes dois primeiros anos do após-guerra, do ponto de vista das classes populares, qualquer noção de democracia estava

128 - Essa mesma percepção acerca do papel do poder público foi constatada por Alba Zaluar em suapesquisa na Cidade de Deus, na década de 80. Cf. Zaluar, Alba. A máquina e a revolta. op. cit. p. 229.

diretamente vinculada a essa ampla gama de possibilidades contidas no direito a moradia, transporte, trabalho, saneamento, escola, saúde, lazer, liberdade de organização, baixo custo de vida etc. A relevância dos eventos de agosto não pode ser reduzida a uma "explosão espontânea da cólera popular", ao menos para os envolvidos diretos não estava.

Ainda segundo George Rudé, uma das características da multidão pré-industrial estaria na sua adesão e fidelidade a indivíduos, enquanto que, na fase propriamente industrial, ela se caracterizaria pela adesão a causas e instituições. No primeiro caso, tanto as simpatias quanto os ódios populares se focalizariam em heróis e vilões; e no segundo, em idéias ou partidos.[130] Entretanto, essa distinção entre as fases deve ser matizada e pensada com cuidado, como sugere o próprio Rudé. Certamente esse é o caso do 1° de agosto. Possivelmente, o grito de alguns populares - se é que realmente aconteceu - clamando por Getúlio, em meio ao quebra-quebra, fosse a expressão de um sentimento de perda, do respeito violado, de um direito denegado. Mas esse grito, mais do que traduzir apoio, adesão ou fidelidade a Getúlio sugere a defesa a certos valores e idéias, de modo que as ações nesse motim evidenciam também a busca por uma justiça *natural* elementar - talvez circunscrita numa lógica paternalista - que nem o governo municipal, nem o estadual e nem o federal conseguiam simbolizar depois de 1945.

É preciso mencionar uma questão, nos dias que se seguiram ao quebra-quebra alguns policias da força pública disseram aos jornais que muitas vezes ficaram tomados pelo medo diante da impetuosidade dos ataques, mas tanto os jornais, quanto os deputados na assembléia legislativa foram unânimes em apontar que a ação da polícia foi débil, lenta, condescendente e até mesmo simpática aos manifestantes, e que isso teria contribuído para a extensão e dimensão dos eventos. Há duas ordens de questões implicadas nessa suposta "debilidade da ação policial"; é possível que os soldados e praças da força pública realmente simpatizassem com os manifestantes; afinal, eles compunham um mesmo estrato social de vítimas dos desmandos no sistema de transportes públicos. Mas o mais importante é que o governador do Estado, Adhemar de Barros, fora eleito com os votos desses mesmos manifestantes, com o apoio comunista e com uma retumbante votação popular; ou seja, não podia, simplesmente, ordenar uma violenta repressão. É bem provável que tenha havido uma hesitação tanto do poder público municipal, então nomeado pelo governador, quanto do estadual. E foi por conta dessa hesitação que a manifestação tomou vulto e se estendeu por várias horas.

---

129 - Sobre a noção de teatro contida na relação entre controle social e protesto ver: Thompson, E. P. Patrícios e plebeus In: Costumes em comum. op. cit. E Folclor, antropologia e historia social. In: *Historia social y antropología*. México. Instituto Mora, 1994.

130 - Rudé, George. A multidão na história. op. cit. p. 259.

Nos meses que se seguiram, os agentes do DOPS passaram a trabalhar com a hipótese de que o quebra-quebra tivesse sido organizado ou dirigido pelos comunistas, e incessantemente procuraram essa conexão. Como testemunho da premeditação das ações os agentes tinham vários argumentos: 1) O processo para o ateamento do fogo nos veículos, segundo os laudos da polícia técnica, foi um só em todos os lugares; 2) Os instrumentos usados na depredação eram uniformes, paus e pedras; 3) As avarias nos veículos foram sistematizadas; 4) Os elementos de projeção do PCB estavam nos locais das depredações, insuflando o povo "à prática da desordem". Esses argumentos foram "as provas" em virtude das quais se concluiu pela participação dos comunistas. Depois de muitas investidas e dezenas de interrogatórios, as únicas vinculações que se estabeleceram com o PCB foram as de que, desde o mês de julho, os comunistas iniciaram uma campanha contra o aumento no preço das passagens e essa *campanha psicológica* havia preparado a recepção hostil ao aumento.

Quanto aos "elementos de projeção do PCB nos eventos de agosto" todos eram, estranhamente, de Santo André: João Peloso, Iguatemy Lopes de Oliveira, Alberto Zamignani, Joaquim Rodrigues Correia, Cláudio Savieto e Carmem Savieto. Todos foram presos entre as 23 e 0 horas do dia 1°, em suas respectivas casas, nenhum no local dos quebra-quebras. Depois de presos, foram encaminhados à delegacia de Ordem Política em São Paulo. Sete dias depois do motim ainda estavam todos detidos, sem qualquer evidência de seus envolvimentos. No pedido de *habeas corpus,* impetrado pelos advogados, argumentava-se que todos estavam trabalhando, com os respectivos comprovantes de ponto e cartas dos empregadores anexados ao processo, no dia 1°. Em resposta ao pedido de *habeas corpus,* o DOPS respondia sistematicamente que nenhum deles estava preso ali. A prisão dos "reconhecidamente comunistas" durou quase um mês. A CMTC, por sua vez, aproveitou-se das circunstâncias para tentar pôr fim à recém-criada *Associação dos Trabalhadores de Transportes Urbanos de São Paulo*, que fornecia assistência médica, farmacêutica e hospitalar aos funcionários da CMTC, e à qual se associaram quase todos os motoristas, condutores, motorneiros, cobradores e pessoal de oficina. A sua estratégia foi acusar os diretores da associação, especialmente Antônio Aguiar, Sebastião Pupo de Almeida e Francisco Dazen de terem participado do quebra-quebra dos ônibus e bondes. Todos foram exonerados da companhia, "em virtude do quebra-quebra de ônibus e por sua ligação com o PCB".[131] O medo de novos motins levou o DOPS a infiltrar seus agentes nas oficinas da CMTC

131 - Os três foram demitidos, embora no inquérito dos indiciados sobre o quebra-quebra só apareça o nome de Antônio Aguiar, que fora ativo membro dos comitês democráticos era candidato a vereador pelo PST. As demissões parecem ter sido revertidas com a criação de uma "comissão de solidariedade aos colegas demitidos e suspensos", que coletou o suficiente para contratar advogados e provar que a causa das demissões era "a luta por aumento de salários."

e, por vários anos, qualquer acidente envolvendo ônibus ou bondes na capital era imediatamente investigado como potencial sabotagem de motoristas e motorneiros, mas também de mecânicos e ajudantes de oficina.[132] A reação da polícia e da direção da CMTC foi a costumeira: prendiam-se os suspeitos de sempre e não se perdia a oportunidade para tentar quebrar a incipiente organização sindical.[133]

Um ano depois do quebra-quebra, em agosto de 1948, mesmo depois de arquivados os inquéritos policiais, os agentes do DOPS continuavam tentando encontrar elementos que ligassem o motim ao Partido Comunista. Antônio Aguiar foi levado novamente às dependências do DOPS, onde prestou um depoimento bastante curioso. Afirmou que era sócio fundador da ATTUSP (Associação dos Trabalhadores nos Transportes Urbanos de São Paulo), mas que não fazia mais parte da diretoria. Que ele esperava ter sido eleito, mas não o foi, segundo supôs "pelo fato de haver procurado elementos do PSP, para evitar o despejo requerido contra o declarante. Acredita mesmo que esse fato fosse explorado por alguém junto àquela associação para evitar que o declarante fosse cotado". Antônio não pestanejou, e, num momento de necessidade, recorreu às redes de clientela das hostes Adhemaristas de seu bairro, o que lhe custou a eleição para a associação dos trabalhadores.[134] Nos anos seguintes, continuou o medo de que os quebra-quebras de ônibus e bondes ou outros tipos de motins urbanos se repetissem. A cada ano, quando se iniciavam as discussões sobre os reajustes das tarifas, os agentes do DOPS preparavam diversos relatórios nos quais se anunciavam a possibilidades de novas rebeliões.[135] Contudo, segundo os relatórios, a idônea fonte de informações nunca era capaz de informar de onde partiriam tais ações, se dos comunistas, os suspeitos de sempre, ou de outras correntes políticas.

Em 16 de julho de 1949, Antônio Aguiar aparece como um dos fundadores do jornal *O breque,* dos funcionários da CMTC. Arquivos do DOPS, prontuário n° 57.225.

132 - Arquivos do DOPS. Dossiê 50-Z-2-928.

133 - Curioso nesses 64 inquéritos foi o caso do lituano, morador da Mooca, Leonardo Sasnaukas que, segundo o DOPS, era ligado ao PCB. Leonardo foi indiciado pelas depredações no dia 1° de agosto, mas só foipreso no dia 2, para a tradicional averiguação... Por falta de provas, o processo foi arquivado em 1° de julho de 1948.Arquivos do DOPS. prontuário 85.193. Esse percurso parece ter sido comum a todos os *comunistas* ligados ao quebra-quebra. Para a lista dos indiciados ver anexo III.

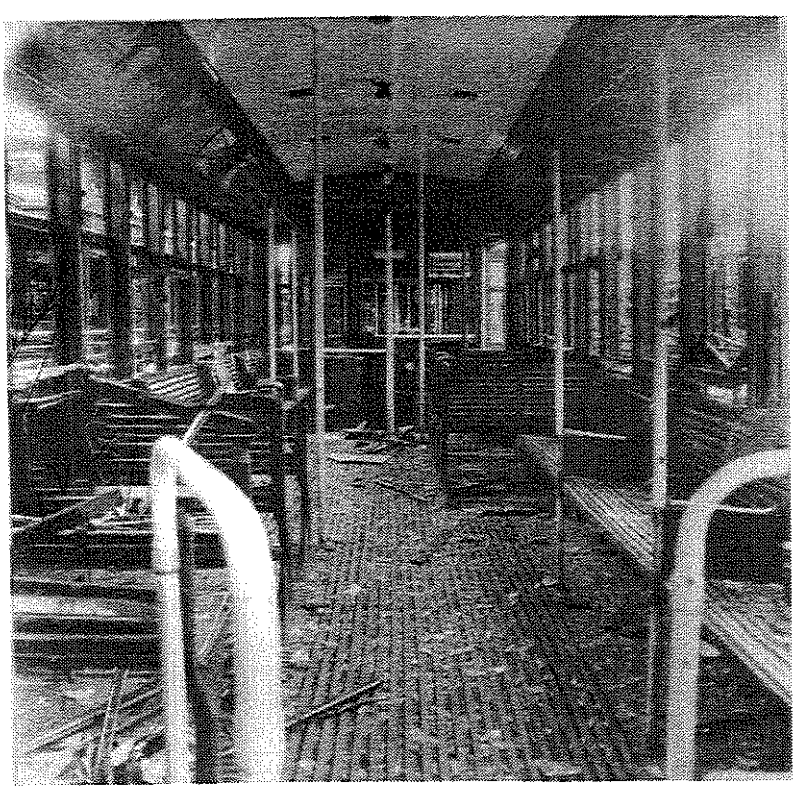
134 - Arquivos do DOPS, prontuário 57.725. A sede da ATTUSP ficava na Rua Bresser, 750. Esse fato, aparentemente corriqueiro, nos leva a pensar com muito cuidado a sugestão contida na idéia do "autoritarismo socialmente implantado" de que as classes populares só apareceriam na esfera pública mediadas pelos setores dominantes, pelos arranjos populistas ou pelos partidos de classe média. A relação entre a emergência pública das classes populares e seus nexos com essas vertentes é muito mais variada, complexa e difusa do que normalmente se supõe. O'Donnel, Guilhermo. "E eu com isso? Notas sobre sociabilidade e política na Argentina e no Brasil". In: *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo. Vértice, 1986. p. 142.

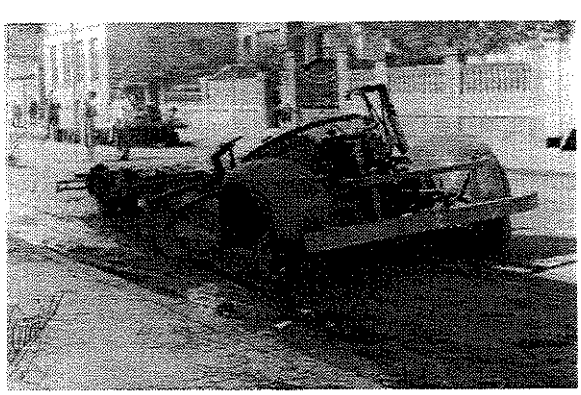
135 - "[...] no aniversário das arruaças de 1° de agosto, preparam-se, nesta capital, novos atentados à propriedade pública e particular, como incêndios a bancos e repartições públicas e depredações de veículos da CMTC".Arquivos do DOPS. Dossiê 50-Z-2-373. Por quase uma década esse tipo de relatório se repetiu.

Mas o agosto de 1947 não foi um evento isolado, foi parte integrante de um movimento amplo que se espalhou pelo Brasil.[136] Suas implicações deixaram as elites de sobreaviso e assustadas com o verdadeiro estado de calamidade pública enfrentado pelas classes populares. Principalmente porque, de forma organizada ou não, essas mesmas classes populares agiam, às vezes de forma violenta. Contudo, o quebra-quebra não foi suficiente para pôr em cheque o "autoritarismo socialmente implantado" nas relações sociais e políticas no Brasil. Elas continuaram tão hierarquizadas quanto sempre foram. De modo que, as referências à cidadania continuaram umbilicalmente conectadas às práticas de exclusão social. Os membros das classes populares continuaram a não ser reconhecidos como cidadãos.

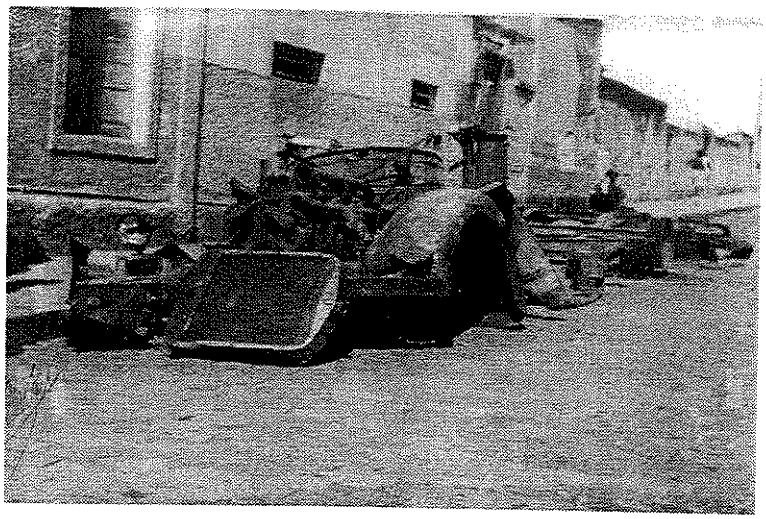
É dessa vinculação aparentemente indissolúvel entre ***cidadania*** e ***exclusão*** e do conseqüente estreitamento da esfera pública e dos entraves à representação política popular autônoma, que se produziu uma arquitetura social clientelista, na qual as classes populares aparecessem no mundo público sempre referidas à lógica do favor. Isso talvez esclareça o modo como se relacionaram com o jogo político no cenário do após-guerra. Mais do que ausência de canais de representação, o que houve foi uma acirrada disputa pelos canais que as próprias classes populares criaram.

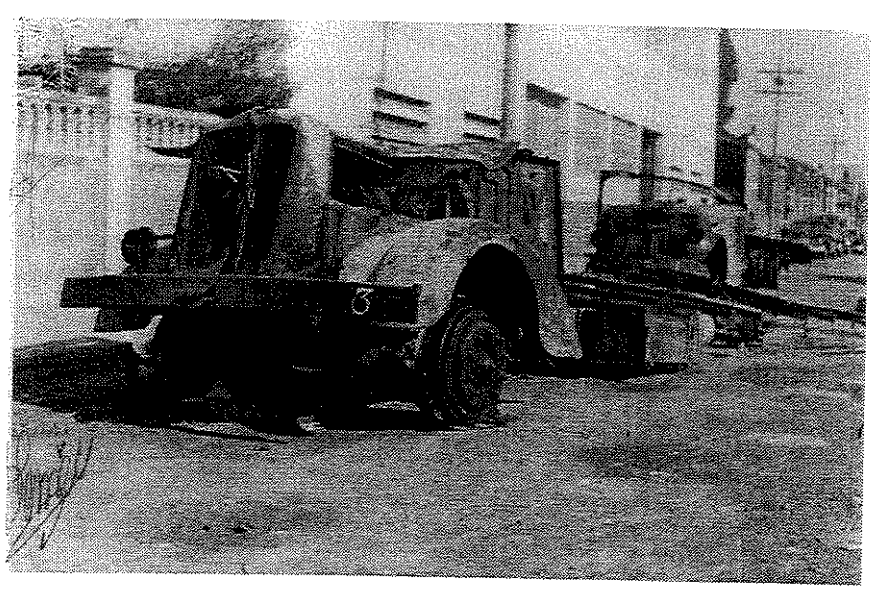
136 - Diversos motins urbanos se espalharam pelo Brasil. Depois de São Paulo, veio Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Natal, Uberlândia e outras cidades: "(...) o povo, acossado pela fome, revolta-se e vem para as ruas. E o governo na mesma tranqüilidade, na mesma inconsciência!"Duarte, Paulo. "Aos currais de Augias". *Revista Anhembi*, n° 22, vol. VIII, setembro de 1952.

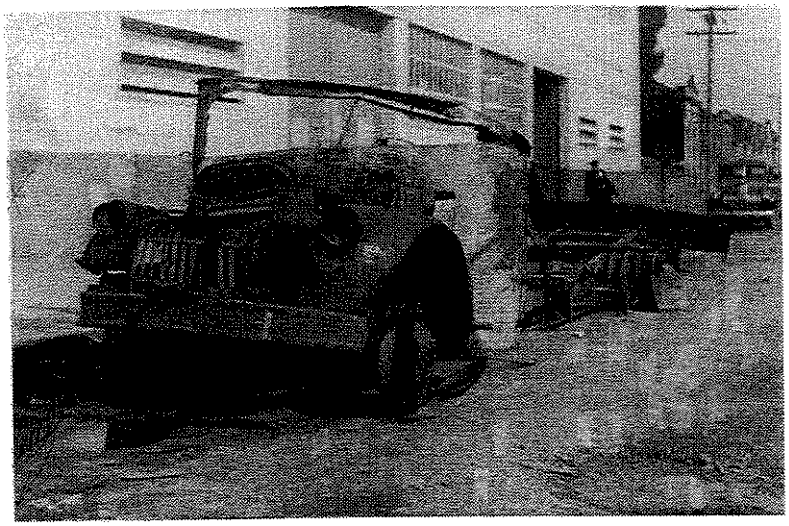


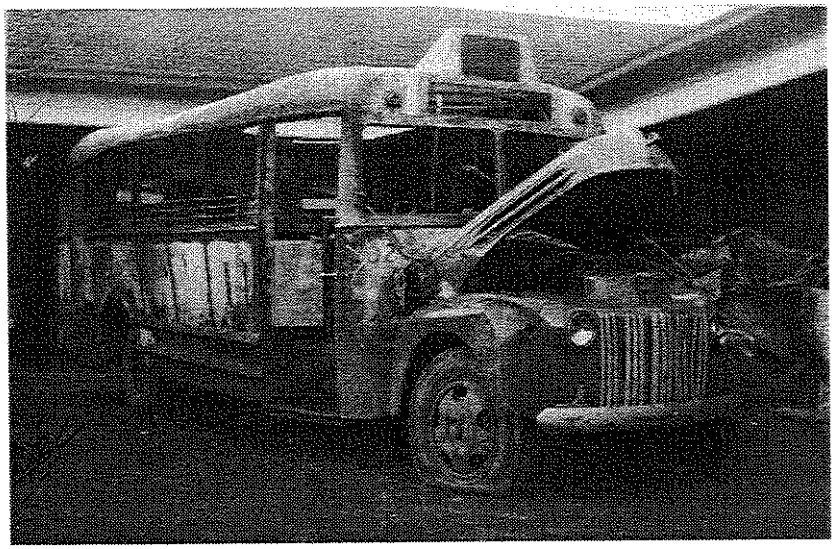


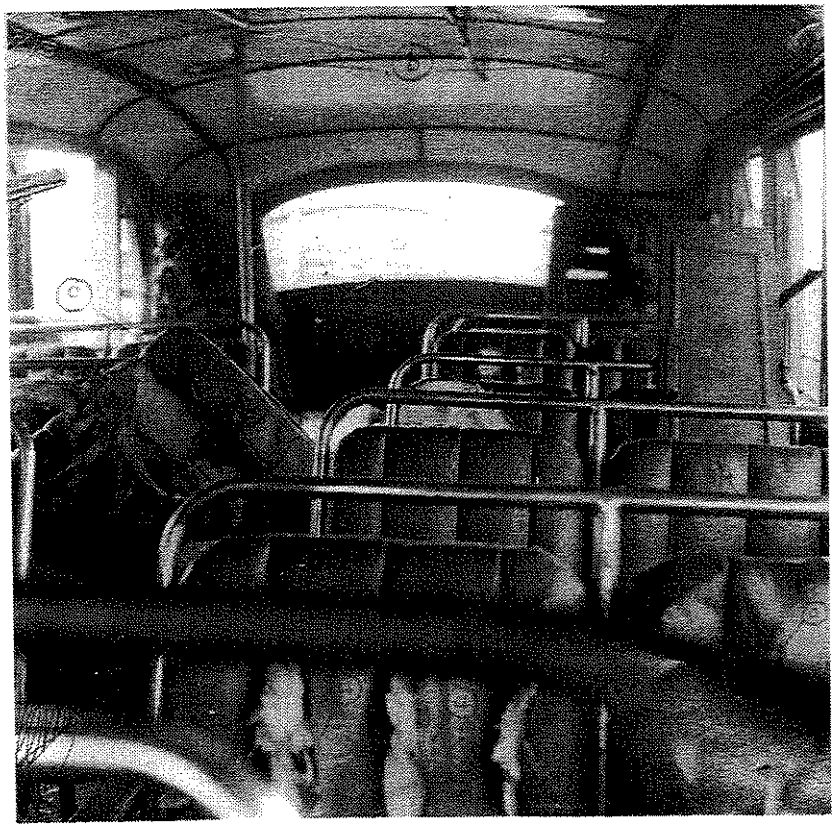
Todas as imagens do quebra - quebra, foram retiradas do laboratório da Polícia Técnica, pastas 612 segs.

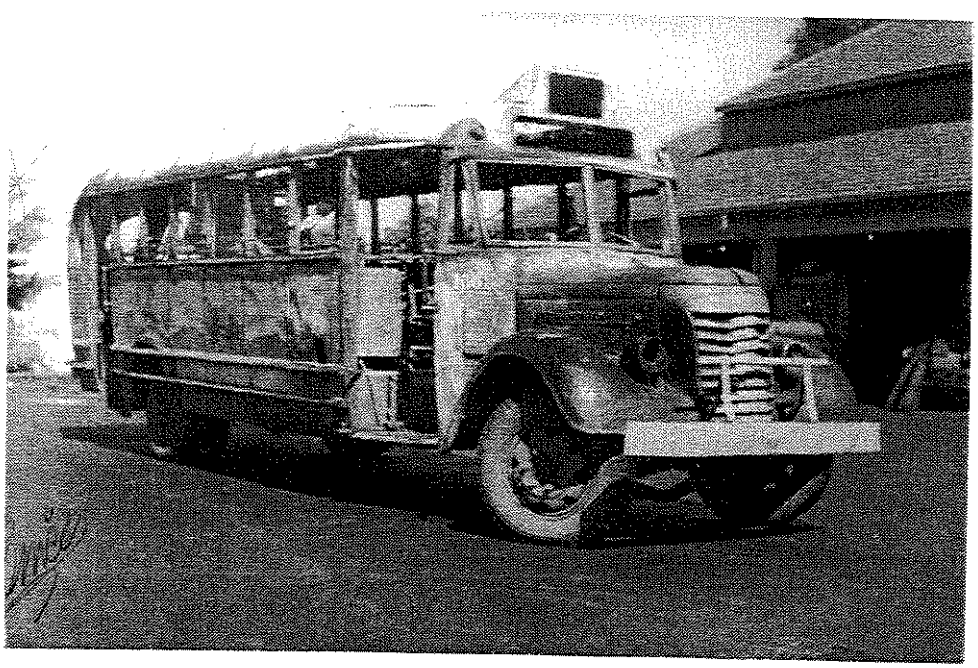


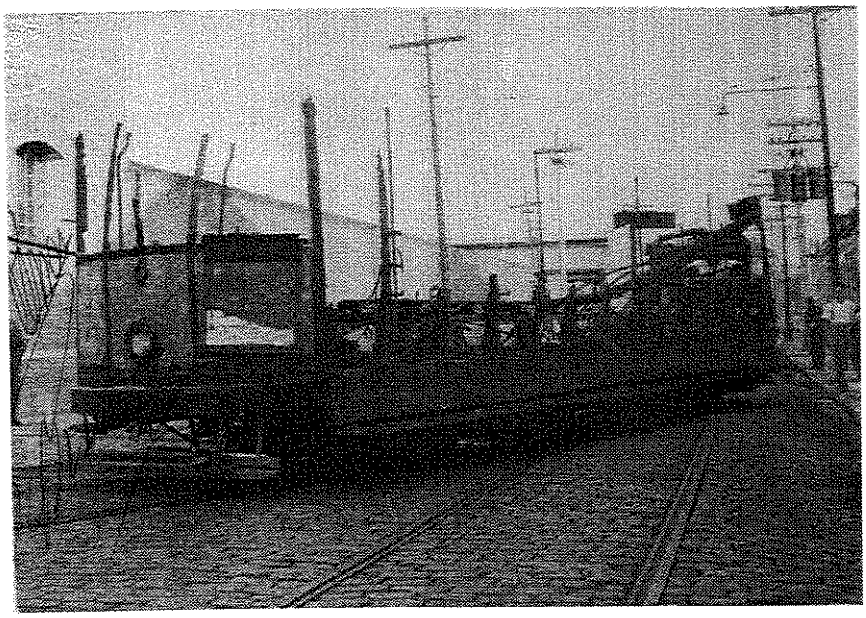


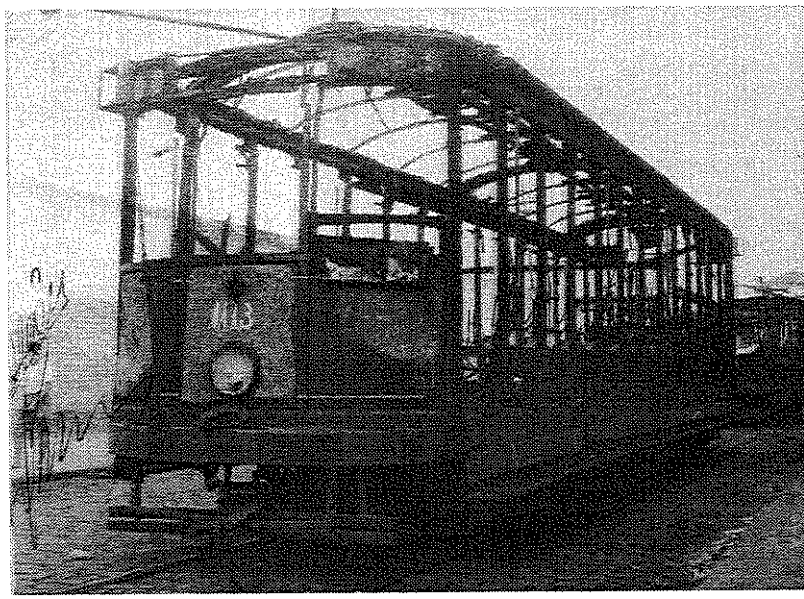


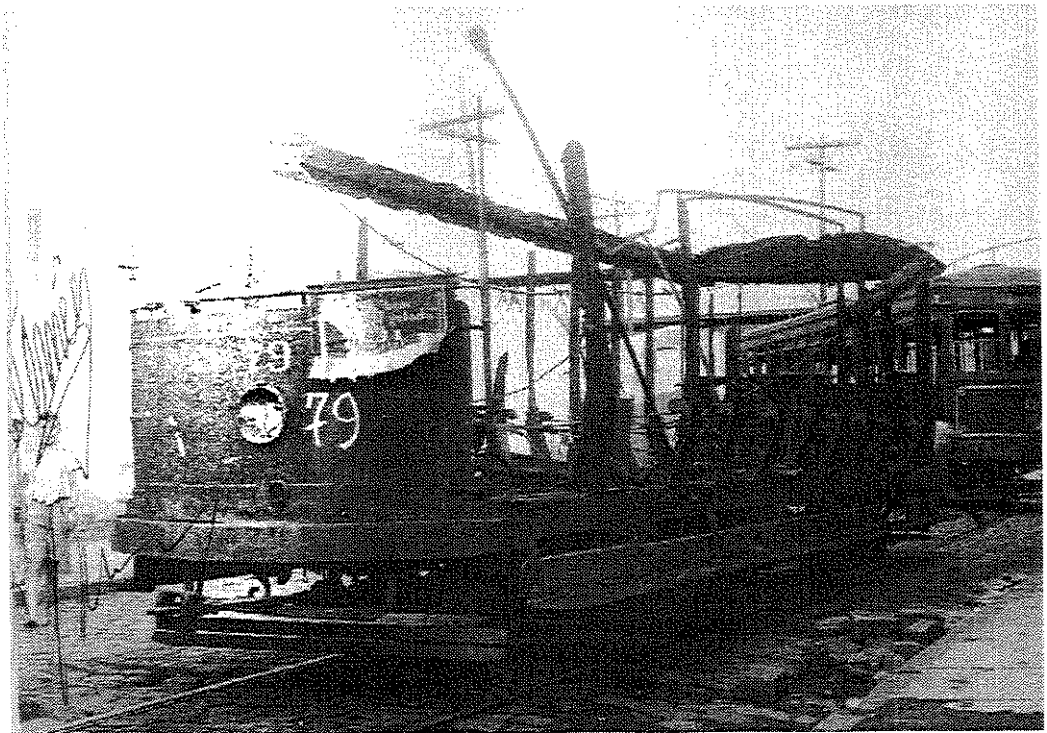


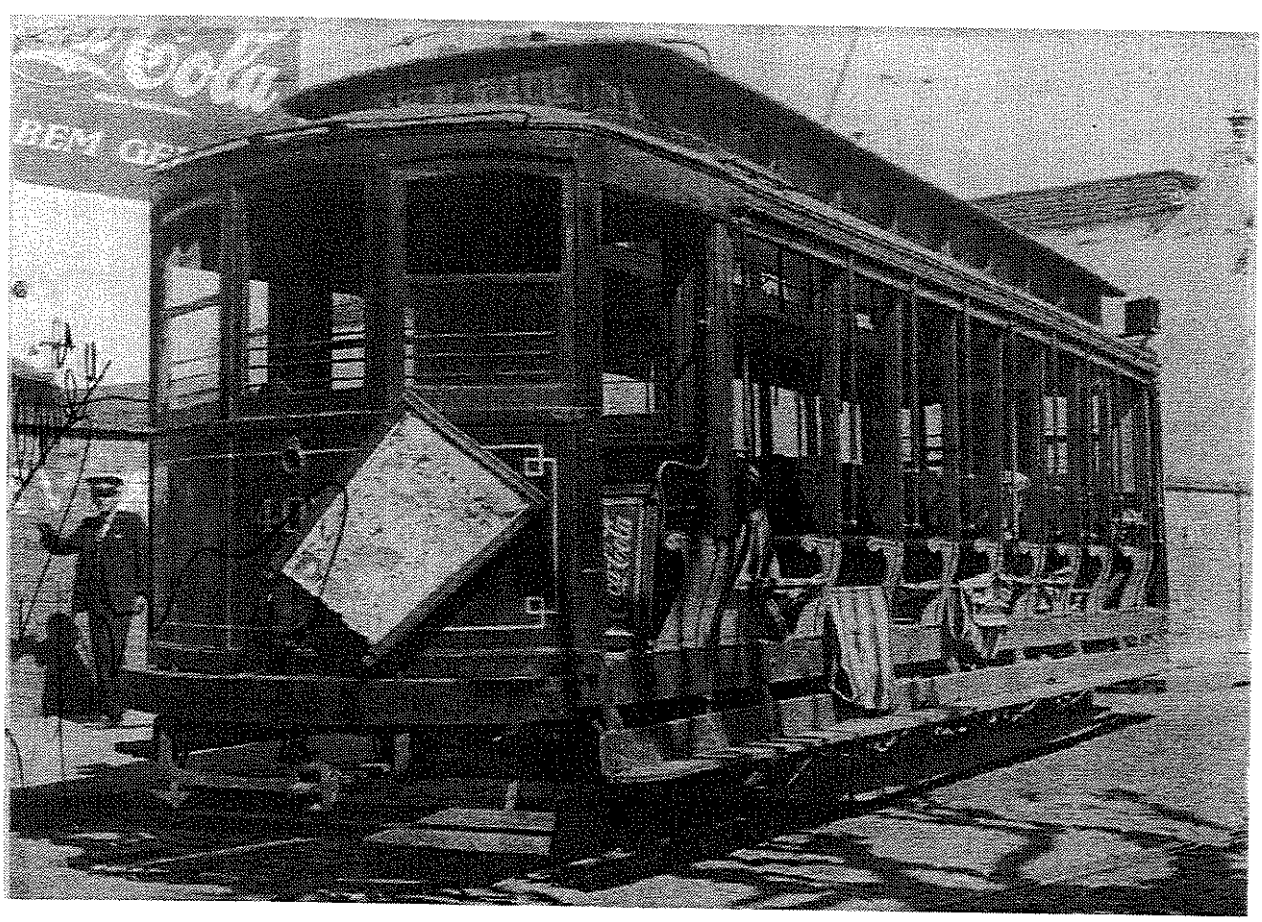









79


Coke

O BAIRRO DA MOOCA: TRABALHO, MORADIA E LAZER

> "...as ruas eram todas de terra. Não havia calçamento (...) as ruas eram cheias de enormes buracos. Nem cavalo andava. Adiante as margens da estrada do oratório eram formadas por chácaras de caquis. De um dos lados havia enormes barrocas cheias de matos por todos os lados. Escuridão completa (...) Esta avenida [Paes de Barros] não existia como avenida nem como rua, aqui nesta parte. Era um caminho de terra, com matos e barrocas aos lados, numa extensão de vale a se perder de vista, até o bairro do Ipiranga. O caminho que levava até a Vila Prudente à noite ninguém andava ali."[1]

O lugar, os pedaços e os recortes.

Localizado na zona leste da capital, o bairro da Mooca, em 1945, apresentava um adensamento peculiar: o imbricamento entre trabalho e moradia. Embora localizado relativamente próximo ao centro, a Mooca não esteve livre dos mesmos problemas urbanos que afligiam os bairros periféricos mais distantes. Na década de 1940, a Mooca era o bairro mais populoso da cidade, com aproximadamente 93.733 habitantes - seguido do Brás com 80.257, do Belenzinho com 61.393, da Lapa com 60.531 e do Ipiranga com e 60.129, e apenas em meados da década de 60 ela perdeu sua condição de bairro mais populoso do município. [2] Dividia-se em *Mooca de Baixo* – que se estendia do rio Tamanduateí até, aproximadamente, o número mil da rua da Mooca, no sentido leste e até à caixa d'água, na avenida Paes de Barros, na direção sudeste. E *Alto da Mooca* - que se espraiava do número mil da rua da Mooca fazendo divisa com o Belenzinho, Tatuapé, Vila Formosa e Vila Prudente. Até hoje, a percepção dos moradores sobre estes limites é muito fluida e tema de constantes debates. A Mooca de Baixo tem uma ocupação mais antiga, dividida entre napolitanos, espanhóis e portugueses; o Alto da Mooca, por sua vez, também contava com essas colônias, mas era marcadamente "hungarês". [3]

Entre abril e junho de 1947, foi realizada sob a orientação do Reverendo Lebet, professor da Escola de Sociologia e Política, e com os auspícios do SESI, uma pesquisa sobre as condições de habitação da população urbana de São Paulo. A cidade foi dividida em três: zona central, residencial e arrabalde. O estudo discriminava sete categorias para as moradias: 1) *habitação miserável*, insatisfatória sob todos os aspectos. 2) *casebre*, habitação miserável que pode ter

---

1 - Dias, Eduardo. *Um Imigrante e a Revolução: memórias de um militante operário 1934/1951.* São Paulo. Brasiliense, 1983. p. 47.

2 - *Boletim eleitoral,* n° 103, ano VI, março de 1953.

3 - "Napolitanos são todos aqueles que se originam da *Campânia,* região da Itália meridional cuja cidade mais importante é Nápoles". Carta, Mino. *Histórias da Mooca: com a benção de San Gennaro.* Rio de Janeiro, Berlendis & Vertecchia Editores Ltda. 1982. p. 35. Isso talvez distinga a Mooca tanto do Bexiga, predominantemente calabrês, quanto do Brás, marcadamente barese. 'Hungarese', ou 'hungarês', é um termo genérico, comumente usado no bairro, para designar as pessoas de pele clara e cabelos loiros, geralmente oriundos da Europa centro-oriental: russos, lituanos, húngaros, poloneses, iugoslavos, alemães etc. Em certas circunstâncias pode ter uma conotação pejorativa, como "bichos d'água" porque depois de algumas doses de bebida alcoólica eles ficavam com a pele muito avermelhada.

alguns elementos satisfatórios. 3) *semi-casebre*, habitação insatisfatória que não pode ser melhorada. 4) *habitação insatisfatória*, mas passível de melhoria. 5) *habitação satisfatória*. 6) *habitação confortável*. 7) *habitação luxuosa*, ou muito confortável.

A Mooca de baixo foi classificada na zona central – cuja característica era ser eminentemente administrativa, industrial e comercial, composta principalmente de operários fabris e funcionários diversos. O Alto da Mooca foi classificado como zona residencial. Na Mooca de baixo, 60% das moradias foram classificadas no item habitação insatisfatória; 25% foram consideradas casebres; 10% habitação confortável; 5% habitação luxuosa ou muito confortável. O Alto da Mooca apresentou características um pouco diferentes: 8% das moradias foram classificados como habitação miserável; 47% foram classificadas como insatisfatórias; 12% como casebre; 15% como habitação satisfatória; 15% como habitação confortável; 3% como habitação luxuosa ou muito confortável.[4]

Em primeiro lugar, essa classificação nos sugere que a área de ocupação mais antiga, a Mooca de baixo, era também mais homogeneamente pobre. Ali estava também a maior parte dos espanhóis, italianos e portugueses que chegaram no bairro nos 50 anos anteriores, havendo, portanto, uma ocupação mais estabilizada. Nessa região se concentravam também a maior parte dos cortiços do bairro. Talvez por isso, 85% das suas moradias fossem habitações ruins, porém, ressaltava a pesquisa, passíveis de melhoria. O Alto da Mooca, por outro lado, apresentava uma ocupação mais recente - iniciada com um loteamento em 1925 - e também mais diversificada; embora italianos, espanhóis e portugueses tivessem ali uma presença significativa, lá se concentraram os hungareses, e também aqueles que, com o passar dos anos, conseguiam economizar o suficiente para adquirir um terreno e construir uma casa própria, já que, por ser mais distante, os loteamentos eram mais baratos e disponíveis em maior quantidade. Havia menos fábricas nas suas ruas se comparadas à Mooca de baixo e, embora a grande maioria dos moradores também fosse composta de operários, diversas outras categorias de trabalhadores não-fabris se encontravam ali. Isso talvez explique o fato de "apenas" 59% das suas moradias serem classificadas como ruins, mas passíveis de melhoria.

Na sua composição social a Mooca apresentava um quadro relativamente homogêneo, com uma população total de 93.733 moradores, dos quais 30.434 eram eleitores, sendo o segundo maior colégio eleitoral da cidade no após-guerra. Do total de eleitores, mais da metade era composta de operários fabris e outro número significativo de trabalhadores não-fabris. Há que se

---

4 - *Revista do Arquivo Municipal*, abril/maio de 1951, p. 7 e segs.

ressaltar, também, a existência de uma não desprezível classe média alcançando 1/3 do total de eleitores.

Eleitores discriminados pela profissão[5].

	Bairro			
Profissão	Mooca	Belenzinho	Ipiranga	Brás
Advogado	10	11	11	29
Agricultor	69	58	93	70
Bancário	250	201	2.400	326
Comerciante	535	551	443	1.065
Comerciário	3.219	3.307	2.743	4.447
Dentista	82	71	68	95
Enfermeira/massagista	32	37	37	46
Engenheiro	14	14	10	18
Farmacêutico	49	51	27	67
Ferroviário	364	234	230	704
Industrial	361	201	180	675
Industriário	11.036	11.017	7.430	9.108
Jornalista	4	5	7	11
Marítimo	1	4	3	-
Médico	1	48	31	65
Militar	108	144	322	84
Operário	4.033	3.636	5.252	2.340
Parteiro	7	5	2	12
Prendas domésticas	4.090	3.636	4.235	4.102
Professor	216	416	272	342
Religioso	25	21	46	13
Servidor público	164	1.269	1.003	1.173
Transportes (exceto ferroviário)	643	540	523	607
Profissões (diversos empregados)	74	595	666	163
Profissões (diversos empregados)	4.104	764	1.198	4.664

No bairro da Mooca, os anos do após-guerra foram particularmente agitados. No segundo semestre de 1945, ocorriam, semanalmente, comícios-relâmpago preparatórios para o grande comício pró-constituinte marcado para o dia 27 de outubro, no estádio do Pacaembu. Em seu livro de memórias, o tecelão espanhol, Eduardo Dias, contou que:

> "As lutas populares reivindicatórias movimentavam a Mooca por muito tempo, chegando a ficar este bairro conhecido como um dos maiores centros comunistas de então. Chegamos até, por volta de 1945/1946 a ter a nossa 'praça vermelha' na confluência das ruas Oratório, rua da Mooca e avenida Paes de Barros. Os comícios aqui eram coisa de impressionar. O povo comparecia em massa. A politização por esta época era impressionante"[6].

Segundo os freqüentes relatórios dos agentes do DOPS, a afluência média de público nesses comícios girava entorno de 1.000 pessoas. Esse número de participantes talvez não fosse exagerado, levando-se em conta que os comitês democráticos tiveram uma presença marcante no bairro. Em três meses, a Mooca organizou quatro comitês: o comitê da Mooca de baixo, na rua da

5 - Boletim Eleitoral, nº. 42, ano II, 1948. Para uma abordagem sugestiva dessa difícil categoria chamada "classe média" ver: Chauí, Marilena. "Um retrato sem retoques da classe média brasileira". São Paulo. *Pau Brasil*. Nº 9, ano II, novembro-dezembro 1985.

Mooca, 1733; o comitê do Alto da Mooca, na rua Oratório, 1414; o comitê do Lanifício Brasília, na rua Siqueira Bueno, 924; o comitê da Água Rasa, na rua da Mooca, 5.090; e o comitê Cidade Mãe do Céu na divisa entre a Mooca e o Belenzinho.

Em 3 de agosto de 1945, ocorreu o que foi, possivelmente, a primeira manifestação pública dos CDPs da Mooca, o evento foi na rua do Oratório, 1414. O policial do DOPS encarregado de acompanhar o encontro não informou o número de presentes, mas relatou que a reunião durou 3:30 horas, e ficou decido que as próximas manifestações, nos dias 30 de agosto e 2 de setembro, seriam feitas em espaço aberto, nas principais ruas do bairro. A esses dois comícios, segundo os agentes do DOPS, compareceram, em média, cem pessoas e os temas enfocados foram a assembléia constituinte e os "problemas do bairro". Em 20 de setembro, ocorreu o terceiro comício, com a "presença de 600 pessoas, mais ou menos".[7] A afluência de público crescia rapidamente.

Existia no bairro um enorme anseio de participar da vida política da cidade. A vitória sobre o nazi-fascismo, a volta dos pracinhas da FEB – a Mooca enviara 24 expedicionários, dos quais retornaram 23 - a queda do Estado Novo e as notícias do fim da guerra criaram por toda a cidade um clima de festa, um difuso sentido de esperança, um desejo de mudança, uma expectativa renovada na solução para os diversos problemas cotidianos. A experiência da guerra, como uma condição limite, produziu nos homens e mulheres um *sentido moral de justiça* e um sentimento de solidariedade que impulsionaram as organizações políticas e sociais naqueles meses. Esse difuso senso moral de justiça se expressou no entusiasmo e na emocionada esperança com que os contemporâneos se referem àquele momento. Segundo Eduardo Dias:

> "O povo enchia os pulmões. Respirávamos felicidade. Falava-se com as criaturas sem medo. Transmitia-se idéias. Recebia-se idéias. Discutia-se, formava-se opinião (...) Debatera-se [o homem] por longos anos na escuridão deste novo estado de coisas. Saíra, a final, para a luz. Explodia de alegria, deslumbramento ante tanta beleza. As criaturas sorriam. A liberdade tão sonhada, tantas vezes perdida, estava ali presente, maravilhosamente bela; dentro de nós, no sorriso, no falar, nos gestos, no andar. O sonho se tornara realidade..."[8]

O clima de euforia e esperança com o final da guerra também foi expresso pelo então tecelão João Louzada:

> "Foi uma coisa linda a chegada da força expedicionária, né! E só se discutia política, política, política. Aí veio a anistia, o próprio empregador - não sei se com medo, né! - tinha uma tendência democrática, ele emprestou os caminhões para gente levar as pessoas para o Pacaembu, quando o Prestes veio aqui. Era aquelas caravanas que vinham dos bairros tudo, né! Depois veio a força expedicionária... Mas que festa linda... Na av. São João era gente por todo lado. Depois veio a Constituinte. Os partidos foram liberados... Aí veio a Constituição... Aí nós começamos a abrir sede por todo lado, eu trabalhava nessa fábrica no Belém.

6 - Dias, Eduardo. op. cit. p. 35. Na confluência das ruas Paes de Barros, Oratório e Mooca, já não existe mais uma praça, mas até hoje o lugar é mencionado pelos antigos moradores como a "praça vermelha".
7 - Arquivos do DOPS, prontuário n° 59.486.
8 - Dias, Eduardo. op. cit. p. 37.

Nós abrimos uma sede na rua Belém, e eu era secretário de agitação. Então comecei a dar assistência a todas as fábricas dessa região. Formávamos comissões dentro das fábricas, isso era por todo lado, e ligávamos com o partido e os sindicatos, era uma luta tremenda, né? (...) Então a gente dentro do sindicato tinha liberdade de discutir os problemas, criar comissões, tudo. Aí vieram as eleições..."[9]

Esse sentido moral de justiça criou o clima para uma enxurrada de reivindicações e produziu uma espera nervosa para a solução dos problemas há tanto tempo adiados. Na Vila Cidade Mãe do Céu, um memorial com 407 assinaturas foi encaminhado à prefeitura, a reclamação básica era contra o péssimo estado de conservação de várias ruas do local: na rua São Bernardo, por exemplo, os barrancos haviam ocasionado a morte de uma pessoa e o tombamento de um carro de leite; além disso, não havia também limpeza pública, coleta de lixo, iluminação, entre outros serviços básicos. Nas ruas e nas fábricas do bairro o clima era o mesmo. Um operário tecelão, morador da vila, escreveu ao *Hoje,* "em nome de 150 colegas de trabalho de uma tecelagem da Mooca", reclamando das péssimas condições de higiene na fábrica onde trabalhavam: havia uma única privada para homens e mulheres e ainda estava entupida e constantemente suja. Acrescentava ainda que o patrão não se interessava em melhorar as condições da privada como uma estratégia para economizar tempo. "Era um lugar tão ruim que ninguém ficava lá mais que o necessário".[10] A reclamação não era exagerada. Os banheiros possuíam um significado muito especial na economia política das fábricas do bairro, como revelou D. Eunice Longo, operária da tecelagem Jafet, na década de 40:

"Ah! Pra ir ao banheiro tinha uma chapinha (...) ficava assim, na banca do mestre (...) na nossa seção tinha 200 mulheres, e acho que seis ou oito chapinhas (...) então você chegava a ficar lá seis horas sem poder ir ao banheiro, porque não chegava, calhava de chegar lá e não tinha chapinha".[11]

Controlava-se não apenas as idas ao banheiro, como também o tempo de permanência neles, exatamente porque desempenhavam uma função de socialização e de circulação de informações e, muitas vezes, de tomada de decisões. Como explicou o operário têxtil Antônio Fracasse:

"Na Votorantin [em Sorocaba], eu trabalhava num setor de preparação para tecelagem, chamava-se 'sala de pano', onde media o tecido que o tecelão fabricava e lá, como tinha mais de 3.000 teares, o banheiro era muito grande, e a gente quando precisava satisfazer a necessidade ia lá, e lá a gente batia papo, trocava papo... Diversas ações, da diminuição do ritmo de trabalho às greves, foram decididas no banheiro".[12]

---

9 - Entrevista com João Louzada, concedida ao autor em 6 de novembro de 1998.

10 - *Hoje*, respectivamente 28/08/46, 21/08/46, pp. 4 e 6.

11 - As estratégias podiam variar, das chapinhas ao cartão de ponto, batido na entrada e na saída do banheiro, como acontecia na tecelagem Beirute, no Tatuapé: "Aí puseram chave no banheiro e cartão. Tinha que marcar o cartão para ir ao banheiro. Aí é que virou escravidão". Entrevista com Eunice Longo e Luísa Castelani. Realizadas em 1989 pela equipe de memória e história oral – DIM/DPH, prefeitura do Município de São Paulo.

12 - Entrevista com Antônio Paulo Fracasse, concedida ao autor em 1 de julho de 2000.

Em relação ao conjunto das carências, a Mooca não diferia de qualquer outro bairro periférico da cidade, a novidade estava na mais estreita conexão entre as condições de trabalho nas fábricas e as questões do dia-a-dia do bairro. Isso fica claro quando, em novembro de 1945, um primeiro *Comando do Hoje* esteve no bairro e, dentre outros lugares, visitou o cortiço da rua Carneiro Leão, ocupado principalmente por espanhóis. Pagava-se de aluguel, em média, por cada cômodo, Cr$ 120,00 mensais. Constituído de uma série de pequenos agrupamentos de quartos alinhados ao longo de um grande corredor, onde o sol só batia em metade do ano, eram mais de vinte e cinco pequenos nichos, enfileirados próximos um do outro. Na parte superior, havia uma passarela unindo as duas metades em que se dividia o cortiço, por isso, ele também era conhecido como *ponte de Waterloo*, ou como *castelo do Pacaembu*, ou, ainda, como a *vila do macarroneiro*, porque o antigo proprietário era um italiano que ganhava a vida fazendo e vendendo macarrão. No pátio central do cortiço, o repórter reuniu dez moradoras e propôs uma conversa sobre "as urgências que interessam às mães de família de todo este imenso Brasil, problemas que interessam às donas Marias das cidades grandes". A primeira a falar foi Carmem Delgado: "- Há cerca de um ano esta vila foi vendida a uma compainha que quer transformá-la em garagem. Quando isso aconteceu o dono mandou dizer que devíamos mudar, *mas a gente foi procurar nosso direito* e verificou que eles não podiam pôr para fora. Fomos ficando. Fomos ficando".[13]

Talvez o mais sério problema da Mooca fosse a questão da moradia, de um lado, com os altos preços dos aluguéis e a escassez de casas; de outro, as precárias condições dos cômodos disponíveis. Estas precárias condições, aliadas a um momento de euforia política e esperança cívica, despertaram um sentimento geral de que alguns direitos mínimos deviam ser respeitados: "nós pagamos Cr$ 120,00 por um quarto dividido em duas partes. Num deles estão os móveis, onde a gente come. No outro, as camas. Em casa somos dez pessoas - eu, meu marido e oito filhos, e dormimos todos no mesmo quarto", contou Ana Chincea. "Isso acontece com as dezenove famílias dessa vila", informou Maria Capel. As cozinhas, coletivas, ficavam do lado oposto aos quartos, para alcançá-las era preciso atravessar uma área descoberta, e nem todos os quartos do cortiço tinham água encanada o que limitava o trabalho das lavadeiras. Além do problema da moradia, as mulheres reclamaram muito da alta no custo de vida e da falta de escolas; cada família tinha em média sete filhos, num total de mais de 135 crianças, quase todas fora da escola.

---

13 - *Hoje*, 5/01/46, pág. 6. (Grifos meus).

A Mooca tinha vários cortiços como este, o da rua Coronel Cintra era conhecido como *navio negreiro;* mais adiante, na mesma rua, havia o *penitenciária*, ainda na rua Carneiro Leão, o *buraco de onça* e na rua Ana Néri, a *vila la mierda*, que os espanhóis, a maioria dos moradores, insistiam em chamar de *vila das flores*.

Um segundo *Comando do Hoje* esteve na Mooca três meses depois, em fevereiro de 1946, em meio à onda de greves que se espalhava por toda a cidade. O objetivo desse comando parece ter sido o de atribuir legitimidade às greves, a partir dos argumentos dos próprios grevistas. Andando pelas ruas do bairro o repórter entrevistou Romão Antônio Lopes, casado, três filhos, que justificou:

> "A greve estoura porque a gente não pode agüentar mais. Houvesse dinheiro não haveria greve (...) ganho entre Cr$ 600 e 800, desse dinheiro Cr$ 100 são gastos no quartinho onde moro na Caetano Pinto, 410, Cr$ 400 são gastos no empório. No entanto, lá em casa a bóia é constituída apenas de arroz e feijão e feijão com arroz. O leite e o pão me levam cerca de Cr$ 150, mas hoje não, é manga de colete. Agora mesmo paguei Cr$ 3,00 por um pãozinho de 600 gramas. A farmácia me leva cerca de Cr$ 20 ou 30 todo mês, porque quando não é um é outro que está doente".[14]

A média salarial dos operários fabris da Mooca, segundo a reportagem, era de Cr$ 2,94 p/h, o que perfazia uma média de Cr$ 650,00 por mês. Mas a situação podia ser bem pior, como no caso de Francisco Matos, 76 anos, que, com uma cesta em cada braço, sobrevivia vendendo goiabas e laranjas nas ruas do bairro. Ganhava Cr$ 200,00 por mês e pagava Cr$ 65,00 no quartinho onde morava.

Rapidamente, formou-se um aglomerado em torno do repórter que propôs ao grupo de operários grevistas cinco questões: quando foram pela última vez ao cinema; quando beberam a última cerveja; há quanto tempo estiveram no último restaurante; quando tinham visto a última partida de futebol e comido a última galinha. As perguntas tentavam responder às insinuações do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, que em entrevista aos jornais da grande imprensa atacara a onda de greves dizendo que os operários não viviam melhor porque torravam seu dinheiro nas sessões de luxo dos cinemas do centro da cidade, ou gastando nos restaurantes chiques, com bebidas caras e nos campos de futebol. As respostas foram se sucedendo, Francisco Martins nunca havia entrado num cinema ou num circo e só bebeu cerveja três vezes em toda a vida. Romão Lopes comera o último naco de frango no Natal, mas há anos não entrava em restaurante, por falta de dinheiro. João Bessa tinha comido frango no último domingo, mas nunca havia entrado em um restaurante. João Martins há quinze dias tinha comido frango e há menos de

---

14 - O quadro geral se repetiu com o funcionário da limpeza pública, João Bessa e com o operário da fábrica de parafusos Santa Rosa, João Martins, que acrescentou: "O inglês, dono da fábrica, está zangado com a gente. Nós estamos em dissídio por aumento e ele achou ruim... Eu gasto Cr$ 65 no quarto úmido e escuro na vila 151, da rua

um mês fora a um restaurante, quando sua mulher esteve doente sem poder cozinhar. E todos, sem exceção, há mais de quatro anos não assistiam a uma partida de futebol.

Com suas respostas, os moradores e grevistas estabeleciam uma viva conexão entre as condições do mundo do trabalho e as reivindicações urbanas. Não uma vinculação meramente econômica, mas um imbricamento no qual era muito difícil determinar se as demandas por melhoria no bairro impulsionavam as reivindicações das fábricas ou se era o contrário. O que parece significativo é que o singular adensamento do bairro da Mooca, onde fábricas e moradias se misturavam, forjou uma trama de sociabilidades que conectava os *temas do bairro* aos *temas das fábricas*. Nem sempre estas duas facetas da cultura popular se encontraram com tanta intensidade e contundência. Todavia, a despeito das suas especificidades, elas nunca se distanciaram significativamente, e para os moradores e trabalhadores do bairro da Mooca eram apenas duas facetas da mesma moeda. O nexo que se estabelecia entre os movimentos do bairro com o movimento operário organizado, não ocorria naturalmente, como se fosse determinado por uma predisposição espontânea na identificação de interesses comuns. Os percursos que levavam a essa confluência partiam do cotidiano de relações tecidas nos bairros, nos clubes de futebol, no jogo de bocha, nos bailes, nos bares, nas festas etc. Essa junção operava o que se chamou, com muita propriedade, de *momento de fusão* entre *conflitos* e *reivindicações*.[15] A marca distintiva desses anos foi exatamente a expressão continuada desses momentos de fusão.

Um terceiro *Comando do Hoje* voltou à Mooca um ano depois, em março de 1947, e visitou o cortiço da rua Coronel Cintra, onde moravam dezessete famílias, num total de duzentas pessoas, das quais aproximadamente setenta eram crianças. Naquele momento, o problema mais ouvido foi o da falta d'água e a carestia de vida. A primeira entrevistada foi Vicenta de Franco para quem: "água aqui é ao 'Deus dará', só aparece de vez em quando, para a gente não morrer de fome e não andar suja. É muito dura a vida de cortiço..." Fez uma pequena pausa, pensou e prosseguiu: "tenho seis filhos, um deles anda muito doente e está recebendo uma pensão da caixa de aposentadoria, uma miséria de Cr$ 254,00, isso nem vale a pena receber. Tudo está pela hora da morte; carne, pagamos Cr$ 8,00 o kg., com osso; leite, a Cr$ 2,80; banha, a Cr$ 22,00; carvão, Cr$ 32,00, com fila e tudo. Óleo para cozinha, mas que serve também para lamparina, cobram Cr$ 7,00 por lata de 1 kg (...) o resultado é que as crianças crescem fracas e doentes, por qualquer coisinha já estão de cama." Catarina Bijota acrescentou: "Aqui há quartos em que dormem oito pessoas, às vezes dormem todos juntos, o que já é mais do que triste, é humilhante..." Essa

---

Claudino Pinto..." Quem salvava o orçamento de João Martins era a esposa que também trabalhava como tecelã ganhando Cr$ 500,00. *Hoje*, 21/02/46, pp. 8/9.

15 - Kowarick, Lúcio. Escritos urbanos. op. cit. p. 77.

terceira visita do *Hoje* coincidiu com o final da interventoria Macedo Soares e o início da administração Adhemar de Barros. Esperançosa, Catarina vaticinava: "Este governo do Macedo Soares saindo acho que vai dar mais sorte aos pobres. Não havia feito nada, mas o Sr. Adhemar, acredito que vai fazer muita coisa boa, porque foram os *trabalhadores que o fizeram ganhar*".[16]

Entretanto, entre o primeiro comando do *Hoje,* em novembro de 1945 e o terceiro, em março de 1947, embora os problemas continuassem semelhantes, alguma coisa havia mudado. O entusiasmo e a esperançosa euforia dos meses imediatos ao final da guerra estavam minguando, escasseavam os abaixo-assinados e os memoriais lentamente iam revelando a sua pequena eficácia. A intensa mobilização dos comitês democráticos não se mostrava eficiente para conquistar as demandas esperadas; se, por um lado, trazia visibilidade aos problemas concretos do bairro, eram ineficientes como instrumento para a conquista dos benefícios e serviços esperados. O contagioso clima de otimismo e esperança lentamente desaparecia. Tornava-se evidente que as dificuldades persistiriam e que o empenho pela mudança devia ir muito além da simples vontade, ficava evidente que "afinal, a guerra, para nós, de uma ou outra forma, não terminara. Mudava de posição".[17]

Do estado de guerra aos tempos de paz.

> "...durante a guerra era trabalhar a todo vapor, 24 horas por dia. Não podia reclamar aumento não, isso não existia no Brasil. Reajuste salarial isso era proibido naquela época da guerra. Foi quando os empregadores mais dinheiro ganharam na indústria têxtil. Qualquer movimento era considerado um perigo para a segurança nacional... Os lixeiros de São Paulo e José Américo de Almeida foram os que derrubaram o Estado Novo. Durante a guerra a situação dos trabalhadores foi a mais dura possível. Nas indústrias consideradas, e foi a maioria delas, necessárias ao esforço de guerra, não somente as greves não eram permitidas, como o trabalho foi declarado obrigatório; a nação unida trabalhava para o enriquecimento dos industriais...".[18]

Segundo Ricardo Maranhão, as primeiras notícias da ocorrência de greves, ainda no Estado Novo, surgiram nos meses de março e abril de 1944, com o movimento dos carris urbanos de Porto Alegre. O sucesso parcial dessa ação estimulou a ocorrência de outras paralisações no sistema de ferrovias e nas minas de carvão em todo o estado do Rio Grande do Sul. Foi necessária a intervenção direta do exército para "acalmar os ânimos" e reconduzir os mineiros e ferroviários ao trabalho. No mesmo ano, em Utinga, São Paulo, os operários da Laminação Nacional de Metais paralisaram o serviço em protesto contra a presença de um superintendente militar nas dependências da fábrica. Entre julho e setembro registram-se ainda uma greve

16 - *Hoje*. 19/03/47, p. 6. (Grifos meus).
17 - Dias. Eduardo. op. cit. p. 53.

tartaruga na fábrica de pneus Goodyear e duas campanhas salariais de funcionários municipais da limpeza pública de São Paulo.[19]

O então operário têxtil, João Louzada, relatou a sua experiência na indústria Anglo-brasileira, na rua Catumbi, no Belém, também mobilizada para o esforço de guerra e dirigida por um capitão do exército:

> "Então veio um oficial do exército que ficou dirigindo a fábrica, quer dizer, tinha toda a gerência da fábrica, mas ele inspecionava tudo. Aí a gente não podia perder hora de serviço, não podia faltar de jeito nenhum. A fábrica deu um prêmio para quem produzisse mais pano para fazer as fardas dos soldados. A gente foi trabalhando e fazendo campanha. Aí fazíamos campanha para pegar cigarro e meias pros soldados... Terminada a guerra, foi quando eu recebi o prêmio em dinheiro e uma medalhinha do patrão. Era o prêmio para quem fizesse mais produção. O oficial do exército me deu uma condecoração. Era uma medalhinha com umas faixinhas verde e amarela, com o emblema da força expedicionária brasileira".[20]

A tecelã Ione Castanha também viveu o clima de tensão que vigorava dentro das industrias têxteis da Mooca, durante os anos de guerra:

> "Nesse tempo eu trabalhava numa fábrica, uma tecelagem, fazendo tecido para pára-quedas. Aí eu recebi um convite para trabalhar numa outra fábrica, mas só podia com o atestado liberatório. Se a gente faltasse eles iam em casa buscar. Ia presa. Tinha militar que ficava dentro da fábrica".[21]

Mas mesmo com todo essa clima de vigilância a adesão dos trabalhadores ao esforço de guerra foi notável:

> "É preferível uma ditadura com o estômago cheio, do que uma democracia com o estômago vazio. Porque infelizmente nosso povo ainda não está educado para uma democracia verdadeira. Apesar de tudo, não, tenho uma lembrança muito ruim, não, porque minha vida era trabalhar, e geralmente os salários não eram muito grandes, mas eram melhores do que em cidade do interior, então o que eu fazia, eu tinha um filho, de manhã cedo eu deixava na casa da minha mãe, eu trabalhava numa tecelagem minha patroa em outra."

Ou ainda:

> "Na guerra o que aconteceu é que nós trabalhávamos oito horas... E o Getúlio decretou duas coisas: foi decretado o Estado de Guerra e nós passamos a trabalhar dez horas... Aí são fatores que envolvem, o Getúlio era neutro... Apesar disso eu continuo sendo Getulista..."[22]

---

18 - Chaves Neto, Elias. *Minha vida e as lutas do meu tempo*. São Paulo. Alfa-Omega, 1977, p. 67.

19 - Cf. Maranhão, Ricardo. *Sindicatos e Democratização: Brasil 1945/1950*. São Paulo. Brasiliense, 1979. "A situação dos lixeiros, e da classe operária era de tamanha miséria que estes, sem mesmo tentarem qualquer entendimento (o que seria considerado um movimento grevista severamente reprimido), deixaram, um dia, pura e simplesmente de recolher o lixo, ficando em suas casas. No fim do terceiro dia o prefeito Prestes Mais não teve outro recurso do que chamá-los e entrar em negociações com eles, caindo por terra as leis antigreve." Chaves Neto, Elias. op. cit. p. 68.

20 - Entrevista com João Louzada, concedida ao autor em 6 de novembro de 1998. A campanha a que se refere foi organizada pela *Liga de Defesa Nacional* presidida pela professora Alice Tibiriçá. Foi nessa campanha de prevenção ao blecaute e para a compra do avião Araraquara que ele entrou para o PCB.

21 - Entrevista com Ione Castanho, concedida ao autor em 8 de janeiro de 1999.

22 - Entrevista respectivamente com Inácio Picasso, concedida ao autor em 12 de maio de 2000. Embora não fosse filiado ao PCB o Sr. Inácio tinha vínculos familiares com Antônio Chamorro, por isso foi um fiel eleitor do partido e membro dos CDPs da Mooca e Belém.E Antônio Paulo Fracasse, em 1 julho de 2000. Respectivamente. O Sr. Fracasse foi um conhecido líder sindical ligado ao PCB da Mooca e Tatuapé.

Entretanto, a adesão sincera ao esforço de guerra não implicava que os "soldados da produção" iram bater continência. Se não ocorreram greves até 1944, isso não significou a ausência de reações organizadas ou não, nem, tampouco, apoio incondicional à implantação do estado de guerra. O Cotonifício Crespi, na rua Javari, havia assinado um contrato com o governo Federal, em 1943, para a confecção de uma grande tonelagem de tecidos para fardamentos militares. O conde Raul Crespi reuniu os operários no pátio da empresa, num sábado pela manhã e apresentou a proposta de aumento de mais uma hora de trabalho diário, além das dez já autorizadas por lei, "para assim poder dar cabal desempenho, dentro do prazo estipulado pelo aludido contrato". Imediatamente, espalhou-se um burburinho geral de descontentamento entre os operários, e o conde, percebendo a situação, completou: "De acordo com as leis trabalhistas e em face da atual situação os operários não podem deixar de aceitar tal proposta". Apesar dos seus "argumentos" e da presença "preventiva" de investigadores do DOPS no pátio da fábrica, diversos operários se recusaram a assinar o contrato de aumento da jornada de trabalho e, segundo relato dos investigadores, "procurando intimidar os seus companheiros, insinuando-lhes que deveriam aproveitar a oportunidade e exigir um aumento em seus salários".[23]

A recusa nada silenciosa dos trabalhadores do cotonifício não se deu de forma organizada e articulada, mas em muitas fábricas da Mooca aparecem sinais que indicam um sonoro e retumbante não às medidas de exceção. Desde o início da guerra, a delegacia de ordem política e social temia o surgimento de ações coletivas de vulto, por isso colocara elementos infiltrados nas maiores fábricas da cidade. O clima foi assim relatado pelo agente infiltrado na indústria Matarazzo, na avenida Água Branca:

> "...em todas as turmas, os operários vão agindo dessa maneira, fazendo com que a produção não aumente, até os seus vencimentos serem aumentados (...) Estive trabalhando na seção de farelo, onde só encontrei operários novos, entretanto pude saber que os que lá trabalham, querem trabalhar por contrato à razão de Cr$ 0,20 por saca e que assim sendo eles garantiam uma boa produção".[24]

Eduardo Dias, tecelão que trabalhava na Gasparian, na rua Taquari, na Mooca, refletiu sobre o impacto da suspensão das leis de férias e a extensão das jornadas de trabalho, na sua vida:

> "A matriz não dava conta dos pedidos. A filial teria de se desdobrar. Esta trabalhava 24 horas sem parar. Duas turmas se revezavam nesse período. Havia operários que emendavam, faziam as 24 horas. Extenuados, muitos destes foram parar no médico. Faltavam dias. De nada adiantava o esforço. Mal se conversava. Cada um, olhos fixos no tear, trocando a lançadeira, emendando os fios. De vez em quando o mestre passava. Havia vários, cada um controlando um determinado grupo de teares. Impunham respeito. Não admitiam conversa. O lanche era feito

23 - Os que se recusaram a assinar o contrato e insistiam na contrapartida do aumento foram recolhidos à carceragem da superintendência de ordem política e social. Depois da prisão, aqueles que permaneceram no pátio assinaram o contrato. Arquivos do DOPS, Dossiê 50-A-257.

24 - Arquivos do DOPS, prontuário n° 1.247.

junto ao tear. Este não parava. Ganhava-se por produção. Ao término de 24 horas saía-se meio tonto. Ninguém tinha vontade de conversar. Ao sair da fábrica, cada um tomava o rumo de sua casa. Chegava-se extenuado. Jantava-se e aí direto para a cama. No dia seguinte entrava-se às 6 horas. Às 5 horas já estava a caminho."[25]

Essas difíceis condições foram também relatadas por outro tecelão, Inácio Picasso:

"Era tecelão... Quando eu vim para o Lanifício Brasília da família Gasparian, na Mooca, eu trabalhada das 22 às 5 da manhã, terceira turma. Dez horas, doze horas de trabalho. Teve uma ocasião, num sábado, que eu entrei às 6 horas da tarde e saí no domingo ao meio-dia, 19 horas sem parar (...). Era uma ditadura, evidentemente".[26]

A inexistência de greves se deveu a um trabalho intenso de vigilância e controle dentro das fábricas. E mesmo antes da decretação efetiva do *estado de guerra* o clima de tensão já era grande. A vigilância nas fábricas era a regra, pelo menos desde 1935, mas os arquivos do DOPS evidenciam que, a partir de 1942, as preocupações recrudesceram, estreit amente relacionadas ao aumento do custo de vida, à escassez dos gêneros alimentícios e ao evidente decréscimo do poder aquisitivo da moeda. As dificuldades econômicas pareciam potencializar o aumento da sensação geral de insegurança:

"Conforme salientamos em diversos relatórios, não se percebe qualquer agitação no operariado, achando-se ele entregue aos seus trabalhos normais, dentro da mais absoluta ordem. Há mais de um ano que não temos nesta capital uma greve declarada, tendo a seção conseguido desarticular, ao primeiro contato, *as poucas tentativas que se esboçaram*. Se a situação geral, no momento, é das melhores, *somos forçados, porém, a reconhecer que a expectativa do futuro é das mais sombrias* (...) em conseqüência da guerra que se alastra no mundo e, muito especialmente, pela carestia de vida. Dia-a-dia aumentam os gêneros de primeira necessidade, sendo já impossível ao operariado viver de acordo com a tabela estabelecida pelo salário mínimo".[27]

Infelizmente, o autor do relatório não dá maiores informações sobre "as poucas tentativas que se esboçam". Se ele era um agente infiltrado sentiu na pele as dificuldades para se manter com o salário de operário fabril. Esse instrutivo relatório vai ainda mais longe e anuncia a existência, de organizações por local de trabalho desde 1941. É bastante plausível supor que elas tenham surgido como alternativa à impossibilidade de os sindicatos cumprirem o seu papel de representação dos interesses dos trabalhadores seja decorrente das perseguições após 1935, seja resultado do peleguismo atávico. O relatório conclui:

"Informou-nos, há dias, o vice-diretor do departamento estadual do trabalho que o proletariado por todos os meios ao seu alcance, quer pelos sindicatos, quer pelos jornais proletários, quer por intermédio de comissões, fez chegar ao conhecimento do governo a situação de premência em que se encontram, aguardando providências (...) Não tem fundamento a notícia veiculada que o proletariado pretenda organizar uma manifestação de protesto por esse estado

25 - Dias, Eduardo. op. cit. p. 41. A filial da Gasparian ficava no largo Ubirajara no Belém.
26 - Entrevista com Inácio Picasso, concedida ao autor em 12 de maio de 2000.
27 - A delegacia de ordem política e social "tem mantido policiamento em todas as assembléias de sindicatos de trabalhadores desta capital (...) temos examinado os nomes dos candidatos à renovação dos cargos de diretoria de sindicato (...) depois de entendimentos com diretores do departamento estadual do trabalho (...) conforme instrução da secretaria de segurança pública. Esta sessão, durante o mês findo [setembro], conseguiu neutralizar uma tentativa de greve que se estaria esboçando na Cia. Antarctica Paulista, na seção de transportes..." Arquivos do DOPS, prontuário n° 2.431.

de coisas. Mas o problema urge uma providência enérgica dos poderes competentes porque o ambiente geral, *embora isento de agitações, é o mais oportuno para a articulação de qualquer movimento*. Este o motivo porque redobramos a nossa vigilância".[28]

Existem, ao contrário do que sugeriu Ricardo Maranhão, não apenas da existência de comissões de fábrica no início dos anos 40, como também da ocorrência de várias greves antes de abril de 1944, no bairro da Mooca. Na Fábrica de meias Mousseline na rua João Antônio de Oliveira, em 3 de abril de 1941, o diretor e proprietário, Sr. Schwery redigiu uma longa carta, encaminhada ao delegado especializado da ordem política e social, na qual descreveu, atônito:

"...ao entrar em serviço, às 6 horas da manhã, os operários que compõem a 1ª turma do salão 54-60gg, não se achavam *todas as máquinas* desse salão providas de fios preparados para a composição das meias a fabricar. Na realidade, houve falta, nesse momento, de alguns dos fios preparados que entram na composição das meias, mas não faltavam *todos* os fios, em *todas* as máquinas. Algumas delas estavam, ao contrário, suficientemente providas da matéria-prima necessária ao início do trabalho. Aconteceu então que *todos* os operários componentes dessa 1ª turma do salão *abandonaram o serviço*, quando é certo e razoável que alguns deles não tinham motivo para isso. Por outro lado, a seção de preparo de fio estava a postos, às 6 horas da manhã forcejando por entregar ao salão o material faltante. Tendo a *1ª turma* aludida *abandonado* o serviço, aconteceu também que a 2ª turma que deveria entrar às 14 horas, *deixou de comparecer ao serviço*. É certo que essa 2ª turma também não tinha motivos para assim proceder, sem verificar se havia falta de fios preparados (...) *Mas não é só*. A falta de fios estava integralmente remediada no momento de entrar em serviço a 3ª turma às 22 horas. Ainda mais. Os operários dessa 3ª turma, alguns dos quais se achavam reunidos num bar próximo à fábrica, foram avisados, por comunicação feita a estes últimos, que não haveria falta de fios preparados absolutamente, a partir das 22 horas. Essa 3ª turma, *sem motivo algum*, também deixou de comparecer ao serviço, não havendo, até agora, satisfação coletiva ou individual desse procedimento".[29]

O Sr. Schwery ficou aturdido com o que, inesperadamente, aconteceu naquela quinta-feira, principalmente levando-se em conta a enxurrada de leis proibitivas dos movimentos coletivos. Ficou mais embaraçado ainda porque, ao que tudo indicava, os trabalhadores não apresentaram qualquer reivindicação, nem deram qualquer indício do que estava acontecendo. O Sr. Schwery evitou, até o último minuto, a utilização da palavra greve, talvez temeroso dos desdobramentos que o seu significado implicaria; assim, ele esperou dois dias com a fábrica totalmente paralisada, para só então se dirigir ao DOPS:

"Hoje, sábado, 5 de abril, até o momento de dirigir esta representação a V. Excia. ainda não voltaram os operários ao serviço. É evidente que tal procedimento, constituindo um movimento coletivo dos operários da seção 54-60gg, demonstra um intuito de prejudicar a suplicante, além de significar qualquer outra coisa, cujo alcance ainda não está verificado. O abandono coletivo do serviço, sem causa justificada constitui o que se denomina 'GREVE'. E a 'GREVE' é proibida em nosso direito. Expondo esses fatos a V. Excia., requeiro a fiscalização e outros meios que lhes parecem adequados, dentro do seu alto critério de ordem e justiça".[30]

É provável que toda a ação daqueles três dias tivesse sido estimulada por alguma comissão interna que se reunia fora da fábrica. O certo, porém, é que o protesto dessa seção,

28 - Arquivos do DOPS, prontuário n° 2.431, volume 07. (Grifos meus).
29 - Arquivos do DOPS, prontuário n° 1.227. Grifos no original. Ricardo Maranhão sugere que as comissões de fábrica começaram a surgir apenas na conjuntura de 1944/1945, coincidindo com o clima de distenção política e o fim do Estado Novo. Maranhão, Ricardo. op. cit. p. 48.
30 - Idem, Ibidem. (Grifos no original).

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

afetou toda a fábrica e, certamente, não passou desapercebido às demais fábricas do bairro. Infelizmente, não foi possível acompanhar o desfecho da ação, nem tampouco descobrir as reivindicações "apresentadas" por parte dos operários. Mas, certamente, esse não foi um caso isolado e, por isso, deixou os órgão de segurança de sobreaviso. No mesmo ano de 1941, ocorreu um movimento semelhante nas malharias do Bom Retiro, envolvendo na sua maioria os hungareses moradores da Mooca e Vila Zelina. Um dos participantes relatou:

> "Eles [os hungareses] trabalhavam na Malharia. O Bom Retiro era o centro das malharias. Tinha umas trinta malharias lá e o pessoal, quando terminava um período de trabalho, eles fechavam a fábrica, fechavam a fábrica e já tinham estoques lotados, né!... Trabalhavam a contrato. A turma ganhava bem, muito bem, trabalhando a contrato. Fecham a fábrica e quando reiniciam a temporada, quer dizer, o começo da temporada, então recolhiam o pessoal novamente e começava. Se a temporada terminava, vamos supor, 5 cruzeiros a peça, aquela mesma peça começava como 3 cruzeiros... Os judeus... e não tinha férias, não tinha carteira assinada... Não tinha nada. Então o pessoal achou que isso não tava bom, falo isso aí... a maioria era tudo estrangeiro: lituano, polonês, alemão, tudo estrangeiro, maioria tudo lituano e vinham da Vila Zelina e Mooca a pé para trabalhar... Aí eles acharam... isso não está bom, não! Ia no Sindicato da Fiação, e eu já era sócio do Fiação e Tecelagem, que era o maior sindicato de São Paulo, que a metalurgia ainda não tava, ela era em segundo plano... Então o pessoal foi lá no sindicato e falou: 'olha, oficialmente nós não podemos apoiar', mesmo que o interventor... o advogado falou, oficialmente não, mas vocês vão em frente, né, extra-oficialmente e o pessoal naquela época tinha um costume, *as mucamas*, como trabalhavam com um contrato, tinha um costume que às 9:00 horas o pessoal ia nos bares tomar café. Sentava-se lá, 15 minutos ou mais. Café com rosquinha, famosa rosquinha, e os judeus, os patrões, também no mesmo bar. Eles iam lá no fundo, um pouco mais retirado. Eles tomam quente e todos ali, como tinha o centro de todo o grupo industrial de malharias, tinha umas trinta, quarenta, então quer dizer que todos patrões se conheciam e todos os operários também se conheciam, porque nem sempre o operário da temporada anterior voltava para aquela malharia. Às vezes ele recebia uma oferta melhor e ele ia na outra. Muitas vezes durante o trabalho, eles, na hora do café, às vezes, vinha o patrão judeu, chegava perto do outro e cochichava: 'quanto você está ganhando lá? Vem na minha que eu te dou mais.' Eles roubavam. Eles roubavam um do outro. Existia essa que todo mundo se conhecia, patrão e operário era uma família só. Bom, quando nós decidíamos, e nós neste ponto, nessa junção do café, todo mundo se conhecia e marcavam um dia de reunião com o representante de cada grupo. Como juntava trinta, quarenta..."[31]

Embora *as mucamas* propiciassem, diariamente, um ambiente de descontração em que se reuniam patrões e operários, a sensação de "pertencer a uma família" e as relações paternalistas dela decorrentes não impediam os operários de se organizarem e reivindicar seus direitos. Embora toda a articulação para a paralisação, aparentemente, tenha ocorrido na hora da *mucama*, não é prudente descartar o papel que os clubes esportivo-culturais dos hungareses e a sociabilidade que eles propiciavam tenham desempenharam para essa organização. O depoimento continua:

> "...então, para não dar na vista, juntavam uns sete ou oito de várias malharias diferentes e falou: 'olha, dia tal nós vamos parar, vamos fazer greve e nós estamos em guerra e o sindicato não vai apoiar oficialmente. Olha, vamos fazer o seguinte: vamos pedir primeiro o que nós queremos, que a malharia trabalhe o ano inteiro, registro de carteira e não cortar, não haverá corte de preço, quer dizer, havendo trabalho o ano inteiro ou não, o preço é tal e combina tal e com tendência a aumentar, quer dizer, registro de trabalho o ano inteiro e registro na carteira.' Então, na comissão, né... Então eles [patrões] falaram não. Vamos primeiro juntar os meus colegas e vamos discutir isso aí. Depois veio a resposta: 'de maneira nenhuma, nem pensar'. É lógico, o pessoal trabalhava a contrato, produzia bastante para ganhar bastante. Então eles faziam estoques,

31 - Entrevista com Julius Meksenas, concedida ao autor em 15 de abril de 1999.

embrulhavam em jornais e carregavam o armazém lá, chega... bom agora é fim da temporada e começava a vender o estoque. Pra que trabalhar o ano inteiro? Não aceitava, então falamos: 'Bom, não aceita, então combinamos: 'amanhã ninguém trabalha' E todo mundo parou. Era fácil todo mundo parar e ficamos lá, perto dos bares, cada um na sua malharia, mas não entrava, ficava no bar tomando café, batendo papo, né! Foi um dia, dois, assim... No terceiro dia veio a polícia e começou carregar todo mundo para declarações... Para investigar. Ninguém foi preso assim, mesmo na ditadura ninguém foi preso, espancado, não! Levava, enchia um camburão, levava lá... Bom, qual é o caso aqui? Assim... Assim... Assim, depois aí soltavam. Incrível, no tempo da ditadura o perseguido lá eram os membros do Partido Comunista. Aqui não tinha conversa. Não era uma greve, nunca que havia uma greve".[32]

No início de junho de 1944, no armazém de garrafas da cervejaria Brahma, em Vila Mariana, os operários paralisaram o serviço, o DOPS foi imediatamente acionado e deu início a uma varredura em toda a fábrica para descobrir a origem e as causas do protesto. Vários trabalhadores foram presos e diversos depoimentos apontaram como organizador da ação o operário Pedro Amaral, que, ao depor, explicou:

"Que recebe salário fixo de cr$ 16,00 por dia e trabalha na seção de engarrafamento... que tinha havido um 'fuá' na seção de vasilhame levado a efeito por operários que desejavam aumento de salário... O declarante foi a todas as seções da cervejaria com o fim de aconselhar os operários a se manterem em ordem, porque o declarante temia que eles abandonassem o serviço... que os operários ganham o salário de Cr$ 2,00 p/h e pretendem elevá-lo a Cr$ 2,50 com o que a fábrica não concordou, levando o fato ao conhecimento do DET (...) nem antes nem depois do movimento que originou a paralisação do serviço na cervejaria, os operários tiveram qualquer entendimento com o sindicato da classe, cuja denominação o declarante ignora por não ser filiado ao mesmo, que o declarante sabe que as greves e paralisações de serviço constituem crime... que depois da lei do salário mínimo, nunca mais houve qualquer reajustamento de salários na cervejaria".[33]

Responsável ou não pela movimentação no armazém da cervejaria, o operário Pedro do Amaral, respondeu aos investigadores se isentando de qualquer estímulo à greve, mas expôs a sua causa e, talvez ingenuamente, revelou a existência de uma ativa comissão interna. O sindicato dos trabalhadores das indústrias de cerveja e bebidas em geral, foi imediatamente notificado da paralisação e enviou dois representantes à fábrica da Brahma "para assistir às negociações entre a empresa e a comissão interna". Depois de apresentadas as reivindicações, os operários voltaram ao trabalho. A direção da cervejaria se recusou a conceder qualquer aumento e, por precaução, o DOPS introduziu um agente – Durval Estevam de Almeida – dentro do armazém para trabalhar como operário, no turno do dia. No seu primeiro relatório, datado de 26 de junho, Durval escreveu:

"Levo ao conhecimento de V. S. que desde o dia 21 do corrente acho-me em serviço de observação na referida companhia, constatei que os operários se acham mais contentes e que trabalham mais uma hora por ter chegado 20.000 sacas de cevada... Joaquim Nutchi trabalha como fiscal da companhia, entretanto, é tido pelos operários como espião, investigando fui sabedor que o mesmo faz serviços de investigação nas faltas dos operários, motoristas e ajudantes de entrega de mercadorias... O Sr. Nutchi deve ter ligações com os serviços da Ordem Política...".[34]

---

32 - Idem, Ibidem.

33 - Arquivos do DOPS, prontuário n° 6.202.

34 - Parece que existia uma certa autonomia entre os diversos departamentos da Ordem Social, já que na mesma fábrica havia dois agentes infiltrados sem conhecimento mútuo um do outro. Idem, Ibidem.

Num segundo relatório, escrito em 11 de julho de 1944, Durval investigava as conexões dos operários grevistas de Vila Mariana com os do depósito da Mooca. Procurou o Dr. Cunha, um dos diretores gerais da Brahma, que confirmou "haver alguma coisa", mas nenhum deles sabia precisar o que era. A despeito dos esforços do diligente Durval, não ficou esclarecido qual o teor dessa ligação. Mas ele concluiu que nem na Mooca nem na Vila Mariana havia qualquer vínculo com o ainda ilegal partido comunista.

Portanto, as comissões internas existiam na Mooca muito antes de 1944, não se constituindo uma inovação da conjuntura 1945/1946. Elas expressavam práticas antigas e subterrâneas em estreita conexão com as organizações de bairro, os clubes de futebol e as associações culturais das várias comunidades étnicas, não apenas porque na maioria das vezes as mesmas pessoas participavam de ambas mas, principalmente, porque as experiências de sociabilidade nessas associações contribuíam para a organização das comissões de fábrica. Esse vínculo foi descrito por João Louzada:

> "Eu tinha uns dezesseis anos [1932] e tinha o clube 'Juvenil Paulista', quem dirigia esse clube era um primeiro sargento da PM, um homem muito bom. Aí ele ficou doente dos pulmões. Aí ele viu que eu era interessado, ele me chamou. (...) teve uma assembléia, e a presidência passou para mim, em 1936 ou 1937. Aí logo fiz uma lista pra comprar fardamento novo, passava pros comerciantes- deu pra comprar um fardamento bonito. Como a massa, na maioria, era Corintiano, o fardamento, calção preto, camisa branca e um distintivo com uma listinha vermelha, preta e branca, meia branca. Bonito... Esse foi um clube de meninos até 14 anos, fantástico, na Mooca... No processo queriam formar um clube maior. Aí me chamaram para participar da fundação do clube. Formou-se o *Progresso Paulista F.C.* O presidente era o Sr. Vicente, que era Mestre no Matarazzo, no Belenzinho, o técnico era o Sr. Dante, que era mestre numa sessão da Cia. de gás, lá da rua do gasômetro... Eu fui jogador, fundador e depois presidente. Fomos vice-campeões varzeanos da capital. No último jogo nós perdemos do 'Flor do Ipiranga' por 4X2. Aqui no campo da rua Siqueira Bueno... Eu gostava". [Por causa dessas experiências] "O pessoal achava que eu devia participar da comissão para reivindicar melhores salários, então participei. A comissão já tinha um tal de Domingos Toscani, que morava na rua da Mooca. Ele que me convidou para participar da comissão, que tinha uma ligação com a direção da fábrica para apresentar suas reivindicações e ligação com o sindicato dos têxteis, compreende. Aí as coisas foram se agravando... Aí começou na fábrica uma perseguição contra os membros da comissão, tinha um outro que era simpatizante do partido Sr. Humberto. Eles punham para os membros da comissão material ruim para trabalhar, mas nós, por causa da nossa organização, exigíamos ganhar o que podíamos ganhar com material bom, e a massa ajudava porque nós éramos da comissão. Aí eu fui recrutado ai pelo partido Aí eu sai de lá e fui trabalhar na Anglo-brasileira na rua Catumbi. O dono da fábrica era o Sr. Aristão de Oliveira, ele era Pernambucano ou Baiano. Lá eu já fui trabalhar como tecelão".[35]

João Louzada foi "recrutado" por militantes do PCB, para participar da comissão de salário, porque já era conhecido na fábrica por sua atuação na organização dos clubes de várzea do bairro, particularmente como presidente do *Juvenil Paulista Futebol Clube*, desde 1936. Sua entrada na comissão de fábrica se deu mediada pela sua experiência anterior nos clubes de futebol e nas associações culturais do bairro. João Louzada fazia parte também de um grupo de seresta que se reunia semanalmente para cantar e tocar pelos bares da Mooca, e era integrante do

35 - Entrevista com João Louzada, concedida ao autor em 28 de agosto de 1999.

clube de dança hispano-americano, que reunia a comunidade espanhola da Mooca, foi a partir dessas conexões que ele foi recrutado para o PCB. Outro exemplo de formação de "comissão interna", surgida ainda em 1938, foi descrita por Antônio Paulo Fracasse:

> "Tinha o lanifício Santa Branca que estava inaugurando, na rua Almirante Calheiros, no Tatuapé, trabalhei lá seis anos e meio, mais ou menos. Aí eu e mais alguns colegas que éramos do partido formamos a comissão.. Era para reivindicar lá dentro, né... Da comissão, três éramos do partido. Tinha patrão que aceitava, tinha patrão que não. Quando ele aceitava, a comissão se reunia dentro da fábrica, quando não aceitava tinha que se reunir fora. Às vezes nem reunia nada. Um dia lá, acontecia qualquer coisa, na hora mesmo nós reuníamos e ia para o escritório... Quase não tinha ligação com o sindicato".[36]

Neste caso, a ligação entre os trabalhadores fora da fábrica ocorreu em dois locais: nos campos de futebol de várzea e no centro espírita do Alto da Mooca, freqüentado semanalmente por vários integrantes da comissão da Santa Branca. Ou seja, nas fábricas não se produzem apenas mercadorias, se produzem também experiências culturais e um modo particular de se interpretar o mundo.[37] As práticas cotidianas gestadas nestes períodos de "refluxo organizatório" - 1935/1944 e 1947/1950 - talvez contenham as senhas para se compreender a intensa agitação dos períodos de distensão democrática. A limitação dos canais institucionais para a expressão das demandas políticas e sociais - não a sua completa ausência - pode ter impelido os trabalhadores, organizados pelas comissões internas de salário, e os moradores, nas organizações de bairro, a ocuparem todos os poucos espaços de negociação existentes onde se acenavam com as possibilidades de conquista do seu direito de falar e agir, como trabalhador ou como morador.

Dos tempos de paz ao retorno do "estado de exceção".

> "Porque a Mooca tinha... Era um bairro diferente porque tinha grandes empresas que eram de renome e utilidade nacional. A Mooca tinha uma característica engraçada, né! As pessoas nasciam, cresciam, se casavam, trabalhavam aqui, porque tinha trabalho pra todo mundo. Não precisava sair do bairro... Aqui era um bairro fabril.[38]

Com o fim da guerra as ações e reivindicações se multiplicaram, mas os dispositivos de exceção continuaram operando como se tivessem adquirido vida própria. Relatórios confidenciais da polícia, em tom alarmista, apontavam o ano de 1945 como "indubitavelmente o ano das grandes greves, pois jamais houve no Brasil e, talvez, jamais haverá surto paredista de tão grandes proporções e tão violento como o assustador e memorável movimento de maio".

---

36 - Entrevista com Antônio Paulo Fracasse, concedida ao autor em 1 de julho de 2000.

37 - Sobre a relação entre a vida fabril e a expressão pública de direitos conferir. Paoli, Maria Célia. "Os Trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira". In: Lopes, José Sérgio (coord.) *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro. Marco Zero, 1987. E "Trabalhadores e Cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno". *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo. Vol 3, n° 07, 1986.

Segundo o relatório, as causas da avassaladora onda de greves eram: a crise econômica que diminuía o poder aquisitivo da moeda; o término da guerra; a liberdade de imprensa; a anistia, que devolveu à liberdade elementos "perniciosos" e a legalização do PCB; mas, principalmente, a *"proliferação de comissões, comitês, movimentos e grupos em todos os bairros"*.[39] Para os investigadores e agentes do DOPS havia uma relação estreita entre a onda grevista e reivindicatória e o crescimento das organizações de bairro, era essa conexão que colocava no mesmo nível os temas da exploração e da opressão.

No dia 7 de janeiro de 1946, os operários da Fábrica de Cigarros Sudam, na rua Glicério, 301, entraram em greve. Todas as seções aderiram, inclusive os vendedores. Reivindicava-se, em primeiro lugar, um melhor tratamento. Segundo um operário entrevistado:

> "Vivemos um regime de opressão semelhante ao dos campos de concentração nazista. Se chegamos um minuto tarde, é-nos proibida a entrada. Isso nos traz prejuízos sem que tenhamos culpa. Esse martírio se prolonga até a hora da saída, quando somos revistados como se fôssemos gatunos contumazes. Tal revista causanos vexames incríveis, de modo especial às mulheres. Não é cabível esse procedimento (...). Queremos apenas com nosso gesto, obter a inclusão do abono no salário normal e mais ainda um pequeno aumento nos ordenados, de modo a que possamos enfrentar os efeitos da inflação, desejamos que as faltas justificadas não sejam descontadas e nem descontado do abono as contribuições do instituto de aposentadoria..."[40]

Neste caso, o "tratamento melhor", mais respeitoso e digno parece ter sido tão importante quanto o aumento de salário. Essas lutas miúdas e pontuais contra a opressão fabril impõem um claro limite à arbitrariedade da ação patronal e, por extensão, desprivatizavam o chão da fábrica, remetendo os problemas acerca das relações de trabalho para a esfera pública do debate. Por menores e mais insignificantes que fossem, essas denúncias carregavam em si os símbolos do condicional, de outras possibilidades, do ***Se***.

Terminadas as greves os trabalhadores continuavam mobilizados, graças à ação das comissões internas que muitas vezes passavam a fazer a ligação das fábricas com o sindicato da categoria. Estas comissões foram fundamentais no bairro da Mooca, tanto para a consolidação de

---

38 - Entrevista com Américo de Almeida, concedida ao autor em 21 de janeiro de 1999.

39 - "Em 1945, nada menos de 491 firmas tiveram suas atividades suspensas em virtude de reivindicações de várias naturezas, com um total de 345.662 operários em greve, em virtude do que 100%das fábricas concederam aumentos e abonos de 40% sobre os salários vigentes (...) Em 1946, o número de estabelecimentos atingidos pelo movimento grevista elevou-se a 250 entre indústrias, bancos, estradas de ferro, empresas de ônibus (...) com um total degrevistas orçado em meio milhão de indivíduos". Arquivos do DOPS. Dossiê 43-Z-0-75 e 43-Z-0-92, respectivamente. (Grifos meus).

40 - Em dezembro de 1945, a *comissão interna* dos operários da tecelagem Assunção, na rua Ana Néri, 394, encaminharam aos patrões um pedido de abono "para que pudessem enfrentar as despesas forçadas de fim de ano". A resposta dos empresários foi um abono de Cr$ 25,00 para os solteiros e Cr$ 50,00 para os casados, "isso apesar dos enormes lucros confessados pelos próprios donos da fábrica aos seus empregados". Os trabalhadores se dividiram em dois grupos: o primeiro, recusou-se a receber o abono; o segundo, recolheu a importância e encaminhou a uma instituição de caridade. Na Fundição Brasil, na Mooca de baixo, um empregado da fábrica a mais de nove anos e trabalhando, em média, 10 horas por dia recebia um salário de Cr$ 3,43 p/h; a maioria, entretanto, recebia Cr$ 2,75 p/h. Reunidos em um *comitê*, os mais de seiscentos operários reivindicavam 45% de aumento. Os diretores da empresa respondiam que só aumentariam os salários se pudessem aumentar também as horas trabalhadas, mas ofereciam uma "compensação" de 1%. *Hoje*, respectivamente 4/01/46 p. 2; 23/01/46, p. 11;. 8/01/46, p. 4.

uma experiência organizativa, quanto para a manutenção de uma tradição de mobilização operária.

Ricardo Maranhão sugeriu que a concentração de indústrias têxteis no bairro da Mooca tenha contribuído decisivamente para a difusão da experiência organizativa das comissões internas, que se disseminaram naqueles anos, bem como da sua relativa estabilidade e duração. No seu argumento, as práticas organizativas passavam de fábrica a fábrica, de um local de trabalho a outro. Entretanto, cabe sugerir que o sucesso e a longevidade das comissões de fábrica deve um tributo, nem sempre visível e reconhecido, às organizações do bairro, em especial aos clubes de futebol e às associações festivas em geral, porque, se as práticas organizativas passavam de fábrica a fábrica, elas transitavam pelas ruas do bairro, e se constituíam em experiências extrafabris. Isso está profundamente marcado no depoimento do militante comunista e tecelão, Eduardo Dias:

> "Esporte e política viviam irmanamente, um ajudando o outro. Não havia divergências. Muitos amigos nossos não partilhavam de nossas idéias. No entanto, eram os mais batalhadores do clube. *Esse tipo de organização o povo entendia. Tantos anos de ditadura encontravam seus próprios meios de vivência junto à coletividade. Os clubes esportivos eram uma forma. Primária, sim, mas útil para um povo que não conhecera outra forma de se organizar* (...) Com esta simples compreensão, os companheiros realizavam trabalhos acima das expectativas. Tinham um poder de iniciativa muito rico. Não havia dificuldade que não fosse superada. Não vivíamos isolados como se fôssemos uma seita (...) Os companheiros sempre participam desse tipo de organização no bairro. Eu mesmo fui ganho para essa forma de agir. Não era uma imposição. Era até agradável integrar-se a alguma coisa de que o povo gostava. Devido ao número elevado de participantes, surgiam sempre novas idéias".[41]

Seguramente, a proximidade geográfica das empresas desempenhou um papel importante na difusão das práticas das comissões de fábrica. Mas é preciso levar em conta que essa *circulação de experiências* se efetivava num espaço onde os operários do bairro se encontravam também como moradores. De maneira que, as organizações de bairro, com suas reivindicações de melhorias urbanas, os memoriais, as manifestações públicas e abaixo-assinados alimentaram, tanto quanto foram alimentadas pelas experiências dentro das fábricas. Talvez por isso, seja equivocado pensar as ações do movimento operário organizado, nestes anos, sem pensar as suas vinculações com a vida do bairro, tanto quanto pensar um bairro operário desvinculado das experiências fabris e sindicais. Porém, as organizações de bairro não se confundiam com as comissões de fábrica, no âmbito do bairro, essas múltiplas organizações e suas reivindicações sempre foram mais amplas e genéricas, porque reuniam operários e não-operários, de modo que, em geral, atravessavam as relações de classe.

O início de 1946 marcou o ápice das mobilizações fabris no após-guerra. No mês de fevereiro, na Mooca e no Belém havia, aproximadamente, 10 mil operários em greve, enquanto

41 - Dias, Eduardo. op. cit. p. 61. (Grifos meus).

na cidade chegavam a 50 mil. Em muitas fábricas, policiais armados montavam guarda nas portarias. Na fábrica de calçados Clark postou-se um batalhão de choque da polícia especial armado com metralhadoras. Na fábrica de meias Mousseline, aos empurrões, dezenas de guardas mantinham os operários afastados dos portões, enquanto vigiavam todas as entradas. O clima na Mooca era de alvoroço. As principais ruas e avenidas foram ocupadas pelos grevistas, pela polícia e pelas donas-de-casa nas "passeatas da fome". Em maio de 1946, a FIESP recorreu ao ministro Negrão de Lima pedindo a decretação do *estado de emergência,* caso os grevistas não pudessem ser contidos. Em resposta, o governo Dutra concedeu aos empresários o decreto-lei n° 9.070.[42]

O desdobramento político imediato desse decreto ocorreu em 7 de maio de 1947, com a cassação do registro do PCB. No mesmo dia, o Ministério do Trabalho decretou a intervenção em 14 sindicatos e o fechamento da *Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil* (CGTB) e de várias *Uniões Sindicais* municipais e estaduais. O governo federal interveio em 143 sindicatos, de um total de 944 existentes.[43] A partir daí, inicia-se um refluxo do movimento operário organizado, há uma queda acentuada no número de greves, e também no total de sindicalizados. A despeito dos novos dispositivos legais, Ricardo Maranhão localizou 19 greves entre os anos de 1948/1950, atribuídas às associações paralelas, de inspiração comunista, mas, principalmente, à continuidade, dentro das fábricas, das *comissões de salário.*

Os comitês democráticos não escaparam da ação do governo Dutra, suas sedes foram sistematicamente invadidas e depredadas, muitos dos seus integrantes foram presos. Na Mooca eram sistematicamente mandados para a *bastilha*, para um banho nas águas do Tamanduateí:

> "Em 1947, cassaram o registro do partido, mas não dos deputados... Era uma pancadaria, rapaz. Ali no rio Tamanduateí a polícia jogava a gente dentro do rio, era bomba por todo lado... Aqui nesta rua [Barão de Jaguará] tinha a Bastilha, a imprensa não fala, ninguém fala, eles [a polícia] matavam os caras aqui e jogavam

---

42 - No seu Art. 1° estabelecia que "os dissídios coletivos, oriundos das relações entre empregados e empregadores, serão obrigatoriamente submetidos à conciliação prévia, ou à decisão da justiça do trabalho". No Art. 2° anunciava que a cessação coletiva do trabalho, por parte dos empregados, somente seria permitida observadas as normas previstas nesta lei. No Art. 3° eram "consideradas fundamentais, para os fins dessa lei as atividades profissionais desempenhadas nos serviços de água, energia, fontes de energia, iluminação, gás, esgotos, comunicação, transporte, carga e descarga, nos estabelecimentos de venda de utilidade ou gêneros essências à vida da população, nos matadouros, na lavoura e na pecuária; nos colégios, escolas, bancos e farmácias, drogarias, hospitaise serviços funerários; nas indústrias básicas ou essências à defesa nacional. O Ministério do Trabalho, mediante portaria poderá incluir outras atividades entre as fundamentais". O Art. 15° preconizava que nos processos referentes aos crimes contra a organização do trabalho: caberá prisão preventiva. Não haverá fiança, nem suspensão da execução da pena.
BMTIC, n° 141, maio de 1946.

43 - Skidmore, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo.* 8ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982. p. 94. Contudo, estes números são controversos. Ricardo Maranhão revela existir ainda, no final do governo Dutra, 234 sindicatos sob intervenção. Leôncio Basbaum estima que durante todo o governo Dutra as intervenções atingiram mais de 400 sindicatos. Maranhão Ricardo, op. cit. p. 89. Basbaum, Leôncio. *História sincera da república.* São Paulo. Alfa-Omega, 1977, Vol III. p. 172.

dentro do rio. O cara ficava dentro de um cercado assim, cercado de fios elétricos, e jato d'água dia e noite, eles matavam os caras e diziam que tava bêbado e jogava dentro do Rio".[44]

A mudança na conjuntura política recolocou nas mãos dos empresários seus tradicionais "mecanismos de negociação", deixando-os livres para a implantação dos dispositivos que julgassem necessários ao restabelecimento da paz social. Rapidamente, retomaram alguns dos dispositivos eficazes e consagrados. Na fábrica de Tecidos Irmãos Büder, no Bel enzinho, a gerência afixou um aviso de que cada trabalhador que deixasse passar quatro fios quebrados seria suspenso de 2 a 4 dias, com a respectiva diminuição no salário. Na fábrica de calçados Progresso, no Cambuci, o operário Miguel Geres ficou detido nove dias nas dependências do DOPS, depois de pedir aumento de salário.[45] Contudo, por mais intensa que fosse a repressão legal e por mais violentas que fossem as ações extralegais, não eram mais possíveis os métodos da ditadura, o Estado de Guerra tinha sido, na prática, ultrapassado pelas ações nas fábricas e nos bairros.

Assim, em setembro de 1946, os trabalhadores da Fábrica de Tecidos Labor, paralisaram o trabalho, por 45 minutos, em protesto pelo fato de a gerência, sistematicamente, mandar fechar as torneiras de água entre as 10 e às 16 horas. O ambiente na Labor era péssimo, freqüentemente circulavam entre as seções alguns guardas civis e policias à paisana. Em outubro, o gerente, Armando Pereira, resolveu instalar um novo dispositivo de controle dos operários: um cano de ferro, afastado 60 cm da parede, próxima ao portão da saída, formava um corredor por onde deviam passar todos os funcionários para serem revistados, ao final do expediente. A esse dispositivo deram o elegante nome de "passa-burros". A passagem deveria ser feita um a um, a partir das 17:30h. Todas as bolsas seriam abertas e os operários, indistintamente, apalpados. No dia da inauguração do passa-burros, um conjunto de operárias se recusou a atravessar o dispositivo e, aproximadamente 1.000 pessoas, num grande empura-empurra, saíram pelo portão principal. O fiscal, João Joaquim dos Santos, aos gritos, agrediu uma delas, as mulheres revidaram e o fiscal ficou severamente ferido.[46]

Os salários na Labor, sempre ela, eram baixos e trabalhava-se, freqüentemente, até as dez horas da noite. Em novembro, os operários voltaram à carga, procuraram a direção da empresa e pediram aumento de salário e o pagamento do abono do final do ano. Suas reuniões aconteciam no salão da *Sociedade Hispano-Americana*, na rua do gasômetro, a uma destas reuniões esteve presente um investigador do DOPS, que revelou as opiniões da polícia sobre estas comissões:

---

44 - Entrevista com Pedro Teodósio, concedida ao autor em 11 de janeiro de 1998. Nesta citação o Sr. Pedro Teodósio se refere aos anos do Estado Novo, mas insiste que essas práticas policiais continuaram freqüentes por muitos anos, principalmente depois da cassação do PCB.O nome *bastilha* parece ser uma referência a uma famosa prisão do bairro do Cambuci para a qual eram mandados os presos políticos.

45 - *Hoje*, 8/04/47, p. 4. *Notícias do Hoje*, 31/7/54. Respectivamente.

"As comissões que estão sendo organizadas nas indústrias, nada mais são do que uma espécie de *soviets*, idênticos às organizadas em 1905. As comissões citadas terão a incumbência de cuidar das reivindicações dos trabalhadores dentro do espírito revolucionário, fazendo-lhes sentir que, nas questões trabalhistas não pode haver a intromissão de qualquer autoridade, seja ela trabalhista ou policial..."[47]

A situação era de contínua tensão. Qualquer espécie de reclamação ou reivindicação - fosse de salário, fosse de melhoria nas condições de trabalho - era prontamente respondida com a presença do DOPS no interior das fábricas. O dia 13 de abril de 1949 amanheceu com a fábrica da Alpargatas, na Mooca, parcialmente paralisada e, com sua habitual presteza, os agentes do DOPS prenderam os supostos responsáveis; esses, ao deporem na delegacia, atribuíram a paralisação à *comissão interna*. A paralisação se iniciara entre os mecânicos e tinha duas razões básicas: eles haviam sido excluídos do aumento de 30% concedido aos demais trabalhadores e, pior, o aumento estava vinculado à cláusula da assiduidade. Por isso, "reinava raiva e descontentamento entre os operários, o ambiente ficou muito descontente, se um operário chegasse quinze minutos atrasado perdia o direito ao aumento..."[48] A cláusula da assiduidade se tornou o mote das mobilizações em fins da década de 40.

Em junho de 1949, diversos grupos de esquerda da Mooca, não apenas comunistas, criaram a *Sessão da Comissão Têxtil da Mooca*, estratégia para enfrentar a intervenção no sindicato. No seu primeiro boletim, reclamava-se contra o aumento de 40% - concedido depois de um ano de negociação - sobre os salários de fevereiro de 1946. Mas a principal bandeira naquele momento era contra a famigerada cláusula da assiduidade total, que só garantia o aumento para aqueles que não tivessem faltas ou atrasos. Na prática, sentia-se um regresso aos anos de guerra:

"A assiduidade foi também aprovada pelo governo e pelos deputados anulando a conquista dos domingos e feriados. Na guerra passada os trabalhadores não podiam faltar, devido à mobilização de tempos de guerra, porém, as faltas justificadas por um atestado médico (particular, não o da fábrica), não liquidavam parte do salário ganho durante o mês ou a semana".[49]

Há uma percepção clara de que as condições de trabalho estavam piores do que tinham sido nos anos da guerra. A diferença, nada sutil, era que antes se vivia, efetivamente, um *regime de exceção*; agora, as *práticas de exceção* eram implementadas em plena vigência do regime democrático. A estratégia dos trabalhadores de enfrentamento dessa "nova" condição foi fortalecer as comissões internas existentes e criar outras, nos locais onde ainda não existiam.

---

46 - *Hoje*, 8/10/46, p. 5. Toda a ação foi coordenada pela comissão interna.
47 - Arquivos do DOPS, dossiê, 43-Z-0-101-224.
48 - Arquivos do DOPS, prontuário n° 1.228.
49 - No mesmo boletim, os têxteis da Mooca fizeram uma autocrítica em relação às greves de 1948, cujo ponto central era não terem defendido desde o início as comissões internas "e ao mesmo tempo organizado as comissões de seção e fortalecendo a comissão central...". Panfleto avulso da comissão têxtil da Mooca. Arquivos do DOPS, dossiê 50-A-264.

Esses anos foram, ao mesmo tempo, de fortalecimento das comissões internas e de intensificação das atividades no bairro, por isso o clima de perseguição não se concentrava apenas nas fábricas. Em 11 de junho de 1952, o *salão de baile do Montezano, um dos maiores da Mooca,* foi invadido pelos policiais do DOPS. Eles chegaram às 15:30 h. e saíram de lá somente às 21:00h. O salão e tudo que havia dentro foi completamente depredado. O empresário Antônio Montezano contratou advogados que moveram uma ação contra o governo do Estado. O juiz Arlindo Pereira, da vara privada dos feitos da fazenda estadual, qualificou como vandalismo os atos da polícia e os descreveu:

> "Depredaram móveis, objetos de adorno, geladeiras, amplificadores, copos, lâmpadas, cadeiras, mesas, vasos, rádios, instrumentos musicais, pratos, talheres, vidraças, fogão, uma bicicleta, um palco. Houve também um verdadeiro saque, pois os invasores levaram consigo duas 'taças' esportivas, microfones, pratos, garfos, colheres. Estes atos foram entremeados de gestos, palavras e atitudes ultrajantes a todas as pessoas, inclusive moças e senhoras que se encontravam no local. Beberam toda a bebida que se encontrava no 'buffet' do salão: oito dúzias de guaranás, um barril de chopp de 50 litros, quatro garrafões de vinho estrangeiro, seis litros de vermute. Esvaziadas as garrafas, quebraram-nas, assim como os copos, pratos e outros objetos..."[50]

Chamados a responder pela esbórnia que causaram, os policias justificaram seus atos alegando que "salão do Montezano era um desses ninhos em que se chocam os ovos dos futuros comunistas".[51] Nas noites de sábado se reuniam em média, 1.000 pessoas nos bailes e 200 nas reuniões dominicais, no salão se reuniam, freqüentemente, os jogadores dos clubes de futebol do bairro, os membros da união dos moradores da Mooca e Alto da Mooca, as sociedades culturais das diversas colônias, os membros da comissão têxtil da Mooca, os organizadores das peneiras e várias outras organizações locais.

Essas múltiplas organizações de bairro, pelo simples fato de tornarem públicas as dificuldades e carências de moradia, lazer, saúde, saneamento etc., ampliavam "extraordinariamente a luta que o movimento operário travava contra a supressão dos direitos democráticos de associação, reunião e expressão"[52], principalmente nos anos "de refluxo" de 1947 e 1953. "A casa pode ser o domínio privado da família, mas a porta principal abre para a rua, e aquele que desce um degrau, ou nele se senta a gozar o fresco nas noites bonitas, passa a tomar parte na vida do bairro".[53]

O bairro é uma festa.

---

50 - Arquivos do DOPS, prontuário n° 106.121.
51 - Arquivo do DOPS, prontuário 106.121. Antônio Montezano era proprietário de um depósito de distribuição de bebidas e conhecido simpatizante do partido comunista.
52 - Castels, Manuel. op. cit. p. 82.
53 - Hoggart, Richard. op. cit. p. 71.

> "A zambomba, em ocasiões aprazadas, vinha cantando 'abre la puerta, abre la puerta, que quiero entrar', e todas as portas se abriam, espanholas ou italianas tanto faz, e a cantoria invadia as casas e só se calava para que o pessoal tomasse vinho".[54]

As festas e os esportes foram tão importantes nas estratégias de mobilização dos moradores do bairro quanto as questões políticas, propriamente ditas. O s locais públicos de convivência como os bares, salões de bailes, associações de bocha, sedes dos clubes de futebol e grupos de seresta certamente deram origem a inúmeras atividades tanto sociais quanto políticas:

> "Você tinha muita associação, fora a família e os vizinhos, todo dia. Quando tinha algum dinheiro, tomar cachaça e bater papo era instintivo. Conversando, a gente não era mais o parafuso da fábrica. As conversas giravam em torno da vida, da fábrica, comentários sobre a revolução, as mortes de moços por gente do governo... Daí a consciência é instintiva."[55]

Se as fábricas, em geral, produziam uma sociabilidade mais defensiva as experiências sociais de longo alcance eram gestadas nesses *espaços comuns do bairro*, era aí que se construía uma identidade coletiva que dava ao bairro da Mooca sua fisionomia singular. As atividades sociais ligadas às festas e às práticas esportivas, principalmente ao futebol, foram os eixos das mobilizações populares.

> "Por exemplo, na parte de baixo, era italianos e espanhóis. Indo daqui para lá, a parte de cima era italiano, a parte de baixo era espanhóis. Cada comunidade tinha seu time de futebol ou mais de um. Mas aqui sempre foi um lugar muito alegre, acho que por causa das colônias que vinha para cá. Tinha festa na *vila hungaresa*, era festa por todo lado. Na rua da Mooca tinha um salão novinho que era da colônia italiana chamado *Doppolavoro*. Tinha bilhar, muito baile. Na vila hungaresa tinha também um salão de baile. Por exemplo, eu joguei bola no 'AZ de Ouro', era só gente das colônias estrangeiras".[56]

Ao que parece, as atividades festivas e sociais funcionavam como uma espécie de ponto de convergência em torno do qual se unificavam as várias comunidades e seus interesses dispersos. O que as organizações políticas - os comitês democráticos, as sociedades amigos de bairro, as uniões de moradores e os vários partidos políticos - fizeram, de fato, foi aproveitar essa tradição de sociabilidade intensamente disseminada pelas várias colônias do bairro, foram elas que deram o suporte para a ação política, propriamente dita. De modo geral, as festas não apenas davam forma, conteúdo e amalgama às comunidades, como produziam o *locus* da constituição da identidade de cada uma delas. As várias formas de lazer eram, simultaneamente, a expressão simbólica e a materialização de um sentido concreto de comunidade.

Os hungareses se reuniam no *Dínamo Paulista*, no *Suábia*, no *Clube Atlético São Paulo* no *Dalmácia* e no *Rumânia*. Os portugueses se aglutinavam no *União Vasco da Gama* e na *Associação Portuguesa da Mooca*. Os Espanhóis, no *Madrid*, no *Tigre Varzeano* e no *Huracan*.

---

54 - Carta, Mino. op. cit. p. 48.

55 - Entrevistas citadas In: Paoli. Maria Célia. "São Paulo operária e suas imagens (1900-1940)". *Espaço & debate: revista de estudos regionais e urbanos*. N° 33, ano XI, 1991. p. 35

Os italianos, no *Juventus* e *no Black botton*. Além desses, havia muitos outros clubes que não se organizavam exclusivamente a partir das colônias ou que as combinavam: *Democrata Futebol Clube, Esporte Clube Niterói, Associação Esportiva Az de Ouro, Xingu Futebol Clube, Esporte Clube Mem de Sá, Clube Recreativo Sem Rival, Esporte Clube Quitandinha, Associação Esportiva Meu Clube, Mooca Atlético Clube, Az de ouro* etc.[57]

As organizações esportivas e étnico-culturais, de modo geral, e os times de futebol, em particular, tiveram um papel fundamental na sociabilidade dos bairros da periferia; elas integravam os moradores numa vasta rede de comunicação que conectava cada *pedaço* do bairro com os outros bairros da cidade. São essas redes informais que davam visibilidade e conteúdo a uma cultura própria das classes populares urbanas, onde se discutia e se aprendia coletivamente, onde as regras de sociabilidade eram estabelecidas e seus limites negociados.[58] Os clubes de futebol eram mais do que simples referências de lazer, eles podiam ser uma espécie de central das reivindicações e da vida comunitária do bairro, principalmente quando não existisse uma organização com essa função específica. Estes clubes tinham uma atuação muito diversificada, da organização das festas comunitárias e o auxílio nos momentos de dificuldade, à organização cultural das respectivas colônias ou das vilas onde se localizavam, passando pelas mais variadas atividades políticas. Sua importância para a sociabilidade dos moradores do bairro e para as ações políticas que aí se desenvolviam foi expressa por Pedro Teodósio:

> "Então, o Prestes naquela época falou: *precisamos fazer clubes esportivos em cada bairro pra* dialogar com os freqüentadores. E logo de cara me nomearam presidente do clube. Era *Clube Recreativo Sem Rival.* Era na rua Olímpio Portugal. Lá nós dávamos baile, tinha um professor de esporte, professor de boxe, alguns dias da semana foi alugado, para aliviar as despesas, para os Lituanos. (Eles reuniam... Eles também eram de esquerda, viu!)... E o partido era uma potência, viu...! Os bailes eram todo sábado e domingo. E durante a semana o pessoal ia praticar esporte (...) Nós dávamos os bailes sabe aonde? A colônia Lituana deu na rua Couto de Magalhães, na colônia deles".[59]

---

56 - Entrevista com João Louzada, concedida ao autor em 6 de novembro de 1998.

57 - Carta, Mino. op. cit. p. 48. Além desses clubes de futebol existiram muitos outros de menor duração e cuja projeção não ultrapassou os quarteirões que os criaram. "Era futebol e baile. E todos eles tinham sede, mesmo que fosse um fundo de quintal... Ou atrás de um barzinho (...) Mesmo esses clubes que tinham como sigla uma nação, aí. Era só mentirinha... Mas, na sua atividade social... Eram todos iguais". Entrevista com Isidoro Del Vecchio, concedida autor em 12 de maio de 2000. "Andando pelas ruas, a caminho do trabalho, moços e moças falavam dos bailes. A semana demorava mais para passar porque todo mundo pensava nos bailes" (...) "Diziam que o chão do clube Rumânia, de tanto romeno dançar, havia afundado. Logo eles foram dançar na rua também. E nas festas de rua as colônias se misturavam" (...) Festas tinham, por ruas e quarteirões. Formavam-se comissões para organizar. Vinha gente que tinha experiência com as quermesses da igreja, que eram mais antigas". Entrevistas citadas em Paoli. Maria Célia. "São Paulo operária e suas imagens". op. cit. p. 35

58 - Zaluar, Alba. A máquina e a revolta. op. cit. p. 179. Sobre a noção de *pedaço,* tomado aqui como parte de um coletivo maior ver: Magnani, José Guilherme. *A festa no pedaço: lazer e cultura popular na cidade de São Paulo.* São Paulo. Brasiliense, 1984. Passim. Para uma discussão sobre como o futebol historicamente tem sido capaz de proporcionar um forte sentimento de comunidade ver: Murray, Bill. *Uma história do futebol.* São Paulo. Hedra, 2000.

59 - Entrevista com Pedro Teodósio, concedida ao autor em 11 de janeiro de 1999.

Não é meramente acidental a imisção entre as atividades políticas dos comitês democráticos com as atividades sociais desenvolvidas pelos clubes esportivos e associações culturais. Pedro Teodósio toma umas pelas outras, mas, ao fazê-lo, revela o quanto, no cotidiano dos bairros, era difícil distinguir e diferenciar as ações políticas propriamente ditas, das ações sociais e de lazer dos clubes e associações culturais e esportivas. Na Mooca, certamente, a ação política dos comitês democráticos e dos seus sucedâneos, as Sociedades Amigos de Bairro, só adquire sentido quando pensada na sua estreitíssima relação com os clubes e as associações culturais e esportivas locais. Vida social e vida política não se separavam. Desse modo, a política não foi algo que, de fora, maculou as organizações de bairro; como muitas vezes se sugeriu, ao contrário, a vinculação das organizações de bairro com a política e os políticos foi parte constitutiva das próprias organizações. Esse imbricamento, que muitas vezes incluía também as atividades sindicais, está fortemente presente nas lembranças de antigos moradores e dos militantes do bairro, de qualquer agrupamento político:

> "O centro democrático era o seguinte, por exemplo, tinha os comitês distritais, que eram aqueles caras mais responsáveis. Aí depois tinha as bases nas empresas, umas maiores outras menores. Em todo lugar tinha um centro, em todo bairro, que era o lugar onde se concentravam as pessoas do bairro, nem sempre do partido. Então era onde tinha baile, onde tinha festa, futebol. Então, a gente discutia com a base e a base mobilizava o povo para vir às festas, se organizando. Então, você via que naquele tempo tinha festa em todo lugar na Mooca, mas não era só na Mooca... Lá fazia bolinho, tinha bebida, não alcoólica, tinha dança canto, todo sábado e domingo... Corte e costura, outros ensinamentos... Porque era tudo gratuito...Tinha de cozinhar, de costurar, sempre tinha um pessoal que queria se dedicar para ensinar. Mas o que tinha mais era festa. E nessas festas angariava dinheiro pro partido".[60]

Os liames entre vida cultural, atividades políticas, práticas esportivas e movimentação reivindicatória despertaram a atenção dos investigadores do DOPS. Um relatório do DOPS sobre o comitê democrático de Vila Monumento esclarecia que era "composto na sua totalidade de operários residentes no local" e que tinha como objetivo "pedir às autoridades melhorias imediatas que o bairro necessita" mas como não tinha sede própria funcionava, durante alguns dias da semana, na sede do Esporte Clube Vila Monumento. No acordo de cessão da sala ficou estabelecido que "o comitê comprometia-se em recrutar novos sócios para o clube e o clube novos membros para o comitê", por conta desse acordo os investigadores passaram a acompanhar também as reuniões do clube de futebol.[61]

Anos depois do desaparecimento dos CDPs, já em plena expansão das Sociedades Amigos de Bairro, a prática político-cultural nos clubes persistia e, em alguns casos, até se ampliava, incluindo a ação sindical dos seus membros e associados:

---

60 - Entrevista com João Louzada, concedida ao autor em 6 de novembro de 1998

61 - Relatório de investigação, arquivos do DOPS, 2 de julho de 1945. Dossiê 20-Z-56.

"Nós tínhamos um clube aqui, eu era presidente, na rua Olímpio Portugal... No clube nós dávamos baile. Depois escolhemos a rainha dos trabalhadores, a rainha e a princesa. Isso foi em 1950, mais ou menos. Outra vez fizemos no Maria Zélia, era o sindicato dos têxteis, um camarada chamado Germano, fizemos um casado X solteiro, abandonado, largado, separado, magro, gordo... Futebol, né!... Então um ficou encarregado de levar a sardinha, outro levar a carne, outro levar o pão, outro levar a bebida. Foi no Maria Zélia, aquilo ficou lotado, rapaz! Veio gente de tudo quanto era sindicato: homem, mulher... É o dia todo lá. Você sabe que os caras pediam pra gente fazer pro outro fim de semana, outro mês... Aí no meio dessa coisa toda, distribuíam panfleto... Era pra unificar. Eles achavam que a gente comia criança. Então era pra tirar essa imagem".[62]

E também:

"Eles promoviam, principalmente, baile. Era a estratégia para entrar em contato com o povo (...) A gente fazia teatro. O Vianninha vinha no Montezano, e vinha dar aula. Tinha futebol, nós fizemos um campeonato Pan-americano de futebol. Isso foi em 1950 ou 1952. Às vezes nós também jogávamos. Principalmente futebol e baile. Aí sabíamos que alguém dançava e tocava castanholas, aí convidávamos. Era [os clubes] um *centro cultural*. Aí o partido ia lá e tentava conversar com quem freqüentava..."[63]

Ou ainda:

"E aí discutia os problemas do bairro... A própria festa ela se encarregava de mobilizar o povo para discutir os problemas do bairro. Porque na festa você parava e falava: precisamos organizar. Por isso, as Sociedades Amigos de Bairro, quando o partido foi cassada, foram criadas com essa experiência e eram legalizadas. O interesse era do coletivo. Por exemplo, aqui nesse pedaço, além de pertencer à sociedade eu organizei clubes esportivos de futebol, clube de dança, seresta, excursão, tudo que é festa..."[64]

Porém, esses laços não podem ser reduzidos a simples estratagemas do PCB. Todos os agrupamentos políticos, inclusive os católicos, organizados nos círculos operários cristãos, se envolveram nessas múltiplas atividades. Exatamente por isso, os clubes e associações étnico-culturais parecem ter sido as referências de unificação e junção das reivindicações de bairro, da atuação sindical e da participação político-partidária. Verdadeiros *pontos de fusão* de práticas aparentemente fragmentadas e estanques. Seria uma enorme simplificação supor que essas atividades estivessem estritamente subordinadas à orientação político-partidária. Muitas vezes parece ter sido o contrário; ao menos na Mooca, os clubes e associações culturais das diversas colônias antecederam e forneceram o modelo para a organização dos comitês democráticos e das sociedades amigos de bairro, a tal ponto que, em certos momentos, confundiram-se as suas funções e tarefas, como revela o rico depoimento de Eduardo Rosmaninho:

"Eu cansei de pegar gente que tinha um metro de água em casa e levar para a sede do 'Cruzeiro Paulista Futebol Clube', *porque a Sociedade Amigos de Bairro não existia*".[65]

---

62 - Entrevista com Pedro Teodósio, concedida ao autor em 11 de janeiro de 1998.

63 - Entrevista com Américo de Almeida, concedida ao autor em 21 de janeiro de 1999.

64 - Entrevista com João Louzada, concedida ao autor em 6 de novembro de 1998. . "A gente procurava instintivamente espaços para conversar. Muitos de nós entramos para o movimento nesses papos de rua, de festa, e não dentro da fábrica. Você recruta muito mais aí do que na fábrica. Como você vai falar na Fábrica? Entrevistas citadas In: Paoli. Maria Célia. "São Paulo operária e suas imagens". op. cit. p. 32.

65 - Entrevista com Eduardo de Campos Rosmaninho, concedida ao autor em 15 de setembro de 1999. A sociedade Amigos de Vila Gumercindo foi fundada na sede do Cruzeiro Paulista Futebol Clube. Sua primeira diretoria era composta de membros associados do time de futebol, que até aquele momento cumpriam a função de encaminhar as demandas por melhoria em Vila Gumercindo.

A participação nos clubes esportivos e nas associações das colônias era tão arraigada nas experiências populares no bairro da Mooca que foi por seu intermédio que se constituíram muitas das vinculações político-partidárias posteriores. Quando, a partir de 1947, se aperta o cerco conservador em torno do PCB e muitos CDPs perderam o seu vigor e passaram a se orientar mais pelas questões internas da vida partidária, foram as associações e clubes esportivos que passaram a sustentar as bandeiras das reivindicações dos moradores. Com muita sensibilidade, Eduardo Dias relatou essa mudança:

> "Os companheiros das bases estavam ficando cansados de tanta ordem estúpida ou de má fé, o que seria pior. Primeiro a greve, a que fôramos contra, sendo escorraçados das fábricas, como a do Crespi, onde junto com os companheiros, tivemos de correr para não apanhar dos operários. Depois, tal palavra de ordem de 'apertar o cinto' (...). Afinal, já com a paciência chegando ao fim, mandamos à merda os oportunistas e carreiristas que teimavam em permanecer comodamente nesse tipo de organização e partimos com os antigos companheiros da base (...) para pôr em prática uma idéia que amadurecia em nosso meio – *a formação de uma sociedade esportiva onde pudéssemos aglutinar a juventude em geral, sem restrição ideológica*. Fundamos o '*Clube Esportivo Dinamo Paulista*' (...). Agradávamos à colônia eslava, que era predominante no bairro. Trazíamos a juventude em geral, que gostava de futebol e vivia para ele. Chamávamos a atenção do povo. No bairro, todos viviam o futebol varzeano. Havia muita disputa. Muita rixa. Rixa esportiva. Havia muito respeito e amizade entre os clubes do bairro. Essa organização, na prática política-esportiva, dando novidade ao bairro, explodia como força arregimentadora, dando uma nova motivação a muitos companheiros a amigos".[66]

No Alto da Mooca, os clubes esportivos substituíram os comitês democráticos locais em seu aspecto de sociabilidade e na sua função organizadora, antes mesmo da cassação do PCB e, desse modo, anteciparam a *União dos Moradores da Mooca* e a *Sociedade dos amigos do bairro*,

> "Em um mês tínhamos sede na rua do Oratório, quase esquina com a rua Bixira. Móveis, mesas de pinguepongue, camisas, meias. Tudo isso e mais se conseguia com relativa facilidade. Todos faziam questão de ajudar. Do ponto de vista futebolístico, o clube fazia furor nos campos. Multidões assistiam aos jogos do Dínamo Paulista. Na sede organizamos palestras. O clube participava dos comícios. As companheiras ensinavam costura. Isso tudo era novo. As moças já não iam ao clube só para os bailes. Iam também para participar das reuniões e da diretoria. Criavamse outros departamentos para que elas pudessem contribuir. O clube passou a orientar e inscrever eleitores..."[67]

Embora Eduardo Dias insista em que "tudo isso era novo", as relações entre associações, clubes esportivos e organizações políticas eram bem antigas, e as práticas do Dínamo Paulista eram semelhantes às dos comitês. A novidade estava no fato de fazer tudo isso sem se submeter ao comando centralizador do PCB, atuando de acordo com as peculiaridades e os interesses específicos do bairro. Ao refletir sobre a relação entre as associações culturais, os clubes esportivos, comitês democráticos e suas vinculações com os partidos, Eduardo Dias observou:

> "Recebíamos a palavra de ordem de formar comitês democráticos. A tática era levar o povo para este tipo de organização. Discutir aqui os problemas gerais e passar para a luta prática. A realidade, porém, fora bem outra, o povo não tomou conhecimento desse tipo de organização. O que acontecia é que saíamos da reunião da célula e depois nos encontrávamos nos comitês, discutindo os mesmo problemas da célula. Nesta coisa dita popular, nós,os comunistas, nos portávamos como policias. Vigiávamos as pessoas estranhas ao nosso meio. Procurávamos controlar as eleições da organização, elegendo, melhor dito, tirando do bolsinho do colete, as pessoas comunistas

66 - Dias, Eduardo. op. cit. p. 59-60. (Grifos meus).
67 - Idem, Ibidem. (Grifos meus).

que desejávamos na direção. Um absurdo, afinal. Na prática, esse tipo de organização fora uma idéia infeliz, entre tantas idéias infelizes vindas da alta direção. Era uma coisa artificial vinda de cima. Não tinha consonância com a realidade..."[68]

A despeito de sua avaliação negativa, os clubes esportivos e as associações culturais de que participou não parecem diferir, nem nas ações concretas, nem nos objetivos do que era praticado pelos comitês. Seu campo de atuação e sua agenda eram semelhantes. É possível que a descrição negativa, feita por Eduardo Dias, se devesse mais a uma negação das palavras de ordem da direção do PCB: *apertar os cintos* e *evitar as greves,* do que uma objeção à existência dos comitês em si mesmos. Os clubes e associações das colônias, mesmo operando de forma semelhante aos comitês, aparecem como uma iniciativa independente, criativa e não submetida às "equivocadas" diretivas partidárias.[69]

O Centro Hispano-americano, na rua do Gasômetro, no Brás, era um dos locais preferidos para a realização dos "convescotes". No dia 14 de fevereiro de 1946, foi realizado ali um grande Show, que juntou os comitês democráticos, as associações culturais e os clubes de futebol do bairro. Os destaques foram os artistas do rádio: o grupo vocal *Vaga-lumes ao luar*, o comediante Hans Von Schucrutz, a dupla Dilú e Diná, e os cantores Adoniram Barbosa e Maria Amélia. O evento foi grandioso, para as dimensões da Mooca. Em 24 de fevereiro, os mesmos grupos realizaram um piquenique no parque de Vila Galvão, cuja programação foi extensa: um festival com oito times de futebol, corrida de 100 metros rasos, corrida com saco, corrida com ovo na colher e concurso de beleza entre as moças presentes. Houve ainda uma *Hora da Peneira* com o astro do rádio, recém-chegado de Montevidéu, Ivan de Almeida. Encerrando o dia, houve um "grandioso jazz" animando o baile.[70]

Nos dias 15 e 16 de junho, se reuniram os comitês, os clubes de futebol e as associações culturais para preparar os festejos de Santo Antônio. A comissão organizadora foi composta também com diversos católicos do bairro. Uma grande quermesse foi armada na rua Olímpio Portugal, no salão do *Esporte Clube Quitandinha.* Do lado de fora houve queima de fogos, balões, fogueiras e barracas típicas. Do lado de dentro, um baile que se prolongou até às 4 horas da madrugada. No dia seguinte, domingo, houve uma matinê e outro baile à noite. O investigador do DOPS, que acompanhava as associações culturais das colônias e os clubes esportivos da

---

68 - Idem, Ibidem.

69 - Nestas críticas é preciso considerar que em janeiro de 1946 a conjuntura política já dava sinais de inversão. Os comícios, embora garantidos constitucionalmente, passaram a ser subordinados à autorização prévia da chefia de polícia. Em 23 de maio, no comício do largo da Carioca, no Rio de Janeiro, a polícia prendeu e espancou diversos participantes. Em agosto, "desordeiros e criminosos, aliciados pela polícia, se puseram a apedrejar e a assaltar casas comerciais, para justificar uma reação ainda mais violenta à ação dos comunistas..." Sedes dos comitês democráticos foram apedrejadas no Brás e Mooca de baixo. In: Basbaum, Leôncio. *História sincera da república.* op. cit. p. 187-188. Portanto, diluir os comitês nas organizações de bairro era também uma estratégia de defesa.

Mooca, escreveu: "O comitê democrático progressista da rua da Mooca funciona na sede do *Esporte Clube Niterói.* Nas terças e sábados a sede do clube funciona inteiramente à disposição do comitê, nos demais dias da semana um membro do comitê faz plantão na sede do clube"[71]. Quando a sede do clube estava ocupada, os membros do CDP se reuniam no bar da rua Ana Nery, esquina com rua da Mooca.

A *Hora da Peneira* era uma tradição antiga na Mooca. Acontecia, geralmente, nas noites de sábados para os adultos e nas manhãs de domingo para as crianças. Quase sempre contavam com a presença de famosos cantores do rádio. Por exemplo, no dia 15 de fevereiro de 1947, os convidados foram Waldemar Leopoldo, Arlindo Neves, Afonso Vitielo e Lindo. Os primeiros classificados sempre recebiam algum prêmio.

> "Nós tínhamos um salão de festas do clube eu era diretor social e, todo domingo no período da manhã, nós fazíamos a peneirinha. Tinha microfone, um conjunto... Era educativa, nós ensinávamos as crianças... E eles cantavam. Vinha um por um cantar. Os prêmios eram oferecidos pelo comércio do bairro... Isso nos anos 40/50. Nós fazíamos a apresentação no local, era proibido fazer a transmissão, mas nós transmitíamos até mais ou menos um quilômetro em volta da sede do clube *União Vasco da Gama.* Fizemos ainda no *hispano-americano*, no *Clube do Lituanos, na Associação Portuguesa da Mooca.* Eu gostava muito de fazer".[72]

Além das peneiras eram também muito comuns as apresentações de teatro, às vezes no fundo dos quintais, mas em geral nas associações das colônias:

> "O que eu gostava mais de ir eram os bailes, os cantores e os dramas no teatro. Ia sempre que podia ver os dramas na Associação (...). Teatro tinha até no fundo de quintal. Mas quando era bem feito, que maravilha".[73]

Se as festas eram o eixo no qual se conectavam as múltiplas organizações de bairro, as relações de vizinhança eram o ponto de partida dos arranjos políticos, sociais e culturais. Talvez seja uma particularidade da cultura popular vivenciar as festas, as comissões de fábrica, os clubes de dança, os grupos de seresta, as associações étnico-culturais, os clubes de futebol e as associações esportivas em geral como facetas inseparáveis de uma mesma condição. De modo geral, essas organizações podiam ser, ao mesmo tempo, núcleos de reivindicação, espaços de lazer, centros de aprendizagem, espaços para a atuação política e muito mais. Suas funções são intercambiáveis ao sabor das necessidades, exigências e condições locais.

---

70 - *Hoje*, 14/02/46, respectivamente, pp. 4 e 7. Os convites custaram Cr$6,00 homens e Cr$ 5,00 as mulheres.

71 - Arquivo do DOPS. Dossiê 20–Z–56. No dia 10, a sede do Niterói foi visitada por uma comissão de operários da Johnson&Johnson, situada na avenida do Estado. No mesmo dia, dois operários do Cotonifício Crespi procuraram a sede do clube, uns e outros pediam ajuda e orientação para organizar uma *comissão interna,* pois a direção das fábricas havia proibido qualquer manifestação política no seu interior. Enquanto não resolviam a pendenga as duas comissões passaram a se a se reunir na sede do Esporte Clube Niterói.

72 - A "hora da peneira" era um programa de calouros. Em geral, era realizado num salão fechado. Mas, às vezes, era feita na rua ou em alguma praça, quando o equipamento de som fosse suficientemente potente. Segundo Sr. José Eustáquio a "hora da peneira" foi muito popular na Mooca por mais de trinta anos. Entrevista concedida ao autor em 15 de setembro de 1999.

73 - Entrevistas citadas In: Paoli. Maria Célia. "São Paulo operária e suas imagens". op. cit. p. 38.

"Sociedade Amigos de Bairro nessa fase... A bem dizer eram sempre os mesmos... Era um entrelaçamento. Era uma teia, clubes de futebol, clubes de dança, associação cultural, era tudo uma teiá. O que é Sociedade Amigos do Bairro? É o resultado da necessidade dos moradores da região para criar uma entidade para reivindicar melhorias para o bairro. Quando ela não existe qualquer associação faz o que ela faz. (...)"
"Em todos os lugares, quando falta alguma coisa, as pessoas mais interessadas costumam se reunir, em um clube de futebol, em uma associação, em um bar da esquina, em qualquer tipo de lugar. Aí um grupo de abnegados: comerciante, operários, ou profissionais liberais, devido à necessidade do bairro luta pela solução dos problemas".[74]

Portanto, somente em circunstâncias muito específicas e para grupos determinados, elas assumiam um papel especializado nas suas atividades. Observação similar, sobre os múltiplos papéis desempenhados pelas organizações populares locais, foi feita por Norberto Elias, ao estudar Winston Parva:

"Tal como as atividades das associações centradas nas igrejas e capelas, as ligadas à politica só constituem um tipo especializado de atividade no caso de um pequeníssimo número de pessoas. Para a maioria dos participantes, eram simplesmente uma forma de atividade social das horas de lazer. E o mesmo se aplicava a suas convicções políticas. Para a maioria das pessoas, elas eram parte integrante de um sistema de crenças mais geral, primordialmente determinado pelos assuntos comunitários e apenas secundariamente por questões nacionais".[75]

Do mesmo modo que os moradores da Mooca, em geral, não distinguiam as organizações políticas das econômicas ou culturais, não faz sentido pensar que em suas vidas cotidianas exista alguma hierarquia entre estas esferas, que os obrigaria a dar maior atenção ao universo da produção, por exemplo, em detrimento da reprodução. Essas precedên cias resultam de escolhas socialmente determinadas, não de uma inevitabilidade da ordem social. Disso decorre que as sociabilidades forjadas nas relações de vizinhança se encontraram cotidianamente com as condições de trabalho, embora nem sempre esse encon tro tenha produzido uma ação que repercutisse em ambos. Contudo, esses "momentos de fusão dos conflitos e reivindicações" emergem com clareza quando acompanhamos a circulação dos sujeitos de uma organização a outra - das organizações do bairro, para as fáb ricas e dessas para os clubes de futebol. - formando as finas linhas que compõem as redes que interligam os temas do mundo do trabalho com os temas da vida do bairro.[76] O caráter descontínuo entre mundo do trabalho, atividades de lazer e local de moradia não parece existir na perspectiva das classes populares, porque o tempo livre, após as atividades produtivas, não pode ser pensado independente das condições em que esta atividade se realizou. Portanto, as experiências fabris só adquirem pleno significado qu ando iluminadas pelas práticas de lazer e pelas relações de vizinhança nos bairros, e vice -versa.

---

74 - Respectivamente: entrevista com Isidoro Del Vecchio e Manuel Pitta.
75 - Cf. Elias, Norberto e Scotson, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2000. p. 100.
76 - A reconstituição dessas redes só pode se dar por meio do *nome*. São as trajetórias dos sujeitos que as constituem que nos permite falar em redes. Ginzburg, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Trad. António Narino. Lisboa/São Paulo. Difel/Bertrand Brasil.1991. p. 175.

Adhemar de Barros em reunião politica na sede do *Oliveira futebol Clube,* em algum momento durante a sua interventoria no governo do Estado.

Jogadores do Oliveira Futebol Clube, em 1945.De farda, o diretor do clube Isidoro Del Vecchio.

REPRESENTAÇÃO E NEGOCIAÇÃO: AS SABs E OS CÍRCULOS

> "No final da guerra e durante a guerra, a cidade de São Paulo começou a ter um desenvolvimento, teve uma explosão demográfica. Começou a crescer muito e desordenadamente. A periferia começou a aumentar e começaram a surgir os problemas, porque o poder público não tinha capacidade para poder dar toda a estrutura de melhoramentos públicos para a cidade que estava explodindo. Aí começou o povo a se organizar. Então a organização era a formação das Sociedades Amigos de Bairro."[1]

As Sociedades Amigos de Bairro

Segundo uma versão, ainda hoje muito disseminada, as Sociedades Amigos de Bairro, na sua origem, teriam sido "*organismos de representação popular*, no sentido de que elas foram, praticamente, as *únicas expressões genuinamente populares* existentes na época, em São Paulo".[2] Para enfatizar o seu caráter eminentemente popular das SABs, essa versão estabeleceu uma comparação entre elas e os partidos políticos e sindicatos existentes no mesmo período: "Não creio que os sindicatos, por definição, dependentes do Estado, no Brasil – ou mesmo os partidos populares tivessem tido origens *tão espontaneamente populares quanto as SABs*".[3]

Nem os partidos nem os sindicatos se aproximariam da efetiva representação popular alcançada pelas SABs, elas sim, os únicos "organismos de *expressão de interesses das classes populares* em seu ambiente de moradia". Contudo, uma ressalva decisiva estabelece seus limites: "O que não implicou, obviamente, que elas tenham desenvolvido plenamente estas origens ou que essa capacidade espontânea de representação de seus primórdios tenha se articulado em um projeto político conseqüente".[4] Ou seja, as SABs foram, desde o final dos anos 1940, os únicos e efetivos organismos populares surgidos no Brasil, mas não foram capazes de realizar plenamente o potencial contido na sua origem.

A principal limitação das SABs residia no fato de que elas não tinham resultado de esforços mobilizatórios conscientes e planejados por algum agrupamento político -partidário, de modo que não possuíam uma clara e identificável "direção política" que fosse capaz de lhes fornecer o "rumo e o sentido" adequado à sua própria aspiração original. Esse "espontaneísmo político" que marcou as SABs, desde a sua origem, teria simultaneamente representado tanto o seu caráter de novidade quanto a sua limitação estrutural, mas essa "mácula de nascença" fez com que as campanhas e reivindicações nas quais elas se envolveram não fossem formuladas de

---

1 - Entrevista com Eduardo Rosmaninho, concedida ao autor em 15 de setembro de 1999.
2 - Moisés, J. A. Experiência de mobilização popular em São Paulo. *Contraponto*. Rio de Janeiro. N° 3, setembro de 1978. p. 70. (Grifos meus).
3 - Idem, Ibidem.
4 - Idem, Ibidem. p. 70.

maneira suficientemente explícita e coerente com a sua condição de "organismo de representação popular", de modo que elas apenas constituíram o esboço de um projeto político próprio.

Ou seja, sem a condução de um partido, ou de lideranças políticas estruturalmente estabelecidas nas malhas da configuração partidária, as SABs não foram capazes de criar os instrumentos para transformar seus justos e legítimos anseios num projeto político coerente. As classes populares até foram capazes de criar uma organização independente e genuína a partir dos bairros, mas, sem uma direção intelectual e política corretas, foram dragadas nos tentáculos da política populista, assim como os sindicatos e os partidos de inspiração popular, surgidos na mesma época.

A despeito das suas inúmeras limitações, as SABs tiveram, segundo essa versão, uma importância fundamental no após-guerra por terem mantido uma relativa autonomia e "só recentemente, terem caído debaixo da influência mais direta do Estado e do partido governista". Além disso, foram importantes também "como fatores de articulação de alguns interesses econômicos e políticos das classes populares e como instrumentos de pressão dessas populações diante do Estado e dos grupos dominantes, tendo em vista a obtenção de melhorias que vinham, parcialmente, ao encontro de seus interesses".[5] Apesar do seu caráter intrinsecamente limitado, do seu espontaneísmo, da ausência de direção política e de esforços mobilizatórios conscientes e planejados de algum agrupamento partidário, as SABs teriam criado *algumas* condições favoráveis à participação popular efetiva, ao implementarem uma tendência de pressão por melhorias nas condições urbanas nos bairros periféricos da cidade. Contudo, essa pressão seria mais do tipo moral e ideológica, contribuindo apenas para um clima geral, para uma ambiência, em que as classes populares urbanas se "permitiriam transformar nos novos personagens da cena política, ainda dentro dos marcos de uma espontaneidade pouco controlável".[6]

Embora muito instigantes e coerentemente concatenadas, essas hipóteses precisam ser relativizadas e pensadas na sua historicidade, já que algumas questões ficam sem resposta; afinal, por que um início tão promissor e original teria se perdido nos interstícios das tramas do populismo? Qual a natureza e o caráter das SABs que produziram sua "incapacidade" de expressar seus próprios interesses? Quais transformações históricas teriam conduzido essas

---

5 - Respectivamente. Moisés, José Álvaro. Classes Populares e Protesto Urbano. op .cit. p. 85 e Experiência de mobilização popular. op. cit. p. 70. (Grifos meus). A expressão "só recentemente" refere-se, suponho, aos anos posteriores a 1964.

6 - Moisés, J. A. Experiência de mobilização popular. op. cit. p. 72. A despeito de discordar dessa interpretação Moisés tem o indiscutível mérito de ter sido o primeiro estudioso a demonstrar a importância das SABs no contexto político dos anos 50. Contudo, escritos no final dos anos 70, seus trabalhos dialogam com as tentativas de compreender as causas da derrota política em 1964 e, ao fazê-lo, produziram um arcabouço explicativo em que o fenômeno do

organizações, as únicas de "expressão genuinamente popular", a uma prática sem conseqüências organizativas e transformadoras?

Na história que comumente se escreve das SABs, elas teriam surgido umbilicalmente atreladas à Sociedade Amigos da Cidade (SAC).[7] Mas não é difícil entender porque se cristalizou essa "origem mitológica". Em setembro de 1956, por iniciativa da SAC, realizou-se um grande encontro de Sociedades Amigos de Bairro da cidade na São Paulo. Representantes de meia centena de SABs se reuniram na sede da SAC, na rua Xavier de Toledo, 140. O objetivo da reunião era estabelecer um "plano comum em prol das reivindicações dos bairros paulistanos, a idéia era congregar todas as SABs numa confluência de esforços para o atendimento das aspirações da população".[8] No final da reunião foi criada uma comissão permanente de representantes de SABs e SAC, composta de um membro de cada entidade participante, com o objetivo de apresentar um plano de ação conjunta.

Esse encontro foi, na realidade, uma tentativa de coordenar politicamente as ações das Sociedades Amigos de Bairro e deslocar para a Sociedade Amigos da Cidade o papel de coordenação das organizações dispersas pelos bairros. Mas o objetivo não revelado foi a tentativa de lançar as bases de apoio para o retorno de Prestes Maia à prefeitura municipal, nas eleições de 1957. É bastante provável que, depois desse encontro, se tenha lido retrospectivamente as relações entre SABs e SAC e essa circunstancial aproximação tenha sido interpretada como estando dada desde a origem das SABs. Onze anos antes desse encontro, em fevereiro de 1945, num clima de crescente agitação popular, a Delegacia da Ordem Política e Social promoveu uma minuciosa investigação na Sociedade Amigos da Cidade, que comemorava, naquele mês, dez anos de existência. O relatório final do investigador presente nas reuniões concluiu que essa "sociedade não possui filiais, nem tem afinidades com as diversas sociedades congêneres que existem em muitos bairros da capital"[9]; ou seja, no décimo aniversário da Sociedade Amigos da Cidade ainda não havia qualquer ligação entre ela e as SABs existentes.

---

populismo era a senha para a compreensão de todo o período. É nesse contexto que se compreende sua ênfase no tema do *partido* e da *direção* política – implicadas numa severa crítica ao partido comunista

7 - "...há boas indicações de que a SAC tenha sido o modelo inspirador das primeiras SABS que começaram a surgir a partir da conjuntura liberalizante de 1945/1946, quando as classes populares desempenharam papel de alguma relevância na política do país". Moisés, J.A. Experiência de mobilização popular. op. cit. p. 71. Paul Singer também endossou essa versão para a origem das SABs. Conferir: "Movimentos de bairro". In: *São Paulo: o povo em movimento*. 2ª ed. Petrópolis. Vozes, 1981. p. 87. E também as próprias SABs, em geral, se atribuem essa origem como se lê no *Cadastro das Sociedades Amigos de Bairros da Grande São Paulo*. Emplasa, Governo do Estado de São Paulo, 1980.

8 - A delegacia do DOPS enviou um agente a essa reunião que relatou: "Em nome da SAC, o comandante Marcílio Esteves esclareceu que ela não tinha um programa preestabelecido a oferecer, sendo necessário para isso a colaboração de todos as sociedades de bairro". Arquivo do DOPS. Dossiê, 50-J-74-4.

Criada em 1934 sob inspiração da *Sociedade Los Amigos de la Ciudad*, de Buenos Aires, a SAC foi organizada como um grêmio de estudos urbanísticos, cujo principal objetivo era impulsionar e sustentar tecnicamente as investidas políticas de seu mentor e primeiro presidente, Prestes Maia. No seu regimento interno, aprovado em agosto de 1936, lê-se que:

> "(...) o fim principal da sociedade seria o de conseguir a elaboração do 'plano geral da cidade', contribuir para o seu êxito e zelar pela sua fiel execução (...). A SAC realizará por todos os meios ao seu alcance uma intensa propaganda dos princípios modernos de urbanismo, promovendo conferências, publicando trabalhos técnicos e educativos, pela imprensa, pelo rádio e por outras formas de publicidade".[10]

A SAC foi então organizada com um *conselho diretor*, escolhido a partir de uma comissão executiva. Subordinadas ao conselho estavam as *comissões técnicas*, num total de nove (cadastro urbano, obras públicas, turismo, propaganda, legislação e fazenda, higiene e saúde pública, parques e jardins, arte e instrução, circulação e transportes). E as vinte e seis *comissões distritais* (Sé, Bela Vista, Santa Cecília, Consolação, Vila Mariana, Aclimação, Brás, Ipiranga, Cambuci, Jardim América, Barra Funda, Vila Pompéia, Perdizes, Pinheiros, Mooca, Vila Buarque, Pacaembu, Cerqueira César, Ponte Grande, Luz, Pari, Belém, Penha, Santana, Freguesia do Ó e Higienópolis). Dentre as funções específicas das comissões distritais estava a de "pugnar pelo progresso urbanístico dos seus respectivos distritos e defender os *direitos dos seus habitantes perante a SAC*".[11]

Parece claro que a função das comissões distritais era criar as condições para a aplicação das decisões que as comissões técnicas aprovassem. E, mais que isso, estabelecer uma ligação eficaz dos distritos com o conselho diretor, mas não deles com o poder público. A Sociedade Amigos da Cidade não estava imbuída de qualquer espírito reivindicatório, e não era uma organização preocupada com as questões específicas dos bairros da metrópole, seu objetivo era a realização de estudos técnicos e de planejamento urbano, de acordo com os projetos políticos do grupo ligado a Prestes Maia. Seu ângulo de visão da cidade não era da periferia para o centro, mas o contrário. Além disso, na sua origem estava uma parcela da "aristocracia" paulistana, aliada a amplos setores da classe média.[12] Portanto, as Sociedades Amigos de Bairro e Sociedade Amigos da Cidade eram entidades com *origens* diferentes, e com *objetivos* diferentes, e com *motivações* diferentes.

---

9 - Arquivos do DOPS. Dossiê, 50-J-74-2.

10 - Folheto avulso, contendo o regimento interno da Sociedade Amigos da Cidade, aprovado em 6 de agosto de 1936. (Grifos meus).

11 - Idem, Ibidem. (Grifos meus).

12 - Alguns dos seus fundadores foram Luís de Anhaia Melo, Francisco Machado de Campos, Conde Álvares Penteado, Lauro de Barros Siciliano, Júlio César Vieira dos Santos.

Um aspecto fundamental na história das SABs é que na agenda de reivindicações que as impulsionou há uma clara continuidade em relação aos comitês democráticos populares. Entretanto, embora o conjunto das reivindicações fosse semelhante, a maneira de encaminhá-las se modificou. Na verdade, as SABs surgiram no cenário político da cidade de São Paulo antes de 1945, mas cresceram vultosamente depois da decretação da ilegalidade do PCB e da extinção dos comitês democráticos. Exemplo disso foi o que aconteceu em abril de 1943, no grupo escolar Benedito Tolosa, em Casa Verde:

> "...onde se deu a reunião de criação da Sociedade Amigos da Casa Verde Segundo os oradores daquela noite, a sociedade não possuía fins políticos ou religiosos, limitava-se à expressão cultural, artística e recreativa, bem assim aos interesses do bairro da Casa Verde, sua principal finalidade".[13]

Muitas Sociedades Amigos de Bairro surgiram antes ou concomitantemente aos CDPs e, em inúmeros casos, as duas organizações trabalharam em conjunto; mais que isso, houve um trânsito contínuo de membros de uma para a outra, embora os comitês democráticos - pela própria existência do jornal *Hoje* e pela sua vinculação com o PCB - tivessem, até 1947, uma visibilidade e uma politização maior que as SABs.

O surgimento das Sociedades Amigos de Bairro, ainda em plena vigência do Estado Novo, intrigou e inquietou os órgãos de segurança pública. O delegado chefe do setor político do DOPS encarregou o mesmo investigador que estivera na Casa Verde, em 1943, de fazer uma varredura em todas as organizações do mesmo tipo espalhadas pela cidade. Em fevereiro de 1945, portanto meses antes do surgimento dos comitês, o investigador constatou que já existiam dez "sociedades congêneres" funcionando na cidade de São Paulo, sem qualquer registro oficial. No Tucuruvi, a sociedade fora fundada em 25 de novembro de 1944; na Casa Verde, em 13 de maio de 1943; na Vila Maria, em 16 de agosto de 1944 etc. A preocupação dos órgãos de segurança pública, naquele momento, era estabelecer as possíveis vinculações político-partidárias dessas organizações, suspeitava-se de suas ligações com o ainda ilegal partido comunista, mas depois de alguns meses de trabalho, o investigador encaminhou seu relatório final com uma pequena nota: "Os elementos que compõem a diretoria da SAB do Tucuruvi e de Vila Maria pertenciam ao Partido Republicano Paulista, os da SAB da Casa Verde, são pecepistas. O investigador terminava seu relatório manifestando a sua incontida surpresa pela

13 - Arquivos do DOPS, Dossiê 20-J-0-10. O investigador que esteve no bairro da Casa Verde apurou que um dos membros da diretoria da sociedade que se fundava, Joaquim de Oliveira Lima, fora fichado como comunista pelo DOPS na cidade de Feira de Santana na Bahia.

total ausência de membros, ou mesmo de simpatizantes, do Partido Comunista nessas entidades".[14]

Portanto, desde o início, as Sociedades de Amigos estavam, tanto quanto os Comitês Democráticos, profundamente imbricados nas teias das organizações político-partidárias dos bairros em que se constituíam. E é exatamente a partir dessas configurações partidárias e das disputas e conflitos políticos delas originados que se pode elucidar não apenas o seu surgimento, mas a sua trajetória. Desde a sua origem, as SABs foram compreendidas como potenciais organismos de ligação dos bairros periféricos com os partidos políticos e as administrações públicas, tanto municipais quanto estaduais. A política partidária e as suas múltiplas implicações, mais do que estar presentes na trajetória das SABs, são a chave para a compreensão da sua história. Por isso, defini-las como "as únicas expressões genuinamente populares existentes na época" é subsumir sua complexidade a uma versão romântica, parte fundamental da sua própria mitologia autoconstruída. A história das SABs está assentada num duplo e tenso caráter: negociação constante com os poderes públicos e os partidos políticos, ao mesmo tempo em que se constituíam, efetivamente, como expressão dos interesses dos moradores dos bairros da periferia.

A autonomia das organizações de bairro, e ela realmente existiu, nas décadas de 40 e 50, foi constantemente atravessada pelas disputas político-partidárias e pelos interesses eleitorais locais; exatamente por isso as associações de bairro exprimem uma singular maneira de se relacionar com o jogo político, que se materializa num contínuo aprendizado de difíceis negociações e na recusa dos conflitos abertos e explícitos.

> "Aí esse vereador fazia o quê, vinha até a sede do clube distribuía santinho, fazia comício. Era isso. Eu era já político. Mas mesmo eles indo lá as pessoas vinham conversar com a gente em quem votar, nós pegávamos as coisas, mas votávamos nos outros... Então começamos a entrar em contato com os políticos para melhorar o clube financeiramente... Depois nós arrumamos sede. Eu entrei em contato com ***todos os partidos***, mas eu tinha mais contato com o pessoal do Adhemar, compreende? Aí entrei em contato com um vereador para que ele ajudasse o clube. Aí ele disse: 'Então vê no que eu posso ajudar.' Aí eu disse: vamos discutir noclube. Aí pensamos que precisávamos de um campo, para arrumar o campo precisávamos de um terreno, para depois falar com o vereador para ver se ele quebrava um galho para passar um trator e tudo mais. Então arrumamos um terreno - onde hoje está a minha casa - que era da metalúrgica Peccorari, anteriormente foi do Saponáceo Radium era na rua São Leopoldo esquina com a Visconde de Parnaíba. Aí o vereador mandou passar o trator. Enchia [de gente] viu? Porque quando chegavam as eleições, eu tinha contato com esses políticos, viu! Então arrumava aparelho de som e tudo, quando era no domingo nós já tinha pau enterrado em roda do campo, uns caibro. Então punha os aparelho de som, assim os microfone e logo de manhã jogava o*Juvenil*, de tarde é que

14 - Além dessa informação, o investigador acrescentou um levantamento da profissão de todos os membros das diretorias eleitas dessas sociedades. No Tucuruvi, o presidente era advogado; o vice-presidente, médico; o secretário geral, serventuário da justiça; o primeiro secretário, ferroviário; o segundo secretário e o primeiro tesoureiro foram descritos como proprietários (proprietário, nesse caso, talvez significasse comerciante); o segundo tesoureiro, dentista. O conselho consultivo era composto de quatro coronéis, um major e um médico. Na Casa Verde e em Vila Maria, de modo geral, repetem-se as mesmas profissões encontradas no Tucuruvi: dentistas, médicos, corretores de imóveis, farmacêuticos e, em menor número, alguns operários. Arquivos do DOPS, dossiê 20-J-0-6.

jogava o *União*. Então era bonito, viu, enchia isso aqui com rapaz de fora-a-fora, enchia [de gente] e depois tinha baile na sede. Então eu trazia as pessoas pra ver o candidato, tudo isso, né. Então, quando chegava a eleição o pessoal dizia: 'Seu João quem é seu candidato?', né!"[15]

Essa "negociação" certamente foi o caminho mais curto para o estabelecimento de um vínculo clientelista das SABs com os políticos de todos os partidos, mas seria um equivoco supor que estas práticas - que estavam na essência das organizações de bairro - surgiram de fora para dentro das experiências populares. Elas eram, de fato, constitutivas das relações entre as organizações de bairro e os partidos políticos, todos os partidos. O aspecto fundamental é que as "práticas de negociação" estavam entranhadas nas organizações populares. Se esse "é dando que se recebe" não encontrasse um campo fértil nas experiências populares, possivelmente não teria produzido os efeitos que produziu como instrumento de arregimentação política. Essa profunda imbricação com os interesses políticos locais e as práticas de negociação que ela implica, talvez possam ser atribuídas a uma longa tradição de "autoritarismo socialmente implantado", que produziu, cotidianamente, nas micro-relações de todos os grupos sociais desprovidos de poder, uma experiência de cidadania e de direitos que só adquiria significado concreto hora na chave do favor hora na chave da repressão. A maneira como se estruturavam e configuravam no dia-a-dia as organizações populares no após-guerra, sempre plasmadas por um profundo e denso sentido pragmático de negociação, exprime uma estratégia em que se evitam explicitamente os confrontos e conflitos que as tornariam ainda mais vulneráveis diante da repressão. [16]

A maior dificuldade em acompanhar a história das SABs e em estabelecer as suas conexões e os seus vínculos com as demais organizações de bairro surgidas no após-guerra é que, em sua grande maioria, elas surgiam e ressurgiam continuamente. Tinham, com raras exceções, uma vida curta, fragmentária e intermitente.[17] É possível que em alguns bairros os comitês democráticos tenham surgido para disputar espaço com as SABs; é possível que a existência prévia de uma sociedade de amigos tenha inibido o surgimento do comitê; é possível também que muitos comitês tenham se inspirado nas SABs e em suas práticas já estabelecidas; ou que a criação das Sociedades fosse um dispositivo para evitar as perseguições sofridas depois de 1947 com a cassação do PCB. Como observou o jornalista Noé Gertel: "uma das coisas que se discutia

15 - Entrevista com João Louzada, concedida ao autor em 6 de novembro de 1998.

16 - Sobre a percepção dos direitos na chave da repressão ver: Paoli, Maria Célia. "Violência e espaço civil". In: *A violência brasileira*. São Paulo. Brasiliense, 1982. Sobre a noção de autoritarismo socialmente implantado conferir: O'Donnel, Guillermo. E eu com isso? Notas sobre a sociabilidade política na Argentina e no Brasil e. op. cit. p. 141.

17 - Exemplo disso, está na notícia do *Correio Paulistano*, de 24 de agosto de 1947, anunciando a recém-criada *Sociedade Amigos do Progresso de Casa Verde;* ou seja, a entidade criada em 1943, foi recriada em 1947. Por isso, há que se desconfiar das estatísticas acerca da criação dessas entidades. Mas não deixa de ser sugestivo pensar que, do total de SABs existentes em 1970, 12,2% foram criadas entre o fim da 2ª guerra e 1955, e também os 87,8% restantes surgiram depois de 1955, conforme sugeriu Moisés, cf. Classes Populares e Protesto Urbano. op. cit. p. 184. Moisés apontou também a existência de SAB na Vila Jaguara, na Lapa, ainda na década de 1920. p.171.

nos comitês é: onde houver sociedade amigos de bairro não se cria comitês, entra-se nas sociedades. Por isso, tenho a impressão que elas precederam os comitês".[18]

O que os comitês fizeram, sem dúvida, foi dar à organização das SABs, onde elas já existiam, um caráter mais popular, politizado e abrangente. Parece razoável supor que as SABs e os CDPs tenham se influenciado mutuamente e, com a ilegalidade do PCB, é provável que as SABs tenham colhido os frutos da enorme visibilidade das "questões do bairro" que a sua existência tinha proporcionado.[19] Porém, somente uma avaliação caso a caso pode revelar as múltiplas possibilidades de vinculação entre as sociedades e comitês.

Um exemplo dessas múltiplas possibilidades de relacionamento foi a criação da sociedade de amigos da 4ª Parada e do Belém, em julho de 1946, no momento em que o CDP estava a todo vapor. Nas justificativas para a sua criação estava a luta por calçamento, iluminação, transportes, a criação de um hospital infantil e de uma creche, o estabelecimento de uma cooperativa de consumo para a venda, a preços tabelados, de gêneros de primeira necessidade. Um dos mais ativos membros na criação da SAB foi o Pe. Arnaldo de Morais Arruda, que:

> "Referiu-se ao significado da criação da nova sociedade que congrega no seu seio cidadãos animados do desejo de prestar serviços à coletividade o que servia de exemplo aos demais bairros, onde outras entidades semelhantes haverão de erguer-se, como sentinelas dos interesses do povo, *sem cogitar, entretanto, de política* ou questões religiosas, pois que a melhor política e a melhor maneira de servir a Deus é levar o bem-estar, conforto e a tranqüilidade aos lares dos que trabalham".[20]

Contudo, a "ausência de cor política" não era exatamente a marca de origem das SABs. Um ano depois de sua criação, ao menos dois membros da sua comissão organizadora foram eleitos para a vereança na capital: Pe. Arnaldo de Morais Arruda (pelo PSP), e Armando Pastrelli (pelo PST). Dos nove membros que participaram ativamente da primeira diretoria da SAB do Belém, três haviam passado pelos comitês democráticos do bairro, e eram fichados no DOPS como comunistas, inclusive o vereador eleito Armando Pastrelli. Ao menos nesse caso, não há dúvida que a criação da SAB ampliou o leque de participantes do comitê, incluindo uma

---

18 - Entrevista com Noé Gertel, concedida ao autor em 27 de agosto de 1999. Em fins de 1947 surgiu no Canindé uma *Comissão de Moradores do Bairro* que solicitou ao DOPS uma autorização especial para realizar, no ponto final da linha de bondes, às 14 horas, um comício comemorativo do dia do trabalho. Essa comissão de moradores, na verdade, foi a forma encontrada pelo extinto comitê democrático para continuar atuando sem as perseguições policiais e, como em muitos outros bairros da cidade, ela deu origem, algum tempo depois, à organização da Sociedade Amigos do Canindé. O pedido foi negado. Segundo os agentes do DOPS, os promotores dessa festa de 1° de maio eram diversos membros dos sindicatos atuantes na sociedade do bairro. Arquivos do DOPS, prontuário n° 93.192.

19 - Em entrevista com o operário têxtil e membro do diretório da UDN da Mooca, *João Bezerra dos Santos*, perguntei: o Sr. nunca fez parte de Sociedade Amigos de Bairro? E ele responde: 'Não, nunca fiz, porque isso era uma ramificação dos comunistas!" Entrevista com João Bezerra dos Santos, concedida ao autor em 12 de junho de 2000.

significativa classe média, que aumentou significativamente a presença das duas organizações no bairro.[21] Essa ampliação na composição social dos participantes foi ilustrada no ato público promovido pela mesma sociedade do Belém um mês depois da sua criação, numa quinta-feira, às 19:30 horas em frente à igreja de São Paulo, na rua Tobias Barreto, 1.320. Pe. Arnaldo convocou os moradores alegando que:

> "O momento é grave e requer a *união de todos*, para lutar em defesa dos seus direitos. (...) Quando um náufrago está em perigo não pergunta a quem atira um salva-vidas, se é católico, protestante, ou ateu, ele procura imediatamente salvar-se. Por isso, não se deve fazer perguntas sobre religião ou política [aos membros da SAB], mas estender os braços aos vizinhos, todos vítimas dos exploradores que vivem da miséria e sofrimento alheio".[22]

Ao final do seu discurso, Pe. Arnaldo anunciou que a SAB contava com o auxílio financeiro de muitos industriais do bairro, que estavam dispostos a ajudar numa campanha em defesa do povo, doando um terreno para a construção de um hospital onde não seria necessário fazer filas, arranjar "cartuchos" ou "pistolões" para ser atendido. Apesar de bem organizada e estruturada, em algum momento ente 1947 e 1952, a SAB do Belém também desapareceu, porque o seu presidente na década de 80, Manuel Pitta, contou que:

> "A Sociedade Amigos do Belém teve como seu primeiro presidente o Dr. Rubens Martinez da La Rosa. Ele era moço e o pai dele tinha uma indústria aqui no bairro. Aí ele cismou de ser candidato a vereador. A Sociedade Amigos de Bairro foi fundada em 18/03/1952, para que ele tivesse força para ser candidato a vereador, mas junto com ele entrou uma série de comunistas. O pessoal se infiltrou, não tinha sedeprópria, aí ele perdeu, não deu certo e a sociedade parou, por dois anos".[23]

Não se trata apenas de uma história fragmentada, há também uma memória seletiva e descontínua, resultado de uma atuação intermitente e de uma rápida e ininterrupta transformação do seu próprio perfil. Em curtos espaços de tempo as sociedades podiam alterar completamente as suas vinculações político-partidárias, de maneira que os re-fundadores de 1952, aparentemente, não tiveram nenhum contato com a fundação de 1947; a SAB, em 1947, era dividida entre comunistas e católicos, em 1952 era marcadamente anticomunista.

Por tudo isso, as SABs foram *também* organismos de representação popular, mas não foram simplesmente isso. Se, mesmo sob os auspícios do poder público de plantão ou negociando com interesses estritamente político-eleitorias, puderam expressar as demandas populares pela

---

20 - *Hoje*, 23/07/46. (Grifos meus). O Pe. Arnaldo esteve presente também na fundação da SAB da Penha em 1949, no ano seguinte esteve no II Congresso Brasileiro pela Paz, no teatro Coliseu e foi um dos escolhidos para representar o Brasil no Congresso Mundial pela Paz na Inglaterra, em 1952. Arquivos do DOPS, prontuário 106.687.

21 - A Delegacia de Ordem Política e Social identificou Armando Pastrelli, residente à rua Venda Nova n° 22, como um "dos organizadores da Sociedade Amigos da 4ª Parada e Belém da qual foi o 1° secretário. Essa e outras sociedades, apesar de seus títulos não terem expressão política sofrem forte infiltração comunista, segundo orientação do partido..." Juntamente com Pastrelli foram indicados Benedito Joffre, também eleito vereador e Orlando Piazzoto, eleito deputado estadual. Arquivos do DOPS, prontuário n° 83.293.

22 - *Hoje*, 20/08/46, p. 8. (Grifos meus).

23 - Entrevista com Manuel Pitta, concedida ao autor em 17 de fevereiro de 2000.

melhoria nas condições de moradia, transporte, lazer, escola, pavimentação, eletrificação etc., é porque o seu significado estava impresso na experiência e nas práticas populares, e porque estas práticas conseguiram emergir em meio a esse emaranhado de interesses, conflitos e negociações. João Louzada expressou de forma muito clara as dificuldades de transitar dentro desse emaranhado de interesses:

> "Esses comitês saíram em todos os bairros, compreende? Nesses comitês começaram a participar pessoas de massa, não era só do partido. Nos bairros tinham os comitês, aí tinha um lugar para se reunir, compreende? Mas de início era nas casas... Mas naquele tempo tinha uma propaganda tremenda. Não tinha um dia que você acordasse e que não tinha num poste: 'Olha o que é o comunismo, cortando o pescoço das pessoas com a foice'. Era uma campanha ideológica que não era moleza... Aí as pessoas formaramSociedades Amigos de Bairro... Os comunistas entraram para os sindicatos e os que não pertenciam aos sindicatos para a atividade deles, entrou na formação das Sociedades de Amigos. As sociedades eram mais amplas do que as células do partido e os comitês. Porque as Sociedades, elas se transformaram na reivindicação do local. Era pavimentação, água, luz, escola, esgoto, transporte, creche, tudo isso... E também por necessidade, porque os bairros não tinham nada. Assim surgiu as Sociedades Amigos de Bairro. Eu, por exemplo, como outros que tínhamos tempo, aqui na Mooca, tanto funcionava no sindicato quanto na Sociedade Amigos de Bairro... Com as sociedades era uma luta tremenda... Foi um desenvolvimento em São Paulo tremendo: pavimentação, água." (...)
> "Por isso, as Sociedades Amigos de Bairro, quando o partido foi cassado, foram criadas com essa experiência e eram legalizadas. Então os comunistas iam pra sociedade amigos de bairros, mas não se falava de comunismo lá dentro, compreende? Porque o mal até agora é falar no teu partido, porque na organização de massa tem pessoas com toda tendência política, partido, religião. Então, você se isola. Nós íamos pra Sociedade Amigos da Mooca, como os elementos mais trabalhadores, sem interesse nenhum compreende?[24]

Esse relato sugere, ao mesmo tempo, a ligação entre os comitês e as SABs, e a "transferência das experiências" de um para o outro. O que marcaria a diferença entre os comitês e as SABs não é uma possível filiação política, já que ambas, desde a sua origem, estiveram profundamente imbricadas com os partidos políticos, nem as negociações e barganhas que foram parte constitutiva da configuração de ambas.

De fato, a diferença entre as SABs e os CDPs estava na maior heterogeneidade e pluralidade da composição daquelas, e também no modo de encaminhar as suas reivindicações. Os comitês, por conta das suas origens e vínculos com o PCB, geralmente promoviam abaixo-assinados e petições aos órgãos competentes do poder público municipal ou estadual, enquanto as SABs, com os mesmos abaixo-assinados e petições, faziam o percurso até o poder público quase sempre por intermédio de algum vereador, deputado estadual ou diretório partidário:

> "[Era] Sempre via política ou um vereador ou um deputado, em cada bairro havia um político que era o elo de ligação entre a pretensão e a solução, nem precisava ser do bairro." (...)
> "Eu ia no senadinho, cada domingo num bairro, todas as Sociedade Amigos de Bairro, eu ia e discutia com eles as reivindicações do bairro. Uma reivindicação tremenda naquele tempo, principalmente nesses bairros mais longínquos, era energia elétrica... A gente ia lá e discutia, depois ia na *Light*, ela mandava um fiscal fazer um levantamento de quantos postes ia naquele local. Quantos transformadores ia, o fio, e então fazia um

24 - Entrevista com João Louzada, concedida ao autor, respectivamente em 28 de agosto de 1999 e novembro de 1988.

orçamento. Aí nós voltávamos lá e o pessoal via se aceitava ou não, compreende. Aí negociávamos uma prestação menor..."[25]

Talvez, como conseqüência dessa contínua intermediação, as SABs tenham tido maior sucesso na obtenção das suas reivindicações do que os comitês. Mas não é fácil mapear as efetivas melhorias e conquistas que podem ser atribuídas à sua atuação específica, por duas razões básicas: a sua própria natureza fazia com que as reivindicações e demandas se diluíssem e fossem tragadas pelos "esforços" dos políticos e dos partidos que as encampavam; além disso, as inúmeras fundações e re-fundações a que muitas delas foram submetidas, nem sempre foram acompanhadas da preocupação em preservar as cartas, atas de reuniões e cópias de abaixo-assinados em que se empenharam.

Uma exceção nessa contínua fragmentação é o caso da *Sociedade Amigos de Vila Gumercindo*. Em novembro de 1992, ela comemorava 40 anos de atuação ininterrupta. Os festejos duraram uma semana, começaram no dia 6 de novembro, uma sexta-feira, com um baile e um enorme bolo de aniversário.[26] No folheto comemorativo, que contava a história da SAVG, foram enumeradas oitenta conquistas que se atribuíam diretamente à sua intervenção:

"Retificação do riacho do Ipiranga; participação na abertura da avenida Água Funda; extensão da rede de água e esgoto para todas as ruas do bairro; pavimentação de mais de quarenta ruas; construção do grupo escolar Antônio Franceschi; construção do parque infantil da rua Vigário Albernaz; reforma e instalação de creche no número 483 da mesma rua; construção do centro da juventude – centro de convivência José Gomes; extensão da coleta de lixo domiciliar para todas as ruas do bairro; iluminação pública de todas as ruas do bairro; instalação do centro de saúde na rua Dom Lúcio de Souza; criação de duas linhas de ônibus: Santa Cruz e Vila Gumercindo; construção da sede própria; entrega domiciliar de correspondência em todas as ruas do bairro, inicialmente feita por funcionário da SAVG; instalação da feira livre na rua Dom Antônio Alvarenga; desapropriação de área na rua Dom Sebastião Rego, para construção da praça ajardinada; pavimentação de todas as ruas do bairro; construção da primeira escola pública do bairro – galpão de madeira na rua Dom Alvarenga; construção da galeria de águas pluviais nos fundos do vale do bairro; desapropriação de uma casa construída no leito da avenida Suzana; saneamento dos fundos de vale – Dom Manuel de Andrade, Pedrália, Arraial, Ramalho Ortigão; emplacamento de todas as ruas do bairro; condição ativa na pavimentação, por iniciativa particular, das ruas Dom Miguel Costa, Dom Lúcio de Souza, Dom Pedro Silva, Dom Silvério Pimenta, Dom Bernardo Nogueira, Dom Constantino Barradas e Antônio Salles de Camargo; limpeza de todas as calçadas e sarjetas do bairro por empregado da SAVG, durante seis anos; colocação de guias e sarjetas em mais de uma dúzia de ruas, no plano de emergência antes do serviço de pavimentação; instalação de quatro telefones públicos; instalação de um posto de vendas do CEASA; nomeação, em colaboração com o DSV, de um Grupo de Auxiliares de Trânsito; instalação de semáforos e sinalização em mais de uma dezena de ruas; construção de quatro lombadas; construção de pontilhão de madeira nas ruas Dom Sebastião do Rego e Dom Bernardo Nogueira; arborização de dezenove ruas; instalação de novos transformadores na rede elétrica do bairro; alinhamento da rua Américo Ribeiro; colaboração na construção da calçada junto a EEPG Antônio Franceschi; campanha para incentivar a construção de muros e calçadas defronte aos terrenos baldios; construção de uma mureta de arrimo na rua Guiratinga; instalação de caixas postais para coleta de correspondência em várias ruas do bairro; colocação dos bancos nas praças do bairro; limpeza periódica dos bueiros das ruas do bairro;

25 - Respectivamente Rubens Martinez de La Rosa e João Louzada em 6 de novembro de 1988. João Louzada se refere aqui ao período em que era vereador, a partir de 1953 pelo PST.

26 - No sábado, houve uma serenata pelas principais ruas do bairro. No domingo, inaugurou-se uma exposição de fotos sobre o papel da SAVG na história do bairro e outra com pinturas feitas pelos alunos que freqüentavam a escola mantida na sede da sociedade. Seguiu-se a premiação do concurso literário "*Vida de bairro, vida gostosa*", uma missa solene e as esperadas homenagens a todas as antigas diretorias da entidade, seguida de um lauto coquetel. Na quinta-feira seguinte, dia 12, um jogo de futebol prosseguiu com as comemorações. No sábado, encerrou-se o evento com a apresentação do trio musical da casa de Portugal. Toda a comemoração aconteceu na sede própria da SAVG.

criação do grupo de escoteiros Ipiranguinha; organização de centenas de excursões para os principais pontos turísticos do Brasil; curso de alfabetização de adultos em sua sede social por mais de seis anos; cessão da sede social para o funcionamento do antigo grupo escolar, para os alcoólicos anônimos, para a equipe da amizade e para cursos de judô, ginástica, yoga, balet, corte e costura, inglês, capoeira, arte culinária, pintura em tecido, pintura em tela; tricô, crochê etc.; cessão da sede para festas cívicas e artísticas, festa da cerveja, festa da pizza, festa do sorvete, festa dos queijos e vinhos, noite italiana, baile nostalgia, noite de São Pedro; cessão da sede social para a promoção de festas familiares, casamentos, batizados etc.; cessão da sede para conferências e ciclos de palestras diversos; instalação de uma biblioteca circulante na sede social; organização de um departamento de esportes para promover torneios no bairro; publicação de um boletim mensal; concessão de assistência médica, jurídica e odontológica para os associados; empréstimo de material hospitalar – cama, cadeira de roda, muleta etc. – para os doentes carentes do bairro; instalação de abrigo nos pontos de ônibus; instalação de uma cozinha comunitária nos anos de 1989/1990; criação de uma horta comunitária em terreno da Eletropaulo; promoção de exposição de carros antigos etc..."[27]

A despeito de alguns possíveis "exageros" operados pela memória, a verdade é que, na comemoração dos 40 anos da SAVG, os moradores do bairro reconheciam nela a iniciativa dessas e de muitas outras medidas. A SAVG atuou em quase todos os aspectos da vida social, política e cultural do bairro e teve a iniciativa de grandes e pequenas melhorias materiais.

Por outro lado, é fácil investigar a existência de vínculos entre as SABs e o movimento sindical organizado. Nos momentos em que este vínculo se estabeleceu, muito provavelmente ele foi determinado, ou pela dupla atuação das pessoas envolvidas com ambos, ou pela confluência pontual de certas demandas. Por exemplo, em agosto de 1953, realizou-se o primeiro comício pró-congelamento de preços, no Largo São José do Belém, promovido pela Sociedade Amigos de Bairro do Belém, pela União dos Moradores da Mooca e pelos sindicatos da região. No dia 2 de setembro, uma assembléia do Pacto de Unidade e Ação (PUA) decidiu deflagrar uma greve de 24 horas pelo congelamento de preços e por aumento de salários. Embora contasse com o apoio dos sindicatos, o sucesso desse movimento dependeria, também, das organizações de bairro, clubes esportivos, associações culturais e recreativas.

Em 1953, na notável "greve dos 300 mil" - ocorrida entre março e abril - cujo papel decisivo esteve com as comissões de local de trabalho, a mobilização nos bairros envolvidos com o clima da primeira eleição para a prefeitura da capital foi fundamental na estruturação do apoio ao movimento. No bairro da Mooca, na rua Javari, foi instalada a cozinha comunitária que funcionava das seis da manhã às dez da noite, e que teve na sociedade de amigos e nos comerciantes do bairro um apoio fundamental:

"Também saíamos com a bandeira [do sindicato], angariando mantimentos para a cozinha. Os homens também iam. Percorríamos a rua Santa Rosa, rua da Alfândega, a rua da Mooca. Um dava dois quilos de arroz, outro de feijão, outro de café. A gente dizia que os operários estavam há tantos dias em greve, sem alimentos e todo comércio colaborava. Os comerciantes da Mooca até mandavam entregar os sacos grandes de arroz e feijão, porque na base da condução era difícil carregar. Quando eles viam que a pessoa não podia mais carregar, perguntavam onde era o local para entregar."[28]

---

27 - Folheto comemorativo dos 40 anos da Sociedade Amigos de Vila Gumercindo. pp. 20-24.
28 - Depoimento de Eunice Longo. Apud. Costa, Hélio da. op. cit. p. 180.

Em 7 de maio de 1955, realizou-se na "praça vermelha" um comício pró-congelamento de preços. O investigador escalado para fazer o acompanhamento do evento informou que estavam presentes representantes do sindicato dos hoteleiros, do sindicato dos comerciários, do sindicato dos vendedores do comércio varejista de São Paulo, do sindicato dos metalúrgicos, dos gráficos, dos têxteis, assim como representantes da federação de mulheres e membros da Sociedade Amigos da Mooca.[29] A organização de manifestações como essas colocava as SABs e os sindicatos em uma estreita relação, na qual eram ambos se reconheciam como interlocutores legítimos no encaminhamento das demandas populares.

Desde o início de 1957, os agentes do DOPS registravam a presença de representantes da SABs nas reuniões convocadas pelo Pacto de Unidade Intersindical (PUI). Nessas reuniões, segundo relatam os investigadores, outras cosias, se discutia o aumento do custo de vida e os problemas de abastecimento na cidade de São Paulo. No mês de março, realizou-se uma reunião na sede da Sociedade Amigos do Burgo Paulista, com a presença de uma dezena de outras sociedades de amigos e um dos temas foi o "apoio ao pacto de unidade intersindical ajudando no cumprimento de seu programa".[30] No mês de outubro, em plena greve, a Federação das SABs redigiu um manifesto de apoio aos grevistas:

> "Considerando que as sociedade amigos de bairro, vilas e entidades congêneres são constituídas por uma maioria absoluta de trabalhadores de todas as categorias e profissões; considerando que a luta pelo barateamento do custo de vida é inerente a todo o povo; sem qualquer distinção e que esta federação vem, igualmente pugnando contra a carestia, por vários meios e modos (...). Servimo-nos da presente para hipotecar nossa mais irrestrita solidariedade aos trabalhadores em greve, na expectativa de que as organizações populares de bairros e vilas possam, efetivamente, colaborar no serviço de amparo às famílias dos grevistas por meio de iniciativas e realizações adequadas, de acordo com os recursos de que possam dispor. Com os votos de uma ampla e bem merecida vitória, que será a vitória do povo contra a fome e a carestia, subscrevemo-nos".[31]

Os vínculos das sociedades de amigos com o movimento sindical, embora não fossem permanentes, parecem ter sido decisivos para o sucesso das grandes greves de 1953 e 1957, e certamente o foram nas pequenas e grandes vitórias locais ao longo dessas décadas.

O que importa frisar é que os homens e mulheres que fizeram os comitês democráticos, as sociedades amigos de bairro, os clubes esportivos e as associações culturais não eram

---

29 - O investigador termina: "Os oradores foram unânimes nos seus pontos de vista, baseados nos princípios de defesa do congelamento de preços e contra a carestia, deram vazão de suas iras, seus rancores contra os dirigentes do país". Arquivos do DOPS, prontuário 12.8079.

30 - *Notícias do Hoje*, 9 de março de 1957. p. 4. Para uma descrição minuciosa e instigante da "greve dos 400 mil" ver: Fontes, Paulo. 'Centenas de Estopins acessos ao mesmo tempo': a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo – 1957. In: Fortes, Alexandre. (et al) *Na luta por direitos: estudos recentes em História social do trabalho*. Campinas. Editora da Unicamp, 1999.

31 - O ofício foi assinado pelo presidente da Federação, Sebastião Costa. Um mês depois o mesmo Sebastião Costa apareceu como representante do prefeito Adhemar de Barros num comício promovido pela Liga Social de Vila Brasilândia. Arquivos do DOPS, dossiê 50-J-138-193 e 187, respectivamente.

simplesmente manobrados e engolidos nas malhas e tessituras das disputas políticas. Nem, tampouco, transformados em massa amorfa, moldada ao sabor de alguma liderança carismática. Eles foram parte constitutiva das disputas políticas locais e nacionais; compreenderam, geralmente com muita clareza, a partir de seus interesses locais, as fissuras das disputas político-partidárias, e arriscaram suas fichas no jogo eleitoral, com o objetivo de conseguir melhores condições de moradia, saneamento, iluminação etc. Essa não foi uma história de simples ingenuidade, ou mera subordinação. Pensar assim é desconhecer os complexos e multifacetados percursos dessas organizações populares, das suas lutas e das reivindicações por melhoria das condições urbanas nos bairros periféricos nos anos do após-guerra e, principalmente, subestimar a capacidade de ação, compreensão e elaboração das classes populares.[32] Mesmo que tenham sido pontuais e descontínuas, as relações entre as organizações de bairro e os sindicatos expressam a capacidade, de ambos, de exercer um papel de sujeito da sua própria história e, assim, relativizam a noção muito difundida de que os movimentos de bairro teriam dissolvido ou atenuado o comportamento de classe ao se manter afastados da vida política da cidade, e os sindicatos, em geral, não teriam se envolvido com os problemas específicos dos bairros.[33]

As SABs, como aliás todas as organizações de bairro, sempre oscilaram numa permanente tensão entre *autonomia e clientelismo*. É nesse movimento sempre ambíguo que está a chave para o entendimento das organizações populares do após-guerra. A importância da trajetória das SABs não está na sua eficácia política, nem na visibilidade que emprestou às demandas locais. Seu significado não pode ser resumido a algum critério de eficiência passível de quantificação. A importância e o significado das SABs residem no fato de que a sua história expressa as contradições e ambigüidades que sustentaram e deram forma aos mecanismos foram basilares para a configuração do sistema populista. As vinculações com os vários partidos e com diversos políticos variavam de acordo com as circunstâncias locais de cada SAB, a força e a influência que eles pudessem alcançar no bairro. Mas a questão mais decisiva era, certamente, a sua capacidade de retribuir os apoios recebidos com a concessão das melhorias que os moradores

---

32 - Tampouco essas organizações devem ser subsumidas ao conceito de massa. "Porque as massas não são pessoas, não são o 'homem da rua' ou o 'homem médio', nem sequer aquela ficção da condescendência liberal, o 'homem comum'. As massas são antes, o homem-como-não-homem, isto é, o homem em uma relação especial com os outros homens que o impossibilita de funcionar como homem. O homem massa é uma construção teórica, um limite externo para o qual estamos sendo empurrados, mas que nunca alcançaremos. Pois ser totalmente um homem-massa significaria não ter vida íntima, nem desejos, nem passatempos, nem aspirações, nem aversões pessoais que não fossem partilháveis por qualquer outra pessoa. Ser alguém cuja conduta fosse inteiramente predizível, como uma peça de carvão-de-pedra: assim, finalmente, os sociólogos poderiam fazer os seus quadros sem o receio de errar (...) é precisamente porque eu acredito deveras nas potencialidades das pessoas que eu critico a cultura de massas". Mac Donald, Dwight. *Against the American Grain*. New York. Handon Hause, 1962. Apud. Bosi, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular: leituras operárias*. 5ª ed. Petrópolis. Vozes, 1981. p. 76.

do bairro necessitavam e que as SABs exigiam. Portanto, genealogia das SABs e as suas transformações contêm as chaves para a compreensão de como os mecanismos da política institucional se imbricavam e afetavam as experiências das organizações populares nos bairros. Talvez esteja aqui uma das senhas para a compreensão do que usualmente se denomina "república populista".

Em meados dos anos 1950, durante a campanha eleitoral para a sucessão de Jânio Quadros, a chapa composta por Wladimir de Toledo Piza e Lino de Matos, criou os chamados "comitês Lino-Piza". Apoiados pelas forças políticas aglutinadas em torno do janismo e também por diversas correntes do trabalhismo paulistano, esses comitês Lino-Piza continuaram e sofisticaram o relacionamento que Jânio Quadros havia estabelecido com as SABs, de modo que muitos desses comitês funcionaram nas próprias sedes das sociedades de amigos.

Em 1956, Toledo Piza assumiu a prefeitura, já que o prefeito eleito, Lino de Matos, passou a ocupar uma cadeira no Senado. O novo prefeito, tentando manter e ampliar a rede de contatos e apoios estabelecida durante a campanha eleitoral, convocou uma série de reuniões de seus assessores com os membros das SABs e dos comitês Lino-Piza que o haviam apoiado. Seu objetivo era estimular ainda mais a integração de ambos com a prefeitura. Rapidamente, a administração municipal oficializou, através da portaria n° 152, de 14 de agosto de 1956, os chamados *Conselhos Distritais*, na verdade, uma tentativa de fundir os comitês eleitorais Lino-Piza com as SABs. O objetivo, de fato, era atrelar as SABs e subordinar sua estrutura, sua rede de contatos, seu potencial eleitoral e sua capacidade de mobilização local, ao grupo que ocupava a prefeitura. Os Conselhos Distritais deveriam, num primeiro momento, congregar as sociedades de amigos que operavam isoladamente e, num segundo momento, substituí-las inclusive agregando o seu acervo patrimonial.[34] De agosto a dezembro de 1956, a administração Lino de Matos conseguiu organizar 963 conselhos distritais e outros 217 estavam sendo criados.

Mas a polêmica em torno dos significados desses comitês foram constantes. O *Correio Paulistano*, expressando parte da opinião pública, noticiou que a sua criação atendia ao acordo eleitoral do candidato Lino de Matos, do PSP, com os comunistas. Pelo acordo, conjeturava o

---

33 - Para uma versão que endossa essa idéia ver: Cardoso, F. H. (et all) Cultura e participação na cidade de São Paulo. op. cit.

34 - Os comitês distritais tinham uma *comissão orientadora* cuja função seria, além de coordena-los, estabelecer uma espécie de filtragem daquilo que chegaria efetivamente até o prefeito, evitando assim que ele precisasse negociar com as entidades isoladamente. Na primeira convenção de comitês foi anunciado que a comissão orientadora já havia recebido 883 reivindicações, das quais 582 se relacionavam a obras públicas; 157 a serviços urbanos; 74 ao funcionamento da CMTC; 70 relacionadas à saúde pública e condições de higiene da cidade. A resposta de Lino de Matos foi determinar que 50% de toda a arrecadação de impostos realizada nos bairros da cidade fosse gasta nos próprios bairros. *Correio Paulistano*, dias 13, 14, 15 de dezembro de 1956. Apud. Moisés J. A. Classes populares e protesto urbano. op. cit. p. 198.

jornal, os conselhos seriam entregues aos comunistas, cujo seria ressuscitar os comitês democráticos e populares. No entanto, Lino de Matos havia percebido que com os conselhos distritais poderia "controlar politicamente os bairros da cidade, sobretudo os bairros de classe média e populares", e se recusara a entregá-los ao PCB.[35] Entretanto, desde a criação dos conselhos, as críticas dos comunistas ao seu possível atrelamento à administração municipal foram, na verdade, um impulso ao fortalecimento das SABs independentes e autônomas. A idéia desses conselhos foi encarada com muita seriedade pela prefeitura, a cada nova inauguração comparecia o vice-prefeito, presidindo os trabalhos. Eram sempre enumeradas as reivindicações do bairro e, invariavelmente, ele se comprometia em examiná-las uma a uma.[36]

A principal crítica à portaria que criou os Conselhos estava na até então não prevista "comissão orientadora", diretamente subordinada ao prefeito, à qual caberia coordenar todos os conselhos; mais que isso, ficaria encarregada de estabelecer o âmbito de ação dos conselhos dentro de cada distrito e poderia até dissolvê-los, caso infringissem determinadas expectativas estabelecidas. Ou seja, temendo que os conselhos lhe fugissem ao controle, o prefeito Toledo Piza procurava cercar-se dos cuidados necessários para mantê-los em rédeas curtas. Imediatamente várias SABs temendo pelo fim da sua autonomia se afastaram dos conselhos e, paradoxalmente, sua oficialização foi também o início do seu fim.[37]

Seis meses depois, em 21 de fevereiro de 1957, realizou-se no edifício Martinelli uma reunião de representantes das SABs paulistanas contrários aos conselhos distritais. A reunião teve significativa, mas não exclusiva, presença comunista. Atento a essa movimentação, o DOPS enviou um investigador que relatou que o objetivo do encontro era a "formação e a reorganização independente das Sociedades de Amigos de Bairro". Dentre as diversas propostas, "notamos a sua intenção de ser apolítica, porém durante as conversas, demonstraram claramente a sua ideologia de socialistas-esquerdistas, visando, num futuro próximo a cargos eletivos".[38] Por fim, nesta reunião ficou decidido que a reorganização autônoma das SABs se daria por meio de um levantamento estatístico em cada bairro para verificar o número de crianças que ficaram sem

35 - *Correio Paulistano*, 22 de julho de 1955. p. 12. José Álvaro Moisés sugere que os *conselhos distritais* foram uma iniciativa do PCB, que teria estimulado esses novos organismos pelo seu desprezo às iniciativas de organização populares apartadas dos aparatos oficiais. Moisés J. A. Classes populares e protesto urbano. op. cit. p. 200. Para os comunistas os *conselhos distritais*, na verdade, punham em risco "a própria autonomia em relação aos poderes públicos e às correntes político-partidárias".

36 - Por exemplo, no dia 11 de julho de 1955, o vice-prefeito Wladimir de Toledo Piza participou de cinco inaugurações no mesmo dia. Arquivos do DOPS, dossiê 30-J-59-7.

37 - *Notícias do Hoje*, 17 de agosto de 1956.

38 - Arquivos do DOPS, Dossiê 50-J-74-8.

moradores e seria encarregada de receber as suas reclamações. Naquela ocasião o prefeito sugeriu o nome de *Organização Municipal Orientadora*. Unificando as diversas OMO haveria um órgão central que estaria em contato direto com o Prefeito. "Já de início os *centros* desempenharão papel preponderante na pavimentação da cidade, indicando às autoridades competentes as ruas de cada bairro que mais necessitam de calçamento..."[42] É evidente que a inspiração da OMO veio, ao mesmo tempo, dos comitês democráticos e populares e das sociedades amigos de bairro. Seus objetivos e o seu sentido de escrutínio e classificação dos problemas do bairro, de sugestão e encaminhamento de soluções é o mesmo. Não surpreende, portanto, que a fórmula dos comitês democráticos, que alcançou enorme visibilidade, tenha sido utilizada posteriormente, por políticos e por partidos das mais variadas linhagens, de uma forma edulcorada e despolitizada. O seu potencial mobilizador – ou dito de forma mais apropriada, seu *potencial eleitoral* – já havia sido testado. Restava apenas, para sua utilização sem problemas, a desvinculação com os grupos de esquerda e o esvaziamento do seu conteúdo político. Tratava-se, evidentemente, de um artifício de apropriação de elementos, significados e práticas dos comitês democráticos e do movimento de esquerda e a sua ressignificação simbólica e ideológica, como instituição oficial.

A OMO parece nem ter chegado a sair do papel, mas tanto nelas quanto nos *conselhos distritais* o que estava em jogo era o significado real e simbólico adquirido pelas discussões em torno dos problemas urbanos dos bairros periféricos. Mais do que um simples trânsito de idéias ambas exprimem o *roubo de uma fala*. O que estava em disputa era o significado da representação popular, quem poderia fazê-la e como poderia fazê-la? Era no campo da representação popular, que os discursos ideológicos jogavam as suas cartas.[43] É exatamente neste campo onde "significados e valores são roubados e transformados" que se pode compreender a história das SABs e de todas as organizações populares dos bairros periféricos.

---

41 - *Hoje*, 6/05/1947, p. 6.

42 - O arquiteto Christiano Stokler das Neves foi prefeito de São Paulo pelo curto período de março a agosto de 1947, quando criou o Departamento de Arquitetura, na Secretaria de Obras, cujo objetivo era colaborar com a comissão do plano diretor da cidade. Cf. Leme, Maria Cristina da Silva. (org.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo. Nobel/Fausp, 1999. p. 474. (Grifos meus).

43 - Afinal, as "classes sociais não manifestam ideologias da mesma forma que os indivíduos exibem um estilo particular de andar; a ideologia é antes um campo de significados complexo e conflitivo, no qual alguns temas estarão intimamente ligados à experiência de classes particulares, enquanto outros estão mais à deriva, empurrados ora para um lado, ora para outro entre os poderes contendores. A ideologia é um domínio de contestação e negociação, em que há um tráfego intenso e constante: *significados e valores são roubados*, transformados, apropriados através das fronteiras de diferentes classes e grupos, cedidos, recuperados, reinfletidos". Eagleton, Terry. *Ideologia*. Trad. Luís Borges e Silvana Vieira. São Paulo. Editora da Unesp/Boitempo, 1997. p. 72. Mais especificamente sobre a idéia do "roubo da fala" ver: Paranhos, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo. Boitempo, 1999.

matrícula nas escolas públicas, "pois todos foram unânimes em considerar esse o problema mais grave do momento".[39]

Os conselhos distritais fracassaram exatamente porque falharam em estabelecer um diálogo com as SABs, que não aceitaram se diluir e se negaram a desaparecer enquanto entidades autônomas. As Sociedades Amigos de Bairro, a despeito dos seus vínculos umbilicais, pragmáticos e clientelísticos com a política partidária, insistiam em manter sua autonomia, e se recusavam à submissão pura e simples. Mais do que um mero fracasso, os conselhos distritais produziram um efeito inesperado: facilitaram e estimularam o contato entre entidades dispersas. Isso ficou evidente na festa de posse do conselho distrital de Vila Prudente, em 26 de julho de 1956. Na festa, estiveram presentes representantes dos 17 sub-conselhos das vilas e bairros vizinhos, estiveram presentes também representantes de mais de 20 Sociedades de Amigos de Bairro dos arredores, além de representes do Círculo Operário Cristão do bairro, que faziam parte tanto da diretoria do conselho quanto da SAB, e estavam empenhados na construção de um parque infantil.[40]

O que se encenava com os comitês Lino Piza, mais uma vez, era a acirrada disputa pela representação popular, e o que se conclui é que as SABs aceitavam toda espécie de negociação e troca política, mas não admitiam perder a própria independência.

Dos comitês democráticos às sociedades amigos de bairro, passando pelos conselhos distritais, a questão central era a representação popular, qual voz se constituiria na expressão da sua vontade e seria a sua expressão pública? As SABs estavam no centro dessa intensa e acirrada disputa pela hegemonia da *ação* e do *discurso popular*. Portanto, é a disputa política, no seu sentido mais amplo, a senha para a compreensão das suas atividades e ações.

Quando, em 5 de maio de 1947, já se anunciava a possibilidade de cassação do registro legal do PCB e o fim dos comitês democráticos estava no horizonte, os repórteres do *Hoje* entrevistaram o prefeito interino Cristiano Stockler das Neves. A conversa centrou-se nos problemas da cidade e nas possíveis alternativas para solucioná-los. O prefeito sugeriu a criação de *centros* em todos os bairros, "sem viés partidário ou religioso e com a única e exclusiva finalidade de apresentar ao governo da cidade as necessidades mais urgentes de cada zona"[41] Os tais *centros*, um em cada bairro, contariam com uma diretoria eleita pelo voto direto dos

39 - Idem, Ibidem. A organização das SABs e seu papel decisivo em torno da conquista e ampliação dos ginásio públicos foi minuciosamente descrita e documentada em Sposito, Marília Pontes. *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo.* São Paulo. Loyola, 1992.

40 - *Notícias do Hoje*, 27 de julho de 1956. Para os investigadores do DOPS, contudo, os membros do conselho distrital de Vila Prudente eram todos comunistas, inclusive os católicos circulistas. Arquivos do DOPS, dossiê 30J-59-46.

A contínua negociação da autonomia

> "Em todas as ruas, em todas os quarteirões há uma agitação constante. Residências familiares em construção, fábricas, armazéns farmácias, botequins, tudo correndo para ganhar o tempo perdido durante os seis anos de guerra, quando não tinham materiais de construção e outras dificuldades (...). Não se passa por uma artéria do populoso bairro [da Mooca] sem esbarrar com pedreiros trabalhando. Fábricas que tomam um quarteirão inteiro. Casinhas limpas, claras e alegres. Restaurantes movimentados, tráfego intenso...".[44]

Em 15 de novembro de 1949, foi criada a *União dos Moradores da Mooca e Alto da Mooca* (UMMAM). A União foi constituída pela reunião de antigos membros dos quatro comitês democráticos do bairro da Mooca, por militantes do PSB e alguns operários ligados ao sindicato dos trabalhadores das indústrias têxteis.[45] A UMMAM funcionou até 1956, quando mudou de nome e passou a se chamar *Sociedade dos Amigos da Mooca* (SAM). Desde o início, a UMMAM juntou em suas fileiras, além de vários trabalhadores fabris do bairro, profissionais liberais, comerciantes e pequenos industrias que não haviam participado dos comitês democráticos. Por isso, entre 1949 e 1956 a UMMAM enfrentou uma contínua tensão interna entre diferentes interesses de classe.

> "Eles [os comunistas] precisavam se cobrir com alguma coisa aparentemente legal. De que forma eles iriam se reunir, a polícia estava em cima, então passaram a organizar as Sociedades Amigos de Bairro. E a nossa Sociedade Amigos da Mooca, que, documentalmente, surgiu em 1949, foi usada para esse fim".[46]

Em 1956, A UMMAM enfrentou a existência de duas candidaturas à Câmara Municipal entre seus associados; de um lado, a candidatura de Rubens Martinez de La Rosa pela União Democrática Nacional; de outro, a candidatura de João Louzada, notório militante de PCB, pelo Partido Social Progressista. Apenas João Louzada, então dirigente do sindicato dos trabalhadores da construção civil, foi eleito. Mas as disputas e os conflitos dentro da UMMAM praticamente paralisaram as suas atividades e no mesmo ano a *união* completamente fracionada e dividida se transformou na Sociedade de Amigos da Mooca. As disputas continuaram, mas era cad a vez mais forte a influência dos comerciantes e empresários do bairro na sua direção.

---

44 - A matéria continua "a despeito de possuir água encanada, não tem esgoto ainda na parte mais antiga. Lá estão as ruas Natal, Manaus, Barretos etc. Encharcadas mesmo nas épocas mais secas do ano, com águas servidas se escoando para a via pública e escorrendo por toda a sua extensão, exalando mal cheiro. Quando chove, então, é aquele deus nos acuda (...). Se não chegasse o lamaçal, Vila Bertioga, como tantos bairros de São Paulo, vive submersa num mar de lixo, é um monturo só, com ramificações por todas as ruas. Em Vila Bertioga, no Alto da Mooca, não há eletricidade, o bairro não é servido por nenhuma linha de ônibus e os moradores têm que percorrer até três quilômetros para alcançar o ponto final da linha n° 28..." *Correio Paulistano,* 10/05/1948. p. 2.

45 - Todos os informantes são unânimes em apontar o socialista Gabriel Nicolleti, operário têxtil do cotonificio Crespi e membro do CDP da Mooca de baixo, como o grande animador da UMMAM.

46 - Entrevista com Isidoro Del Vecchio, concedida ao autor em 12 de maio de 2000.

A mudança não foi apenas de nomenclatura, o recuo das posições mais à esquerda - Gabriel Nicoletti havia abandonado o Cotonifício Crespi e, na esteira do crescimento do Janismo, se tornara funcionário público municipal e preparava sua candidatura à Assembléia Legislativa. João Louzada, na câmara municipal diluiu suas atenções com a organização de outras SABS - alterou as relações de forças em benefício dos comerciantes, profissionais liberais e pequenos industriais. Porém, deve-se ressaltar que o surgimento das SAM continuou a reunir diferentes classes sociais em torno do objetivo da conquista de equipamentos e serviços urbanos para o bairro, embora com uma influência cada vez maior das classes médias. Se os comitês quase nunca foram além de aglutinar donas-de-casa e trabalhadores do bairro, comunistas, socialistas e seus simpatizantes, as SABs, ao contrário, atraíram também os comerciantes, empresários e profissionais liberais locais, além dos operários fabris ou não e das donas-de-casa.[47] Essa mudança de composição social, que exprime também uma diversificação das filiações partidárias, ilustra as transformações de perspectiva que distinguem os comitês, e a UMMAM da Sociedade Amigos do bairro.

> "Quando o Nicoletti estava doente ele quis passar a direção da UMMAM para o Dr. Mesquita. E ele logo mudou o nome para Sociedade Amigos da Mooca. A intenção dele era tornar a União uma coisa de elite, que só fizessem parte as pessoas ilustres do bairro, cultos, ricos etc... Aí nós dissemos: "como é uma Sociedade Amigos de Bairro, é para todos"... Ele procurou o Dr. Mesquita porque pensou que ele que tinha muito prestígio e teria facilidade de tocar a UMMAM".[48]

Contudo, se diferentes classe sociais puderam se unir em torno de um objetivo comum imediato, que era a melhoria das condições gerais do bairro, muitas vezes atribuíram significados diferentes a até antagônicos à sociedade de amigos. Para uns, a SAM tinha como objetivo envidar esforços para a conquista e a ampliação dos direitos coletivos e das melhorias para o bairro, pois, conforme a cidade crescia, os problemas como transporte, moradia, iluminação, creches e escolas se multiplicavam. Para os outros, a SAM deveria se transformar numa espécie de clube social defendendo os interesses dos lojistas, comerciantes, pequenos industriais e profissionais liberais do bairro. Mas, certamente, uma das condições que facilitou essa união pontual foi a proximidade física e a partilha de experiências e vivências comuns no âmbito do bairro. Saber o nome do vizinho e onde ele morava muitas vezes foi mais decisivo para uma ação comum na SAB, do que a sua condição social ou seus alinhamentos de classe ou suas opções partidárias.

---

47 -."Em 1952, quando eu fui acionado, um grupo de diretores foi de casa em casa pedir para que o pessoal colaborasse, fundasse a Sociedade Amigos de Bairro. Então, como eu era estudante de medicina me pegaram para ser candidato a secretário. Eu topei a parada e estou há 47 anos. Eu fui convidado por uns operários, que tinha lá no bairro, porque eu era estudante na época e eles achavam que eu podia tratar da papelada. Então fui para tratar da papelada da escrituração da sociedade". Entrevista com Eduardo Rosmaninho, concedida ao autor em 15 de setembro de 1999.
48 - Entrevista com José Eustáquio, concedida ao autor em 15 de setembro de 1999.

Contudo, essa oscilação entre ser uma espécie de clube social dos "melhores" ou ser uma organização de reivindicação das melhorias gerais esteve presente em toda a história da SAM, e parte das suas ambigüidades provinha dessa oscilação. Provavelmente, as sociedades de amigos trocaram de mãos e de função também ao sabor dessas disputas internas e dos conflitos locais que elas suscitavam.

A história das Sociedades Amigos de Bairro - e da Sociedade de Amigos da Mooca em particular - pode ser contada como a história, ao mesmo tempo, de uma contínua disputa interna entre ser um clube dos melhores ou ser a organização das melhorias, e da negociação da autonomia com as forças políticas externas. Certamente esta autonomia não é o sinônimo da ausência de interferências externas ou de negociações político-partidárias. A autonomia, neste caso, se caracteriza pela tentativa de buscar de soluções para as demandas do bairro sem deixar que as sociedades se transformassem em simples instrumentos de ***um*** partido ou de ***um*** político.

Os depoimentos de antigos membros das SABs são unânimes em apontar que, ao longo dos anos 60, elas passaram por uma gradual perda de prestígio. Paradoxalmente, essa perda de prestígio que as transformou em "clubes sociais", é atribuída à infiltração política que elas teriam sofrido. Todavia, essa "infiltração" adquiriu significados opostos conforme a posição social do narrador que a ela se refira:

> "Ela mudou. As sociedades amigos de bairro hoje são conservadoras. Mas na época não era. Por exemplo, a burguesia não é trouxa, compreende! A burguesia começou a olhar os movimentos de massa com muito cuidado e a entrar nos movimentos de massa. Por exemplo, nos sindicatos eles sempre tiveram mais dificuldades, porque no sindicato era mais complicado. Nas sociedades amigos debairro o que eles fizeram: começaram a transformar os elementos, os mais desenvolvidos em funcionário do município, do estado e até funcionário federal. Eles foram isolando o partido" (...)
> "Eu nunca fui presidente de sociedade amigos de bairro, mas participei... Sabe, era muito trabalho, você não pode aceitar, na minha opinião, coisa que você não pode fazer para não se desmoralizar. Então você fica no local e diz o que pode fazer... Reunia lá para discutir os problemas do bairro. Aí começou a surgir sociedade que propunha comprar sede própria. Então essa sociedade foi se destacando, porque começou a tirar dinheiro da Prefeitura, do Estado... Porque o Jânio, em palavra, era esquerdista, em ação era um safado e enganava as massas que não eram politizadas".

Na mesma linha de raciocínio:

> "Eu acho que as lideranças deixaram de ser do partido. sociedades amigos de bairro, sociedades culturais, clubes de futebol etc... Todo movimento popular passou a ser comandado pela pequena burguesia e passaram a viver do clientelismo... Rotary Clube, Lions Clube, Clube de Lojistas, isso é que ficou no lugar".[49]

Para João Louzada e Américo da Almeida, ex-militantes do PCB, a perda de vigor e vitalidade das SABs estaria ligada à marcante presença de elementos de classe média, supostamente mais suscetíveis aos encantos sedutores dos cargos públicos, da política de

---

49 - Respectivamente Entrevista com João Louzada, concedida ao autor em 28 de agosto de 1999 e Américo de Almeida, concedida ao autor em 21 de janeiro de 1999.

clientela e da dependência do Estado. Contudo, para aqueles que nunca tiveram vinculações com os partidos de esquerda, a "infiltração" política e a decadência das SABs teve outro significado:

> "Mas os comunistas! Mais precisamente aqui no nosso bairro da Mooca, eles não conseguiam persuadir. Então era sempre uma minoria. Eram sempre as mesmas palavras, quando a gente conversava com esse pessoal eles empregavam sempre as mesmas palavras... Mas eles eram ativos. Eles eram organizados (...), as atividades deles era enfraquecer o poder constituído. Era desmoralizar a autoridade. Era de... de se estabelecer o quanto pior melhor... Era desmoralizar o poder público. Veja bem, então eles se serviam daquela ação do pêndulo, eles organizavam aqueles movimentos grevistas e a cada movimento deles, isso era comparado ao movimento da onda. Terminada a greve ficava o comprometimento daqueles que se expuseram mais, não é isso. Esses indivíduos já ficavam sob as vistas da polícia. Esses indivíduos, então, eles eram atraídos para a organização e era assim que eles iam engrossando sua organização (...) Porque todas as entidades, a sua linha de frente, eram justamente reivindicações locais. Eles exploravam essas deficiências e acabavam, diante da pressão, conquistando (...). Mais diretamente porque os problemas locais, os mais sentidos, os mais urgentes, aquele em que, diariamente, nós estamos pisando em cima (...). É rua esburacada, ruas mal iluminadas, sujeira, poda de árvore... Mas isso estava dentro das atividades diversificadas. Porque reunir gente só para derrubar o governo... Então, veja bem, eles exploravam o campo social. Diziam, 'você está sendo explorado, porque a riqueza social está nas mãos de poucos' 'Você é escravo'..."[50]

A presença de grupos de esquerda, e a politização que os acompanhava, seria a causa da perda de vigor das sociedades, pois eles teriam levado a partidarização para dentro das SABs. Para outros, ainda, o abrandamento das SABs estaria diretamente relacionado não a alguma infiltração político-partidária, mas à sua fragmentação crescente, decorrente do surgimento de movimentos ligados às comunidades eclesiais de base:

> "Com o agravamento do crescimento da cidade e com o agravamento de vários problemas, nestes últimos 15 ou 20 anos, começaram a surgir movimentos específicos. Hoje em dia nós temos os movimentos ligados à igreja católica, à pastoral da saúde, do menor, do imigrante... Quer dizer, o negócio começou a tomar tamanha gravidade, os problemas foram se agravando, que começaram a surgir movimentos específicos de saúde, educação, habitação etc... Então no começo do movimento, nas décadas de 40 e praticamente 50, quem tratava de todos os problemas do bairro eram as SABs, que tiveram seu período áureo, justamente nesta época".[51]

Contudo, atribuir a perda de vigor das sociedades à idéia de "infiltração política" - qualquer que tenha sido, à esquerda ou à direita é um equívoco, não apenas porque essa suposta infiltração sempre existiu, mas, principalmente porque, num certo sentido, ela foi a própria razão do sucesso, da longevidade e do prestígio das SABs.

Essa memória da infiltração política, entretanto, é bastante relevante porque nos mostra que há, entre as classes populares, uma percepção muito disseminada de que a política se resumia à ação partidária e eleitoral, e, como as SABs não participavam das eleições, elas podem ser

---

50 - Entrevista com Isidoro Del Vecchio, concedida ao autor em 12 de maio de 2001.
51 - Entrevista com Eduardo Rosmaninho, concedida ao autor em 15 de setembro de 1999.

tomadas como não-políticas. Sua politização estaria apenas no fato de ela recorrer aos órgãos públicos.[52]

Desde os anos 40 as SABs envidaram seguidos esforços na tentativa de criar uma organização horizontal que viabilizasse a sua articulação. A primeira plenária, reunindo diversas SABs, aconteceu, ao que parece em 1957, na zona sul. Seu objetivo era articular uma campanha conjunta de para reivindicar a construção da avenida Abraão Ribeiro, que liquidaria o problema das enchentes que afligiam os bairros do Ipiranga a adjacências. A idéia se espalhou e outras plenárias aconteceram nas zonas leste, norte e oeste. Respondendo a um ofício n° 203/E2, de 28 de outubro de 1957, assinado pelo Cel. Carlos Buok Jr., solicitando informações sobre as atividades da *Convenção das Sociedades Amigos de Bairro e congêneres da Zona Leste*, a delegacia de ordem política e social elaborou um longo relatório descrevendo suas atividades. O relatório enumerava as suas finalidades:

> "Organizar o direito de representação; organizar um plano de reivindicações: ação comum- transporte, luz elétrica, abastecimento, pavimentação etc.; organizar um plano visando o barateamento do custo de vida- apoiar a federação das SABs na criação de cooperativas de consumo e cooperativas mistas; assistência social– reivindicar hospitais populares na zona leste, postos de saúde, parques infantis e escolas; serviço de recreação popular – reivindicar praças de esportes, estádios distritais, teatros populares e concertos públicos".[53]

Em 1968, realizou-se o *1° Encontro das Sociedades Amigos de Bairros da Grande São Paulo.*[54] O governador Abreu Sodré e o prefeito Faria Lima foram os presidentes de honra, e, para não melindrar nem um nem outro, a sessão de abertura do encontro aconteceu no Teatro Municipal e o encerramento no Palácio dos Bandeirantes. Desse encontro nasceu o *Conselho Coordenador das Sociedades Amigos de Bairros, Vilas e Cidades do Estado de São Paulo.* Foi esse conselho que, em 1973, promoveu o *Seminário Paulista* de entidades e, em 1975, elaborou a *Carta de São Paulo,* aglutinando reivindicações de associações profissionais, estudantis, sindicais e de moradores que, "juntamente com as SABs, pleiteavam, sobretudo, a abertura de canais de comunicação entre governantes e população."[55]

Nesse 1° encontro das sociedades amigos de bairro em 1968, os agentes do DOPS elaboraram um relatório onde revelavam que, somente na zona leste da cidade, existiam 150 sociedades de amigos, das quais apenas 20 estavam representadas na plenária. Ou seja, a maior

---

52 - "A Sociedade Amigos de Bairro é sempre política, porque os órgãos aos quais ela se dirige são os órgãospúblicos, mas ela é apolítica" Entrevista com Isidoro Del Vecchio, concedida ao autor em 12 de maio de 2001.Talvez seja essa a distinção que meus entrevistados operam entre ser *apolítica* e *não-política.*

53 - Arquivos do DOPS, dossiê, 50-J-138-189.

54 - Seu objetivo era "analisando as condições de transporte, educação, saúde e custo de vida, entre outros temas, apresentar, além de indicações concretas para a solução de problemas nestes diversos setores a reivindicação de maior participação do povo no processo político-adminstrativo". Sociedades Amigos de Bairro da Grande São Paulo. Emplasa: unidade de ação comunicativa, dezembro de 1978.

55 - Resoluções do 1° Encontro de Sociedades Amigos de Bairro, de 25 de janeiro a 28 de março de 1968, p. 21 e segs.

parte dessas sociedades tinha uma existência apenas local, raramente ultrapassando os limites das suas próprias vilas.[56] Entre a plenária de 1957 e o encontro de 1968 há uma mudança fundamental. Em 1957, o encontro foi organizado e promovido pelas próprias SABs, em 1968 quase foi um evento oficial. Os grupos de trabalho se reuniram entre os dias 25 de janeiro (e esta data não é gratuita) e 28 de março, e a carta de princípios, que foi redigida no final do encontro, expressava as ambigüidades que sempre nortearam a configuração das SABs:

> "... surpreendida com seu próprio crescimento, recebendo uma população pobre, em busca de melhores condições de vida, a cidade não foi preparada para suportar as novas necessidades impostas pelas circunstâncias e exigidas pelos seus moradores e a implantação dos equipamentos urbanos mínimos indispensáveis a uma vida digna, foram displicentemente retardados até o limite do insuportável. (...) uma máquina administrativa obsoleta e presa pela inércia consagra o empirismo e a improvisação como método administrativo, expondo a cidade ao jugo dos especuladores imobiliários e dos interesses particulares, nem sempre legítimos. Os escassos recursos municipais (...) foram constantemente malversados pelo sistema da clientela eleitoral e geralmente usado para atender grupos privatistas em detrimento dos interesses públicos. (...) foi dentro de um quadro político-administrativo caótico e desolador, em meio à desesperança e à frustração popular quanto à capacidade dos governantes em resolver seus problemas, que surgiu o movimento popular de bairro – as Sociedades de Amigos – como uma reação organizada e democrática da comunidade, cujas lideranças locais sentiam a necessidade de intervir no processo e de fazer ouvir a voz do povo. Como um movimento de opinião pública e de ação popular é uma necessidade em qualquer comunidade, mas, entre nós, sua presença tornou-se dramática, imperativa, tendo em vista a insensibilidade das autoridades para com as justas reclamações da população e o uso dos direitos democráticos de pressionar a gigantesca máquina administrativa deformada pela centralização e pelaburocracia..."[57]

A questão central estava na defesa enérgica da democracia, cujos processos de barganha e negociação política desempenhavam papel central na própria configuração das SABs. Entretanto, as negociações políticas estavam sendo crescentemente substituídas pelas decisões supostamente técnicas e "qualquer coisa que a gente fosse pedir já era chamado de comunista, teve gente presa e tal, aí o pessoal desanimou".[58]

Depois de 1964, e mais especificamente de 1968, as SABs passaram a ser vistas pelos órgãos de segurança pública como focos de subversão. Em maio de 1967, o proprietário da farmácia Nossa Senhora do Brasil, na rua Maria Carlota, em Vila Esperança e também presidente da Sociedade de Amigo do Bairro, foi intimado a prestar depoimento na delegacia do DOPS, "porque alguns membros daquela entidade estavam participando e patrocinando reuniões ilegais".[59] Ao que parece, as reuniões ilegais a que se referia o relatório consistiam na cessão da

---

56 - Arquivos do DOPS, dossiê 50-Z-781-60.

57 - Em 1978, segundo a Emplasa, havia 830 sociedades amigo de bairro somente na grande São Paulo, das quais aproximadamente 600 localizavam-se na capital e outras 230 nos municípios vizinhos. As contradições e ambigüidades não foram obstáculos ao crescimento das SABs.

58 - Entrevista com Isidoro Del Vecchio, concedida ao autor em 12 de maio de 2001. Sobre o crescimento de uma ideologia tecnicista para ocupar o lugar da política ver: Covre, Maria de Lourdes Manzini.*A formação e a ideologia do administrador de empresa*. 3ª ed. São Paulo. Cortez. 1991.

59 - Arquivos do DOPS, Dossiê, 50-Z-0-11997. Depois de 1968 são cada vez mais freqüentes os relatórios dos agentes do DOPS, provenientes tanto do interior do Estado quanto da capital, informando sobre as "atividades subversivas". Nestes relatórios são descritas eleições sindicais, reuniões de oposições sindicais, quaisquer atos públicos ocorridos nos mais distantes municípios e, também, eleições para as diretorias das sociedades amigos de bairro, acompanhadas de minuciosa descrição do perfil sócio-político dos eleitos, com ampla descrição das suas atividades. Nesses relatórios há

sede da SABs às reuniões do sindicato dos bancários e à JOC. Os relatórios do DOPS justificavam a estreita e contínua vigilância sobre as sociedades amigos de bairro, principalmente depois de 1968, com o argumento de que, repetindo o que haviam feito em 1947, quando o registro legal do PCB foi cassado e vários sindicatos ficaram sob intervenção federal, muitos líderes sindicais e notórios comunistas haviam se "refugiado" nas SABs. É por conta dessa vigilância que sabemos que na região da Mooca havia, em fins dos anos 60, vinte e oito Sociedades Amigos de Bairro em funcionamento.[60]

A despeito de toda vigilância e controle nos bairros e vilas da periferia, as SABs continuavam organizadas. O relatório n° 212 do investigador 1.728, datado de 10 de novembro de 1967, descreve uma ação espetacular promovida pela SAB do Jardim Vergueiro em Santo Amaro. A sociedade havia alugado um carro de som e percorrera todo o bairro chamando os moradores para uma assembléia. A reunião começou às 11:30 da manhã do dia 10 e foi até às 15:40, e a principal decisão foi a instalação diária de um piquete em frente à sede da empresa de ônibus que servia o bairro, até que ela aumentasse o número de coletivos disponíveis. No primeiro dia do piquete a diretoria da empresa foi pega de surpresa, ninguém entrava e ninguém saía. Coagidos, os diretores acionaram o DOPS.[61]

Por isso é insuficiente distinguir da história das SABs em duas fases: uma reivindicativa e outra associativa.[62] *Reivindicação* e *associação* foram absolutamente inextricáveis ao longo das suas atividades, uma realimentando a outra; além disso, pressupor tal distinção seria imaginar que o seu acervo de reivindicações pudesse ser esgotado em algum momento. Essa dicotomia entre reivindicação e associação obscurece o fato de que as organizações populares têm para seus membros múltiplos significados.

Portanto, seria adequado dividir a história das SABs em quatro momentos: num primeiro momento, de 1943 a 1947, a maior visibilidade e predominância seria dos *comitês democráticos e populares*, com a marca de elementos de esquerda, principalmente, de comunistas. Num segundo momento, de 1948 a 1953, a cena foi ocupada pelas *sociedades amigos de bairro* propriamente ditas, a sua composição social se tornando cada vez mais diversificada, e a influência partidária se pulveriza entre diversas organizações políticas diferentes. Num terceiro momento, de 1953 a 1964, o perfil das SABs esteve dividido entre duas grandes vertentes, de um lado o Janismo e Adhemarismo; de outro, vários grupos de esquerda, principalmente socialistas e

---

também referência às atividades das Câmaras Municipais, dos grupos católicos como a JOC e a JUC e dos Centros Acadêmicos universitários. Arquivos do DOPS. Dossiê 50-Z-300-3249 e segs.

60 - Arquivos do DOPS. Dossiê 50-J-138-465 e segs.

61 - Arquivos do DOPS. Dossiê 50-Z-0- 11936 e 50-Z-9-343209.

62 - Moisés, José Álvaro. Experiência de mobilização popular em SãoPaulo. op. cit. p. 83.

comunistas. O recuo eleitoral de um grupo significava o deslocamento dos apoios das SABs para o outro e vice-versa, numa orientação pendular certamente mais pragmática do que ideológica. Um quarto momento, a partir de 1964, quando parece haver um recuo das possibilidades reais de barganha político-eleitorais, e um conseqüente declínio das funções de negociação das SABs, em detrimento do seu aspecto associativo, muitas delas passaram a cuidar, principalmente, das campanhas de agasalho, das festas comemorativas dos bairros e das respectivas paróquias, da organização de excursões etc. Ao mesmo tempo, assistia-se à crescente fragmentação dos movimentos de bairro, e as SABs passaram a enfrentar a concorrência das comunidades eclesiais de base e de movimentos setorizados. Isso trouxe uma alteração expressiva no modo como os movimentos percebiam a questão da autonomia.

Entretanto, as disputas políticas e ideológicas nos bairros envolviam outra variável importante - não apenas a configuração das sociedades de amigos, mas a trajetória dos comitês democráticos, clubes de futebol e associações culturais diversas – e se materializou expressa na atuação dos grupos católicos, particularmente, os circulistas. Um exemplo da sua atuação, por vezes incisiva, está no panfleto que circulou pelos bairros da Mooca, Ipiranga e Vila Prudente em 1946:

> "Após a 2ª Guerra, oriunda do pecado e do egoísmo, a humanidade se encontra numa encruzilhada da sua história e seu destino depende da paz social e do espírito de compreensão dos empregadores e dos trabalhadores (..). Os esquerdistas querem implantar o regime da foice e do martelo, regime de horror e de terror, negação dos valores morais, e espirituais, estruturado nas câmaras de tortura e no pelotão de fuzilamento! O comunismo (...) visa abolir a propriedade privada, socializando tudo, tornando assim a fábrica uma prisão e o trabalhador um escravo do Estado (...). No paraíso soviético existem numerosos campos de concentração: não existe nenhuma liberdade sindical, de palavra, de pensamento e de imprensa (...). O comunismo, com seus absurdos e sua tática rasteira e pseudodemocrática, fere em cheio a concepção espiritualista da vida. Nessa hora grave da história da humanidade em que as forças do bem, acatando a exortação do santo Papa e dos Bispos, clamam para que triunfe no mundo uma paz justa e duradoura, estruturada na justiça social e na participação dos trabalhadores e dos técnicos nos lucros das empresas, não se justificam mais laços de subordinação partidária que possam favorecer a tirania e qualquer mística totalitária e sobretudo o fanatismo comunista".[63]

Contando, com a retaguarda das paróquias as ações dos grupos católicos circulistas conseguia uma capilaridade nos bairros da preferiria que os transformava numa peça fundamental no xadrez da disputa pela representação popular no após-guerra.

Círculos Operários Cristãos: a disputa pelo bairro.

> "Como amparo moral, cultiva este círculo reuniões mensais onde se realizam conferências ou se promovem discursos no sentido de elevar o nível intelectual do operário, incutindo-lhe a necessidade de instruir-se a si e aos seus, a fim de levar adiante a sua tarefa, dentro dos mais sadios princípios de patriotismo e moral cristã, para o bem-estar de seus filhos e grandeza da nação. (...) orienta os operários nas

63 - Panfletos avulsos. Arquivos do DOPS, prontuário n° 5.031.

> questões trabalhistas, quando estas se apresentam, se bem que muito raras, o que vem mostrar o alto espírito de compreensão do dever do operário circulista".[64]

Em março de 1940, Pe. Damião Kleverkamp reuniu diversos paroquianos e convidou um representante da ação católica para discutir a viabilidade da criação de uma seção masculina da Juventude Operária Católica na paróquia de Santo Emídio. Depois de ponderados os prós e os contras, "foi resolvido para provisoriamente começar a unir alguns membros num *círculo* e toda semana fazer uma breve reunião para assim - se pegar - passar para a fundação formal de grupos".[65] A idéia pegou. E em junho de 1940, fundou-se o *Círculo Operário de Vila Prudente*, cujos estatutos, aprovados por aclamação, foram os mesmos do já existente Círculo Operário do Ipiranga.[66] Nos panfletos que saudaram a criação do círculo, anunciava-se que ele ofereceria, aos seus futuros associados, assistência médica e jurídica; e que seu escopo seria a "assistência e amparo, alevantamento e arregimentação da classe operária, e o *trabalho contínuo pelo melhoramento de nosso bairro*".[67]

Os direitos dos associados foram divididos em três etapas: após o 1° pagamento, teriam permissão para assistir às reuniões festivas que se realizavam mensalmente, freqüentar a sed e social e receber o jornal do círculo. Após o 2° pagamento, poderiam fazer consultas médicas na sede ou no domicílio, receber injeções e curativos, além de obter desconto em exames médicos e acesso à consulta jurídica e assistência trabalhista. Somente após a 6ª mensalidade, o associado teria direito a consultas especializadas, análises clínicas gratuitas e acesso ao serviço de colocação profissional, que funcionava como uma espécie de agência de empregos, voltada, principalmente, para o Capelifício Crespi e para a fábrica de louças Zappi, ambas vizinhas do Círculo. Anunciava-se também 50% de desconto nas diárias hospitalares e cirurgias gratuitas, quando ficasse pronto o hospital que se prometia para breve.

Mas não foi fácil atrair novos membros para a atuação circulista. Logo após a sua primeira reunião festiva, promovida em 27 de junho, o Pe. Damião escreveu no livro de crônicas que, para lotar o salão, fora necessário oferecer uma seção especial de cinema, foi exibido um filme de Carlitos, e o sorteio de prendas que incluíam mantimentos, roupas, sapatos, brinquedos e até ferramentas de trabalho. Estes sorteios se tornaram uma constante nas reuniões mensais do

---

64 - Relatório das atividades do Círculo Operário de Vila Prudente – 1940/1949 – dezembro de 1941.

65 - Idem, Ibidem, p. 8. Pe. Damião chegou à Vila Prudente em dezembro de 1939, nomeado 1° vigário da paróquia de Santo Emídio. Nessa época a população do bairro era estimada em 29.600 habitantes.

66 - A sede do Círculo Operário do Ipiranga localizava-se na rua dos Patriotas, 494. Porém, havia dois núcleos diretamente subordinados a ele, um no Cambuci, na rua dos Lavapés, 805 e outro na rua Taquari, 97, na Mooca. Essa talvez seja a razão da breve duração do Círculo Operário da Mooca, encravado entre dois ativos círculos que avançavam sobre sua área geográfica, Vila Prudente e Ipiranga, a Mooca se viu, na prática, dividida entre ambos. Assim, embora esse fosse o bairro operário mais populoso dos três, nunca conseguiu desenvolver seu Círculo tanto quanto o fizeram o Ipiranga e a Vila Prudente. Por isso, estes três círculos serão tomados aqui como um bloco único.

círculo.[68] Mas esta não foi a única maneira de encher o salão. Outra eficiente estratégia foi a colocação da discussão sobre as condições gerais do bairro no centro das ações e práticas do Círculo, o que o tornou um instrumento de negociação com a Prefeitura Municipal e com o poder público, ao mesmo tempo em que o transformou num antecessor e concorrente tanto dos CDPs, quanto das SABs.

Em outubro, Pe. Damião concedeu uma longa entrevista a um jornal paulistano, anunciando que:

> "Vila Prudente ressente-se da falta de transportes. Talvez aí o mal seja bem maior porque é somente servido por uma linha de bondes que, costumeiramente, possui um cem número de desvios. Uma única linha [a linha Mooca] liga o Alto da Mooca com Vila Zelina através da Vila Prudente, tendo por isso, pouca serventia para transporte rápido com a cidade (...) Outra lamentável falta é, sem dúvida, a referente aos correios. Os moradores são todos obrigados a ir buscar suas cartas nas agências mais próximas".[69]

Fica claro que o projeto do Círculo não se limitaria à assistência aos operários carentes, nem à simples doutrinação católica. Seu objetivo era, confessadamente, uma intervenção na vida do bairro, tanto nos seus espaços públicos quanto na vida privada dos seus moradores, de modo a se tornar um instrumento privilegiado para a conquista das "necessidades" espirituais, mas também materiais da comunidade.

Quanto mais o círculo crescia, mais estreitos tornavam-se os seus laços com o poder público instituído, tanto pelas reivindicações de melhoria para o bairro, como pela constatação de que ele desempenhava um papel fundamental na organização político-social do local. As verbas públicas, ao que parece, somente começaram a engrossar a contabilidade do Círculo a partir de 1944, e não por acaso. Com a crescente crise enfrentada pelo Estado Novo e o iminente processo de abertura política, o Círculo se converteu num importante referencial de discussões políticas e de enfrentamento dos desafios da disputa ideológica em curso desde o início do *Estado de Guerra*. Por isso, o ano de 1944 marcou o início de um período de intensas atividades públicas do movimento circulista na região da Mooca, Vila Prudente e Ipiranga.[70]

---

67 - Panfleto avulso, colado ao livro de crônicas pelo Pe. Damião.(Grifos meus).

68 - Damião Kleverkamp, op. cit. p. 14. O livro de crônicas da paróquia de Santo Emídio não era um diário pessoal do Pe. Damião, mas um livro de registro dos atos e decisões oficiais da paróquia e circulava entre todos os padres e entre os superiores hierárquicos de Damião, por isso, o que se registrava nele, na verdade, era o que confirmava os atos, as impressões e as decisões do pároco.

69 - Pe. Damião conclui a entrevista descrevendo a abrangência que o Circulo pretendia: "Desde os cuidados essencialmente espirituais do povo, [como a construção] da paróquia e de outras capelas até a campanha pró melhoramentos do bairro, com o estabelecimento da iluminação pública, nivelamento e calçamento de ruas, sem descuidar da educação dos jovens". A escola paroquial, que deveria funcionar com a "verdadeira rigidez alemã", foi criada naquele mesmo ano e, num primeiro momento, acolheu os alunos que não eram aceitos pelas demais escolas do bairro. Recorte de jornal não especificado, colado ao Livro de Crônicas, manuscrito pelo Pe. Damião Kleverkamp, respectivamente, pp. 51 e 15.

70 - As relações do Circulo com o poder sempre foram bastante estreitas, como se vê na comemoração do seu 3° aniversário, em 26 de outubro de 1943, à qual compareceram o Sr. Interventor Dr. Fernando Costa o ministro do Trabalho, uma comitiva do DET, e uma delegação da Legião Brasileira de Assistência.

Desde a sua fundação, o Círculo Operário Cristão de Vila Prudente contou com os recursos provindos das duas maiores fábricas instaladas no bairro: a Fábrica de Louças da família Zappi e o Capelifício da família Crespi. Em 1945, coincidindo com o crescimento da atuação do PCB, os irmãos Zappi doaram ao Círculo Operário uma área de 2.000 m^2 junto à fábrica; mais que isso, toda a assistência médica fornecida aos operários era prestada pelo círculo, o que forçava a associação de seus funcionários.[71] O que fica evidente é que o estreitíssimo vínculo do círculo com as empresas locais, trocando serviços por recursos.[72] Por isso, as suas atividades assistenciais cresceram rapidamente, fornecendo o caminho mais curto para se chegar aos trabalhadores do bairro. Em 1945, ele já representava uma importante referência em termos de assistência médica em toda a região. Entre as consultas no seu ambulatório e as consultas domiciliares foram atendidas 13.417 pessoas, sendo que 2.817 não pertenciam ao quadro regular de associados, portanto não pagavam mensalidade alguma. A assistência dentária atendeu, no mesmo período, 10.556 pessoas; o posto de puericultura atendeu 460 crianças, 127 mães e 85 gestantes. Além dessa assistência médico-dentária, o círculo oferecia cursos de corte e costura para quase uma centena de alunas.

Em 1944, Pe. Damião foi convidado a rezar uma missa na casa do Interventor Federal, Macedo Soares. A partir de então, estabeleceu-se uma continuada orientação espiritual dos párocos de Vila Prudente com a família do interventor. No ano seguinte, Pe. Loggy, agora encarregado do livro de crônicas da paróquia, escreveu: "Pe. Damião celebrou na residência do Dr. Macedo Soares na esperança de obter, por seu intermédio, algumas vantagens econômicas para o círculo operário e a igreja".[73] Parece que deu certo. Em dezembro, Pe. Loggy registrou no livro de crônicas que o círculo recebera, em dinheiro, por intermédio da família Macedo Soares, a quantia de Cr$ 100.000,00. Em 1948, registrou-se, num tom, que o Senado havia aprovado a liberação de Cr$ 300.000,00, para a construção do prédio próprio do Círculo Operário.[74] A verba

---

71 - O recurso aos Círculos Operários Cristãos como instrumento de contenção do movimento operário parece ter sido uma prática constante até 1964. Na Cia Siderúrgica Nacional, por exemplo, a direção da empresa, diante do crescimento do sindicalismo vinculado ao PCB, estimulou o desenvolvimento interno do círculo operário (aliás, um dos poucos círculos existentes dentro das fábricas). Com o golpe de 1964 e suas práticas de arrocho salarial e de revogação da lei de estabilidade no trabalho, os empresários retomam o controle absoluto das decisões intenas e abandonam a utilização do "modelo círculo operário" Ver: Sorj, Bila. "Desenvolvimento e crise de uma política de gestão da força de trabalho – um estudo de caso". *Revista de Administração de Empresas*. Vol. 25, n°4, out/dez 1985.

72 - Foi assim que, atendendo ao disposto no Art. 168 da Constituição – que determinava que as empresas com mais de cem empregados deveriam manter creches e escolas para os filhos dos mesmos – as principais empresas do bairro - Peice Cia. Industrial, Cia. de Estofamentos Tepermam, Indústria de Secadores Bernauer, Ventiladores Bernauer, Cia. Paulista de Cortiças, Indústria de Papéis e Papelão Búfalo, Indústria de Máquinas Gutmann, Contitec, Cogeral, Super Test etc. - assinaram convênios com o Círculo. Parte dos seus recursos provinha desses convênios.

73 - Sobre a casa do interventor Pe. Loggy escreveu: "Tudo lá é bem tratado e limpo, menos Nosso Senhor e o altar". Livro de Crônicas da paróquia, vol. II, pp. 46 e 51, respectivamente.

74 - Livro de Crônicas. op. cit. p. 64. De qualquer modo, as subvenções oficiais e as doações públicas representavam, ao lado das contribuições individuais, as principais fontes de recursos do círculo, sem as quais ele não teria existido.

aprovada no Senado fora resultado de longas e constantes peregrinações aos gabinetes municipais, estaduais e federais. Dentre os intermediários estava Morvan Dias de Figueiredo, eleito naquele ano presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, a quem a diretoria do círculo não esqueceu de enviar um telegrama de congratulações. Em março de 1949, o Círculo recebeu uma polpuda doação da empresa Nadir Figueiredo.[75]

O Círculo Operário de Vila Prudente também teve papel importante na consolidação das práticas populares pela reivindicação de melhorias para o bairro. Foi impulsionado pelo círculo que diversos moradores do bairro escreveram para o jornal *Correio Paulistano*, para a seção "Bairros na berlinda", em fins de 1947, denunciando e exigindo a solução para os problemas de Vila Prudente. Um morador escreveu, num tom bastante indignado: "(...) há tempos atrás fizemos um abaixo-assinado pedindo rede de água para cá. Como de costume, nada... Afinal, pagamos impostos caros e aluguéis escorchantes sem o consolo de boa água sequer". Outro morador escreveu: "Vila Prudente é um bairro despoliciado. (...) a parte denominada quinta da paineira, além de ser uma bacia que fica inundada pelas águas das chuvas, não tem uma rua em ordem (...), com as chuvas e a conseqüente inundação as 'fossas negras' devolvem o que recebem." Depois de uma dezena de cartas com o mesmo teor, Vila Prudente entrou na berlinda, os jornalistas que visitaram o bairro, acompanhados pelos diretores do Círculo e da SABs, o descreveram não como um bairro, mas como "um estado de consciência", da má consciência da prefeitura. A matéria apresentava Vila Prudente como sendo o bairro mais povoado da zona suburbana, cuja população beirava os 30 mil habitantes, mas não possuía água encanada, esgoto, iluminação pública, calçamento...

Os alagamentos no bairro eram muito freqüentes porque uma parte dele havia sido urbanizada sobre um pântano. Por isso, muitos moradores o chamavam, jocosamente de "Veneza sem gôndola e sem romance". Andando pelas ruas, os jornalistas do *Correio Paulistano* fizeram uma entrevista que resumiu a situação de "desamparo e carência" em que se sentiam os habitantes numa frase lapidar: "Mas também aqui não tem ninguém. É só gente pobre, operários..."[76] Numa terceira carta, outro morador denunciou o abandono:

Para um detalhamento desse aspecto, ver: Farias, Damião Duque de. *Em defesa da ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)*. São Paulo. Hucitec/USP. 1998. Passim.

75 - Ata da reunião da diretoria do Círculo Operário Cristão de Vila Prudente, 15/03/1949. Em dezembro de 1946, às vésperas do natal e como parte da campanha intitulada 'natal dos pobres', o Círculo Operário do Ipiranga promoveu, no cine Palácio, na rua Tabor, uma reunião comemorativa dos seus 10 anos de existência. O orientador eclesiástico agradeceu ao Sr. Interventor Federal, presente na ocasião, a doação do terreno para a construção do hospital Leão XIII e ao Sr. Hugo Borghi, a doação de Cr$ 50.000,00. Livro de Crônicas da paróquia. Vol. II, p. 64.

76 - *Correio Paulistano*. De 8 a 19 de outubro de 1947. Seção "Bairros na berlinda".Parte significativa das discussões sobre as condições gerais do bairro eram feitas no círculo operário.

"(...) é tempo do Sr. prefeito de fazer algo por nós os desamparados. É tempo de saber que nós também pagamos impostos sanitários, predial etc. É tempo de voltar a atenção para os que sofrem em silêncio o martírio do abandono por não possuírem um *político* ou milionário *que interceda junto às autoridades*. Para pleitear melhorias em nome dos moradores."

Por não contar com um político que intercedesse junto às autoridades, os circulistas organizaram o *Centro Político Independente*, um grupo suprapartidário com o objetivo de atuar partidariamente em defesa do bairro. O grupo foi assim descrito por um dos seus fundadores:

"Nós tínhamos fundado aqui na Vila Prudente o *Centro Político Independente*. Do Zappi, o José e o Mário (...). É que aqui não tinha nada, não acontecia nada, então tinha umas pessoas mais ou menos dadas, então agariaram: Artur Paes, o velho Tomás Izzo, Artur Andreotti, O Zappi, Dr. Mário Lopes, que foi o primeiro dentista que apareceu aí... Sei que foi reunida a elite do bairro, daquela época. E eu era secretário do Centro... Nosso objetivo era nas eleições conseguir nomear um vereador para cá. Uma pessoa conhecida do bairro para poder intermediar... Isso foi em 1944/1945. Era um grupo político independente, tinha gente de todos os grupos, não era de um partido (...) nosso ambiente era só trabalhar para o bairro... Para ver se nomeava um político, se calçava algumas ruas, iluminar. Porque era tudo terra, não tinha quase água, uma ou duas casas... Depois quem ajudou muito foi o Porfirio da Paz com o Jânio Quadros".[77]

O Centro Político Independente manteve laços com todos os partidos políticos, o que mostrava que os círculos não atuavam apenas de modo assistencial ou confessional, eles articulavam uma ação político-partidária envolvendo operários, empresários e profissionais liberais do bairro com uma forte prática assistencial. Mas a razão imediata para a criação do Centro Político Independente era fazer frente à atuação eleitoral legal do PCB, tanto que o centro, que agregava membros de todos os partidos, desapareceu algum tempo depois da ilegalidade do PCB e do surgimento do PDC. Na sua disputa pelos corações e mentes dos moradores do bairro, os círculos se aproximaram estreitamente dos partidos políticos que pudessem atuar como vetores das suas reivindicações de melhoria para o bairro, e que aceitassem as plataformas católicas, só assim se conquistaria "a confiança nas providências que o círculo tem tomado".

"O círculo não era partidário, mas era político... Mas depois, com a pregação do Pe. Sabóia de Medeiros, ele vinha todos os domingos pregar aqui e então surgiu a idéia de fazer um movimento, e o círculo já estava em pleno funcionamento, ligado ao Partido Democrata Cristão... O Montoro foi uma pessoa muito importante. A tese era: a política e os políticos são sujos, mas se não nos envolvermos nós continuaremos limpinhos, mas derrotados. Mas acontece que o círculo não era esse colosso, e na cidade tinha gente com dinheiro para gastar. Aqui o Décio da Silva Barros, que foi presidente do círculo, ele se candidatou, nós fizemos todos esforços, mas não deu... Depois tentamos novamente e não deu novamente..."[78]

Possivelmente o CPI e os círculos atuavam sob inspiração da Liga Eleitoral Católica, que não se tornou um partido político efetivo e, por isso, diluiu seus apoios por todos os partidos

77 - Entrevista com Luiz Brambilla, concedida ao autor em 25 de novembro de 1999. Luiz Brambilla foi, ao mesmo tempo, presidente do círculo e do centro.

78 - Entrevista com Orlando Gennaro, concedida ao autor em 26 de novembro de 1999. O Sr. Orlando Gennaro, antes de ter sido presidente do círculo e presidente foi, durante muitos anos, funcionário e chefe de expediente.

existentes, desde que os candidatos assinassem uma pauta de dez itens.[79] Entretanto, a despeito da sua eficiente e organizada propaganda, os resultados da CPI, como os da LEC, parecem ter sido pouco significativos. Isso nos permite pensar que os resultados eleitorais das organizações católicas dependem menos do seu catolicismo militante do que de outras circunstâncias políticas específicas. Ou seja, os resultados da CPI e dos círculos mesmo quando se ligaram, mais tarde, ao PDC dependeram menos do seu explícito catolicismo e mais de sua inserção nos temas e demandas do bairro.

O significado de organizações como o centro político independente não está nos seus sucessos ou fracassos. O que importa é a pulsação das disputas político-sociais que põem em cena e a teatralização dos embates. Esses cenários elucidam os caminhos pelos quais se constituíam os espaços de negociação dos conflitos entre diferentes, e muitas vezes antagônicas, organizações que surgiram nos bairros da periferia da cidade no imediato após-guerra. As trajetórias dos círculos operários, comitês democráticos, centros políticos e das sociedades de amigos nos mostram que há, talvez, mais semelhanças no modo cotidiano como arregimentavam seus membros e buscavam seus objetivos, do que efetivas diferenças. No mínimo, suas experiências nos ilustram o modo como as querelas ideológicas alcançam o dia-a-dia dos bairros periféricos.

Entretanto, o assistencialismo foi a mola propulsora dos círculos, era ele que dava forma material aos seus pressupostos ideológicos e às suas ações concretas. Por isso, é necessário compreender suas facetas, em primeiro lugar, o assistencialismo só adquire sentido se inserido na perspectiva ampla da *solidariedade cristã*; e, no contexto das práticas e da mentalidade circulistas, essa solidariedade é uma maneira clara de se contrapor à *solidariedade de classe*. Em segundo lugar, o assistencialismo circulista exprime uma negação de práticas políticas autônomas, já que as substitui pela noção de *cooperação cristã,* como solução para os problemas coletivos das péssimas condições de vida. De modo geral, a atitude dos circulistas em relação aos operários era a mesma atitude da igreja católica em relação ao povo: "de condescendente benevolência, não de identidade humana".[80] É por isso que, embora a entidade se chame *Circulo Operário Cristão,* não há operários na composição de suas sucessivas diretorias. Como bem disse um dos meus entrevistados, "Ali se reunia a elite do bairro", comerciantes, bancários, professores, contadores, médicos, dentistas e industriais; na prática, o cristão precedia o operário.

---

79 - Todaro, Margaret Patrice. *Pastors, prophetes and politicians. A study of the Brazilian catholic church, 1916-1945.* Michigan. Columbia University, 1971.pp. 280 e segs.

80 - Gramsci, Antônio. *Literatura e vida nacional.* Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978. p. 81.

De qualquer modo, o assistencialismo circulista, embora seja um instrumento poderoso, "não retira" dos trabalhadores "todo o seu espaço privado" nem os transforma em "trabalhadores inertes, impedidos de lutar na busca de soluções [para seus problemas]". Nem, tampouco, quebra suas "solidariedades de classe" ao desqualificar suas formas coletivas de luta, "traduzidas como danosas e responsáveis por semear o ódio e o rancor na sociedade".[81] Essa conclusão comporta um certo modo de pensar os conflitos sociais, que as percebe a partir de pólos antípodas prontos e acabados: cooptação X independência; autonomia X subordinação; reforma X revolução; luta X alienação; resistência X opressão etc. Na verdade, a atuação dos circulistas sempre foi mais complexa e refinada. Seu objetivo não era simplesmente "quebrar as solidariedades de classe", mas redefini-la sob a ótica da solidariedade cristã. Não se trata de, simplesmente, desqualificar as lutas operárias, mas de requalificá-las sob e égide da cooperação cristã, que unifica interesses antagônicos e contraditórios sob a égide da fraternidade em Cristo. Desse modo, não há um puro e simples desprezo pelas tradições e experiências operárias, há, isto sim, uma apropriação dessas tradições sob a bandeira da solidariedade e cooperação cristãs, uma solidariedade vertical, capaz de reunir, em uma causa comum, operários e patrões e uma cooperação capaz de unificar interesses antagônicos. A força contida nas vaga e imprecisas noções de *solidariedade* e *cooperação* cristã encontraram a sua materialização, no após-guerra, no visceral anticomunismo desses círculos, ai se encontravam os anseios por uma sociedade sem conflitos com idéias bastante precisas de progresso social.

> "Cuidar da classe trabalhadora é, pois, a finalidade do Círculo Operário, não se trata de prover apenas de coisas que eventualmente lhe falte, mas de zelar para que não se iludam com os acenos demagógicos de deturpadas ideologias. Para isso contamos com os líderes operários, formados na ideologia cristã, que deverão fermentar a massa, para que ela deixe de ser massa e venha a ser povo. Povo com vontade própria e capaz de construir um mundo melhor para o amanhã".[82]

No período que vai de 1930 a 1945, surgiram no Brasil incontáveis organizações de católicos leigos. As três mais importantes foram: A *Liga Eleitoral Católica*, criada em 1932, com o objetivo de mobilizar o eleitorado católico para a assembléia constituinte, que perdurou até os anos 50, embora, em fins dos anos 40, sua "vitalidade" já houvesse diminuído, a *Ação Católica Brasileira*, criada em 1935, com o objetivo de ser uma organização de leigos participando do apostolado hierárquico da igreja; e, por fim, os *Círculos Operários*, criados em 1932, após a promulgação da encíclica *Quadragésimo anno*. Segundo Ralph Della Cava, estas instituições, em geral moldadas nas experiências da Europa Ocidental, tinham o objetivo de recrutar os leigos que

---

81 - Almeida, Paulo Roberto. *Círculos operários católicos: práticas de assistência e de controle no Brasil – 1932/1945*. São Paulo. PUC, 1992. Dissertação de mestrado. pp. 62 e 65. (Grifos meus).
82 - Relatório das atividades do Círculo Operário de Vila Prudente de 1959.

seriam "nada mais nada menos do que os estratos médio e médio-alto das nações em processo de industrialização".[83] Especificamente sobre os círculos operários, Della Cava sugere que eles foram "organizações efêmeras", cujo ápice teria sido o Estado Novo, seja pela estreita ligação com o poder central, seja pelos contínuos afluxos de verba que não cessaram de receber. Encerrado o Estado Novo, os círculos teriam "desmoronado abruptamente". Todavia, não é isso o que acontece com os Círculos aqui mencionados, ao contrário, o retorno às liberdades democráticas em 1945 deu às atividades do circulismo uma identidade precisa, moldada na contraposição aos seus adversários agora públicos e visíveis: os comunistas.

Por isso, as atividades públicas destes três círculos foram intensas, principalmente a partir de 1942, com o início do Estado de Guerra, e somente com a ilegalidade do PCB e, portanto, com a desaparição da sua razão de ser, eles foram lentamente declinando.[84] Segundo Waldemar Rossi, metalúrgico e militante da Juventude Operária Católica nos anos 50, a marca distintiva dos Círculos Operários Cristãos, dentro do movimento católico, era o seu profundo anticomunismo. Exatamente por conta desse anticomunismo visceral, os Círculos teriam tido um peso muito pequeno na vida da classe trabalhadora, antes ou depois de 1964. Na verdade, a sua importância foi maior na vida do bairro.

> "Um movimento de cristãos com uma profunda marca anticomunista, bem conservadora e pró-capital, claramente pró-capital, essa é a marca do círculo. O pós-guerra não só acirrou isso, (...) esse pessoal do círculo vivia essa mentalidade, em parte, dos movimentos confessionais. Eles não significaram nada, [para o movimento operário] era uma pena no chapéu, nada mais que isso. O que eles ajudaram muito foi a desenvolver esse grupo democrata cristão, era o grupo de Vila Prudente que dava apoio para eles e agitava o bairro".[85]

É possível que o movimento circulista, levando em consideração o país como um todo, tivesse realmente reduzido suas atividades no início dos anos 40, mas certamente isso não ocorreu nos bairros da Mooca, Vila Prudente e Ipiranga.[86] Mas o próprio Della Cava abre uma

---

83 - Della Cava, Ralph. "Igreja e Estado no Brasil no século XX". *Estudos Cebrap*. São Paulo. n° 12, 1975. p. 16.

84 - Idem, p. 19. Outros autores, na senda aberta por Della Cava, reproduziram o mesmo argumento: "A proposa da igreja estruturada nos círculos operários católicos contou com o respaldo de Waldemar Falcão, sucessor de Agamenon, a partir de 1937, mas não conseguiu sensibilizar os trabalhadores. Profundamente assistencialista, a proposta circulista vinculou-se a um clima político de intenso combate ao comunismo e de grande simpatia por um estado autoritário. Com estas características marcantes, tornou-se incômoda, quando os ventos da política internacional e nacional começaram a soprar em outra direção." Almeida, Paulo Roberto de. op. cit. p. 192.

85 - Entrevista com Waldemar Rossi, concedida ao autor em 6 de abril de 2001. Ele continua: "Em 1964, depois do golpe, os círculos operários foram transformados em CPB – Central dos Trabalhadores Brasileiros – por isso, os círculos forneceram grande parte dos interventores sindicais depois de 1964".

86 - Possivelmente isso passou desapercebido a Della Cava porque seu objetivo, neste trabalho mencionado, não é tratar propriamente dos círculos operários. Ele está interessado na *Ação Católica Brasileira*, nas organizações que a precederam e naquelas que a sucederam; principalmente aquelas vinculadas às classes médias. Por isso, ele pode argumentar que: "A sumária repressão de Getúlio Vargas ao PC, em 1935, foi combinada com o apoio dado ao ativismo religioso na área dos sindicatos de trabalhadores, onde ambos os lados estavam comprometidos na vigilância contra a infiltração comunista. A despeito desta forma de presença, num setor da sociedade onde as estruturas da igreja, decididamente, não eram as da classe média, os círculos operários fracassaram". Della Cava, Ralph. op. cit. p. 19.

possibilidade para entendermos o crescimento dos círculos, ao menos destes círculos específicos, num momento de recuo do movimento circulista como um todo. Ele aponta que, coincidindo com o final do governo Vargas, em 1945, há uma crise interna no catolicismo brasileiro, uma crise que ele atribui a três aspectos: a diminuição do sacerdócio, o recuo na religiosidade leiga e o crescimento dos credos alternativos. Como reação a esta crise, o poder eclesiástico teria refluído para as dioceses, abrindo a possibilidade para atuações diferenciadas, mais de acordo com as especificidades locais.[87]

A partir de meados de 1945, os Comitês Democráticos Populares e os Círculos Operários da Mooca, Ipiranga e Vila Prudente se tornaram concorrentes diretos na disputa pela apresentação de solução e no encaminhamento dos problemas do bairro. Por isso, suas ações e estratégias foram sempre muito semelhantes e, em alguns momentos, eles estiveram supostamente próximos. Eram freqüentes nesses bairros as conferências como a promovida pelo comitê democrático do Alto da Mooca em agosto de 1946, intitulada *Democracia*.[88] Esta proximidade sugere que os circulistas, de fato, não formavam um bloco monoliticamente anticomunista, como ponderou um ex-diretor do Círculo de Vila Prudente:

> "Eu já acompanhava muito um outro sacerdote que defendia muito a questão do trabalhador. Porque naquele tempo nós não tínhamos uma noção muito forte de que o comunismo era perigoso. O que nos interessava era fazer com que os operários tivessem recursos; tivessem meios".[89]

Embora o comunismo fosse o fantasma que aterrorizava e mobilizava as ações dos circulistas, o anticomunismo não era um princípio que orientava individualmente seus membros e, a partir do qual, eles se unissem; ao contrário, o anticomunismo era uma condição muito mais determinada externamente pelos orientadores eclesiásticos do que introjetada em cada diretor, menos ainda nos associados. Isso explica porque os cinco ex-diretores do círculo quando formam perguntados sobre o seu anticomunismo tiveram, invariavelmente, a mesma reação: uma hesitação, um longo silêncio e um balbuciar que dizia: "- bem, eu não era exatamente anticomunista, embora eles fossem ateus..."

---

87 - Mas em 1950, todos os setores de atividades assistenciais do Círculo de Vila Prudente haviam recuado o período de mais intensa atividade desse círculo coincidiu com o período da legalidade do PCB. Enquanto o partido comunista teve uma atuação legal, o Círculo Operário de Vila Prudente teve as torneiras das verbas públicas e dos empresários da região sempre abertas. A progressiva diminuição da sua atuação assistencial é mais significativa quando pensamos que a população do bairro quase dobrou em uma década, chegando, em 1959, a aproximadamente- seguindo estimativas do próprio Círculo Operário - 150.000 habitantes. No ano seguinte, 1951, o relatório menciona: "Em relação ao ano anterior, o número de associados que recorreram a este tipo de assistência foi bem menor, notando-se porém que foram atendidos 192 casos." Relatório das atividades do Círculo Operário de Vila Prudente– 1950/1951, dezembro de 1952.

88 - Representando o comitê, participaram o Dr. Ângelo Abatayguara e Higino Ortega; representando a união de mulheres democráticas, D. Yolanda Cardoso e Vita Alves, e representando a paróquia local estavam monsenhor Júlio Valentin e Pe. Dario Augusto Martins. *Hoje*, 31/08/46, p. 5.

89 - Entrevista com Orlando Gennaro, concedida ao autor em 26 de novembro de 1999.

"Não, eu tinha até receio de falar em comunismo. Não queria saber de comunismo. Eu sempre fui contra o comunismo, eu não queria esse negócio, porque eles eram ateus. Então a gente procurava sempre afastar se houvesse alguém. Trabalhava contra..."[90]

Por isso, no imediato após-guerra, parece ter havido um momento de indefinição ideológica dentro dos círculos capaz de estabelecer uma relação de estreita colaboração entre os comitês e os grupos católicas no bairro. Isso assustou muito a hierarquia da igreja, que se empenhou em mostrar as incompatibilidades entre comunismo e catolicismo, de modo a demarcar com clareza suas diferenças, exatamente porque, na prática cotidiana das reivindicações por melhorias nos bairros, era muito difícil distinguir circulistas de comunistas. [91]

Comunistas e circulistas intercambiaram também as estratégias de aproximação e de arregimentação de novos adeptos e sócios, indo buscá-los onde eles estavam, nos campos de futebol de várzea, nos salões de baile, nas associações culturais, nas peneiras, por exempl o, como contou o Sr. Luiz Brambilla, primeiro presidente do Círculo de Vila Prudente:

"Eu era presidente da irmandade de São Luiz, pra incentivar... Tinha aí uns meninos, nós éramos todos molecão, e começamos a jogar futebol, para começar a chamar uns adeptos para o futebol e aproveitávamos para ensinar a primeira comunhão... O time chamava-se *São Luiz* e era ligado à igreja. O time tinha outros crentes, mas por causa do futebol eles vinham... tinha dois clubes, o *Santo Antônio*, do Capelificio Crespi, eu fui secretário desse clube também, e o *São Luiz*. Promovia bailes, festas essas coisas aí... E com essa irmandade de São Luiz, mais tarde criamos a Congregação Mariana. Eu fui presidente da congregação... Esse time foi criado em 1939, e durou muitos anos..."[92]

Grande parte da eficiência do Círculo de Vila Prudente deveu-se à atividade dos chamados *grupos de visitação*. Estes grupos tinham a tarefa de visitar mensalmente, uma a uma, as casas dos associados, para a cobrança das mensalidades. Era o momento em que se aproveitava para averiguar a situação física das moradias, as condições morais das famílias, suas necessidades materiais e espirituais. Perguntavam a situação da vizinhança, sobre os possíveis novos sócios, sobre a existência de focos de descontentamen to, sobre as práticas religiosas alternativas etc. Cada grupo de visitação era formado por quatro ou cinco pessoas que cobriam

---

90 - Entrevista com Luiz Brambilla, concedida ao autor em 25 de novembro de 1999.

91 - Segundo Franco Montoro, em seu livro de memórias, a euforia do final da guerra levou muitos católicos a acreditarem na compatibilidade entre comunismo e catolicismo. Isso produziu um trânsito problemático e confuso de católicos que passaram a freqüentar organizações comunistas. Montoro, André Franco. *Memória em linha reta*. São Paulo. Senac, 2000. Principalmente Capítulo VI. Talvez o próprio Montoro tenha se sentido estimulado pelos comitês democráticos e pelo clima de euforia cívica do após-guerra. Em 14 de julho de 1945, no bairro da Vila Mariana, em frente a estação de bondes, o comitê democrático local promoveu um comício com a presença de 800 pessoas. Os discursos se iniciaram com os problemas do bairro, e prosseguiram com o tema da constituinte e as dificuldades para o estabelecimento de uma sociedade democrática, e terminaram convidando os presentes a subir no palanque e a se manifestar sobre as questões políticas do momento. Várias pessoas se manifestaram, dentre elas: "(...) tomou a palavra André Montoro, moço bem apresentando, atacando os comunistas e a Rússia, foi vaiado e ameaçado pelos presentes. Não houve grave conseqüência, em virtude da intervenção imediata dos policias que se encontravam fazendo o policiamento do popular." Arquivos do DOPS, Dossiê 20-Z-56.

92 - Entrevista com Luiz Brambilla, concedida ao autor em 25 de novembro de 1999. Ao que parece, o São Luiz era um time ligado à fábrica de louças da família Zappi.

quase todas as ruas do bairro. Depois de realizadas as visitas, os respectivos chefes de grupos se reuniam e, juntamente com o orientador eclesiástico, traçavam um plano de ação para cada caso específico. Um antigo chefe de grupo descreveu assim essa prática:

> "No meu período, por exemplo, (1953/1955) nós chegamos a ter 5 mil sócios. E havia aqueles mais líderes que eram chamados *chefes de grupos*... Cobrava-se uma pequena mensalidade dos associados e o chefe de grupo ficava com dez ou doze famílias que ele visitava mensalmente, para receber a mensalidade. No meu período fazíamos reunião com os chefes de grupo. Ficávamos ouvindo as sugestões e os desejos do associado e assim tínhamos elementos para planejar melhor e pôr em prática as coisas. E o chefe de grupo, nas visitas, fazia uma preleção e passava as idéias do círculo... Nós conversávamos, havia um diálogo com aquele cidadão que só via o lado pessimista, de sofrimento pelo que havia passado. Nós sugeríamos que era necessário mudar para melhor, passar mensagens de otimismo para essa pessoa".[93]

A partir das visitas é que se determinava a atuação particular de cada grupo, suas estratégias e seu modo de atuação em áreas específicas do bairro. Quando se constatava a existência de "ovelhas desgarradas", fossem potencias esquerdistas, descontentes em geral, praticantes de religiões alternativas etc, a atitude, em primeiro lugar, era neutralizar sua ação e trazê-las para perto da atuação do círculo. O que se almejava era adentrar os espaços privados das casas e criar novos padrões de comportamento morais, culturais e políticos, ou seja, criar o *padrão circulista* de comportamento, no qual religião seria o mecanismo para apagar as divisões sociais e transformar a comunidade num bloco homogêneo para se opor, seja a outras religiões, seja ao comunismo ateu.[94] Contudo, as dificuldades não eram poucas. Havia desde a recusa dos associados em responder às perguntas ou acatar as sugestões dos grupos de visitação, passando pelas limitações concretas de pôr em ação estratégias de mudança das condutas, até os limites dos próprios visitadores, como revelou um entrevistado:

> "O Círculo se dividia em grupos, cada grupo tinha um chefe encarregado da cobrança e levava recados, convocava, todo o bairro estava dividido assim. Esses grupos, na verdade, não podiam fazer muito porque não estavam doutrinados, a doutrinação vinha aos poucos, não tínhamos preparo...".[95]

Aos grupos de visitação não bastava exercer uma influência benéfica sobre os sócios-moradores, "era necessário que cada sócio em particular seja e se sinta atingido pela ação da direção". Enfim, "conquistar pouco a pouco todos os operários da sua zona para sócios do

---

93 - Entrevista de José Nórcia Filho, concedida em autor em 4/11/1999.

94 - O padrão circulista Implicava "na organização inteligente das horas de lazer, um aproveitamento do tempo concedido ao trabalhador, não nas futilidades das arquibancadas dos clubes de futebol, mas que o aproveite para o revigorar do seu corpo, sobretudo, para a cultura religiosa e profana de seu espírito, para a formação de sua consciência cívica e profissional, para o cultivo do sentimento de família, para a educação dos filhos". *O Clamor*. Publicação oficial da Confederação Nacional dos Círculos Operários Católicos, junho de 1939. Apud In: Almeida, Paulo Roberto de. op. cit. p.33.

95 - Entrevista com Orlando Gennaro, concedida ao autor em 26 de novembro de 1999.

círculo".[96] Por isso, os grupos de visitação eram muito cuidadosos no modo como se aproximavam dos moradores do bairro:

> "Pegam-se moscas com açúcar, não com vinagre. Para juntar galinhas, basta jogar milhos, nem é preciso chamálas, elas chamam umas às outras. Se queres congregar sócios para os círculos, presta-lhes serviços, sê-lhes útil. Depressa terás tua zona reunida: eles irão trazendo os outros. Sê, pois, prestativo, serviçal, incansável em atender os sócios a ti confiados."[97]

Os temas da abordagem dos grupos deveriam ser escrupulosamente ponderados:

> "Para contentares e ajudares uma pessoa não deve começar falando do que te interessa, do que tu queres dela, mas sim falar do que interessa a ela, coloca-te no ponto de vista dela: pergunta ao operário como vai de saúde, de luta, como vai a família, como vai no emprego, de salário, de patrão, com a Mãe de família conversa sobre os filhos, sobre a casa, o aluguel, o fogão, a roupa, os gêneros alimentícios... Aprende a pensar pelo cérebro do próximo: descobre o que o preocupa, o que deseja, o seu objetivo, a sua predileção, o seu fraco, sua cachaça e mostralhe interesse, se for possível, sê-lhe útil nesta aspiração"[98].

Mas a pregação doutrinária, no nível cotidiano da organização, nem sempre fazia sentido. Isso nos sugere uma pista das constantes dificuldades de articulação entre os diversos departamentos do círculo, cabendo, sempre, ao orientador eclesiástico a palavra final. Desde o princípio, os círculos estiveram fortemente submetidas à hierarquia da igreja e foram moldadas nas regras da obediência mais estrita. Isso é bastante evidente no caso dos círculos operários do Ipiranga, Mooca e Vila Prudente, no papel desempenhado pelos assistentes eclesiásticos, que eram a voz definitiva nas decisões internas do círculo.[99]

> "O assistente eclesiástico ouvia e depois determinava. Aquilo que ele achava que seria mais prudente, ele impunha e ninguém questionava nada. (...) Eu sempre conclui que era isso. Era o padre, vamos dizer, que tinha a responsabilidade de conduzir, e a diretoria do Círculo... de executar. Ficava por isso mesmo (...). Hoje o papel assistencial do Círculo continua, mas seu papel político acabou".[100]

Por isso, a tensão entre os circulistas e o orientador eclesiástico foram freqüentes e nas suas disputas internas o fantasma do comunismo era também uma arma esgrimida nos conflitos. Assim, nas atas da reunião da diretoria não há, entre 1944 e 1957, nenhuma referência a qualquer uma das greves ocorridas nesses bairros ou a qualquer manifestação coletiva dos trabalhadores.

---

96 - *Guia do subdelegado*. Publicação do CNOC, n° XXII, 1946. O guia termina orientando que se diga sempre: "Eu lutarei! E dize com cristo: 'tenho pena desse povo'..."

97 - Idem, Ibidem.

98 - Idem, Ibidem.

99 - "Dentro destas organizações desenvolveu-se firmemente um modelo de 'intervencionismo' episcopal: os líderes eram escolhidos dentro da cúpula, tomavam-se decisões sem recorrer ao processo democrático, as estruturas eram contíguas às jurisdições territoriais da igreja, enquanto clérigos, nomeados diretamente pelos seus bispos, presidiam às atividades legais, a nível local, como 'assistente'". Della Cava, Ralph. op. cit. p. 17.

100 -. Entrevista com Orlando Gennaro, concedida ao autor em 26 de novembro de 1999, Em 1947, quando Pe. Lourenço Barendise reclamou muito da falta de apoio da diretoria do círculo às suas iniciativas, vários diretores responderam, "fazendo uma exposição detalhada dos motivos que o levaram, bem como outros diretores, a não colaborarem efetivamente com o assistente eclesiástico, disse que rendia homenagens ao Re. Pe. Venâncio, pelas suas realizações, mas por outro lado, ele nunca quis aceitar as opiniões dos membros da diretoria, preferindo sempreagir de seu modo (...) esses são os motivos que vieram trazer essa apatia entre os membros da diretoria". Ata da reunião da diretoria do Círculo Operário Cristão de Vila Prudente, 05/03/1947.

Contudo, em outubro de 1957 há a constatação de um aumento significativo no número de desempregados no bairro. Os membros do Círculo passaram a fazer reuniões com eles, tentando encontrar uma solução para o problema, mas, a cada nova reunião, aumentavam os temores de que suas ações fossem tachadas de comunistas pelas autoridades da igreja.[101] Era sempre temerária qualquer politização nas discussões internas do Círculo e muito arriscado discordar dos orientadores eclesiásticos; afinal, a atribuição do anátema de comunista era uma das suas prerrogativas.

As relações de circulistas e comunistas podiam adquirir um aspecto cômico. O CDP de Vila Zelina enviou várias cartas ao jornal *Hoje*, denunciando que a sua sede, no Largo São José, era constantemente atacada, principalmente por crianças, com pedras e fezes de animais, e que as freiras do colégio São José, diretamente subordinado ao Círculo Operário de Vila Prudente e dirigido por um conjunto de freiras americanas, eram as responsáveis. Como as reclamações persistissem, o DOPS designou um investigador para apurar o que ocorria. Depois de uma visita ao bairro, em maio de 1946, o investigador relatou:

> "Inicialmente cumpre destacar que no bairro em apreço é grande a maioria de indivíduos de nacionalidade lituana e, conseqüentemente, de adeptos do partido orientado pelo Sr. Prestes (...). O referido colégio está situado no Largo São José e a sede do comitê democrático também está localizada no mesmo local. Como no bairro só existe este largo, é ali que o PCB realiza comumente os seus comícios..."

O investigador foi até o colégio e conversou com as freiras americanas responsáveis pela escola, que não se intimidaram, assumiram que "efetivamente, durante as aulas, fazem dissertação aos seus alunos contra o comunismo e contra a URSS (...) contando-lhes, por exemplo, que nos EUA os alunos dos colégios religiosos aprendem a dissolver comícios comunistas com pedras e ovos podres..."[102] Conformado, o investigador concluiu que, se os comitês podiam fazer a defesa da URSS, as freiras também podiam defender os EUA.

O que a ascendência doutrinária dos orientadores eclesiásticos pode sugerir é que o anticomunismo nos Círculos era muito menos acentuado do que os padres coadjutores desejariam. Tudo indica que a doutrinação circulista era uma atividade tanto para o público interno, quanto para o externo, ela era produtora tanto quanto resultado da ação dos orientadores eclesiásticos, de modo que o círculo não era uma obra pronta e acabada que se dirigia ao mundo exterior, ele se constituía enquanto unidade específica, ao constituir a sua intervenção pública. Os círculos, portanto, devem ser entendidos como momentos de auto-reflexão, como práxis, que

---

101 - Ata da reunião da diretoria do Círculo Operário Cristão de Vila Prudente, 16/09/1957.
102 - Arquivos do DOPS. Dossiê 50-Z-0-2362.

ultrapassam a mera reprodução rotineira de si mesmos; ou seja, o discurso religioso e suas práticas são momentos de autoconstituição do catolicismo.[103]

Em 20 de agosto de 1945, o Círculo Operário do Ipiranga promoveu uma enorme concentração operária no bairro, em três diferentes locais, simultaneamente, cine Ipiranga Palácio, na rua Tabor; Teatro Monumento, na rua Bom Pastor; cine Paroquial, na rua Brigadeiro Jordão. O evento foi chamado de *Noite Cívica pró-alistamento eleitoral*. Os três locais receberam, alternadamente, André Franco Montoro, Pe. Sabóia de Medeiros, Dr. Ataliba Nogueira, e D. Abigail Horta Cavenaghi, entre outros. Além das conferências, haveria banda de música e filmes com o desembarque dos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira no Rio de Janeiro e em São Paulo. Juntamente com os volantes oficiais anunciando o evento, circulou um panfleto apócrifo atribuído, pelos investigadores do DOPS, ao próprio Círculo do Ipiranga, o panfleto antecipava a guerra fria e a acirrada disputa, real ou imaginária, entre católicos e comunistas daqueles bairros:

> "Operários Católicos! Não descansemos, porém nesta esperança. Os católicos no Brasil ainda estão afastados uns dos outros num isolamento inexplicável e prejudicial, urge unir fileiras! O momento exige serenidade, abnegação e coragem máscula. *Os católicos não podem ser comunistas* (...) Em face da confusão política que se esboça no país, confusão esta provocada pelos agentes de Moscou sob o rótulo de *democratas progressistas*, necessário se torna a união de todos os católicos e bons brasileiros, máxime dos operários, contra o perigo comunista em nossa Pátria".[104]

O tom geral do panfleto expressava uma tentativa de definir os campos da disputa e demarcar, com clareza, quais os limites de um e de outro. Possivelmente o panfleto tenha sido motivado pela sedução exercida sobre os católicos pelas práticas e estratégias desenvolvidas pelos comunistas, principalmente por meio dos CDPs. É difícil avaliar qual terá sido o real alcance e o impacto da "confusão" cometida pelos católicos ao imaginarem que poderiam unir catolicismo e comunismo. Mas a "confusão" talvez se explique pela sensação de que entre católicos e comunistas pudesse haver uma ponte, "uma sucessão, a ser preenchida, o que explica que tantos comunistas sejam provenientes do cristianismo, e que certos adeptos [católicos] vejam no proletariado o vetor da redenção". Em uma das pontas dessa sucessão estavam os comunistas e sua busca por um "isomorfismo com a sociedade global e o esforço para não ser percebido em contradição com ela. Desse modo, o comunista deveria ser excelente profissional, bom marido,

---

103 -Romano, Roberto. *Brasil: igreja contra Estado (crítica ao populismo católico)*. São Paulo. Kairós, 1979.

104 - Outro panfleto, menos agressivo, exortava os operários a se alistarem para votar, mas alertava: "É neste momento que deves pensar um pouco. O partido comunista promete tudo, estende a mão implorando a tua adesão, e a tua cooperação. E depois... ele realizará o que promete? Não, porque se tu estenderes a mão e o ajudares a subir aopoder, quando ele estiver lá em cima, não te pedirá mais, porém ordenará e essa mão que agora ele te estende pedindo o teu apoio e, essa mesma servirá para te apunhalar pelas costas... Pois bem, amigo operário, pensa antes de dar um passo para que não venhas a cair num abismo de escravidão, venha aderir logo à liga eleitoral católica que trabalha pela prosperidade e felicidade do Brasil". Panfletos avulsos. Arquivos do DOPS, prontuário n° 5.031. (Grifo meu).

bom pai, em suma, 'normal', conformista, em consonância com o tipo ideal derivado da tradição judaico-cristã".[105] Na outra ponta, estavam os circulistas em busca da *solidariedade* e da *cooperação* cristãs, vendo nas classes populares o caminho da redenção.

Não se pode negligenciar as profundas diferenças que existiam entre os distintos modos de inserção no debate político entre comunistas e circulistas. Suas diferenças de projeto e de meios de ação foram grandes; entretanto, muitas vezes, certos aspectos importantes da fronteira entre eles ficaram muito tênues e, mais do que isso, houve uma linguagem partilhada e experiências comuns determinadas, geralmente, pelas condições materiais do bairro. Ou seja, no âmbito do bairro os vínculos foram mais significativos do que as diferenças ideológicas deixariam supor.

Por isso eram constantes as tentativas de esclarecimento, por parte dos orientadores eclesiásticos, sobre o papel do Círculo: este não se restringia à beneficência e à assistência social, a sua verdadeira missão era a "arregimentação e formação social e moral da classe operária, ensinando-lhe a ocupar sua posição de responsabilidade para que haja o equilíbrio necessário entre todas as classes sociais".[106] Os esforços do círculo desdobraram-se na tentativa de se constituir como o veículo das conquistas de melhorias para o bairro, e, desse modo, ultrapassar seu caráter meramente assistencial.[107] Pensando especificamente no conjunto das reivindicações, não havia nada que diferenciasse os círculos dos CDPs ou das SABs. Aliás, a SAB de Vila Prudente surgiu dividida entre circulistas, comunistas e socialistas que, a despeito das diferentes orientações ideológicas, foram capazes de encaminhar lutas comuns. Ou seja, aa prática, entre os militantes de base, o trânsito entre essas organizações do bairro foi mais freqüente do se supõem, e muito provavelmente eles aprenderam uns com os outros e aprimoraram suas técnicas e estratégias de ação nessa disputa. Para a grande maioria dos envolvidos nessas organizações talvez não houvesse uma diferença acentuada ou mesmo uma contradição entre participar de umas ou de outras, pois, no limite, todas essas organizações representavam modos distintos de interação social e de atuação na defesa da melhoria do bairro. Além disso, em geral, eram todos vizinhos que dividiam muros e paredes, que se encontravam nos bares da esquina, nos campos de várzea da rua de cima ou no salão de baile da rua de baixo. As experiências similares na luta pela

---

105 - Vincent, Gerard. "Ser Comunista? Uma maneira de ser. E Os católicos: o imaginário do pecado". In: Ariès, Philippe e Duby, Georges. *História da Vida Privada*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo. Cia das Letras, 1992. Vol. V. pp. 393-459.

106 - Ata da reunião da diretoria do Círculo Operário Cristão de Vila Prudente, 19/12/1950.

107 - "O círculo, vanguardeiro como sempre dos movimentos populares encaminhará um memorial à CMTC a fim de que a mesma tome as providências necessárias para estender a linha de ônibus n° 25 pela rua do Orfanato até o orfanato Cristóvão Colombo. O referido memorial ficará a cargo do departamento de propaganda do circulo..." Ata da reunião da diretoria do Círculo Operário Cristão de Vila Prudente, 07/03/1950.

sobrevivência, a experiência fabril, a partilha de dificuldades semelhantes, como transporte, eletricidade, lazer, moradia, saneamento etc, podem, muitas vezes, ter atribuído uma posição secundária às opções doutrinárias que, afinal, podiam também ser transitórias.

Entretanto, a despeito das inúmeras semelhanças, confluências e aproximações, o movimento circulista sempre foi percebido como um freio, um anteparo à ação dos grupos de esquerda e do movimento sindical.[108] Um exemplo instigante das suas complexas relações foi apresentado pelos investigadores do DOPS de Santos:

> "Como é de vosso conhecimento, verifica-se uma correria em todo o Brasil, pelos comunistas mais destacados, na formação dos comitês democráticos. (...) eles estão organizando esses comitês com elementos operários, nos bairros operários e com intelectuais nos bairros de maior projeção. No dia 28 de julho pp., foi inaugurado o comitê democrático popular do bairro de Paquetá, à rua Iguatemi Martins, 46. Durante esta inauguração foi notado um caso muito interessante, isto é, encontravam-se presentes umas cinqüenta pessoas, sendo que apenas vinte eram comunistas, as outras trinta eram anticomunistas (...) [e] na escolha de elementos para a diretoria quase saiu briga. No entanto, foram acalmados os ânimos e, na confusão, foram nomeados três elementos fascistas..."[109]

O investigador que redigiu o relatório se mostrou bastante surpreso com o fato de que muitos dos interessados em participar do comitê democrático não fossem comunistas, mas católicos, que ele denomina de anticomunistas. Ao finalizar o relatório ele esboçou uma interessante sugestão:

> "Trabalho idêntico se deveria processar em todos os bairros e estados do Brasil, infiltrando, nesses comitês, congregados marianos o que poderia ser feito através dos católicos e dos elementos de outras tendências políticas (sic). Só assim seria possível proceder-se um trabalho de sabotagem dentro do partido comunista do Brasil. O PCB está contando com esses comitês como sendo sua maior arma para o futuro. Em todos os comitês, vão eles organizar bibliotecas, nas quais serão encontrados as melhores obras de doutrina marxista e leninista. Havendo uma infiltração organizada essas obras poderão estar sempre nas mãos daqueles cujo conteúdo não lhes interessa".[110]

Os círculos operários católicos apresentaram um forte apelo de mobilização popular, isso os aproximou muito dos comitês democráticos e das sociedades de amigos; uns e outros devem ser compreendidos nesse campo movediço onde as doutrinas se encontram com as condições reais e concretas do cotidiano dos bairros periféricos.

Os Círculos e as idéias de progresso e desenvolvimento

> "Percorremos os numerosos e infectos cortiços do bairro e dentro das nossas possibilidades, concorremos, para a solução deste grave problema, construímos cinco casas, que foram vendidas em pequenas prestações aos sócios, e sorteamos uma por

108 - Sobre o estreito vinculo do crescimento dos círculos operários a partir de sua oposição ao comunismo, há a interessante descrição da Fábrica Nacional de Motores (FNM), onde a administração estimulou o crescimento do círculo operário como forma de se contrapor ao movimento sindical de origem comunista. Cf. Ramalho, José Ricardo. *Estado-patrão e a luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989. p. 191.

109 - Arquivos do DOPS, Dossiê 20-Z-56.

110 - Arquivos do DOPS. Dossiê 20-Z-56. Pelo que se depreende do dossiê, a disputa no comitê do bairro Paquetá não foi armada pelos investigadores do DOPS, eles apenas aprenderam com ela.

ocasião do natal de 1937; coube a uma operária da Fábrica de Linhas Para Coser a qual a recebeu gratuitamente, sem despesa alguma, nem mesmo de escritura. Logo que as nossas forças o permitirem outras casas construiremos. Possuímos um lote suficiente para a construção de pequeno grupo de casas".[111]

Se as estratégias de mobilização de círculos dos comitês e das SABs eram muito semelhantes na forma, eram bastante diferentes no conteúdo. Em 30 de maio de 1945, aconteceu a entrega solene da medalha de benfeitora à Sra. Amélia Jafet, pela doação de um pavilhão, que recebeu o seu nome, ao hospital Leão XIII. Estiveram presentes à solenidade o Secretário de Segurança Pública, Sr. Alfredo Issa, e diversas outras autoridades municipais, estaduais e federais. Mas o público foi atraído principalmente pelo sorteio de Cr$ 3.000,00 em prêmios. [112]. Além das bugigangas sorteadas, o público ansiava pelo prêmio maior, uma casa. No Cí rculo Operário do Ipiranga sempre foram freqüentes os sorteios de casas entre seus associados, tanto quanto o empenho na sua construção.

Em 1944, o inspetor Alceu Martins, encarregado de acompanhar a reunião mensal do Círculo, relatou que: "houve depois o sorteio de casas, sorteio esse que o círculo vem fazendo mensalmente com o concurso de seus associados. Essa iniciativa vem despertando grande interesse entre os associados, pois que muitos deles têm sido contemplados com uma casa de moradia, cousa essa de todo impossível por outros meios, para um operário..." [113]

Quando não eram sorteadas, as casas eram vendidas a juros mais baixos do que os juros bancários. Os círculos empenhavam-se na construção da casa própria individual para o operário, pois entendiam-na como a maior aspiração dos próprios operários e, ao mesmo tempo, como um antídoto contra o comunismo. Por isso, combateram ferozmente os cortiços como opção de moradia popular. O tema da casa própria e as críticas aos cortiços talvez tenham sido a gran de divisa que atraia os operários para os círculos, principalmente levando -se em consideração as sugestões de Nabil Bonduki de que os grupos de esquerda sempre ignoraram a questão da casa própria e que, por isso, ela se tornou uma bandeira dos católicos e de outros grupos conservadores. Em maio de 1946 foi oficialmente instalada pelo presidente Dutra a *Fundação da Casa Popular* certamente um gesto com o escopo de dar um viés social a um governo essencialmente conservador.

"A oposição dos setores de esquerda ao anteprojeto da *Fundação* mostra que o tema da política habitacional era uma bandeira de caráter nitidamente conservador, vinculada, sobretudo, à igreja católica, que enfatizava a relação entre a família e a moradia como fundamento da estruturação moral e cristã das classes populares. A defesa da casa própria foi enfaticamente defendida pelos setores católicos, ao passo que os setores de esquerda influenciados pelo PCB, privilegiavam soluções habitacionais baseadas no aluguel. Foram sobretudo os técnicos do ministério do

---

111 - Exposição sobre o Círculo Operário do Ipiranga, na 4ª Semana de Ação Social, em 1940. Citado In: Paulo Roberto de Almeida. Círculos operários católicos. op. cit. p. 54.

112 - Além de "13 tubos de creme dental pryotyl; 12 batons oferecidos pela perfumaria Sayon, produtora do afamado batom Naná; 6 pares de meias Bresser: a meia que não desfia; P. mundial... oferecerá 6 garrafas de vinho...." Arquivos do DOPS, prontuário n° 5.031.

113 - Arquivos do DOPS, prontuário n° 5.031.

trabalho, adeptos das doutrinas sociais da igreja, que formularam e defenderam uma intervenção mais vigorosa na questão da moradia".[114]

A preocupação dos grupos católicos com o tema da casa própria sem dúvida nenhuma os aproximou dos anseios populares, e os transformou em parceiros na configuração de um sentido de progresso materializado na casa própria e nos serviços urbanos a ela relacionados.

Em 1951, a diretoria do Círculo de Vila Prudente contratou um escritório de engenharia para a elaboração de um "plano de construção de casas populares". Em linhas gerais, o plano se assentava sobre a idéia dos mutirões, mas alcançava apenas aqueles que já possuíssem um terreno ou que tivessem condições de adquiri-lo, bem como os materiais necessários para a efetuar a obra. Na verdade, o plano era bem modesto, já que consistia em "conseguir a aprovação de plantas na prefeitura, e de toda a assistência técnica aos operários, bem como casos de consultas a advogados sobre a situação do terreno e a legalização dos mesmos".[115] De qualquer modo, iniciativas como essa certamente conseguiram alguma repercussão no bairro, pois iam ao encontro dos anseios populares acerca do tema habitação. A bandeira da casa própria levou os círculos operários para o centro do imaginário desenvolvimentista, nos anos 50.

Essa aproximação dos Círculos com os anseios populares de progresso e desenvolvimento seria sustentado pelo princípio da *subsidiariedade,* segundo o qual o "Estado não deve empreender esforços sociais que possam ser executados, de forma competente, por instituições privadas; além disso, instituições privadas empenhadas em realizar algum benefício social têm direito a uma parte do dinheiro do Estado".[116] Ou seja, era esse princípio que justificava o acesso dos católicos às verbas públicas para a construção das casas populares e, amo mesmo tempo, os manteria no meio do caminho entre o capitalismo e o comunismo, entre o totalitarismo e o individualismo.

Os sindicatos católicos, as escolas confessionais e as organizações leigas seriam os receptáculos das verbas públicas e, supostamente eqüidistante tanto do capitalismo quanto do comunismo, a igreja anunciava a participação de todos nos frutos do progresso social e no desenvolvimento. Assim, a idéia de progresso e desenvolvimento se coadunava com a lógica do reformismo cristão, expresso em 1948 na criação do PDC, e foi tomada nos anos 50 como o único caminho possível para evitar tanto os excessos do capitalismo, quanto o mal maior, a sedução do igualitarismo comunista. Foi esse vocabulário do *catolicismo social* que aproximou os círculos da defesa de uma *economia moral* tipicamente janista, conforme José Nórcia lembra:

---

114 - Bonduki, Nabil. Origens da habitação social no Brasil op. cit. p. 120.
115 - Ata da reunião da diretoria do Círculo Operário Cristão de Vila Prudente, 07/04/1951.
116 - Della Cava, Ralph. op. cit. pp. 33-42.

"Eu não sei se ele foi preparado, se foi instinto próprio, sua maneira de ser... A população toda... Só se falava em Jânio Quadros... era um líder, se fazia questão de ouvir o seu discurso... Eu estava ligado. O Jânio seduziu os circulistas. Falavasse em Jânio Quadros e todo mundo dava apoio. Já o Adhemar, aí era menos, quase não houve colaboração do círculo com o Adhemar. Nunca houve ligação com o Adhemar em termos de doação...".[117]

E foi essa mesma confluência de vocabulários que limitou o apoio a Adhemar de Barros:

"Todo mundo aqui era Janista, porque ele melhorou a Vila Prudente a pedido nosso. Coitado, ele ficou com pena da Vila Prudente, por esse povo... Dava cada enchente aqui, era uma várzea enorme, aí não atravessava mais ninguém... a maioria trabalhava no Ipiranga, na Mooca, homens mulheres, crianças, aí ele ficou com dó e começou a arrumar: punha água numa rua, calçava outra... Então todo mundo era janista porque ele estava fazendo algo pela Vila Prudente, nunca tinham feito nada pela Vila Prudente... Então ele era o dodói daqui (...) Adhemar eu nunca tive nada com ele. Foi interventor, meio malandrão, meio safadão... No começo do Círculo, a primeira diretoria do Círculo foi ao palácio do governo pedir dinheiro para ele que era interventor. Ele deu três contos de réis, para começar a cadeira do dentista do círculo. Depois voltamos lá, com um tio meu que era amigo dele... de uma fazenda vizinha. Aí demos uma cantada nele e ele deu mais vinte contos de reis. Aí montamos um consultório médico... Mas era muito pouco e não dava para nada..."[118]

Parece evidente que a imagem de Jânio Quadros está indissoluvelmente ligada ao incremento de melhorias urbanas para os bairros periféricos da cidade. O fato de ele ter sido motivado pelo sentimento da comiseração cristã é apenas um ingrediente a mais para a sua aproximação dos círculos. Água encanada, saneamento básico, arruamento, dentre outras melhorias, estão relacionadas à chegada de Jânio à prefeitura, como uma espécie de protetor e benfeitor da periferia. Por outro lado, Adhemar de Barros parece não ter fixado sua imagem à da melhoria das condições urbanas da periferia, ao menos na perspectiva circulista. Adhemar freqüentemente deslocou recursos para os círculos, mas, ao que parece, isso não foi suficiente para que fosse lembrado como um benfeitor, porque não se tratava apenas da questão monetária, mas da adesão a uma acepção moral da economia. Portanto, o sentido do progresso e do desenvolvimento expresso pelos círculos, estava profundamente conectado com os movimentos de bairro e com os desdobramentos da política.

Enfim, o que parece mais marcantemente distinguir as sociedades amigos de bairro dos círculos operários cristãos é, além do aspecto confessional, uma maneira diferente de se conceber a natureza das relações sociais. Nos círculos, o caminho para a melhoria da vida, ou para a salvação, era um caminho individual, trilhado solitariamente, num entendimento entre o crente e Deus, na obediência dos preceitos cristãos e no respeito à hierarquia da igreja. A *solidariedade cristã*, central na lógica do círculo, não pressupunha ações coletivas motivadas pela partilha de uma experiência comum, mas a aquisição de uma consciência individual de pertencer a uma comunidade vertical, a comunidade cristã. Por outro lado, as SABs e aqueles que, genericamente,

117 - Entrevista com José Nórcia, concedida ao autor em 4 de novembro de 1999.
118 - Entrevista com Luiz Brambila, concedida ao autor em 25 de novembro de 1999.

eram identificados sob o anátema de esquerdistas, concebiam a melhoria das condições de vida dos moradores do bairro como o resultado da ação coletiva, organizada a partir de uma experiência comum. Até os anos 50, a igreja encarou a fé, e as ações práticas que ela desdobrava, como um processo e um recurso interno e individual para um contato íntimo e direto com Deus. Até mesmo as manifestações mais devocionais e exteriores da fé eram estritamente individualizadas.

> "A maioria dos católicos encara a salvação como resultado de um elevar-se acima do mundo ao invés de ter nele uma atuação (...) Não havia o senso comum de que a fé exigisse um compromisso político [coletivo] ou de que a ação política pudesse ser um componente maior da fé. (...) até aqueles que sentiam que a igreja deveria buscar uma missão social, geralmente limitavam a natureza dessa missão à caridade e a medidas paliativas...".[119]

Enquanto que nas SABs, e nas demais organizações de bairro, qualquer ação era sempre resultado do entendimento coletivo e visava também um benefício coletivo. Assim, teríamos, de um lado, nos círculos operários cristãos, os elementos de uma *cultura burguesa* na qual predominam fortemente as idéias de individualidade, "ou seja, uma visão da sociedade como área neutra, dentro da qual cada indivíduo é livre para, no exercício de um direito natural, perseguir seu próprio interesse e buscar vantagens". De outro lado, nas sociedades amigos de bairro, estaria o que se pode chamar de uma *cultura popular*, "que não consideraria a sociedade nem neutra, nem como protetora, mas como um conjunto de meios positivos para todas as espécies de desenvolvimento, inclusive o desenvolvimento individual".[120] Por isso, os círculos operários não podem ser considerados como *obra* das classes populares, mesmo que muitos de seus membros tenham efetivamente participado deles, ao contrário das sociedades amigos de bairro.

Mas esses dois campos - coletivizante e individualizante - não têm fronteiras muito claras e delimitadas. Há, de fato, não apenas uma contínua interação como "uma área que pode ser adequadamente descrita como comum ou pressuposta em ambas".[121] Por isso os deslizamentos entre os círculos e seus antagonistas. Assim, é mais fecundo termos em mente a noção de circularidade dos projetos, das culturas e das falas. Desse modo, uma dada idéia ou prática torna-se popular não por ter nascido nos meios populares, mas por se tornar vetor das suas aspirações, e essa mesma idéia ou prática pode deixar de ser popular quando for apropriada por "outros"

---

119 - Mainwaring, Scott. *Igreja católica e política no Brasil: 1916-1985*. Trad. Heloisa Prieto. São Paulo. Brasiliense, 1989. pp. 44-45.

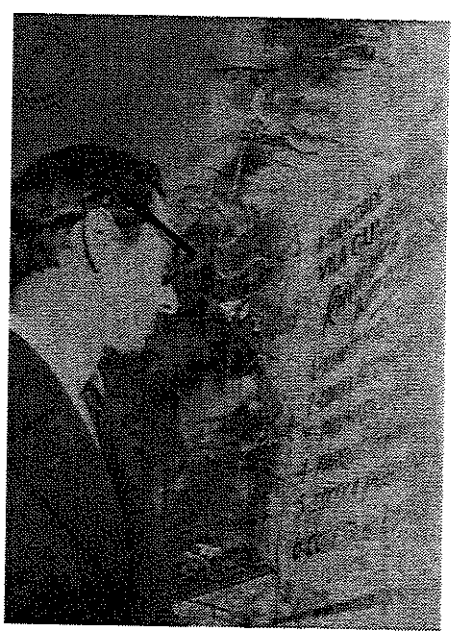
120 - É isso que distinguiria, por um lado, uma cultura da classe trabalhadora – uma cultura popular - como sendo basicamente inspirada pelo tema da solidariedade e as instituições que ela derivam; e, por outro, uma cultura burguesa centrada em valores individualizantes. Cf. Williams, Raymond. *Cultura e sociedade*. op. cit. pp. 334-335.

121 - A cultura das classes populares, segundo Willimas, não se resume à arte proletária, nem a um particular uso da língua, nem aos conselhos deliberativos; mas é, em vez disso, "a básica idéia coletiva, e as instituições, costumes, hábitos de pensamento e intenções que dela procedem" De modo que a cultura que as classes populares produzem se expressa e toma forma no conjunto das instituições coletivas que ela cria, "seja nos sindicatos, no movimento cooperativo, ou no partido político" Idem, Ibidem.

interesses.[122] Assim sendo, nos clubes de futebol, nas associações étnico-culturais, nas sociedades de amigos de bairro, nos clubes de dança os sentimentos de pertencer a uma classe não são uniformemente experimentados, nem tampouco partilhados por todos os membros do mesmo modo todo o tempo, entretanto esse sentimento de pertencimento está essencialmente corporificado na origem e na trajetória dessas organizações, ao contrário do que ocorreu com os círculos operários. Talvez por isso os círculos tiveram uma presença muito menos decisiva e permanente, embora importante, na configuração das organizações populares nesses bairros. Além disso, as manifestações mais claras e ostensivamente anticomunistas, ainda hoje, são expressas por pessoas que tiveram ou ainda têm alguma ligação com o movimento circulista. Assim, se os círculos perderam espaço para outras organizações católicas mais profundamente inseridas no meio operário, legaram a elas seu profundo e visceral anticomunismo, mesmo quando ele se resume a uma vaga crítica ao ateísmo.

122 - Sobre a noção de *circularidade das culturas* Cf. Bakthin, M. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Vieira. São Paulo. Hucitec/UNB, 1987. E ainda Ginzburg, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Maria B. Amoroso. São Paulo. Cia. das letras, 1989.

Comício de Adhemar de Barros em visita à sede da Sociedade amigos de Vila Gumercindo, provavelmente em 1954.



Jânio Quadros em visita à sede da *Sociedade Amigos de vila Gumercindo* durante a campanha para prefeito em 1953. Ao fundo se lê: Vila Gumercindo reivindica para o bairro:
1) Iluminação pública.
2) Condução de qualidade.
3) Pavimentação.
4) Parque Infantil.
5) Escola Pública.
6) Coleta de lixo.

Jânio Quadros em visita à sede da *Sociedade Amigos de vila Gumercindo* durante a campanha para prefeito em 1953.

Jânio Quadros recém eleito prefeito em visita à sede da sociedade amigos de Vila Gumercindo

Sociedade Amigos de Vila Gumercindo agradece ao governado Jânio Quadros, em visita ao local, o abastecimento de água.

Comício de Adhemar de Barros em Vila Gumercindo, provavelmente em 1954.

VIDA COMUNITÁRIA E POLÍTICA NA MOOCA DO APÓS-GUERRA

> "Havia uma coisa no Dr. Adhemar que não tinha nada que ver com os sindicatos, não tinha que ver com o Partido Social Progressista (...) não tinha nada que ver com nada – só tinha a ver com ele, era a cara dele que os trabalhadores queriam ver (...) Era o carisma dele; eles tinham – [os trabalhadores] eram Adhemaristas, não eram pessepistas (...) O pessepismo era dúbio porque havia interesses criados dentro do partido, [que] não permitiam que o Dr. Adhemar tomasse posições mais claras, mas, de vez em quando, ele soltava uma...".[1]

Adhemarismo e Pessepismo

A trajetória política de Adhemar Barros se iniciou no *Partido Republicano Paulista*, pelo qual foi eleito deputado constituinte em 1934. Alijados do poder pelo movimento de 1930, os perrepistas viram no golpe de novembro de 1937 a possibilidade de retornar à direção da política estadual; por isso, manifestaram a sua adesão imediata ao novo regime. Essa aproximação surtiu efeito em princípios de 1938, quando Vargas solicitou ao PRP uma lista com dez nomes dentre os quais escolheria o novo interventor. A escolha de Adhemar de Barros deveu -se, principalmente, ao fato de ele ser quase inexpressivo politicamente – o que não desagradaria às oligarquias paulistas e, ao mesmo tempo, daria a Vargas uma ampla margem de manobra – e também pelo apadrinhamento do chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller e do secretário de Segurança Pública de São Paulo, Dulcídio do Espírito Santo Cardoso. Adhemar de Barros ocupou a interventoria estadual de 1938 a 1942, período em que consolida as bases da sua atuação política:

> "Naquela época não havia televisão, havia apenas transmissões pelo rádio. Todas as noites, às sete horas, ele tinha uma palestra com o povo de São Paulo, uma conversação intima, todas as noites, incluindo sábado e domingo. Chamava 'palestra ao pé do fogo' e os que tinham rádio, de qualquer maneira, em todo interior ouviam aquela conversa muito amigável dele. Isto fez época, ele tinha aquela conversa de caboclo franco, não era discurso inflamado, não... Falava a linguagem deles... Falava errado até. Era uma novidade, nunca houve isto, foi daí que surgiu o termo *populismo*, quer dizer, nós *descemos à linguagem do povo para que ele entendesse*. E ele foi um pioneiro neste sentido, por isso criou esse carisma".[2]

Ao mesmo tempo, Adhemar se notabilizou pela realização de grandes obras rodoviárias como as Vias Anchieta e Anhanguera e pela reestruturação do Departamento de Estradas de Rodagem; pelas obras na área de saúde, como o Hospital das Clínicas de São Paulo e os numerosos sanatórios para tuberculosos na capital e no interior e a substituição dos antigos e Postos Sanitários pelos modernos Centros de Saúde.

Em 1945, com os novos ventos na política, Adhemar de Barros assumiu uma roupagem oposicionista e se empenhou na fundação do *Partido Social Progressista* usando os contatos

---

1 - Depoimento de Helena Quadros, ex-militante do PSP. In: Sampaio, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global editora, 1982. p. 111. As informações sobre a trajetória de Adhemar e Barros e sobre o Adhemarismo foram retiradas da obra citada.

estabelecidos no período da interventoria e, em janeiro de 1947, foi eleito governador do estado com o apoio decisivo do PCB. Essa aliança sofreu seguidos ataques da Liga Eleitoral Católica, que vetou o nome de Adhemar e dos membros do PSP ao eleitorado católico. Dentro do PSP da capital houve apenas uma contestação a essa aliança, que partiu do diretório da Mooca de baixo que se colocou frontalmente contrário ao acordo e, publicamente, passou a apoiar a candidatura de Mário Tavares, do Partido Social Democrata. Esse ato de rebeldia do diretório da Mooca estava ligado às acirradas disputas travadas com os comunistas locais, e com a constatação de que uma aliança eleitoral naquele distrito significava fortalecê-los ainda mais e, desse modo, restringiria as possibilidades de conquistar os espaços de atuação política no bairro.

> "A Mooca era muito politizada. Então, veja bem, nós tínhamos uma atividade muito grande, reuniões uma, duas vezes por semana, onde a comunidade, os correligionários, se reuniam e passavam a trabalhar em cima dos problemas do bairro, das reivindicações, não é isso! Tudo dentro daquele mesmo esquema... Então, na prática, não tinha muita diferença, na prática, do que faziam os comunistas ou os outros partidos... Não, não tinha... Tudo era a mesma coisa..."[3]

Neste caso, as questões locais falaram mais alto que a estratégia estadual, e os resultados eleitorais no bairro da Mooca deram razão aos membros do diretório do PSP. Esse conflito eleitoral irá marcar as relações de Adhemar com os pessepistas da Mooca por muitos anos.

O PCB foi a legenda que recebeu o maior sufrágio, 32,59% dos votos, nas eleições de 19 de janeiro de 1947, para a assembléia legislativa. Em novembro do mesmo ano, o partido elegeria 15 vereadores, registrados na legenda do PST, dos quais três eram da Mooca[4] Enquanto o PSP da Mooca de baixo, segundo o depoimento de Isidoro Del Vecchio, não conseguiu eleger nenhum vereador.

Votação para a Assembléia Legislativa em 1947.[5]

	Partidos						
Bairros	Esquerda Democrática	Partido Comunista	Partido Social Democrata	Partido Social Progressista	Partido Trabalhista Brasileiro	União Democrática Nacional	Partido Democrata Cristão
Mooca	352	7.859	1.441	4.421	5.185	993	630
Belenzinho	456	7.386	1.504	3.981	4.555	1.101	627
Ipiranga	273	6.583	1.107	3.045	5.212	1.410	501
Brás	440	7.010	1.433	5.172	4.513	1.454	721

2 - Depoimento de Mário Beni a Regina Sampaio e Guita Grin. In: Sampaio, Regina. op. cit. .p.. 45. (Grifos meus)
3 - Entrevista com Isidoro Del Vecchio, concedida ao autor em 5 de maio de 2000.
4 - Os candidatos da Mooca à Câmara Municipal foram: Luiz João, 1.813 votos; Afonso Liguori, 867; Antônio Donoso Vidal, 4.198 votos; Faustina Bonimani, 441 votos; Benedito Jofre, 4.203 votos; e pelo Belém, Armando Pastrelli, 3.105 votos, e Orlando Piotto, 4.933 votos. Dos, aproximadamente, 30.000 eleitores do bairro da Mooca naquele ano, os candidatos ligados aos comitês democráticos e as sociedades amigos de bairro tiveram 1/4 de todos os votos. Nas eleições para a Câmara Municipal em 9 de novembro de 1947 o PSP elegeu 11 vereadores com um total de 66.829 votos; a UDN elegeu sete, com um total de 46.625 votos; o PSD elegeu 5 vereadores com 31.406 votos; o PTB elegeu 4 vereadores com 29.159 votos; o PDC também elegeu 4 vereadores com 24.898 votos; o PR elegeu 3 vereadores com 23.761 votos; a coligação PTN/PRD elegeu 3 vereadores com 20.192 votos. O Partido Social Trabalhista, onde se abrigavam os "candidatos de Prestes", recebeu 72.985 votos, elegendo 15 vereadores.Tribunal Regional Eleitoral, caixas 3.247 e 7.944.
5 - Boletim Eleitoral, ano I, nº 11, outubro de 1947.

Após a eleição para governador em 1947, foi possível a Adhemar consolidar uma poderosa máquina partidária. Portanto, para pensarmos o Adhemarismo e o Pessepismo é necessário percebê-lo no conjunto das relações políticas em que ele disputou espaços e recursos; afinal, muitas das suas peculiaridades se definiram a partir do acesso e das possibilidades de manipulação das fontes de recursos públicos.[6] Foi exatamente como conseqüência de uma sólida e bem estruturada máquina partidária implantada em todos os municípios do estado e em todos os bairros da capital que o PSP, cujo alcance sempre foi regional, teria impossibilitado o desenvolvimento de estruturas partidárias concorrentes como o Partido Social Democrata e o Partido Trabalhista Brasileiro. O depoimento de Ivete Vargas elucida essa questão.

> "O PTB e o PSP muito dificilmente se entendiam. O grande inimigo do PTB era o PSP e vice-versa (...) uma coisa é a parte política e outra a parte eleitoral (...) politicamente para nós era difícil o apoio a Adhemar, mas eleitoralmente não. Nosso eleitorado aceitava muito bem o acordo com Adhemar (...) havia uma afinidade".[7]

No bairro da Mooca, o Adhemarismo vicejou nesse caldo político-eleitoral que contava com a ilegalidade do PCB, a pouca expressão do PSB, a debilidade do PTB paulista, e as contínuas dificuldades do PSD e da UDN. Neste contexto, Adhemar se apresentava como um candidato *popular e progressista*. E foi da junção dessas dùas características que ele desenvolveu sua auto-imagem como líder populista:

> "Ser populista, para nós, é dar à função social do Estado uma amplitude que não teve até agora. É governar dando oportunidade a todos e procurando elevar cada um de acordo com as suas necessidades (...)*Os que se separam do populismo, classificam-se, muito granfinamente, de democratas.* Na verdade, porém, são apenas homens poderosos ou a serviço de grupos poderosíssimos que julgam que o Brasil deve continuar a ser das raras nações do mundo onde existe, de um lado, uma pequena minoria de milionários e, de outro, a grande maioria de paupérrimos e semi-pobres".[8]

O discurso Adhemarista é carregado de ambigüidade, e, talvez exatamente por isso, ele tenha conseguido uma ampla difusão. Essa ambigüidade deve-se ao fato de manter um viés "classista", ao enfatizar a oposição entre os detentores do poder econômico - os "cartolas" e os "tubarões" - de um lado, e os "paupérrimos" e "semipobres", de outro. Em outra referência ao seu próprio populismo, ele declarou:

---

6 - Penso que esse enfoque *organizacional* evita que tomemos a história de um partido ou organização política como simplesmente a história das suas mudanças internas. Cf. Souza, Maria do Carmo Campelo de. *Estado e partidos políticos no Brasil.* São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

7 - Depoimento de Ivete Vargas, 14/12/78. In: Sampaio, Regina. op. cit. p. 73. A dificuldade política a que se refere Ivete Vargas residia, possivelmente, no fato de que ambos os partidos disputavam o mesmo espaço político. Por isso, o Adhemarismo sempre se beneficiou das disputas internas do PTB e do constante esvaziamento da sua seção paulista, que despertava temores ao poder se apresentar como a seção dirigente do partido, já que instalada no centro mais industrializado do país. Por isso, as disputas pelo controle do PTB, em âmbito nacional, parecem ter implicado a manutenção de uma seção paulista sempre enfraquecida Entretanto, a despeito das dificuldades, a aliança entre o PTB e o PSP foi uma constante. Cardoso, F. H. Partidos e deputados em São Paulo: o voto e representação política. In: *Os partidos e as eleições no Brasil.* 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p. 47.

8 - Palestra radiofônica transcrita em O Dia, 13/05/49. In: Sampaio, Regina. op. cit. p. 68. (Grifos meus).

"Sempre fui um populista. Por isso caminhei ao lado do presidente Vargas. Fizemos juntos a campanha populista. Tenho horror dos reacionários. Detesto tanto a extrema direita como a extrema esquerda, porque ambas são nocivas. Estou no centro, com uma política social e progressista. Não sou pelo socialismo de Estado, mas prestigio a socialização do progresso e o desfrute das riquezas coletivas. Toda minha carreira política se fez no meio do povo, dos pobres, dos humildes e dos desamparados, nunca me isolei nas cúpulas e nos círculos dos privilegiados...".[9]

Talvez por tudo isso fosse possível dizer que Adhemar "era um ídolo aqui na Mooca, porque o Adhemar caiu muito bem no gosto de portugueses, espanhóis e italianos, que comandavam aqui..."[10]

A azeitada máquina do PSP tinha uma estrutura bastante verticalizada. Os *diretórios distritais*, que correspondiam a um distrito de paz, formavam a base do partido. Nas cidades mais populosas, era possível criar subdiretórios distritais, por bairro, por área industrial ou residencial; esses, porém, estariam diretamente subordinados ao diretório municipal. Cada diretório distrital indicava o respectivo *juiz de Paz*, o *delegado* de polícia e o *subdelegado*. Cada subdelegado escolhia os respectivos *inspetores-de-quarteirão*. Essa estrutura garantia, em cada distrito, uma teia de contatos e apoios que poderia ser acionada rapidamente. No interior do Estado, os diretórios distritais podiam corresponder a vários bairros, mas, na capital, a regra era que cada bairro possuísse um único diretório.[11] Um degrau acima estava ainda o *diretório regional* que concentrava o poder de decisão em âmbito estadual. O fluxo de favores e benefícios tinha que, necessariamente, passar por toda a máquina partidária, essa foi a maneira de garantir que as demandas retornassem como votos, assegurando a força do partido.[12]

Junto a cada diretório distrital, a estrutura do PSP mantinha alguns departamentos: departamento feminino, departamento social, departamento de assistência social e departamento trabalhista. Cada um deles cumpria uma função específica. No departamento feminino,

"O trabalho da mulher dentro do PSP era admirável. Até nos bairros mais distantes encontravam-se mulheres falando do PSP e convocando o povo para a luta. Antes de surgir o PSP, só as comunistas faziam a política e isso não podia continuar (...) em todos os distritos (...) as mulheres estavam presentes; nos dias de eleições, na

---

9 - Essa resposta foi dada por Adhemar de Barros em 1962 quando foi perguntado se se considerava um candidato de direita. Revista Manchete, 14/12/63. In: Sampaio, Regina. op. cit. p. 103. Sobre as tensões e as brechas provocadas pela ambigüidade entre a linguagem de classe a as reais pressões por demandas populares ver: French, John. Worker and the rise of Adhemarista populism in São Paulo, Brazil, 1945-1947. *The Hispanic American Historical Review*. Vol. 68, n° 01, February 1988.

10 - Entrevista com João Bezerra dos Santos, concedida ao autor em 12 de junho de 2000.

11 - Entretanto, o bairro da Mooca tinha dois: Mooca e Alto da Mooca: "Naquele tempo, o diretório tinha que fazer o alistamento eleitoral para garantir o voto. O elemento que era inscrito pelo diretório ficava registrado e, no dia da eleição, ia-se buscar o eleitor em casa, tinha que preparar o lanche e em muitos lugares a gente dava calçado, calças, camisas, tudo isso". Depoimento de Waldir de Souza, 14/01/78. In: Sampaio, Regina. op. cit. p. 135.

12 - "Eu recebia as cartinhas dos prefeitos (...) Todo pedido tinha que passar primeiro pelo partido. Se a pessoa não viesse recomendada pelo representante local do PSP, tinha que voltar, se vincular e só então poderia ser atendida. Cada Secretário de Estado tinha um elemento do partido que fazia o atendimento dos pedidos políticos (...) Cada melhoria que o Adhemar fazia, como governador, era favorável ao partido. Por exemplo, na criação de um posto de saúde, todos os funcionários eram nomeados pelo PSP". Depoimento de Edward Tesoto, 14/07/77. In: Sampaio, Regina. op. cit. p. 137.

catequese de eleitores, na fiscalização eleitoral, distribuindo cédulas (...). Antes do PSP, D. Carlota Pereira, Maria Tereza Barros e Maria Tereza Vicente Azevedo já estavam na política, mas o movimento da mulher mais modesta foi obra do PSP". No centro do trabalho feminino do PSP estava a figura de D. Leonor Mendes de Barros, "muito importante na manutenção da mística Adhemarista" e um poderoso fator de mobilização das mulheres em torno do partido.[13]

O *departamento trabalhista* também desempenhava um papel importantíssimo na estrutura partidária, era ele que estabelecia os contatos com os sindicatos e com o movimento operário organizado. Seu fundador, João Accioli, o descreveu:

"Eu havia sido um dos redatores da um projeto de CLT, nomeado pelo ministro Marcondes filho, por isso, fui me ligando aos sindicatos (...) A gente procurava contatos com os sindicatos – eu era advogado de alguns deles – *mas não faziamos política na órbita sindical, era mais assistência jurídica.* A gente funcionava individualmente junto aos sindicatos, fazendo trabalho de proselitismo para o PSP. E o apoio sindical nem sempre correspondia ao apoio da classe. *Nossa política trabalhista não era expressiva. O Adhemar não tinha interesse em mandar na política trabalhista porque ele sabia que era difícil – de um lado estava o Getúlio, e de outro os comunistas.* Então ele tinha que se valer do que sobrasse. Quando as correntes getulistas e comunistas se chocavam a gente passava no meio".

O depoimento de Accioli é confirmado pelo de Ana Lambrega, ex-presidente do diretório do Brás:

"Nós íamos em comissão nas portas das fábricas, fazer contato com os operários (...) nós íamos na hora do almoço. Dizíamos que éramos do Adhemar de Barros e que queríamos saber suas reivindicações. Então entrávamos no diálogo... Nós tomávamos nota e levávamos para o partido, transmitíamos ao Dr. Adhemar e ao Antoninho de Barros."[14]

Estes depoimentos sugerem que a força do Adhemarismo e do pessepismo não se devia à sua proximidade com os trabalhadores organizados ou a seus vínculos sindicais. Portanto, o eixo da sua atuação estava principalmente nos bairros, no seu vínculo com os "temas do bairro" e na sua capacidade em traduzi-los em apoio e votos. Através dos diretórios distritais e da nomeação dos juízes de paz, dos delegados de polícia, dos subdelegados e dos inspetores-de-quarteirão espraiava-se, em cada bairro, uma teia capilar de contatos e apoios que possibilitava o conhecimento preciso das demandas de todo o distrito, mais do que isso, identificavam-se as potenciais lideranças e, eventualmente, neutralizavam-se os focos de oposição.

Por causa dessa sofisticada máquina partidária Regina Sampaio sugeriu a estimulante distinção entre Pessepismo e Adhemarismo: o primeiro remeteria à estrutura partidária, expressa num significativo eleitorado que manifestaria uma identificação constante com os candidatos do partido; o segundo se referiria a um eleitorado ainda mais amplo, ligado à própria figura do

---

13 Depoimento de Dulce Borges Barreiro, antiga presidenta de um departamento feminino. In: Sampaio, Regina. op. cit. p. 139. (Grifos meus)

14 - Depoimentos de João Accioli e Ana Lamberga em 17/01/79. O grupo ligado à ex-militante comunista Helena Quadros, parece ter sido uma exceção. "Em cada fábrica onde era possível nossa penetração, nós tínhamos uma quantidade de 15 a 20 elementos trabalhando para nós (...) exatamente nos moldes das células comunistas (...) no sentido de distribuição de tarefas, das reuniões de base, estudo das reivindicações dentro das fábricas, manipulação de base, estudo das reivindicações dentro das fábricas, manipulação de greves... Nós armamos muitas greves". Cf. Sampaio, Regina. op. cit. pp. 139-143.

Adhemar, e conquistado em função do seu carisma pessoal e, principalmente, pela conotação reformista e ambígua do seu discurso. A despeito dessa sugestão é necessário levar em conta que a organização do PSP apresentava uma estrutura complexa e capilar, por meio da qual o Adhemarismo se exprimia, ou seja, a máquina partidária sustentava e alimentava o "mito".

> "Naquele tempo, o diretório mandava, os pedidos tinham que vir com os vistos dos presidentes. Com o passar do tempo, isto mudou, hoje são os vereadores que reivindicam diretamente (...) Quando estávamos no governo, o partido atendia mesmo. Se um secretário não atendesse um pedido do diretório, nós íamos ao Adhemar e ele o colocava na linha (...) Quando não estávamos no governo, nós nos valíamos de representantes de outros partidos que nos deviam favores. [Além disso] como nossa legenda era muito forte, nós tínhamos elementos nossos disputando em outros partidos, no PTB, PTN, PR, PST e outros. Então nós nos valíamos de nossos elementos que estavam em outras legendas para atender às reivindicações dos companheiros dos nosso distritos".[15]

A possibilidade de que as reivindicações não passassem pelo partido abria a brecha para se prescindir da estrutura partidária. Este perigoso precedente foi posto em prática com o crescimento das Sociedades Amigos de Bairro, que desempenhavam a função de intermediar as demandas populares dos bairros diretamente com os vereadores, deputados e as repartições públicas competentes. Por isso, as constantes referências dos adhemaristas às SABs como as únicas organizações do bairro capazes de competir, efetivamente, com a estrutura do PSP. Para eles, as SABs seriam as únicas organizações estruturadas em todos os bairros da cidade e com uma teia de contatos e apoios capaz de se equiparar às ramificações de juízes de paz, delegados, subdelegados e inspetores-de-quarteirão. Por isso, as SABs eram, de fato, um "partido" concorrente.

> "Elas se constituíam nas grandes rivais do PSP no que se refere à possibilidade de atendimento a reivindicações da população, dispondo de poder de pressão suficiente para encaminhá-las independentemente de veículos partidários".[16]

Por isso, o PSP mantinha com as SABs uma relação ambígua: ao mesmo tempo em que as rejeitava, disputava o seu controle com outras organizações partidárias. No caso específico do bairro da Mooca, as relações entre a estrutura montada pelo PSP e a Sociedade Amigos de Bairro foram mais complexas do que sugeriu o depoimento de Armindo Rocha. A Mooca possuía dois diretórios distritais do PSP, Mooca e Alto da Mooca, e em ambos a estrutura do PSP se constituiu, na verdade, por dentro de outras organizações já estruturadas, as mesmas organizações a partir das quais formou-se a UMMAM e a SAM. Como contou o Sr. Isidoro Del Vecchio, membro do diretório distrital do PSP da Mooca e um dos fundadores da sociedade amigos de bairro:

---

15 - Armindo Rocha, ex-secretário-geral do diretório municipal de São Paulo, nos dá indícios de uma estrutura partidária tão ramificada que seria capaz de alcançar áreas que o Adhemarismo talvez não conseguisse. Sampaio, Regina. op. cit. p. 111.

16 - Sampaio, Regina. op. cit. p. 145. (Grifos meus)

"Entrei pro PSP, mais ou menos em 1946. Eu era do diretório do PSP da Mooca de baixo. Muito embora, mesmo sem ser eleitor, eu já acompanhava uma pessoa aqui na Mooca, o Emílio Rodrigues, de uma família tradicional. O irmão dele era despachante policial, o pai dele tinha uma charutaria na rua da Mooca, onde, em frente nós tínhamos a fábrica de calçados Clark. Esse Emílio Rodrigues já era formado, ele era economista. Então esse Emílio, nós passamos a ter contato eu era moço ainda. Porque nessa ocasião o Emílio Rodrigues era presidente de um Clube de Futebol aqui na Mooca, que existe até hoje, foi fundado em janeiro de 1937, o *Oliveira Futebol Clube*, na rua João Antônio de Oliveira, 273. Ele era o presidente e eu era o secretário. Eu não tinha idade, mas eu já tinha aparência porque já tinha altura. Quer dizer a aparência de um adulto. Então, aí comecei a fazer política partidária".[17]

O diretório do PSP na Mooca de baixo formou-se a partir da diretoria do *Oliveira F.C.*, usando a sua rede de contatos e a sua inserção no bairro. Por outro lado, o PSP também capitalizou parte do seu crescimento disputando o espólio do PCB, ao centrar suas ações nas demandas tornadas públicas pelas ações dos comitês democráticos e das sociedades amigos de bairro. A relação da máquina partidária com os eleitores do bairro passava pelo conjunto das organizações já existentes - clubes de futebol, clubes de dança, associações culturais das colônias etc. - mas pressupunha um fluxo contínuo no atendimento das demandas por melhorias urbanas:

"A relação era a seguinte... Era... Dentro de um relacionamento estreito, por exemplo, o pessoal que me acompanhava, era aquele pessoal com quem a gente tinha aquele contato, dava um conselho, fazia um encaminhamento, dava... quer dizer, abria caminho para um emprego... escola, certidão... Quer dizer, era um trabalho... Dentro de uma intimidade respeitosa... Ninguém comprava ninguém... Ninguém trabalhava pago. A gente notava que era um trabalho dentro de um ideal, sempre a procura do melhor para todos nós, para o bairro. Isso sempre foi assim: 'é dando que se recebe'. Mas era um dando que recebe diferente do que é 'o dando que recebe' hoje".[18]

Em geral, o PSP se aproximava dos eleitores pondo em funcionamento uma eficiente e abrangente máquina clientelista que, necessariamente, deveria atender às demandas, fossem pessoais, fossem da comunidade. Entretanto, a inserção do PSP na vida cotidiana do bairro da Mooca não se dava apenas pela disseminação da prática do *é dando que se recebe*. Essa foi apenas uma das suas. Muito do seu alcance se deveu à instituição dos subdelegados de polícia e dos inspetores-de-quarteirão:

"Eu me lembro muito bem, nós os subdelegados, cada subdelegado tinha três suplentes, com os subdelegados nós tínhamos os inspetores-de-quarteirão. Tudo isso era uma atividade de alta relevância e importância política. Como hoje ainda é o juiz de paz... É um serviço que o cidadão presta e em troca o que ele recebe... Ele recebe espaço social. A organização era a seguinte: cada delegacia de polícia era dividida, teoricamente, em várias subdelegacias. Não havia a instalação do prédio da subdelegacias. Então, teoricamente, a vila não sei o quê, a vila não sei o que lá, está tudo dentro daquela subdelegacia. Então, de acordo com o organograma, cada delegacia podia ter cinco subdelegacias, ou dez subdelegacias, isso era ilimitado. Então, o subdelegado prestava serviço na delegacia, recebia as queixas, fazia encaminhamento, quer dizer fazia praticamente as vezes do delegado... Naquela ocasião os delegados não tinham assistente... Então os subdelegados eram indicação política. Eram os diretórios políticos do governo na ocasião que faziam a indicação. Indico companheiro tal para subdelegado... Então, para inspetor-de-quarteirão nós dividíamos os

17 - Na sede do Oliveira Futebol Clube funcionava também a Sociedade de Mútuo Socorro da Mooca, a Sociedade Internacional de Mútuo Socorro e a Banda de Música da Mooca. Entrevista com Isidoro Del Vecchio, concedida ao autor em 5 de maio de 2000. (Grifos meus)

18 - Entrevista com Isidoro Del Vecchio, concedida ao autor em 5 de maio de 2000.

quarteirões e em cada quarteirão a gente convidava... Esse pessoal era atraído para o movimento político vigente".[19]

No bairro da Mooca, em 1947, o diretório do PSP contava com 25 subdelegados. Cada um coordenava entre cinco e dez inspetores-de-quarteirão, que, sem muito esforço, conectavam 250 ruas do bairro, como na Mooca havia dois diretórios distritais, alcançava-se facilmente todas as ruas do bairro. O distrito era, então, todo esquadrinhado e cada rua tinha o seu inspetor de quarteirão, subordinado a um subdelegado, indicado diretamente pelo diretório distrital do PSP. Formava-se uma vasta rede não apenas para receber as reivindicações específicas de cada uma das ruas do bairro, mas para informar sobre as ocorrências cotidianas da em cada quarteirão.

"E esse pessoal [os inspetores-de-quarteirão] eram ligados a clubes esportivos, associações culturais, clubes das colônias... Por que de acordo com a participação de cada um ele ganhava uma posição dentro do diretório... Era uma rede... Mas veja bem, o serviço que esse pessoal prestava à polícia... Por exemplo, as deficiências da delegacia, tinha apenas um carro e a manutenção, a gasolina. Tinha carro não tinha gasolina, tinha gasolina não tinha carro. Então a comunidade, através... Eles supriam. No meu tempo, se escolhia como subdelegado alguém que tivesse uma atividade lícita, não é isso, um comerciante, um industrial, não é isso. Pessoal que pudesse enfiar a mão no bolso. Nós explorávamos a vaidade de cada um, e isso prestava um belo serviço porque a polícia tinha conhecimento imediato de tudo o que se passava no distrito. Tudo. E, quer dizer, era a oportunidade que nós tínhamos de conhecer também, na intimidade, nos costumes, os policiais, o escrivão, os investigadores, o morador".[20]

O sucesso dessa estrutura não estava apenas na rede clientelista que ela operava, mas no ganho simbólico de poder e influência que ela expressava. É evidente que essa teia de contatos produzia efeitos práticos concretos, mas, nos argumentos do Sr. Isidoro, o que se destaca é o *"efeito de poder"*, a sensação de que pertencer a essa estrutura garantiria o acesso fácil e o atendimento rápido de todas as necessidades. Ou seja, ao se "apelar para a vaidade" de subdelegados e inspetores-de-quarteirão, os vínculos que o diretório do PSP local estabelecia estimulavam o imaginário da importância social, do *status*, do poder e da influência de cada membro isolado. Possivelmente esse não foi um elemento desprezível no sucesso do partido.

A sofisticada máquina do PSP atravessava as organizações partidárias, já que o PSP mantinha elementos seus em outros partidos, como observou Armindo Rocha, e entrelaçava as organizações populares: clubes de futebol, associações étnico-culturais, clubes de dança, associações de socorro mútuo, SABs etc.

"Eles reuniam como se fosse um clube de futebol. Aí um trazia o amigo, o outro trazia outro amigo assim ia formando o comitê. Sempre um responsável pelo outro... A distribuição de coisas era com o Adhemar, davam camisas para clubes de futebol... Mas tinha muito Adhemarista... Lá na sede do *Vasco da Gama F.C.* Eu fazia as peneirinhas... inclusive na inauguração do Cine Imperial, na Rua da Mooca, fizemos uma peneirinha lá e veio o Adhemar de Barros e a D. Leonor Mendes de Barros. Na época ele era governador. Engraçado, todo mundo sempre separou a D. Leonor Mendes de Barros do Adhemar. Mesmo os que achavam ele um safadão gostavam dela. É a tal coisa: 'Rouba, mas faz. Rouba, mas deixa roubar'".[21]

---

19 - Idem, Ibidem.
20 - Idem, Ibidem.
21 - Entrevista com José Eustáquio, concedida ao autor em 15 de setembro de 1999.

Essa estrutura em forma de teia montada pelo Partido Social Progressista, que articulava diferentes tipos de organização do bairro foi, sem dúvida, responsável pela difusão alcançada pelo Adhemarismo na Mooca.

> "Eu reunia aqui na rua do Oratório, no galpão de um clube de futebol, a *Portuguesa F.C.* da Mooca. Eu reunia, cerca de todas as quartas-feiras, 500 ou 600 pessoas para falar de assuntos do bairro, e eu consegui manter isso (...). Mas eu coordenava esse pessoal todo, através do diretório do PSP, subdelegados, inspetores de-quarteirão, correligionários... Era muito fácil, sabe por quê? Nós devíamos ter mais ou menos 25 subdelegados, aqui na área. Na mesa do presidente [do diretório] ele devia ter uma lista de mais ou menos 50 pessoas. Metade ficava com ele, metade comigo, então, por exemplo, eu tinha notícia que nós tínhamos que receber o político tal na 'praça vermelha'... Lá onde todos se reuniam. Então era fácil, sabe por quê? Eu dava 20 telefonemas: 'Oh fulano! Amanhã ou depois da amanhã nós temos que reunir pessoal em tal lugar.' Eu telefonava para 20, o outro telefonava para mais 20, que ligavam para mais 20, cada elemento desse aí também tinha a sua lista. Esse meu telefonema para 20 se multiplicava por 3, já eram 60... Facilmente a gente se reunia em qualquer lugar".[22]

Entretanto o funcionamento dessa máquina partidária exigia o constante e continuado atendimento das mais variadas reivindicações, da melhoria das condições específicas do bairro, como iluminação, transporte, calçamento, saneamento básico, escola etc., mas também a concessão de sinecuras. Esse era o óleo lubrificante que mantinha girando a máquina partidária. E foi a falta desse lubrificante que a emperrou:

> "Dentro do próprio partido tinha uma certa preferência. Nós fazíamos reivindicações... Tudo dentro daquele espaço aí, no campo municipal... Precisa isso, aquilo, um calçamento porque naquele tempo não se falava em asfalto, né? E, vez ou outra, tinha que socorrer um companheiro sem emprego e tal... E sempre... E sempre... E sempre os poderes públicos tinham um espaço para dar um carguinho para um, um carguinho pro outro. Então veja bem, a Mooca, por exemplo, sempre chegava e pedia: 'Arranja um lugar de fiscal de feira'. Fiscal de feira era o cargo de menor remuneração, não é isso! Mas na pior das hipóteses o cara não passava fome, porque o fiscal de feira podia levar uma verdurinha, né! E se não levava eles jogavam fora mesmo, né! Mas nem isso a gente conseguia mais. Chegou num ponto como nós não tínhamos um representante eleito, não tínhamos um vereador, não tínhamos um deputado... O nosso prestígio... O nosso poder... A gente encontrava dificuldade... Em todos os encaminhamentos. Em contrapartida eu via que o diretório do Alto da Mooca conseguia tudo porque eles tinham representante, outro tal... Um belo dia eu cheguei pro Adhemar... Levei uma lista das reivindicações antigas: 'O nosso diretório já pediu isso, pediu isso, pediu isso, pediu isso, pediu isso... E nós não somos atendidos, quer dizer isso reverte em desprestígio, porque nós vamos nos desacreditar perante nossos correligionários. [Eles vão dizer] 'Vocês não são de nada, não mandam nada'. E o negócio... As lideranças precisam provar que tinham poder de força, não é isso'. Resumindo: eu cheguei para sua excelência, com aquele jeitão dele, né e disse: não dá, não dá porque a gente tá se desmoralizando, eu pessoalmente não tô pra isso, eu não tô pedindo emprego... Não preciso de emprego. Naquela ocasião eu tinha a minha industriazinha. E o homem, ele disse: 'Deixa pra lá...' Eu respondi: Deixa pra lá não: 48 horas pra você me dar uma resposta disso aqui!".[23]

A capacidade de barganha, o prestígio e o poder dos diretórios distritais dependia da sua habilidade de negociar dentro do PSP e conquistar, seja do poder municipal, seja do poder estadual, as demandas dos moradores do bairro. Nesse sentido, a máquina partidária local funcionava como uma instância intermediária entre as demandas locais e o poder público. Na verdade, essa função de intermediação extremamente frágil, porque o não atendimento das reivindicações representava a possibilidade do deslizamento de toda a rede de contatos. A

---

22 - Entrevista com Isidoro Del Vecchio, concedida ao autor em 5 de maio de 2000.
23 - Idem, Ibidem.

"fraqueza" do diretório da Mooca, no ano de 1952, deveu-se, segundo o depoimento de Isidoro Del Vecchio, ao fato de não contar com um vereador ou deputado estadual que tivesse, naquela área, a sua base eleitoral. Em contrapartida, foram carreados para o diretório do Alto da Mooca os recursos que simplesmente deveriam ser divididos pelo bairro todo. Mas é possível imaginar que, desde as dissensões de 1947, o relacionamento do diretório regional do PSP com o distrital da Mooca de baixo não fosse muito fácil. Ele continua:

> "Deixei passar mais 48 horas, não deu resposta... Eu vim pra Mooca reuni o pessoal e disse: 'Pra mim chega, eu vou embora e não quero mais saber.' Ah! E como vamos fazer? 'Vamos fechar o diretório.' Fechamos o diretório. Naquela ocasião tinha um jornal 'A HORA', meio escandaloso, né? Eu dei uma entrevista, né! Dizendo que o partido... Porque não era qualquer um que tomava essa atitude naquela ocasião. Bom. Não é que isso foi um efeito dominó, todos os diretórios estavam esperando alguém liderar esse movimento de rebeldia. Não é que fechou Vila Prudente, fechou... Fechou Penha, fechou Santa Efigênia, fechou Santa Cecília, fechou... E nessa ocasião o virtual candidato... O virtual prefeito eleito era um tal de Cardoso, porque ele [Adhemar] tirava do bolso. Ele impunha, ele não dava mais satisfação para ninguém, era a vontade dele, né? Ele era um debochado e mal-educado."[24]

A máquina de concessões do PSP da Mooca ficou emperrada e parte dos membros do diretório distrital rompeu com o partido, justamente porque não conseguiu dar continuidade ao atendimento das demandas dos moradores.

> "Qualquer coisa só se conseguia com a intermediação de um vereador ou de um deputado. E aqui na Mooca nós tínhamos o PSP do Alto da Mooca e o PSP da Mooca. O diretório do PSP da Mooca cobria a área do Tamanduatei até a Av. Paes de Barros, da avenida pra cima era o pessoal do PSP do Alto da Mooca. Lá o presidente era um tal de Garcia, que nem morava na Mooca... O diretório do Alto da Mooca tinha tudo, conseguia tudo e fazia tudo. O nosso diretório ficou de fora da distribuição das coisas, nós não tínhamos como ajudar os companheiros, como fornecer um serviço...".[25]

Mas há outra razão, talvez até mais decisiva, para o rompimento de parte dos integrantes do diretório da Mooca com a máquina pessepista. O rompimento se deu em plena campanha para a prefeitura, em 1953. Na oposição, o candidato do tostão, Jânio Quadros, empolgava a periferia da cidade estabelecendo um vínculo privilegiado com as SABs. Certamente o rompimento foi facilitado pelo clima eleitoral.

> "(...) Rompemos e cada um foi para a sua casa. Eu morava numa rua aqui mais embaixo. Aí tocou a campainha e minha esposa olhou e disse: 'Isidoro, tem... Tem uma pessoa aí!' Eu olhei assim e vi um cara meio esquisito, desses que batem na porta... Mas eu fui atender, nunca deixava de atender... Ele disse: [imitando uma voz em tom baixo e bem modulado] 'Aqui é a residência do Sr. Isidoro?' É, sim. 'Ele está?' Sou eu, Isidoro. 'O Sr. me permite duas palavras? Eu sou o vereador Jânio Quadros...' Aí eu o fiz entrar na minha salinha, e ele foi direto ao assunto: 'Eu sou candidato a prefeito e vice-prefeito é o Cel. Porfirio da Paz, lá do São Paulo F.C... E eu vim pedir o seu apoio..."[26]

---

24 - Idem, Ibidem.

25 - Idem, Ibidem.

26 - Idem, Ibidem. É bastante possível que esse contato tivesse sido feito antes do rompimento do PSP. Mas, certamente, a UMMAM foi o veiculo do acesso do candidato Jânio Quadros ao bairro.

Com um aguçado senso de oportunidade, Jânio Quadros soube se aproveitar da cizânia entre os diretórios do Partido Social Progressista da Mooca e conseguiu se apropriar de parte do espólio do diretório do PSP da Mooca de baixo.

> "Na campanha nós fizemos ele concordar com um programa mínimo. Aí eu tive o Gabriel Nicoletti, já não mais como comunista, junto comigo. O Nicoletti passou a me ajudar. Aí fizemos aquele sistema comunista, o 'programa mínimo', porque o Nicoletti tinha essa mania. Porque o Nicoletti já participava da União dos Moradores da Mooca e da Sociedade Amigos da Mooca. Nós demos uma lista, né! 'Se o senhor. for eleito prefeito isso aqui é da alçada da prefeitura.' Ele assinou e concordou. Acabou. Mas não me pergunte se ele atendeu tudo, porque eu não conferi".[27]

A "transição" de Adhemar para Jânio se deu, ao que parece, atrelada às "questões do bairro". Ao que parece, a descontinuidade, mesmo que temporária, no atendimento das demandas locais, foi fundamental nos realinhamentos políticos. E com Jânio Quadros o centro das organizações de bairro se deslocou dos subdelegados e inspetores-de-quarteirão do PSP, para as Sociedades Amigos de Bairro. Armindo Rocha, ex-secretário geral do diretório municipal do PSP desabafou:

> "As Sociedades Amigos de Bairro foram criadas justamente para combater o PSP (...) Ninguém conseguia fazer um partido igual ao PSP, nós éramos imbatíveis como partido. Nós aproveitamos a época do Getúlio e foi fácil a gente penetrar. Nós íamos para a rua, fazíamos comícios, fazíamos contatos, íamos na igreja, com o padre, o farmacêutico, o dono do armazém. Nós conseguimos montar uma estrutura. Depois, quem não fez, quando começava a correr, nós já estávamos na frente. Então o que é que fez o Jânio? Sabendo queele não podia fazer um partido à altura do PSP, começaram a se criar as Sociedades Amigos de Bairro."[28]

As transferências entre Adhemar e Jânio nessa, "bolsa de trocas e favores" instituída no bairro da Mooca, mostram que não havia uma relação solidificada de fidelidade entre os moradores do bairro com os políticos ou os partidos. A eficácia dessas tíbias lealdades estava assentada na troca do voto pelo atendimento das reivindicações locais. Talvez resida aí a marca desse clientelismo urbano que se experimentava no bairro da Mooca.

> "Construído na troca de serviços entre as partes e não tendo o reforço das relações de lealdade baseadas em outras instituições, como ocorre no coronelismo, o clientelismo urbano, que toma os pobres como alvo de sua estratégia, acaba por criar a decepção e o descontentamento entre os supostos 'clientes' pobres. Além disso, a própria barganha estimula a cobiça e eleva as apostas nesse jogo de tome-leve".[29]

Entre o público e o privado: os inspetores-de-quarteirão.

> "Por um lado, a história fragmenta e divide o que no original pode ter-se apresentado como inteiro, abstraindo aqui um pequeno detalhe descritivo, lá uma cena memorável. Por outro lado, a história compõe, integra o que no original pode ter sido divergente, sintetiza classes de informações e contrapõe diferentes ordens de experiência. Traz o meio-esquecido de volta à vida, de uma forma muito parecida à dos pensamentos oníricos".[30]

---

27 - Idem, Ibidem.
28 - Depoimento de Armindo Rocha. Apud. Sampaio, Regina. op. cit. p. 145.
29 - Zaluar, Alba. op. cit. p. 237.
30 - Samuel, Raphael. Teatros da memória. *Projeto história.* São Paulo/PUC. n° 14, fev. 1997. p. 45.

Os inspetores-de-quarteirão expressam uma tradição policial e política muito antiga na sociedade brasileira, pois foram instituídos juntamente com a criação do cargo de juiz de paz, em 15 de outubro de 1827. Dentre outras funções, o juiz de paz estava "autorizado a convocar a milícia em tempos de crise, podendo também nomear em sua jurisdição inspetores-de-quarteirão: voluntários civis não-remunerados que ajudavam na vigilância local em regime de meio expediente".[31] A inspetoria de quarteirão foi abolida pela lei de 6 de junho de 1831, e reintroduzida com qualificações e deveres redefinidos pelo código do processo criminal, promulgado em 29 de novembro de 1932. A partir de então:

> "o juiz local deveria dividir seu distrito em subseções de pelo menos 25 residências (constituindo cada qual uma área contígua, mas relacionada apenas figurativamente com uma quadra da cidade limitada por quatro ruas) e nomear um inspetor para cada quarteirão dentre as *pessoas bem nascidas* maiores de 21 anos de idade, o qual seria submetido à aprovação da Câmara Municipal. O inspetor deveria advertir mendigos, vadios, bêbados e prostitutas a mudarem de vida para não sofrerem a ação legal, prender em flagrante e executar as ordens do juiz de paz"[32]

Levando-se em conta que a *Guarda Nacional,* a mais acabada expressão do imbricamento entre interesses públicos e privados, fora organizada em todo o território brasileiro a partir dos municípios - com o objetivo de substituir o corpo de guarda militar da polícia para fazer as vezes das forças regulares do exército - e que também estava subordinada aos juízes de paz, segundo a lei de 18 de agosto de 1831,[33] é forçoso estabelecer uma relação direta entre a existência dos inspetores-de-quarteirão e a estrutura de poder local de coronéis e fazendeiros no campo, e de industriais e comerciantes nas cidades. A instituição da inspetoria de quarteirão representava, portanto, as menores unidades, mas não as menos importantes, do poder local dos "homens bons"; era a expressão mais capilar da presença do Estado na vida dos distritos e, ao mesmo tempo, a encarnação mais imediata do entrelaçamento entre interesses públicos e privados. Criada no Império, ela adentrou a República e continuou submetendo os interesses públicos ao mundo privado das *pessoas bem nascidas* até meados dos anos 50 do século XX.

A despeito de todas as mudanças ocorridas nestes mais de cem anos, é impressionante perceber a continuidade que subjaz à lógica dos atributos da função dos inspetores-de-quarteirão.

---

31 - Halloway, Thomas. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886-1934.* Trad. Egle Malheiros. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984. p. 62. Agradeço a Beatriz Gallotti Mamigoniam as informações sobre a bibliografia referente aos inspetores-de-quarteirão.

32 - Idem. Ibidem. p. 103. "(...) o círculo judiciário de primeira instância dividiu-se, com o estatuto de 1932, em três circunscrições: o distrito, o termo e a comarca. O distrito foi entregue ao juiz de paz, com tantos inspetores quantos fossem os quarteirões, no termo haveria um conselho de jurados, um juiz municipal, um escrivão das execuções e os oficiais de justiça necessários, na comarca – a mais ampla expressão territorial – havia o juiz de direito, em número que se estenderia até três, nas cidades populosas, um deles com cargo de chefe de polícia". Cf. Faoro, Raymundo.*Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.* 9ª ed. São Paulo. Globo, 1991. p. 346. Para mais informações sobre a especificidade dos juizes de paz e dos inspetores-de-quarteirão consultar: Beiguelman, Paula. *Formação política do Brasil: teoria e ação no pensamento abolicionista.* São Paulo. Livraria Pioneira Editora, 1967. pp. 58-59.

33 - Como guardas, seriam alistados cidadãos brasileiros de menos de 60 anos e mais de 21, que pudessem ser eleitores (art.10). Os oficias inferiores e cabos seriam eleitos pelos subordinados (art. 51 e 54). Apenas a nomeação dos coronéis chefes e dos majores de legião seria feita pelo governo (art. 56)". Beiguelman, Paula. op. cit. pp. 57-58.

Afinal de contas, a estrutura montada pela máquina do PSP no bairro da Mooca nada mais fez do que reproduzir esses mesmos mecanismos de sustentação do poder local, de interpenetração entre interesses públicos e privados, em benefício dos *homens bons*.

Um caso revelador do papel desempenhado pelos inspetores-de-quarteirão na vida cotidiana do bairro, está no episódio ocorrido no domingo, 8 de janeiro de 1950, em Vila Carrão. Por volta da 1:00 h, Eduardo Raimundo Cardoso foi esfaqueado pelo comerciante e lavrador espanhol José Esteves Soares, que tinha uma pequena chácara em Vila Aricanduva e há quatro meses montara um bar na Rua Torre da Pedra, n° 1. Nos fundos do bar havia um salão freqüentemente alugado pelo diretório distrital do *Partido Social Progressista*, onde promovia suas reuniões, festas e bailes aos sábados e domingos.

Eduardo Cardoso era um freqüentador assíduo dos bailes e das reuniões do diretório do PSP; inclusive, dado o seu porte físico avantajado, era comumente chamado para cuidar da segurança dos eventos do bairro e auxiliar os inspetores-de-quarteirão nas suas rondas noturnas. Entretanto, Cardoso era conhecido por todos na região como "indivíduo briguento e arruaceiro". Naquela noite, havia dois inspetores-de-quarteirão cumprindo seus plantões nas imediações do salão da torre da pedra: os operários Antônio Ferreira, 35 anos, e Francisco de Assis, 28 anos. Antônio contou assim o conflito em que ambos se envolveram:

> "Que o depoente é inspetor de quarteirão do distrito de Vila Carrão sendo designado pelo subdelegado a proceder ao policiamento no salão de baile pertencente ao Partido Social Progressista (...) que o indivíduo de nome Eduardo Raimundo Cardoso, ali havia estado e discutido com um rapaz, na porta de entrada do salão; que mais tarde, isto é por volta das 24 horas, o depoente deparou com Cardoso, no corredor que dá acesso ao salão, em discussão com José Esteves Soares, (...) que o depoente pôs termo àquela discussão ouvindo quando Cardoso procurava tirar o paletó, para brigar com José Esteves (...) que o próprio depoente fez ver a Cardoso que estava errado, embora desconhecesse o motivo da discussão (...) que o depoente pediu a Cardoso e a seus companheiros que fossem embora, mas Cardoso retirou-se da porta do salão e se dirigiu ao estabelecimento de José Esteves (...) que o depoente achou melhor pedir a José Esteves que fechasse o estabelecimento o que fez depois de dar o troco a Cardoso".[34]

Saindo dali, os inspetores-de-quarteirão se dirigiram para outro salão de bailes no mesmo bairro, "onde iriam proceder ao policiamento", quando então souberam que Eduardo Cardoso havia sido ferido a faca por José. Os inspetores foram as únicas pessoas que se aproximaram do ferido, encarregando-se de fazer um cordão de isolamento e de notificar o posto policial. Juntos, os dois inspetores distribuíram ordens para todos os presentes, tanto no baile quanto no bar de José Esteves. Ordenaram que fosse fechada a porta que dava acesso ao baile, decidiram que fosse fechado o bar, nos fundo do salão, ordenaram que Cardoso e seus amigos fossem para casa.

---

34 - Arquivo do Tribunal do Júri, caixa 625. Processo em que é réu José Esteves Soares. Todos os trechos a seguir entre aspas foram retirados desse mesmo processo.

Enfim, eram os responsáveis pela ordem,[35] já que, por conta das suas andanças pelo bairro, conheciam todos os conflitos ali existentes.

Certamente os inspetores-de-quarteirão não podiam evitar a emergência dos conflitos, mas parece evidente que eram capazes de mapear as suas possíveis eclosões e, de algum modo, manter suas atenções voltadas para seus potenciais focos. Este "conhecimento" acerca dos moradores do bairro e de seus conflitos estava ao alcance dos diretórios distritais do PSP e cumpria uma função importante no mapeamento das disputas políticas locais.

Oswaldo Evaristo da Silva, 28 anos, carpinteiro, testemunhou os acontecimentos daquela noite e acrescentou uma versão interessante: "quando ele e seus amigos viram que Cardoso e José se atracaram em luta corporal na porta do bar tentaram intervir para apartá-los, mas foram impedidos pelos inspetores-de-quarteirão do bairro de nome Antônio a Assis, os quais disseram para que deixassem brigar". Difícil saber qual das versões seria verdadeira, mas se levarmos em consideração a descrição de Oswaldo é preciso reconhecer que os inspetores-de-quarteirão não apenas agiam como polícia, como também faziam justiça e, talvez, fossem o braço mais visível da lei nos bairros periféricos da cidade. Mas o que é fundamental é o fato de que eles contavam com o consentimento e a aprovação dos moradores dos bairros em que agiam, e é a partir dessa aprovação moral que se estabeleciam os limites para suas próprias ações.

Não é fácil compreender os significados da ascendência que exerciam os inspetores-de-quarteirão sobre os "arruaceiros" e "briguentos" do bairro, mas é aconselhável reconhecer que ela existia. A função de inspetor-de-quarteirão parece que trazia consigo uma respeitabilidade razoável, como insistiu o Sr. Isidoro Del Vecchio, embora talvez fossem escolhidos para exercê-la exatamente os indivíduos portadores dessa respeitabilidade prévia. De qualquer modo, toda a mediação do conflito foi operada pelos inspetores, se eles não eram exatamente os "homens bons" para o bairro, certamente eram para o PSP.

Outro acontecimento envolvendo inspetores-de-quarteirão ocorreu em Vila Alpina, na tarde do dia 1° de janeiro de 1952. Elpídio Ponciano, 42 anos, natural de Itajaí, Santa Catarina, era pintor de paredes e morador da rua Maria do Carmo, 34. Por conta das suas ligações políticas no diretório do PSP, fora nomeado subdelegado da 17ª delegacia de polícia de Vila Alpina. A delegacia, onde Ponciano tinha uma sala própria e dava seus expedientes, ficava na praça do lado

35 - "Que Cardoso costumava a andar armado (sic) de faca, tanto assim que no dia dois do mês de janeiro do corrente ano, o depoente quando em *serviço de ronda*, apreendeu em poder de Cardoso uma faca medindo de lâmina quarenta centímetros; que dias antes Cardoso foi detido em Vila Carrão, por uma ronda do departamento de investigação, pelo fato de ter sido encontrado em seu poder outra faca (...) que em data que o depoente não pode precisar, Cardoso foi detido e conduzido à subdelegacia de polícia de Vila Carrão, onde foi recolhido ao xadrez, ocasião em que se rebelou e passou a desferir cabeçadas na porta do xadrez, quebrando-a (...) que o próprio Cardoso, teve oportunidade de dizer ao depoente ter algumas passagens pelo presídio Cruzeiro do Sul, sendo que a última vez, pelo fato de ter depredadoum estabelecimento comercial no bairro do Brás." Idem, Ibidem. (Grifos meus)

oposto ao cine Dom Bosco, o único local de lazer do bairro. Naquele dia, o cinema estava lotado, rapazes e moças aguardavam na fila para o início da sessão. Ponciano trajava o sobretudo ocre típico dos inspetores-de-quarteirão e circulava pomposamente dando ordens com a autoridade que a função lhe atribuía:

> "... observou que um pequeno grupo de rapazes que estavam dirigindo gracejos para duas mocinhas que haviam entrado no cinema naquele instante, que o interrogado chamou a atenção dos rapazes, sendo atendido por vários, apenas um deles cujo nome ainda ignora, se revoltou e passou a proferir palavrões insultuosos a sua pessoa, obrigando-o a mandá-lo para fora do cinema".[36]

Algum tempo depois, Ponciano saiu do cinema e foi organizar a fila de pessoas que estava comprando ingressos. O rapaz que fora expulso da sala se aproximou dele e pediu que lhe fosse devolvido o dinheiro da entrada ou que, então, lhe permitisse voltar ao cinema. Ponciano respondeu que: "Nem uma coisa nem outra poderia atender, pois ali estava para manter a ordem e fazer com que houvesse respeito às famílias".

Em seguida, atravessou a rua e foi até à sede da subdelegacia "atender outras queixas", quando voltou à porta do cinema, encontrou um grupo de pessoas exigindo o dinheiro de volta ou o reingresso do rapaz ao cinema. Assustado com a algazarra que se formava, Ponciano solicitou a ajuda do inspetor-de-quarteirão João Gonzaga, 51 anos, natural de Itu e morador da rua Porto Sabaúna, 59. Segundo Ponciano, elementos do grupo de arruaceiros "sacaram cada um uma arma e avançaram contra o interrogado e Gonzaga, deferindo-lhes golpes de faca e punhal". Na confusão, Gonzaga caiu no chão e encontrou uma arma com a qual disparou alguns tiros, "com o intuito de se defender e auxiliar ao interrogado na manutenção da ordem".

O depoimento do inspetor-de-quarteirão, João Gonzaga, não difere da narração apresentada pelo subdelegado Ponciano. A história muda bastante quando é dada a palavra ao grupo de "arruaceiros". O primeiro a depor foi o tecelão José Mendes Barbosa, 29 anos, natural de Inhambupé, Bahia, também morador da Rua Maria do Carmo, 22. José Mendes estava na porta do cinema quando encontrou seu conhecido Manoel Osório dos Santos, pintor, de cor parda, que residia defronte à sua casa, exigindo uma explicação do inspetor–de-quarteirão e do subdelegado sobre a expulsão de seu irmão da sala de projeção. José Mendes contou que:

> "e logo no ato de se dirigirem a Manuel Osório, colocaram as mãos nos bolsos retirando das capas suas armas, e em seguida sem que para isso houvesse necessidade, passaram a detoná-las em direção a Manuel Osório, formando nesse intervalo, correrias e confusão, pelas ruas em frente ao cinema... Que viu quando Ponciano sacara de uma garrucha que portava na cartucheira e João pintor, de uma mauser".

O depoimento de Américo Osório dos Santos, 25 anos, pardo, operário, natural de Inhambupé, Bahia, e irmão da vítima, acrescenta: "(...) que ouvira seu mano perguntar ao

---

36 - Arquivo do Tribunal do Júri, caixa 343. Processo em que é réu Elpídio Ponciano. Todos os trechos a seguir entre aspas são retirados desse mesmo processo.

porteiro, *de cor branca*, cujo nome ignora: 'eu venho saber porque jogaram meu irmãozinho para fora do cinema'. O porteiro respondeu que o caso não era com ele". Em seguida, Manoel dirigiu-se ao inspetor e ao subdelegado e fez a mesma pergunta:

> "(...) sem que houvesse qualquer reação por parte de Manuel Osório, os dois indivíduos sacaram de seus revólveres que portavam na cintura detonando-os por várias vezes (...) que Manuel Osório antes de ser baleado e depois disso não fez nenhum gesto ou disse qualquer palavra a Elpídio ou a Gonzaga, sendo agredido a tiros numa distância de três metros, mais ou menos, que o mano do depoente não era de briga, e nunca se indispôs com qualquer pessoa".

Os depoimentos enunciam três aspectos latentes nesse conflito: a questão da cor, da origem e da forma de moradia dos envolvidos. Todos os *baianos*, originários da mesma cidade, compartilhavam o cortiço no número 22 da rua Maria do Carmo. Tanto o subdelegado, quanto o inspetor-de-quarteirão associaram o aparecimento de facas e punhais à origem dos supostos agressores. Afinal, a palavra *baiano* era sinônimo de peixeira, briga e violência, principalmente se fossem pobres, pardos e moradores de cortiços.[37]

O importante, contudo, é ressaltar o papel simbólico e real que desempenhavam os inspetores-de-quarteirão nos bairros periféricos. Eles eram percebidos pela população como autoridades policiais, muitas vezes como *a encarnação da lei*. Mas sua posição era carregada de ambigüidade. Ao mesmo tempo em que eram tomados como autoridades e respeitados como tal, faziam parte da mesma comunidade a que deveriam vigiar e ordenar. Era muito tênue o limite que mediava a respeitabilidade advinda da função de inspetor e a ruptura desse limite, seja pela própria condução da mediação dos conflitos, seja pela zombaria da empáfia que a função lhes emprestava. Afinal, até onde podia chegar a autoridade de inspetores e subdelegados que moravam nas mesmas ruas, partilhavam as mesmas profissões e ocupavam suas funções apenas temporariamente? Embora a função implicasse ações de polícia, o seu real significado era político; inspetores-de-quarteirão e subdelegados foram os braços do PSP nos bairros periféricos, e deviam ser capazes de arregimentar eleitores e reuni-los quando e onde fosse necessário para os interesses partidários.

Jânio Quadros e o janismo.

> "Eu, por exemplo, fui um fanático de Jânio. Até hoje tenho saudades do Jânio. Ele era justo e autoritário... Eu era militante do PTB, mas votava no Jânio, independente do partido. O Jânio era bom..."[38]

37 - Para uma discussão de como eram vistos como ignorantes e desajustados os operários, principalmente os de origem agrária ver: Weinstein, Bárbara. (Re) formação da classe trabalhadora brasileira: 1920-1964. Trad. Luciano Machado. São Paulo. Cortez/Cdaph-Ifan/USF. 2000. Para um exemplo oposto em que os inspetores-de-quarteirao funcionam como mecanismo de ascensão social para migrantes nordestinos ver Fontes, Paulo. Roberto. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais.* op. cit. p. 304.

38 - Entrevista com José Eustáquio, concedida ao autor em 15 de setembro de 1999.

Para compreendermos a complexidade dos embates políticos travados no bairro da Mooca, a partir de 1945, precisamos levar em conta que o janismo, tanto quanto o adhemarismo, prosperou no espaço deixado vago com a cassação do PCB. Essa parece ser a interpretação de diversos pesquisadores que se debruçaram sobre esse período.[39] Contudo, dizer que Jânio ocupou o espaço deixado vago com a ilegalidade do PCB não explica muita coisa, principalmente, não nos esclarece *como* foi ocupado esse espaço *e em que* consistia exatamente esse espaço. Para responder a essas questões é necessário considerar em conta a fundamental intermediação das sociedades de amigos, já que a expansão do janismo se deu num diálogo contínuo com as demandas dos moradores dos bairros.

Jânio Quadros se dirigia aos trabalhadores na condição de moradores. Este deslocamento seria a expressão mais visível daquilo que Aziz Simão sugeriu com a idéia da "ruptura de um balizamento", pela qual distinguia uma identidade acentuadamente classista no voto popular até 1948, das mudanças operadas no imaginário político nas eleições seguintes, sem a presença do PCB e com as fragilidades do PTB em São Paulo.[40]

A carreira política de Jânio Quadros se iniciou no contexto dos turbulentos anos do após-guerra, no qual as demandas urbanas ocupavam o centro das discussões políticas locais. Sem raízes partidárias, ele não tinha qualquer vinculação com a tradição getulista nem, tampouco, ligações com políticos oriundos do liberalismo anterior ao Estado Novo. Neste sentido, Jânio emergiu como um fenômeno novo. Segundo Silvana Walmesley, ele embasou sua carreira política, a despeito de um certo ecletismo, em torno de uma vaga noção de *catolicismo social,* o que o aproximou das propostas expressas nas encíclicas *Rerun Novarum* e *Quadragésimo Anno*, bem como dos círculos operários cristãos. Sua fonte de inspiração seria um certo catolicismo reformista, que lhe teria dado "uma visão de economia moral, que condenava liminarmente os lucros excessivos e o enriquecimento rápido, que se fazia de forma irresponsável e egoísta".[41] Essa condenação se desdobra na defesa da idéia do "preço justo", que seria o modo natural de regulamentar as relações sociais; ao preço justo equivaleria um "salário justo", instrumento para

---

39 - Walmsley, Silvana Maria de Moura. *Origens do Janismo: São Paulo, 1948/1953.* Campinas. IFCH/Unicamp, 1992. Dissertação de Mestrado. Chaia, Vera. *A liderança política de Jânio Quadros 1947-1990.* São Paulo. FFLCH/USP, 1991. Tese de doutoramento. Alem, Silvio Frank *Contribuição à história da esquerda Brasileira: o partido socialista Brasileiro 1945-1964.* FFLCH/USP, 1988. Tese de doutoramento.

40 - "Ao nosso ver, neste período, a aproximação de Jânio com o operariado se dava, em primeiro lugar na condição de munícipe. Assim, vemos referências suas às condições de vida e trabalho dos operários da Nitroquímica, em São Miguel; da Celosul, em Ermelino Matarazzo; da Melhoramentos, em Caieiras e da Cimento Portland, em Perus. São todas indústrias que, por dominarem o mercado de trabalho de pequenas regiões, estabelecem um controle sobre os seus operários a partir do próprio local de trabalho." Simão, Azis. O voto operário em São Paulo.*Revista Brasileira de Estudos Políticos.* Belo Horizonte. Vol. 1, Nº 01. Dezembro de 1956. p. 124.

41 - Walmsley, Silvana. op. cit. p. 38. Ao contrário do que já se sugeriu, Jânio Quadros não surgiu para a vida pública em 1952. Ele foi eleito prefeito como resultado da sua intensa e continuada atuação nos bairros periféricos da cidade. Foi tematizando a periferia, desde 1947, que o janismo se moldou como movimento.

combater a miséria e a degradação social. De maneira que sua ênfase discursiva e suas ações práticas recaíam sobre os temas da especulação, da corrupção, da dignidade individual, do trabalho perseverante e da honestidade. Assim, Jânio se configurou como porta-voz de um projeto de ordenação social no qual caberia ao Estado a promoção do bem comum e a distribuição da justiça, e ele próprio seria o instrumento dessa justiça, corrigindo os excessos oriundos da lei do mercado, da ganância dos empresários e da preguiça dos trabalhadores.

Desde a campanha eleitoral à Câmara Municipal de São Paulo, em 1947, Jânio demonstrou uma grande sensibilidade para as demandas que os movimentos de bairros haviam colocado no cenário político da cidade. Sensível a esses temas, Jânio percebeu o quanto do sucesso do PCB se devia a seu engajamento nessas questões, compreendeu a importância dos *comitês democráticos e populares* e a novidade do significado das *sociedades amigos de bairro* que se espalhavam pela periferia. Por isso, Jânio Quadros foi o primeiro a levar as questões sobre luz elétrica, transporte, moradia, escola, creche, saneamento básico, calçamento etc, para dentro da Câmara Municipal. E foi transformando esses temas em plataforma político-eleitoral, que ele iniciou a sua carreira pública.

Depois de eleito vereador, em 1947, Jânio Quadros percorria, a convite das organizações de bairro - SABS, clubes de futebol, associações culturais das colônias etc. - os cantos mais remotos da cidade e, em seguida, na tribuna da Câmara, dava visibilidade à sua condição de extrema precariedade, por exemplo:

> "A convite do povo das Vilas Moinho Velho, Nair e Alcântara Machado visitei o sub-distrito do Ipiranga, na companhia do jornal *A hora*, para conhecer uma necessidade local, que me foi encarecida pela comissão de moradores que esteve nesta Câmara (...) possuo em mãos (...) um abaixo-assinado de cidadãos que residem nas vilas interessadas..."[42]

Contudo, as iniciativas das visitas a esses bairros e vilas não partiam do vereador. Pelo que se percebe nas entrevistas com antigos membros das SABs, ele era convidado por elas, mas não deixava de levar consigo o aparato de propaganda para fazer o necessário alarde:

> "Na companhia de jornalistas da *Folha da Noite* e a pedido da população do bairro da Mooca, lá estive em visita. A inatividade dos poderes é característica (...). Ao longo das construções modestas, há um intérmino correr d'água suja, contaminada, mórbida, que a municipalidade não viu até este instante, embora há anos atormente cada morador, embora há anos roube-lhes a satisfação de permanecer no lar, transformado não em local de repouso, não em local de delícias domésticas, mas em local de castigo".

Com uma aguda percepção das candentes questões sociais ligadas às demandas dos bairros, Jânio Quadros se transformou no porta-voz dessas demandas, e no mais genuíno e fiel

---

42 - Anais da Câmara Municipal, 12/04/1950. Apud. Moisés, J. A. Classes Populares e protesto urbano. op. cit. p. 255. Difundiu-se um mito de que Jânio Quadros só ocupou uma cadeira na Câmara depois da cassação dos candidatos de Prestes, eleitos pelo PST. Entretanto, nesta eleição Jânio obteve 1.707 votos, o que lhe garantiu uma das vagas do PDC

instrumento para a sua denúncia e visibilidade, num primeiro momento, e para a sua solução no futuro.

> "Tomem o caso da Vila comendador Ermelino. Não tem luz. Não tem ruas. Não tem cemitério. Não tem coisa alguma. Dona Light, dona de muita gente e de muitos interesses, quer Cr$ 220 mil para levar iluminação domiciliar ao proletariado da terra. Queria, há algum tempo, 120 mil. O povo coletou. Reuniu o dinheiro. Como, V. Excias não imaginam. Em listas dolorosas, onde cada assinatura era o juramento de provações sem conta, para que a luz pudesse vir. Depois, D. Light quis Cr$ 220 mil. Quis e pronto! (...) Tem ou não tem razão o homem da rua que diz que quem rouba um tostão é ladrão, quem rouba um milhão é barão?"[43]

A apresentação dessas reivindicações, no âmbito da Câmara Municipal, não apenas as legitimava como transformava a figura do vereador que as apresentava numa referência cada vez mais constante para as SABs que estavam se organizando. De modo que se construía entre o vereador e os moradores dos bairros uma relação de reciprocidade e gratidão mediada pelo voto.

> "Por que... Veja, é uma *questão de gratidão*. Antes do governo Jânio Quadros, em 1953, o bairro não tinha nada nem placas nas ruas".[44]

Desse modo, Jânio construía seu espaço político no mesmo movimento em que "dava voz", da tribuna da Câmara Municipal, às denúncias das mazelas do crescimento urbano pautado pela ganância e pelo descaso das administrações públicas com as periferias da cidade:

> "(...) um valo repleto de água pútrida, infecta, pestilenta, a correr ao longo da artéria, de um extremo a outro, enquanto o leito, o passeio (...) é intransitável... Por toda parte, também, ao longo dessa avenida, o mesmo e sistemático empoçamento (...) as fossas, quase todas, se extravasam... O excremento que se acumula nas ruas forma uma espessa camada em todos os pontos nos quais se encontram fossas, e essas fossas situam-se à pequena distância umas das outras, de sorte que a artéria, por igual, ao correr a linha de bonde, é uma verdadeira esterqueira (...) Vejam V. Excias. se cabem então as observações que ocasionalmente ouço, segundo as quais esses problemas são comuns a toda a cidade (...) Não, positivamente não! Alguns distritos possuem peculiaridades tais que estão reclamando medidas que lhes sejam próprias, exclusivas, urgentes, inadiáveis, sob pena de grave ameaça à saúde coletiva..."[45]

A descrição do bairro de Vila Maria é contundente. Suas mazelas são apresentadas não como resultado da natureza ou como conseqüência de um crescimento urbano natural, inevitável, acelerado e desordenado, mas sim como conseqüência do descaso da administração pública, e a solução desses problemas como um *direito do morador*, não como um favor ou uma concessão, ou mesmo como um benefício resultante de uma dádiva.

– juntamente com Valério Giulli, 2.326 votos e Miguel Franchini Neto, 1.587 votos – independentemente da cassação. Tribunal Regional eleitoral. Caixa 3.247.

43 - Anais da Câmara Municipal, 1/08/49 e 23/08/1950. Respectivamente.

44 - Ele continua: "(...) Meu pai como bom português tinha um armazém de secos e molhados, e com muito sacrifício ele me colocou no colégio arquidiocesano, naquela época ele era um colégio de elite, só tinha internato e semiinternato então só tinha filho de fazendeiro, gente rica, o único pé de chinelo que tinha lá era eu... E para ir par ao colégio, quase não havia carros nessa época, eu tinha que subir a rua Luiz Góes e, na época de chuva ela ficava que nem um sabão... Eu tenho vários livros cheios de lama de tombos homéricos que eu levava na rua Luiz Góes, até chegar à escola. E quando eu chegava, nós usávamos aquele fardamento azul, sapato preto polainas brancas, era um colégio grãfino... Então eu chegava cheio de barro a turma dizia: - 'Esta chegando o português chacareiro. 'Veio da chácara?' Isso foi incutindo um espírito de revolta em mim". Entrevista com Eduardo Rosmaninho, concedida ao autor em 15 de setembro de 1999.

45 - Anais da Câmara Municipal, 10/10/1949.

Neste aspecto talvez resida uma sutil, mas importante diferença entre Adhemar e Jânio: enquanto o primeiro fazia uso de uma linguagem classista, opondo os *tubarões* e os *cartolas* aos *paupérrimos* e *semi-pobres;* o segundo recusava essa dicotomia, e enfatizava a concreta denegação dos direitos. O que os discursos do vereador Jânio Quadros tematizavam era algo que estava profundamente introjetado no imaginário popular: os *deveres* do Estado eram diretamente proporcionais aos *diretos* dos cidadãos. Mais que isso, seus discursos anunciavam os instrumentos privilegiados para o exercício desses direitos:

> "...não devem nada ao poder público [os moradores do bairro], porque essas ruas são conservadas pela '*Sociedade Amigos do Jardim da Saúde*', que até caçamba própria possui e, sobretudo, o pedregulho; adquire a pedra, adquire os tijolos quebrados e procede aos consertos que se fazem necessários (...) estive *in loco*, não uma vez, mas duas, a pé, correndo as ruas, ponta a ponta e conversando com a população. A Sociedade dos Amigos do Bairro cedeu um prédio para a instalação de um posto policial, construiu celas, deu cadeia, dois lotes para a construção da escola (...) A Sociedade dos Amigos da Saúde, cujo nome não me canso de repetir, devo repetir necessariamente, porque ela é o poder público de lá".[46]

As sociedades amigos de bairro apareciam, nos discursos e nas ações do vereador Jânio Quadros, com uma relevância que, até então, somente os próprios moradores da periferia haviam reconhecido. A sua capacidade de, muitas vezes, ocupar o lugar do poder público e desempenhar as suas funções lhe conferiam, além do evidente papel simbólico como centro das demandas dos bairros, um significado estratégico no relacionamento do então vereador com a cidade. Jânio Quadros não criou nem inventou as sociedades amigos de bairro, como sugerem alguns, mas certamente ele foi o político que mais soube se relacionar com elas, ao tratá-las como um legítimo interlocutor nas discussões sobre a cidade, atribuindo-lhes, assim, a centralidade na vida dos bairros e das vilas da periferia.

> "Ele aproveitou o estribo do bonde andando. Ele era muito inteligente e ele vislumbrou que o apoio às sociedades amigos de bairro, às entidades de bairro, clubes de futebol, clubes de dança, clubes culturais seria um fator muito importante na carreira política dele. Como realmente foi".[47]

E acrescentou:

> "Eu moro na Vila Gumercindo desde 1938, no tempo da minha mocidade eu jogava futebol num clube perto da minha casa chamado *Cruzeiro Paulista Futebol Clube*, esse clube fazia aniversário no 15 de novembro... A diretoria deste clube *tinha amizade* com um vereador chamado Benedito Quintino da Silva, que era amigo do Jânio, e como o Jânio tinha pretensões no ano seguinte, 1953, o 31 de março de 1953, ele começou a fazer as suas andanças políticas, com aquele sistema clássico: o sobretudo preto, as caspas... Ele foi ao festivá do Cruzeiro Paulista F.C. no dia 15 de novembro de 1952, quando a Sociedade Amigos de Bairro estava sendo fundada... Ele assistiu ao jogo de futebol, sentou-se à beira do campo, no final do jogo bebeu pinga na taça. Naquela ocasião eu já era estudante de medicina e tinha ouvido pela imprensa que ele era um pretenso candidato à prefeitura de São Paulo. Na saudação a ele eu tomei a palavra e disse a ele que se ele fosse eleito prefeito, no ano seguinte, que ele tomasse providências para retificar o histórico rio Ipiranga, que no nosso bairro dava muitas enchentes... Então nós dissemos a ele que uma das primeiras coisas que ele podia fazer pelo bairro - que naquela época não tinha nada - era isso. O Jânio foi eleito e seis meses depois o rio foi retificado, e nós começamos a pedir coisas ao Jânio. O Jânio fez a primeira escola, asfaltou as primeiras ruas do bairro, colocou coleta de lixo, a primeira feira-livre... Fui testemunha ocular disso, porque assisti tudo... O

46 - Anais da Câmara Municipal, 4/10/1948.
47 - Entrevista com Eduardo Rosmaninho, concedida ao autor em 15 de setembro de 1999.

primeiro homem público que fez alguma coisa pelo bairro, que trouxe os primeiros melhoramentos foi o Jânio. O nosso bairro foi um bairro tão Janista quanto a Vila Maria..."[48]

Evidentemente, a meteórica carreira política de Jânio Quadros não pode ser atribuída apenas à "descoberta" que fez a respeito do significado eleitoral e simbólico das SABs; entretanto, o seu sucesso como vereador e a sua eleição para a prefeitura, em 1953, não serão satisfatoriamente explicados sem a compreensão do relacionamento que ele estabeleceu com as SABs e com as outras organizações dos bairros, inserindo-as no centro do seu diagrama político.

"Justamente o Jânio... Veja, ele cumpriu uma promessa entre goles de pinga numa taça na sede do Cruzeiro Paulista F.C. E ele cumpriu. Colocou o primeiro telefone público... Os primeiros melhoramentos do bairro foi o Jânio. Então, por uma questão de gratidão. Por que o Jânio teve aquela ascensão como nenhum político teve no Brasil. Porque ele foi inteligente, porque atendeu as bases populares e deu apoio a elas. Aí chegou onde chegou".[49]

Na percepção dos líderes comunitários da Mooca, o sucesso político de Jânio Quadros, muitas vezes, se confundia com a própria história das SABS, sendo muitas vezes impossível separar sua trajetória pessoal da história das organizações de bairro, principalmente depois de 1953.

"Ele foi para a Vila Maria, que era um bairro pobre, tudo cheio de água barrenta, sem asfalto. Levado por alguém foi para a Vila Maria... E começou a asfaltar a Vila Maria, a melhorar a Vila Maria, tanto que ele foi depois eleito rápido, porque ele pegou a Vila Maria, que era um bairro necessitado e... Como ele poderia ter melhorado outro bairro também. Ele cresceu na Vila Maria, politicamente, porque a Vila Maria precisava disso. Mas não foi a Sociedade Amigos de Bairro que levou ele lá... O Jânio foi levado lá por líderes políticos da região. Naquele tempo a Sociedade Amigos de Bairro não tinha muita influência não, viu... Elas estavam nascendo naquela época. As Sociedades Amigos de Bairro não tinham tanto prestígio... trabalhava... Mas não tinha tanto prestígio o prestígio delas cresceu com ele".[50]

Não foi sem propósito, portanto, que na campanha para a prefeitura, em 1953, um observador aludisse ao fato de que Jânio havia *"inaugurado o bairro como unidade política"*.[51] Isso o distinguia profundamente dos seus adversários e o marcava como uma liderança de perfil novo em constante diálogo com estas *novas unidades políticas*. Toda a campanha para a prefeitura foi centrada em comitês organizados nos bairros a partir das sociedades de amigos, dos clubes de futebol e de outras organizações locais que o vereador havia visitado.

"...na garagem do meu pai, na esquina onde era o clube de futebol, o *Cruzeiro Futebol Clube*, sempre fizemos os comitês do Jânio, para prefeito, deputado, governador, presidente. Para o Prestes Maia, que era o candidato dele... A gente abria todas as noites, colocava cartazes nos postes, entregava faixas para colocar nas casas. Fazíamos painéis. Um painel muito famoso, feito na Vila Gumercindo, para a campanha da presidência, o Jânio estava varrendo um monte de ratos. Era um trabalho de casa em casa, que hoje já não teria condições de fazer. Toda a sociedade amigos de bairro se envolvia.[52]

---

48 - Entrevista com Eduardo Rosmaninho, concedida ao autor em 15 de setembro de 1999.
49 - Entrevista com Eduardo Rosmaninho, concedida ao autor em 15 de setembro de 1999.
50 - Entrevista com Manuel Pitta, concedida ao autor em 17 de fevereiro de 2000.
51 - Depoimento do coordenador da campanha de Jânio Quadros à prefeitura em 1953. Citado In: Moisés, J. A. op. cit. p. 266.
52 - Entrevista com Eduardo Rosmaninho, concedida ao autor em 15 de setembro de 1999.

A campanha de Jânio Quadros para a prefeitura inaugurou também os comícios de rua, nas mesmas ruas que ele denunciava da tribuna da Câmara. Enquanto seus adversários alugavam salões e faziam seus comícios em espaços fechados, com o público sentado comportadamente, Jânio ia até seus eleitores. Os famosos garrafões espalhados por toda a cidade coletando doações dos mais simples eleitores, alimentavam a mística da campanha, solidária e popular, do "tostão contra o milhão". A tônica dos comícios de rua era "integrar a periferia à cidade (...) os que vivem do trabalho, moradores dos bairros afastados, sem água, esgotos, calçamento, condução para chegar ao trabalho".[53] Esse profundo vínculo com as SABs nenhum outro político ou partido conseguiu repetir: "O Adhemar não marcou o bairro, o nosso bairro, na sua passagem como administrador. Ou seja, nunca houve uma *vinculação emocional, de gratidão ou apreço como tinha com o Jânio...*"[54] Até mesmo os mais ferrenhos adversários do janismo, no bairro, reconheciam seus méritos e aprendiam o seu método de se aproximar das organizações de bairro, como conta o presidente o diretório da UDN na Mooca:

> "Vim a conhecer o Jânio quando ele era vereador e a câmara municipal ainda era na rua Líbero Badaró, e o Jânio tinha lá o seu maquiavelismo. Ela sabia se comportar no meio daqueles 10 partidos. Ele aproveitoua oportunidade política... Como um bom jogador de futebol ele aproveitava todos os passes, ele fazia o seu trabalho muito bem feitinho, apoiado por dois jornais... Ele procurava sensibilizar o povo... E aproveitava todas as oportunidades para sensibilizar o povo... Os comícios dele eram feitos em cima de um caminhão, faziam uma escadinha para ele subir, ele subia com dificuldades, a roupa preta, o cabelo desgrenhado, aquele espectro, aí ele começava: 'Povo da Mooca (dizendo sílaba a sílaba o nome do lugar) estou cansado... Cansado do trabalho... Cansado do trabalho honesto e consciente da prefeitura do município da capital'. Aí todo mundo batia palma. 'Sou casado, muito bem casado... Casado no civil e no religioso' Aí o povo gritava: Prestes Mais é amigado, Prestes Maia é amigado. 'Dizem que sou feio que, que sou caspento, mas sou honesto...' Aí o povo gritava: O Adhemar rouba, o Adhemar rouba"..[55]

A eleição para a prefeitura, em março de 1953, expressou estes vínculos do candidato Jânio Quadros com as organizações de bairro. No bairro da Mooca, obteve 44,10% dos votos, mas essa votação se repetiu, com ligeiras alterações, em quase todos os bairros periféricos da cidade. A única exceção foi o Jardim América, onde Jânio ficou em segundo lugar. Mas quanto mais "nobre" o bairro, menor a diferença entre Jânio e o segundo colocado, Francisco Cardoso; ou seja, nesta eleição o prefeito foi eleito pela periferia da cidade.

---

53 - Depoimento do coordenador da campanha de 1953. Citado In: Moisés, J. Álvaro. op. cit. p. 266. Contudo, o slogan do "tostão contra o milhão", a despeito da sua força simbólica, foi um mito do janismo. O empresário têxtil Marcos Gasparian em seu livro de memórias conta que motivado por uma disputa interna do Rotary Clube ajudou a financiar a campanha de Jânio, como vários outros industriais da cidade. Cf. Gasparian, Marcos. *O industrial*. São Paulo, Martins, 1973. p. 184. A eleição de Jânio Quadros à prefeitura, em 22 de março de 1953, contou com o discreto apoio de Adhemar de Barros que vinha tendo seguidos desentendimentos com o governador em exercício, Lucas Nogueira Garcez, tendo como centro a disputa pelo controle partidário. Adhemar, para minar o crescimento de Garcez, retirou seu apoio ao candidato Francisco Antônio Cardoso.

54 - "No aniversário da sociedade amigos de bairro nós convidamos o Jânio e demos um brinde a Dirce Quadros... Isso foi em 1953... Demos uma jóia para ela..." Entrevista com Eduardo Rosmaninho, concedida ao autor em 15 de setembro de 1999.

55 - Entrevista com Rubens Martinez de La Rosa, concedida ao autor em 17 de dezembro de 1999.

Eleição para a prefeitura da Capital em 22 de março de 1953.[56]

	Candidatos		
Bairro	Jânio Quadros	Francisco Cardoso	André Nunes
Mooca	14.550	3.890	1.346
Alto da Mooca	2.726	562	222
Ipiranga	15.056	3.865	1.231
Brás	14.845	4.656	1.321

Mesmo simpatizantes do PCB e antigos membros dos comitês democráticos populares perceberam em Jânio Quadros a continuidade de um projeto que era também seu: "Sim, eu votava no Jânio. O Jânio tinha o seguinte... Geralmente você tem que escolher o menos ruim, eu era de esquerda, mas o Jânio tinha um tipo assim de ditador... Autoridade [Dá um forte murro na mesa]. Ele impunha respeito".[57] E mais do que a continuidade de um projeto Jânio transmitia a confiança de uma autoridade decidida e forte:

> "Então a SABS, pediu ao prefeito Jânio Quadros a instalação de um posto de puericultura na Vila Gumercindo. O Jânio mandou aquele clássico bilhetinho ao secretário de saúde que, se não me falha a memória era o Emílio Carlos: 'Instalar o posto de puericultura de Vila Gumercindo em 72 horas' e foi instalado em 72 horas. Até eu que era recém-formado pedi ao meu pai que cedesse uma casinha ao lado de onde morávamos e cedemos a casa gratuitamente para funcionar o posto por 15 anos, pagando luz, água e os impostos. Com a autoridade que ele tinha, ele mandou instalar e foi instalado. Todo o material que estava encaixotado para ir para a cidade de Galha Paulista, imediatamente foi colocado na Vila Gumercindo. Isso mostra **a gratidão** e o relacionamento que tinha a comunidade do meu bairro com o Jânio Quadros..."[58]

O que importava, em muitos casos, era a *questão da autoridade*. Muitos dos entrevistados que diziam votar em Jânio Quadros insistem nesse aspecto: o pulso forte, a ordem, a autoridade.

> "...Por que os comunistas defendiam o trabalhador, mas o Jânio também defendia o trabalhador, então eles concorriam um com o outro, os comunistas e o Jânio. Eu votei sempre no Jânio. O Alto da Mooca era todo barro. Ele era da Vila Maria... É, da Vila Maria... Até lá era tudo barro. Pedimos para governador, deputado, gente de fora, gente daqui, de perto do bairro, que calçasse a rua, onde era tudo barro; calçar, limpar, fazer... Espera... Espera... passou anos. Quando entrou o Jânio, a primeira vez, até foi o meu sobrinho que falou com ele... Pouco tempo depois, dias, as máquinas trabalhando lá: 'Vamos começar a calçar a Alto da Mooca.' Eu vi abrir todas às ruas do Alto da Mooca, era tudo barro. Em tudo ele foi bom e direto, em tudo... Ele ia no lugar... Ele ia lá, via os problemas no lugar. Ia lá, conversava com todo mundo e resolvia logo, resolvia tudo".[59]

---

56 - Tribunal Regional Eleitora, caixa 7.682. Os dados são ainda mais significativos se levarmos em conta que, em 1953, a Mooca tinha 33.209 eleitores; e o Alto da Mooca 5.964 eleitores. Boletim Eleitoral, n° 103, ano VI, março de 1953.

57 - Entrevista com Inácio Picasso, concedida ao autor em 11 de maio de 2000. Inácio Picasso era tecelão e ligado por laços de família ao líder sindical comunista Antônio Chamorro.

58 - Entrevista com Eduardo Rosmaninho, concedida ao autor em 15 de setembro de 1999.

59 - Alfredo Castanha, havia sido um fiel eleitor dos comunistas no imediato após-guerra. Como marceneiro e depois metalúrgico, ele conta que toda a sua família freqüentava os comícios comunistas, tanto na praça vermelha, como os do Pacaembu. Por isso é muito interessante acompanhar a sua trajetória de eleitor comunista a janista aguerrido. Entrevista com Alfredo Castanha, concedida ao autor em 6 de maio de 1999. A entrevista continua: "E porque o senhor não gostava do Adhemar? 'Porque ele [Jânio Quadros] mostrou a roubalheira, a corrupção. O Adhemar foi um dos fundadores da corrupção em São Paulo. Um homem muito simpático, mas corrupto". Nas dezenas de entrevista que realizei é impressionante perceber como o apoio a Jânio Quadros formava um arco que reunia quase todas as forças políticas do final dos anos 40. Os eleitores e simpatizante do PCB – Julius Meksenas, Alfredo Castanha, Inácio Picasso, etc. – perceberam na figura de Jânio Quadros, e no seu modo de agir, a continuação do mesmo conjunto de expectativas e anseios que os levava a votar no PCB. Esse tipo de transferência, entretanto, não perece ter ocorrido com os militantes mais estreitamente ligados à vida partidária, como o Sr. João Louzada.

O pulso firme, a autoridade e a decisão apareceram, por exemplo, na questão dos terrenos clandestinos, que se tornou uma questão política crucial na periferia. Tramitava na Câmara Municipal, há alguns anos, o projeto de lei n° 284, que propunha a legalização de todos os terrenos clandestinos do município. São Paulo já tivera duas legalizações em massa de terrenos, em 1916 e 1934. Coisas simples como coleta de lixo, serviço de correios, telefones públicos, ou mesmo escolas, hospitais, creches, postos de saúde etc., só podiam funcionar em ruas reconhecidas pela prefeitura. Por décadas, os moradores dessa "cidade clandestina" dirigiam-se à Câmara Municipal apelando pela solução do problema. O projeto tramitou na comissão de justiça da Câmara que lhe deu parecer favorável, no entanto, a sessão plenária o rejeitou, e a lei de anistia foi engavetado.

O beneficiado direto pelo legalismo e burocracia do legislativo foi o prefeito eleito. Uma de suas primeiras medidas, realizada com toda a pompa e com a divulgação, foi a aprovação da lei de anistia, lei n° 4.371/53.[60] Com essa lei foi possível viabilizar administrativamente um programa de execução de melhoramentos urbanísticos em quase todos os bairros da cidade ao mesmo tempo, denominado *plano de emergência,* já que quase todos os bairros possuíam arruamentos ilegais. Esse plano consistia na colocação de guias, sarjetas, calçadas, instalações elétricas, água encanada, serviço de correio, coleta de lixo, telefones públicos etc. Medidas como essas estreitaram ainda mais a relação do prefeito com as SABs. Para se ter uma idéia do impacto da lei n° 4.371/53, basta compará-la com o projeto de anistia apresentado sete anos depois à Câmara Municipal, sob a administração de Prestes Maia. Este projeto recebeu parecer contrário do departamento de urbanismo e do prefeito Prestes Maia, com o argumento de que,

> "constitui estímulo àqueles que, valendo-se da complexidade inerente à administração de uma cidade como São Paulo e burlando a vigilância das autoridades, dedicam-se à prática habitual de promoverem arruamentos clandestinos, que desatendem às exigências legais de natureza higiênica e sanitária (...) Da proliferação dos arruamentos clandestinos originam-se problemas insolúveis para o governo comunal, sempre em detrimento dos interesses da população (...) Melhorias que, normalmente, constituem encargo do arruador passam a onerar o município. Não podendo este realizá-la em virtude dos defeitos insanáveis dos arruamentos, a conseqüência inelutável é que as glebas loteadas permanecem, indefinidamente, sem tais benfeitorias, para ormento dos moradores locais e dos adquirentes de lotes".[61]

Talvez o prefeito Prestes Maia tivesse razão e tentasse atingir os especuladores, mas, ao fazê-lo, atingia também os moradores que erguiam suas casas em autoconstrução. Foi esse tipo de legalismo que Jânio Quadros contornou, tornando-se uma espécie de paladino da periferia.

A relação experimentada cotidianamente pelas camadas populares entre custo de vida e qualidade de vida parece ter sido decisiva na orientação do seu voto em 1953. Em novembro, uma

---

60 - Grostein, Marta Dora. *A cidade clandestina: os ritos e os mitos.* São Paulo. FAU/USP, 1987. Tese de doutoramento. p. 349. Ver mapa com a área legalizada no anexo.

61 - Idem. p. 353. O projeto foi aprovado pela Câmara em 1962, lei n° 5.969/62, à revelia do prefeito.

pesquisa realizada pelo Ibope procurou compreender as razões do inesperado sucesso eleitoral de Jânio Quadros, e tentou responder às perplexidade de alguns setores da sociedade: 77% dos entrevistados justificaram seu voto como um protesto contra o aumento do custo de vida; 50,2% teriam votado contra o aumento de preços dos gêneros alimentícios; 22,4% votaram em Jânio em protesto contra Adhemar de Barros; 12,3% votaram contra o presidente Getúlio Vargas e 11,7%, contra o governador Lucas Nogueira Garcez. Entre os eleitores catalogados pelo Ibope como de "classe pobre" o resultado foi o ainda mais significativo: 82% votaram em Jânio como protesto contra o custo de vida; 56,6% contra a alta dos gêneros alimentícios; 16,6% votaram contra Adhemar de Barros; 6,9%, contra o presidente Vargas e 7,8%, contra Garcez". O voto em Jânio Quadros foi, certamente, um voto de protesto, um clamor por justiça impresso em cédula eleitoral. Era a exigência do reconhecimento dos direitos, que o próprio discurso janista incrementava. O momento da eleição de Jânio foi de desilusão contra os políticos e contra a política. A mesma pesquisa revelou que o governo do presidente Vargas era avaliado como mau por 43,2% dos eleitores da capital, e o governo estadual era considerado ruim por 22,4% dos eleitores.[62]

No caso do diretório do PSP da Mooca, em que um grupo de adhemaristas se bandeara para a candidatura de Jânio nas vésperas da eleição, o argumento era:

> "Porque o Jânio vendeu uma imagem que de imediato se contrapôs a toda a imagem negativa do Adhemar. Naquele momento, 1953, Jânio nos parecia ser o exato oposto daquele 'toma-lá-dá-cá' representado pelo Adhemar. O Jânio parecia o oposto do 'rouba-mas-faz'".[63]

Mas esse mesmo esquema do "toma-lá-dá-cá" não havia continuado quando o Jânio Quadros chegou à prefeitura? A essa pergunta, o Sr. Isidoro respondeu: "Continuou... mas no sentido do reconhecimento da participação da pessoa".

Parece que entre Jânio e Adhemar o que importava não era apenas a capacidade de atender às demandas por melhoria no bairro, mas o "reconhecimento da pessoa". Depois de eleito prefeito, Jânio criou um esquema em que recebia os representantes das SABs em seu gabinete, independente de ter hora marcada, e todos os membros das sociedades sabiam que tinham acesso direto e ilimitado ao gabinete do prefeito. Esse "reconhecimento da pessoa" tinha mais do que um efeito simbólico, ela demonstrava que qualquer um, de qualquer entidade de bairro, seria *considerado* na devida conta. Isidoro Del Vecchio e Eduardo Rosmaninho se revezaram como oficiais de gabinete durante a administração Jânio Quadros. A incumbência deles era receber e triar as entidades de bairro que se dirigiam ao prefeito. No governo do Estado, depois de 1954,

---

62 - Sobre o rompimento entre o governador Garcez e Adhemar, que teria favorecido Jânio, 21,4% consideravam Adhemar o responsável. IBOPE – Pesquisas especiais, 1953, vol. 2.
63 - Entrevista com Isidoro Del Vecchio, concedida ao autor em 10 de abril de 2001.

continuaram nessa função, ligados à secretaria particular do governador. As entrevistas diárias com representantes de SABs parem ter cessado apenas com a eleição presidencial.

Na prefeitura, Jânio Quadros estreitou mais ainda suas relações com as SABs, com visitas semanais, que obedeciam a um ritual semelhante: eram preparadas pelas próprias sociedades e anunciadas antecipadamente com carros de som pelas ruas dos bairros, o que sempre trazia a presença de uma multidão de moradores quando chegava o prefeito. Foi o que aconteceu, por exemplo, no bairro Siciliano em 27 de setembro de 1953:

> "...a fim de inteirar-se das reivindicações dos moradores da localidade, ali esteve o prefeito Jânio Quadros. Foi recebido na Sociedade Amigos de Bairro, entidade fundada em novembro do ano passado, que já conta com cerca de 400 sócios (...) debateu com os diretores os problemas locais (...) as reivindicações mais prementes do bairro, além da melhoria geral, arruamento das ruas, pavimentação, sarjeteamento, etc. Sendo um bairro distante e não possuindo telefone nas casas de negócio, os moradores ali sentem muita necessidade de um telefone público de que possam servir-se a qualquer hora (...) cabe aos moradores, agora, indicarem o local apropriado para a instalação do aparelho (...) Jânio Quadros já determinou a instalação do telefone público (...) pelo que nos foi dado ouvir de alguns moradores, o local mais apropriado seria o projetado ponto final do ônibus, centro geográfico do bairro (...) conforme promessa do prefeito Jânio Quadros aguardam os moradores do bairro Sicilano a extensão da linha 50 (...) já esteve em visita ao bairro uma funcionária especializada da prefeitura, para localizar o futuro parque-infantil, a ser construído ali (...) mostram-se os moradores do bairro esperançados de que a repartição de águas dentro de pouco tempo providencie a extensão da rede de águas naquela localidade (...) Quanto ao esgoto, não há perspectiva de instalação para breve, quanto à iluminação é o mesmo problema dos bairros distantes..."[64]

Cenas como esta se repetiram ao longo de toda a administração Jânio Quadros, por todos os bairros e vilas da cidade. Mas isso não significou que as SABS tenham se tornado meros instrumentos da administração municipal, uma vez que sua relação com o poder público continuou sendo um equilíbrio delicado envolto numa acirrada e contínua disputa.

As relações entre as classes populares, por meio das organizações de bairro, com os políticos populistas, aqui especificados nas figuras de Jânio e Adhemar, estão muito longe de exprimir alguma idéia de inadequação ou falsa consciência, de desamparo ou atitudes pré-políticas. Ao contrário, a constante referência ao poder público como *alvo* e *endereço* de suas reivindicações está diretamente ligada à centralidade do seu papel na vida cotidiana do cidadão comum, em questões como o saneamento básico, eletrificação, calçamento, transporte e, conseqüentemente, na definição do que concebiam como *qualidade de vida*. Por isso, percebiam também que entre as funções do governo estaria a determinação dos salários, da inflação e, conseqüentemente, do *custo de vida*. Desse modo, a referência ao Estado não expressava, necessariamente, alguma fraqueza da sociedade civil, nem tampouco a ausência de uma consciência autônoma e crítica. Ao contrário, representava o caminho mais curto para o reconhecimento dos direitos. O que parece estar em jogo na relação de figuras como Adhemar e

---

64 - Isso aconteceu em 25 de outubro de 1953, as 9:00 horas da manhã de um domingo em Vila Ipojuca. Às 10:00 no Jaraguá. Às 11:00 em Perus. Às 14:00 em Quitaúna. Às 15:00 em Itapevi. O mesmo esquema se repetiu no dia 4 de novembro, uma quarta-feira e no dia 8 de novembro, um domingo, com visitas à Vila Madalena, Vila Mafalda, Vila Pierina, Guainazes, Parque Novo Mundo, Vila Espanhola, Bairro do Limão. Folha Socialista, 20 de novembro de 1953.

Jânio com as organizações de bairro é a constante *negociação do consentimento*. Em outras palavras, é a constituição cotidiana da hegemonia política e cultural.[65]

Não parece haver contradição entre a contínua interferência de políticas clientelistas no seio das organizações de bairro, de um lado, e o fortalecimento de interesses coletivos "autônomos" por parte das classes populares e das organizações de bairro, de outro. Pesquisando sobre Cidade de Deus, a antropóloga Alba Zaluar ponderou:

> "De fato, os mesmos trabalhadores que se recusam a participar da barganha política pelo voto e que gostariam de ver um político 'trabalhando' para o local, isto é, obtendo as melhorias necessárias para o progresso do bairro, valem-se simultaneamente de critérios universalistas e particularistas. O mesmo trabalhador pobre que se aproxima do político clientelista para conseguir acesso aos recursos do Estado via favoritismo, identifica-se com o partido dos pobres e de oposição ao governo..."[66]

Isso porque a noção popular de direitos pode adquirir vários significados, como sugeriu Teresa Caldeira. *Ter direitos* remete aos direitos civis e políticos: direito de voto, direito à fala, direito de greve; pode se referir também aos direitos sociais: direitos trabalhistas e previdenciários. Mas ambos se referem a um sentido moral de *ser direito*, o que implica que nem todos devem ser agraciados com *o direito* a *ter direitos*.[67] Portanto, há nas noções populares acerca dos direitos e da cidadania uma referência simultânea à "impessoalidade da lei" e uma referencia ao "reconhecimento individual". Por isso, é insuficiente opor o clientelismo à universalidade burguesa da lei, ou à autonomia de sujeitos conscientes do seu "papel histórico", ou mesmo do seu "significado político". Como se o clientelismo fosse a expressão da ausência de interesses coletivos articulados e da inexistência de regras impessoais no jogo político democrático. Talvez a chave para se compreender a compatibilidade dessas realidades aparentemente antagônicas e contraditórias esteja na contínua *luta por direitos*. De modo que a "adesão" ao clientelismo exprimiria uma idéia bastante concreta de *justiça social* - da justiça possível - como conquista de direitos, não apenas sociais, mas também civis e políticos. Assim, o assentimento às práticas clientelistas, explícitas nas ações do Adhemarismo e depois nas do Janismo, são, do ponto de vista das classes populares, estratégias possíveis e viáveis de enfrentamento da exclusão social e da ausência de *diretos* que são sentidos como seus.

Este clientelismo urbano trazia embutidas duas facetas não excludentes: a *tutela* e a *autonomia*. Mas ambas, e esse é um aspecto decisivo, impunham continuamente a necessidade da negociação, tanto dos bens materiais, quanto dos significados simbólicos da justiça que o acesso a

---

65 - Sobre as noções de hegemonia política e cultural ver: Thompson, E. P. Patrícios e Plebeus. In: *Costumes em Comum*. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo. Cia. das Letras, 1998. p. 78. E Genovese, Eugene. A função hegemônica do direito. In: *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Trad. Maria Inês Rolim e Donaldson Garschagen. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1888. pp. 48-76.

66 -. Zaluar, Alba. op, cit. p. 225.

67 - Caldeira, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo. Brasiliense, 1984. pp. 224 e segs.

esses bens materiais supõem; de modo que a adesão à prática clientelista nunca foi incondicional, mas sempre determinada pela lógica da troca, o voto por benefício. Isso repunha, cotidianamente, os próprios limites da negociação, da tutela e do clientelismo, recolocando em seu cerne a idéia da autonomia. Por isso, são discutíveis as noções como *janismo*, *adhemarismo* - e outros 'ismos' do mesmo quilate - se pensarmos apenas no carisma, numa adesão simplesmente emocional e desprovida de um criterioso julgamento, e mesmo de ponderações e cálculos bastante precisos e concretos por parte das camadas populares.

Pelo que se tem discutido até aqui fica evidente que o populismo é um sistema de relações sociais e práticas concretas delas derivadas; por isso, o populismo constitui-se um fenômeno político-social historicamente determinado. Tendo em vista as relações do adhemarismo e janismo num bairro específico como a Mooca, seria possível dizer que o sistema populista tem duas características decisivas: uma valorização abstrata da vontade do povo vista como justa e moralizadora, e uma participação real desse povo tanto nas instituições tradicionalmente ligadas à atividade política, como no caso do PSP, quanto em instituições da sociabilidade local, como clubes, sociedades e associações.

A UDN e o PTB.

> "Eu gostava do Jânio, eu votava, mas por uma questão de partido... Mas o nosso opositor era o Adhemar... No nível do bairro, muitas vezes, o que importa são as questões locais, as alianças locais e mais próximas de cada um..."[68]

O Partido Trabalhista Brasileiro teve uma presença eleitoral tão expressiva quanto instável no bairro da Mooca, talvez por isso não seja surpreendente que ele não tenha deixado sinais de uma presença duradoura, nem nas organizações do bairro nem na memória dos moradores. Ao que parece, a presença difusa do PTB nas organizações de bairro, salvo a exceção de José Eustáquio membro do diretório do PTB da Mooca, se deve também ao fato de que seus membros não parecem ter se envolvido decididamente nas organizações locais. Isso talvez confirme a hipótese, já mencionada, de que o adhemarismo, e possivelmente o janismo, se beneficiaram das recorrentes disputas internas do PTB e do constante esvaziamento da sua seção paulista. A condição do PTB da Mooca é mais intrigante ainda se a compararmos à UDN, que poucas vezes teve no bairro uma votação semelhante à sua, mas cuja lembrança ainda é significativa na memória dos antigos moradores.

---

68 - Entrevista com Rubens Martinez de La Rosa, concedida ao autor em 17 de dezembro de 1999.

O diretório da União Democrática Nacional também nunca alcançou os níveis de organização, espraiamento e constância que obtiveram os comunistas, janistas ou adhemaristas. Mas, como eles, seus membros sempre estiveram estreitamente ligados às organizações de bairro, como, por exemplo, na re-fundação da sociedade dos amigos do Belém, em 1956, quando o diretório da UDN da Mooca esperava, através da projeção da sociedade de amigos impulsionar a candidatura de Rubens Martinez de La Rosa à Câmara Municipal.

> "Nós abrimos a porta para todos. Assim que saiu a minha indicação eu pedi afastamento para que não houvesse uso da sociedade amigos de bairro na minha candidatura. Agora a intenção era mesmo semear, para ver se frutificava... Nós éramos democratas 100%, não se fechava a porta para ninguém".[69]

"Abrir a porta para todos" significava permitir a ação, no âmbito da sociedade amigos de bairro, de qualquer grupo político do bairro, significava levar as disputas políticas locais para dentro da sociedade. Assim, todos os agrupamentos políticos que tivessem algum projeto de longo prazo nos bairros periféricos, entre 1945 e 1964, necessariamente, tinham que estabelecer uma relação estreita e direta com as organizações locais e, principalmente, com as SABs. Portanto, não se justifica, ao menos no bairro da Mooca, supor que a UDN representaria uma prática política antipopulista.[70] Afinal, os udenistas "[tomaram] a política das mãos de Getúlio Vargas com a abertura do *comércio eleitoral*".[71]

As lembranças do Sr. Rubens de La Rosa, e também dos adversários da UDN, põem em cheque esta noção de antipopulismo. No contexto dos bairros, os diversos partidos tinham práticas muito semelhantes, e nenhum deles recusou os mecanismos da barganha política-eleitoral. O que distinguia a UDN, na Mooca, dos demais agrupamentos partidários não era exatamente o modo como se relacionava com as organizações de bairro, nem tampouco suas clivagens nacionais. A distinção era mais sutil, a UDN, segundo seus opositores, congregava aqueles que se sentiam a elite do bairro.

> "Eram... (hesitando) Eram aqueles que por alguma questão cultural não gostavam de se misturar com os pobres. Eram os engomadinhos. Na prática, não tinha diferença nenhuma. Não tinha diferença porque imperava a vaidade com todos..."[72]

Os opositores da UDN sugerem que os udenistas partilhavam de uma difusa sensação de pertencerem a um *status* diferenciado. Tanto o operário têxtil e líder sindical, João Bezerra, quanto o advogado Rubens de la Rosa, expressam essa auto-representação. E, por isso, são reconhecidos por seus pares como "patronal", um e "engomadinho", o outro. Talvez por isso

---

69 - Entrevista com Rubens Martinez de La Rosa, concedida ao autor em 17 de dezembro de 1999.

70 - Esta idéia está em Dulci, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil.* Belo Horizonte. Ed. UFMG/PROED, 1986. Benevides, Maria Victória. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo Brasileiro.* Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1981. pp. 94-111. Também endossa essa idéia.

71 - Entrevista com Rubens Martinez de La Rosa, concedida ao autor em 17 de dezembro de 1999.

tenham se envolvido superficialmente com as organizações de bairro. Os próprios integrantes do diretório da UDN da Mooca reconheciam que a sua imagem era um empecilho para a conquista dos votos de um eleitorado eminentemente operário.

> "Nós éramos tidos como fraque e cartola... A elite do bairro. Eu trouxe a UDN para a Mooca, a UDN funcionava mais em vários bairros aristocráticos. Aí começou com certa dificuldade a entrar na periferia. Eu fui o primeiro udenista que trouxe para o Mooca e o Belém o nome da UDN. Aí encontrava uma forte oposição do PSP do Adhemar de Barros, dos comunistas e janistas. Eles usavam o nome UDN, dizendo que: 'Unidos Destruiremos a Nação' e nós os chamávamos [PSP] 'Picaretas Sempre Picaretas'..."[73]

Ou seja, a UDN era vista por seus opositores, tanto quanto por seus próprios integrantes, como um partido da elite, nesse caso, a elite do bairro: advogados, comerciantes, professores e pequenos industriais, incluindo aí os operários que se sentiam mais conscientes e avançados do que seus pares. Mas não era esta composição que a distinguia dos demais partidos do bairro, e sim a sua opção de não se colocar a questão da mobilização popular, o que a transformava numa organização relativamente distante dos interesses populares, seja enquanto moradores, seja como trabalhadores.

Uma pesquisa realizada pelo IBOPE, na capital, em novembro de 1953, confirma essas impressões. Perguntados se tinham alguma simpatia por algum partido político, 62,1% dos eleitores responderam que sim. 29,4% simpatizavam com o PSP; 27,6% com a UDN e 22,8% com o PTB[74] Quando se dividiam os entrevistados por classe social constatava-se que a UDN era mais bem aceita na classe A, na mesma proporção em que era rejeitado o PTB. Na classe B, PSP e UDN dividem as preferências, enquanto o PTB era percebido com certa desconfiança. Mas era na classe C que os partidos apresentam o maior equilíbrio, com diferenças percentuais mínimas. Ou seja, a classe A via a UDN como o seu partido, a classe B dividia suas simpatias entre PSP e UDN, enquanto que, na classe C, o equilíbrio era total, o que nos leva a pensar que, neste caso, as adesões são mais fluídas e circunstanciais, e que as classes populares não têm ***um*** partido, mas vários. A UDN fazia jus à sua fama de partido do fraque e cartola, o partido dos tubarões, pecha que sobreviveu à própria existência do partido. Segundo uma pesquisa feita por Vera Pereira, entre 1972 e 1975, numa fábrica carioca, os operários, quando se referiam à vida política antes de 1964, mencionavam apenas dois partidos, o "partido dos trabalhadores", o PTB e o "partido dos capitalistas", a UDN.[75]

---

72 - Entrevista com Isidoro Del Vecchio, concedida ao autor em 5 de maio de 2000.
73 - Entrevista com Rubens Martinez de La Rosa, concedida ao autor em 17 de dezembro de 1999.
74 - IBOPE – pesquisa especial, novembro de 1953, vol. 2.
75 - Pereira, Vera. *O coração da fábrica: estudo de caso entre os operários têxteis*. Rio de Janeiro. Campus, 1979. p. 201. Os poucos operários que se apresentavam como membros do diretório da UDN, no bairro da Mooca, o faziam, como o tecelão João Bezerra dos Santos, por razões familiares. Mas mesmo nesse caso, reconheciam a debilidade da organização udenista: "Era fraca, mas as pessoas que tinham aqui na época eles eram influentes na maneira de ser udenista... Eu não posso apontar ninguém por que a minha área era outro, mas eu me lembro que as caravanas de

A distância real entre a UDN e as classes populares ficou explícita no panfleto assinado por Pedro Buone que fundara em 1956, os *Centros Operários Udenistas,* para promover a campanha de Juarez Távora à presidência da República. Inconformado com as sucessivas derrotas de seu partido, Buone propôs uma radical reforma eleitoral:

> "As últimas eleições vieram provar que não é possível a revolução pelo voto. E que a aplicação dessa tese para dar certo pressupõe o predomínio numérico de um eleitorado culto e consciente, que não possuímos.Logo o de que necessitamos urgentemente é, em primeiro, lugar não de uma reforma da constituição e sim da do colégio eleitoral. (...) *Devemos formar preponderantemente um eleitorado culto e consciente que só poderá ser fornecido, por ora, pela classe média, que pela sua constituição e índole não é nem reacionária, nem plutocrata.* Para alcançar-se esse objetivo conceder-se-á aos professores de curso secundário, aos jornalistas profissionais e aos portadores de diplomas de escolas superiores o direito de voto em décuplo, e em seu dobro aos professores universitários, desde que não sejam candidatos. Será esse o legislador que contrabalançará o voto do eleitor inconsciente e de cabresto, em benefício dele e da nação".[76]

As propostas nada sutis dos *centros operários udenistas* são uma pérola do pensamento liberal e autoritário da tradição udenista. Certamente essa desconfiança quanto à participação popular na política contribuiu para a sua imagem de um partido a léguas de distância dos interesses populares, mas expressa as opiniões de uma parcela considerável dos nossos liberais até hoje.

Populismo e pacto trabalhista.

> "Mas a coisa torna-se cômica quando o demagogo não sabe que o é, e atua na prática como se fosse verdade que na realidade dos fatos o hábito fazo monge, e o chapéu o cérebro".[77]

A matriz interpretativa, estabelecida por Francisco Weffort, para se compreender o fenômeno populista e ainda hoje muito influente assenta-se em quatro pilares: 1) ausência de uma burguesia nacional capaz de se tornar classe hegemônica; 2) ausência de um proletariado autônomo e organizado; 3) presença de uma classe média heterogenia e ambiguamente atrelada às classes dominantes; 4) existência de um Estado que surge para ocupar os vazios deixados pelas classes que não se constituem em agentes da transformação social. Dessa complexa interação decorre uma *crise de hegemonia,* que conduz a um *vazio de poder,* superado apenas por um *Estado de compromisso.*[78] O populismo seria, então, o ponto de conexão e convergência desses

---

comício lá no Anhangabaú, que era moda fazer comício ali, parava SP, as fábricas paravam para assistir os comício do brigadeiro Eduardo Gomes." Entrevista com João Bezerra dos Santos, concedida ao autor em 12 de junho de 2000.

76 - Arquivos do DOPS, dossiê 21-J-1-303. Grifos no original. Apud. Fontes, Paulo Roberto Ribeiro. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais.* op. cit. p. 321.

77 - Gramsci, Antônio. *Maquiavel a política e o Estado moderno.* 8ª ed. Trad. Luiz Mário Gazaneo. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 1991. p. 117.

78 As principais reflexões dessa matriz se encontram no conjunto de artigos reunidos em Weffort, Francisco. *O populismo na política brasileira.* 3ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980. Para uma crítica dessa matriz teórica ver: Chauí, Marilena. Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira. In: *Ideologia e mobilização popular.* 2ª

pilares, e sua característica mais marcante e, ao mesmo tempo mais ambígua, seria a noção de *manipulação das classes populares* transformadas em massa que, paradoxalmente, encontrariam no populismo o único meio de expressão dos seus anseios. Os múltiplos e sofisticados dispositivos de manipulação teriam limitado e mesmo impedido a formação de uma consciência de classe autônoma nas camadas populares, impossibilitando que elas aparecessem no espaço público enquanto classe, de forma independente e com estratégias políticas próprias. Portanto, elas não se constituíram em sujeitos da sua própria ação, foram, no máximo, objetos das vicissitudes da política populista.

Penso que as evidências empíricas investigadas no bairro da Mooca sugerem outras possibilidades. A noção de manipulação nos remete a um estado de apatia e letargia que não existiu entre as classes populares do após-guerra. O que se perde com essa referência são as "questões relativas a formas específicas que a dominação pode assumir em cada caso concreto".[79] Além disso, a idéia de manipulação está umbilicalmente ligada à idéia do *atraso* das classes populares, atraso na sua consciência de classe, atraso na sua organização sindical, atraso na sua organização partidária. Enfim, a um descompasso na sua própria constituição enquanto classe. A classe seria definida, nessa perspectiva, não pelo que ela é ou pelos embates que trava ao fazer-se classe, mas por suas carências e ausências. No limite, a idéia de manipulação desemboca na separação entre classe e consciência de classe, e por isso se atribui ao fenômeno populista a capacidade de inibir e de impedir a emergência dessa consciência.[80] Afinal, como argumenta Raymond Williams, "as massas são sempre os outros, aqueles que não conhecemos e que não podemos conhecer [portanto] não há massas, apenas maneiras de ver os outros como massas".[81]

Talvez possamos compreender melhor o sistema político populista partindo do modo como as classes populares vivenciavam as relações político-partidárias. Portanto, é fundamental levarmos em conta que, a partir de 1945, inaugura-se uma nova fase na história das disputas eleitorais no Brasil. Até 1933, as eleições eram disputadas num círculo muito reduzido de eleitores. No estado de São Paulo, por exemplo, aquela última eleição contou 299.074 votantes inscritos, já na primeira eleição do após-guerra, em de 2 de dezembro de 1945, o eleitorado do Estado alcançou 1.565.248 de eleitores. Certamente este salto significou uma fundamental

---

ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978. Ver também: Munakata, Kazumi. Compromisso do estado.*Revista brasileira de história*. Vol. 4, n° 7, março de 1984.

79 - A sugestão dos limites da idéia de manipulação tomo de Debert, Guita Grin. *Representações políticas no período populista*. IFCH/USP, São Paulo. s/d. Dissertação de mestrado. p. 9.

80 - Para pensar na relação entre classe e consciência de classe busco inspiração em E.P. Thompson. La sociedad inglesa Del siglo XVIII: lucha de clases sin clases? In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona, Editorial Critica, 1984.

81 - Williams, Raymond. *Cultura e sociedade*. op. cit. p. 309.

alteração na configuração das forças políticas, que transformava significativamente as sensibilidades políticas e o modo como eram disputados os votos.

É nesse contexto que comece a fazer sentido um conjunto de frases e expressões que ouvi dos entrevistados ao se referirem a Jânio Quadros: "Por que, veja é uma questão de gratidão". Ou "Ele era justo e autoritário". Ou ainda "Aí ele ficou com dó e começou a arrumar". Ou em relação a Adhemar: "A distribuição de coisa era com o Adhemar". Ou "O Adhemar não marcou o bairro (...) Nunca houve uma vinculação emocional, de gratidão ou apreço como tinha com o Jânio". Portanto. O voto em Jânio e Adhemar eram votos *de gratidão*, a *retribuição* dada por um benefício recebido, por isso, "Tornar público o voto é fundamental, pois o votado contrai com eles [os eleitores] uma dívida. E espera-se uma retribuição".[82] O voto é um instrumento de troca, de barganha, pois:

> "Quase ninguém acredita que um deputado depois de eleito possa fazer algo que resulte em seu [do eleitor] benefício. E talvez não seja por acaso que os moradores da periferia não digam que *vão votar em alguém*, mas sim que *vão dar seu voto para alguém* (...) Por menor que seja, na época da eleição os eleitores têm um certo poder nas mãos. Os candidatos precisam do seu voto, e eles exigem em troca que sejam tratados com deferência, que sejam bem recebidos, que não sejam humilhados. O voto pode ser visto como uma espécie de valor de troca: é algo 'negociável', ou seja, dado para quem o eleitor acredita que ofereceu ou para quem oferecer algo em troca. (...) Nada pode garantir que essa pessoa retribua *o favor*, e por isso pesa muito a ficha de favores já prestados e a acessibilidade."[83]

O eleitor se comporta como uma espécie de jurado em um concurso, onde irá decidir quem é digno de determinado cargo, cargo que só produzirá benefícios para quem vai exercê-lo, mas não para quem decidiu quem irá ocupá-lo.[84] O voto é percebido como um presente. E como todo presente não é dado a qualquer um, mas somente a quem o mereça; de modo que o ato de "dar o voto" impõe a necessidade de uma retribuição e estabelece uma reciprocidade. Votar é uma via de mão dupla, uma troca, em que o eleitor dá o que tem: *o voto*, e o candidato retribui com aquilo que o eleitor necessita e pede: *o favor*. Se o voto implica, porque traz subentendida, essa relação de favor, é razoável supor que o eleitor dê o seu voto para alguém de quem possa cobrar, alguém que seja do bairro, ou que esteja no bairro, enfim alguém que veja, com os próprios olhos, as suas necessidades de morador.

Assim, a capilar presença da sofisticada estrutura do PSP foi tão fundamental para o sucesso de Adhemar de Barros quanto o seu carisma pessoal. De modo similar, as visitas de Jânio Quadros aos bairros periféricos da cidade tinham um efeito muito mais do que simbólico, elas o aproximavam da realidade e da concretude das condições de vida dos seus habitantes, que, desse

---

82 - Martinez-Alier, Verena e Boito Jr., Armando. 1974: enxada e voto.: In: Cardoso, F. Henrique, Lamounier, Bolivar. op. cit. p. 251.

83 - Caldeira, Teresa Pires do Rio. Para que serve o voto? (As eleições e o cotidiano na periferia de São Paulo) In: Lamounier, Bolívar.(org). *Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil: 1970/1979.* Petrópolis. Vozes/Cebrap, 1980. p. 102. Grifos no original.

modo, viam nele as possibilidades de realização da *justiça* à qual não teriam acesso de outra maneira. Os políticos iam ao bairro buscar votos, apoio e reconhecimento; os moradores queriam a ajuda e a intervenção de um político protetor que se colocasse como defensor do bairro e intermediasse junto aos órgãos públicos as suas demandas. E o instrumento dessa barganha foi o voto. Mas essa percepção da política era uma via de mão dupla. Ela resultava da percepção que tinham as classes populares de como eram vistas pelo poder público.

> "Como um bom padrinho, o Sr. Getúlio Vargas nunca esquece de, a 1º de maio, oferecer uma surpresa agradável aos seus milhares de afilhados – os operários brasileiros. E se desta vez o presente não foi tão rico como as anteriores, foi no entanto igualmente oportuno e útil. Não há dúvida de que com estes *presentes* o Sr. Getúlio Vargas congrega mais e mais em torno de si uma grande massa operária que há anos atrás realizava inquietantes paredes, para exigir justiça, essa justiça social que o líder da aliança liberal quer concretizar num conjunto de leis providencialíssimas".[85]

O que parece mais significativo é que essa maneira de perceber o voto instaura uma espécie de "atalho" para a obtenção de melhorias reais e concretas para a vida cotidiana e, ao mesmo tempo, remete à fluidez e à fragilidade da "negociação do consentimento", ao tornar visíveis os seus limites. Essa maneira de se relacionar com o voto não é nem equivocada, nem alienada: ao contrário, ela supõe uma clara noção de direitos. Por isso, é preciso relativizar a idéia de que nesta relação de troca do favor pelo voto não haja implícita uma noção de cidadania e representação. Em primeiro lugar, porque ao *dar a voz* ao povo opera-se um duplo reconhecimento de um lado, há o cidadão que *pode dizer* o que pensa e o que sente; de outro, há a relação política no qual se reconhece esse *direito de dizer* e expressar uma vontade. "Em ambos a dignidade é reconhecida. Os dois lados convivem, e o fato de haver relação pessoal não implica anular a dimensão política e coletiva da questão".[86]

Esse talvez seja o maior paradoxo do sistema político populista, como foi descrito nas trajetórias de Adhemar e Jânio no bairro da Mooca: o de operar simultaneamente em dois registros aparentemente contraditórios: inserindo os indivíduos em redes de relações personalizadas, mas recuperando a sua dimensão política como cidadão, através do voto e da participação direta E essas duas dimensões sem desconsiderar que ambos são, simultaneamente, constitutivas de um *contexto político* específico e de uma *prática política* concreta, "não aparecem isolados e um não chega a sobrepujar o outro. Assim, não é porque alguém prefere o tempo do tapinha nas costas que está cego ao que ocorre na política em termos gerais".[87] Ou seja, essa dupla dimensão – a relação pessoal do favor e a relação impessoal do voto – estão

---

84 - Idem. Ibidem.
85 - Observador Econômico, n° 100, maio de 1944. Notas editorias. p. 4. (Grifos no original)
86 - Caldeira. Teresa Pires do Rio. op. cit. p. 237.
87 - Idem. p. 239.

umbilicalmente ligadas, uma não se sobrepõe à outra e ambas são constitutivas das tramas políticas das organizações populares dos bairros periféricos no após-guerra.

Conseqüentemente, a razão pela qual o sistema populista não pode ser reduzido a uma simples política de clientela está no *direito de dizer* e *na ação coletiva* que esse *dizer* supõe. A conquista política da *do direito de falar* não é uma dádiva, mas resultado da *ação*.

Se o eleitor se percebe como um jurado numa espécie de concurso, é porque a política lhe aparece como algo externo e apartado da sua vida. Sua atuação reconhecidamente política se reduz ao dia da eleição, evento desvinculado do seu cotidiano e das suas condições concretas de vida. Conseqüentemente, a sua atuação nas organizações de bairro, nos clubes de futebol, nos clubes de dança, nas associações de defesa dos seus interesses, mesmo quando reivindicando melhorias nas condições de vida, não são percebidas como ações políticas, e disso resulta a enorme dificuldade que temos hoje em reconstituir as trajetórias específicas dessas organizações.

> "O grande segredo da continuidade da nossa SABS [é que] Nós nunca imiscuímos política dentro da nossa sede. Ou seja, nós não discutimos questões político-partidárias dentro da nossa sede. E temos, ainda hoje, um bom relacionamento com políticos de todas as áreas".[88]

Desse modo, o sistema político populista, e as relações clientelistas que ele produz, torna-se mais compreensível se entendermos o modo como as classes populares percebem a política, os políticos, o voto e o papel do poder público. Porque são noções que orientam tanto as suas ações cotidianas, quanto suas decisões eleitorais.

Se, por outro lado, a relação do eleitor com o político é de "troca de favores", com os partidos a relação é de "intermediação", pois os partidos são as pontes entre a demanda popular e a concessão do favor.

> "Talvez esteja nessa diferença de critérios de julgamento uma das pistas para se explicar a insuficiente popularidade dos candidatos 'populares' na periferia. Quando optam por votar em*um candidato* não se baseiam no seu programa, em idéias abstratas (muitas vezes expressas com palavras que eles não entendem), mas sim no que de concreto esse candidato lhes esteja a oferecer. Isso leva a supor que os políticos, cujo discurso é verossímil para a população pobre da periferia, são exatamente os candidatos populistas. Mesmo que os eleitores saibam que eles não vão cumprir o que estão prometendo, sua linguagem é compreensível; seu discurso tem um referencial inteligível".[89]

O que as trajetórias das organizações de bairro evidenciam não é a dicotomia: clientelismo X consciência autônoma. Mas a construção de *estratégias possíveis, concretas e reais* para canalizar os recursos disponíveis dentro dos quadros institucionais dados, onde a margem de ação das classes populares era bastante restrita, mas não totalmente ausente. Por isso, a relação de *gratidão* não impedia nem limitava o exercício de um distanciamento crítico, quando a necessária "retribuição aos seus presentes" não se concretiza:

---

88 - Entrevista com Eduardo Rosmaninho, concedida ao autor em 15 de setembro de 1999.

"O primeiro mandato de prefeito do Jânio ele foi um homem que prestigiou muito as sociedades amigos de bairro - participava de reuniões, recebia as Sociedades no seu gabinete para apresentar as suas reivindicações, uma vez por semana ou a cada 15 dias não me recordo bem. A primeira administração. Porque a segunda já não foi tão boa..."[90]

De maneira geral, é muito enfatizado, nos argumentos acerca do populismo, a idéia de que os líderes populistas estabelecem relações diretas com as massas, relações estas assentadas no apelo emocional pessoal, capaz de mobilizar o eleitorado. Caberia ao partido simplesmente a tarefa de organizar um eleitorado já previamente conquistado pelo carisma pessoal do líder e proporcionar-lhe a proteção e as facilidades para que permanecesse vinculado e fiel. Essa maneira de pensar o nexo entre líder populista e as organizações de bairro é também um modo de negar às classes populares a sua capacidade de agir, de se tornarem ator da sua própria história, e de tomar nas mãos o controle da sua ação política.

A trajetória do adhemarismo e do janismo no bairro da Mooca não confirmam esta percepção. A idéia da relação direta, sem intermediação, entre o líder e as massas não se sustenta. O que embasou e manteve o sucesso – tanto de Jânio, quanto de Adhemar – foi a enorme e densa rede de relações assentada nas subdelegacias, nas inspetorias-de-quarteirão, nos clubes de futebol, nas organizações de dança, nas associações culturais, nas sociedades amigos de bairro etc. Mais adequado seria sugerir que ambos se utilizaram de um "novo" conjunto de instituições, que alargavam o campo da organização político-partidária e lastreavam a suas pretensões eleitorais. A teia de contatos e favores estabelecida no bairro da Mooca não foi criada a partir do carisma pessoal, nem de Jânio nem de Adhemar, ao contrário, a projeção de ambos como lideranças de massa foi conseqüência da eficácia e da abrangência da rede de contatos assentada nas organizações já existentes. Mas isso não põe em questão a existência do carisma dos líderes populistas. O contato direto e pessoal era um elemento importante que coroava todo o arranjo da "negociação do consenso", mas ele era o fim de um percurso, não o início.

Por outro lado, o sistema populista representa, num certo sentido, uma continuação de tradições políticas arraigadas nas práticas sociais brasileiras. Neste sentido, parece correto pensá-lo como a atualização de certos traços da cultura política nacional, oriundos da rarefação do poder público, de um lado, e da imbricação entre público e privado, de outro. Resguardando as suas singularidades, o sistema populista parece se filiar a essa longa tradição que vem da escravidão, atravessa o coronelismo e atinge as relações político-sociais nos centros urbanos industrializados.[91]

---

89 - Caldeira, Teresa. Para que serve o voto? op. cit. p. 103.

90 - Entrevista com Eduardo Rosmaninho, concedida ao autor em 15 de setembro de 1999.

91 - Presentes no modo como se distribui a terra, presentes na escravidão e na distância abismal entre dominantes e dominados que deriva delas. É essa longa tradição brasileira que conjuga estratégias de conciliação com práticas autoritárias desmobilizadoras. Ao conjunto dessas práticas já se deu vários nomes. Ver: Debrum, Michel. *A conciliação*

Mas Jânio e Adhemar tiveram estilos muito distintos, como apontou, no início dos anos 60, o professor Oliveiros Ferreira. Sua ênfase recaia na distinção *urbano*, representado por Jânio, versus *rural,* expressa por Adhemar.[92] Alguns anos depois, Francisco Weffort manteve essa mesma polaridade, sofisticando seus termos e trazendo-a para os limites da capital. Jânio Quadros tenderia a expressar politicamente os setores assalariados, operários e classe média assalariada, mais integrados no desenvolvimento capitalista; ao passo que Adhemar de Barros daria expressão a camadas marginais desse desenvolvimento, em particular os pequenos proprietários e setores assalariados do tipo *lumpen.*[93] Para outros autores essa mesma polaridade se desdobra entre um *populismo moralista,* ancorado num legalismo justiceiro e de classe média de Jânio Quadros, de um lado, ou num *populismo paternalista,* ancorado em relações tutelares praticado por Adhemar de Barros, de outro.[94] De modo que, o moralismo de Jânio Quadros seria, ao mesmo tempo, uma *bandeira ideológica,* que tem como contraponto a figura de Adhemar e do adhemarismo, é um *recurso de mobilização,* tanto contra o "rouba mas faz" quanto aos vínculos trabalhistas do getulismo. Assim, esse moralismo pragmático atuava em duas frentes, simultaneamente, marcando sua eqüidistância de Adhemar e de Getúlio. Em outros termos, Darcy Ribeiro faz uma distinção entre dois perfis distintos de lideranças populistas, de um lado, o *carismático*, que projeta de si a imagem de salvador, de predestinado, dotado de capacidades iluminadas e ilimitadas, neste caso estaria, por exemplo, Jânio Quadros; de outro, o *paternalista,* que se traveste de político popular que promete a uma nova clientela de excluídos os favores desfrutados "pelos de cima", neste caso estaria Adhemar de Barros.[95]

---

e outras estratégias. São Paulo, Brasiliense. 1983. p. 33. Sobre a questão do favor Cf. Schwarz, Roberto.*Ao vencedor as batatas.* São Paulo. Duas Cidades, 1977. Principalmente introdução.

92 - Ao operar com esta distinção, embora a coloque de modo sempre muito relativo, o autor tentava, na verdade, problematizar a dicotomia agrário X industrial, na caracterização dos partidos políticos brasileiros Desse modo, ele mostrou que os apoios a Jânio e Adhemar eram mais complexos do que essa dicotomia podia supor. Cf. Ferreira, Oliveiros S. Comportamento eleitoral em São Paulo.*Revista brasileira de estudos políticos.* Belo Horizonte. N° 8, abril de 1960.

93 - Weffort. Francisco. Raízes Sociais do populismo em São Paulo.*Revista Civilização Brasileira.* Rio de Janeiro. N° 2, ano I, 1965. p. 51. Algum tempo depois, o mesmo Weffort escreveu: "...Quem tenha acompanhado superficialmente a apuração dos resultados da últimas eleições paulistanas (eleição de 1962) terá percebido que a penetração adhemarista foi muito mais intensa no interior do estado que na capital, e nesta atingiu especialmente os bairros populares mais centrais e antigos, tendo a votação janista alcançado suas maiores vantagens nos bairros da periferia. Esta simples observação denuncia o caráter pequeno-burguês da influência adhemarista. São regiões onde o operariado constitui minoria ou não existe, mas já receberam, com o Estado em seu conjunto, o impacto do crescimento capitalista." Weffort, F. Estado e Massa no Brasil.*Revista Civilização Brasileira.* Rio de Janeiro. N° 7, ano I, maio de 1966. p. 179.

94 - Sobre estas diferentes vertentes do populismo ver: Chauí, Marilena.*Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.* 4ª ed. São Paulo. Cortez, 1989. p. 145.

95 - Darcy Ribeiro apresenta a distinção entre *carismáticos* e *paternalistas* em termos bastante semelhantes aos de Francisco Weffort. "Os populistas carismáticos encontram adeptos nas camadas urbanas mais pobres ameaçadas de marginalização que aspiram por um salvador disposto a coibir os corruptos e proteger os humildes. Os populistas de perfil paternalista ou 'fisiológico' encontram suas bases eleitorais, principalmente nos setores intermediários, particularmente na 'pequena-burguesia' urbana e rural que aspiram por uma oportunidade de ascensão social através da proteção clientelista de um poder novo. A primeira é integrada, principalmente, por camadas recém-urbanizadas que desejam uma solução dentro do sistema que lhes enseja melhores condições de vida; a segunda, por setores já acomodados que emergem como

Ou seja, é muito difícil falar em um único populismo, e mais difícil ainda estabelecer a distinção entre adhemaristas e janistas. É possível que essa distinção variasse de região para região e de eleição para eleição. Contudo, nos limites do bairro da Mooca, é bastante difícil operar com alguma distinção que remeta, mesmo que vagamente, para a oposição rural X urbano ou proletário X pequena burguesia. Não obstante, nos limites do bairro da Mooca, é possível notar algumas clivagens entre janistas e adhemaristas. De um lado, os eleitores de Jânio, os que estavam em processo de estabelecimento na cidade ou no bairro, os recém chegados; de outro, os eleitores de Adhemar, os já estabelecidos, os que já faziam parte das redes consolidadas do bairro. Mas em ambos os grupos havia operários e pequena burguesia.

Esta descrição talvez nos ajude a compreender as sutis diferenças, existentes na Mooca, entre janismo e adhemarismo. Adhemar, por intermédio de uma vasta rede que se assentava nas subdelegacias, nos juízes de paz e nos diretórios de PSP, privilegiava os moradores de algum modo já conhecidos no bairro, moradores antigos, operários, pequenos comerciantes, lojistas, donos de oficinas, farmácias, advogados, médicos etc.; enfim, "gente já estabelecida", pessoas que, como resultado de seus conhecimentos no bairro, pudessem compor as teias de respeitabilidade e ascendência dos inspetores-de-quarteirão. Jânio Quadros, por sua vez, parecia despregado desses vínculos locais já estabelecidos e consolidados. As suas alianças se fizeram com os grupos sociais mais fluidos e frouxos do bairro, não necessariamente as mais pobres, ou ainda não conectados, aos vínculos locais duradouros. Por isso, talvez, compusessem uma geração mais jovem, a caminho de se estabelecer, de empregados do comércio, dos armarinhos de miudezas, das oficinas e fábricas, cujos gerentes, chefes e patrões talvez votassem em Adhemar.

O ângulo de visão que este trabalho procurou enquadrar o afastou razoavelmente das questões sindicais. Por isso, é difícil substituir o conceito de populismo pelo de "pacto trabalhista". O modo como se tem proposto a utilização dessa noção é certamente instigante, principalmente na maneira como desmonta e coloca *sub judice* o modo como o conceito *populismo* tem sido abordado na nossa tradição acadêmica.[96] Entretanto, não creio que pacto trabalhista possa substituir a noção de sistema político populista – não falo, certamente, do surrado conceito que remete à ausência de classes sociais, Estado demiurgo, crise de hegemonia, vazio de poder e Estado de compromisso - o qual parece definitivamente sepultado -, mas do fenômeno empiricamente observável nas relações sociais e políticas no bairro da Mooca no após-

---

uma nova clientela. Uns, mais pobres e ingênuos, buscam um salvador; os outros, um protetor dadivoso." Ribeiro, Darcy. *O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes.* Petrópolis. Vozes, 1978. p. 156.

96 - Essa sugestão está em todos os artigos, com uma única tímida exceção, da coletânea Ferreira, Jorge.*O populismo e sua história: debate e crítica.* Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001. Os artigos desse livro remetem ao texto seminal de Gomes, Ângela Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *Revista Tempo.* Vol. I, n° 2, dezembro de 1996.

guerra. O *pacto trabalhista* talvez seja uma solução teoricamente apropriada para descrever o universo das relações entre os sindicatos e o Estado e deles com a política de modo geral, num momento específico e num lugar específico, o Rio de Janeiro. Mas, certamente, é inadequado para explicar, ou mesmo descrever, as complexas relações das organizações de bairro com a política e o poder público entre 1942 e 1968.[97]

Afinal, como compreender o complexo sistema de relações sociais e políticas que se desdobram nos bairros periféricos da cidade, no após-guerra, senão utilizando o conceito de sistema populista? Tendo em vista que o tema *bairro* e das questões urbanas que lhe são conexas emergem das ações populares organizadas, desde o Estado Novo, pelas associações locais, são elas que estabelecem, no espaço urbano, a importância desses temas como temas políticos. Portanto, foram os homens e mulheres que construíram essas organizações de bairro que forçaram a inclusão destas pautas locais na agenda da grande política. Por isso, o sistema populista é, num certo sentido, obra dessas mesmas organizações populares, tanto quanto a elas dirigida. É desse modo que podemos compreender a sugestão de Gramsci quando aponta que diante do crescimento da organização e do poder político e social do proletariado e da sua ideologia, setores da

> "Intelectualidade francesa reagem através destes movimentos de 'idaao povo'. A aproximação do povo, portanto, significaria uma retomada do pensamento burguês, que não quer perder sua hegemonia sobre as classes populares e que – para melhor exercer essa hegemonia – assimila parte da ideologia proletária".[98]

Nesses *movimentos de ida ao povo* haveria a *assimilação* de parte da ideologia proletária, de modo que as classes populares se identificariam com esses movimentos pois, de alguma forma, eles seriam a materialização despolitizada das suas reivindicações e anseios. O populismo seria então a expressão de um conflito de classes no qual as classes populares adquiriram e desenvolveram formas de expressão e organização independentes e autônomas, que desencadearam movimentos cujo objetivo seria circunscrever, domesticar e limitar o alcance dessa ação. O fenômeno populista deve então ser interpretado como uma *reação*, uma tentativa de retomada da direção política, uma *contra-revolução*, no sentido estabelecido por Arno Mayer:

> "A fim de aparar os golpes de uma investida revolucionária, os líderes contra-revolucionários vêem-se impelidos a adotar um projeto que seja o inverso da revolução. Como por reflexo, a contra-revolução toma emprestado da revolução suas idéias, objetivos, estilos e métodos centrais, e a sua própria impetuosidadesurge à proporção que

---

97 - A esse respeito endosso as observações de Alexandre Fortes: "Além do risco de substituir o estigma pela apologia, ao trocarmos o 'populismo' por 'trabalhismo' podemos estar mantendo, ou até aprofundando o equívoco de tentar explicar elementos diferentes de um mesmo momento histórico por um único termo". Fortes, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe operária porto-alegrense e a era Vargas*. Campinas. IFCH/UNICAMP, 2001. Tese de doutoramento. p. 567.

98 - Gramsci, Antônio. *Literatura e vida nacional*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978. p. 132-133.

deparam com os excessos da revolução. Embora mimética, a contra-revolução adquire um intento e um impulso que transcendem a simples restauração da ordem e do *status quo ante*".[99]

Exatamente porque supõe espaços para a ação das classes populares, o sistema populista implicou a abertura a formas de atuação política inovadoras e substantivas. Por isso, acrescenta Gramsci:

"Deve-se ver se mesmo um fenômeno deste gênero não é muito significativo e historicamente importante e não representa uma necessária fase de transição e um episódio de *educação popular indireta*".[100]

Esta possibilidade da "educação popular indireta" implica que o sistema populista pode ter incrementado a expansão dos canais de atuação das classes populares, pois a despeito das tentativas de domesticação das suas formas de luta e suas reivindicação, ele potencialmente realizaria o seu contrário, ao aperfeiçoar e depurar as estratégias de enfrentamento das classes populares. Portanto, só a história seria capaz de nos dizer se uma estratégia conduz ao controle social ou abre novas possibilidades de atuação emancipadora. Afinal, "não existe uma maneira de ensinar alguém a ler a bíblia que também não possibilite a leitura da imprensa radical. Uma intenção controladora se torna um efeito incontrolável".[101]

As discussões sociológicas dos anos 50 centradas no tema da modernização forneceram as senhas para a construção e consolidação do conceito de populismo e continuam a orientar a sua aplicação. Se nos anos 50 a idéia de modernização contrapunha cidade X campo, nos anos 60 e 70 era usada para tematizar a formação da classe trabalhadora e nos anos 80 orientava as discussões sobre a mobilidade social. Em todos esses momentos o conceito de populismo continuou sendo usado como a chave explicativa para a nossa 'modernização incompleta'.[102] Parte do desgaste do conceito e da reprovação que hoje provoca se deve ao fato de ter sido usado para tantas e tão diferentes finalidades, muitas das quais sem correspondência com os problemas empíricos. Entretanto, o que se tem percebido ao longo desse trabalho, é que as classes trabalhadoras assim como as classes populares não são fenômenos estáticos, mas relações sociais e históricas, feitas e refeitas constantemente, resultado tanto das relações econômic as, quanto das escolhas políticas e culturais de seus próprios atores.[103] É nesse contexto que o conceito de populismo, na media em que dialoga com esse contínuo fazer-se e refazer-se, ainda dá conta de alguns aspectos da constituição histórica das classes p opulares. De modo que, ao invés de tomá-lo

---

99 - Mayer, Arno J. *Dinâmica da contra-revolução na Europa 1870-1950: uma estrutura analítica*. Trad. M. Gonçalves. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977. p. 54.
100 - Gramsci, Antônio. *Literatura e vida nacional*. op. cit. pp. 132-133.
101 - Williams, Raymond. Television, technology and cultural form. Apud. Cevasco, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo. Paz e Terra, 2001. p. 229.
102 - Para uma discussão sobre esse aspecto ver: Maia, João Marcelo Ehlert *A Historia de um conceito: o populismo no Brasil*. Rio de Janeiro. IUPERJ, 2001.Dissertação de mestrado.

como um *fenômeno* imposto de fora para dentro da classe, ou como uma *ideologia,* que implicaria a manipulação externa, ambos modos insatisfatórios de operar com conceitos históricos, parece adequado compreendê-lo como um *sistema político.* [104] Ou seja, uma conjugação complexa e sofisticada de interesses e disputas entre atores desiguais, mas que não prescindia da reciprocidade e da negociação, na qual as classes populares estiveram presentes de forma decisiva.

---

103 - Esse é o sentido mais evidente que esse trabalho mantém da obra de E. P. Thompson. *Formação da classe operária inglesa.* São Paulo. Paz e Terra, 1987. Vol I,II e III.

104 - A sugestão de se perceber o populismo como um sistema de relações está em Weffort: "nosso ponto de vista (...) é que esta adesão [dos trabalhadores ao populismo] não se explica pela 'ausência' de experiência ubana ou de classe mas exatamente por um tipo particular de experiência enraizada nas condições próprias da formação social desses países [latino americanos]." Weffort, Francisco. Urbanização, migrações e populismo. In: *O populismo na política brasileira.* 3ª Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979. p. 136.Entretanto, ele não avançou nessa perspectiva que foi retomada de forma instigante por John French, para quem não houve um único populismo, mas vários, e todos incorporaram práticas políticas dos grupos aos quais se opunham e com os quis se relacionavam. Cf. French, John *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950.* Trad. Lólio Oliveira. São Paulo/S. C. do Sul. Hucitec/Prefeitura de SC do Sul, 1995. p. 268.

DO BAIRRO PLURAL AO BAIRRO SINGULAR

> "Nos anos 50, surge no mercado as pastilhas para revestimento. Depois, vieram as cerâmicas. Aquelas casas começaram a ficar totalmente cobertas por esses materiais. Já o carro passava a ser um companheiro inseparável do paulistano. Como os carros precisam de um lugar seguro para passar a noite, a antiga fachada de muitas casas cede lugar à garagem. Os muros baixos são substituídos por grades altas e pontudas, pois a Mooca não é mais formada por uma grande família e há perigo circulando pelas esquinas."[1]

Os iguais e os Outros

A Mooca foi desmembrada do Brás em 1910, só então teve início seu loteamento como um bairro específico, mas essa ligação inicial irá marcá-la para sempre como uma espécie de extensão, de prolongamento do Brás. A Mooca, de fato, só se separou do Brás em 1957, com a construção da avenida radial Leste; talvez por isso, ela tenha sido muitas vezes percebida e retratada como um bairro de ocupação tipicamente italiana, embora sua história tenha sido bem m ais complexa.

Na segunda metade do século XIX, a região da Mooca se compunha de um conjunto de chácaras de veraneio das famílias abastadas da cidade e de pequenos sítios produtores de hortaliças e frutas que abasteciam o mercado central, mas a chegada da estrada de ferro foi decisiva, e com ela vieram as indústrias e o estímulo à construção de casas populares para locação, atendendo às novas demandas. De modo geral, a produção de hortaliças e frutas estava nas mãos de imigrantes portugueses e seus descendentes. Esses chacareiros portugueses provinham de várias regiões, principalmente das regiões do Minho, do Porto, do Douro, de Trás-os-montes e da Beira-Alta, no norte de Portugal; do sul, vinham principalmente da Ilha da Madeira e dos Açores. [2]

Com a chegada das fábricas e a substituição da mão-de-obra compulsória pela livre, era cada vez maior o afluxo de imigrantes europeus que se instalavam nessa região. Possivelmente o grupo mais numeroso fosse o de "italianos". Entre 1870 e 1920, dos italianos chegados ao Brasil, os vênetos representavam 30%, provenientes de diversas localidades: Belluno, Treviso, Udine, Rovigo, Pádua, Verona, Vicenza. Também da região norte vinham os lombardos, originários de Milão, Bergamo, Como e Mântova. Do sul, chegavam principalmente cabreses, oriundos de Cosenza, Catanzaro, Reggio-Calábria. Da região da Campânia, provinham de Salerno, Avelino, Nápoles e Coserta. Ao que parece a Mooca recebeu imigrantes de todas essas regiões, mas principalmente campanos.

Além de italianos e portugueses, a Mooca recebeu ainda um expressivo, e muitas vezes esquecido, contingente de espanhóis, também com origens bastante variadas. Antes de 1919,

---

1 - Martinelli, Pedro e Grinover, Paula. *Casas Paulistanas: pequenos tesouros na Mooca na transformação de São Paulo.* São Paulo. Casa paulistana de comunicação, 1988. p. 83.

2 - Cf. Torres, Maria Celestina Mendes. *O bairro do Brás.* 2ª ed. São Paulo. PMSPI/SMEC. 1981. (Série histórias de bairro, n° 1)

quando o governo espanhol proibiu a imigração para o Brasil por meio dos contratos subsidiados, eles provinham, em sua maioria, das regiões costeiras do norte e do leste do país, da Galícia, do País Basco e de Navarra. Outro numeroso contingente emigrava das regiões mediterrânicas, como Barcelona, Málaga e Valência. Depois de 1919, quando os embarques para o Brasil passaram a ser feitos pelo porto de Gibraltar, a maior parte dos imigrantes vinha da Andaluzia.[3]

No início da década de 20 começaram a chegar ao Alto da Mooca os "hungareses" ou "bichos d'água". Entre eles havia principalmente russos, lituanos, poloneses, estonianos, letonianos, ucranianos, e, em menor número, húngaros e alemães. Hungarês ou bichos d'água é a maneira genérica como os moradores do bairro se referem, ainda hoje, aos imigrantes oriundos da Europa centro-oriental. Em geral, a expressão é usada como sinal distintivo pelo fato de terem cabelos loiros e olhos claros, mas ela nem sempre têm uma conotação positiva, referindo-se, muitas vezes, ao fato de ficarem com a pele excessivamente avermelhada quando bebem. Após o término da Guerra, a Mooca recebeu novo fluxo de hungareses, dentre eles numerosos sérvios, croatas, montenegrinos, macedônios, assim como eslovenos e bósnios, porém em menor número.[4]

Essa pluralidade talvez tenha sido ainda maior do que aqui se descreveu e, por conta desses afluxos tão diversos e variados, talvez a Mooca tenha sido, na primeira metade do século XX, um dos bairros mais compósitos da cidade de São Paulo. Essa multiplicidade era sua marca. Mas a Mooca se diferenciava do vizinho Brás também por outras características:

> "O Brás tinha diferença, porque as ruas eram iluminadas com lampião a gás, compreende! E aqui [na Mooca] não tinha nem luz nas casa, nem água, nem esgoto, não tinha nada disso. Então nós viemos pra cá. E nós estranhamos um pouco, né! Porque lá [no Brás] nós morávamos várias famílias num mesmo quintal. Aqui as famílias moravam distantes umas das outras. Isso foi por volta da década de 30".[5]

A Mooca era mais pobre, menos urbanizada e, na parte de cima do bairro, menos densamente ocupada. O baixo preço das moradias para locação, e mesmo dos terrenos para aqueles que já haviam conseguido poupar o suficiente para enfrentar o projeto da autoconstrução, tornava a Mooca uma opção mais barata para se evitar o concorrido e caro Brás e as distantes Vila Prudente e Penha. Talvez por isso, a Mooca recebeu uma significativa concentração de espanhóis, criando-se, de fato, uma distinção entre o Brás dos italianos e a Mooca dos espanhóis. Em 1942, Paulo Lício Rizzo, um jovem pastor da Igreja Presbiteriana da Mooca, ganhou o primeiro prêmio – *prêmio Getúlio Vargas* – em um concurso nacional de romances, com uma história ambientada no bairro da Mooca. O romance se intitulava *Pedro Maneta* e se passava no final dos anos 20. As suas primeiras

---

3 - Os espanhóis eram considerados os menos instruídos e os mais pobres dentre os principais grupos de imigrantes que chegaram ao Brasil. Cf. Klein, Herbert. *A imigração espanhola no Brasil.* São Paulo. Sumaré/fapesp, 1994. p. 92.
4 - As informações gerais foram retiradas de Bagnoli, Helena; Sachetta, José e Alvim, Zuleika. *Museu da imigração – roteiro*. São Paulo. Mimeo, março de 1994.
5 - Entrevista com João Louzada, concedida ao autor em 6 de novembro de 1998.

páginas foram dedicadas a descrever as diferenças entre a Mooca dos espanhóis e o Brás dos italianos:

> "Em certo sentido a Mooca espanhola cresceu sempre à sombra do Braz italiano. Não se quer dizer que neste houvesse muito mais indústrias ou dinheiro. Não se trata disso. A Mooca tornou-se inferior sob outro ponto de vista. Pela avenida Rangel Pestana circulavam automóveis do último tipo, acariciando com os pneumáticos o asfalto uniforme e liso. Sobre o esburacado calçamento da rua da Mooca trepidavam carros antiquados e feios. A Inglesa colocou seus trilhos atravessando as duas vias públicas. As porteiras do Braz foram, porém, sempre muito mais faladas (ou mal faladas) que as da Mooca. Vieram os ônibus luxuosos e modernos para o Braz. Na Mooca eram conservadas 'jardineiras' piores que as usadas no interior do Estado. Quando as companhias italianas de ópera, após a temporada oficial no Teatro Magno da cidade, se exibiam a preços populares no Braz Politeama, os cinemas da Mooca apresentavam filmes de segunda categoria para assistências constituídas quase que exclusivamente de operários mal trajados. Hoje, na avenida Celso Garcia, larga e bem iluminada, estão duas enormes salas de projeções: o Universo e o Roxy. Na estreita rua da Mooca, só o Santo Antônio e o Moderno, que teimava, até poucos meses atrás, em conservar na vetusta fachada esse nome anacrônico. Na Avenida, os bares e confeitarias assumiam aspectos luxuosos. Na Mooca, quase só havia 'vendas' sem qualquer aparato moderno. Tudo isso se refletia na mentalidade dos habitantes dos dois bairros. Dir-se-ia que os espanhóis da Mooca sentiam uma espécie de complexo de inferioridade ao contemplarem o progresso social dos italianos no Braz".[6]

Pedro Maneta, na verdade Pedro Martinez, era filho de imigrantes espanhóis que haviam se instalado na Mooca em fins da década de 10. Vindos de Barcelona, os Martinez tentaram sem sucesso a vida na Argentina, depois de seguidas dificuldades migraram para o Brasil e estabeleceram-se onde havia trabalho para operários tecelões, moradias a preços baixos e uma comunidade de patrícios já constituída.

Entretanto, a grande concentração de espanhóis e seus descendestes nunca fez da Mooca um bairro tipicamente espanhol, talvez por uma característica singular dos espanhóis, que se integravam de modo mais rápido e fácil que os demais imigrantes à sociedade em que viviam, de maneira que já na primeira geração "desapareceu dos registros como uma minoria diferenciada".[7] No estado de São Paulo, os espanhóis representaram o terceiro grupo mais numeroso de imigrantes, somente atrás de portugueses e italianos, embora tivessem uma distribuição mais dispersa no espaço, tanto na capital quanto no interior do estado. Essa dispersão talvez explique a facilidade relativa, maior do que em outros grupos de imigrantes, com que os imigrantes espanhóis tenderam a se misturar com o conjunto da população. Eram os menos instruídos, os mais pobres e os que mais se dispersaram pelo estado; isso talvez explique porque não surgiram bairros tipicamente espanhóis na cidade de São Paulo, ou mesmo no interior do estado.

Mas o certo é que, até os anos 50, a Mooca era percebida por seus próprios moradores e pelos moradores dos bairros vizinhos como sendo um bairro bastante heterogêneo, tanto que, ao se referirem e ela, sempre falavam de portugueses, italianos, espanhóis e "hungareses".

---

6 - Rizzo, Paulo Lício. *Pedro Maneta*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1942. p. 5. Esta representação de uma Mooca espanhola - nas décadas de 30, 40 e 50 - em contraposição ao Brás dos italianos é reforçada por inúmeros depoimentos: "Eu morava a uma rua da Odorico Mendes, lá só tinha duas famílias italianas, duas portuguesas o resto eram todos espanhóis, muitos. Era um povo bom..." Entrevista com Lídia Diogo, concedida ao autor em 8 de janeiro de 1999.

7 - Cf. Klein, Herbert. op. cit. p. 92. Esse traço foi apresentado também por Jordão Netto, Antônio. O imigrante espanhol em São Paulo: principais conclusões de uma pesquisa. *Sociologia*. Vol. XXVI. N° 2, 1964. p. 250.

"Na rua Ana Néri e na rua Carneiro Leão tinha muito espanhol. Depois vieram os Italianos. Muitos portugueses também. Na rua Ana Néri a em frente a rua Lins havia a *'Vila La Mierda'*, onde hoje é a festa de São Gennaro. Assim como o *Salão Sete Facadas,* na avenida Zelina, que era o salão dos Iugoslavos. O pessoal falava alemão, mas alemães tinha pouco aqui. Eram polacos, húngaros, russos, iugoslavos, lituanos. E vieram para o Alto da Mooca e Vila Zelina. O primeiro sistema de mutirão que surgiu foi entre eles... Aos domingos e feriados eles se juntavam todos para erguer uma casa. Ao final, sempre tinha uma festa. E as casas, noventa por cento, eram todas pintadas de branco."[8]

E também

"...nós tínhamos portugueses, espanhóis, italianos (...) os 'bichos d'água' vieram em 1935, mais ou menos, e deram muita vida a esses bairros aqui... Essa coletividade Iugoslava se tornou grande. Há 20 anos o Tito convidou para voltar, os que não estavam estabilizados aqui voltaram... Seis meses depois estavam todos fugindo de lá. Rua Siqueira Bueno, rua Pe. Adelino, rua Silva Jardim, rua Albajara era o reduto deles."[9]

No Alto da Mooca, as casas pintadas de branco e as igrejas ortodoxas marcavam a presença dos 'hungareses'.

"Foi de mais ou menos dos anos 35 até os anos 50, é... até os anos 55, mais ou menos aí. Eles tinham... colônia lituana... ah, e tem outra colônia lituana de volume razoável na Vila Anastácio, na Mooca e outra, e a maior mesmo, na Vila Zelina e cada uma delas tinha escola. Tinha uma escola pra colônia. No Bom Retiro, os moradores do Bom Retiro, alugavam o salão luso-brasileiro na rua da Graça para fazer festival, porque a colônia marcava os festivais nesses bairros assim, onde pudesse ter o maior volume lituano e o Bom Retiro também tinha uma escola Lituana, então eles alugavam o salão e faziam o festival. Tinha um *Grêmio Recreativo Lituano*, no começo tinha um clube de futebol, o da Vila Zelina, os moradores da Vila Zelina, ali no Grêmio Recreativo eles tinham um campo de futebol, o São José, que eles construíram uma Igreja lituana lá, a Igreja da Vila Zelina foi erguida com o dinheiro dos lituanos lá, o que tem um padre muito decidido que ele corria toda a colônia lituana e conseguiram fazer a Igreja. E esse clube, essa agremiação da Vila Zelina deram o nome de *'Ritas'*: Manhã ou Aurora, que seja, né! No clube recreativo todo o mês tinha festival, eles tinham a sede principal começou lá na rua Conde de Sarzedas, então todo mundo ia para lá, todo o mês tinha baile. Na Mooca eles se concentravam na rua Padre Raposo e até tinha uma rua Lituânia que atravessava a rua do Orfanato. Eles fizeram uma escola. O número de lituanos na Mooca era tão grande que deu para formar até uma escola. Uma escola de quarenta ou cinqüenta alunos, né! Mas eles montaram uma escola e um clube recreativo, como se diz... Beneficiário... Quer dizer... Recreativo beneficente..."[10]

A grande e multifacetada colônia hungaresa enfrentou ao longo das décadas de 20 e 30 uma contínua suspeição, mas a declaração do Estado de Guerra acabou por produzir profundas e inconciliáveis clivagens internas. Por isso, o Alto da Mooca e a Vila Zelina, particularmente, foram alvos de uma continuada atenção e vigilância dos órgãos de segurança pública. Ser genericamente reconhecido como "hungarês" era sinônimo de ser comunista. Essa "confusão" foi comum desde o fim dos anos 10, mas recrudesceu na década de 40. A partir de 1942, o DOPS infiltrou agentes nas reuniões da *Sociedade Theco-eslovaca*, que aconteciam na sede do *Clube Atlético São Paulo*, no Alto da Mooca. Com o início da guerra a Sociedade Theco-eslovaca cindiu-se em duas partes, uma favorável e outra contrária à URSS. Com a cisão formou-se a *Sociedade Cultural Estrela Vermelha*, com o objetivo de "ajudar com donativos o comitê de ajuda às vítimas de guerra da

8 - Entrevista com José Eustáquio, concedida ao autor em 15 de setembro de 1999.
9 - Entrevista com Rubens Martinez de La Rosa, concedida ao autor em 17 de dezembro de 1999.
10 - Ele continua: "Se queria encontrar um patrício lá, um conhecido, vai lá no Jardim da Luz no Domingo, vinha gente da Vila Zelina, de outras vilas também, Mooca, Vila Anastácio, mas o grosso era da Vila do Bom Retiro mesmo, então a colônia lituânia se encontrava lá, aquela avenida principal que ligava os dois extremos e passeava assim de Domingo, era uma tradição, e quando era festival se encontrava lá nesse clube. Se faziam política era por trás dos panos, ninguém sabia de nada, sabia que a gente gostava e outra..." Entrevista com Julius Meksenas, concedida ao autor em 6 de maio de 1999.

Rússia". O presidente desta entidade, João Penteado Erskins, fora também um dos mentores da *Associação Democrática dos Alemães de São Paulo*, criada em setembro de 1945, com a mesma finalidade.

Embora denomine todos os freqüentadores de ambas as entidades como comunistas, os agentes do DOPS se surpreendiam que nas suas reuniões se discutissem temas relacionados à vida cultural dessas comunidades e à organização de atividades esportivas, e quase nada de política, e se surpreendiam mais ainda que seus membros não fossem todos comunistas. Porém, isso não diminuía em nada a atenção dos investigadores que, ao constatarem "divergências de pontos de vistas nessas organizações", atuavam "sempre para evitar que as organizações, compostas na sua maioria de estrangeiros se ampliassem".[11] Mooca, Vila Zelina, Pari e Bom Retiro foram naturalmente tomados como "redutos comunistas pelo grande número de estrangeiros que ali residem, como sejam: russos, lituanos, iugoslavos, húngaros, poloneses, tchecos etc. todos da raça eslava, e grande número de judeus".[12]

Ainda segundo os arquivos do DOPS, desde a década de 30 os lituanos editavam alguns jornais, como o *Muzuzodis* (nossa palavra). Em meados da década os editores desse jornal criaram a *Sociedade Ritas* (aurora) que, por conta das seguidas perseguições policiais, modificou seu nome para *Sociedade Cruzeiro do Sul*. Ao que parece, a sociedade Ritas era apenas uma organização cultural, mas desde o início enfrentou disputas internas entre simpatizantes e opositores do comunismo. Essa disputa parece ter marcado profundamente todas as organizações culturais, esportivas e políticas da comunidade hungaresa. Por exemplo, em 1947, realizou-se em Montevidéu um encontro de lituanos e seus descendentes, e para participar desse encontro os lituanos de São Paulo criaram o *Comitê Central dos Lituanos,* que o DOPS imediatamente classificou como "braço do comunismo". Ligado a esse comitê, foi criada na Mooca e na Vila Bela a *Sociedade Cultural Molotov*, cujos membros se reuniam na rua das Roseiras, 26 e também no bar "Estrela da manhã", no Pari. Os agentes do DOPS se revelaram estupefatos quando descreveram as reuniões da Sociedade Molotov: "aconteciam conferências, leituras, chás, bailes etc. Apareciam vários russos e judeus. O que é chocante demais é a mistura de peles preciosas e diamantes com vestidos modestos e paletós simples". O investigador concluía: "A propaganda bolchevique progride tanto do PCB como da parte das organizações filiadas do mesmo sob títulos inocentes: clubes, aulas noturnas, oficinas, associações etc. O inspirador é sempre o judeu, judeu camuflado no Brasil pelos

11 - Arquivos do DOPS, dossiê 30-Z-O-853. É uma pena que o investigador não esclareça como fazia para impedir o crescimento dessas organizações, mas podemos suspeitar.
12 - Idem.

estrangeiros de todas as nacionalidades não judaicas e russas, neurastênicos e sem instrução..."[13] ao mesmo tempo, funcionava na rua do Oratório, 231, também na Mooca, a *Sociedade Novo Zvon* (novo sino) que reunia os grupos religiosos e provavelmente anticomunistas da comunidade "hungaresa". Se as tradições culturais e as festas continuaram a ser pontos de junção desses grupos, a religião parece ter concentrado a expressão mais acabada das suas separações políticas: quanto mais próximos das igrejas, mais distantes da política.[14] A equação dos agentes de segurança era simples: eslavo = russo = judeu = comunista.

Segundo os arquivos do DOPS, em 1945 havia, somente na capital, 23 sociedades de "eslavos". O mesmo relatório aponta que alemães, judeus e espanhóis, "na sua maioria se compõem de comunistas e, dentro de suas possibilidades, militam no comunismo nacional"[15] e, portanto, mereciam todo o cuidado da vigilância permanente. A despeito dos exageros e generalizações dos agentes do DOPS, é plausível supor que a guerra tenha modificado os equilíbrios internos da comunidade hungaresa, mais que de todas as outras. Ao que parece, estes foram os anos do ápice da sua unidade e o início de irreparáveis fraturas internas. Um relatório do DOPS datado de abril de 1947 informa que o fim da guerra trouxe vários refugiados das repúblicas bálticas para o Brasil, especificamente para Vila Zelina, Mooca, Bom Retiro, Lapa e Pari. Com estes refugiados chegavam também as denúncias dos horrores praticados pelas tropas soviéticas; e a conseqüência parece ter sido a agudização dos conflitos dentro da colônia. E cada vez mais, concluía o relatório, os grupos anticomunistas da Mooca e Vila Zelina passavam a se concentrar em torno da igreja de São José e do colégio dos Franciscanos, ambos no Largo de Vila Zelina.[16] Isso explica que:

> "Antes da guerra era a comunidade, era uma comunidade mais pobre e mais de esquerda... É, mais de esquerda. Depois da guerra em 45, 50, 55 começou a vir uma leva de imigrantes da Lituânia que colaboraram com os alemães e que não queriam ficar na Lituânia... E eles então dominaram a colônia, depois surgiu... Com a guerra surgiu muitas industrias nacionais, qualquer pessoa começou a fabricar coisas aí... E aí a colônia foi se tornando cada vez mais conservadora... Mais conservadora e depois os veteranos, as pessoas idosas começaram a falecer, a juventude já era outra..."[17]

Todavia, seria um equívoco tratar cada uma dessas diversas nacionalidades como grupos homogêneos, que chegam ao bairro unificados internamente e com identidades nacionais definidas e determinadas. A multiplicidade de suas origens torna temerário supor alguma unidade cultural no

---

13 - Arquivos do DOPS, prontuário n° 2.266. Talvez os membros da Sociedade Molotov ficassem de mau humor e irritadiços com a argúcia classificatória do agente do DOPS.

14 - Sobre o significado da religião, particularmente a religião ortodoxa, como eixo da constituição de um nacionalismo popular Russo ver Hobsbawm, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.* Trad. Maria Célia Paoli e Anna Quirino. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1990. Principalmente Capítulo II: "O protonacionalismo popular".

15 - Arquivos do DOPS, dossiê 30-Z-O-922.

16 - Arquivos do DOPS, dossiê 30-Z-O-860. Estudar as clivagens internas, provocadas pela guerra, a cada uma das comunidades do bairro exigiria um trabalho específico. Principalmente no que se refere à rica e variada história da comunidade hungaresa. Para uma problematização mais ampla dos chamados "eslavos", embora em outro contexto, ver: Fortes, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe operária porto-alegrense e a era Vargas*. Campinas. IFCH/Unicamp, 2001. Tese de doutoramento.

17 - Entrevista com Julius Meksenas, concedida ao autor em 15 de abril de 1999.

bairro e mesmo internamente a cada "comunidade" específica. Grande parte destes imigrantes teve suas identidades culturais forjadas a partir de seus vilarejos ou regiões de origem, raramente eram identidades nacionais solidamente constituídas. Possivelmente, eles se tornaram italianos, espanhóis, lituanos, alemães, russos, iugoslavos depois de chegarem ao Brasil. A sua identidade cultural, muito provavelmente, se configurou a partir do contato com outros grupos de imigrantes, tanto quanto no contato dentro do próprio grupo, nos países em que se estabeleceram. Portanto, somente em certas circunstâncias muito precisas e específicas, esses grupos tão diversos se percebem como uma comunidade.[18] Nas festas, por exemplo:

> "...Quando era festa junina, por exemplo, tinha aqui muito italiano, espanhol e português. Festa junina todos colaboravam com a lenha e faziam uma pilha para fazer fogueira. Então todo mundo... não tinha luz elétrica, lampião de gás. Levavam carne, lingüiça, levavam de tudo. Fazia a fogueira, soltava bomba, rojão. Depois os italianos faziam... cantavam as suas músicas... e os outros, depois os portugueses cantavam, os espanhóis cantavam as deles, espanhóis unidos. Agora, na verdade, tinha muito português. Aqui no bairro tinha muito italiano, chácaras de monte, vaqueiros que vendiam leite, bastante. A rua Caetano Pinto, a rua Carneiro Leão, era italiano e espanhol. Se passava lá de noite, eles vinham conversando todos. Cada um contava coisas da vida dele. Espanhol vendia churros, o italiano vendia pedaço de pizza, lingüiça assada, o português vendia bacalhau na rua. A gente passava de dia, de noite, a qualquer hora, em qualquer lugar. A moça podia ir onde queria, ninguém mexia com ninguém..."[19]

A descrição da festa parece reunir, fraternalmente, diversas comunidades. Entretanto, Richard Hoggart nos alerta que o risco do uso do conceito comunidade é que, geralmente, ele nos leva a "minimizar as tensões e as sanções dos grupos das classes proletárias", de modo que carrega consigo um sentido positivo ao revogar os conflitos e dissensos. Feita esta ressalva, Hoggart reconhece que nos bairros, de modo geral, desenvolve-se um sentido inconsciente de comunidade, que não apaga os conflitos nem mascara os dissensos, mas ainda assim é uma comunidade, de tipo particular, pois

> "está muito longe da camaradagem cultivada pelos movimentos com propósitos de reforma social. Não deriva– pois é algo de mais elementar, algo de mais antigo – da convicção de que a união se torna necessária caso se pretendam melhorar as condições de vida, convicção esta que está na origem dos movimentos cooperativos. É antes fruto do saber de experiência feito, que ensina que o indivíduo se encontra inevitavelmente integrado no grupo; o indivíduo sabe que está integrado num grupo, porque experimenta o calor e a sensação de segurança que lhe são facultadas pelo próprio fato de pertencer ao grupo, porque o grupo se mantém sempre igual a si mesmo, e porque se vê freqüentemente obrigado a recorrer à ajuda dos vizinhos, uma vez que não pode geralmente pagar os serviços de outrem".[20]

Portanto, no bairro da Mooca, o sentido de comunidade desenvolveu-se de forma quase *natural*, pois derivou da partilha de experiências comuns e do sentimento de identificação que essa

---

18 - Sobre os complexos caminhos para a definição de uma identidade étnica ver: Cunha, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade.* São Paulo. Brasiliense/USP, 1986. Poutignat, Philippe e Streiff-Fernat, Jocelyne. *Teorias da etnicidade.* Trad. Elcio Fernades. São Paulo. Ed, Unesp, 1998. Hall, Stuart. *A questão da identidade cultural.* 2ª ed. Trad. Andréa Jacinto e Simone Frangella. Campinas. IFCH/ Unicamp, fevereiro de 1998. (Textos didáticos n° 18).Feldman-Bianco, Bela e Capinha, Graça (org) *Identidades: estudos de cultura e poder.* São Paulo. Hucitec, 2000.

19 - Entrevista com Alfredo Castanha, concedida ao autor em 6 de maio de 1999.

20 - Hoggart, Richard. op. cit. p. 97. (1° vol.)

partilha produziu. Por isso, a Mooca, ou qualquer outro bairro, só pode ser tomado como uma comunidade se entendermos por este termo uma *invenção cultural* e uma *construção imaginada*. Porque a idéia de comunidade, numa sociedade urbana e capitalista é, como assinalou Raphael Samuel, uma "ficção conveniente", já que é "possível morar no mesmo lugar enquanto se habita mundos diferentes".[21] A idéia de comunidade, nesse contexto, não pressupõe qualquer noção de igualdade, nem a ausência de conflitos e exploração. Mas implica, necessariamente, uma prática de companheirismo e camaradagem entre semelhantes. Ou seja, diante dessa enorme variedade de nacionalidades, culturas e experiências sociais, o que parece fundamental é compreender que cada um destes grupos expressa tradições inventadas a partir de circunstâncias e contextos precisos e determinados e, por isso, se constituem como comunidades imaginadas que supõem uma identidade resultante da partilha de interesses sociais, políticos e econômicos comuns; estas, por sua vez, resultam tanto da articulação particular de elementos da experiência anterior à imigração, quanto do contato com os outros grupos específicos de imigrantes e nacionais ocorridos "aqui e agora".[22]

Mas a questão é: como, num determinado momento e num lugar específico, puderam ser unificadas tradições culturais tão díspares como as vivenciadas por "espanhóis", "portugueses", "italianos" e a enorme diversidade contida no termo "hungarês", para que pudessem se perceber e se representar como comunidade? Quais experiências compartilhadas e quais interesses comuns seriam capazes de estabelecer esse amálgama?

A experiência comum da imigração e o sentimento da exclusão social vivenciados nos bairros periféricos da cidade talvez tenham sido capazes de conectar tempos, espaços e condições sociais diversas, estabelecendo a percepção de uma jornada comum, onde imigrantes e seus descendentes se reconheciam como *companheiros de viagem*. Dessa jornada comum emerge uma *consciência da conexão:* "por que estamos nós... aqui... juntos?"[23] Por isso, a noção de comunidade às vezes contida na realidade do bairro pode comportar a participação de empregado e empregador, patrão e operário, como co-participantes dessa jornada comum, que apenas em certas circunstâncias se percebe atravessada por fissuras inconciliáveis. De fato, muitas vezes, as diferenças econômicas, sociais e políticas dentro do bairro desaparecem diante do peso simbólico que o sentido atribuído à

---

21 - Samuel, Raphael. "História local e história oral". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 9, n° 19, Set. 89/fev. 90. p. 228.

22 - Sobre as *tradições inventadas* ver: Hobsbawm, Eric e Ranger Terence. *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cavalcante. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984. Sobre a idéia de comunidades imaginadas ver: Anderson, Benedict.*Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio de Oliveira. São Paulo. Ática, 1989.

23 - Anderson, Benedict. op. cit. pp. 63/66. Para a noção de *jornada comum* "Este tipo de camaderia es distinto del que crea la hermandad e el parentesco, ya que en este último la relación es siempre desigual, lo que generalmente se refleja en la representación lingüística y se mantiene mediante sanciones legales. El grupo liminar es una comunidad o comitiva de camaradas y no una estrutura de posiones jerárquicamente dispuestas. Dicha camaderia transciende las distinciones de rango, edad, parentesco, e incluso, en determinados grupos culturales, de sexo." Turner, Victor. "Entre lo uno y lo otro: el periodo liminar en los 'rites de passage'". In: *La Selva de los símbolos: aspectos del ritual ndembu*. México. Siglo veintiuno editores, 1980, p. 111.

comunidade adquire, sentido, aliás, que pode ser mais decisivo para a constituição dos valores sociais partilhados do que os múltiplos diferenciais de nacionalidade.[24] Ou seja, somente em contextos muito específicos podemos considerar um bairro, na moderna sociedade capitalista, como uma comunidade: quando os próprios moradores o fazem para falar da sua condição. E quando isso ocorre é importante ressaltar que a identificação dos moradores com o local onde moram, com o bairro e suas múltiplas facetas, torna-se um elemento fundamental nos mecanismos de definição das suas identidades sociais.

Tomando-se como referência as fontes jurídicas das décadas de 40 e 50 parece evidente que as identidades étnicas emergem sempre em um equilíbrio instável, o que supõe, antes de tudo, uma relação que é sempre tensa e conflituosa pois são freqüentes e bastante comuns os atritos interétnicos.[25] Contudo, do ponto de vista das recordações dos moradores, a Mooca emerge como uma comunidade fraterna e idílica, como se os conflitos fossem exteriores à vida do bairro, causados por alguém de fora ou pela perda de um equilíbrio natural. Entretanto, a percepção de harmonia nas relações sociais no bairro não parece ser apenas uma leitura *a posteriori* ou uma mera edulcoração de uma realidade que foi tensa no passado. De fato, há uma complexa relação entre percepções simultâneas de harmonia e conflito que são constitutivas da noção de comunidade e estão muitas vezes implicadas na distinção entre os grupos de europeus de um lado e de brasileiros, de outro. Ou seja, tanto a noção de comunidade quanto o sentimento da sua perda não são perenes nem naturais, mas historicamente construídos.

Dois estimulantes estudos sociológicos realizados no início dos anos 40, ambos em São Paulo, apresentam sugestões instigantes para pensarmos as relações étnico-sociais e de vizinhança num bairro periférico. No primeiro, um estudo sobre a *rua Nova* - possivelmente situada no bairro de Santo Amaro - predominantemente ocupada por portugueses, alemães e seus respectivos descendentes. O pesquisador acompanhou por vinte anos, entre 1922 e 1942, as implicações entre diferenças religiosas e de nacionalidade ali existentes. Depois de um extenso levantamento sobre hábitos de leitura, características de consumo, renda, profissão, lazer etc., ele concluiu que:

> "As relações não são muito influenciadas pela nacionalidade, mas sim pela posição social dos moradores e seus diferentes níveis culturais. Os filhos de um casal alemão de origem rural se entendem bem com os filhos de um casal português da mesma origem, mas não têm nenhuma convivência com os filhos de um engenheiro alemão. De outro lado, não há qualquer ponto de contato entre os filhos de um casal italiano de origem urbana com os filhos de dois casais português e alemão de origem rural... Os artífices alemães têm muito mais pontos de contato com os artífices brasileiros do que com o engenheiro ou o comerciante alemão. O bancário e a professora brasileiros têm maior facilidade em se entender com o professor austríaco do que com seus patrícios comerciantes".[26]

---

24 - Comentário semelhante foi feito por Norberto Elias sobre a comunidade de Winston Parva. Ver. Elias, Norberto e Scotson, J. L. Os estabelecidos e os outsiders op. cit. p. 76.

25 - Em trabalho anterior pude perceber a constância de conflitos étnicos no bairro. Ver: Duarte, Adriano. A construção do conceito de cidadania. In: *Cidadania e exclusão: Brasil 1937-1945*. Florianópolis. Ed. UFSC, 1999.

26 - A rua *Nova* tinha 79 moradores, dos quais 60 eram católicos (42 brasileiros, 9 portugueses, 4 alemães, 3 italanos, 1 austríaco, 1 argentino). 14 protestantes (6 brasileiros, 5 alemães, 2 norte-americanos, 1 austríaco). Tinha ainda duas

O que este "experimento sociológico" nos sugere é que não parece haver qualquer condição determinada que desencadeie antagonismos étnicos. A nacionalidade parece não influenciar, negativa ou positivamente, as relações sociais de vizinhança; o que parece ser decisivo nas relações, de harmonia ou conflito, é a condição social e cultural de cada família. Os moradores parecem sentir-se à vontade apenas quando há uma certa equivalência de *status*, uma certa reciprocidade de sentimentos, um equilíbrio nas condições sociais, uma semelhança sócio-cultural nos seus contatos de vizinhança. A questão da nacionalidade, todavia, pode vir à tona, num momento de conflito, de disputa, mas ela tanto pode emergir como elogio quanto como demérito. Ao acompanhar 18 casos de conflitos entre moradores da rua Nova, Heller observou que em nenhum deles a questão étnica ou a nacionalidade foi importante para os alinhamentos, as adesões ou rejeições.

O segundo estudo centrou-se na trajetória profissional de um pedreiro de origem italiana, Armando, nas décadas de 30 e 40. No início dos anos 40, o bairro em que vivia Armando - não especificado na pesquisa - estava crescendo rapidamente, principalmente por conta do baixo preço dos terrenos e pelo fato de ainda ser um bairro semi-rural e receber um contínuo afluxo de novos moradores. Entretanto, os novos moradores que lá se instalava não recorriam ao pedreiro Armando para a construção de suas moradias. Por isso:

> "Sem relações econômica e sentimental com os novos moradores do bairro e em oposição a eles produzse no núcleo primitivo composto de chacareiros, artífices, empregados de comércio, uma unidade de interesses e pontos de vista, até então desconhecida. Em conseqüência do desnivelamento social, desaparecem as rivalidades esportivas entre os dois clubes locais e mesmo os ressentimentos nacionais entre osvelhos imigrantes portugueses e italianos".[27]

A chegada dos "novos moradores" ao bairro - independente de suas características étnicas e culturais - estimulou uma *unidade de interesses,* até então inexistente no núcleo de antigos moradores. Em conseqüência da ausência de relações econômicas, identidades culturais e de vínculos afetivos, produziu-se uma contraposição *novos x antigos*. Desapareceram as antigas rivalidades e ressentimentos produzindo-se uma contraposição *eles X nós*. O que parece ter ocorrido nesse caso é uma espécie de *cultura do contraste*, de modo que as múltiplas particularidades que anteriormente geravam conflitos se condensaram em um conjunto específico de traços, gestos e práticas, em oposição a outro conjunto específico.[28]

Algo semelhante ocorreu no bairro da Mooca com as grandes migrações internas a partir dos fins da década de 40. As antigas distinções e fronteiras entre italianos, portugueses, espanhóis e "hungareses" desapareceram dando lugar a uma polaridade: *Nós,* os antigos, os descendestes de

---

famílias de judeus (ambas alemãs), 2 famílias de espíritas (ambas brasileiras). Heller, Frederico. "História natural de uma rua suburbana". *Sociologia*. Vol. V, n° 3, 1943. p. 205.

27 - Heller, Frederico. "A carreira profissional de um pedreiro de subúrbio".*Sociologia*. Vol. IV. N° 2, 1942. Embora não haja menção, o bairro citado poderia, perfeitamente, ser a Mooca.

28 - Sobre a idéia de *cultura do contraste* ver: Cunha, Manuela Carneiro da. "Etnicidade: da cultura residual mais irredutível". In: Antropologia do Brasil. op. cit. p. 99.

europeus e *Eles,* percebidos todos numa ampla categoria denominada genericamente de *nordestinos*. Portanto, quando os moradores da Mooca se referiam ao bairro como uma comunidade, eles tinham em mente uma população supostamente, em contraposição a outra comunidade diferente e, muitas vezes, oposta à sua. Quando usam hoje o termo comunidade para mencionar as décadas de 50 e 60 quase nunca se referem especificamente a grupos de italianos, espanhóis, portugueses ou "hungareses" isoladamente. Ao contrário, a expressão parece aludir, geralmente, ao conjunto, imaginariamente homogêneo e harmônico desses grupos, em contraposição a outro grupo também imaginariamente homogêneo. O termo comunidade, então, aparece como instituinte de um antagonismo e é empregado, não poucas vezes, para se distinguir o conjunto dos descendentes de europeus dos outros, os nordestinos.

É preciso registrar o quanto a designação nordestino, neste caso, tem de arbitrário. Segundo levantamento feito pela AGB (Associação de Geógrafos Brasileiros), a cidade de São Paulo era composta, em 1950, de 85% de brasileiros natos. Destes brasileiros natos mais de 85% provinha do interior do estado, os restantes 273.929 eram originários de todos os estados da federação, mas a soma de todos os de origem nordestina – num total de 84.521 – não alcançava o total de mineiros – 127.084. Ou seja, o problema nordestino é, antes de tudo, uma maneira de representar *o outro*, o novo, o diferente.

População brasileira na cidade de São Paulo originária de outros estados da federação, segundo o censo de 1950.[29]

Estado de origem	**Total de habitantes**
Minas Gerais	127.084
Bahia	28.219
Rio de Janeiro	16.903
Pernambuco	26.611
Paraná	12.745
Alagoas	12.235
Distrito Federal	11.077
Rio Grande do Sul	8.107
Santa Catarina	7.603
Ceará	6.253
Mato Grosso	4.160
Sergipe	3.721
Paraíba	3.486
Rio Grande do Norte	2.636
Goiás	2.469
Espírito Santo	2.052
Pará	1.455
Piauí	1.360

Por isso, a mesma ressalva quanto à unidade identitária dos imigrantes europeus deve ser dispensada aos chamados nordestinos. Neste caso, a referência generalizante é muito mais o

29 - Associação de Geógrafos Brasileiros. Sessão regional de São Paulo.*A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. Vol. II. "A evolução urbana de São Paulo". Cia. Ed. Nacional, 1958. Apud. Durham, Eunice Ribeiro.*A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. 3ª ed. São Paulo. Perspectiva, 1984. p. 35.

resultado de como são percebidos os novos migrantes na cidade, onde se aplastram as múltiplas diferenças, do que expressão de uma identificação comum manifestada por eles mesmos. A despeito da sua variedade e multiplicidade, ao chegar em São Paulo viravam todos *nortistas*. Levando em conta que o número de baianos e pernambucanos entrados em São Paulo só se equiparou ao número de mineiros na década de 60 e que entre 1950 e 1970 entraram na cidade aproximadamente 660.000 migrantes, é inadequado tratá-los como uma unidade cultural.[30] Assim, o *nordestino* é também uma "invenção coletiva" de uma "comunidade imaginada", tanto quanto as múltiplas identidades européias consolidadas no bairro da Mooca. Ou seja,

> "Nordeste, sertão, Bahia eram categorias genéricas que se referiam a diferentes lugares de origem. Além dos distintos estados da federação, o interior nordestino é composto de macro regiões– sertão, zona da mata e agreste – e variadas sub-regiões com características sócio-econômicas e culturais peculiares. Ademais, a maioria dos migrantes provinha de uma ampla e diferenciada gama de profissões e atividades no campo e nas cidades do interior."[31]

De qualquer modo, é preciso registrar que a movimentação de pessoas do campo e de pequenas cidades para as grandes metrópoles, nesse período são determinantes para as profundas transformações políticas e sociais do país. Estima-se que entre 1930 e 1950 mais de 6,8 milhões de pessoas tenham migrado para as grandes cidades do Brasil, representando 54% dos moradores das cidades com mais de 2.000 habitantes. Entre 1950 e 1980 o movimento foi ainda maior, "estima-se que 38 milhões de pessoas saíram do campo".[32] Ou seja, em cinqüenta anos, quase 45 milhões de pessoas se deslocaram rumo às grandes cidades. Sem dúvida, isso transformou profundamente o perfil sócio-econômico e cultural do país.

Portanto, quando os moradores se recordam do bairro nos anos 30 e 40 predominam imagens de harmonia social, cooperação, fraternidade e ausência de conflitos dissolventes; as comunidades são homogêneas, prósperas e coesas. Isso se expressa na imagem de que eram todos - italianos, portugueses, espanhóis e "hungareses" - uma só família. Quando as recordações se concentram na década de 50 em diante, estas imagens edulcoradas e harmônicas são abaladas; a partir de então, o que parece estruturar suas narrativas, e é comum a todos os grupos de imigrantes e seus descendentes, e a todas as camadas sociais, é a chegada massiva dos migrantes nordestinos, que coincidiria com a suposta decadência do bairro.

---

30 - Quanto aos números mencionados ver: Weffort, Francisco. "Nordestinos em São Paulo: notas para um estudo sobre cultura nacional e cultura popular". In: Valle, Edênio e Queiróz, José. *A cultura do povo*. São Paulo. Cortez/Moraes, 1979. p. 17.

31 - Fontes, Paulo.Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais. op. cit. p. 86.

32 - Os dados de 1930/1950 foram tirados de Pereira, Verônica Sales. *Mobilidade social e cidadania: a construção da cidade e do cidadão na experiência de migrantes nordestinos que ascenderam socialmente em São Paulo*. São Paulo. FFLCH/USP, 1997. Dissertação de mestrado. p. 175. Para os anos de 1950/1980 ver: Fontes, Paulo Roberto Ribeiro. Comunidade operária, migração nordestina op. cit. p. 54.

Entre nacionais e estrangeiros.

> "Que venham, pois, os suíços, holandeses e dinamarqueses nos ajudarem a organizar a nossa indústria de laticínios e a sua base pecuária, fornecendo-nos leite, a manteiga e o queijo, em quantidades crescentes e a preços baixos, e capazes de por si só provocarem uma verdadeira revolução nas condições alimentícias e de saúde do nosso povo. Noruegueses, portugueses e belgas para a industrialização do pescado, tão abundante em nossa imensa costa atlântica. Suecos e finlandeses para nos ajudarem, como silvicultores, a preservar as nossas florestas, a replanta-las e promover a utilização racional da polpa da madeira em todas as suas aplicações industriais, notadamente a celulose e o papel. Poloneses, checos, franceses, austríacos, húngaros, sérvios, gregos, espanhóis, italianos, que venham todos".[33]

E no caso específico do bairro da Mooca o que parece ter sido decisivo na polarização *nós x eles* é que a chegada maciça dos novos migrantes com hábitos, práticas e tradições diferentes significou, para os antigos moradores, a possibilidade iminente da sua própria queda social, da perda do seu *status*. A presença dos migrantes era a materialização de seu próprio empobrecimento como algo possível e iminente. Assim, o âmago da questão parece residir no medo, medo do declínio social, da perda de *status*, da degradação do bairro, expresso concretamente pela condição social desses novos migrantes. Como contou D. Iolanda:

> "Olha! O meu irmão, o mais velho de todos, teve um armazém de secos e molhados, uma venda, grande por sinal, até a rua que ele teve, sumiu do mapa porque lá é o metrô. Ele ficou quarenta anos com esse armazém, quarenta anos, só cuidando de gente como italianos, espanhóis, portugueses, tudo. Ele foi muito bem. No fim da vida dele quando ele estava com sessenta anos, ele perdeu a venda. Sabe Por quê? Porque aí vieram os nordestinos. Aqueles italianos tudo foram embora, morreram, né. Era tudo gente que ficaram muitos anos lá. Aí ele começou a vender fiado pra toda essa turma que vinha nova. Meu irmão era um homem muito de falar sabe. Ele gostava que ouvissem ele falar, sabe. Então, sabe como é, o nordestino engabelava ele pelas pingas que eles bebiam lá de graça, bebiam cerveja, roubavam, né! Pegavam as coisas lá porque o armazém era grande e só ficava ele e a mulher. Eu sei que ele foi até despejado. (...) era rua Dr. Inácio de Araújo. Era uma travessa da Rua Bresser".[34]

Se as décadas de 20, 30 e 40 projetam sobre os dias de hoje a sua sombra de paz, fraternidade e harmonia, as décadas de 50, 60 e 70 projetam a mais aguda percepção de ruptura e do desmoronamento de um certo modo de vida, de um padrão de sociabilidade, de estratégias estabelecidas e definidas de sobrevivência e de relacionamento social. É nesse contexto que os *outros* emergem como a encarnação do perigo:

> "Eu acho que é vadiagem, né? Porque eu acho que a pessoa, por menos que ganha, dá pra viver. Agora, quem não quer trabalhar, então acha fácil assaltar, roubar... Hoje, você pode ver, bancos constantemente assaltados, né! (...) Eu não sei, eu tenho a impressão que quando começou com a imigração nordestina prá cá, começaram... Porque

---

33 - Carvalho, Fernando Mirabilli de. "Imigração: um problema nacional". *Revista de imigração e colonização.* Ano VI, n° 5, março de 1945. p. 65.

34 - O mesmo depoimento continua: "Em São Paulo... os nordestinos, a gente sentiu a diferença em todo lugar que a gente ia, né! Você vê, até na igreja... parece uma cavalaria, né! Na igreja, no supermercado. Você via a desordem que eles faziam num supermercado. Eles não são capazes de pegar um saco de bala, né? Fura, pega o que eles querem, depois joga lá. No mercado você pode ver que é baiano que faz isso. E outra coisa, viu, uma vez, um baiano de paletó, eu estava no mercado, estava na caixa esperando a minha filha pagar. Ele pegava esses pacotes de 1/4 abria o paletó, enfiou dois de um lado, dois do outro lado. E foi enfiando. Eu sei que o homem saiu assim [enorme] de café, eu vi. Quer dizer, ninguém viu, né! O homem saiu livremente de lá. Era nordestino, quer dizer, tudo o que eles podem fazer, eles fazem, depois..." Entrevista com Iolanda Louzada, concedida ao autor em 18 de dezembro de 1999.

geralmente... os que vieram, os nordestinos que vieram é sem qualificação nenhuma, né! Porque os que têm um emprego, uma profissão, eles ficam na terra deles, não tem necessidade de vir para cá. Então os que vieram geralmente são os mais pobres, né? Vieram de serventes de pedreiro e pedreiro, a grande maioria deles, né!".[35]

Quando se referem a essas transformações, as narrativas dos moradores da Mooca edificam as balizas de um mito do qual estão excluídos a desordem e os conflitos de qualquer tipo. De um lado, as relações sociais aparecem perpassadas por um altíssimo grau de envolvimento emocional e afetivo, por uma partilha de valores morais e uma coesão de princípios e de modos de ver o mundo, de tal maneira que, dessas recordações, a Mooca emerge como uma *comunidade* no sentido mais acabado do conceito. De outro lado, emergem os sinais do desmoronamento dessa ordem comunitária, estes traços contém, com os sinais trocados, todos os emblemas que conferiam ao bairro sua aura comunitária. Assim, o modo como são percebidos os nordestinos pode ser compreendido levando-se em conta que toda sociedade estabelece meios para categorizar seus membros, reportando-lhes atributos comuns e naturais dentro de cada categoria específica. Desse modo, se estabelecem, ao mesmo tempo, as identidades sociais e os dissensos. Essa identidade pode se desdobrar, como sugere Erwing Goffman, em identidade virtual: o que se imagina e se espera daquela categoria específica de pessoas, ou identidade real: as ações concretas daquela categoria. A relação entre ambas produziria o *estigma,* isto é, uma tensão entre os atributos reais e os estereótipos que se supõem deveriam ser daquela categoria. De qualquer modo, o estigma seria sempre uma marca depreciativa e de descrédito, construída a partir da definição de normalidade. [36] O envolvimento emocional e afetivo foi perdido, altas doses de individualismo destruíram os valores partilhados, substituídos por um egoísmo radical, não há mais amizade entre os vizinhos ou quaisquer experiências culturais partilháveis, e o início dessa desagregação, o começo do fim, coincide com as migrações internas nos anos 50.

"...de alguns anos para cá tem havido muita entrada de estrangeiro – entre aspas - que são de outros estados (...) Então é diferente daquela Mooca de antigamente, que eram todas pessoas tradicionais, eu digo descendentes de italianos, de espanhóis, principalmente, e também de portugueses. E hoje, não, hoje nós temos muita infiltração de brasileiros, nossos, mas que vieram do nordeste. Então o índice de capacidade, de estudo, é muito menor. Pessoas que vieram, vamos dizer, da roça lá do nordeste, que se fixaram aqui. Então mudou muito nesse aspecto a vida da Mooca. A Mooca antigamente, eu me lembro, eram todas pessoas que se conheciam há vinte, trinta, quarenta anos (...) então muitas famílias tradicionais tiveram que se mudar para ir para uma região bem distante (...) No local onde eu moro, ali é um local que ainda não houve infiltração praticamente de estrangeiros (...) Eu digo 'estrangeiro' com todo carinho porque eles também merecem todo respeito (...) Não quero colocar em xeque o fato de você ter vindo do norte, do nordeste, ser especificamente criminoso. Não é isso. A gente conhece muitos deles, sabe que são honestos e tal. Mas a diferenciação que eu quero dizer é a seguinte: de que a gente conhecia... A Mooca, por exemplo, de vinte anos atrás, pessoas que a gente conhecia há vinte anos e hoje uma pessoa vem morar perto da gente, que a gente mal conhece. Então, até que a gente sinta segurança ao lado dessas famílias que vieram, é

35 - D. Amália era professora aposentada e tinha 55 anos em 1989. Citado in: Vargas, João. *À espera do passado: as transformações recentes de São Paulo vistas de seu epicentro.* Campinas. IFCH/Unicamp, 1993. Dissertação de mestrado. p.108/109.

36 - Sobre a noção de estigma ver: Goffman, Erwing. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.* Trad. Márcia Bandeira de Melo. Rio de Janeiro. Zahar, 1982.

diferente. Essa é a colocação que eu queria fazer. Nunca em termos de dizer que a pessoa que veio é criminosa. Não é isso. Mas que mudou muito para pior, mudou".[37]

O que parece estar em jogo nesses argumentos é a perda da mítica condição de comunidade, da suposta e desejada homogeneidade cultural, de um mundo comum partilhado, resultando na necessidade de se conviver com o diferente, ***o outro***, que está implícito na contraposição entre as "pessoas tradicionais" e os "infiltrados". Entre a sensação da perda desse conjunto de referências simbólicas e a atribuição de portadores do mal e da criminalidade àqueles percebidos e representados como os responsáveis por esta perda, há um caminho muito curto.

"...Tô radicada aqui, nasci aqui, tenho amizades aqui no bairro. O que estragou a Mooca foram as favelas. Aquela da Vila Prudente é uma cidade. Tem cinqüenta e tantas mil pessoas!... Tem também muito cortiço. Tem muito cortiço na Mooca desde que vieram a gente do norte. Tem 300 cortiços, cada um tem 50 famílias, só com três privadas – como é que se pode viver assim? O que tá prejudicando é isso aí, é a pobreza. Aqui tem classe média, classe rica e uma diferença muito grande, a pobreza dos nordestinos. O bairro piorou desde que começaram a chegar a turma do norte... A Mooca teve muito progresso, mas regrediu pela população pobre".[38]

A pobreza, a criminalidade, a decadência do bairro e a chegada dos nordestinos são percebidos como fenômenos coincidentes e similares e passam a organizar a percepção da passagem do tempo e a pontuar as transformações porque passa o bairro: o antes, sinônimo de prosperidade, fraternidade e harmonia e o depois, símbolo do declínio, do perigo, da infiltração e do desajustamento. Portanto, a maneira mais comum como os antigos moradores do bairro reagiram às incertezas advindas da novidade dessa chegada dos novos migrantes foi elaborar as possíveis diferenças culturais transformando-as em hierarquias sociais intransponíveis e irredutíveis umas às outras.[39]

"Aqui no Belém nós temos casarões que viraram cortiços, o que estragou tudo o Belém. A pessoa põe oitenta, cem nordestinos, numa pensão dessa, nos quartinhos. Hoje nós estamos lutando com essa coisa dos mendigos. Acho que foram os nordestinos que atrapalharam um pouco... Minha opinião é que São Paulo explodiu, os nordestinos estragaram com São Paulo...".[40]

Nessa confluência de percepções que atribuíam a criminalidade e a decadência aos migrantes, é necessário mencionar o significado das distinções raciais. Em 1955, uma série de matérias do jornal *Última hora* "denunciava várias fábricas da região metropolitana de São Paulo

37 - Entrevista feita com um atacadista, 45 anos, casado, morador da Mooca com mulher e dois filhos. Citado In: Caldeira, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.* Trad. Frank Monteiro. São Paulo. Ed. 34/Edusp, 2000. p. 86 (Grifos meus).

38 - Entrevista com uma professora aposentada e dona de casa. In: Caldeira, Teresa. Cidade de Muros. op. cit. p. 29.

39 - Para um exemplo de como um mito comum pode referenciar o passado e o presente de um grupo de trabalhadores ver: Duarte, Luiz Fernando Dias. "Identidade social e padrões de agressividade verbal em um grupo de trabalhadores urbanos". In: Lopes, José Sérgio Leite (coord) *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora.* Rio de Janeiro. Museu Nacional/Marco Zero. 1987. p. 192.

40 - Entrevista com Manuel Pitta, concedida ao autor em 17 de fevereiro de 2000.

que se recusavam a empregar trabalhadores nordestinos e negros".[41] A questão suscitou tamanho debate que a bancada nordestina no congresso nacional chegou a propor uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a discriminação contra os nordestinos na cidade de São Paulo. Como bem mostrou Paulo Fontes as dificuldades intrínsecas do mercado de trabalho eram continuamente agravadas pelos ingredientes do preconceito racial, principalmente levando-se em conta que 60% dos migrantes nordestinos entrados no Estado de São Paulo antes de 1962 eram "pardos ou negros".

> "Eu acho que quando tem a miscigenação, o mulato, o mulato é que atrapalha. Lógico que não é generalizado o que estou falando. Conheço muito mulato que deu certo na vida, mas geralmente são os mulatos que são bandidos, que não gostam de trabalho, pois negro em si ele é mais honesto, ele tem a vida dele mais sossegada, ele gosta mais de trabalhar. A coisa está mais é na mistura de raças, porque tem todo aquele negócio de miscigenação, então, é preto que se miscigenou com nordestina, e, começaram a sair esses mulatos. Geralmente é disso que aumenta a criminalidade".[42]

Em 20 anos, entre 1950 e 1970, São Paulo "tornou-se uma cidade muito grande, com todas essas pessoas morenas diferentes e de pele escura, que *não são como nós*".[43] A *novidade* passou então a ser nomeada por qualquer um dos termos e temas que enquadram o medo social do contágio, da mistura com as impurezas, da contaminação degeneradora. Os antigos temores racistas se encontraram com os novos fantasmas da violência e do crime e ambos passaram a configurar e hierarquizar o conjunto das relações vividas no bairro. A oposição entre os *locais* e os *de fora* expressava o medo do embaralhamento dos códigos das relações sociais estabelecidas; por isso, criou-se uma espécie de vigilância das fronteiras sociais, e uma das maneiras mais eficientes de fazer isso foi elaborar recortes claros e marcas de distinção inconfundíveis.[44]

A chegada massiva dos migrantes nacionais não foi um problema apenas no bairro da Mooca. Os números cada vez maiores na migração interna e as expectativas de maciços deslocamentos de população como conseqüência da guerra na Europa e no pacífico colocavam na ordem do dia a preocupação com o tipo de mão-de-obra mais adequada às condições do Brasil. Poderia o trabalhador nacional satisfazer as necessidades internas de braços? Ou seria conveniente facilitar a entrada de imigrantes estrangeiros? No bojo dessas discussões, o início da guerra na Europa foi crucial. Os deslocamentos de contingentes das fábricas para as frentes de batalha desafiavam a manutenção dos níveis de produção anteriores; além disso, as baixas no *front*

---

41 - Em 1958, em São Bernardo do Campo, o vereador Irineu Silva denunciava da tribuna da Câmara que a empresa Rossi e Martins "não aceitava elementos da raça negra, nem nortistas, alegando que esses elementos não prestam". Apud. Fontes, Paulo Roberto Ribeiro. Comunidade operária, migração nordestina. op. cit. pp. 83-86.

42 - Entrevista de uma dentista de 24 anos do Alto da Mooca. Cf: Pierucci, Antônio Flávio. "As bases da nova direita". *Novos Estudos*. São Paulo. N° 19, dezembro, 1987. p. 33.

43 - Pensar a América Latina - entrevista de John French e Daniel James In: Fortes, Alexandre. (et al) Na luta por direitos. op. cit. p. 189.

44 - "As depreciações mais explícitas e veementes aparecem quando a proximidade e a ameaça de mistura aumentam. (...) quando novos migrantes vêm viver perto de antigos migrantes que se consideram mais bem de vida; quando alguém que mora na periferia tem de provar que está numa condição melhor do que um vizinho que mora na favela, e assim por diante. Em outras palavras, a proximidade leva ao refinamento das separações para que a percepção da diferença seja mantida". Caldeira, Teresa Pires do Rio. Cidade de Muros. op. cit. p. 75.

poderiam representar significativos aumentos no custo da mão-de-obra. Para o Brasil, a questão era como aumentar a produção e ocupar o vazio dos mercados internacionais? Mas e se a guerra chegasse aqui, como o país lidaria com essas variáveis? No cenário interno, por conta da grande seca havida em 1938 na região setentrional de Minas Gerais e no sudeste da Bahia, assistiu-se ao deslocamento recorde de 100.139 indivíduos, a maior cifra de migração interna ocorrida no Brasil em apenas um ano.[45] Imediatamente, este deslocamento expressivo de pessoas suscitou uma grande discussão. Estes trabalhadores serviriam para as indústrias e para as áreas agrícolas do sudeste? Resolveriam os problemas que se prenunciavam no contexto internacional?

Sobre as possibilidades do aproveitamento dos migrantes nordestinos nas fazendas de café, argumentava-se:

> "Os trabalhadores nordestinos não se adaptam facilmente a essa cultura, pois *estão habituados a trabalho menos disciplinado*, qual o da criação ou o das culturas de plantio anual e em pequenas propriedades, que em regra cultivam por conta própria..."[46]

Estendendo esse raciocínio, Simonsen alegava que eles, além de não serem suficientemente disciplinados, geralmente chegavam na cidade desnutridos e sem condições para o trabalho produtivo imediato. De maneira que, antes de qualquer outra coisa, seria necessário criar "todo um sistema de adaptação das culturas das populações que emigram às novas condições com que vão deparar". Simonsen sugere um processo de reeducação e disciplinarização dos migrantes nordestinos para que então *se adaptem* à lógica do trabalho cientificamente organizado, seja agrícola, seja fabril. Para vários analistas, o "problema nordestino" se resumia à inadequada condição em que viviam, era antes de tudo uma questão do estágio civilizacional, ou seja, as migrações internas, oriundas do campo não representavam uma solução adequada ao problema do fornecimento de braços, seja para as indústrias, seja para as fazendas.[47] Portanto, os esforços do governo brasileiro na questão das migrações deveriam ser dirigidos por alguns critérios de seleção dos braços, preferencialmente estrangeiros, brancos, sadios, educados e politicamente aceitáveis.

> "As leis que surgiram, os altos salários pagos pelas fábricas, fizeram o êxodo das casas de família dos criados, como das lavouras do interior. O ganho fácil, principalmente das fábricas, dando ao operário, a oportunidade de deter uma renda maior determinou a vaidade entre a classe operária. De modo que moças e moços querem estar, vestir-se e

---

45 - No qüinqüênio 1934-1939 já se notava o crescente movimento interno de populações em direção à cidade de São Paulo. Neste período, na hospedaria dos imigrantes, foram alojadas 322.464 pessoas, das quais 151.263 baianas, 88.789 mineiras, 26.307 alagoanas, 21.976 pernambucanas, 10.789 fluminenses e outros contingentes menores. Estes números são uma pequena parte dos migrantes entrados na capital nesse período, apenas os que foram hospedados oficialmente, não se contam aí os que vinham por conta própria ou subsidiados por fazendeiros.BMTIC, ano VIII, nº89, janeiro, 1942. p. 330.

46 - Simonsen, Roberto. "Recursos econômicos e movimentos das populações". *Revista Brasileira de Estatística*. Ano I, n° 1, janeiro-março de 1940. p. 216. (Grifos meus).

47 - Afinal, "o imigrante não é apenas 'braço', mas um elemento de composição racial; o imigrante deve ser um elemento conveniente ao país que o recebe (...) havemos de rejeitar os analfabetos". Carvalho, Fernando Mirabilli. População e imigração (comunicação feita à sociedade brasileira de estatística em 9 de setembro de 1941). *Revista Brasileira de Estatística*. Ano III, n° 9, janeiro-março de 1942. pp. 122/123.

freqüentar todos os meios que as classes mais favorecidas freqüentaram. Os vemos nas praças públicas, jardins, casas de diversão, praias de banho, enfim por toda a parte. Procurando a sua emancipação social, política, e a liberdade, procuram gastar e correr pelas duas estradas largas da vaidade e do luxo, que os conduzem aos vícios. Não têm instrução suficiente nem a devida educação para discernir, a maioria entende que liberdade é não trabalhar, é gozar, fazer tudo errado que os outros faziam. Sem a faculdade de raciocinar porque lhes falta o exercício, na corrida do gozo vão perdendo a saúde e a tuberculose se alastra, a natalidade é um flagelo. Cuidando de parecer bem pelas roupas, a ignorância os afasta da higiene e portanto do zelo pela sua saúde..."[48]

O "flagelo", na opinião dos técnicos do governo e dos representantes da indústria, não estava exatamente nos deslocamentos maciços da população em si mesmos, mas na perda das distinções hierárquicas e na conseqüente mistura e confusão do que deveria estar separado. O que seria mais conveniente aos interesses nacionais (nacional, neste caso, era sinônimo de fabril e industrial), selecionar imigrantes estrangeiros ou estimular os deslocamentos de nacionais? No 1 ° *Congresso Brasileiro de Economia*, realizado em 1945, Arthur Hehl Neiva, membro do Conselho de Imigração e Colonização, proferiu uma palestra em que expôs as linhas mestras debatidas no Conselho: era uma questão de segurança nacional selecionar as correntes migratórias seguindo critérios políticos, étnicos e eugênicos. Afinal de contas, "escapamos de nos africanizar no período colonial, não devemos permitir que nos mongolizemos". Seguindo esse princípio, deveria se favorecer a imigração branca em detrimento da negra e amarela; seus arrazoados concluíam que o português, dado a sua capacidade de miscigenação, seria o tipo ideal para suprir nossas carências de mão-de-obra. Pela mesma razão deveriam ser evitados os judeus, principalmente os ashkenazim, que não se assimilavam facilmente. Quanto ao migrante nordestino, ele ponderou: "uma das melhores cepas da brasilidade é o nordestino. Devemos aproveitá-lo mais intensamente não só no *melting-pot* nacional, como ainda para o desbravamento do *hinterland*, nacionalizando as migrações internas do país".[49] O louvor à cepa nordestina serviu apenas para, sutilmente, introduzir a sua desqualificação: eles não servem para as indústrias e fazendas do centro-sul. O branco europeu continuava sendo o tipo ideal para a imigração urbana; ao nordestino, no máximo, se reservavam as áreas de fronteira e o interior do país, as regiões norte e centro-oeste.[50]

Aptos a ocupar o *hinterland* os nordestinos deveriam ser evitados na elaboração dos planos gerais de colonização; neste caso, deveria se priorizar o colono nacional, mas não o nordestino. Como explica o Diretor da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, Adrião

---

48 - Souza, William Coelho de. Panorama Econômico. *Observador Econômico e Financeiro.* n° 120, janeiro de 1946. p. 76 e segs.

49 - Neiva, Arthur Hehl. "A questão imigratória". BMTIC, n.° 136, dezembro de 1945, p. 200 e segs. 24/ 11/43.

50 - "Aparelhado para receber o imigrante estrangeiro, a maioria das fazendas possui colônias organizadas, com casas higienicamente construídas, que proporcionavam a seus moradores certo conforto. O nordestino, vindo de regiões onde há absoluta carência de recursos materiais indispensáveis à sua subsistência e onde viveu esquecido e abandonado, sem conforto, sem educação e sem saúde, ao instalar-se nessas casas deixa que elas se arruínem à falta de conservação e reparos, pouco habituado que está ao uso de instalações sanitárias, às residências assoalhadas, ao emprego da telha para cobertura das moradias, às camas de ferro e outras pequenas comodidades encontradas nas colônias das fazendas paulistas".Carvalho, Fernando Mirabilli. População e imigração (comunicação feita à sociedade brasileira de estatística em 9 de setembro de 1941): *Revista Brasileira de Estatística.* Ano III, n° 9, janeiro-março de 1942. p. 118.

Caminha, as sucessivas secas haviam imposto deslocamentos constantes de população no nordeste, estes deslocamentos desmantelavam tanto a vida rural quanto a urbana e produziam enormes desajustamentos sociais. Portanto, conduzir os nordestinos para as grandes cidades seria enchê-las "com levas de desajustados que constituem campo propício às fermentações sociais".[51] Um pouco mais sutil, mas seguindo o mesmo princípio, estavam os argumentos de Fernando Mirabili, para quem seria um retrocesso "retirar essa população tão robusta e adaptada ao ambiente geográfico"; o nordestino somente deveria ser deslocado para a conquista da bacia amazônica, devido à sua "instabilidade e inadaptação ao trabalho regulado". Os imigrantes estrangeiros, por sua vez, levarão "ao nosso interior novos padrões de civilização. Novas idéias, novos experimentos, novo espírito de iniciativa e liberdade, novas fontes de emulação progressista".[52]

O preconceito e o estranhamento em relação aos migrantes nordestinos perpassaram de alto a baixo a sociedade brasileira nos anos 40 e 50, e se confundiam com os anseios de progresso e com a expectativa pela configuração de uma mão-de-obra disciplinada e ajustada às modernas condições capitalistas de produção.

O problema se agravava com a chegada diária de 15 a 20 paus-de-arara, com 50 retirantes cada um, em média, na hospedaria dos imigrantes. A hospedaria tinha capacidade para receber até 1.800 pessoas de cada vez. Mas entre janeiro e agosto de 1952, por lá passaram quase 190 mil nordestinos.[53] Esse afluxo de pessoas limitava a sua permanência nas dependências da hospedaria a um máximo de 24 horas, não havia tempo para banhos ou para exames médicos. A diferença de tratamento dispensada aos imigrantes estrangeiros era a variante mais visível das hierarquias e distinções estabelecidas pela política de colonização e imigração. Os estrangeiros ficavam na hospedaria por uma semana, recebiam atendimento médico, banho e, se necessário, roupas. Os salões para refeições eram separados, "o dos nordestinos é bem pouco limpo, é escuro, com poucas janelas e mesas encardidas. O refeitório dos imigrantes estrangeiros é ladrilhado, tem amplas janelas e mesas limpas, o chão era lavado a cada refeição". A própria alimentação era diferenciada: arroz, feijão, carne, sopa, macarronada e polenta para os estrangeiros, no almoço; pela manhã, pão, leite e café. Para os nacionais, arroz, feijão ou raspa de mandioca, nem mesmo café da manhã era servido. Essa diferença de tratamento se justifica com a alegação de "que o brasileiro não trabalha, que o nordestino vem para o sul apenas com o espírito de 'correr o Brasil', que o nordestino é fraco, vagabundo, aventureiro..."[54] A ininterrupta chegada de novos migrantes apenas acirrava o debate.

---

51 - Silva, Adrião Caminha. "Duas teses sobre colonização". *Revista de Imigração e Colonização*. Ano XIII, nº 1, setembro de 1952. p. 92.
52 - Carvalho, Fernando Mirabilli de. "Imigração: um problema nacional".*Revista de imigração e colonização*. Ano VI, Nº 5, março de 1945. p. 65.
53 - *Notícias do Hoje*, 17/09/52. p. 5.
54 - *Notícias de Hoje*, 18/09/52. p. 4/5.

Em 1955, a *Revista Conjuntura Econômica* apontava que em uma década o número total de migrantes em São Paulo não cessara de crescer: em 1940 havia 348.676 mineiros, 153.311 Baianos, 31.533 Pernambucanos e 23.671 Alagoanos. Em 1950, os mineiros eram 512.736, os Baianos 189.685, os Pernambucanos 62.745 e os Alagoanos 56.788.[55]

E o que poderia ser percebido *apenas* como uma "opção" dos técnicos do Conselho de Imigração e Colonização parece ter se tornado senso comum dos moradores da cidade. Mais do que isso, as representações que se consolidaram nestes anos, sobre os migrantes nacionais, em diversas esferas sociais, se misturam e se confundem com as representações negativas dos trabalhadores pobres de um modo geral, fossem ou não nordestinos. Trabalhadores braçais, moradores do subúrbio, andarilhos, mendigos e nordestinos - as classes perigosas - todos passam a ser percebidos como uma mesma categoria, como exemplificação e encarnação das inevitáveis mazelas e dificuldades urbanas experimentadas nos anos dourados do progresso.

> "... recebendo [a cidade] diariamente magotes de evadidos rurais tanto do Sul de Minas, como do interior deste Estado e do nordeste do Brasil. Com a guerra e a inflação, conseqüentemente, com o aumento de possibilidades de trabalho, aparentemente, bem remunerado na indústria e a crescente carência de artigos de primeira necessidade, essa população aumentou e nunca foi tão destituída de recursos. A vida para ela é uma disputa árdua, sem tréguas, para quem o dia de amanhã é tão desconhecido como o próximo século e, por isso, é inquieta e cheia de preocupações de ordem material, capaz de muitas maldades e de muitas virtudes também, 60% não consegue ordenado que permita existência decente e com certos confortos de capital importância no mundo moderno: escola, higiene, alimentação sadia, roupas duráveis e meios de diversão. Por este e por outros motivos nascem muitos ressentimentos para o homem suburbano; a condição de marginalidade se estabeleceu até mesmo para aqueles que enriqueceram,mas que ficam, por assim dizer, encarados irremediavelmente em formas inferiores de conduta e compreensão; e, é assim que essa população marcha em volta de uma sensível auréola de revolta que se concretiza em má vontade contra o trabalho, em críticas contra a produção das fábricas, na comparação do seu próprio status com o de outras classes, em irreverências e maus modos em relação às tradições e aos costumes sociais. Eis aí, pois, uma curiosa aglomeração social, uma porção de indivíduos que não chegam bem a constituir uma classe social (...) Esses indivíduos superam, pelo desprezo, o meio social em que vivem e desacatam as classes, que no seu entender, os desamparam, tomando, ao mesmo tempo uma atitude de vingança contra tudo e contra todos. Sem solidariedade com seus iguais e sem coesão com os vários grupos e instituições sociais, eles são, lamentavelmente, individualistas(...) São de rotina os menores e os moços que interceptam roubos para revendê-los nas vilas e nas chácaras, que quebram vidraças e derrubam muros; que depredam propriedades e arruínam plantações; que emporcalham os lugares mais bonitos e transformam os bailes proletários em infernos de bebedeira e pancadaria. (...) Nem sempre, os destituídos sociais dessa região seguem os mencionados caminhos. De uma maneira ou de outra podem estar de bem com a sociedade, como por exemplo, trabalhar em determinado ofício ou seguir uma profissão, sem, no entanto, esquecer que essa mesma sociedade lhe é devedora de uma porção de reparações..."[56]

De uma situação econômica desprovida de recursos e eivada de dificuldades se produz uma condição social de inferioridade, intransponível mesmo com o enriquecimento. A sua qualidade "irremediavelmente inferior de conduta e compreensão" não é determinada por uma condição social transitória, mas pela sua origem de classe. É esta condição inescapável que gera a sua revolta, a sua recusa do trabalho fabril, os seus maus modos etc. A resistência em assimilar "as tradições e os costumes sociais" do novo meio em que estão os transformam num aglomerado violento e perigoso

---

55 - *Revista Conjuntura Econômica.* Ano IX, n° 12, dezembro de 1955. pp. 77-80

56 - Xidich, Oswaldo. "Uma visão do subúrbio". *Revista do Arquivo Municipal.* Maio/Julho, 1947. p. 173 e segs. (Grifos meus).

para a estabilidade social e para as instituições. A migração nordestina, de tema desaconselhável transformou-se num sério problema social.

O que parece estar implícito nas preocupações dos técnicos do Conselho de Imigração é o *tema da modernização,* que opunha o mundo rural atrasado ao urbano avançado.[57] Entretanto, essa polarização encontrou ressonância nos próprios meios populares, seja pela valorização das tradições de luta e consciência de classe, supostamente maiores entre os imigrantes e descendentes de europeus, seja pela valorização de suas desenvolvidas habilidades industrias e sua adequada inserção no meio urbano. Ao que parece, na Mooca, a imagem dos migrantes nacionais - principalmente nordestinos - centrada na violência e no atraso, era comum às diferentes classes sociais. Tanto os informantes da classe operária quanto os de "classe média" partilham uma percepção semelhante.

Contudo, essas imagens contribuíram para ampliar a distância, mesmo dentro dos limites do bairro da Mooca, entre os trabalhadores e a classe média, na medida em que trabalhadores nacionais e de ascendência européia se encontram na valorização do trabalho como modo de estar no mundo. E ambos se percebem como partícipes do mesmo campo em que os patrões viam os inimigos. Assim, quando:

> "Eu tive um trabalho tremendo em obra (...) no serviço eles são muito viciados em jogatina, compreende! Nas empresas davam o vale no meio do mês e no pagamento, compreende! Então no dia que dava o valee o pagamento eles jogavam a noite toda. Quando um ganhava o dinheiro do outro dava briga. (...) Era difícil, difícil, difícil, difícil, difícil, sabe o que era? Por exemplo, a gente foi organizando com cautela, né! Mostrando pra eles com paciência que pra você reivindicar deve ter força. Então você tem que ver a força que tem. Então dava exemplo do lugar com organização que conquistava alguma coisa. Era difícil de tratar porque na hora de tratar eles não concordavam de jeito nenhum. Então, por exemplo, tinha uma empresa grande que fazia todos esses mata-burros na estrada de ferro que pertencia a nosso setor profissional. O dono da empresa era o ministro da viação e obras públicas - não lembro o nome dele agora - ele era o dono da empresa. Então a gente foi discutindo com eles porque não estavam pagando as horas extras, nem os domingos e feriados. A empresa devia um mundo de dinheiro, mas a gente começou a visitar jornal, rádio, TV, fazendo passeata, aí a empresa começou a sentir que estava sendo desmoralizada. Aí o ministro mandou um representante dele aqui para ver se conversava comigo. 'Eu gostaria de ir numa assembléia vossa, mas será que os trabalhadores não vão me espancar?' (risos) Para eles [os patrões] mesmo se concordasse, continuava sendo inimigo. Aí eu disse que primeiro nós íamos fazer uma assembléia e o representante da firma queria falar com eles. Aí, tivemos que pedir a sede dos metalúrgicos emprestada... Aí ele veio, eu fui falar primeiro, expliquei que ele depois ia falar que não era pra vaiar, era pra ouvir, se convinha bem, se não convinha... Aí a empresa concordou em pagar tudo, mas não na justiça, no sindicato. Aí ficamos três dias fazendo pagamento. Mas você tem que ver, eles pegavam o dinheiro e a primeira coisa era beber e jogar, compreende?! A grande parte vinha pra cá trabalhar e depois de um tempo ele ia pra lá para colher, compreende? Eles iam lá colhiam, faziam outra plantação e vinham. Eles começaram depois de um tempo a passar a ser patrão. Eles ganhavam aqui, iam lá e pegavam alguns caras para ir na roça deles como escravos, igual quando eles eram trabalhador do campo viu!".[58]

Quando se fala do impacto da presença dos nordestinos no bairro da Mooca parece haver dois campos distintos. De um lado, os entrevistados que não tiveram uma experiência fabril, para os

---

57 - Essa dicotomia parece ter pautado também a produção acadêmica dos anos 50 e 60. Para dois exemplos significativos dessa literatura ver: Lopes, Juarez Rubens. *Sociedade industrial no Brasil.* São Paulo. Difel, 1964. Rodrigues, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil. São Paulo.* Difel, 1966.

58 - Entrevista com João Louzada, concedida ao autor em 6 de novembro de 1998.

quais a presença dos nordestinos é apenas sinônimo da degradação do bairro, de crime etc. De outro lado, os que tiveram essa experiência revelam uma outra percepção: a presença dos nordestinos parece pôr em risco a conquista dos direitos, as vitórias legais alcançadas com árduas lutas e, por isso, eles podem representar um "rebaixamento" nos níveis de "dignidade profissional" e de "respeito legal" alcançados depois de décadas de lutas, derrotas e vitórias. Dessa perspectiva o tema da migração nordestina tem um significado completamente diferente, o âmago do problema se desloca da noção de progresso para a noção de direitos:

> "Os nordestinos chegaram bem depois da guerra, né! Os nordestinos começaram a chegar porque começou a faltar mão-de-obra para serviços manuais. Porque uma grande parte dos que tinham as profissões com mais capacidade eram filhos de europeus. Então, uns passaram a ser chefe nas firmas ou abriram um pequeno comércio, ou uma pequena indústria. Não havia mão-de-obra. Então começaram a chegar os nordestinos em caminhão e... O lugar que eles primeiro se amoitavam era no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. Então eles vinham, não tinha documento, a maioria não sabia nem quem era o pai, não sabiam ler, não sabia nada. Então eles começaram a trabalhar, de início nas empresas de construção civil. Essas empresas, no meu setor negavam tudo que era direito para esses trabalhadores. Porque eles não tinham, uma: documento; outra: não tinham um mínimo de organização. Quando começou a vir os nordestinos compreende, alguns [descendentes de europeus] foram trabalhar por conta, assentar pastilha etc... Os que ficaram na construção civil era pra ser mestre. Então era difícil encontrar alguém com um mínimo de capacidadepara pedreiro, viu! Então era dificultosa a mão-de-obra. Por isso, as empresas não pagavam os direitos que eles tinham, através dos direitos dos trabalhadores de outros setores. Então, por exemplo, as empresas faziamcontrato por obra certa. Às vezes, eles mandavam embora antes de acabar a obra. Tinha o contrato por três meses, então não pagava nada, hora extra naquele tempo era 25%, não pagava nada".[59]

Neste caso, a percepção dos nordestinos é, certamente, negativa. Todavia ela aponta para uma identidade de classe que atribui a ambos, nacionais e europeus, um valor moral equivalente, referido ao mundo do trabalho, à condição comum de trabalhador e aos direitos sociais daí derivados. Essa ética da valorização do trabalho fabril que afastava ambos, trabalhadores nacionais e trabalhadores "europeus", de uma certa classe média do bairro, os aproximava, ambiguamente das referências com as quais os empresários qualificavam o mundo do trabalho. Mas essa unidade rapidamente se dissolvia quando entravam em questão os temas dos direitos sociais, da opressão fabril e dos salários, aí vinham à tona antagônicas maneiras de pensar o mundo do trabalho e o espaço da cidade. Ele continua:

> "Ah! tinha um preconceito tremendo. E que tem até hoje. É difícil de compreender que não deve haver discriminação racial, agora é o seguinte, como nós tínhamos uma formação cultural européia muito avançada, eles chegaram com a cultura deles, né! Uma cultura atrasada, tremenda. Então foi criando por nossa parte, uma parte bem grande do nosso pessoal, a discriminação. Então tudo que acontece de mau, eles fala: (risos) *'Esses americanos do norte"* (...) Eu viajei muito o norte e o nordeste pra conhecer, no local. Então, a formação deles é que você anda todo norte/nordeste você encontra igreja a cada passo. De tudo quanto é qualidade, compreende! Agora, escola você não achava de jeito nenhum. Agora a formação deles, eles se tornaram capanga de latifundiário, compreende! Porque quem tinha mais capanga ia tirando terra de outro. Por isso, existem grandes latifúndios, tremendos. Então a vida deles era se chocar, se chocar... Eu tive experiência de ver naqueles domingos, naquelas estradas uma poeira tremenda, eles desciam para as igrejas, um para uma igreja outro para outra, com o livro debaixo do braço, mas a faca na cinta, compreende, porque foi a formação deles. Eles não conheciam nada, a não ser aquilo. Eles tiveram uma vida muito sacrificada".[60]

---

59 - Entrevista com João Louzada, concedida ao autor em 6 de novembro de 1998.
60 - Entrevista com João Louzada, concedida ao autor em 6 de novembro de 1998.

A despeito de uma identidade de classe que compreende as similitudes de condição entre trabalhadores nacionais e estrangeiros, há a reposição de certas hierarquizações, com a contraposição entre o **nós,** europeus e civilizados, e o **eles,** os "americanos do norte".

> "Os que vieram, os europeus, pra cá, estavam fazendo o papel dos nordestinos. Eles foram escorraçados... Os espanhóis, italianos, e portugueses eram analfabetos, eram os nordestinos da época. Agora, é o poder econômico... É uma lei da natureza, o cara tá passando dificuldade ele migra. Um animal na floresta ele migra. Quando há uma seca ele migra (...) Imigra quem? Imigra pra França... Aqueles caras dos países Árabes, são imigrantes pela miséria. São os mais miseráveis, os mais atrasados..."[61]

Essa fissura - nós x eles - parece ter sido capaz, em certas circunstâncias, de atravessar as identidades de classe e dar o tom das relações sociais no bairro, como observou o Sr. João Bezerra, migrante cearense, morador do bairro desde 1950 e casado com uma descendente de italianos. Ele descreveu assim a sua condição de nordestino:

> "Eu ficava sempre pra trás em toda e qualquer reunião ou decisão, porque era nordestino, era novato em São Paulo, e aquela coisa... A gente... essa coisa toda porque não é trouxa... Pra bom entendedor meia palavra basta. Então ainda hoje, não quanto a minha pessoa, mas em reuniões a gente ouvia, [manifestações de preconceito] eu digo não é nada... Eu considero três fatores preponderantes para o conceito do nordestino aqui em São Paulo. 1º porque ele é atrasado, então se tem um conceito daquele atrasamento econômico, cultural... Até na.. A figura do nordestino não se cruza com a do descendente ou europeu. 2º porque o nordestino tem aquela fama de ser violento... O nordestino, não é o meu caso, que sou uma pessoa liberal... Não é a violência, ele carrega com ele aquela inferioridade econômica e cultural. Então, quando ele não tem saída quando é encostado na parede, não tem alternativa, ou você briga com ele ou corre, na maioria dos casos porque ele é ignorante mesmo, ignorante você sabe como é, então é por aí. E o 3º é porque o nordestino, com raras exceções, ele não tem ascendência européia ou estrangeira - que o brasileiro tem aquela mania, tanto que os produtos importados tomaram conta, porque só se dá valor ao que tá lá fora - o nordestino ele é nato brasileiro..."[62]

Há uma ambigüidade evidente nessa descrição. Por um lado, parece haver a aceitação tácita da idéia de que as "limitações" do nordestino estão resumidas no fato de não possuírem ascendência européia. Mas há uma implícita rejeição desse argumento, na medida em que se valoriza o que é brasileiro, como sinônimo de legítimo. Mais que isso, a legitimidade do brasileiro e do nordestino, para o operário têxtil João Bezerra, estava na sua capacidade de trabalho. Por caminhos tortuosos e atravessando o preconceito - sem, contudo, nega-lo - a dignidade do trabalho podia reunir nacionais e estrangeiros. Reforçando esse encontro, a força simbólica contida na idéia da "cidade que não pode parar" alimenta e justifica os anseios e esperanças de desenvolvimento individual, essas expectativas isoladas configuravam um imaginário coletivo que passava a ser partilhado por trabalhadores imigrantes e migrantes, ambos se encontravam nas noções de *progresso* e

---

61 - Entrevista com Pedro Teodósio, concedida ao autor em 11 de janeiro de 1998. O que determinou esse comentário é que o cortiço da rua Caetano Pinto, mencionado no segundo capítulo deste trabalho, é mencionado como um reduto de espanhóis nas décadas de 30 e 40. Nas décadas de 50 e 60 o mesmo cortiço era conhecido como "mineirão".Cf. Andrade, Margarida Maria de. *Bairros Além-Tamanduatei: o imigrante e a fábrica no Brás, Mooca e Belenzinho.* São Paulo. FFLCH/USP, 1991. Tese de doutoramento.

62 - Entrevista com João Bezerra dos Santos, concedida ao autor em 12 de junho de 2000. Tive a oportunidade de assistir a uma reunião da associação dos aposentados do Sindicato dos Trabalhares das Indústrias Têxteis em que um orador, descendente de espanhóis, também morador da Mooca, dizia, enfaticamente, que o mal do sindicalismo paulista atualmente era estar dominado pelos nordestinos. Dizia isso olhando firmemente para o Sr. João Bezerra.

desenvolvimento. Paradoxalmente se essas noções eram um ponto de convergência entre os trabalhadores nacionais e estrangeiros, também era a partir delas que se configuravam as representações negativas dos migrantes nordestinos. A sua presença parecia ameaçar e pôr em risco exatamente os anseios pelo progresso e pelo desenvolvimento. Assim, o tema migração interna atravessou todas as classes sociais no bairro da Mooca, mas se tornou um problema apenas com o que se pode chamar de a "classe média" do bairro; foi aí que o *problema nordestino* se materializou mais intensamente na chave do progresso e do desenvolvimento.

As várias faces do progresso.

> "Sabe porque muita gente foi embora? As pessoas com mais dinheiro chegaram e foram reformando as casas, colocando cerâmica colorida nas fachadas e a gente, que tinha uma casa mais humilde, ficou sentindo até vergonha da casa onde morava. Aí para muitos não restava outra alternativa a não ser ir embora".[63]

A questão da migração interna X imigração estrangeira só adquire plena significação quando pensado a partir do *tema do desenvolvimento* e da noção de *progresso* que ele implica. Contudo, as noções de progresso e desenvolvimento tiveram conteúdos e significados bastante diversos no cenário político do após-guerra. Possivelmente, sua força residia na multiplicidade de significados que elas podiam mobilizar e na diversidade de emblemas, símbolos e ações que elas foram capazes de suscitar. Progresso e desenvolvimentismo foram bandeiras que serviam à esquerda nas proposições de reforma agrária, na defesa da indústria nacional, na ênfase pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e mesmo na alegação de uma ação planificada por parte dos estados e municípios; impulsionaram os movimentos de bairro e se materializaram nas reivindicações por calçamento, iluminação, serviço de coleta de lixo e postos de saúde etc.; mas serviram também à direita, nos estímulos à entrada de capital estrangeiro, na contenção dos conflitos trabalhistas em nome do crescimento econômico e da paz social.

Em termos gerais, as idéias desenvolvimentistas impulsionaram as políticas públicas brasileiras desde os anos 40. Pretendia-se promover o mais rapidamente possível uma forte industrialização, embasada na substituição das exportações, contando com maciços capitais estrangeiros e incentivos fiscais do Estado, voltando-se principalmente para o mercado interno. No contexto da cidade de São Paulo, o eixo simbólico desse projeto tomou as ruas e se materializou nos festejos do sesquicentenário da cidade, em 1954, esse foi seu momento símbolo, foi ai que se cunhou o emblemático slogan desse projeto: *São Paulo não pode parar.*

A partir dos anos 50, uma intensa política de créditos abriu o acesso para as classes populares a vários bens duráveis. A cidade de São Paulo intensificou a sua industrialização e a sua

63 - Depoimento de João Louzada In: Martinelli, Pedro e Grinover, Paula. op. cit .p. 81.

urbanização foi mais acelerada do que na década anterior.[64] O produto interno bruto crescia anualmente a taxas de 10%, enquanto a renda *per capita* se expandia em média 6,1% ao ano, e era cada vez maior o número de pessoas que tinham acesso aos bens industriais duráveis como televisão, fogão a gás, geladeira etc. Grande parte dos migrantes que circulavam pelos estados brasileiros se tornavam proprietários de suas casas ao se aventurar no projeto familiar da autoconstrução. Os índices de desemprego eram relativamente baixos, os filhos das classes populares recebiam educação pública de qualidade e os serviços de saúde eram acessíveis. Transpirava-se um clima de esperança em um futuro melhor, a sensação geral era de que o país progredia, tornava-se *moderno*. Acreditava-se que os filhos seriam mais afortunados e felizes que seus pais e a diminuição das desigualdades sociais estava colocada na pauta do dia, era apenas uma questão de tempo.[65] Estes foram os anos de um grande e generalizado otimismo, que atravessou verticalmente toda a sociedade: os *anos dourados*, símbolo de crescimento, progresso e paz.

O ápice desse otimismo foi certamente o governo Juscelino Kubitschek e seu *Plano Nacional de Desenvolvimento,* expresso no lema: *cinqüenta anos em cinco*. Esta agenda, no que dizia respeito aos interesses e necessidades das classes populares, foi explicitada num discurso de 1° de maio pronunciado em Brasília em 1960:

> "O trabalhador brasileiro compreendeu que, nesta hora do mundo, desenvolvimentismo e justiça social significam a mesma coisa, que não haverá destino nenhum para si mesmo, para sua família, para sua classe, num país atrasado, a arrastar um séqüito de milhões de seres em situação vegetativa (...) compreendeu o povo que se impõe industrializarmo-nos progressiva e rapidamente; que a pobreza nacional não cria vida próspera para ninguém".[66]

Por essa ótica, o objetivo das classes populares seria o saneamento da moeda, o aumento da produtividade e o crescimento industrial. "O programa de política social deve, portanto, ser delineado em consonância com o planejamento do desenvolvimento econômico".[67] Ou seja, do ponto de vista do poder público, acreditou-se que o desenvolvimento econômico traria, automaticamente, o bem-estar coletivo, de modo que as políticas sociais públicas e o universo dos direitos emergiriam como um desdobramento *natural* do desenvolvimento industrial, e estavam irremediavelmente a eles subordinados. A questão social e as políticas públicas que ela supunha se configuravam como conseqüência inexorável do desenvolvimento industrial. Em outro discurso, o presidente Kubitschek enfatizou:

---

64 - Wells, J. R. "Subconsumo, tamanho do mercado e padrões de gastos familiares no Brasil".*Estudos Cebrap.* N° 17, 1976.

65 - Caldeira, Teresa Pires do Rio. Cidade de Muros. op. cit. p. 48.

66 - Discurso de 1° de maio aos operários da nova capital.. *O Estado de São Paulo*, 3 de maio de 1960. p. 7. Especificamente sobre o governo Juscelino Kubitschek, ver: Benevides, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

67 - Juscelino Kubitschek, mensagem ao Congresso Nacional, 1956. Apud. Vieira, Evaldo. *Estado e miséria social no Brasil: De Getúlio a Geisel. 1951/1978*. 3ª ed. São Paulo. Cortez, 1987. p. 88.

"...a consciência de que com o correr do tempo *irão chegando* os benefícios em maior produtividade. O desenvolvimento na medida que se acelera reduz os conflitos internos [ao produzir a] certeza de que haverá *eventualmente* o bastante para todos, elimina a necessidade que se apresenta aos indivíduos nas economias estagnadas, de lutar ferozmente pela posse de migalhas e facilita a prática da justiça social".[68]

As questões como habitação, saúde, lazer e educação etc, só eram postas como prioritárias quando eram percebidas como a condição necessária para o desenvolvimento industrial, e não porque fossem um fim em si mesmas. Qualquer ponderação acerca da idéia de justiça social era percebida como a possibilidade de, num futuro indefinido, se usufruir os benefícios do crescimento e do desenvolvimento industriais. A melhoria das condições de vida das classes populares não era a condição para o desenvolvimento e a superação do atraso, mas a sua conseqüência natural e inelutável, embora longínqua e indefinida. Qualquer noção de direitos, neste contexto, se via submetida à ampliação do crescimento nacional pela via do desenvolvimento industrial. Em lugar do cidadão erigiu-se *o consumidor* como o alvo do planejamento estatal e como meio para a superação do atraso; no lugar do titular de direitos entronizou -se o usuário de serviços. Desse ponto de vista, o projeto desenvolvimentista contido no mote "cinqüenta anos em cinco" ofereceu o consumo como alternativa aos direitos para as grandes massas de trabalhadores; e esse princípio parece supor que o desenvolvimento é sinônimo da abundância e que a abundância é o corolário da democracia.

"Considero defender os trabalhadores em primeiro lugar garantir-lhes o trabalho (...) Considero defender os trabalhadores sanear e dignificar a moeda dar-lhes valor aquisitivo certo (...) Considero defender os trabalhadores ajudá-los a *melhorar sempre a produtividade e aumentar a produção...*"[69]

Ao tornar equivalentes os papéis de cidadão e de consumidor, a educação, a saúde pública, a habitação, o lazer, o trabalho etc., aparecem como conquistas pessoais e não mais como direitos sociais e coletivamente conquistados.[70] Reforçava-se a idéia de que os equipamentos públicos como as creches, os posto de saúde e os transportes eram ofertas e dádivas do poder público, pois, ou o *usuário* os obtinha individualmente ou como uma concessão, seja do governo, seja das empresas privadas. A noção de direitos era reduzida a uma causa ideológica e vazia.

Do ponto de vista dos industriais, progresso e desenvolvimento implicavam, antes de qualquer coisa, uma demarcação clara e precisa entre os espaços relativos à ação do Estado e os da iniciativa privada, essa era maneira de manter o universo fabril como um mundo privado do

---

68- Discurso do Presidente Juscelino Kubitschek na sede da FIESP no I Simpósio sobre Conceituação da Economia Brasileira. *O Estado de São Paulo*, 27 de julho de 1960. p 40. (Grifo meu).

69- "Vida digna para o trabalhador". *Diário Carioca*, 12 de fevereiro de 1955. Apud. Vieira, Evaldo. op. cit. P. 74. (Grifo meu).

70- "A glorificação do consumo se acompanha da diminuição gradativa de outras sensibilidades, como a noção de individualidade que, aliás, constitui um dos alicerces da cidadania. Enquanto constrói e alimenta uma individualidade feroz e sem fronteiras, o consumo contribui ao aniquilamento da personalidade, sem a qual o homem não se reconhece como distinto, a partir da igualdade, entre todos". Sobre esta questão, ver: Santos, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo, Cortez, 1986. pp. 35 e 127.

industrial. No campo da iniciativa privada haveria uma distinção entre, de um lado, os setores industriais, com capital nacional ou estrangeiro, indistintamente e, de outro, os demais setores produtivos não industriais como comércio, agricultura e o sistema financeiro. A industrialização seria, portanto, o elemento ordenador e catalizador dos objetivos comuns desse mundo privado.

Há uma clara confluência entre os argumentos do presidente Kubitschek e dos técnicos dos ministérios econômicos e os interesses das indústrias, principalmente os da FIESP. Esta identidade amainou conflitos e discordâncias pontuais surgidos entre os industriais e o governo. Para ambos, contudo, o desenvolvimento - assentado na industrialização - era o objetivo comum, era ele que realizaria a integração das classes produtoras e dos consumidores na nação; Por isso, a agenda desenvolvimentista, como foi posta em ação pelo governo Juscelino Kubitschek, foi a expressão mais acabada dos interesses dos industriais, na medida em que subordinava a idéia do desenvolvimento social às condições e particularidades do desenvolvimento industrial. Referindo-se ao presidente Juscelino Kubitschek em seu livro de memórias, o empresário têxtil da Mooca, Marcos Gasparian observou: "não tínhamos visto presidente que prometesse tanto à indústria de nosso país, como o fez Juscelino".[71]

A condição para o desenvolvimento industrial, do ponto de vista dos industriais, era uma continuada política de paz social que até admitia o dissenso e a dissonância entre os interesses do trabalho e do capital, mas os classificava apenas como conflitos econômicos que deveriam ser negociados e submetidos ao universo da legislação social e trabalhista:

> "...É no interesse mais legítimo tanto de empregados como de empregadores, que se deve elaborar um diploma legal que permita colocar a solução dos conflitos econômicos num plano elevado, livre dos perigos de meras agitações políticas e subversão da ordem..."[72]

O objetivo dos industriais era que todos os conflitos entre trabalho e capital fossem estritamente regulamentados por lei e subordinados à justiça do trabalho, cujo papel não deveria se restringir ao de simples arbitragem entre as partes em conflito, mas se estender a uma função educativa e civilizacional. "Como se pode imaginar uma organização social e econômica com uma lei que relega a justiças do trabalho à simples função arbitral quando a própria constituição do país atribui-lhe função de conciliar e julgar?"[73] Assim, o itinerário que propunham para o desenvolvimento supunha retirar dos conflitos sociais qualquer caráter político ou ideológico,

---

71 - Gasparian, Marcos. *O industrial*. São Paulo. Martins, 1973. p 94.

72 - Boletim informativo – publicação semanal - n° 443, de 02/04/58. Discurso de Egon Félix Gottschalk no debate a propósito da regulamentação do direito de greve, debatido na Câmara Federal a partir de janeiro 1958, ainda nocalor da onda de 'greve dos 400 mil' ocorrida em outubro de 1957. In: Trevisan, Maria José. 50 anos em 5... A Fiesp e o desenvolvimentismo. Petrópolis. Vozes, 1986.op. cit. p. 158.

73 - Boletim informativo – publicação semanal - n° 444, de 09/04/58. Discurso de Ricardo de Araújo Cintra, membro do departamento de economia da FIESP, a respeito da regulamentação do direito de greve. In: Trevisan, Maria José. 50 anos em 5 op. cit. p. 159.

reduzindo-os a reivindicações eminentemente econômicas remetidas ao universo da justiça do trabalho como questões estritamente técnicas.

É neste contexto que se percebe o verdadeiro temor que representava para os empresários a negociação direta e a *linguagem dos conflitos e dos direitos* expressa pela atuação dos políticos populistas e pelas organizações de bairro Conseqüentemente, os empresários irão atribuir as greves e as disputas entre trabalho e capital à atuação desses políticos "inescrupulosos e demagogos", que em busca de vantagens pessoais punham em risco a ordem social.[74] Nessa lógica seletiva e bem estruturada esvaziavam-se os conflitos de classe, porque se retirava da ação dos próprios trabalhadores a decisão acerca das greves. O verdadeiro e decisivo conflito social se deslocava do conflito entre trabalho e capital para o embate entre demagogos populistas X interesses nacionais. O projeto particular dos empresários se tornou o projeto nacional, e nele fica evidente a força simbólica depositada na idéia do desenvolvimento como apanágio para a solução do atraso nacional. Se a produção industrial for aumentada com o desenvolvimento, e *eventualmente* houver um excedente, ele terá contribuído para a justiça social. As vertentes nacionalistas, nas suas múltiplas faces, à esquerda ou à direita, não romperam esse arranjo, ao contrário, ao assumir a industrialização nacional como sinônimo de desenvolvimento social prestaram um inestimável serviço aos industriais, pois transformaram o seu projeto particular num projeto de todos, num projeto nacional.

> "A difusão da idéia de desenvolvimento como um bem só alcançável através da industrialização e a propagação do *caráter nacionalista* desse processo foram sem dúvida imagens altamente úteis à estratégia do empresariado, que dele se beneficiou duplamente. Em primeiro lugar pela desfiguração da luta de classes, desdobramento inevitável de toda ótica nacionalista; em segundo lugar pela legitimação da implantação das indústrias de base, momento específico da estratégia que implicava em altos custos sociais".[75]

No outro tripé desse triângulo estava o conjunto das classes populares, não como cidadãos, mas como consumidores, porque esta era a única categoria aceitável para a paz social numa lógica que punha como eixo do progresso as determinações do crescimento industrial.[76] Contudo, para as classes populares, progresso e desenvolvimento não foram meros discursos ou representações abstratas, eles expressaram seus desejos e, ao mesmo tempo, nortearam suas ações. Foi a partir das suas condições reais e concretas de existência que estas noções se transformam em matéria-prima

---

74 - "A greve só aproveita ao pugilato de demagogos levianos e impatrióticos que as fomentam, pois dela se servem para fins eleitoreiros. Buscam avidamente o voto operário, indiferentes ao mal que lhes causam e à nação. O bemestar das massas trabalhadoras, a propriedade da nação, os mais altos interesses do Estado nada representam para essa malta de demagogos. Buscam avidamente o voto, não importa por que processos, contanto que o obtenham." Boletim informativo – publicação semanal - nº 431, de 08/01/58. In: Trevisan, Maria José. op. cit. p. 160.

75 - Trevisan, Maria José. op. cit. p. 113. (Grifos no original)

76 - "O espaço de consumidor configura assim uma terceira e última referência que abarca genericamente todos os agentes sociais, diluindo o contorno das classes e delimitando a imagem de povo e de nação. É no interior desse espaço indeterminado que o discurso recorda o lugar e o papel do trabalhador, disciplinando as relações capital/trabalho através da *política de paz social* e ainda o papel e a função dos intelectuais enquanto agentes de articulação e instrumentadores da estratégia e do projeto de dominação do empresariado". Trevisan, Maria José.op. cit. pp. 108-109. (Grifos no original).

de seus anseios em relação ao futuro. A idéia de progresso foi para eles, antes de qualquer outra coisa, um modo de enfrentar, cotidianamente, as dificuldades do presente, na medida em que supunha a perspectiva do atendimento de certas necessidades e, ao mesmo tempo, anunciava a possibilidade de se preparar o futuro. A sua busca cotidiana pelo desenvolvimento de desenvolvimento era, ao mesmo tempo, o modo de exprimir a aceitação das condições presentes e de manifestar otimismo quanto ao destino.[77]

Para os migrantes que chegavam de várias partes do país, e cujo desejo era se incorporar ao progresso da cidade, a noção de desenvolvimento se materializava de diversas maneiras; em primeiro lugar, na possibilidade de ter um trabalho, com seus direitos reconhecidos e garantidos; em segundo lugar, na possibilidade de melhorar suas condições de vida, que pode ser resumida na idéia de "enfrentar e dominar a periferia". Possivelmente o modo mais evidente em que se exprimiu uma noção popular - concreta e pragmática - de progresso e desenvolvimento foi no projeto da autoconstrução da casa própria. Nele se condensavam as referências ao trabalho e ao que se poderia denominar de "direito à cidade". O que importava nesse projeto era fugir dos riscos e perigos do aluguel, das decisões arbitrárias dos senhorios, da infindável demora por justiça nos casos de despejo; era a expressão mais acabada da possibilidade de oferecer à família um mínimo de sossego e conforto, mantendo-a unida e coesa e, ao mesmo tempo, garantir o mínimo de recursos para enfrentar o mais temível do males: o desemprego. Ao conseguirem colocar em prática o empreendimento da autoconstrução, criava-se uma sólida sensação de progresso, até mesmo de ascensão, o que lhes dava um sentimento de participarem do progresso e do desenvolvimento da cidade e do país. Entre 1940 e 1950, mais de meio milhão de pessoas se aventurou no projeto da autoconstrução. Estima-se que mais de 100 mil novas casas foram construídas desse modo na cidade de São Paulo, em loteamentos periféricos quase nunca atendidos pelos mínimos serviços urbanos.[78] Possivelmente na década seguinte esses números foram ainda maiores. Esse lento e penoso percurso da autoconstrução em áreas periféricas tinha um significado simbólico poderoso, porque exprimia um dos sinais da incorporação à cidade e da conquista da um sentido concreto de

---

77 - Como sugere Hoggart, "Independentemente daquilo que os indivíduos de outras classes possam pensar, a experiência das classes proletárias, durante estes últimos cinqüenta anos, é conducente a uma aceitação da idéia de progresso como algo de inegavelmente válido". Hoggart, Richard. op. cit. p. 12. "Para os moradores, o *progresso e o desenvolvimento* do bairro estavam intimamente associados à melhoria do sistema de transportes, à instalação da rede de água e esgotos, à iluminação pública, à abertura de uma agência dos correios, de um posto telefônico e de uma nova escola" *Hoje*, 14/02/46, p. 4.

78 - Aqueles que se lançaram na aventura da autoconstrução não estavam preocupados se as suas extenuantes horas de "sobre-trabalho" – o trabalho fabril somado ao trabalho de autoconstrução - significavam ou não uma solução "não-capitalista" para a obtenção da moradia, ou se permitiam uma diminuição nos custos de reprodução da sua força de trabalho, pois desoneravam tanto o Estado quanto a iniciativa privada dos encargos diretos e indiretos com a reprodução das condições gerais de existência o que importava para a grande maioria era progredir. Sobre as muitasimplicações do projeto popular de autoconstrução ver: Oliveira, Francisco. A economia brasileira: crítica da razão dualista. op. cit. E também Bonduki, Nabil. Origens da habitação social no Brasil op. cit. p. 294.

cidadania, talvez estivesse aí a mais clara possibilidade de ascensão social coletiva para os migrantes de baixa renda.

Mas exatamente por isso, progresso e desenvolvimento eram também sinônimos da melhoria das condições gerais do bairro e se traduziam em eletrificação, canalização, pavimentação, creches, postos de saúde, escolas etc. Desse modo, as noções populares de progresso e desenvolvimentismo não podem ser dissociadas de uma certa expectativa de *mobilidade social,* na qual o mundo do trabalho e o emprego com direitos reconhecidos ocupavam o papel central; afinal, eles eram os vetores de todas as possibilidades de ascensão, é dessa perspectiva que se compreende que:

> "Os operários progrediram, se tornaram profissionais nas profissões, houve um aumento dopoder aquisitivo. O progresso veio vindo, eu acredito, naturalmente, né? Compravam casa, terrenos. Depois construíam também em mutirão".

Ou ainda

> "Antes do Juscelino aqui não se produzia nada, a não ser o ramo de tecelagem que era forte, umas metalúrgicas... Com o Juscelino é que se abriram os portos, e as montadoras vieram para o Brasil, os metalúrgicos se fortaleceram, deu trabalho para muita gente e o Brasil progrediu".[79]

Para os antigos moradores da Mooca, operários descendentes de portugueses, italianos, espanhóis e "hungareses", progresso e desenvolvimento significavam, em primeiro lugar, a possibilidade de ter um trabalho com seus direitos reconhecidos e garantidos. Em segundo lugar, progresso e desenvolvimento representavam uma estrada que apontava para a manutenção das condições materiais alcançadas e, principalmente, para as possibilidades de ascensão social, da conquista de maior bem-estar e, portanto, do distanciamento cada vez maior das possibilidades do descenso social e das dificuldades enfrentadas por seus pais e avós. É exatamente nesse aspecto que a chegada massiva dos migrantes nordestinos instaura o medo e as possibilidades, tão palpáveis, do declínio social. Medo da concorrência no mercado de trabalho, mas principalmente, medo do descenso social, que a presença dos migrantes anunciava.

E esse medo não foi mera fantasia. Por trás do otimismo partilhado pelos sucessivos governos das décadas de 40, 50 e 60, pelos empresários e pelas classes populares nesses *anos de confiança,*[80] constata-se que o número de favelados na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, na década de 50, cresceu 99,3%, enquanto a população da cidade cresceu 35%. Em 1960, 79% das habitações do país não possuíam água encanada; 61% não eram dotadas de energia elétrica; 49%

---

79 - Respectivamente: entrevista com Américo de Almeida, concedida ao autor em 21 de janeiro de 1999; e com Antônio Paulo Fracasse, concedida ao autor em 1° de junho de 2000. Neste momento da entrevista sua esposa intervém e o contradiz: "O meu progresso foi sempre trabalhar. Para mim não teve progresso nenhum, estou com 83 anos e nem aposentadoria tenho..."

80 - A expressão é de Thomas Skildmore. *Brasil: De Getúlio a Castelo.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

sequer tinham instalações sanitárias.[81] Os gastos da União com educação foram paulatinamente decaindo a partir de 1953, na proporção direta em que aumentavam os gastos com a defesa nacional, com os transportes de bens industriais e mercadorias, com as telecomunicações e com a administração geral do Estado. O próprio ministro da educação, Clóvis Salgado, reconhecia, em 1959, que existiam vagas nas escolas primárias apenas para metade das crianças de 7 a 14 anos. Em 1960, à educação destinava-se 6,1% do orçamento federal, enquanto à administração geral consumia 36,2%, a defesa, 21% e os transportes, 19,3%. Também decresceram os gastos médios com saúde pública e previdência social, acarretando a trágica estatística de que apenas 31,7% das pessoas nascidas em São Paulo chegavam aos 40 anos de idade. Os gastos públicos federais com saúde decresceram de 5,4% em 1955 para 4,6% em 1960. A conseqüência mais visível foi a média, nas principais capitais, de 19,5 mortes por mil nascidos para o ano de 1958. Estas cifras revelam-se mais trágicas se comparadas com os 8,9 na Argentina no início dos anos 50.[82]

Segundo o recenseamento geral de 1960, 70,3% da população remunerada do país recebia no máximo o salário mínimo oficial.[83] Ao mesmo tempo, o custo de vida na cidade de São Paulo subiu entre os anos de 1948 e 1956, 192%; especificamente durante o governo Kubitschek o aumento foi de 258%. Em contrapartida, no mesmo período, o salário médio aumentou apenas duas vezes e meia. O abismo social que vai se alargando é mais evidente ainda quando comparado às altas taxas de crescimento real de 7% ao ano para o período de 1957 a 1961 e os impressionantes 4% per capita.[84]

As transformações no bairro da Mooca foram excruciantes. Se na década de 40 a Mooca era um bairro relativamente homogêneo, nos trinta anos seguintes isso se alterou significativamente. De um lado, continuou sendo um bairro marcadamente operário e fabril; mas com uma concentração cada vez maiores de classe média, principalmente numa área conhecida como *Parque da Mooca*, o oposto geográfico da velha e industrial Mooca de baixo. No início da década de 70, segundo estatísticas da *Secretaria Municipal de Planejamento*, 56,5% dos moradores do bairro possuíam uma renda classificada como baixa: até 15 salários mínimos; entretanto 43,5% dos moradores possuíam uma renda classificada como alta: entre 15 e 30 salários mínimos.

Na mesma época, a *Secretaria de Habitação* estimava que existiam 586 cortiços no bairro, com um total de mais de 5.092 domicílios (ou seja, quase 20% dos moradores da Mooca viviam em cortiços), representando 11,2% do total dos cortiços da capital. Dos moradores desses cortiços da

81 - Vieira, Evaldo. op. cit. p. 126.
82 - Idem. pp. 104 e 118, respectivamente.
83- A população total do Brasil era 70.119.071 dos quais, aproximadamente, 2,8% eram remunerados de acordo com a lei do salário mínimo. Cf. Vieira, Evaldo. op. cit. p. 93.
84- O crescimento industrial entre 1955 e 1961 foi de aproximadamente 80%, sendo que as indústrias de aço cresceram 100%; as mecânicas 125%; as indústrias elétricas e de comunicações 380%; as indústrias de equipamentos de transportes, 600%. In: Skildmore, Thomas. op. cit. p. 204.

Mooca, 78% provinham do nordeste, sendo que, destes, 54% procediam de apenas duas cidades de Pernambuco: *Pesqueira e Belo Jardim*. 73% dos moradores desses cortiços com mais de 14 anos estavam empregados com remuneração regular e, na sua grande maioria, 69%, em pequenas indústrias do próprio bairro, 80% desses trabalhadores não tinham qualquer qualificação profissional, 40% recebiam menos de um salário mínimo e 37%, menos de dois. Em 1979, 60% dos moradores dos cortiços da Mooca pagavam, em média, um salário mínimo pelo aluguel dos cômodos que ocupavam.[85] Percebe-se, assim, que os anos dourados não alteraram em nada as profundas desigualdades sociais na cidade, ao contrário:

> "De forma que o progresso veio vindo... o progresso que atingiu São Paulo dividiu e praticamente dificultou a vida do mais pobre, o pobre ficou mais pobre ainda, na época operário usava o brim coringa, o chefe, o encarregado usava capa. De forma que a cidade se desenvolveu, houve um crescimento..."[86]

A Mooca se separava cada vez mais em duas metades; de um lado a Mooca operária, dos migrantes nacionais e descendentes de europeus; de outro, a Mooca de classe média, de descendentes de europeus e de migrantes nacionais que ascenderam socialmente.[87] Mas não foi apenas essa forte concentração e polarização entre pobres e classe média que marcou o bairro nesses anos. A situação geral foi agravada porque, até meados da década de 60, a indústria têxtil era a indústria predominante na região, oferecendo 31% dos empregos industriais, seguida pela indústria metalúrgica com 12,1% dos empregos e pela indústria de materiais de transporte com 11,1%; seguiam-se as indústrias de alimentos e as confecções, representadas por estabelecimentos menores. Nos dez anos seguintes, a indústria têxtil foi lentamente recuando e seu lugar sendo ocupado pelas modernas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico e plástico, instaladas em outros bairros. Em 1975, as indústrias têxteis da Mooca empregavam 19% da mão-de-obra ocupada na região, enquanto as metalúrgicas já respondiam por 18,3%. Ou seja, a partir da década de 60 ocorrem dois deslocamentos simultâneos: a indústria metalúrgica ultrapassou a têxtil tanto no número de estabelecimentos, quanto no número de empregados; e, ao mesmo tempo, o eixo operário da capital se deslocou da zona leste para a zona sul e para a região do ABC, que

---

85 - As informações estatísticas acima foram retiradas de: De Grazia, Guiseppina Rosária. *Da autonomia à institucionalização: a proposta de organização independente e autônoma desenvolvida na região da Mooca – São Paulo.* São Paulo. 1997. FFLCH/USP. Dissertação de mestrado. p. 79/80.

86 - Entrevista com Rubens Martinez de La Rosa, concedida ao autor em 17 de dezembro de 1999. "No que concerne a São Paulo, o mais desconcertante, face ao seu aparente dinamismo, é a mobilidade relativamente pequena que a população mostra por mudança de posição. Em comparação com a Grã-Bretanha, considerada modelo de estrutura rígida de classe, São Paulo mostra muito menor movimento entre as classes sociais; grande parte da mobilidade social que se evidencia na cidade resume-se numa mobilidade estrutural que é irrelevante para o problema de igualdade de oportunidades. Parece, portanto, que a estrutura de classe tradicional do Brasil foi pouco afetada pelo desenvolvimento econômico que São Paulo registrou nos últimos cinqüenta anos..."Hutchinson, Bertram (org.) *Mobilidade e Trabalho: um estudo na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro. INEP, 1960, p. 11.

87 - Para o retrato de uma família de migrantes nordestinos que ascendeu ver: Pereira, Verônica Sales.Mobilidade social e cidadania op. cit.

passou a concentrar o maior pólo industrial do país.[88] O bairro da Mooca se desindustrializava e perdia suas antigas referências e credenciais.

Tabela com o decréscimo no número de estabelecimentos e empregados na região da Mooca[89]

Subdistrito	1976/1980		1985		Variação 1976/1985	
	Estabelec.	Empreg	Estabelec	Empreg.	Estabelec %	Empreg %
Alto da Mooca	727	33.437	554	22.369	-23.80.	-33,10
Belenzinho	512	53.404	330	34.358	-35,55	-35.66
Brás	825	38.511	772	30.021	-6.42	-22,05
Cambuci	325	17.721	252	15.414	-22,46	-13,02
Mooca	351	42.684	259	43.725	-26.21	2,5
Vila Prudente	535	27.184	467	27.914	-12.71	2.7
Região da Mooca	3.275	212.941.	2.634.	173.828	-19.57	-18.36.

A despeito dessa expressiva desindustrialização, nas greves de 1978 e 1979, a região da Mooca apresentou os maiores índices de paralisação da capital. Ela contava, ainda, com a maior taxa de sindicalização entre os têxteis e metalúrgicos da cidade. Neste biênio, na região da Mooca, existiam ainda 1.600 estabelecimentos industriais, que empregavam mais de 100.000 trabalhadores, porém grande parte desses trabalhadores já não morava mais no bairro, em geral vinham de bairros cada vez mais distantes, porque a Mooca se tornara um bairro muito caro.[90]

O que parece ter acontecido no bairro da Mooca, a partir de fins dos anos 50, são dois processos que ocorrem simultaneamente e que estão profundamente relacionados um ao outro: de um lado, a progressiva e rápida desindustrialização do bairro, com a conseqüente decadência de certas áreas antes ocupadas pelas fábricas e, ao mesmo tempo o enobrecimento de áreas geograficamente opostas a estas de antiga ocupação industrial. Estas transformações ocorrem simultaneamente à chegada dos migrantes nacionais, nordestinos ou não para o bairro da Mooca e para toda a cidade. Não é difícil imaginar que a conjunção desses processos - a desindustrialização, a relativa degradação de certas áreas antes muito valorizadas e, principalmente, a perda de importância do bairro no cenário industrial da cidade - seja percebida como conseqüência da

88 - De Grazia, Guiseppina Rosária. op. cit. p.70.

89 - Num raio de um quilômetro em torno da "baixada do sapo", a sua zona mais industrializada do bairro, que incluía a avenida Henry Ford e rua Borges de Figueiredo concentravam-se, no ramo metalúrgico a fundição Brasil (4 mil operários), a Lorenzetti (2 mil operários), Arno (2 mil operários), Ford (2 mil operários), Metalgráfica (800 operários), Máquinas Piratininga (500 operários). No ramo têxtil a Alpargatas (10 mil operários), Linhas-corrente (4 mil operários), Santista (mil operários), Tranbust (mil operários), Gasparian (950 operários), Roupas Patriarca (800 operários). No ramo da alimentação, Açúcar-União (5 mil operários), J.B. Duarte (800 operários), Café Seleto (400 operários), Antártica (4500 operários). No ramo de brinquedos, Glasslite (500 operários), Bandeirantes (1200 operários). Sem contar um grande número de pequenas empresas. Idem, Ibidem.

90 - Ao longo destes anos, várias dessas indústrias foram desativadas – Linhas Corrente e Gasparian – as que continuavam no bairro diminuíram significativamente seu contingente de trabalhadores. "Dos 3.275 estabelecimentos existentes na região entre 1976/1980, apenas 62 correspondiam aos chamados grandes estabelecimentos (com mais de 500 empregados) e empregavam 70.170 trabalhadores. Em 1985, eles diminuíram para 48 (-22,58%), passando a empregar 59.215 pessoas (-15,61%). Os pequenos estabelecimentos (de 5 a 99 empregados) diminuíram de 2.872 para 2.295 (-20,09%), passando de 70.217 empregados para 53.868 (-23,28%)". De Grazia, Guiseppina Rosária. op. cit. p. 78.

maciça migração interna. A Mooca, que antes, a despeito das suas múltiplas diferenciações internas, não era um bairro segregado, passou a expressar espacialmente as suas novas distinções:

> "Em 50/54 começou a se instalar a indústria automobilística e aí começou a vir os nordestinos. Eu, quando trabalhava numa fábrica lá... E o pessoal não gostava deles, porque eles eram rudes, também vieram de um ambiente rude, tratados como bicho, né! Os do campo eram diferentes, não eram tão violentos, agressivos. Os da cidade, qualquer coisinha puxavam a faca, tudo isso e aquilo, mas isso é devido ao modo de vida que eles levavam lá, porque lá o coronel fazia o que queria, era uma ditadura. (...) ainda era fácil de encontrar trabalho, mesmo com a onda de nordestinos, piorou para os motoristas, porque o sonho dos nordestinos era ser motorista (imita o sotaque nordestino) e a mão-de-obra caiu de preço de maneira assustadora, e havia essa rivalidade, esse preconceito mesmo, e era um grande preconceito que eles sofriam. Quer dizer que o preto paulista que naquela época, década de 30/40/50, ele era arruaceiro de bar, ladrão de galinha, virou santo e a maior má fama ficou com os nordestinos".[91]

E nesse contexto que se torna possível compreender, afinal, como a Mooca, "o mais forte reduto comunista do após-guerra", a "Mooca vermelha", como diziam os velhos militantes do PCB, emergiu na década de 80 como um dos mais expressivos redutos eleitorais da direita da capital.[92] Ao contrário do que já se sugeriu, essa verdadeira inversão política no sentido eleitoral do bairro, não pode ser explicada apenas pela específica conjuntura da crise econômica dos anos 80, na verdade ela tem uma longa história na qual as organizações populares, os grupos de esquerda e os grupos católicos tiveram uma participação decisiva. Os anos 40, 50 e 60 não viveram um sentimento monolítico em torno de idéias como modernização, progresso e desenvolvimento. Estas referências foram profundamente atravessadas pelos conflitos de classe e pelas disputas políticas. A atmosfera de embate e tensão aparece em todas as oportunidades em que se exigiam melhorias para os bairros – luz, água, transporte etc. – porque, para a maioria dos moradores da cidade, progresso, desenvolvimento e modernização eram sinônimos de melhores condições de vida, de asfalto, de trabalho, de luz elétrica, de salário e, principalmente, do reconhecimento dos seus direitos à cidade. Essa não foi uma mera disputa abstrata de idéias; mas, de diferentes modos e sob diferentes aspectos, aí se encenava o que as classes populares do após-guerra compreendiam por direitos.

Há um imbricamento simbiótico entre as referências ao progresso e ao desenvolvimento, e as alusões ao atraso; embora a Mooca viesse perdendo população nos últimos quarenta anos, a desindustrialização do bairro foi sentida como uma perda de status e como a materialização da sua decadência. Foi no bojo dessas transformações que o bairro lentamente foi deixando de ser um bairro plural e foi emergindo com um bairro marcadamente italiano. O que importa frisar é que, no imaginário dos antigos moradores, a Mooca nem sempre foi um bairro "tipicamente italiano". A Mooca italiana é uma invenção estritamente relacionada às agudas transformações ocorridas entre

---

91 - Entrevista com Julius Meksenas, concedida ao autor em 6 de maio de 1999.

92 - Sobre o voto conservador nas eleições a partir de 1982 ver: Pierucci, Antônio Flávio. "As bases da nova direita". *Novos Estudos*. São Paulo. n° 19, dezembro, 1987. Pierucci, Antônio Flávio. "A direita mora do outro lado da cidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo. Vol. 04, n° 10, junho 1989. Pierucci, Antônio Flavio e Lima Marcelo Coutinho de. "A direita que flutua: voto conservador na eleição de 1990 em São Paulo".*Novos Estudos*. São Paulo. n° 29, março de 1991.

fins da década de 50 e meados de década de 60. Muito provavelmente, talvez isso se explique pela busca de uma virtude perdida, virtude cultural e socialmente legitimadoras, em face ao rápido crescimento no número do *Outro*; e pela tentativa de criação de uma representação singular e autêntica diante das enormes transformações que multifacetavam o bairro e a cidade.[93]

A busca legitimadora dessa virtude tomou forma na tipicidade italiana, em primeiro lugar porque esta talvez fosse uma identidade de mais fácil assunção numa cidade já tão fortemente marcada pela presença italiana e, neste caso, a sua força numérica, sempre preponderante no bairro da Mooca, possivelmente tenha sido decisiva. Talvez, a proximidade do Brás "barese", ou a contraposição com o Bexiga "calabrês" estimulassem a representação da Mooca "napolitana". Talvez, como decorrência das particulares características da comunidade espanhola e sua mais fácil assimilação e dispersão pela cidade; ou ainda, talvez, pelo fato de os "hungareses" terem transformado o vizinho bairro de Vila Zelina no mais "hungarês" dos bairros da cidade. Talvez, a justaposição desses elementos todos.

De qualquer modo, a festa de *São Januário* foi, certamente, um momento decisivo na invenção desse imaginário coletivo da Mooca como um bairro italiano. Comemorada pela primeira vez em setembro de 1973, a festa se tornou um dos emblemas do bairro. Ao longo da década de 70 a festa foi, lentamente, se avolumando, extrapolou os limites das ruas a que se circunscrevia e se tornou uma festa de todo o bairro, passando a se inscrever no calendário que assinala a presença italiana na cidade. Sobre a festa, Padre Pasquale Priolo lembra que:

> "Antes de 1970 a festa era uma quermesse bem pequena. Aí, para estimular as obras assistenciais da igreja, surgiu a idéia de uma festa típica, com comidas típicas, com roupas típicas, para manter as tradições do bairro que estavam se perdendo".[94]

Entretanto, o padre Pasquale não está na paróquia desde o início da festa. Outros informantes contam que, de fato, não existia festa alguma antes de 1973. A idéia da festa surgiu diante da necessidade de se trocar as 3.000 telhas da igreja e da total ausência de recursos para faze-lo. Diversas reuniões foram realizadas, sugeriu-se livro de ouro, venda de rifas etc. A idéia de uma festa tipicamente napolitana foi, segundo fontes diferentes, do paroquiano Afonso Iervolino:

> "Para chamar a atenção dos italianos da cidade de São Paulo, porque não tinha festa tipicamente napolitana na cidade, e essa idéia já tinha mostrado que dava certo, tinha no Brás e tinha no Bexiga. E também era para chamar e reunir os italianos do bairro que tava dispersando e desaparecendo".[95]

Foi ao longo da década de 70 e como conseqüência da festa que a paróquia de São Januário, e ainda é esse seu nome oficial, passou a ser conhecida como *San Gennaro* e em torna dela se

---

93 - Sobre a busca dos moquenses por uma identidade perdida, Ver: Vargas, João. À espera do passado. op. cit.
94 - Entrevista com Pe. Pasquale Priolo, concedida ao autor em 22 de fevereiro de 2002. Nunca é demaislembrar que onde hoje se realiza a festa de *San Gennaro* era um conhecido cortiço de espanhóis, a Vila das Flores ou a *Vila la mierda*.
95 - Entrevista com Afonso Iervolino, concedida ao autor em 12 de abril de 2000.

solidificou a imagem da Mooca napolitana. Nesta mesma época os automóveis que circulavam pelo bairro e os vidros das janelas das casas passaram a exibir, orgulhosos, um adesivo onde se lia: "Sou da Mooca, e Zé finiti".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> "Falei-vos de um mundo e de uma vida que, nas suas linhas principais, são sempre iguais; o trabalho do homem não é interessante, a mulher passa anos a fazer contas para esticar o dinheiro, e a maioria das pessoas não concebem que esse padrão de vida possa ou deva mudar. De uma maneira geral, parecem dizer-nos, não somos nós os grandes homens desse mundo; a nossa vida é desprovida de esplendor e de actos heróicos e as nossas tragédias não são do gênero retumbante e retórico. [Contudo] Quanto mais atentamente consideramos a vida das classes proletárias, e tentamos compreender o que há de essencial nas atitudes que assumem, mais nos salta à vista que esse elemento essencial consiste num sentido do pessoal, do concreto, do local: daí a importância das idéias de família e de bairro".[1]

CERTOS PERSONAGENS NUNCA SAEM DE CENA

No início desta pesquisa me preocupava saber se era nas fábricas ou nos bairros que aconteciam os embates mais decisivos do após-guerra. Ao encerrá-lo, entendo que o fundamental não é a fábrica nem o bairro, mas as relações sociais que levam das fábricas aos bairros e deles às várias organizações como os clubes, associações, comitês etc. Ou seja, é no trajeto de um ao outro que as relações sociais se transformam em relações políticas. Redes, teias, conexões, vínculos e nexos: estas são as idéias que perpassaram todos os capítulos deste trabalho. Aqui elas aparecem no sentido das *configurações*, isto é, como uma maneira de retratar, conceitualmente, o fato de que as interdependências entre as pessoas e as organizações que elas criam não se restringem ao mundo das idéias, mas se estendem para a totalidade das suas ações. Portanto, configuração implica pensar a agência humana como movimento de múltiplas ações conectadas, de modo que cada ação particular remete a outras ações e que a maior parte dos significados que estas ações exprimem se desvendam nas relações recíprocas que elas produzem. Assim, o conceito de configuração remete, necessariamente, ao sentido de *totalidade*. Do ponto de vista das classes populares, esta dupla contribuição se expressa como redes de experiências.[2]

O período que esta pesquisa abrangeu não pode ser explicado por nenhum um dos adjetivos que comumente se têm empregado para qualificá-lo: nem redemocratização, nem república populista, nem anos desenvolvimentistas. Quando o após-guerra é adjetivado desse modo, o que se aniquila é a história como o ***Se***, como o condicional. O que se produz, inevitavelmente, são muitos silêncios, muitos embates são mitigados, muitas trajetórias são esquecidas e uma longa história de conflitos é deixada de lado. Portanto, por qualquer ângulo que esse período seja observado, a sua compreensão só se configura a partir dos conflitos de classe, são os embates dela decorrentes que definem os diferentes significados atribuídos a esses adjetivos.

---

1 - Hoggart, Richard. As utilizações da cultura. op, cit. p. 41. e 111.
2 - Sobre a idéia de configuração ver Elias, Norberto. *Introdução à sociologia.* Trad. Maria Luiza Ferreira. Lisboa. Ed. 70, 1980. pp. 140-145.

Houve no após-guerra ao menos dois modos distintos de se conceber o alcance da redemocratização: de um lado, a democracia era sinônimo de acesso às urnas e de direito ao voto, era a liberdade no "comércio eleitoral"; de outro, a democracia estava implicada nas práticas comuns e corriqueiras das organizações populares nos bairros periféricos e se traduzia como pavimentação, transporte, serviços de saúde, escolas, lazer etc. Neste caso, redemocratização só fazia sentido se alcançasse o nível das relações cotidianas. Foi exatamente a partir de uma interpretação política das suas condições materiais que as classes populares atribuíram significados ao retorno da democracia após 1945. Redemocratização era, antes de mais nada, a possibilidade de se exprimir, de falar, de se organizar coletivamente para apresentar as suas demandas, as suas reclamações, as suas queixas. O que este trabalho evidencia é que em nenhum momento se tratava propriamente de uma ausência de direitos, mas sim, da negociação constante dos seus significados, do seu alcance e do seu conteúdo.

É nesse contexto que a trajetória das Sociedades Amigos de Bairro fornece um instigante instrumento para pensarmos o sistema de relações populistas. Em geral, as eleições de Vargas para a presidência, em 1950, e a de Jânio para a prefeitura de São Paulo, em 1953, são tomadas como as condições políticas para o surgimento dos movimentos de bairro no após-guerra. Desse modo, se estabelece uma precedência pela qual o populismo teria criado as condições para a emergência das ações populares e reivindicatórias nos bairros.[3] É questionável o argumento que atribui ao populismo a capacidade, não apenas de determinar os parâmetros das reivindicações populares, como também de produzir a sua própria emergência e aparição pública.

As evidências empíricas apontam para uma relação diversa, na qual o sistema populista seria resultado da apropriação e da transmutação das reivindicações populares nascidas dos bairros e das fábricas. Nestas décadas, as organizações de bairro sempre foram profundamente perpassadas pelos interesses político-partidários, e saber transitar por esses vários interesses foi a fonte do seu vigor, tanto quanto a causa das suas fraquezas, porque essas habilidades exigiam que elas se recriassem e se reorientassem constantemente. A "limitação" das organizações populares do após-guerra não estava no seu envolvimento com a política propriamente dito - mas no seu *limitado* envolvimento.

Mas se as organizações populares encenaram, entre as décadas de 40 e 60, as duras batalhas pela construção democrática, por que não foram nomeadas pela investigação acadêmica como movimentos sociais? A questão que parece decisiva é que, nos anos 70, quando o tema dos

3 - "Estas circunstâncias [as eleições de Getúlio e Jânio] criaram as condições favoráveis para a emergência do movimento popular dos bairros. Isso não quer dizer que tenha havido uma determinação direta entre esse populismo e o movimento de bairros. Mas quer dizer que o clima político geral garantia as condções de sua energia; dava, por assim dizer os parâmetros pelos quais se daria a relação entre ambos". Moisés, J.A. *Classes Populares e Protesto Urbano*. op. cit. p. 89.

movimentos sociais alcança a academia e se torna objeto de estudo, ele é saudado como o portador de uma novidade expressa em duas noções complementares: *autonomia* e *espontaneísmo* face aos partidos políticos e face ao Estado.[4]

Entretanto, os movimentos sociais de bairro existentes entre 1945 e 1964 não cabiam nesse figurino, pois viveram de forma diferente essa dupla referência. Para eles, *autonomia* não significava manter-se imune às influências externas, mas transitar por elas sem se perder em apenas uma; *espontaneísmo* era reagir e aproveitar, com um forte senso de oportunidade, todos os estímulos e as possibilidades de ação, independentemente da sua origem ideológica ou partidária. De fato, nem autonomia nem espontaneísmo eram um problema para elas. Por isso, as organizações populares dessas três décadas não podiam ser percebidas como movimentos sociais na lógica interpretativa emergente nos anos 70. Desse ponto de vista, elas somente adquiriam visibilidade e existência sob a lógica do populismo, ou seja, as organizações populares seriam limitadas na sua ação, dependentes do Estado e submetidas aos interesses de políticos carismáticos. Uma síntese das opiniões sobre a diferença entre os *novos* os e *antigos movimentos sociais* sugeriu que:

> "(...) a diferenciação básica não é entre os novos movimentos sociais (questões como gênero, raça, sexo, ecológicos etc.) e antigos (movimento operário clássico), como na Europa; a diferença é entre novos (lutas pela moradia e equipamentos coletivos em geral) e antigos movimentos populares (tipo sociedades amigos de bairros), onde imperavam práticas de cunho populista e clientelista. Observa-se que a diferenciação básica se dá na forma de fazer política, porque as articulações sempre existiram, tanto nos antigos como nos novos.Relações com a igreja, partidos e sindicatos sempre existiram, mas nos movimentos contemporâneos a relação é de outra natureza. As práticas e os repertórios também se alteraram".[5]

Essa distinção entre os *novos* e os *antigos* na referência aos movimentos sociais obscurece suas múltiplas continuidades e resulta tanto do contexto de oposição ao regime militar, no início dos anos 70, e da perplexidade diante dos movimentos sociais que emergiam naquele momento, quanto da desqualificação das organizações que, supostamente, não teriam sido capazes de resistir à avassaladora interferência do Estado e dos partidos políticos no após-guerra e, com sua adesão às práticas clientelistas e sua submissão aos líderes carismáticos, teriam contribuído para as limitações estruturais da "república populista" e para seu desfecho na ditadura militar.

Contudo, em meados dos anos 80 já se evidenciavam os limites dessa interpretação. Os movimentos sociais que emergiram na década de 70, sob a égide da autonomia e do espontaneísmo, já encenavam um acentuado refluxo, em que se percebia uma clara tendência à sua institucionalização - seja numa convergência para o Estado, seja numa subsunção aos partidos políticos de variados matizes. Isso se deu em parte pela sua própria dinâmica interna, em parte pela

---

4 - Ver: Grupo de estudos sobre a construção democrática. "Sociedade civil e democracia reflexões sobre a realidade brasileira". *Idéias: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.* Ano V (2), N° 6 (1). 1998/1999.

5 - Gohn, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.* 2ª ed. São Paulo. Loyola, 2000. p.228.

transformação do contexto político: "cria-se uma nova relação entre os movimentos e os partidos políticos, por um lado, e as agências públicas em geral, por outro. Começa a haver um fenômeno que foi muitas vezes chamado de cooptação".[6] Ou seja, os *novos movimentos* sociais estavam ficando cada vez mais parecidos com os *antigos*. Essa inflexão produziu, nos anos 80, o desabafo de Eder Sader, ao reconhecer que: "(...) o projeto político implícito nos movimentos sociais do fim da década de 70 sofreu uma derrota. E é por isso que hoje suas promessas são vistas freqüentemente como ilusões, mistificações, erros de avaliação".[7] Sader, contudo, atenuava a constatação dessa "derrota" sugerindo que efetivamente os novos movimentos foram portadores de promessas inovadoras no cenário político nacional, porém as interpretações premidas pelas necessidades imediatas da política haviam se iludido quanto ao seu potencial. O que há de sugestivo e generoso nessa avaliação é que os movimentos sociais são respeitados na suas particularidades e limitações, e os equívocos são remetidos à sua supervalorização, feita pelas interpretações tanto da própria militância política, quanto da investigação acadêmica.

Entretanto, essa "percepção do fracasso" não produziu estudos empíricos acerca dos movimentos sociais anteriores à década de 70. A conseqüência foi jogar todas as experiências e práticas políticas e sociais - do bairro, dos sindicatos etc. - dentro do caldeirão desqualificador do populismo, onde eles continuaram submersos pelos "imensos ares superiores de condescendência da posteridade".[8]

Enfim, estabelecer uma distinção dos movimentos pós-1964 como sendo antiinstitucionais e autonomistas e, por extensão, denominar os movimentos pré-1964 como sendo institucionais e dependentes é certamente insatisfatório. Por outro lado, institucionalização e antiinstitucionalização, autonomia e dependência não podem ser tomadas como categorias modelares e definidoras do caráter de um movimento popular coletivo. A cultura popular - tanto quanto a cultura operária - e a identidade coletiva que ela produz não estão assentadas na plena autonomia nem na ausência de contatos e vínculos com outras camadas sociais. Ao contrário, a cultura popular se configura no movimento entre aceitar e resistir, entre assimilar e reinventar sejam suas próprias tradições, sejam as tradições das camadas sociais com as quais ela se relaciona, sejam as tradições das camadas sociais que a ela se opõem.[9] Portanto, autonomia e independência são condições continuamente negociadas, muitas vezes perdidas, mas sempre o norte para o qual

---

6 - Cardoso, Ruth Corrêa Leite. "A trajetória dos movimentos sociais". In: Dagnino, Evelina. (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo. Brasiliense. 1994.

7 - Sader, Eder. *Quando novos personagens entrem em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-1980*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988. p 314.

8 - Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987 p. 13. (Vol I. *A árvore da liberdade*)

9 - Para uma abordagem semelhante da cultura popular e da cultura operária ver: Bosi, Ecléa.*Cultura de massa e cultura popular: leituras operárias*. 5ª ed. Petrópolis, Vozes. 1981.

apontavam as ações dos *antigos movimentos populares*. A permeabilidade desses movimentos às práticas políticas institucionais não pode ser tomada como a causa da sua derrota, pois elas fazem parte da dinâmica político-social dos momentos de relativa democratização. Então qual a marca que distinguiria os movimentos antes e depois do golpe?

Tanto nas décadas de 40 e 50 quanto nas décadas de 70 e 80, havia uma recusa da política partidária como o *locus* e o *destino* das organizações de bairro. Em ambos os casos, havia uma politização das demandas cotidianas, contudo, no primeiro, as demandas surgidas no cotidiano dos bairros encontraram nas negociações do sistema político populista um canal "eficiente" para a sua condução, mas também para o estabelecimento dos seus limites. Já no segundo caso, não havia esse canal disponível, e a politização das demandas cotidianas deu-se num confronto com o regime militar, enfatizando "autonomia" e "espontaneísmo". A abertura política dos anos 80 re-inaugura outros canais de expressão das demandas populares e os *novos movimentos* simplesmente os ocupam, ao mesmo tempo em que são por eles ocupados, como os *antigos movimentos* já haviam feito.

Mas tanto em um caso como no outro, a questão decisiva para as organizações populares foi a política, no sentido amplo. Foi por meio das suas exigências particulares que os movimentos sociais e populares foram reinventadas constantemente, pois a cada mudança de conjuntura, a cada alteração dos grupos no aparelho do Estado, a cada reconfiguração das alianças partidárias, transformava-se sua inserção na esfera pública, e se recolocava a questão de seu próprio significado. Ou seja, a dinâmica do jogo político foi a sua força e ao mesmo tempo seu ponto mais vulnerável.

Enfim, nem novos movimentos sociais, nem velhos movimentos sociais, essa metáfora temporal mais obscurece as continuidades do que explica os caminhos e dilemas das organizações populares. O que parece decisivo nestes anos do após-guerra, em relação aos movimentos de bairro, é que foram anos da configuração de uma *linguagem de direitos*.[10] No imediato após-guerra se assistiu à emergência de uma variada gama de organizações populares que, oriundos dos bairros periféricos, transformaram a discussão sobre as melhorias das condições urbanas na sua razão de ser. Essas organizações tinham uma longa e subterrânea tradição política e social nos bairros, muito

10 - Estudando as ações do sindicato dos metalúrgicos da Cia. Siderúrgica Nacional antes e depois de 1964, Regina Morel e Wilma Mangabeira estabeleceram uma distinção semelhante. No primeiro caso, o "período populista", o movimento de trabalhadores se colocava em luta pela *aplicação da lei*. Por isso, estabelecia-se uma relação ambígua com o paternalismo vigente na direção da CSN. Este jogo ambíguo tanto podia gerar, como efetivamente gerou, uma reação conformista– que percebia a aplicação da lei como dádiva – quanto produzir um conjunto de ações que contestavam as relações de dominação vigentes, ao criar novas expectativas e bases para reivindicações futuras. Neste contexto, o uso e os recursos à CLT e à Constituição de 1946 contribuíram para a construção de uma *linguagem de direitos* em oposição à *linguagem das dádivas*. Por outro lado, o "novo sindicalismo" punha sua ênfase na expansão dos direitos já assegurados e na criação de novos. Cf. Morel, Regina e Mangabeira, Wilma. "'Velho' e 'novo' sindicalismo e uso da justiça do trabalho: um estudo comparativo com os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional". *Dados: revista de ciências sociais*. n° 1, vol, 27, 1994.

anterior à guerra e ao Estado Novo. Essas diversas organizações, com finalidades e funções intercambiáveis ao longo do tempo e ao sabor das condições específicas de cada bairro, sempre estiveram estreitamente ligadas ao jogo político, partidário e eleitoral, com todos os partidos e todos os agrupamentos do espectro político. Portanto, não faz sentido pensar as organizações populares como sendo cooptadas, domesticadas ou invadidas pelas disputas partidárias; ao contrário, elas encontraram a sua força, assim como descobriram a sua fraqueza, operando e existindo dentro desses *jogos políticos*.

O mundo do trabalho e a vida do bairro estavam profundamente vinculados nas experiências populares, de tal que modo que são os dramas e as experiências cotidianos que fornecem os temas e a matéria-prima dos conflitos que ganham forma e conteúdo no debate público. As referências aos direitos, que emergem nas demandas das organizações de bairro, no após-guerra, são historicamente determinadas: e neste caso, supõem uma articulação - sempre mutável - entre expectativas e valores, de um lado, e uma certa concepção do que seja a comunidade e o poder público, de outro. Desse modo, quando os movimentos reivindicatórios põem no centro do debate os "temas privados" - moradia, transporte, escola etc. - eles estão politizando o cotidiano e levando a esfera privada para a rua. Mas não parece existir para as classes populares uma distinção clara, necessária e evidente entre mundo público e mundo privado. O que as múltiplas organizações de bairro nos mostrem são as trajetórias e os embates para a constituição de uma *esfera pública plebéia* - que estabelece uma relação renovada entre público e privado, relação diferente daquela conhecida na esfera pública burguesa -, onde se negocia a autonomia, onde se constitui um saber específico, onde se forja a auto-estima, e onde se configuravam a identidade e a cultura popular:

> "Naquele estágio da revolução francesa, ligado ao nome de Robespierre, entra em função uma esfera pública que só dura, por assim dizer, um piscar de olhos e que despe a sua roupagem literária: não mais as 'camadas cultas' são seu sujeito, mas a 'plebe ignara'. Não obstante, essa esfera pública plebéia– que continua vivendo tão subterraneamente no movimento cartista quanto, sobretudo, nas tradições anarquistas do movimento operário do continente europeu – continua se orientando pelas intenções da esfera pública burguesa e, assim como esta, foi, na história das idéias, herdeira do século XVIII".[11]

No contexto do bairro, o termo *comunidade* remete aos mais variados e diversos arranjos da solidariedade – solidariedade historicamente construída e inventada – que variam e se transformam no tempo e no espaço. Assim, as percepções de comunidade se constituem e reconstituem ao sabor das vicissitudes concretas dos diversos grupos de moradores. Do mesmo modo se configuram as suas fissuras, algumas delas inconciliáveis. É nesse campo de aproximações e afastamentos que essas "comunidades" foram capazes, em circunstâncias específicas, de superar suas múltiplas

---

11 - Habermas, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio Kothe. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1984. p. 10.

divisões e criar uma *comunidade política* capaz de estabelecer um diálogo comum e de produzir ações coletivas.[12] Os clubes de futebol, as associações de bairro, os comitês democráticos e as sociedades de amigos, tanto quanto os comitês de fábrica e as assembléias sindicais transformaram, em certas ocasiões, as diversas comunidades do bairro em uma comunidade política. Entretanto, como qualquer comunidade, a comunidade política só pode ser entendida como um conceito histórico e relacional, que não existe naturalmente, como se fosse determinada pela ecologia da cidade - ela se fez e se refez continuamente por meio da *palavra* coletiva e da *ação* comum.[13] O espaço público, a instância na qual se forma e se transformam a palavra e a ação, é um espaço historicamente determinado, de modo que é um espaço sujeito à conquista, à perda e ao esvaziamento. E, para as classes populares, "só dura, por assim dizer, um piscar de olhos".

> "...o significado das relações cotidianas revela-se não na vida do dia-a-dia, mas em feitos raros, tal como a importância de um período histórico é percebida somente nos poucos eventos que o iluminam. Aplicar à política ou à história a lei dos grandes números e dos longos períodos é nada menos que obliterar voluntariamente o próprio objeto destas duas; e é uma empresa inútil buscar o significado na política ou importância na história quando tudo o que não seja conduta diária ou tendência automática é descartado como irrelevante."

Portanto, o que este trabalho pretendeu foi acompanhar os caminhos e descaminhos, os avanços e recuos dessa *esfera pública plebéia da ação e da palavra*, que se configurou nas práticas diárias das organizações populares do bairro.[14]

De modo geral, as classes populares tinham uma profunda desconfiança da política institucional, o que talvez explique porque quase nunca definiram a sua própria ação como sendo *ação política*. Ao que parece, a política, para eles, se resumia à escolha do candidato e ao voto no dia da eleição. Na sua concepção, política não era aquilo que se fazia e refazia no seu cotidiano, política era algo externo às suas vidas, negativo e perigoso. Aqui reside o maior paradoxo das organizações populares do após-guerra: ao mesmo tempo em que criaram uma *comunidade política* pela ação e pela palavra, recusaram *a política* como parte constitutiva das organizações que criaram. Ou seja, a vida comunitária produziu uma comunidade política de fato, mas que nem sempre se auto-representou como tal. Talvez tenha sido nesse vácuo que se abriram os flancos para a ação de práticas clientelistas e da barganha eleitoral, característica do sistema populista.

Apesar dos debates nos últimos anos, o conceito de populismo ainda continua sendo visto, de modo geral, como sinônimo de manipulação e entrave à consciência de classe. A limitação deste

---

12 - "A política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem parcela. Essa instituição é o todo da política enquanto forma específica de vínculo. Ela define o comum da comunidade como comunidade política, quer dizer, dividida, baseada num dano que escapa à aritmética das trocas e das reparações. Fora dessa instituição não há política. Há apenas ordem da dominação ou desordem da revolta." ver: Racière, Jacques.*O desentendimento: política e filosofia.* Trad. Ângela Lopes. São Paulo. Ed. 34, 1996. p. 26-27.

13 - Arendt, Hannah. *A condição humana.* Trad. Roberto Raposo. 4ª.Ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1989. Principalmente Capítulos II e V. Passim.

14 - Arendt, Hannah. *A condição humana.* op. cit. p. 52.

modo de conceber o populismo está precisamente em não percebê-lo como um *fenômeno relacional*, em que cada um dos pólos da relação constitui e é constituído pelo outro no momento em que se estabelece a relação. Isso fez com que o nosso olhar tendesse para os aspectos mais visíveis e institucionalizados do fenômeno: as lideranças políticas. Desse modo, os trabalhadores e os moradores emergiam como massa amorfa, manipulada e constantemente sujeita às vontades e habilidades dos líderes carismáticos. Entretanto, o sistema político populista deve ser compreendido como o jogo político em que se negociam, se roubam e se resignificam os discursos e as reivindicações populares, sua palavra e sua ação. Por outro lado, há também uma certa leitura "positiva" do fenômeno populista que, para além de quaisquer manipulações, enxerga nele a abertura de espaços e de possibilidades de participação efetiva para as classes populares na vida política nacional. Essa positividade, contudo, parece ser apenas o corolário da noção de manipulação, porque também aqui as massas – sempre elas – estariam à espera de quem lhes abrisse as portas para a aparição na vida pública. Mas a verdade é que as classes populares estavam lá. O que a investigação no periférico bairro da Mooca nos esclarece é que as elas estão sempre na vida pública e são parte fundamental dos seus desdobramentos, mesmo quando estejam aparentemente ausentes, pois é em seu nome ou pela sua existência que se travam muitos dos embates.

A Mooca que emerge nos anos 80, como um reduto eleitoral da direita paulistana, é resultado de um conjunto de transformações de longo curso. De um lado, houve a crescente desindustrialização do bairro, que se acelerou em fins da década de 50; ao mesmo tempo, cresceram as edificações de padrão médio e certas áreas do bairro foram se tornando acentuadamente residências de uma classe média em ascensão, enquanto em torno das antigas fábricas foram proliferando novos cortiços. Pela primeira vez o bairro se dividiu e se hierarquizou espacialmente. Essas mudanças ocorreram ao mesmo tempo em que chegavam os migrantes nacionais - genericamente denominados nordestinos - os novos moradores dos cortiços, os novos trabalhadores das fábricas que ainda restavam no bairro. As manifestações barulhentas, estridentes e agressivas da "nova direita" pelas ruas do bairro nas eleições ao longo das décadas de 80 e 90, não resultaram, imediatamente da crise econômica vivenciada naqueles anos; ao contrário, é um longo processo em que a culminância na votação conservadora é o resultado de uma somatória de medos desenvolvidos lentamente ao longo de décadas.

O apego a uma certa identidade, no caso a *identidade italiana*, só aparece no contexto de uma negação das diferenças, suscitadas pela presença "diferente" dos *outros*, dos nordestinos. Neste contexto, o discurso da diferença tornou-se fonte inspiradora e legitimadora de práticas comunitárias excludentes, hierarquizantes e racistas. A proximidade física aumentou, cada vez

mais, a distância social. Neste sentido, a Mooca que emergiu a partir dos anos 70 não é mais a Mooca compósita e plural dos velhos imigrantes. Em muitos casos, o que permanece hoje dos velhos ideais de camaradagem dos *parceiros de viagem* é apenas o que serve de instrumento para selecionar e hierarquizar as diferenças. Nesse contexto e sem nenhuma fantasia é possível ter saudades da velha "Mooca vermelha" e, ao mesmo tempo, manter as esperanças de que aquilo que se perdeu pode também ser reconstruído.

Não podemos interpretar as experiências dos homens e mulheres que viveram no após-guerra como se nelas houvesse alguma meta a ser atingida, ou alguma necessidade histórica a ser alcançada - nem revolução, nem astúcia da razão -, mas podemos, e devemos, investigar nas suas ações e experiências concretas as possibilidades que eles próprios vislumbraram. É a partir desses caminhos trilhados, das suas escolhas concretas, das suas idéias materializadas, das suas finalidades objetivas e das suas alternativas reais, que eles deram um sentido à sua história. E este sentido, que ainda é o *nosso* sentido, é a expansão e extensão dos direitos de cidadania, com tudo o que isso implica.[15] Este trabalho centrou sua atenção nos nexos, fluxos e conexões entre a vida do bairro e o mundo do trabalho; ao optar por este caminho, buscou-se salientar a fragilidade de se pensar separadamente *o morador* e *o trabalhador*. Há entre essas duas condições uma via de mão dupla e um tráfego constante de idéias e ações. Essa estrada de mão dupla é pavimentada pelas suas próprias ações políticas - concebidas com 'P' maiúsculo ou com 'p' minúsculo - a cada centímetro. E quem assentou seus paralelepípedos, alinhou seu calçamento, construiu suas pontes, abriu seus túneis e fechou estradas vicinais foram os homens e mulheres – ao mesmo tempo pedreiros e arquitetos do seu próprio destino.

15 - "Mas os *homens jamais escolhem valores*, assim como jamais escolhem o bem ou a felicidade. Escolhem sempre idéias *concretas*, finalidades concretas, alternativas concretas. Seus atos concretos de escolha estão naturalmente relacionados com sua atitude valorativa geral, assim como seus juízos estão ligados à sua imagem do mundo". Heller, Agnes. *O cotidiano e a história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992. p. 14.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro. Graphia, 1997.

AMNÉRIS, Maroni. *Estratégia da recusa*. São Paulo. Brasiliense, 1982.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio de Oliveira. São Paulo. Ática, 1989.

ARAÚJO, Ângela M. C. (org.) *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo. Scritta, 1997.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo. Cia das Letras, 1989.

_____ *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 4ª Ed. Rio de Janeiro. Forense universitária, 1989.

ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges. *História da Vida Privada*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo. Cia. das Letras, 1992. (vol. V)

ARMUS, Diego (comp.) *Mundo urbano y cultura popular: estudios de história social Argentina*. Buenos Aires. Editorial sudamericana, 1990.

ASSOCIAÇÃO DE GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Sessão regional de São Paulo. *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. Vol. II. A evolução urbana de Saio Paulo. Cia. Ed. Nacional, 1958.

AZEVEDO, Aroldo de. *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo. Cia editora nacional, 1958. (Aspectos da metrópole paulistana - vol. III)

BAGNOLI, Helena, SACHETTA, José e ALVIM, Zuleika. *Museu da imigração – roteiro*. São Paulo. Mimeo/Museu da imigração, março de 1994.

BAKTHIN, Mikail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Vieira. São Paulo. Hucitec/UNB, 1987.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república*. São Paulo. Alfa-omega,1977. Vol III.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de Consumo*. Lisboa, ed. 70, 1981.

BEIGUELMAN, Paula. *Formação política do Brasil: teoria e ação no pensamento abolicionista*. São Paulo. Livraria Pioneira Editora, 1967.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

_____ *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1981.

_____ *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo. Brasiliense/Cedec, 1989.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo. Estação liberdade/Fapesp, 1998.

BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular: leituras operárias*. 5ª ed. Petrópolis. Vozes, 1981.

BRANT, Vinícius Caldeira, SINGER, Paul. *São Paulo: o povo em movimento*. 2ª ed. Petrópolis. Vozes, 1981.

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. 4ª ed. São Paulo. Hucitec, 1991. (Vol. III)

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo. Brasiliense, 1984.

_____ *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Trad. Frank Monteiro. São Paulo. Ed. 34/Edusp, 2000.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo. Loyola, 1976.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino, imprensa e ideologia: o jornal o Estado de São Paulo*. São Paulo. Alfa-Omega, 1980.

_____ *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo. Brasiliense, 1989.

CARONE, Edgard. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo. Difel, 1982. (Vol. II)

_____ *O Estado Novo (1937-1945)*. 5° ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1998.

CARTA, Mino. *Histórias da Mooca: com a benção de San Gennaro*. Rio de Janeiro. Berlendis & Vertecchia Editores Ltda, 1982.

CASTELS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhança em Madrid*. Trad. Glória Rodriguez. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980.

CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo. Brasiliense, 1985.

CERTEAU, Michael (et alli) *A invenção do cotidiano: morar cozinhar*. Trad. Ephraim Alves e Lúcia Orth. Petrópolis. Vozes, 1987. (Vol II)

CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo. Paz e Terra, 2001.

CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 4ª ed. São Paulo. Cortez, 1989.

CHAVES NETO, Elias. *Minha vida e as lutas do meu tempo*. São Paulo. Alfa-Omega, 1977.

COSTA, Hélio da.*Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo. Scritta, 1995.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *A formação e a ideologia do administrador de empresa*. 3ª ed. São Paulo. Cortez, 1991.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo. Brasiliense/USP, 1986.

CYTRYNOWICZ, Roney. Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a segunda guerra mundial. Geração editorial/Edusp. 2000.

D'ALESSIO, Márcia Mansur. *Reflexões sobre o saber histórico*. São Paulo. Editora da Unesp, 1998.

DECCA, Edgar de. *O silêncio dos vencidos*. 3ª Ed. São Paulo. Brasiliense, 1981.

DEBRUM, Michel. *A conciliação e outras estratégias*. São Paulo, Brasiliense. 1983

DUARTE, Adriano. *Cidadania e exclusão: Brasil, 1937-1945*. Fpolis. Ed. da UFSC, 1999.

DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte. Ed. UFMG/PROED, 1986.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. 3ª ed. São Paulo. Perspectiva, 1984.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Trad. Luís Borges e Silvana Vieira. São Paulo. Ed. Unesp/Boitempo, 1997.

ELIAS, Norberto. *Introdução à sociologia*. Trad. Maria Luíza Ferreira. Lisboa. Ed. 70, 1980.

_____ *A sociedade dos Indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1994.

_____ E SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2000.

FARIAS, Damião Duque de. *Em defesa da ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)*. São Paulo. Hucitec/USP. 1998.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 9ª ed. São Paulo. Globo, 1991.

FERNANDES, Florestan. *Comunidade e sociedade: leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo. Ed. Nacional/USP, 1973.

FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. (org.) *Usos e Abusos da história oral*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

FORTES, Alexandre. (et al) *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas. Editora da unicamp, 1999.

FRENCH, John. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. Trad. Lólio Oliveira. São Paulo/S. C. do Sul. Hucitec/Prefeitura de SC do Sul, 1995.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Brasília, Ed. UNB, 1963.

_____(org.) *Brasil: tempos modernos*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

GASPARIAN, Marcos. *O industrial*. São Paulo. Martins, 1973.

GEBARA, Ademir (et al) História regional: uma discussão. Campinas. Ed. Unicamp, 1987.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2ª ed. São Paulo. Loyola, 2000.

GOMES, Castro Ângela. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo/Rio de Janeiro. Vértice/Iuperj, 1988.

GRAMSCI, Antônio. *Literatura e vida nacional*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978.

_____ *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 8ª ed. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1991.

_____ *Cadernos de Cárcere: introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1999. (vol. 1)

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 4ª ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Graal. 1978.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Maria B. Amoroso. São Paulo. Cia das letras, 1989.

_____ O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Trad. António Narino. Lisboa/São Paulo. Difel/Bertrand Brasil. 1991.

GOFFMAN, Erwing. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. Márcia Bandeira de Melo. Rio de Janeiro. Zahar, 1982.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2ª ed. São Paulo. Loyola, 2000.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio Kothe. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. *A questão da identidade cultural*. 2ª ed. Trad. Andréa Jacinto e Simone Frangella. Campinas. IFCH/ Unicamp, fevereiro de 1998. (Textos didáticos n° 18)

HALLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886-1934*. Trad. Egle Malheiros. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

HIPPOLITO, Lúcia. *PSD de raposas a reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWN, Eric. *Rebeldes Primitivos*. 2a ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

_____ E RANGER Terence. *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cavalcante. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Quirino.Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1990.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Trad. M° do Carmo Cary. Lisboa. Presença, 1973.

HUTCHINSON, Bertram. *Mobilidade e trabalho: um estudo na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro. INEP/Centro brasileiro de estudos pedagógicos, 1960.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1976.

JORNAIS DE BAIRRO NA CIDADE DE SÃO PAULO. São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

KLEIN, Herbert. *A imigração espanhola no Brasil*. São Paulo. Sumaré/Fapesp, 1994.

KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

_____ (org.) As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo. Ed. 34, 2000.

LAMOUNIER, Bolívar, CARDOSO, F. H. (org.) *Os partidos e as eleições no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978.

LAMOUNIER, Bolívar. (org.) *Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil: 1970/1979*. Petrópolis. Vozes/Cebrap, 1980.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro. Revista forense, 1951.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas. Ed. Unicamp, 1990.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. Trad. Rubens Farias. São Paulo. Moraes, 1991.

LEME, Maria Cristina da Silva. (org.) *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo. Nobel/Fausp, 1999.

LOPES, Juarez Rubens. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo. Difel, 1964.

LOPES, José Sergio Leite (coord.) *Cultura e identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro. Marco Zero/Museu Nacional, 1982.

MAGNANI, José Guilherme. *A festa no pedaço: lazer e cultura popular na cidade*. São Paulo. Brasiliense, 1984.

MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil: 1916-1985*. Trad. Heloisa Prieto. São Paulo. Brasiliense, 1989.

MANUAL DO CÍRCULO OPERÁRIO. 3ª ed. Rio de Janeiro. Publicado pela Confederação Nacional dos Operários Cristãos, 1963.

MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e democratização*. Brasil *1945/1950*. São Paulo. Brasiliense, 1979.

MARSHAL, T. H. Cidadania, classe e status. Trad. Rio de Janeiro. Zahar, 1979.

MARTINELLI, Pedro. *Casas Paulistanas: pequenos tesouros da Mooca na transformação de São Paulo*. São Paulo. Casa paulistana de comunicação, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da república velha.* São Paulo. Ed. Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

_____ *O poder do atraso: ensaios de sociologia de história lenta.* São Paulo. Hucitec, 1994.

_____ *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.* São Paulo. Hucitec, 2000.

MAYER, Arno J. *Dinâmica da contra-revolução na Europa 1870-1950: uma estrutura analítica.* Trad. M. Gonçalves. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

MEIHY, José Carlos S. B. *Manual de história oral.* São Paulo. Edições Loyola, 1996.

MOISÉS, José Álvaro.(org.) *Cidade, povo e poder.* 2° ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra/CEDEC, 1985.

MONTORO, André Franco. *Memória em linha reta.* São Paulo. Senac, 2000.

MURRAY, Bill. *Uma história do futebol.* São Paulo. Hedra, 2000.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. *A marcha do amanhecer.* São Paulo. Bestseller, 1962.

ÓNODY, Oliver. *A inflação brasileira (1820-1958).* Rio de Janeiro. Mimeo, 1960.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil.* São Paulo. Boitempo, 1999.

PERALVA, Osvaldo. *O Retrato.* Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, 1960.

PEREIRA, Vera Maria Candido. *O coração da fábrica: estudo de caso entre operários têxteis.* Rio de Janeiro. Campus, 1979.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade.* Trad. Élcio Fernandes. São Paulo. Editora da Unesp, 1998.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e a luta operária: o caso FNM.* Rio e Janeiro. Paz e Terra, 1989.

RANCIÉRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia.* Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo. Editora 34, 1996.

RIBEIRO, Darcy. *O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes.* Petrópolis. Vozes, 1978.

RIZZO, Paulo Lício. *Pedro Maneta e Julho, 10.* Rio de Janeiro. Imprensa nacional, 1942.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil. São Paulo.* Difel, 1966.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.* São Paulo. Nobel/Fapesp, 1997.

ROMANO, Roberto. *Brasil: igreja contra Estado (crítica ao populismo católico).* São Paulo. Kairós, 1979.

RUDÉ, George. *Ideologia e protesto popular.* Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro. Zahar, 1982.

_____ *A multidão na história.* Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro. Campus, 1991.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entrem em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-1980*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. (org.) *Gramsci: sobre poder, política e partido*. 2° ed. Trad. Eliana Aguiar. São Paulo. Brasiliense, 1992.

SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo. Global, 1982.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicalistas no Brasil*. São Paulo. Boitempo, 2001.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo, Cortez, 1986.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo. Duas Cidades, 1977.

SINGER, Paul, BRANT, V. Caldeira. *São Paulo: o povo em movimento*.(org.) 2° ed. Petrópolis. Vozes, 1981.

SKILDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 8ª ed. Trad. Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982.

SPOSITO, Marília Pontes. *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo. Loyola, 1992.

STEIN, Stanley J. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil: 1850/1950*. Trad. Jaime Benchimol. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1979.

STIEL, Waldemar Corrêa. *História dos transportes coletivos em São Paulo*. São Paulo. McGraw-Hill/EDUSP, 1978.

TABAK, Fanny. (org.) *Ideologias – Populismo*. Rio de Janeiro. Eldorado/Tijuca, 1973.

THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. 2ª ed. Trad. Eva Rodrigues. Barcelona. Critica, 1984.

_____ *A formação da Classe operária Inglesa*. Trad. Renato Neto, Cláudia Almeida e Denise Bottmann. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987. (Vol. 1,2,3)

_____ *Costumes em Comum*. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo. Cia. das Letras, 1998.

TORRES, Maria Celestina Mendes. *O bairro do Brás*. 2ª ed. São Paulo. Prefeitura municipal/Secretária de educação e cultura. 1981. (Série histórias de bairro, n° 1)

TREVISAN, Maria José. *50 anos em 5... A Fiesp e o desenvolvimentismo*. Petrópolis. Vozes, 1986.

VALLE, Edênio e QUEIRÓZ, José. (org.) *A cultura do povo*. São Paulo. Cortez/Moraes, 1979.

VEIGA, Hecilda Mary. *A redemocratização em Belém 1945-1947: os comitês democráticos e a campanha contra a fome*. Belém. Fase, 1984. (Série recuperação histórica n° 1)

VELHO, Gilberto, ALVITO, Marcos. (org.) *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro. UFRJ/FGV, 1996.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo. Hucitec/USP, 1997.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil.* 2ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978.

VIEIRA, Evaldo. *Estado e miséria social no Brasil: De Getúlio a Geisel. 1951/1978.* 3ª ed. São Paulo. Cortez, 1987.

VILLELA, Annibal, SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945).* Rio de Janeiro. IPEA/INPS, 1973.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas: 1922-1974.* São Paulo. Hucitec, 1982.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira.* 3ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão.* Trad. Terezinha Langlada. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

WEINSTEIN, Bárbara. (Re) formação da classe trabalhadora brasileira: 1920-1964. Trad. Luciano Machado. São Paulo. Cortez/ Cdaph-ifan/USF. 2000.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade.* Trad. Leônidas Hegenberg, Octanny da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo. Companhia editora nacional, 1969.

_____ *Marxismo e literatura.* Trad. Wlatensir Dutra. Rio de Janeiro. Zahar editores, 1979.

_____ *Cultura.* Trad. Lólio de Oliveira. São Paulo. Paz e Terra, 1992.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as representações populares e o significado da pobreza.* 2ª ed. São Paulo. Brasiliense, 1994.

ARTIGOS

ALÉM, Sílvio Frank. O PCB e as outras esquerdas: da anistia de 1945 à posse de Dutra. *Escrita-Ensaio.* Vol. 04, n°10, outubro 1982.

BOURDIEU, Pierre. Lês modes de domination. *Actes de la recherche em sciences sociales.* Paris. N° 2/3, juin 1976.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Para que serve o voto? (As eleições e o cotidiano na periferia de São Paulo) In: LAMOUNIER, Bolívar.(org.) *Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil: 1970/1979.* Petrópolis. Vozes/Cebrap, 1980.

O QUE É ADEMARISMO? *Cadernos do nosso tempo.* Rio de Janeiro, n 2,1954.

CARDOSO, F. H. Partidos e deputados em São Paulo: o voto e a representação política. In: CARDOSO, F. Henrique, LAMOUNIER, Bolívar *Os partidos e as eleições no Brasil.* 2ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: Dagnino, Evelina. (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil.* São Paulo. Brasiliense. 1994.

CARVALHO, Fernando Mirabilli de. Imigração: um problema nacional. *Revista de imigração e colonização.* Ano VI, N° 5, março de 1945.

CARVALHO, José Murilo de. Interesses contra a cidadania. In: *Brasileiro: cidadão?* São Paulo. Editores associados, 1992.

CAVA, Ralph Della. Igreja e Estado no Brasil do século XIX. *Estudos Cebrap.* São Paulo. N° 12, 1975.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira. In: *Ideologia e mobilização popular.* 2ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978.

_____ Um retrato sem retoques da classe média brasileira. *Pau Brasil.* N° 9, nov/dez 1985.

CLUFF, Mary Lynn e French, John. As mulheres e a mobilização operária na época do após-guerra em São Paulo, 1945-1948. *História Social.* Campinas. N° 7, 2000.

COSTA, Emília Viotti. Estrutura versus experiência. Novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que perde o que se ganha. Boletim Bibliográfico. Rio de Janeiro. N° 29, 1990.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual mais irredutível. In: *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade.* São Paulo. Brasiliense, 1986.

CREW, David F. Class and Community. Local Research on Working-class History in four countries. In: TENFELD, Klaus. (org.) Arbeiter und Arbeiterhenvegang im Verglich. *Historiche Zeitschift.* Sonderhefte, Vol. 15, 1986.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Identidade social e padrões de agressividade verbal em um grupo de trabalhadores urbanos. In: Lopes, José Sérgio Leite (coord.) *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora.* Rio de Janeiro. Museu Nacional/Marco zero. 1987.

DURHAM, Eunice. A sociedade vista da periferia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* São Paulo. Vol. 01, n° 01, junho 1986.

EWERS, T. (et al) Movimentos de Bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉS, José Álvaro.(org) *Cidade, povo e poder.* 2° ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra/CEDEC, 1985.

FARIA, Vilmar. Desenvolvimento, urbanização e mudança na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64.* 2ª ed. São Paulo. Brasilense, 1984.

FERREIRA, Oliveiros S. Comportamento eleitoral em São Paulo. *Revista brasileira de estudos políticos.* Belo Hlorizonte. N° 8, abril 1960.

_____ A crise de poder do 'sistema' e as eleições paulistas de 1962. *Revista brasileira de estudos políticos.* Belo Horizonte. N° 16, janeiro 1964.

FONTES, Paulo. 'Centenas de Estopins acessos ao mesmo tempo': a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo – 1957. In: Fortes, Alexandre. (et al) *Na luta por direitos: estudos recentes em História social do trabalho.* Campinas. Editora da Unicamp, 1999.

FRENCH, John. Workers and the rise oh Adhemarista populism in: São Paulo, Brazil 1945-1947. *The Hispanic American Historical Review.* Vol. 68, n° 01, february, 1988.

GENOVESE, Eugene. A função hegemônica do direito. In: *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram.* Trad. Maria Inês Rolim e Donaldson Garschagen. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1888.

GOMES, Ângela Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, Vol. 1, n° 2, dezembro 1996.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. Sociedade civil e democracia: reflexões sobre a realidade brasileira. *Idéias: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Campinas. Ano V (2), N° 6 (1). 1998/1999.

HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio.Imigração e movimento operário no Brasil: uma interpretação In: DEL ROIO, José Luiz. *Trabalhadores no Brasil: imigração e industrialização*. São Paulo. Ícone, 1990.

HALL, Michael. História oral: os riscos da inocência. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo. SMC, 1992.

HELLER, Frederico. A carreira profissional de um pedreiro de subúrbio. *Sociologia*. Vol. IV. N° 2, 1942.

_____ História natural de uma rua suburbana. *Sociologia*. Vol. V. N° 3, 1943.

JACQUES, Le Goff. Documento/monumento. In: *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas. Ed. Unicamp, 1990.

JORDÃO NETTO, Antônio. O imigrante espanhol em São Paulo: principais conclusões de uma pesquisa. *Sociologia*. Vol. XXVI. N° 2, 1964.

KOWARICK, Lúcio. O preço do progresso: crescimento Econômico, pauperização e espoliação urbana. In: MOISÉS, José Álvaro.(org.) *Cidade, povo e poder*. 2° ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra/CEDEC, 1985.

LAMOUNIER, Bolivar. Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente. In: CARDOSO, F. Henrique, LAMOUNIER, Bolívar *Os partidos e as eleições no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978.

_____ O voto em São Paulo, 1970/1978. In: *Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil: 1970/1979*. Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1980.

LEFEBVRE, Henry. Barrio y vida de Barrio. In: *De Lo rural a Lo urbano*. Barcelona. Edições 62, 1973.

LIPP, Carola. Histoire sociale et alltagsgeschichte. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Paris. N° 106/107, mars 1995.

LÜDTKE, Alf. Ouvriers, eigensinn et politique dans l'Allemagne du XX° siècle. *Actes de la recherche en sciencias sociales*. Paris. N° 113, jun 1996.

MANGABEIRA, Wilma. Lembranças de moscouzinho 1943-1964: estudos de um conjunto residencial operário. *Dados: revista de ciências sociais*. Vol. 32, n° 2, 1989.

MARTINEZ-ALIER, Verena. As mulheres do caminhão de turma. *Debate e crítica*. São Paulo. N° 5, março de 1975

MARTINEZ-ALIER, Verena e BOITO JR., Armando. e 1974: enxada e voto. In: CARDOSO, F. Henrique, LAMOUNIER, Bolívar *Os partidos e as eleições no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978.

MARTINEZ-ALIER, Verena e MOISÉS, José Álvaro. Urban transport and popular violence: the case of Brazil. *Past & Present*. N° 86, February 1980.

MARTINS, José de Souza. Clientelismo e corrupção no Brasil contemporâneo. In: *O poder do atraso*. São Paulo. Hucitec, 1994.

_____ A aparição do demônio na fábrica, no meio da produção. *Tempo social*. São Paulo. Vol 5, n° 1/2, novembro 1994.

MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michael (et alli) *A invenção do cotidiano: morar cozinhar*. Trad. Ephraim Alves e Lúcia Orth. Petrópolis. Vozes, 1987.

MEDICK, Hans. Missionários num barco sem rumo: modos etnológicos de conhecimento como desafio à história social. *Ler História*. Lisboa. N° 6, 1985.

MOISÉS, J. Álvaro. Experiência de mobilização popular em São Paulo. *Contraponto*. N° 3, setembro 1978.

_____ Protesto urbano e política: o quebra-quebra de 1947. In: *Cidade, povo e poder*. 2° ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra/CEDEC, 1985.

MONTES, Maria Lúcia. Pósfacio. In: Magnani J. e Torres, L. (org.) *Na metrópole: textos de antropologia urbana* São Paulo. Edusp/Fapesp, 1996.

MOREL, Regina e MANGABEIRA, Wilma. 'Velho' e 'novo' sindicalismo e uso da justiça do trabalho: um estudo comparativo com os trabalhadores da companhia siderúrgica nacional. *Dados: revista de ciências sociais*. n° 1, vol, 27, 1994.

MUNAKATA, Kazumi. Compromisso do estado. *Revista Brasileira de história*. Vol. 4, n° 7, março 1984.

NEIVA, Arthur Hehl. A questão imigratória. *BMTIC*, n.° 136, dezembro de 1945.

O'DONNEL, Guillermo. E eu com isso? Notas sobre sociabilidade e política na Argentina e no Brasil. In: *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo. Vértice, 1986.

OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica da razão dualista. *Estudos·Cebrap*. N° 2, outubro 1972.

PAOLI. Maria Célia. São Paulo operária e suas imagens (1900-1940). *Espaço & debate*: revista de estudos regionais e urbanos. N° 33, ano XI, 1991.

_____ Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sergio Leite (org.) *Cultura e identidade Operária*: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro. Marco Zero/Museu Nacional, 1982.

_____ Violência e espaço civil. In: *A violência brasileira*. São Paulo. Brasiliense, 1982.

PAOLI, Maria Célia, SÁDER, Éder, TELES, Vera. Pensando a Classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. N° 6, 1984.

PAOLI, Maria Célia, SÁDER, Éder. Sobre 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro. In: Cardoso, Ruth (org.) *A aventura Antropológica*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986.

PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores e Cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno. *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo. Vol 3, n° 07, 1986.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos*. São Paulo. n° 19, dezembro, 1987.

_____. A direita mora do outro lado da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo. Vol. 04, n° 10, junho 1989.

_____ E LIMA Marcelo Coutinho de. A direita que flutua: voto conservador na eleição de 1990 em São Paulo. *Novos Estudos*. São Paulo. n° 29, março de 1991.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência do Estado e classes populares. *Revista Dados*. Rio de Janeiro. Iuperj. n° 22, 1979.

RIBEIRO, Darcy. *O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*. Petrópolis. Vozes, 1978.

RIGAMONTE, Rosani Cristina. Severinos, Januárias e Raimundos: notas de uma pesquisa sobre os migrantes nordestinos na cidade de São Paulo. In: Magnani J.Guilherme, Torres, L. (org.) *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo. Edusp/Fapesp. 1996.

SÁBATO. Hilda Participacíon política y ciudadania en la historiografia Argentina. *Anos 90: revista de pós-graduação em História*. Porto Alegre. UFRGS, n° 01, maio de 1993.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. Vol. 9, n° 19, set.89/fev. 90.

_____ Teatros da memória. *Projeto história*. São Paulo. N° 14, fevereiro 1997.

SILVA, Adrião Caminha. Duas teses sobre colonização. *Revista de Imigração e Colonização*, ano XIII, n° 1, setembro de 1952.

SILVA, Ana Amélia. Quebra-quebra de trens de subúrbio: dimensão política da opressão.*Espaço & debate*. Ano III, n° 10.

SIMÃO, Aziz. O voto operário em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte. Vol. 1, n° 01, dezembro 1956.

SIMONSEN, Roberto. Recursos econômicos e movimentos das populações. In: *Revista Brasileira de Estatística*. Ano I, n° 1, janeiro-março de 1940.

SINGER, Paul. O milagre brasileiro. São Paulo. *Cadernos Cebrap*. n°6, 1972.

SORJ, Bila. Desenvolvimento e crise de uma gestão da força de trabalho – um estudo de caso. *Revista de Administração de Empresa*. Vol 25, n° 4, outubro/dezembro 1985.

SOUZA, William Coelho de. Panorama Econômico. *Observador Econômico e Financeiro*. n° 120, janeiro de 1946.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

STOLCKE, Verena and MOISÉS, José Álavaro. Urban transport and popular violence: the case oh Brazil. *Past & Present*. N° 86, february 1980.

TELES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo social*. São Paulo. Vol. 2, n° 1, 1° semestre de 1990.

THOMPSON, E. P. *Formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987. 3 vol.

_____ Algunas observaciones sobre clase y "falsa conciencia". *Historia social*. N° 10, primavera/verano, 1991.

_____ Folclor, antropologia e historia social. In: *Historia social y antropología*. México. Instituto Mora, 1994.

_____ Patrícios e plebeus In: *Costumes em comum*. Trad. Rosuara Eichemberg. São Paulo. Cia das Letras, 1998.

TURNER, Victor. Entre lo uno y lo otro: el periodo liminar en los 'rites de passage'. In: *La Selva de los símbolos: aspectos del ritual ndembu*. México. Siglo veintiuno editores, 1980.

VINCENT, Gerard. Ser Comunista? Uma maneira de ser. E Os católicos: o imaginário do pecado. In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. *História da Vida Privada*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo. Cia das Letras, 1992. Vol. V.

WEFFORT, Francisco. As raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira*. N° 2, 1965.

_____ O populismo na politica brasileira. In: FURTADO, Celso. (org.) *Brasil: tempos modernos*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

_____ Nordestinos em São Paulo: notas para um estudo sobre cultura nacional e cultura popular. In: Valle, Edênio e Queiróz, José. *A cultura do povo*. São Paulo. Cortez/Moraes, 1979.

_____. Urbanização, migrações e populismo. In: *O populismo na política brasileira*. 3ª Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

WELLS, J. R. Subconsumo, tamanho do mercado e padrões de gastos familiares no Brasil. *Estudos Cebrap*. N° 17, 1976.

WILLIAMS, Raymond. Cultura. In: *Keywords: a vocabulary of culture and society*. New York. Oxford university press, 1983.

_____ Popular. In: *Keywords: a vocabulary of culture and society*. New York. Oxford university press, 1983.

WHITE, Jerry. Más allá de la autobiografia. In: SAMUEL, Raphael (ed.) *Historia popular y teoria socialista*. Trad. Jordi Beltran. Barcelona. Crítica, 1984.

WORPOLE, Ken. Implicaciones políticas de la historia local del movimiento obrero. In: SAMUEL, Raphael (ed.) *Historia popular y teoria socialista*. Trad. Jordi Beltran. Barcelona. Crítica, 1984.

WORSLEY, Peter. O conceito de populismo. In: TABAK, Fanny. (org.) *Ideologias – Populismo*. Rio de Janeiro. Eldorado/Tijuca, 1973.

XIDICH, Oswaldo. Uma visão do subúrbio. *Revista do Arquivo Municipal*. Maio/Julho, 1947.

YEO, Stephen. La política en las publicaciones comunitarias. In: SAMUEL, Raphael (ed.) *Historia popular y teoria socialista*. Trad. Jordi Beltran. Barcelona. Crítica, 1984.

TESES

ALEM, Sílvio Frank. *Os trabalhadores e a Redemocratização:* 1942-1948. Campinas. IFCH/Unicamp, 1981. Dissertação de mestrado.

_____ *Contribuição à história da esquerda brasileira: o partido socialista brasileiro 1945-1964.* São Paulo. FFLCH/USP, 1988. Tese de doutoramento.

ALMEIDA, Paulo Roberto. *Círculos operários católicos: práticas de assistência e de controle no Brasil – 1932/1945.* São Paulo. PUC, 1992. Dissertação de mestrado.

ANDRADE, Margarida Maria de. *Bairros Além-Tamanduatei: o imigrante e a fábrica no Brás, Mooca e Belenzinho.* São Paulo. FFLCH/USP, 1991. Tese de doutoramento.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. *Em busca da imagem: a cidade e o seu figurino. (São Paulo 1938-1954).* Campinas. IFCH/UNICAMP, 1998. Tese de doutoramento

CHAIA, Vera Lúcia M. *A liderança política de Jânio Quadros 1947 a 1990.* Tese de doutoramento. São Paulo. FFLCH/USP, 1991.

COLISTETE, Renato Perim. *O desenvolvimentismo e seus críticos: as idéias da Cepal e de Caio Prado Jr. Sobre a internacionalização econômica nos anos 50.* Campinas. IE/UNICAMP, 1990. Dissertação de mestrado.

DEBERT. Guita Grin. *Representações políticas no período populista.* São Paulo. IFCH/USP, s/d. Dissertação de mestrado.

DE GRAZIA. Guiseppina Rosária. *Da autonomia à institucionalização: a proposta de organização independente e autônoma desenvolvida na região da Mooca – São Paulo.* São Paulo. FFLCH/USP, 1997. Dissertação de mestrado.

ESTRELLA. Célia Maíra da Silva. *O bairro da Mooca: história de um lugar para morar.* São Paulo. PUC, 1991. Dissertação de mestrado.

FABIAN. Roberto. *JOC: da submissão à contestação.* São Paulo. PUC, 1988. Dissertação de mestrado.

FONTES. Paulo Roberto Ribeiro. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966).* Campinas. IFCH/UNICAMP, 2002. Tese de doutoramento.

FORTES. Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe operária porto-alegrense e a era Vargas.* Campinas. IFCH UNICAMP, 2001. Tese de doutoramento.

GROSTEIN. Marta Dora. *A cidade clandestina: os ritos e os mitos.* São Paulo. FAU/USP, 1987. Tese de doutoramento.

LOUREIRO. Isabel Maria. *Vanguarda Socialista (1945-1948): um episódio de ecletismo na história do marxismo brasileiro.* São Paulo. FFLCH/USP, 1984. Dissertação de mestrado.

MAIA. João Marcelo Ehlert *A Historia de um conceito: o Populismo no Brasil.* Rio de Janeiro. IUPERJ, 2001.Dissertação de mestrado.

MARTINS. Maria Lúcia Refinetti. *São Paulo: Metrópole é tudo isso. 1920 a 1980.* São Paulo. FAU/USP, 1982. Dissertação de Mestrado.

MEKSENAS, Paulo. *Cidadania e comunicação popular: experiência no campo da educação.* São Paulo. FFLCH/USP, 1999. Tese de doutoramento

MOISÉS, José Álvaro. *Classes populares e protesto urbano.* São Paulo. FFLCH/USP, 1978. Tese de doutoramento.

PACHECO, Jairo Queiroz. *Guerra na fábrica: cotidiano operário fabril durante a segunda guerra – o caso de Juiz de Fora – MG.* São Paulo. FFLCH/USP, 1996. Dissertação de mestrado.

PEREIRA, Verônica Sales. *Mobilidade social e cidadania: a construção da cidade e do cidadão na experiência de migrantes nordestinos que ascenderam socialmente em São Paulo.* São Paulo. FFLCH/USP, 1997. Dissertação de mestrado.

TODARO, Margaret Patrice. *Pastors, prophets and politicians: a study of the brasilan catoholic church, 1916-1945.* Michigan. Columbia University, 1971.

VARGAS, João. *À espera do passado: as transformações recentes de São Paulo vistas de seu epicentro.* Campinas. IFCH/UNICAMP, 1993. Dissertação de mestrado.

WALMSLEY. Silvana Maria de Moura. *Origens do Janismo: São Paulo. 1948-1953.* Campinas. IFCH/UNICAMP, 1992. Dissertação de mestrado.

ANEXOS

Anexo I:

Algumas considerações sobre história de bairro.

> "...a lógica do espaço urbano constitui, de fato, o resultado de regras e práticas que ordenam o comportamento de seus habitantes, nos diferentes âmbitos da vida social em que são chamados a desenvolver suas atividades. A rua, a praça, o ponto de encontro; o parque, a quadra de escola de samba, a sede da sociedade amigos de bairro ou do partido – tal como a festa, o ritual religioso, a assembléia e a reunião; o pagode, o forró ou o aniversário – são apenas os suportes materiais que dão às práticas sociais de determinados segmentos da população urbana, em diferentes momentos do tempo, condições de realizar-se".[1]

O que seria exatamente, em termos teóricos e metodológicos, fazer uma *história de bairro*? Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que história de bairro não o mesmo que *história local*, nem tampouco *história regional*, pois o primeiro termo subtrai e concentra, enquanto o segundo desagrega e generaliza, e, por isso, eles são marcadamente imprecisos. Além disso, ambos trazem, implícita ou explicitamente, uma dicotomia centro/periferia, na qual o local ou regional é sempre o pólo apartado, periférico, secundário e menos importante, mesmo quando está umbilicalmente vinculado aos *centros*, estes sim, espaços de precedência histórica e social.[2] Mas há que se frisar, entretanto, que a opção por *história de bairro* em detrimento de história local e história regional não pretende desqualificá-las – ambas podem ser instrumentos apropriados e adequados a fins específicos – mas apenas explicitar que história de bairro permite uma maior ênfase espaço-temporal e uma apreensão "muito mais imediata do passado".[3]

Mas o que seria exatamente, nos termos deste trabalho, fazer uma história de bairro? Essa pergunta faz sentido diante da inexistência de uma tradição de estudos de bairro, mesmo que a isso se dê o nome de história local ou história regional. Essa lacuna deixa claro que o método e os instrumentos conceituais adequados a um estudo desse tipo dependem, fundamentalmente, da maneira como se concebe e define o objeto. Em geral, o ponto de partida de todo trabalho historiográfico é uma operação com três recortes simultâneos: um *recorte temático*: qual é o assunto, qual é o objeto? Um *recorte temporal*: quando aconteceu, em que tempo? Um *recorte espacial*: onde ocorreu, em que lugar? Entretanto, a questão do *espaço* nem sempre é tematizada com o mesmo cuidado, interesse e precisão que se despende ao *tema* e ao *tempo*. Não é incomum que a história social e, particularmente, a história social urbana, tenham colocado como sua principal inquietação a preocupação com o *tempo e o tema* e, por isso, tenham subestimado o

---

1 - Montes, Maria Lúcia. Posfácio. In: Magnani J. e Torres, L. (org) *Na metrópole*. São Paulo. Edusp/Fapesp, 1996. p. 305.

2 - Sobre o uso das categorias *história local* e *história regional* ver: YEO, Stephen. La política en las publicaciones comunitarias. In: Samuel, Raphael (ed.). *Historia popular y teoria socialista*. Trad. Jordi Beltran. Barcelona. Editorial Critica, 1984. Gebara, Ademir (et al.) *História regional: uma discussão*. Campinas. Ed. Unicamp, 1987.

3 - Samuel, Raphael. História local e história oral. *Revista brasileira de história*. Vol. 9, n° 19, set.89/fev.90.

espaço como categoria também decisiva.[4] Por isso, o *espaço* geralmente se alarga indiscriminadamente, da vila à cidade, e desta ao país, num trânsito com mão dupla, onde estes diferentes e sucessivos recortes aparecem apenas como cenários. O espaço se torna um coadjuvante e, muitas vezes, uma vaga referência. Assim, o pressuposto de uma *história de bairro* é que o momento do *recorte espacial* seja tão importante quanto e são o *temporal* e o *temático*.

Há um modo bastante disseminado de pensar o bairro que o vê como uma espécie de dimensão natural da vida social e da unidade social em escala humana. Assim, ele seria uma espécie de modelo social verificável e ratificável, tanto do ponto de vista científico quanto do ponto de vista ético. Neste modo de pensar, o bairro seria uma espécie de essência da realidade urbana, ele não seria nem acidental nem contingente. E a vida urbana seria pensada a partir do modelo existencial do bairro. Esta maneira de pensá-lo seria, segundo Henry Lefebvre, o resultado de não se separarem, na observação empírica, os pressupostos das suas implicações; seria o que ele chama *ideologia do bairro*, cuja característica principal seria tomar como ponto de partida os "elementos abstratos": as donas de casa, as ruas, os lares, o comércio etc., e a partir do somatório desses elementos isolados reconstituir a cidade.

A limitação desse modo de pensar o bairro estaria, segundo Lefebvre, no fato de que não se levam em consideração os conceitos de *totalidade* e *globalidade* e as conseqüentes dificuldades de análise e investigação de elementos sutis e concretos. A ideologia do bairro misturaria, sem distinção, formas, funções e estruturas, confundindo os termos hierarquia e estrutura, organização e comunidade. "A ideologia do bairro é a ideologia comunitária"[5], na medida em que pressupõe que a comunidade funde atividade e consciência. Portanto, o "único processo científico para chegar a ele [bairro], para defini-lo, determinando seus limites e seu grau de realidade, é o que se baseia na cidade como totalidade e não como conjunto de elementos ou coleção de aspectos (e, em conseqüência, na sociedade como um todo superior às suas formas, às estruturas e às funções) que ela engloba. Sejam quais forem as dificuldades metodológicas e teóricas de acesso à totalidade e à globalidade, este processo é o único aceitável, o único que evita a inadmissível redução do conjunto aos seus elementos".[6]

Destarte, a história de bairro não pode ser tomada como um reflexo da História de um país ou de uma sociedade determinada, porque as mediações que constituem as peculiaridades dos seus processos imediatos são mediações locais, determinadas pelas condições específicas e concretas dos bairros. Ou seja, não se podem reduzir os acontecimentos localizados no bairro a uma mera

---

4 - Isto não parece ter acontecido apenas nos estudos feitos no Brasil, Ver: Armus, Diego. *Mundo urbano y cultura popular: estúdios de historia social Argentina.* Buenos Aires. Ed Sudamericana, 1990. p. 11.
5 - Lefebvre, Henry. Barrio y vida de barrio In: *De lo rural a lo urbano.* Barcelona. Ediciones 62, 1973, p. 197.
6 - Idem, Ibidem. p. 199.

representação ou à expressão direta dessas realidades - quer nacionais, quer internacionais - sob pena de se perderem as múltiplas articulações que caracterizam o bairro ou tomar o *local* como mero reflexo do *geral*. Entretanto, um estudo sobre um bairro não pode ficar contido dentro dos seus limites geográficos, seja porque as relações sociais que nele se forjam se estendem muito além dos seus limites formais, seja porque pensar o bairro implica colocar em questão a própria determinação desse *espaço administrativo* no âmbito da cidade. Do mesmo modo, o bairro também não pode ser pensado como uma *unidade periférica* e secundária oposta ao *centro* do qual emanariam *as questões* determinantes para a sua vida cotidiana. A relação dos bairros entre si e destes com *o centro*, seja administrativo, seja político, seja religioso, ou de qualquer outro tipo, seria melhor representada pela imagem de uma *teia*, na qual todos os fios estão conectados entre si e se movem simultaneamente quando um dos seus nós é tensionado.[7]

Pensar o bairro é pensar as suas relações com a cidade, é inseri-lo na própria dinâmica dos conflitos que a definem como tal, é inscrever a cidade no contexto do país e este no jogo internacional. Portanto, fazer uma *história de bairro* implica pensá-lo como mais do que mero cenário, mas supõe percebê-lo como *espaço qualificado*[8], onde se criam e se modificam as sociedades, onde se constituem e se reconstituem as classes e suas relações mútuas, onde as pessoas experimentam seus distintos modos de vida, seus conflitos, sua cultura; o bairro é a arena onde a igualdade dos direitos é negociada, perdida e conquistada; onde a cidadania é respeitada ou denegada.

Assim, o bairro não tem uma realidade em si, ele só adquire sentido e significado na totalidade, quando posto na relação ininterrupta com a sociedade na qual está inserido. Isso porque no "bairro não se formam nem se instituem os papéis sociais, as condutas e os comportamentos, mesmo quando utilizam este nível de acessibilidade para impor-se. O bairro não intervém na proclamação de valores dominantes. Quando muito, podemos relacioná-lo com a sociabilidade espontânea e encontrar nele, em determinadas circunstâncias, as causas de uma efervescência. Isso limita o bairro ao nível das relações imediatas diretas, interpessoais, dependentes da psicosociologia ou da sociologia, desenvolvendo-se à sombra das instituições, mas mediante modelos não institucionais".[9] Por isso, o bairro é também, continua Lefebvre, "...uma forma de organização concreta do espaço e do tempo na cidade. Forma cômoda, importante, mas não essencial, mais conjuntural que estrutural. As relações do centro com a periferia são um fator (uma variável) importante, mas não é o único. O espaço social não coincide com o espaço geométrico - este último,

---

7 - Para a utilização das metáforas de *teias* e *redes* ver: Elias, Norberto. *Introdução à sociologia*. Trad. Maria Luíza Ferreira. Lisboa. Ed. 70, 1980.

8 - A expressão é de Henry Lefebvre, citada In: Barrio y vida de barrio In:*De lo rural a lo urbano*. Barcelona. Ediciones 62. 1973. p. 198.

9 - Idem, Ibidem. p. 200.

homogêneo, quantitativo -, é só o denominador comum dos espaços sociais qualificados. O bairro (...) seria a *menor diferença* entre espaços sociais múltiplos e diversificados, ordenados pelas instituições e pelos centros ativos. Seria o ponto de contato mais acessível entre o espaço geométrico e o espaço social, o ponto de transição entre um e outro; a porta de entrada e saída entre espaços quantificados e o espaço quantificado, o lugar onde se faz a tradução (para e pelos usuários) dos espaços sociais (econômicos, políticos, culturais etc.) em espaço comum, quer dizer, geométrico".[10] Assim, qualquer estudo que tenha o bairro como tema precisa levar em consideração, para uma análise concreta, a teoria da totalidade e o conceito de espaço e tempo socialmente construídos pelos agentes sociais.

Os bairros podem se apresentar com distintos alinhamentos, como representações homogêneas de classe, de etnia, de religião. Mas também podem ser recortados e atravessados internamente por estes distintos alinhamentos. Não há nenhuma condição prévia ou suficiente para circunscrevê-los, e mesmo esses enquadramentos podem variar ao longo do tempo no mesmo espaço, o que importa é compreender *como e porque* esses alinhamentos se constroem, se desfazem e se refazem. Ou seja, apenas através de estudos específicos é possível determinar as sutis e mutáveis configurações desses elementos. Desse modo, colocar o bairro como *tema* implica lidar com as relações recíprocas das classes que nele se constituem, com suas variadas ações coletivas, com seus múltiplos espaços de sociabilidade sem qualquer determinação ou antecedência preestabelecida. Afinal, um bairro, qualquer bairro, assim como qualquer outra instituição no espaço urbano é o resultado das práticas sociais de seus habitantes, é isso que lhe confere um sentido, ou vários; e uma significação, ou muitas. E esses vários sentidos e múltiplas significações são sempre determinados historicamente.

Partindo das observações de Lefebvre, Michael de Certeau ponderou que: "Um bairro, pode-se dizer, é assim uma ampliação do habitáculo; para o usuário, ele se resume à soma das trajetórias inauguradas a partir do seu local de habitação. Não é propriamente uma superfície urbana transparente para todos ou estatisticamente mensurável, mas antes a possibilidade oferecida a cada um de inscrever na cidade um sem-número de trajetórias cujo núcleo irredutível continua sendo sempre a esfera do privado."[11]

Portanto, a história das classes populares nos bairros é tão importante e decisiva quanto a história dos trabalhadores nos locais de trabalho, certamente porque o mundo do trabalho é parte constitutiva da vida do bairro, tanto quanto a vida do bairro se desdobra nas reações de trabalho; ou seja, "quanto mais atentamente consideramos a vida das classes proletárias, e tentamos

---

10 - Idem, Ibidem. p. 201.
11 - Certeau, Michael (et alli) *A invenção do cotidiano: morar cozinhar.* Trad. Ephraim Alves e Lúcia Orth. Petrópolis. Vozes, 1987. P. 42.

compreender o que há de essencial nas atitudes que assumem, mais nos salta à vista que esse elemento essencial consiste num sentido do pessoal, do concreto, do local; daí a importância das idéias de família e de bairro". Isto porque o bairro, "para cada um dos seus habitantes (...) tem um caráter homogêneo e bem definido, tal o de uma aldeia (...), conhecem esse bairro que habitam em pormenor – metem-se aqui por uma viela, ali atravessam uma retretes públicas, sem olhar para o caminho que seguem, automaticamente; o bairro é por eles conhecido em termos de áreas tribais". Ou ainda porque, na cidade, "vive-se por ruas".[12]

Nos bairros periféricos da cidade ainda hoje é muito comum a expressão *a minha vila* para designar um certo conjunto de referências espaciais, um conjunto de ruas ou mesmo uma única rua e suas respectivas instituições. A *minha vila* não é o mesmo que o *meu bairro*, a vila é um *pedaço* menor dentro do bairro, um microcosmo específico. Talvez por isso, nem sempre o bairro, na sua totalidade, seja a referência dos moradores, mas apenas seus pedaços, certos trechos, alguns conjuntos particulares dentro dele.[13] Assim, o bairro e seus pedaços são as unidades mais próximas e imediatas nas experiências das classes populares, exatamente por isso, o "uso de uma pequena unidade social como foco de investigação de problemas igualmente encontráveis numa grande variedade de unidades sociais maiores e mais diferenciadas, possibilita a exploração desses problemas com uma minúcia considerável – microscopicamente, por assim dizer".[14] Isto é, o bairro nos fornece uma espécie de paradigma empírico, que pode nos esclarecer muitas das implicações e facetas da história de uma cidade e mesmo de um país, tanto quanto os temas *macro-estruturais* podem elucidar muitos aspectos das ações e omissões vividas no local.

Pensar o bairro enquanto objeto de estudo histórico é pensar mais do que a mera narrativa da vida interna desse espaço geográfico delimitado, do seu surgimento, ou dos diferentes grupos humanos que o constituem, a moldura deve ser maior e mais abrangente. Para fazer uma analogia, Gramsci, referindo-se ao modo como se deve escrever a história de um partido político, comentou: "...pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico".[15] Assim, escrever a história de um bairro, de qualquer bairro, é também escrever a "história de um país de ponto de vista monográfico", isto é, a história de um bairro não pode ser a história de um grupo

---

12 - As três citações foram retiradas de Hoggart, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora* Trad. Mª do Carmo Cary. Lisboa. Presença, 1973. pp. 41,73 ,78. Vol.1.

13 - Para uma idéia das implicações de *pedaço* ver: Magnani, José Guilherme. *A festa no pedaço: lazer e cultura popular na cidade.* São Paulo, Brasiliense, 1984.

14 - Elias, Norberto e Scotson, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.* Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2000. pp.20-21.

15 - Gramsci, Antônio. *Maquiavel, a política e o estado moderno.* 8ª Ed. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1991. p. 24.

social isolado, mas deve ser a história das relações desse grupo no conjunto da sociedade na qual está inserido.

Anexo II

Índice de preços de 22 produtos da cesta básica de alimentos e inflação anual na cidade de São Paulo: 1942-1964[16].

Ano	*Índice de Preços*	**Inflação anual**
1942	5.37	18,9%
1943	6.39	37,7%
1944	8.80	15.0%
1945	10.12	19.9%
1946	12.05	23.1%
1947	14.83	3,4%
1948	15.34	4,3%
1949	16.00	3,6%
1950	16.59	11,1%
1951	18.44	22,9%
1952	22.68	21,9%
1953	27.66	17,9%
1954	32.63	19,8%
1955	39.10	21,6%
1956	47.56	19,2%
1957	56.78	15,3%
1958	65.46	37,5%
1959	89.98	34,6%
1960	121.15	38,1%
1961	167.41	52,6%
1962	255.56	73,4%
1963	443.27	86,9%
1964	828.63	61.7%

16 - Até 1944, Villela, Annibal, SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)*. Rio de Janeiro. IPEA/INPS, 1973. De 1945 a 1964, Prefeitura do Município de São Paulo e FIPE. Apud. Bonduki, Nabil. op. cit. p. 230.

Anexo III:

Lista com os nomes e profissões dos indiciados no quebra-quebra de agosto de 1947.

Oziel Azevedo, gráfico.
José Antônio dos Santos, operário.
Jesuíno Ferreira Santos, tecelão.
João Peres, pintor.
Liberato Bozzuto, taqueiro de soalho.
Joaquim Caldas Mesquita, cozinheiro.
João Raimundo de Campos, comerciário.
Jose Vigelis, cozinheiro.
Armando Morelli, eletricista.
Yzidoro dos Santos, ajudante mecânico.
Walter Marconi, bancário.
Pedro Poleze, ajustador.
Avelino de Jesus Silva, engraxate.
Daniel de Camargo, jornaleiro.
Miguel Jerykz, sapateiro.
José Alberto Fernandes, motorista da CMTC.
Cristóvão Galhardo, servente de pedreiro.
João José Spacek, ferroviário.
Leonardo Sasmauskas, ajudante de ferreiro.
Alberto Zanignani, funcionário público federal.
André Borragini, funcionário publico federal.
José Fuentesas Molinielo, vendedor ambulante.
Francisco Ferraz de Oliveira, comerciário.
Edgar Crespo filho, torneiro mecânico.
Nelson Nogueira de Freitas, ajudante de caminhão.
Carlos Monteiro, comerciante.
Onofre Luciano dos Reis, pintor.
Clodoaldo Vespasiano, vendedor e viajante comercial.
Luiz Vitorino Fernandes, mecânico.
Antônio Bella Martini, motorneiro da CMTC.
Antônio de Aguiar, motorneiro da CMTC.
Luiz Esteves Olarte, comerciário.
Osvaldo Dea. comerciante.
João Peloso. comerciante.
Cláudio Savietto, funcionário público municipal.
Carmem Savietto, prendas domésticas.
Osvaldo Cardoso Guimarães, mecânico.
Remo Waldemar Mari, pedreiro.
Francisco Alves, garçom.
Sérgio Chipiakoff, comerciário.
Segismundo Munhoz Garcia, pintor.
Francisco Flores Navarro, mecânico ajustador.
Ângelo Moura, pintor.
Athenogenes Pompa de Oliveira, contador.
Osvaldo Xavier, alfaiate.
Samuel Kleimam, comerciante.
Iguatemy Lopes de Oliveira.

José Garcia Munhoz, publicitário.
Jair Galvão Albuquerque, advogado.
Mário Sorg, raspador de soalho.
Antônio Tavares, vendedor de jornais.
José Severino Constante, servente de pedreiro.
Joaquim Rodrigues Correia, operário.
Francisco Piozzo, vendedor ambulante.
Luiz Fidelis Lopes, pedreiro.
Leôncio Silveira Bueno, militar da força policial.
José Tinajero Pró, carvoeiro.
Américo Molinar, alfaiate.
Walter Sames, bancário.
Hamilton Hoffmann, bancário.
Stefan Goder, armador ferreiro.
Stefan Sedei, ferreiro.
Ferdeneu Magnani, carpinteiro.
José Ferreira dos Santos, comerciário.
Rafael Monteaperto, empreiteiro.

Dos indiciados nos quebra-quebra o DOPS informava que:

Francisco Ferraz de Oliveira, ex-sargento da força policial do Estado, havia sido expulso em 1936 por atividade subversiva preso e processado pelo Tribunal de Segurança Nacional.

André Borragini, participara de comícios comunistas.

Miguel Geres, fora militante do PCB, filiado ao MTU, preso em 1945 para averiguação.

José Alberto Fernandes, empregado da CMTC, vendia selos do PCB.

Cristóvão Galhardo, funcionário da CMTC, agitador de greves.

Alberto Zamignani, comunista de Santo André.

José Antônio dos Santos, filiado ao MUT.

Antônio Bela Martini, comunista agitador da light.

Antônio Aguiar, vulgo Tufi, militante do PCB e candidato a vereador em 1947.

Osvaldo Dea, membro do Comitê Democrático Popular do Itaim.

Cláudio e Carmem Savieto, comunistas de Santo André.

Sérgio Chiapiakoff, comunista fundador de várias sociedades eslavas em São Paulo.

Sigsmundo Garcia, antigo membro do PCB.

Francisco Flores Navarro, comunista.

Ângelo de Moura, participou de comícios do PCB.

Samuel Kleiman, comunista procedente de Florianópolis.

Iguatemy Lopes de Oliveira, comunista de Santo André.

José Garcia Munhoz, comunista e filiado ao MUT.

Rafael Monteaperto, comunista e filiado ao MUT.

Joaquim Rodrigues Correa, comunista e presidente do sindicato dos químicos de Santo André.

José Ferreira dos Santos, ex-empregado da light e agitador comunista.

Osvaldo Cardoso Santos, fazia-se passar por investigador do DOPS, mas era comunista.

Anthogenes Pompa de Oliveira, trabalhava como empregado do MUT.

João Peloso, membro do PSP, o sucedâneo do PCB.

Antônio Tavares, tomou parte em comícios do PCB.

Francisco Alves, assinou abaixo-assinado de moradores da Mooca com idéias extremistas.[17]

Dos 65 indiciados, o DOPS "encontrou" 27 que tinham alguma ligações - algumas bem remotas - com o PCB.

17 - Arquivos do DOPS. Dossiê 50-Z-2-312.